

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

HOMENAGEM AOS 500 ANOS DE BRASIL



PEDRO ÁLVARES CABRAL
DESCOBRIDOR DO BRASIL
22 DE ABRIL DE 1500

SERVICÓ DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

V. 120 nº 7/9
jul./set. 2000

CABRAL DESEMBARCA EM PORTO SEGURO



BN-INVENTARIO
0271304-7

Óleo de Oscar Pereira de Souza - Museu Histórico Nacional - Rio de Janeiro



BIBLIOTECA DA MARINHA

Revista Marítima Brasileira / Serviço de Documentação Geral
da Marinha. — v. 1, n. 1, 1851 — Rio de Janeiro:
Ministério da Marinha, 1851 —
v.: il. — Trimestral.

Editada pela Biblioteca da Marinha até 1943.

Irregular: 1851-80.

ISBN 0034-9860.

1. MARINHA — Periódico (Brasil). I. Brasil. Serviço de Documentação
Geral da Marinha.

CDD — 359.00981
359.005

CANAL DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE PORTO SEGURO

Ministério da Marinha - Biblioteca da Marinha - Rio de Janeiro

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

v. 120 n.º 7/9
jul./set. 2000

R. marit. bras.	Rio de Janeiro	v. 120	n.º 7/9	p. 352	jul. / set. 2000
-----------------	----------------	--------	---------	--------	------------------

COMANDANTE DA MARINHA

Almirante-de-Esquadra *Sérgio Gitirana Florêncio Chagasteles*

SECRETÁRIO-GERAL DA MARINHA

Almirante-de-Esquadra *Marcos Augusto Leal de Azevedo*

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA MARINHA

Diretor

Contra-Almirante *Max Justo Guedes*

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

Diretor

Capitão-de-Mar-e-Guerra *Cláudio Rogério de Andrade Flôr*

Vice-Diretor

Capitão-de-Mar-e-Guerra *Antonio Carlos Gesteira Leite de Mattos*

Consultores Especiais da RMB

Vice-Almirante (Ref.º) *Luiz Edmundo Brigido Bittencourt*

Capitão-de-Mar-e-Guerra (RRm) *Milton Sergio Silva Corrêa*

Departamento de Publicações e Divulgação

Capitão-de-Corveta (T) *Edina Laura Nogueira da Gama*

Primeiro-Tenente (T) *Simone Silveira Martins*

Equipe Editorial

Célia Maria Barros Gutierrez

Denise da Silva Coutinho Koracakis

Deolinda Oliveira Monteiro

Jacir Roberto Guimarães

Liane Blum (Estagiária)

Luiz Carlos Miguel

Manuel Carlos Corgo Ferreira

Mauro da Silva

Sabrina Passos da Silva Melo (Estagiária)

Editoração Eletrônica

Celso França Antunes

Edilson José Alves

Apoio Administrativo

Segundo-Sargento (ML-CM) *William Elias de Lima Silva*

Ilda Lopes Martins

Renée Pimentel Reis

Expedição

Cabo (AF) *Jerônimo Ronaldo Severino Pereira*

Severino Ronaldo da Fonseca Araújo

A REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA é uma publicação oficial do COMANDO DA MARINHA, desde 1851. Entretanto, as opiniões emitidas em artigos são da exclusiva responsabilidade de seus autores. Não refletem, assim, o pensamento oficial da MARINHA DO BRASIL. É publicada, trimestralmente, pelo SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. As matérias publicadas nesta Revista podem ser reproduzidas, desde que citadas as fontes.

Com a colaboração de seus leitores, a *RMB* será uma plataforma para a discussão de novas idéias para conquistarmos uma Marinha melhor.

Publicidade e Assinatura

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

Departamento de Publicações e Divulgação

Praça Barão de Ladário S/N^o

Ilha das Cobras — Centro

20091-090 — Rio de Janeiro — RJ

☎ 870-6852

FAX (021) 870-6716

E-mail: sdm50@sdm.mar.mil.br

Os preços do número avulso e da assinatura são os abaixo, respectivamente:

BRASIL

R\$ 3,58

R\$ 9,46

EXTERIOR

US\$ 9.00

US\$ 36.00

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

SOLICITAÇÃO DE ASSINATURA

Assinale qual a forma de pagamento desejada:

- em anexo, comprovante de depósito na conta corrente **170500-8** agência **3602-1**, do Banco do Brasil, em nome do Serviço de Documentação da Marinha, Código Identificador **777100219110400** no valor de R\$ 9,46.
- em anexo, cheque em favor do Serviço de Documentação da Marinha, no valor de US\$ 36 (exterior).
- para desconto mensal em folha de pagamento, por intermédio de Caixa Consignatária, no valor de 13% de um dia de soldo de segundo-tenente, autorizada a sua atualização.

Copie, preencha e remeta esta página para:

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

Departamento de Publicações e Divulgação

Praça Barão de Ladário, S/Nº — Ilha das Cobras — Centro

20.091-000 – Rio de Janeiro — RJ

Tels.: 870-6852

FAX (021) 870-6716

E-mail: sdm50@sdm.mar.mil.br

NOME: POSTO:

ENDEREÇO:

CEP CIDADE: ESTADO:

DATA: Nº DE CORPO (MB):

.....
ASSINATURA

FAÇA DE SEU AMIGO MAIS UM ASSINANTE DA RMB

SUMÁRIO

- 9 **NOSSA CAPA: ODESCOBRIMENTO DO BRASIL**
Roberto Gama da Silva – Contra-Almirante (RRm)
- 31 **OS MILITARES E A POLÍTICA DURANTE A REPÚBLICA – Prudente José de Moraes e Barros – Parte XXXIII**
Mário Jorge da Fonseca Hermes – Almirante-de-Esquadra (Ref²)
- 55 **A GLOBALIZAÇÃO, A DEFESA NACIONAL E OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO**
Antônio Eduardo Queiróz Martins – General, Chefe do Estado-Maior do Exército (Portugal)
- 63 **A RMB E A MARITIMIDADE DO POVO BRASILEIRO**
Luiz Edmundo Brigido Bittencourt – Vice-Almirante (Ref²)
- 69 **A MARINHA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL**
Rui da Fonseca Elia – Vice-Almirante
- 87 **CLAUSEWITZ: RELAÇÕES ENTRE A POLÍTICA E A GUERRA**
Dimas Lopes da Silva Coelho – Vice-Almirante (RRm)
- 101 **A CRISE NOS Balcãs**
Armando Amorim Ferreira Vidigal – Vice-Almirante (Ref²)
- 173 **O AQUECIMENTO CONTEMPORÂNEO DA ATMOSFERA – O Efeito Estufa**
Roberto Gama e Silva – Contra-Almirante (Ref²)
- 185 **A MARINHA NA AMAZÔNIA, VISTA POR UM JORNALISTA**
Márcio Moreira Alves – Jornalista
- 189 **O PAGAMENTO DA FESTA BRASILEIRA – Barão de Ladário x Custódio de Melo**
Lauro Nogueira Furtado de Mendonça – Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref²)
- 195 **SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS E GESTÃO CONTEMPORÂNEA: UM ALINHAMENTO NECESSÁRIO**
Érice da Silva Miranda – Capitão-de-Fragata (T)
- 205 **APOIO MULTICRITÉRIO À DECISÃO (AMD) E PO *SOFT* – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS, MÉTODOS E ANÁLISE COMPARATIVA**
Carlos Francisco Simões Gomes – Capitão-de-Corveta
Virginia Maria Salerno Soares – Funcionária Civil
- 227 **1º ENCONTRO CONTINENTAL DE DIRETORES DE REVISTAS MARÍTIMAS**
- 237 **SEÇÃO CIAW – CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO AVANÇADO**
238 **DETERMINAÇÃO DO PERÍMETRO DE DEFESA AÉREA DE UMA FORÇA-TAREFA NUCLEADA EM NAVIO-AERÓDROMO**
Capitães-Tenentes R. da S. Cavalcante; T. A. S. Machado e L. M. da Costa

- 255 **SEÇÃO EGN**
 256 **O DIREITO INTERNACIONAL E A NEGAÇÃO DO USO DO MAR AO INIMIGO** – Carlos Alberto Matias – Capitão-de-Corveta
- 265 **CARTAS DOS LEITORES**
- 267 **A MARINHA DE OUTRORA**
- 277 **O LADO PITORESCO DA VIDA NAVAL**
- 281 **ACONTECEU HÁ CEM ANOS**
- 285 **DOAÇÕES AO SDM**
- 287 **NECROLÓGIO**
- 291 **REVISTA DE REVISTAS**
- 315 **NOTICIÁRIO MARÍTIMO**

NOSSA 4ª CAPA
O DESCOBRIMENTO DO BRASIL, de Álvaro Martins

O pintor Álvaro Martins, é natural do Rio de Janeiro, onde nasceu em agosto de 1922.

Ainda criança, faz histórias em quadrinhos para o Grande Consórcio Suplementos Nacionais, hoje Editora Brasil-América.

Participou de concursos para bônus da Segunda Guerra Mundial e para Campeonatos Mundial e Sul-Americano de Futebol.

Executou retratos a óleo em tamanho natural e corpo inteiro da Rainha Elizabeth II, da Inglaterra, para o British News Service e o Banco de Londres.

Chefiou o Departamento de Artes de várias agências de publicidade, gráficas e do Jornal do Brasil, durante 32 anos, como jornalista, desenhista e paginador.

Diplomado em Cursos de Luz e Sombra, Escultura e Anatomia Animal e Humana no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, é desenhista da seção Preservação da Natureza e Defesa do Meio Ambiente da Filatelia dos Correios e Telégrafos do Brasil, desde 1974, onde foi produzida as séries Fauna e Flora do Brasil, entre outras, incluindo o selo comemorativo do Bicentenário da Escola Naval.

Ingressou na Marinha em 1974, como artista, restaurador e criador, sendo pintor e colaborador da coleção História Naval Brasileira. Possui condecorações e diplomas por serviços prestados à Instituição. Ainda na Marinha, organizou a Galeria do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais.

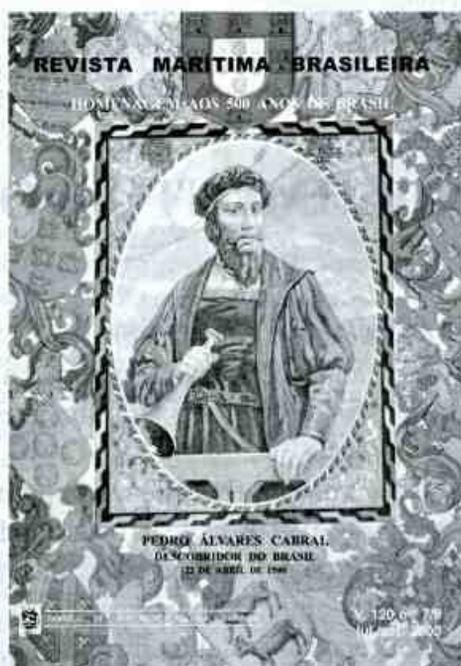
É colaborador da Biblioteca do Exército como desenhista, divulgador histórico e artístico.

Foi colaborador da Revista Manchete, da Bloch Editores e é colaborador da Editora Vecchi como desenhista, com um vasto cartel de quadros a óleo, natureza morta, retratos, paisagens e marinhas, exibido em vários lugares, tantos públicos como particulares, no Brasil e na Alemanha.

É mestre desenhista de valores da Casa da Moeda do Brasil, e colaborador artístico do Memorial Tancredo Neves em São del Rey (MG).

Domina toda e qualquer técnica e modalidade de desenho e pintura: em guache, traço, bico de pena, crayon, aguada, aquarela ou óleo.

Álvaro Alves Martins não pretende ser um mestre dos mestres, mas não esconde sua vontade de chegar perto disso.



O DESCOBRIMENTO DO BRASIL

ROBERTO GAMA E SILVA
Contra-Almirante (RRm)

SUMÁRIO

- O PAVILHÃO DOS DESCOBRIMENTOS
- A OFICIALIZAÇÃO DA DESCOBERTA
- O DESCOBRIMENTO INCERTO
- OS OBSTÁCULOS DO ATLÂNTICO SUL
 - Balço térmico do sistema Terra-Atmosfera*
 - O Efeito Coriolis*
 - A ação dos oceanos*
- O ZIGUEZAGUE E A "VOLTA AO LARGO"
- A RECONSTITUIÇÃO DAS DERROTAS
- O TALENTO DE "BEM FAZER"

* N.R.: Reprodução de *A História da Colonização Portuguesa do Brasil* – Litografia Nacional – Porto – Portugal – 1922.

AOS LEITORES

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Ao longo da vida da *Revista Marítima Brasileira*, tem sido preservada a filosofia editorial de ser, também, uma plataforma para a divulgação de idéias – novas ou não, harmônicas ou discordantes, diferentes, porém mantendo temperança, lógica e coerência.

A adoção da filosofia resultou benéfica e tem propiciado aos leitores a exposição e, por vezes, o debate a respeito de matérias de real interesse para a Marinha e para o Brasil. Avaliando proposições, incentivando o estudo, são processados conhecimentos e inferências novos.

Atendendo a esta vocação – salutar e instigante –, a *Revista Marítima Brasileira* oferece uma versão sobre o Descobrimento do Brasil, de autoria do Contra-Almirante (RRm) Roberto Gama e Silva, discordante da história oficial.

A respeito do assunto, temos a leitura, dentre outros, de alguns dos livros mais recentemente lançados: *Pedro Álvares Cabral – Uma Viagem*, do renomado historiador português Luis Adão da Fonseca, editado em Lisboa em 1999, pelas Edições Imapa; e *O Descobrimento do Brasil*, edição patrocinada pelo Instituto Memorabilia, lançado em 22 de abril de 1997 no Palácio da Cidade (veja *RMB* 3º trim./1997 – p. 228) e *Descobrimento do Brasil (1500-1548)* editado em Portugal pela CTT Correios de Portugal, ambos de autoria do Contra-Almirante Max Justo Guedes, Diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, e constantes do acervo da Biblioteca da Marinha.

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

O PAVILHÃO DOS DESCOBRIMENTOS

Numa das minhas idas a Lisboa, em janeiro de 1974, revendo o bem organizado Pavilhão dos Descobrimientos, do Museu da Marinha, ocorreu-me a idéia de aplicar um teste no responsável pela ala.

Identificando-me como capitão-de-mar-e-guerra da Marinha do Brasil, meu posto de então, tornei patente a minha estranheza por não encontrar nenhuma menção a Pedro Álvares Cabral de Gouveia no Pavilhão, embora nele figurassem, com destaque, vários comandantes e encarregados de navegação, pilotos na época, que integraram a frota que, suspendendo do Tejo, em 7 de março de 1500, aportou nas imediações de Porto Seguro em 22 de abril do mesmo ano.

Reforcei o meu "protesto" afirmando, com ar indignado, que a descoberta do Brasil fora o maior feito da história de Portugal.

O pobre oficial subalterno ficou-se perplexo com a minha investida e confessou-me não ter resposta à pergunta que lhe aprontei.

Feito isso, segui o meu caminho, para visitar outra ala do museu, quando, de repente, fui abordado pelo mesmo oficial, que me veio transmitir amável mensagem do diretor do museu, convidando-me para um chá no seu gabinete de trabalho.

Embora lamentando, comigo mesmo, ter prejudicado o programa de visitas que traçara, vi-me na obrigação de aceitar o convite.

Depois das apresentações de praxe, o diretor do museu, um vetusto capitão-de-mar-e-guerra, já na reserva, disse-me que responderia à indagação dirigida ao seu subordinado com um "chiste" sobre os brasileiros, uma vez que nós, aqui no Brasil, não poupávamos os portugueses nas nossas piadas!

Narrou-me, então, com detalhes jocosos, que quando Pedro Álvares Cabral desembarcou no Brasil, o "chefe dos brasileiros" dele aproximou-se e perguntou: "Estou a

falar com o senhor Pedro Álvares Cabral?" Ao receber resposta afirmativa, não pôde o "brasileiro" conter o seu entusiasmo e exclamou em alto brado: "Graças a Deus, estamos descobertos!"

Em seqüência foi servido o chá, a conversa orientou-se para assuntos gerais e tratei de despedir-me o mais rápido possível, seja pelo incômodo que o meu questionamento causou, seja pela ansiedade de recompor, da melhor maneira possível, o meu programa turístico.

O que me tentou transmitir o nobre diretor do museu?

Em primeiro lugar, o que eu já sabia, isto é, que os navegadores portugueses velejavam, muito antes da chegada de Cabral, pelo litoral brasileiro, pois era nele que pretendiam se reabastecer no caminho para a Índia, tanto de água potável, quanto de viveres frescos, estes últimos indispensáveis para afastar o espectro terrível do escorbuto que, normalmente, se manifestava após dois meses em alto-mar. A incerteza quanto ao posicionamento da costa brasileira em relação à Linha de Tordesilhas imprimiu caráter secreto a tais expedições.

Como resposta direta à minha indagação, ademais, deixou bem claro o ilustre diretor do Museu Naval que Cabral não figurava entre os "descobridores" por não pertencer ele à estirpe de portugueses que, após dominar a arte de marear, projetou-se no "salso argento, dilatando a Fé, o Império, e as terras viciosas de África e de Ásia devastando".

A OFICIALIZAÇÃO DA DESCOBERTA

Pedro Álvares Cabral de Gouveia, com efeito, não era homem do mar, mas Cavaleiro da Ordem de Cristo por seu heroísmo nos campos de batalha terrestres da África Setentrional. Por exibir tal credencial, com certeza, foi feito capitão-mor da poderosa frota organizada para estabelecer feitorias no litoral

ocidental da Índia, recém localizado pela expedição de Vasco da Gama.

Segundo consta, a frota que se fez ao mar, em 9 de março de 1500, compunha-se de dez naus e três caravelas, levando a bordo cerca de 1.500 homens, numerosas peças de artilharia e suprimentos para quatro meses.

Levando em consideração as ocorrências da primeira viagem, comandada por Vasco da Gama, conhecido como "audaz na ação, severo no comando e terrível na cólera", fazia-se necessário desfazer as impressões que ficaram nas bordas do Índico, segundo as quais os portugueses seriam "piratas". Assim, foram embarcadas nos navios mercadorias adequadas para o estabelecimento de comércio regular com os entrepostos indianos, além de presentes valiosos destinados ao Samorim de Calicute e outras autoridades locais.

Para compensar a inexperiência náutica de Cabral, outrossim, participavam da expedição, como comandantes de navios, navegadores experientes como Bartolomeu Dias, o Capitão do Fim, Nicolau Coelho, comandante do *Bérrio* na viagem de Dom Vasco da Gama e Diogo Dias, irmão e comandante de um dos três navios da frota de Bartolomeu Dias. Também embarcados, seguiram o célebre navegador Duarte Pacheco Pereira e alguns dos melhores encarregados de navegação, ou pilotos, como o foram Pero de Escobar e Afonso Lopes.

A primeira parte da viagem, entre o Tejo e o arquipélago de Cabo Verde, revela-nos a tarefa complementar confiada a Pedro Álvares Cabral: a oficialização da descoberta do Brasil.

Chegando a frota a Cabo Verde, após 13 dias de mar, dispensou-se o reabastecimento dos navios, fato que comprometeria seriamente o sucesso da viagem direta ao sul da África, a ser feita com a "grande volta do largo", que na expedição anterior consumiu 96 dias de singradura (3 de agosto a 8 de novembro de 1497).

Eis aí uma evidência inquestionável de que a frota estava programada para se reabastecer antes de atingir a África, isto é, no litoral brasileiro, como já vinham fazendo os navegadores que se adestravam para executar manobra idêntica à da frota de Cabral.

Somente no dia 22 de abril, entre 3 da tarde e o pôr-do-sol, foi avistado o Monte Pascoal. O local definitivo de fundeio, "um recife com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada", só foi alcançado no dia 24 de abril e lá permaneceu a frota fundeada até o dia 2 de maio.

Já reabastecidos os 11 navios que prosseguiriam viagem (a nau de Vasco de Ataíde desaparecera misteriosamente na altura de Cabo Verde e uma nau de mantimentos, comandada por Gaspar de Lemos, foi despachada para Lisboa, com a notícia do cumprimento da tarefa complementar), suspenderam todos no dia 2 de maio com destino ao Cabo das Tormentas.

Apenas como adendo, faz-se mister mencionar que nas proximidades do Cabo das Tormentas a frota de Cabral perdeu, por naufrágio, quatro navios, dentre eles o do veterano Bartolomeu Dias, e dela se desgarrou a nau de Diogo Dias, que só se juntou aos demais navios em Cabo Verde, quando do regresso da expedição.

Da poderosa força-tarefa que partira de Lisboa, portanto, apenas seis navios apresentaram-se em Calicute, no dia 13 de setembro de 1500, circunstância que muito prejudicou o cumprimento da tarefa diplomático-militar atribuída a Cabral, que incluía uma "demonstração naval" destinada a persuadir os rajás indianos a colaborarem com os portugueses.

Quando, a partir de 6 de junho de 1501, começaram a aportar em Lisboa os navios que sobraram da frota de Cabral, soube Dom Manuel, o rei de Portugal, que nada fora conseguido em Calicute, a não ser reavivar a hostilidade da população local, que se acer-

tara um incipiente acordo em Cochim, onde fora deixada uma guarnição, e que o Samorim de Cananor demonstrara algum interesse em manter relações com os portugueses, embora nada de concreto tivesse sido pactuado.

Provavelmente em decorrência dos resultados da viagem, Cabral retirou-se da cena, passando os 18 anos seguintes, até o seu falecimento, isolado na propriedade que possuía em Santarém.

O DESCOBRIMENTO INCERTO

Mas, então, quem foi o verdadeiro descobridor das terras brasileiras?

Aí é que residem as dúvidas.

É fato confirmado por documentos fidedignos que, na terceira viagem de Cristóvão Colombo, foi avistada a Ponta da Galeota, da Ilha de Trinidad, no dia 31 de julho de 1498 e, em seqüência, explorado o Golfo de Paria, na Venezuela, ocasião em que Colombo pisou, pela primeira vez, em terras do continente sul-americano.

Essa viagem de Colombo teve como propósito confirmar o que ouvira, pessoalmente, da boca de Dom João II, rei de Portugal até 25 de outubro de 1495, data em que faleceu. O monarca português alertara Colombo sobre a existência de terras bem ao sul do local em que o navegador genovês atingira o Novo Mundo. Note-se que Colombo havia oferecido os seus serviços ao citado rei, não tendo sido aceita sua proposta devido à firme decisão dos portugueses de atingir a Índia contornando a África.

Em seguida, quatro outros navegadores espanhóis projetaram-se no Mar Tenebroso para reconhecer o litoral sul-americano.

Os dois primeiros, Alonso de Hojeda e Pedro Alonso Niño, exploraram trechos já reconhecidos por Colombo.

As duas outras expedições, contudo, sob o comando de Vicente Yañez Pinzón e Diego de Lepe, respectivamente, atingiram o litoral brasileiro antes de Cabral.

A Força-Tarefa de Pinzón, integrada por quatro caravelas, fez-se ao mar no mês de dezembro de 1499, aproando ao arquipélago de Cabo Verde. Suspendeu de Cabo Verde no dia 13 de janeiro de 1500, tomando um rumo mais para o sul, de tal modo que aterrou no

litoral brasileiro nas proximidades da Ponta de Mucuripe, Ceará.

A chegada ao litoral brasileiro, devidamente comprovada, ocorreu no dia 26 de janeiro de 1500, quase três meses antes da chegada da frota de Cabral a Porto Seguro.

Além disso, Pinzón empreendeu o reconhecimento do litoral norte do Brasil, até a foz do Oiapoque, penetrando no Rio Amazonas, por ele chamado de Santa

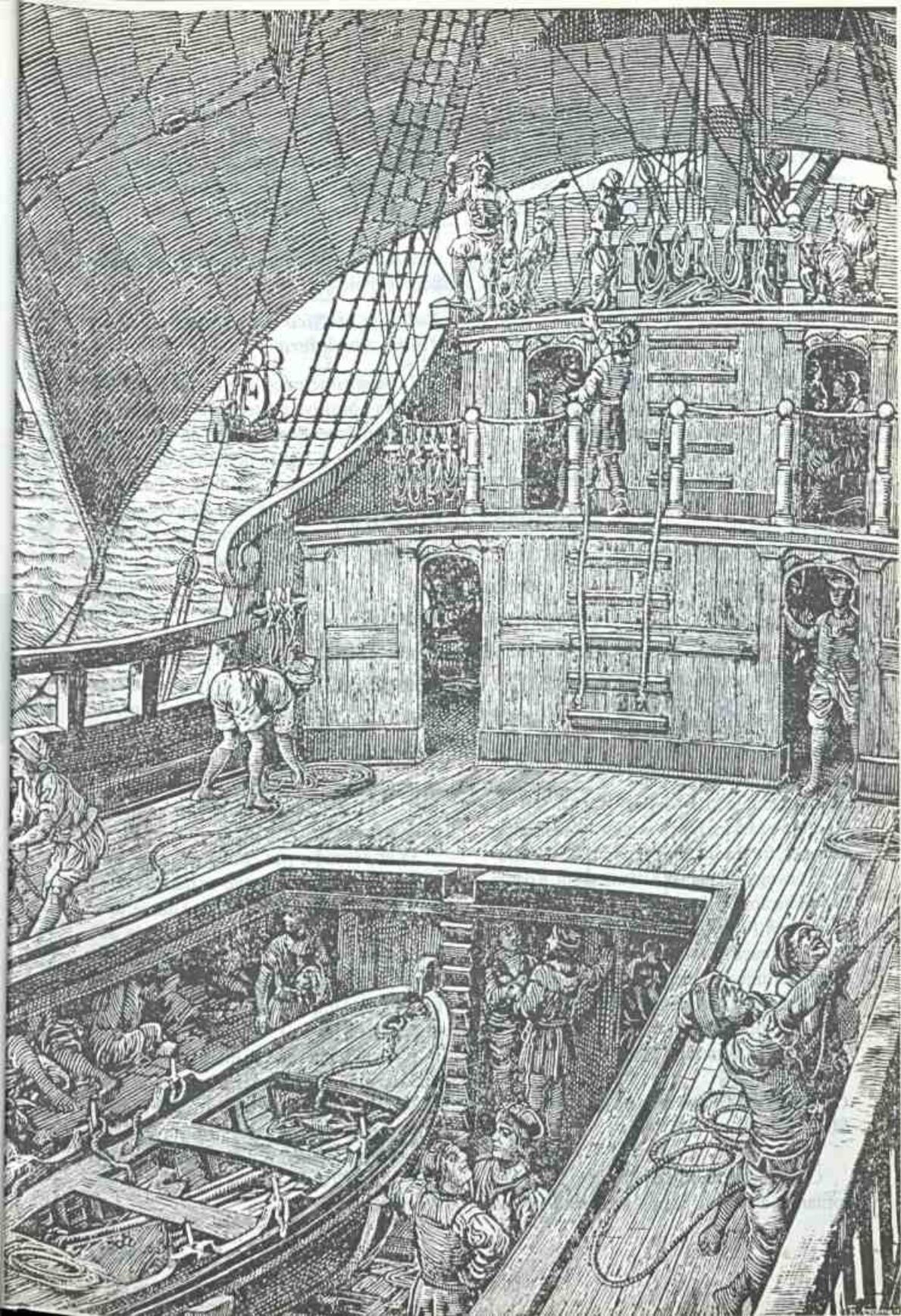
Maria de la Mar Dulce, e observando o fenômeno da pororoca, por ele batizado como "el macareo".

A viagem de Diego de Lepe, com apenas duas caravelas, iniciada uns 40 dias depois da partida da expedição anterior, seguiu na esteira de Pinzón, que foi alcançado e ultrapassado enquanto reconhecia o Rio Amazonas. Coube então a Diego de Lepe o privilégio de visitar, antes de Pinzón, a costa situada entre a foz do Amazonas e a do Oiapoque.

Mas os navegadores portugueses já não haviam chegado ao Brasil antes?

Na minha opinião pessoal, firmada por evidências históricas, a resposta é afirmativa.

**Provavelmente em
decorrência dos resultados
da viagem à Índia, Cabral
retirou-se da cena,
passando os 18 anos
seguintes, até o seu
falecimento, isolado na
propriedade que possuía
em Santarém**



Acontece que ou os portugueses mantiveram em absoluto segredo as singraduras de adestramento e reconhecimento que empreenderam, para desenvolver "o talento de bem fazer", que o Infante Dom Henrique tanto recomendava, ou então perderam-se os registros detalhados dessas inúmeras viagens, por ocasião da catástrofe que se abateu sobre Lisboa, em 1º de novembro de 1775, quando forte tremor de terra provocou uma seqüência de incêndios que destruiu toda a cidade, ceifando mais de 40 mil vidas.

O fato é que os portugueses não cruzaram os braços depois das expedições de Diogo Cão, em que o litoral ocidental da África foi reconhecido, a partir de 1484, tendo sido alcançada, na primeira viagem, a foz do Rio Congo, e na segunda, o paralelo de 22º, no litoral de Angola.

Data dessa época a construção do Castelo de São Jorge da Mina, na Guiné, e a instalação nos seus domínios de um autêntico "observatório náutico", dirigido pelos dois astrônomos judeus de Dom João II, Mestre Rodrigo e Mestre José Vizinho. Nesse centro de saber, foram elaboradas as primeiras tábuas de navegação para o Atlântico Sul, a partir da tradução, do hebraico para o latim, do *Almanach Perpetuum*, de Abraão Zacuto, e das informações colhidas junto aos navegadores portugueses, dentre os quais, com certeza, figurava Vasco da Gama, que, já em 1492, fora recompensado pelo rei por "serviços prestados às coisas do mar".

OS OBSTÁCULOS DO ATLÂNTICO SUL

O caminho marítimo para as Índias, contornando a África, sonho acalentado pelos

portugueses, apresentava dois obstáculos naturais para a navegação à vela: os ventos predominantes e as correntes marinhas.

A circulação dos ventos e das correntes marinhas são componentes dinâmicos que atuam na superfície da Terra, acionados pela energia solar, para transferir calor do Equador para os Pólos.

Balanço térmico do sistema Terra-Atmosfera

O balanço térmico do sistema Terra-Atmosfera é positivo em torno do Equador, até as proximidades dos paralelos de 40º, tornando-se negativo, daí por diante, até os dois Pólos.

Se não houvesse uma transferência de calor para os Pólos, as faixas tropicais, ao norte e ao sul do Equador, tornar-se-iam demasiadamente quentes.

A maior parte da energia térmica transportada do Equador para os Pólos, entre 75 e 80%, flui por intermédio da circulação atmosférica, propulsionada, na maior parte do trajeto, pelo

fenômeno da convecção.

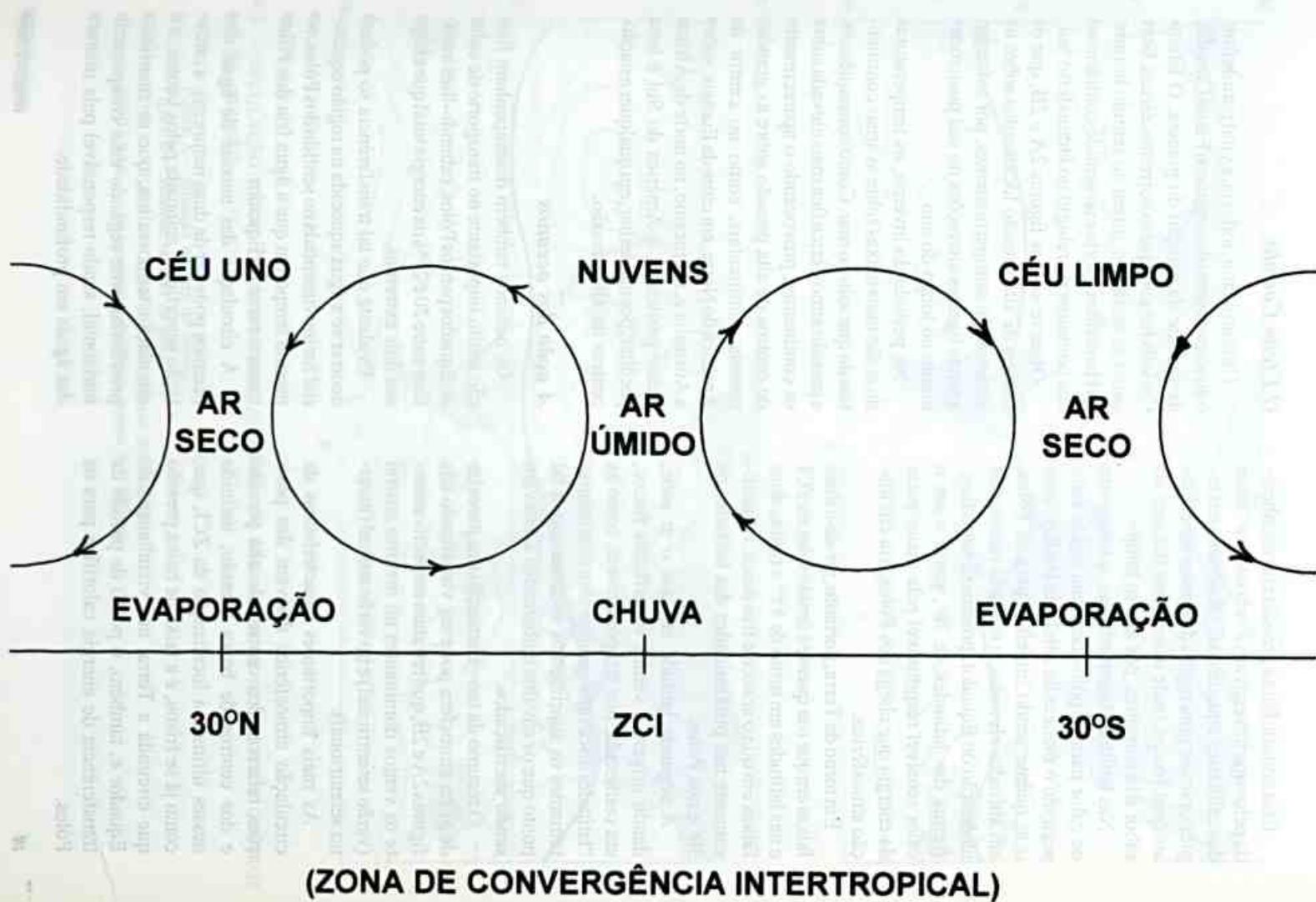
O ar ascende, por convecção, nas vizinhanças do Equador, move-se para o norte e para o sul em altitudes elevadas e desce, após resfriar-se, nas latitudes próximas de 30º, retornando ao Equador rente à superfície.

A imagem representativa da circulação longitudinal impulsionada pela convecção é mostrada na figura 1.

Note-se que a posição intermediária não é exatamente o Equador terrestre, mas a Zona de Convergência Intertropical (ZCI), faixa de baixa pressão que passeia em torno do Equador, acompanhando o movimento aparente do Sol. A ZCI comporta-se como um "equador climático".

A chegada de Pinzón ao litoral brasileiro, devidamente comprovada, ocorreu no dia 26 de janeiro de 1500, quase três meses antes da chegada da frota de Cabral a Porto Seguro

Figura 1 – AS CÉLULAS DE HADLEY



(ZONA DE CONVERGÊNCIA INTERTROPICAL)

Essa zona de baixa pressão era reconhecida pelos que navegavam à vela como a “zona das calmarias equatoriais” (*doldrums* em inglês), por ser uma região de ventos superficiais bem fracos, onde os veleiros ficavam ao sabor das correntes, por algum tempo.

Nas latitudes intermediárias, o transporte de calor para os pólos continua sendo feito segundo o modelo da célula de Hadley, com o ar quente sendo impelido para os Pólos, em altitudes elevadas, e o ar frio retornando na direção do Equador, próximo à superfície. Acima das latitudes de 70°, passa a ser o calor sensível responsável pela maior parte da energia que chega aos Pólos, via circulação atmosférica.

Em torno da Terra, portanto, ter-se-á duas faixas em que o ar quente e úmido sobe, na ZCI e nas latitudes em torno de 55°; e outras duas faixas em que o ar seco e frio desce, respectivamente nas proximidades das latitudes de 30° e nos Pólos.

A segunda latitude em que o ar sobe, dando origem a ventos superficiais fracos, era conhecida, nos tempos da vela, como as “latitudes do cavalo”, porque com as calmarias reinantes os suprimentos escasseavam a tal ponto que os cavalos embarcados acabavam sendo sacrificados.

O resumo da movimentação das parcelas de ar na atmosfera pode ser visualizado nas figuras 2A e 2B, que retratam respectivamente os ventos dominantes no inverno austral (verão setentrional) e no verão austral (inverno setentrional).

As mais importantes características da circulação atmosférica derivam das posições relativas dos centros de alta pressão e dos centros de baixa pressão, incluída nesses últimos a localização da ZCI, que, como já se frisou, é a faixa de baixa pressão que circunda a Terra, nas vizinhanças do Equador e, também, o ponto de partida da transferência de energia calorífica para os Pólos.

O Efeito Coriolis

Um outro fator, todavia, é vital para definir o direcionamento dos ventos: o Efeito Coriolis, decorrente da rotação do planeta. O Efeito Coriolis faz com que as correntes aéreas, bem como as marinhas, girem no sentido horário no Hemisfério Norte e no sentido contrário aos dos ponteiros do relógio no Hemisfério Sul.

Observe-se, nas figuras 2A e 2B, que os centros de alta pressão localizados sobre os oceanos são semipermanentes, por sofrerem apenas ligeiras alterações no seu posicionamento ao longo do ano.

No período do inverno, as temperaturas do ar são mais baixas sobre as áreas continentais do que sobre o mar. Como consequência, a pressão atmosférica fica mais elevada sobre os continentes, provocando o aparecimento de centros de alta pressão sobre as grandes massas continentais, como no centro da América do Norte, em cima da Eurásia, sobre a Austrália e, até mesmo, no norte da África. Nesse particular, a América do Sul é bem peculiar, por não sediar, em qualquer estação, centros de alta pressão.

A ação dos oceanos

Os oceanos também desempenham função muito importante no transporte de calor do Equador para os Pólos, cabendo-lhes transferir entre 20 e 25% da energia total que chega aos dois extremos.

Evidente que tal transferência só poderá ocorrer se a água aquecida na região equatorial for movimentada no sentido dos Pólos, ao mesmo tempo em que a água fria dos Pólos tomar o rumo do Equador.

A circulação das massas de água dos oceanos pode ser de duas naturezas: a circulação superficial, acionada pelos ventos, e a circulação termossalina, que se manifesta prioritariamente segundo uma componente horizontal, sendo responsável pela mistura das águas em profundidade.

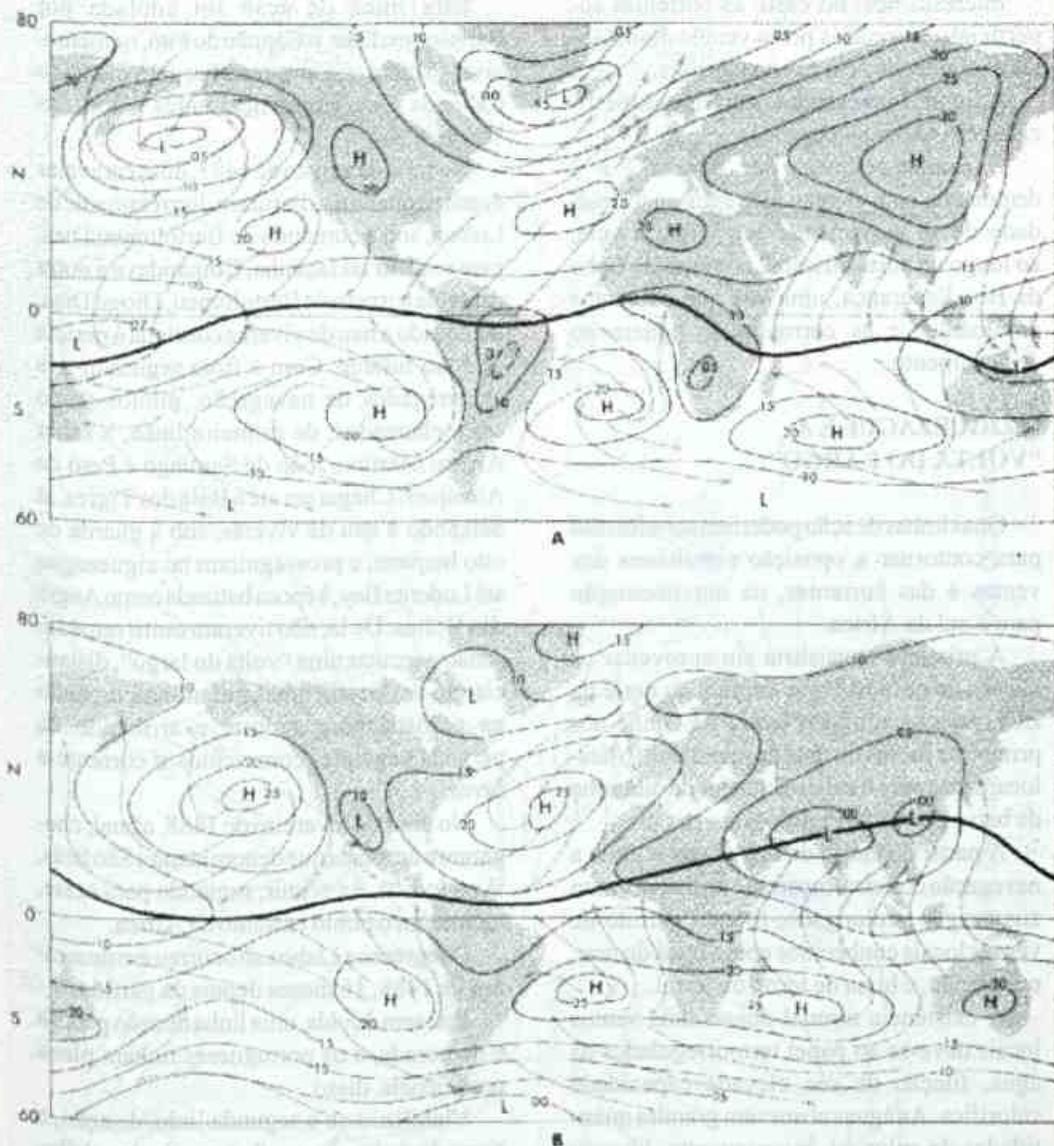


Figura 2 - CIRCULAÇÃO GERAL DA ATMOSFERA, AO NÍVEL DO MAR, COM OS RESPECTIVOS CENTROS DE PRESSÃO

Figura A - Situação no mês de janeiro

Figura B - Situação no mês de julho

LINHA CHEIA - Zona de Convergência Intertropical

ISÓBARAS - Expressas em milibares, acima de 1.000 mb

Interessa-nos, no caso, as correntes superficiais, acionadas pelos ventos dominantes e orientadas pelo Efeito Coriolis.

A figura 3 apresenta as correntes superficiais, em todos os oceanos.

O exame conjunto das figuras 2 e 3 demonstra, com clareza meridiana, a dificuldade de se movimentar um navio a vela, ao longo da costa africana, no rumo do Cabo da Boa Esperança, uma vez que os ventos dominantes e as correntes se opõem ao deslocamento.

O ZIGUEZAGUE E A “VOLTA DO LARGO”

Duas linhas de ação poderiam ser adotadas para contornar a oposição simultânea dos ventos e das correntes, na movimentação para o sul da África.

A primeira consistiria em aproveitar os aliseos de nordeste, que sopram ao norte da ZCI, para se atingir o Golfo da Guiné nos primeiros meses do ano, aproveitando o deslocamento para o sul do Equador da dita zona de baixa pressão. (Figura 4)

A partir do Golfo da Guiné tentar-se-ia a navegação costeira, orçando e arribando, num ziguezague prolongado, tirando partido de ventos locais conhecidos como brisa do mar, ou viração, e brisa de terra, ou terral.

A existência normal desses dois ventos locais deve-se ao papel termorregulador da água, função da sua elevada capacidade calorífica. As águas absorvem grandes quantidades de calor ou, inversamente, liberam calor, sem causar variações bruscas na temperatura circundante. Portanto, no período diurno, a temperatura do mar situa-se abaixo da temperatura em terra, o que gera ventos superficiais do mar para terra, a brisa do mar; no período noturno, ao contrário, a massa continental esfria mais rápido do que a massa de água vizinha, gerando assim o terral, que sopra superficialmente da terra para o mar.

Esta linha de ação foi adotada por Bartolomeu Dias, o Capitão do Fim, na memorável viagem que empreendeu para montar o Cabo da Boa Esperança, antes Cabo das Tormentas.

No final de agosto de 1487, duas caravelas e uma pequena nau partiram discretamente de Lisboa, sob o comando de Bartolomeu Dias, para realizar tal façanha. Comandava a outra caravela o irmão de Bartolomeu, Diogo Dias, tendo sido a nau de víveres confiada à perícia de João Infante. Com a frota seguiram três encarregados de navegação, pilotos como eram chamados, de primeira linha, a saber Álvaro Martins, João de Santiago e Pero de Alenquer. Chegaram até a Baía dos Tigres, lá deixando a nau de víveres, sob a guarda de oito homens, e prosseguiram no ziguezague até Luderitz Bay, à época batizada como Angra das Voltas. De lá, não tiveram outro remédio senão executar uma “volta do largo”, distanciando-se de terra umas mil milhas, orçando na pernada para sudeste e arribando na pernada seguinte, com ventos e corrente a favor.

No dia 3 de fevereiro de 1488, afinal, chegaram a uma baía que denominaram São Brás, já no Índico, e a seguir, rumando para oeste, montaram o ponto extremo da África.

O regresso a Lisboa só ocorreu em dezembro de 1488, 16 meses depois da partida.

Era, sem dúvida, uma linha de ação penosa e demorada, e os portugueses tinham plena consciência disso.

Viabilizou-se a segunda linha de ação, a “grande volta do mar”, a partir dos dados recolhidos pelo “observatório náutico” instalado na fortaleza de São Jorge da Mina e das constantes viagens de adestramento empreendidas pelos navegadores portugueses, penetrando, cada vez mais, no temido Mar Tenebroso.

Há registros esparsos das demoradas viagens feitas entre a chegada ao Cabo das Tormentas, em 1487, e a chegada do Almiran-

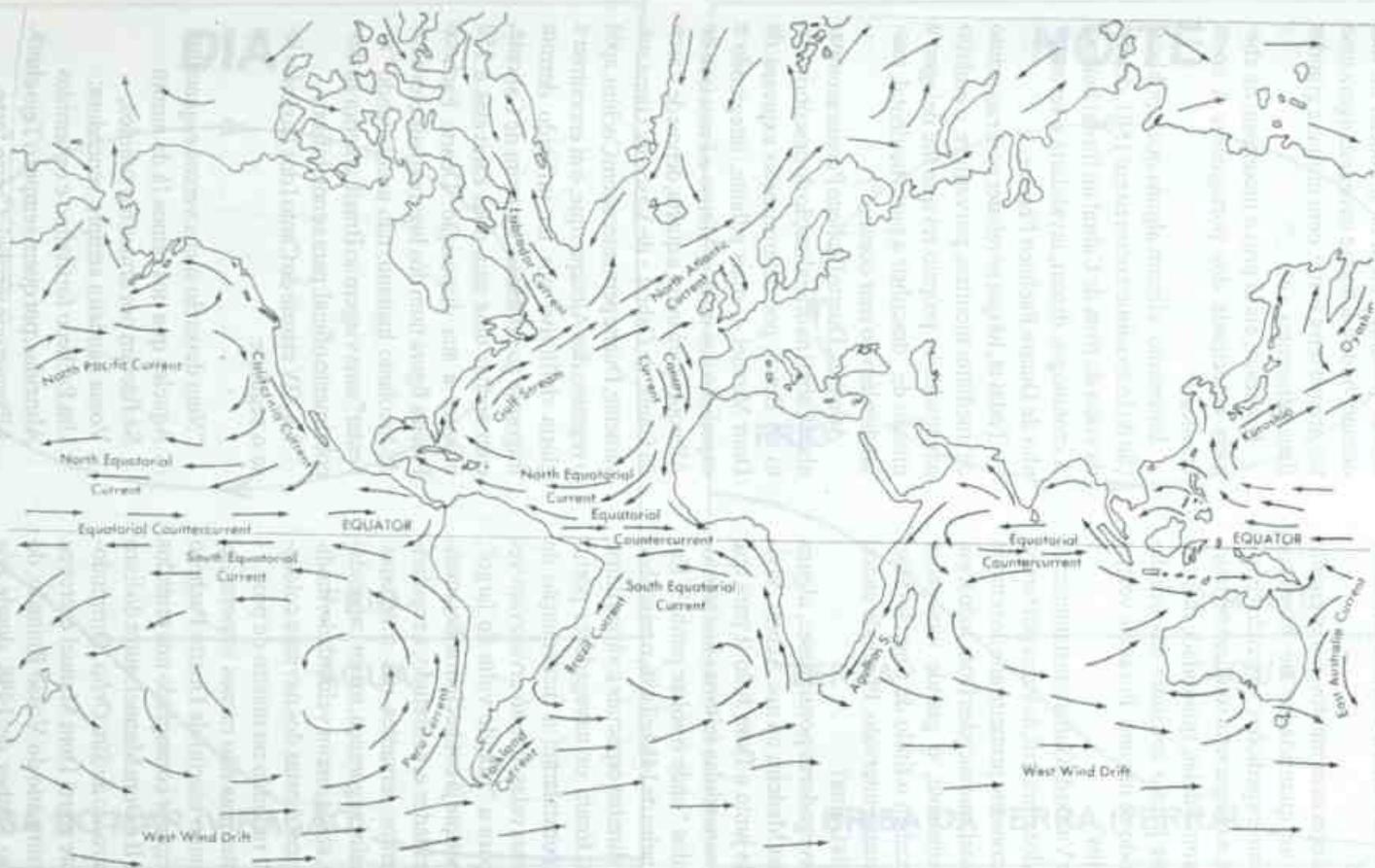


Figura 3 – CIRCULAÇÃO GERAL DOS OCEANOS

te Dom Vasco da Gama a Calicute, em 20 de maio de 1497.

Pesquisadores mais atentos, por exemplo, conferiram as quantidades de biscoitos embarcadas em expedições realizadas entre as duas datas, e chegaram a totalizar 60 toneladas em algumas delas, quantidade mais do que suficiente para o consumo das tripulações no período de um ano. Por onde velejavam tais navios?

O próprio Vasco da Gama constantemente desaparecia do noticiário, às vezes por tempo prolongado, como no primeiro ano do reinado de Dom Manuel, que sucedeu Dom João II em 1495. Não obstante, o grande navegador português recebeu o título de Capitão-Mor, exatamente nesse intervalo. Por onde andou Dom Vasco da Gama?

Outros navegadores portugueses, alguns já sediados na Madeira ou nos Açores, viviam insistindo junto a Dom João II para que lhes fossem concedidas feitorias nos territórios localizados “onde o sol se punha”. Em diplomas, datados de 1484 e 1486, o rei acabou concedendo direitos especiais a vários deles.

Ademais, foram os navegadores portugueses que constataram a inadequação do velame das caravelas, que só arvoravam velas latinas, para a “grande volta do largo”, certamente porque já conheciam sobejamente as peculiaridades e, sobretudo, a regularidade dos ventos reinantes nas travessias. Para obter maior segurança, maior capacidade de carga e, ainda, maior velocidade, modificaram as obras mortas dos navios e colocaram um pano redondo no mastro de proa.

Finalmente, mas não menos importante, há o depoimento escrito de Duarte Pacheco Pereira, navegador consagrado nos reinados de Dom João II e Dom Manuel, autor do livro náutico *Esmeraldo de Situ Orbis*. Dirigindo-se diretamente ao rei Dom Manuel escreveu ele: “No terceiro ano do Vosso Reinado, do ano de Nosso Senhor de 1498, donde nós Vossa Alteza mandou descobrir a parte oci-

dental, passando além da grandeza do mar oceano, onde é achada e navegada agora uma tão grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela ...”

Homessa, eis aí prova incontestada da chegada antecipada dos portugueses à costa brasileira!

Entretanto, alegam alguns que a publicação do livro náutico ocorreu em 1501, depois da visita da frota de Cabral ao litoral baiano. A cronologia, dizem, invalidaria o testemunho de Duarte Pacheco Pereira.

Todavia, há que se rebater esse raciocínio de imediato: mentira, porventura, o emérito navegador ao próprio rei que lhe delegou a missão de “descobrir a parte ocidental, passando além do mar oceano”?

Ademais, Duarte Pacheco Pereira acompanhou Cabral na oficialização do descobrimento do Brasil, por determinação expressa de Dom Manuel e, mais adiante, integrando a expedição dos irmãos Afonso e Francisco de Albuquerque à Índia, a quarta, depois de Vasco da Gama, de Cabral e de Vasco da Gama novamente, Duarte permaneceu em Cochim, após o regresso dos Albuquerque, e aí encontrou a glória definitiva por ter infligido derrota fragorosa ao poderoso Samorim de Calicute, com apenas uma nau, duas caravelas e 150 infantes à sua disposição. Duarte Pacheco Pereira figura num dos lugares mais elevados do heroísmo lusitano, não necessitando “inventar” uma viagem ao Brasil, anterior ao descobrimento oficial, para se notabilizar.

Na XIV estrofe do Canto I dos *Lusíadas* lê-se o seguinte:

“Nem deixarão meus versos esquecidos
Aqueles que nos reinos lá da aurora
Se fizeram por armas tão subidos,
Vossa bandeira sempre vencedora;
Um Pacheco fortíssimo e os temidos
Almeidas, por quem sempre o Tejo chora,
Albuquerque terrível, Castro forte,
E outros em quem poder não teve a morte.”



Figura 4 – BRISAS DO MAR E DA TERRA

A palavra de um homem desse calibre não pode ser posta em dúvida!

Essa exploração do “mar oceano”, mencionada por Duarte Pacheco Pereira, só se tornou possível depois de bem conhecidos os regimes de ventos e correntes do Atlântico Sul que, sem dúvida, facilitaram a “grande volta do largo”.

Suspendendo-se de Lisboa nos primeiros meses do ano, por exemplo, os aliseos de nordeste impeliriam os veleiros diretamente para a costa norte do Brasil e, a partir do cruzamento da zona das calmarias (ZCI), esses navios ainda poderiam orçar mais para o sul, aproveitando-se dos aliseos de sudeste, também constantes ao sul da ZCI.

No tocante às correntes, os avanços dos veleiros, ao norte da ZCI seriam facilitados pela corrente das Canárias e pela corrente denominada norte-equatorial. Ultrapassada a ZCI as correntes sul-equatorial e do Brasil contribuiriam para a navegação ao longo da costa brasileira, no rumo geral sul, até que fosse encontrada a corrente das Malvinas, com rumo noroeste, na posição em que o regime de ventos já seria aquele vigente ao sul do centro de alta pressão do Atlântico Sul, quando vão rondando para nordeste e depois para noroeste e oeste (figuras 5 e 3).

A “grande volta do largo” permitiria, como de fato permitiu, que os grandes veleiros aproassem ao Cabo das Tormentas e, depois de montá-lo, atingissem o sonhado Índico, o Oceano das Monções.

Observe-se, antes de passar adiante, que a própria frota do Almirante Dom Vasco da Gama deve ter feito uma parada, para reabastecimento, no litoral brasileiro. A sua “grande volta do largo” durou nada menos do que 96 dias, pois a frota composta pelas naus *São Gabriel*, *São Rafael* e *Bérrio*, e mais um navio de bom porte carregado de víveres e equipamentos, suspendeu do arquipélago de Cabo Verde no dia 3 de agosto e só fundeou na Angra de Santa Helena, um pouco ao norte do

Cabo das Tormentas, no dia 7 de novembro de 1497. Ora, com três meses de mar, sem reabastecimento de víveres frescos, boa parte das tripulações teria sido dizimada pelo escorbuto, ocorrência essa que não consta das crônicas oficiais da viagem.

Sobre essa provável estadia no Brasil, há apenas um indício fornecido pelo chamado “navegador anônimo”, personagem não identificado que relatou a viagem independentemente dos três escrivães oficiais embarcados. Nas anotações do escrivão anônimo, consta que, a certa altura da travessia oceânica, a frota foi sobrevoada por bandos de aves, evidência segura da proximidade de terra. Todavia, o caráter ultra-secreto das navegações portuguesas da época teria sido suficiente para tolher o próprio escritor anônimo de prosseguir na narrativa, omitindo a faina de reabastecimento. A sua revelação sobre as aves já havia ultrapassado o limite do sigilo imposto pelos superiores, tanto que nos textos oficiais nada é citado sobre esse fato.

A RECONSTITUIÇÃO DAS DERROTAS

Antes de prosseguir na narrativa, há uma observação importante a fazer, depois de explicado que o termo náutico “derrota” significa o caminho percorrido por uma embarcação ao longo de uma viagem.

Veza por outra, alguns apaixonados pelos feitos dos grandes navegadores do final do século XV e início do século XVI tentam reconstituir, com exatidão milimétrica, as derrotas dos navios por eles guarnecidos. Tomam por base, esses estudiosos, as cartas-piloto que indicam os ventos dominantes e as correntes oceânicas da atualidade.

O preciosismo, no caso, invalida os trabalhos!

Após o encerramento do último período glacial, há cerca de 12 mil anos, o clima da Terra vem sofrendo alterações sucessivas.

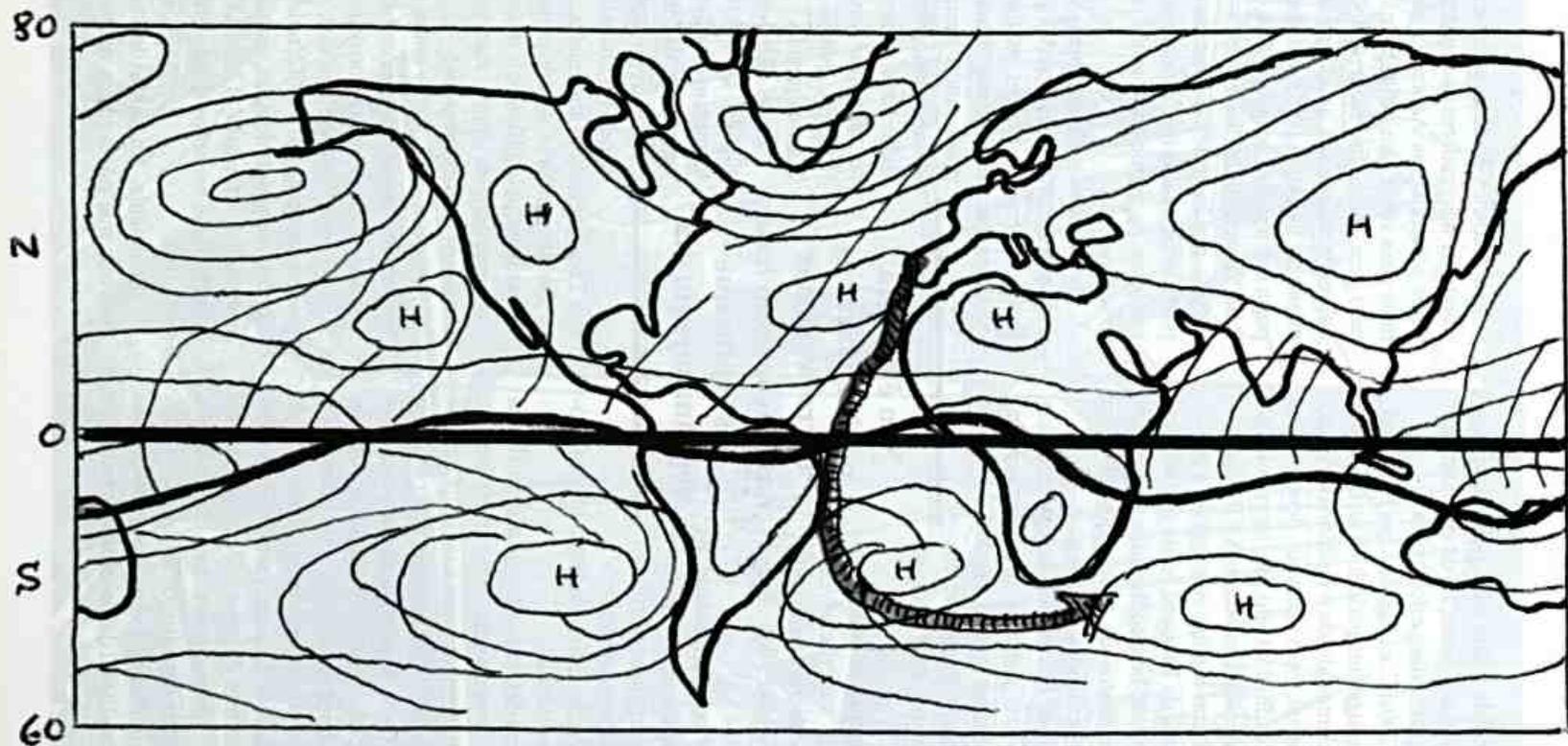


Figura 5 - A GRANDE VOLTA DO LARGO

Em torno de 5.000 a.C., por exemplo, o planeta atingiu a situação de aquecimento máximo da atmosfera e dos mares.

Entre 1.200 d.C. e 1.700 d.C., por outro lado, a Terra passou por um período de resfriamento sem precedentes, desde o término do último período glacial. Esse intervalo, denominado Pequena Idade do Gelo, só terminou nas primeiras décadas do século XVIII, quando as temperaturas médias começaram a subir.

Os efeitos da Pequena Idade do Gelo sobre a Europa são bem conhecidos, tanto pelos registros e relatos da época, quanto pelas pesquisas científicas recentes.

Resumindo tais efeitos, no que interessa ao estudo das derrotas dos navegadores, pode-se afirmar que o regime de ventos mudou significativamente em relação ao que prevalece na atualidade.

O resfriamento aumentou bastante as superfícies continentais cobertas pelo gelo e a amplitude dos mares congelados.

Apenas por curiosidade, é interessante transcrever um trecho de documento, escrito em 1492, pelo Papa Alexandre VI, dando conta das dificuldades da Igreja Católica na Groenlândia:

“A Igreja de Garda situa-se nos confins da Terra, na Groenlândia, e os habitantes da região já se acostumaram a viver na base de peixe salgado e leite, por lhes faltar o pão, o vinho e o óleo. A navegação para lá está se tornando cada vez menos freqüente, devido ao congelamento extensivo dos mares. Nenhum navio conseguiu chegar lá nos últimos 80 anos e para se alcançar área tão distante só viajando no mês de agosto. Por esse motivo, nenhum bispo ou padre tem assistido aos fiéis de Garda nos últimos 80 anos”.

O congelamento das áreas pesqueiras contíguas ao litoral da Groenlândia (nome de

origem nórdica, Gronland, terra verde), impulsionou os navegadores portugueses, alguns deles sediados nos Açores, a se aventurar mais para oeste, em latitudes não afetadas pelo gelo. Por assim fazer, João Fernandes Labrador chegou ao Canadá em 1431, exatamente no litoral da península que, até hoje, porta o seu nome, enquanto João Vaz Corte Real, donatário da Ilha Terceira, retornou à mesma região, antes da partida de Cabral, para aterrar na Ilha de Terra Nova, que ainda conserva o nome português dado pelo descobridor.

Os primeiros sinais, bem visíveis, da variação climática, registrados pelos habitantes da Europa, foram os fortes ventos que começaram a soprar sobre o litoral,

provocando tempestades e ressacas nunca dantes observadas. Uma dessas borrascas deu origem ao Zuyder Zee, na Holanda, que só no século XX foi drenado.

Essas tempestades freqüentes, com certeza, transformaram o Atlântico no Mar Tenebroso, da mesma forma que a extremidade austral da África foi chamada de Cabo

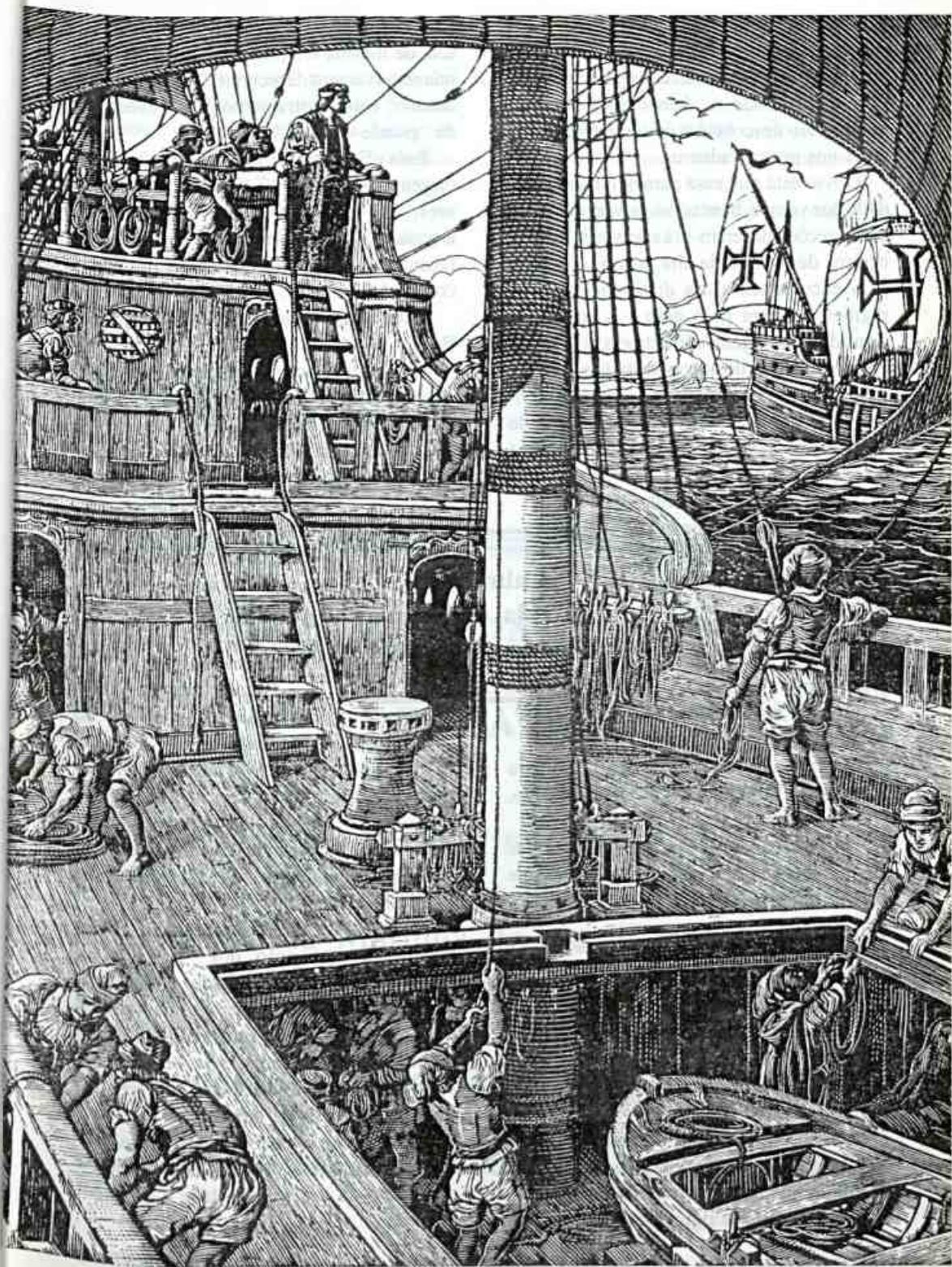
das Tormentas, hoje amainadas.

Os navegadores de então poderiam ser fantasiosos, pela deficiência de conhecimentos científicos da época, mas nunca foram medrosos nem exagerados!

Aliás, foi uma dessas tempestades que, surpreendendo no mar uma embarcação portuguesa, desviou o seu rumo original, conduzindo-a até o arquipélago dos Açores, em pleno inverno de 1431-1432, redescobrimo o importante grupo de ilhas, esquecido desde o reinado de Afonso IV (1325 a 1357), quando navegadores lusitanos lá estiveram pela primeira vez.

Igualmente, foi outra dessas borrascas terríveis que pôs a pique quatro navios da

**Não é correto,
porém, traçar as
derrotas dessas
navegações com base
nos ventos que
sopram hoje em dia**



frota de Cabral, na altura do Cabo das Tormentas, encerrando a carreira de Bartolomeu Dias e frustrando a “demonstração naval” que o nosso descobridor oficial deveria executar nos portos indianos.

Óbvio está que esse aumento na intensidade dos ventos, bem como as variações nas suas direções, deveram-se à aproximação entre centros de baixa e de alta pressão, causada pelo encurtamento das distâncias entre as regiões cobertas pelo gelo e a conhecida Zona de Convergência Intertropical – ZCI. A ZCI, outrossim, deslocou-se mais para o sul das suas atuais posições, devido às diferenças entre o avanço das geleiras a partir do Pólo Norte e a partir do Pólo Sul (a Antártica é cercada por oceanos).

Assim, é absolutamente correto pensar-se numa “via expressa” entre a Península Ibérica e o litoral nordeste do Brasil, no decorrer do verão austral, acionada pelos aliseos de nordeste, que sempre sopram ao norte da ZCI.

Os dois navegadores espanhóis, Pinzón e de Lepe, aproveitaram-se dessa “via expressa” para atravessar o Atlântico em tão pouco tempo, como o fizeram.

Não é correto, porém, traçar as derrotas dessas navegações com base nos ventos que sopram hoje em dia.

O TALENTO DE “BEM FAZER”

De tudo o que foi exposto, parece certo que a expedição portuguesa sob as ordens do Capitão-Mor Pedro Álvares Cabral de Gouveia não foi a primeira a avistar e aportar no litoral brasileiro.

Não obstante, não se pode negar os méritos do insigne português, por ter sido ele escolhido apenas para oficializar a descoberta do Brasil, feito de algum outro compatriota

seu, de mesma têmpera, no transcorrer das inúmeras viagens de reconhecimento do “mar oceano” e de adestramento para a execução da “grande volta do largo”.

Essa oficialização, no entanto, é que deu origem ao Brasil de hoje, herdeiro dos costumes, das tradições e da língua desses argonautas que suplantaram, com as suas façanhas, os trabalhos dos heróis mitológicos da Antiguidade.

Cabral, sem dúvida, delineou o destino do Brasil.

No que toca aos dois navegadores espanhóis, Vicente Pinzón e Diego de Lepe, que chegaram ao litoral brasileiro no alvorecer do ano de 1500, também não podem ser esquecidos, nem desprezados, tendo em vista os

seus feitos hercúleos. Todavia, são personagens de dois episódios isolados da nossa História, por não terem desfechado o processo de ocupação permanente da terra visitada.

Todos esses intrépidos navegadores, pois, que se aventuraram por mares nunca

dantes navegados, para alcançar o litoral brasileiro, são os patriarcas, os pilares, os iniciadores de um excelso empreendimento denominado **Brasil**, todos eles animados pelo “talento de bem fazer” das prescrições do Infante Dom Henrique.

Esse “talento de bem fazer” foi, mais adiante, a motivação dos “gigantes da nacionalidade”, um punhado de homens bem dotados, que souberam manter una e indivisível a herança recebida dos argonautas portugueses, seja ocupando o continente que é hoje o Brasil, seja repelindo as investidas de forasteiros que aqui chegaram para mudar os nossos valores tradicionais, seja contribuindo para a afirmação da nossa identidade e da nossa soberania.

Cabral, sem dúvida, delineou o destino do Brasil

Esse mesmo “talento de bem fazer”, enfim, é a arma com que contam os verdadeiros brasileiros, patriotas, probos, generosos e competentes, para banir do convívio nacional todos aqueles “cidadãos do mundo”, também “vendilhões da pátria”, que vêm retardando a inexorável marcha do Brasil para a sua “grande volta do largo”,

cujo resultado será a conquista da independência econômica, a distribuição justa das riquezas desta terra abençoada e, como clímax, a composição de uma civilização cósmica: fraterna, sem preconceitos e próspera.

Brasil acima de tudo, sob a proteção de Deus!

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIA> / Descobrimento do Brasil /; Cabral, Pedro Álvares (Navegador Port.);

NOSSA CAPA – (4º/99)

ERRATA

Na *RMB* do 4º trimestre de 1999, no final do artigo **NOSSA CAPA – Programa Nuclear da Marinha do Brasil**, na página 19, não tem valor a última linha. O artigo termina assim: “... é um retrato do que **a vontade de brasileiros pode alcançar.**”

Vem aí a edição sesquicentenária da

Revista Marítima Brasileira

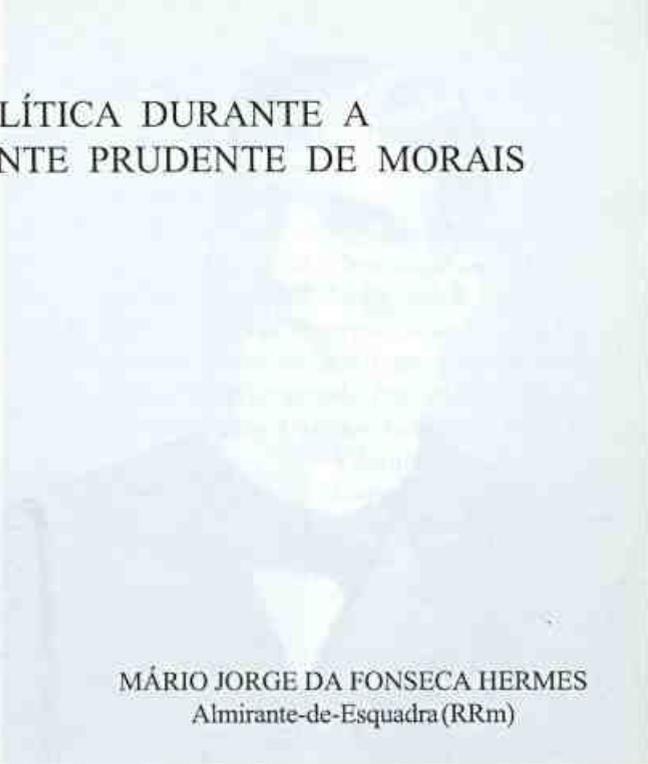
A segunda publicação mais antiga do mundo* a tratar especial e preferencialmente de temas marítimos e navais, na edição do 1º trimestre de 2001, completará 150 anos de existência. Com a colaboração de seus leitores, continuará sendo uma plataforma para a discussão de novas idéias para conquistarmos uma Marinha melhor.

*Fonte: *Boletín del Centro Naval* (Argentina), que destaca a seguinte ordem cronológica:

- 1848 - *Morskoi Sbornik* (Rússia)
- 1851 - *Revista Marítima Brasileira* (Brasil)
- 1866 - *Revue Maritime* (França)
- 1868 - *Rivista Marittima* (Itália)
- 1870 - *Anais do Clube Militar Naval* (Portugal)
- 1873 - *U.S. Naval Institute Proceedings* (EUA)
- 1882 - *Boletín del Centro Naval* (Argentina)

OS MILITARES E A POLÍTICA DURANTE A REPÚBLICA – PRESIDENTE PRUDENTE DE MORAIS

Parte XXXIII



MÁRIO JORGE DA FONSECA HERMES
Almirante-de-Esquadra(RRm)

SUMÁRIO

- Canudos, uma notícia
- Os monarquistas, os jacobinos, a imprensa e o governo
- O assassinato de Gentil de Castro
- Eduardo Prado embarca para a Europa
- A revolta (insubordinação) da Escola Militar da Praia Vermelha
- Os desdobramentos políticos da insubordinação da Escola Militar
- A moção J. J. Seabra

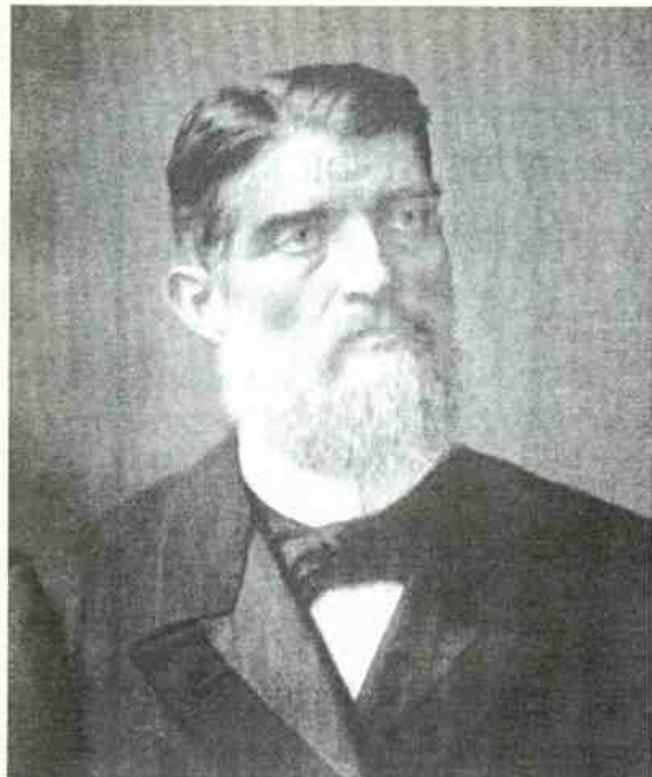
CANUDOS, UMA NOTÍCIA

Prudente José de Moraes e Barros pedira licença em **10 de novembro de 1896**. A 4 de novembro, o General Frederico Solon*, comandante do 3º Distrito Militar, atendendo a solicitação do governador da Bahia, Luís Viana, reuniu uma força de cem praças e três oficiais, sob o comando do Tenente Manoel da Silva Pires Ferreira, do 9º

Batalhão de Infantaria, e colocou-a à disposição do governador. A finalidade era dar combate aos homens de Antônio Conselheiro. Ficou conhecida como a Primeira Expedição a Canudos.

O presidente reassumiu o governo em **4 de março de 1897**. Nesse período, ocorreram as derrotas das Primeira e Segunda Expedições. Esta, sob o comando do major do 9º Batalhão de Infantaria Febrônio de Brito e composta, a

* N.A.: Sogra de Euclides da Cunha.



EUCLIDES DA CUNHA (Casa Euclidianas)
S. J. do R. Pardo – SP – Hist. Br. –
Bloch Edit. – p. 586)

PRESIDENTE PRUDENTE DE MORAIS
(Museu da República – Hist. Br. – Bloch Edit. – p. 586)

FIGURAS IMPORTANTES DO PERÍODO

RUY BARBOSA
(Hist. Br. – Bloch Edit. – p. 555)



ALCINO GUANABARA
(Nova Encicl. Delta Larouse – p. 937)



princípio, de cem praças e oito oficiais de linha e de cem praças e três oficiais da força estadual, partiu de Salvador em 25 de novembro. Em dezembro, foi enviado para Monte Santo, no caminho de Canudos, um reforço de cem praças. A direção geral ficou a cargo do Coronel Pedro Nunes Tamarindo, também do 9º de Infantaria.¹

A 7 de março, apenas três dias após o retorno de Prudente de Moraes, chega ao Rio de Janeiro a notícia do desastre sofrido pela Terceira Expedição, organizada pelo governo federal, na pessoa do Vice-Presidente Manuel Vitorino. Esta força fora preparada com cuidado e seu comando entregue ao renomado Coronel Moreira César, "florianista, mas homem da lei, que se nega a concordar com as tentativas de permanência no poder de Floriano Peixoto e Manuel Vitorino; é também conhecido por sua dureza e fuzilamentos no Desterro."²

Registra Pedro Calmon: "Lauro Muller tivera a idéia de chamar Moreira César, cuja presença em Santa Catarina era intolerável para os seus amigos. Sugeriu ao ministro da Guerra o telegrama patético em que, apelando para o seu fervor republicano, o concitou a vir com seu batalhão defender o regime... Com a sua fina malícia, libertava o Estado do incômodo "restaurador" da República – responsável pelas execuções em Anhatomirim – e antepunha ao fanatismo de um lado, o do outro."³

A 21 de fevereiro de 1897, a tropa encontrava-se formada em quadrado, no largo, em Monte Santo.

"Ali estavam: o 7º Batalhão, com efetivo superior ao normal, comandado pelo Major Rafael Augusto da Cunha Matos; o 9º, que pela terceira vez se apresentava à luta, ligeiramente desfalcado, sob o mando do Coronel Pedro Nunes Tamarindo; frações do 33º e 16º, dirigidas pelo Capitão Joaquim Quirino



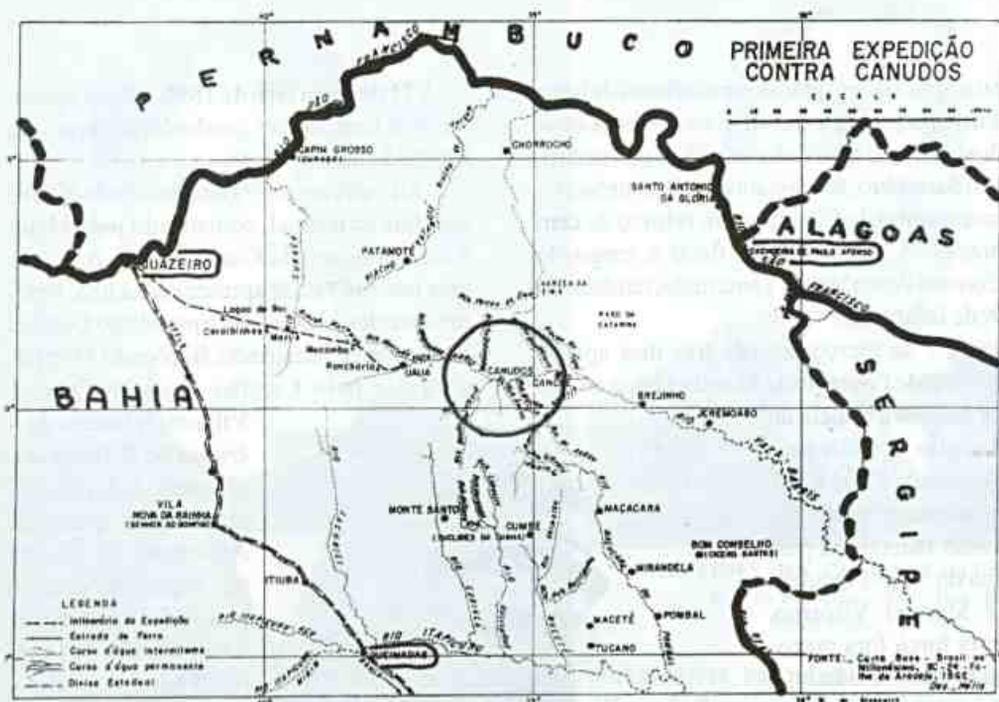
CORONEL MOREIRA CÉSAR
(Do livro *Guerra dos Canudos*, de
H. de Macedo Soares)

Vilarim; a bateria de 4 *krupps* do 2º Regimento, comandada pelo Capitão José Salomão Agostinho da Rocha; um esquadrão com 50 praças do 9º de Cavalaria, ao mando do Capitão Pedreira Franco; contingentes da polícia baiana; Corpo de Saúde chefiado pelo Dr. Ferreira Nina; e Comissão de Engenharia. Executuavam-se 70 praças do 16º que ficariam com o Coronel Souza Menezes, guarnecendo a vila.

Eram ao todo 1.281 homens – tendo cada um 220 cartuchos nas patronas e cargueiros, à parte a reserva de 60 mil tiros no comboio

geral".⁴

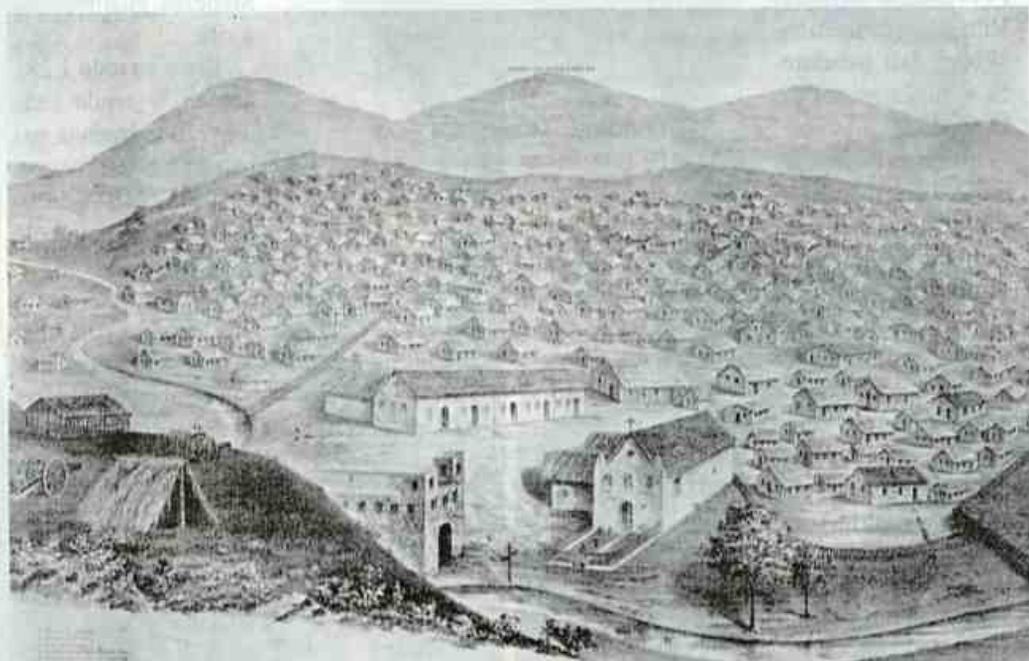
Não é o propósito do autor descrever a Guerra de Canudos. Dos leitores, a maioria, certamente, com ela está familiarizada, conhecedora que é, entre outras, da obra de Euclides da Cunha. Interessa o acontecimento pela histeria coletiva que determinou, estimulada, principalmente, pelos jornais, inclusive os mais conceituados, hoje conhecidos como "a grande imprensa". Interessa, ainda, por



SITUAÇÃO GEOGRÁFICA
(Livro *Canudos* de Marco Antônio Villa)

CANUDOS

A VILA NO SEU APOGEU
(Museu Histórico Nacional - História do Brasil - Bloch Editores - p. 594)



envolver o movimento monarquista e por determinar ataques políticos ao presidente da República.

“A terceira expedição anulada, dispersa, desaparecera. E como, na maioria, os fugitivos evitassem a estrada, desgarraram-se sem rumo, errando à toa no deserto, onde muitos, entre os feridos, se perderam para sempre, agonizando e morrendo no absoluto abandono. Alguns, desviando-se da rota, foram bater no Cumbe ou em pontos mais remotos. O resto chegou no outro dia a Monte Santo. O Coronel Souza Menezes, comandante da força, não os esperou. Ao saber do desastre, largou a espora feita para Queimados, a 200 quilômetros de Canudos, até onde se prolongara aquela disparada.

Enquanto isso sucedia, os sertanejos recolhiam os despojos. Pela estrada e lugares próximos jaziam, esparsas, armas e munições...

Assim, na distância que medeia do Rosário a Canudos, havia um arsenal desarumado, ao ar livre, e os jagun-

ços tinham com que se abastecer a fartar. A expedição Moreira César parecia ter tido um objetivo único: entregar-lhe tudo aquilo, dar-lhes de graça todo aquele armamento moderno e municiá-lo largamente.”⁷⁵

Morreram no combate o comandante, Coronel Moreira César, o Coronel Tamarindo, o Capitão Salomão e o Capitão Vilarim, entre outros oficiais.

Por fim, “os trezentos e tantos mortos das informações oficiais ressurgiram. Três dias depois do recontro, três dias apenas, já se achava em Queimados, grande parte da expedição. Uma semana depois, verificava-se ali a existência de 74 oficiais. Duas semanas mais tarde, no dia 19 de março, lá estavam – salvos – 1.081 combatentes.”⁷⁶

Fica a idéia de que, com a morte de Moreira César, logo ao princípio da luta, a expedição fora tomada de pânico e debandara ante a falta do comandante. Antes, porém, reuniram-se os oficiais, segundo Euclides da Cunha, para tomar a decisão, contra a qual bradava em vão o Coronel Moreira César próximo à morte. Dos 200 mortos, muitos devem ter sido abatidos na fuga.

OS MONARQUISTAS, OS JACOBINOS, A IMPRENSA E O GOVERNO

A nova etapa do Governo Prudente de Moraes seria difícil, marcada por forte e descabida oposição. Descabida porque os ataques não se baseavam em fatos, ou melhor, os “fatos” eram fabricados nas redações dos jornais e no parlamento. Ecoavam nas ruas superdimensionados. Os monarquistas constituíram-se em alvo constante. A inverídica associação de seus líderes com

Com a morte de Moreira César, logo ao princípio da luta, a expedição fora tomada de pânico e debandara ante a falta do comandante

Antônio Conselheiro chegou ao paroxismo.

“Mas o clima de desconfiança e de exaltação contra os fanáticos nasceram anteriormente; quando os acusam de serem coniventes com o movimento monarquista. Restauração e Antônio Conselheiro tornam-se sinônimos, pois ambos surgem como antípodas de republicanismo e jacobinismo. Os jornais são os maiores veículos desta propaganda imaginativa, de conseqüências trágicas. Esta idéia comum é divulgada por Alcindo Guanabara, Euclides da Cunha, Rui Barbosa, Guimarães Passos etc... ou através dos jornais *República*, *O País*, *O Estado de São Paulo*, *A Federação* etc. As notícias publicadas vão das mais verídicas até as mais imaginosas. O fantasma da restauração, o



VISCONDE DE OURO PRETO



JOAQUIM NABUCO

FIGURAS IMPORTANTES DO PERÍODO

(*História do Brasil* – Bloch Editores)

preparo militar dos monarquistas, o envio de técnicos estrangeiros para Canudos, a ligação da família imperial com os fanáticos, a diligência da polícia para apreender armas despachadas para Canudos via Minas Gerais etc. são temas comuns que circulam livremente nos noticiários”, e que passavam a ser considerados dogmas de fé. “Quando se dá o desastre de Moreira César, do estupor passa-se à violência, que é dirigida maciçamente por todos e por tudo.”⁷⁷

*
* *

Antes de continuar o relato dos acontecimentos que, imediatamente, seguiram ao, de todo, imprevisível infortúnio ocorrido com a Terceira Expedição, parece apropriado, mesmo que de modo resumido, dizer sobre os monarquistas e os republicanos, jacobinistas

ou não, florianistas ou não e políticos oportunistas que a elas se opunham, os quais, em sua maioria, procuravam impedir Prudente de Moraes de assumir o controle do governo.

Euclides da Cunha chama os monarquistas de “meia dúzia de platônicos; revolucionários contemplativos e mansos (que), há muito se agitavam esterilmente na propaganda da restauração monárquica, nas capitais federal e estaduais”; e acrescenta, “fez-se de tal circunstância ponto de partida para a mais contra-producente das reações.”⁷⁸

Se é verdade que os monarquistas no Brasil e na Europa nunca possuíram a força necessária para a derrubada da República, que poderiam

ser considerados sonhadores românticos – mesmo que o objetivo fosse desfrutar de antigos privilégios – não é menos autêntico que contavam com figuras de nível intelectual

**Quando se dá o
desastre de Moreira
César, do estupor
passa-se à violência,
que é dirigida
maciçamente por
todos e por tudo**

e acadêmico elevados e de crença sincera no regime deposto. Por meio de jornais que fundaram, procuravam, com artigos bem elaborados, influenciar a opinião pública. Entre eles estavam: Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Carlos de Laet, Ouro Preto, Lafayette Rodrigues Pereira, João Alfredo, Andrade Figueira e Afonso Celso de Assis Figueiredo.

“São Paulo tornava-se, em 1895, o núcleo principal da reação anti-republicana. Superavam os monarquistas antigas diferenças políticas e de fato reuniram-se em partido”, embora não fosse conseguida a unanimidade quanto à data de sua fundação. Alguns entendiam ser mais importante a criação de um jornal de propaganda. Essas deliberações foram tomadas em um banquete político, realizado a 15 de outubro. A Princesa Isabel recebeu carta detalhada do acontecimento e respondeu com dois telegramas de agradecimento.

O acontecimento, divulgado pela imprensa, perturbou os republicanos.

Rangel Pestana, em *O Nacional*, reage: “O banquete do dia 15, solene manifestação do sentimento monarquista de um grupo de brasileiros, é, incontestavelmente, um acidente grave na vida da República, o qual denuncia em alto grau a aceleração do movimento de reação que vem de mais longe, mal compreendido por uns, pouco conhecido de outros e ignorado de muitos”. (...) “Por ser melindrosa a situação política, o banquete – protesto ou programa de partido – aparece oportunamente. Os restauradores afrontam o otimismo do presidente da República, cuja política conciliadora e dúbia eles qualificam à puridade de morbidez esperançosa!” (...). “Considero isto (haver a manifestação surgido em São Paulo) realmente um perigo, tanto mais que vergonhosamente as suas ligações

são com os interesses egoísticos da Europa”. (...) Concluiu: “Para anular a ação dos restauradores bastam duas cousas: imprensa franca e corajosamente republicana e governo forte e enérgico.”¹⁰

A 15 de novembro de 1895, o Partido Monarquista lança o seu manifesto. O texto foi escrito por João Mendes de Almeida. O documento não é dos mais brilhantes. Ataca o positivismo, envolve a Igreja Católica, diz da corrupção, da especulação, como se estas, também, não houvessem ocorrido no Império. Refere-se a Prudente de Moraes: “ainda que não eleito legitimamente”, havia signifi-

A fraqueza de Prudente de Moraes fazia antever, em um futuro próximo, novo governo militar, levando o Brasil a crises semelhantes às das repúblicas sul-americanas

cado uma esperança, “por ser poder civil, obrigado à fiel execução das leis e ao respeito ao direito de cada um”. Porém, passa ao ataque à figura do Presidente: “Mostrava-se fraco e sem prestígio, impotente e sem meios de conquistar a opinião pública, suspeitado, como é de, obedecendo à vontade alheia, ser cúmplice forçado ou voluntário

dos que querem continuar a viver do arbítrio, da violência da delapidação.”¹¹

Os jornais de oposição e governistas uniram-se na defesa do Presidente que julgaram haver sido desrespeitado.

Eduardo Prado toma a defesa do manifesto e responde: “Disseram com circunlóquios, os monarquistas, o que todo o mundo sabe e diz claramente; isto é, que quem governa o Brasil é o Sr. Glicério”; era tão discutível o prestígio do Presidente, que por várias vezes fizera essa declaração: “Quem governa sou eu!”. Se sua atitude fosse comparada à de D. Pedro II, ver-se-ia que o “imperador passou a sua vida a declarar que ele não governava e quem governava eram os ministros. E ninguém acreditava”; e a fraqueza de Prudente de Moraes fazia antever, em um futuro próxi-

mo, novo governo militar, levando o Brasil a crises semelhantes às das repúblicas sul-americanas.”¹²

O Partido Monarquista distribuiu circular, datada de **12 de dezembro de 1895**, aos adeptos do interior do País.

A circular utilizara outra linguagem, principalmente em relação ao presidente da República: “O patriotismo dita aos monarquistas o dever de não criar novos embaraços ao governo. Bastam as dificuldades presentes para esgotar a energia de qualquer forma de governo.”¹³ Falava mesmo em apoio sempre que o governo tomasse medidas que julgassem corretas. Esta guinada foi, também, interpretada como uma aproximação necessária para somar esforços contra o jacobinismo, considerado o perigo maior, uma vez que buscava um governo forte e mesmo a ditadura militar.

Os monarquistas do Rio de Janeiro lançaram seu manifesto “A Nação Brasileira”, publicado no *Jornal do*

Comercio de **12 de janeiro de 1896**: “(...) Durante seis anos os monarquistas esperaram melhorias para a Nação – portanto, não ofereceram o menor entrave à ação dos seus adversários – e, após esse tempo, até mesmo os republicanos reconhecem apenas “decepções e desastres”: a fé católica cedeu seu lugar de honra ao positivismo; a justiça passou às mãos de juizes improvisados; o Exército foi ofendido pela quebra das regras da hierarquia e da disciplina; a Marinha tornou-se mutilada e quase destruída”.¹⁴ Trata da situação financeira e econômica, que “prejudicou ricos e pobres, o comércio e a indús-

tria”. Propunha-se à “discussão larga, isenta, calma, escrupulosamente justa e impessoal dos grandes interesses brasileiros”.¹⁵ Entendiam os monarquistas do Rio de Janeiro que seu manifesto não buscava a propaganda em prol do antigo regime, pois esta era feita pelos próprios desacertos republicanos. O manifesto foi assinado pelo Visconde de Ouro Preto, João Alfredo Correia de Oliveira, Domingos de Andrade Figueira, Lafayette Rodrigues Pereira e Carlos Afonso de Assis Figueiredo. Embora redigisse o documento, Joaquim Nabuco, por sua independência, era visto com desconfiança; não o assinou, nem

foi incluído entre os chefes do Partido Monarquista.

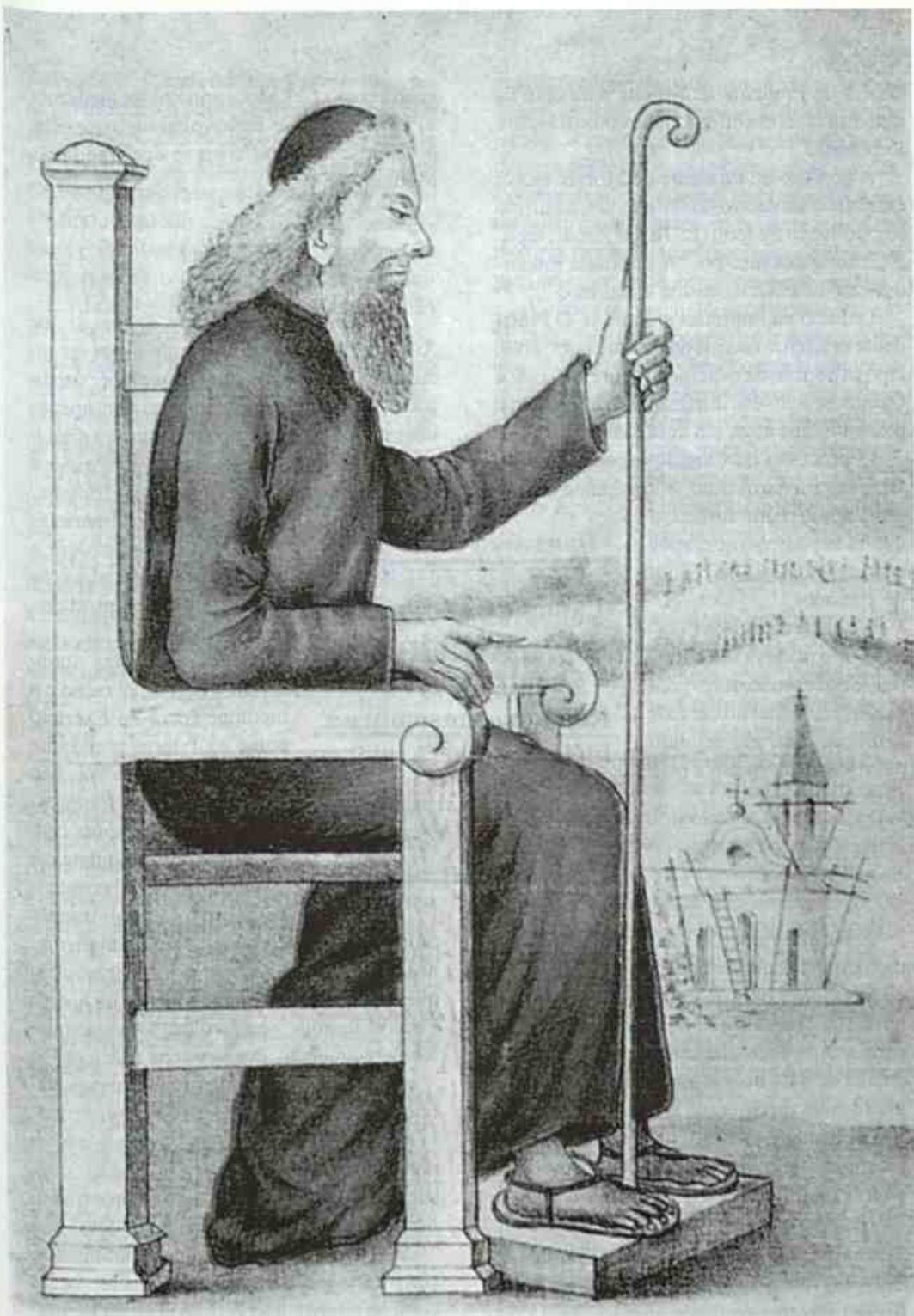
Não existia **entre os monarquistas** identidade de opinião; permaneciam questões importantes nas quais deveria haver a unanimidade. As **divergências** nesses pontos dificultavam a afirmação partidária. Entre elas: “quem seria o herdeiro do trono; qual a atitude a ser

tomada frente as eleições; como estabelecer uma ação coordenada entre grupos paulistas e cariocas; quem eram os dirigentes máximos do movimento e que tipo de linguagem seria utilizada pela imprensa nessa nova fase.”¹⁶ A união partidária não foi conseguida.

Se os monarquistas anteviam, na fraqueza de Prudente de Moraes, a ditadura militar próxima, os jacobinos e aderentes, na busca desse propósito, não cessavam seus ataques ao Presidente, que, segundo eles, não “enfrentava com decisão a questão financeira, os conflitos com a França e a Inglaterra” e as pretensões monarquistas. A condescen-

O jacobinismo, considerado o perigo maior, uma vez que buscava um governo forte e mesmo a ditadura militar

* N.A.: “Em 1896, dois pontos do território nacional haviam sido invadidos: pela França, na região contestada da Guiana brasileira; pela Inglaterra, a Ilha da Trindade. A Grã-Bretanha, ao receber as provas do direito do Brasil sobre esta ilha o reconheceu e se retirou. Com o governo francês chegou-se a um entendimento, pelo qual se sujeitou toda a controvérsia ao arbitramento do governo suíço.” Calógeras, Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. 4ª edição, p.188.



ANTÔNIO CONSELHEIRO (*História do Brasil* - Bloch Editores)

dência de Prudente de Moraes para com os monarquistas era interpretada como traição à República.¹⁷

A posição de Prudente de Moraes estava enfraquecida dentro do seu partido, o Partido Republicano Federal (PRF). Os jornais republicanos atacavam-no. "A imprensa monarquista ajudava a incendiar os ânimos."¹⁸

O duelo na imprensa era diário. O Presidente era, junto com os monarquistas, o alvo. Após a derrota da expedição Moreira César a Canudos, a violência extrapolou as palavras, passando aos atos, em conflitos de rua.

O processo de Canudos acabou por ser fatal aos monarquistas; o Presidente conseguiu apoio para formar a quarta expedição, que, após seis meses, arrasou o reduto de Canudos.

No início de 1896, a *Cidade do Rio* titulava seu editorial "Se não tendes força para reagir, renunciái ao cargo"; o mesmo tom era seguido pelo *Jornal do Brasil* e pela *Gazeta da Tarde*.

*
* *

A família imperial nunca deu apoio aos monarquistas que se encontravam no Brasil ou no exterior para qualquer movimento que buscasse a restauração pela luta armada. Em carta a Ouro Preto, Lafayette e João Alfredo, datada de **4 de dezembro de 1892**, portanto muito antes do Governo Prudente, a Princesa Isabel firmava posição: "Meu pai, com seu prestígio, teria provavelmente recusado a guerra civil como meio de tornar a volta à Pátria. Não me julgo eu autorizada a melhor ver o que convém a nosso País do que os senhores que lá se acham, mas, declaro, lamento tudo quanto possa armar irmãos contra irmãos. Repugna-me sempre a idéia da

guerra civil... (...). Meus princípios e meu amor à Pátria para lá nos farão voltar logo que esta, por convicção geral, tiver se declarado pela Monarquia."¹⁹

*
* *

As derrotas frente aos jagunços de Antônio Conselheiro não podiam ser entendidas. Mesmo as das duas primeiras expedições. Os republicanos imaginavam apenas uma explicação: os monarquistas os apoiavam materialmente. Os jornais *O País* e *A República* começaram a apresentar "provas" dessa ligação. "Embora muitas delas não resistissem a um exame superficial, a conjuntura política emprestava-lhe veracidade."²⁰

Os monarquistas apontavam a desorganização e a incompetência do Exército como os fatores preponderantes. O *Estado de São Paulo* e o *Correio Paulistano* entraram na disputa com as folhas monarquistas e "passaram a veicular notícias sobre o envolvimento

monarquista em Canudos. Não pesaram menos na conjuntura a sistemática demolição que os jornais monarquistas faziam da Justiça Federal, da polícia e a divulgação de escândalos de negociatas nos serviços públicos."²¹

O noticiário dos jornais republicanos elaborava nos detalhes. O auxílio em armas, munições e mesmo pessoal treinado provinham do Rio de Janeiro, São Paulo, mas, sobretudo, Minas Gerais, onde a própria polícia mineira havia constatado tal "fato".

E prosseguiram os jornais republicanos, com destaque para os jacobinistas, nessa posição tendenciosa e, num crescendo, passaram a apresentar nomes. São citados Eduar-

Lamento tudo quanto possa armar irmãos contra irmãos. Repugna-me sempre a idéia da guerra civil...

Princesa Isabel
(Em 4/12/1892)

do Prado, Visconde do Ouro Preto e, sobretudo, Gentil de Castro como articuladores da conjuração. *O Liberdade*, a 22 de fevereiro de 1897, repudia as acusações: "a facção jacobina de que são intérpretes *O País* e *A Republica*, quer a todo custo convencer os ingênuos e fanáticos da existência de ligações íntimas entre o petulante messias e os homens do antigo regime, vendo na espécie não o resultado da incúria dos nossos governos, mas a eclosão de vasto plano de ataque ao sistema republicano. O Conselheiro é, asseveram, o agente direto da restauração. À calúnia acrescentaram a injúria. É preciso se ter totalmente obliterado o senso moral para supor e propalar que os homens ilustres do regime imperial sejam tão incapazes e ineptos de modo a confiar a grande causa da libertação da Pátria a instrumento de tal jaez."²²

*

* *

Prudente de Moraes, logo no seu regresso, encontrou um governo onde Manuel Vitorino, o Partido Republicano Federal e os jacobinos avançaram em suas posições. Afinal, Vitorino já tinha a presidência certa. Suas "qualidades políticas" permitiam-lhe tudo na busca do poder. Para tristeza sua, certamente, não conseguiu o apoio do Exército. O próprio Moreira César desautorizou-lhe em suas pretensões espúrias.

A esta altura, destacavam-se na política nacional Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado, na defesa intransigente da federação, com o propósito de manter a constituição positivista do Rio Grande do Sul. Este setor político ficava próximo dos jacobinos e florianistas,

pois defendiam o estado forte e não possuíam qualquer tipo de aversão à ditadura. Os jacobinos eram xenofobistas e, talvez, defendessem posições nacionalistas mais rígidas. Todos defendiam a ordem e o progresso, lema do positivismo. Poder-se-ia dizer que positivismo, florianismo e jacobinismo entrelaçavam-se entre essas correntes políticas.

A classe média, heterogênea e pouco numerosa, debatia-se com a perda do seu poder aquisitivo. O câmbio desvalorizado concorria para a carestia dos gêneros de primeira necessidade em um país não essencialmente agrícola, mas "essencialmente importador". Apesar de não representar poder político, tendia a engrossar as manifestações jacobinas.

O operariado, ainda insipiente, encontrava-se à margem do processo político.

Contudo, esse não era o pensamento do setor agroexportador de São Paulo, consubstanciado no Partido Republicano Paulista. "(...) a burguesia paulista apresentava-se cada vez mais consistente, com base na agricultura cafeeira e nas novas relações de produção sintonizadas com os interesses do capitalismo internacional. Sob o ângulo da política interna, revestia-se do conservadorismo da dominação oligárquica e do domínio do poder civil sobre o militar. Suas bandeiras eram também o federalismo*, a ordem e o progresso, mas incluía a continuidade dos vínculos do Brasil com as nações europeias, reconhecidas como fonte de cultura e civilização e parceiras preferencias nas relações econômicas."²³ Nisto eram opostos aos florianistas e jacobinistas adeptos dos Estados Unidos.

**O Conselheiro é,
asseveram os jornais
republicanos, o agente
direto da restauração. À
calúnia acrescentaram a
injúria**

* N.A.: Do mesmo modo que o Rio Grande do Sul, mas não pelos mesmos motivos. A postura federalista paulista era a do federalismo hegemônico, que lhe pertencia.



JÚLIO DE CASTILHOS
(*História do Brasil* – Bloch Editores)



PINHEIRO MACHADO
(*História do Brasil* – Bloch Editores)

FIGURAS IMPORTANTES DO PERÍODO

JOSÉ DO PATROCÍNIO
(*História do Brasil* – Bloch Editores)



BENJAMIM CONSTANT
(*Hist. do Brasil* – Bloch Editores)



Prudente de Moraes era um lidimo representante do setor agroexportador de São Paulo. Enfrentaria todas as dificuldades, mesmo em certos momentos, resignadamente, mas não se desviaria do rumo estabelecido.

Os republicanos, castilhistas, jacobinos, florianistas e, mesmo, grupos oligarcas dos Estados menores exasperam-se com a saída de Manoel Vitorino e com as notícias da derrota e morte de Moreira César. Agora, tinham certeza, a revolução monarquista estava eminente.

"No Rio de Janeiro, a 6 de março de 1997,

Nilo Peçanha, Timóteo da Costa, deputados federais, e mais João Cordeiro, João Clape e Diocleciano Martir convocaram imediatamente um grande *meeting* a efetuar-se no Largo de São Francisco, para desagravo da honra republicana. A polícia proibiu e condenou a manifestação, tendo, entretanto, assegurado aos convocadores a completa solidariedade do governo com o povo."²⁴

Não foi, todavia, dissolvido o grupo contestador que se dirigiu aos jornais *O Apóstolo*, *Gazeta da Tarde e Liberdade*, destruindo-lhes escritórios e oficinas, além de queimar no Largo de São Francisco materiais e utensílios retirados desses edifícios. Em seguida, o grupo encaminhou-se para a redação de *A República*, onde discursou Alcindo Guanabara*, que reiterou suas opiniões sobre o complô monarquista (...). A cena repetiu-se em frente ao *O País*, onde Nilo Peçanha fez o elogio póstumo de Moreira César, e também em frente ao *Cidade do Rio*, ocasião

em que José do Patrocínio e Paula Nei também discursaram concitando à união das forças republicanas, nesse momento em que se objetivava a destruição do regime."²⁵

A insanidade prosseguia, animada por oradores ardorosos e pela imprensa republicana, que, sem dar ouvidos à razão, à lógica mais elementar, açulavam o povo.

"(...) a exaltação dos manifestantes chegou ao auge, tendo, então, todos seguido para a residência de Gentil de Castro (que se encontrava em Petrópolis), invadindo-a e depredando-a."

"Nesse mesmo dia, em São Paulo, repetiram-se os mesmos atos de violência: *O Comércio de São Paulo* foi empastelado e Rafael Gondí, proprietário de *A Tarde*, foi perseguido a tiros. Houve também notícias de desordens em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e em outros Estados."²⁶

Os jornais cobriram os acontecimentos, que se repetiram, no Rio de

Janeiro, no dia 7, e justificaram as ações populares violentas e afirmaram haver o número de manifestantes chegado a três mil. Afinal, responsáveis tinham que ser encontrados, pois os desastres em Canudos haviam sacrificado a vida de inúmeros patriotas. E estes só poderiam ser os monarquistas.

"Ainda na versão dos jornais, a multidão desejava assegurar-se de que o governo agiria decisivamente, tendo as autoridades prometido imediatas providências a fim de sufocar o movimento de Canudos, que punha em risco a existência da própria Pátria."²⁷

Poder-se-ia dizer que positivismo, florianismo e jacobinismo entrelaçavam-se entre essas correntes políticas.

*

O operariado, ainda insipiente, encontrava-se à margem do processo político

* N.A.: Alcindo Guanabara havia sido, recentemente, processado pelo Coronel Gentil de Castro por calúnia e absolvido.

Os ânimos não se acalmavam. Ao contrário. Os políticos oposicionistas não perdiam a oportunidade para estimular a desordem.

O Clube Militar se reúne e se manifesta. Pede ao governo a certeza de ação imediata, Manuel Vitorino escreve carta dirigida ao presidente e associados, faz o elogio de Moreira César, reafirma o caráter restaurador da luta:

“Ao partir daqui, quando o governo lhe dava, como era de seu dever, atenta à inteira confiança que o ilustre oficial lhe inspirava, plena liberdade de ação, e punha à sua disposição toda a força que ele houvesse mister, o distinto patriota recusava, declarando que requisitaria qualquer reforço, se fosse preciso, porém de compatriotas, porque entendia não desfaltar as guarnições da capital e cidades principais da União, porque estava convencido de que esse movimento era auxiliado em obediência ao plano de distribuir forças para melhor facilitar a execução e dos institutos e planos monarquistas. (...). Peço que transmitais aos vossos nobres camaradas o pesar profundo que me punge e podeis afirmar-lhes que, para vingar a morte do distinto militar, estarei ao lado deles aqui ou no teatro da luta, onde for necessária a minha presença.”²⁴

Maria de Lourdes Mônaco Janotti analisa, com isenção, a carta de Manuel Vitorino: “Defendia-se claramente o vice-presidente de quaisquer críticas que lhes pudessem fazer na organização da exposição, atribuindo ao próprio Moreira César o estabelecimento das condições materiais e dos contingentes envolvidos. Ao mesmo tempo, instigava o Clube Militar a louvar-se na opinião de Moreira César e considerar o Rio de Janeiro e outras

capitais como provável palco do prolongamento da luta. Explorava ainda o sentimento da corporação, prestando-se a vingar Moreira César nas condições que o Clube Militar estabelecesse. Sem dúvida, eram bem claras as intenções políticas do vice-presidente, demonstrativas da continuidade de suas hostilidades a Prudente de Morais.”²⁵

O texto de sua carta é uma tirada barata, tão a gosto dos demagogos, mormente nos momentos em que a emoção predomina. Sabia, perfeitamente, que não lhe pediriam, até porque era o vice-presidente da República, para combater na linha de frente. Se essa hipótese, mais que improvável, viesse a ocorrer, teria, como “bom político”, a pronta resposta para, sem arriscar sua vida, continuar com a “guerra” de palavras na Capital Federal.

A autora não apresentou documentos ou testemunhas sobre o encontro de Manuel Vitorino e Moreira César, o que leva à suposição ser provável que o vice-presidente haja colocado palavras suas na boca de Moreira César, em benefício próprio e de seus interesses políticos.

O ASSASSINATO DE GENTIL DE CASTRO

O líder monarquista encontrava-se em Petrópolis quando da invasão e saque de sua residência. Desceu a serra, na companhia de Afonso Celso e do Visconde de Ouro Preto. Ao chegarem à capital, foram avisados de que a turbamulta, “em vários grupos, percorria a cidade aos gritos de ‘Mata os monarquistas. Morra Gentil de Castro e Ouro Preto’”. Decidi-

(...) a exaltação dos manifestantes chegou ao auge, tendo, então, todos seguido para a residência de Gentil de Castro (que se encontrava em Petrópolis), invadindo-a e depredando-a

ram, então, regressar a Petrópolis. Antes, porém, ao ver sua casa saqueada, lançara um manifesto³⁰ acusando os 'insufladores' da multidão".³⁰

"Locomoveram-se, então, os três colegas monarquistas para a estação ferroviária, e enquanto aguardavam a partida do trem, já no seu interior, foram interpelados por um grupo numeroso. Trocaram-se palavras e tiros, tendo Gentil de Castro sido atingido mortalmente, enquanto os demais conseguiram escapar e chegar a Petrópolis."³¹

Diz o relatório do ministro da Justiça e Negócios Interiores ao presidente da República, em **abril de 1898**: (...) como "efeito de uma paixão violenta, que por identidade de motivos assoberbou simultaneamente o ânimo de muitos, explodindo por mera casualidade no mesmo lugar e à mesma hora, ou resultado de combinação previamente concertada e resolvida", cerca de 30 indivíduos, aos gritos de "viva a República" e "abaixo a Monarquia", investem sobre Gentil de Castro, e o ferem mortalmente."³²

"O inquérito policial concluiria que o homicídio fora perpetrado por sugestões de ordem política que a atribuíam ao ofendido a culpa do malogro da expedição Moreira César aos redutos dos revoltosos de Canudos."³³ Entre os indiciados, dois majores, um tenente e sete civis, dos quais um deles Benjamim Constant Filho. Levados a júri os acusados foram absolvidos!" (A exclamação é do articulista.)

"Em carta a João Alfredo, desabafava Joaquim Nabuco: 'O pior é que não há governo e que, se continuar o trabalho contra Pruden-

te, este não achará um escaler para desembarcar, ao primeiro sinal de Manuel Vitorino. Em minha opinião, o ódio jacobino contra os monarquistas há de por algum tempo ir aumentando, eles derramaram sangue, e aí está o perigo'."³⁴ Joaquim Nabuco parecia antever o futuro próximo...

Serão utilizadas, ainda, **algumas transcrições de jornais republicanos** para que se possa ter idéia da postura incendiária dessa imprensa. Os articulistas, distantes da realidade, esmeravam-se na busca de bodes espiatórios, isto é, os monarquistas. A imprensa jacobina, em particular, exagerava ainda mais. Entre os "bodes" incluía Prudente de Morais.

O Jacobino publicava em **13 de março de 1897**: "Sim, foi pela República que verteu o seu sangue este mártir do dever e da honra, cuja dedicação o levou aos ínvios sertões da Bahia a combater a horda restauradora, alugada do Sr. Conde d'Eu e açulada pelo sebastianismo

retrógrado (...). Qual o maior causador do desaparecimento de vidas (...). É única e exclusivamente aquele que infelizmente dirige os destinos desta grande Nação."³⁵

A imprensa, auto-intitulada de séria, mantinha também posição apaixonada, desequilibrada, que em nada cooperava com a busca da lógica e da verdade, para que, opondo-se àquela incendiária, procurasse trazer um pouco de tranquilidade à opinião pública.

"*O Estado de São Paulo*, porta-voz de segmentos da burguesia paulista, ao encetar intensa campanha visando demonstrar que existia um vasto plano monarquista de conflagrar o País e derrubar o regime republicano",

* N.A.: "Sua intenção era divulgá-lo na seção "A pedidos" do *Jornal do Commercio*, mas a redação recusou-se a publicá-lo." JANOTTI. *Os subversivos da República*. p. 142. Quando é do seu interesse político ou econômico-financeiro, a própria imprensa castra a sua tão propalada liberdade.

teve papel importante. “Durante o mês de março de 1897, na coluna “Pela República”, diariamente, apresentava provas desse plano, considerando Canudos apenas o plano inicial de sua execução.”³⁶

“O jornal atribuía o desastre de Moreira César ao desconhecimento das reais forças conselheiristas e o otimismo do governo em não acreditar ‘que os monarquistas do interior, assim como os da Europa, remetiam armas para os fanáticos de Antônio Conselheiro; (...). Mas o que se dizia, aquilo que se sentia em todos os lugares, não chegava às regiões do poder’. Com igual certeza, o artigo estabelecia correlação entre Canudos e as forças que se preparavam no Uruguai para invadir o Rio Grande do Sul, provando que, ‘por todos os Estados se faz a agitação restauradora à luz do dia’. Concluía concitando o Governo a enviar uma expedição definitiva a Canudos, decretar estado de sítio na Bahia e no Rio de Janeiro, (...). Não deixava também de advertir Prudente de Morais: ‘O presidente da República, depositário da confiança da Nação, pode contar com o povo para a defesa das instituições. Nenhum republicano se recusará em pegar em armas pela República, nenhum republicano negará seu apoio ao chefe de Estado nessa obra que é do seu dever. Mas qualquer excitação, qualquer mal-entendido escrúpulo pode levantar esse povo contra o governo’.”³⁷

O Governo, tímido, não procurava apurar responsabilidades e o que, realmente, havia de verdade. Contudo, para sua sorte, embora ainda não houvesse percebido, o Exército – em parte e nos seus chefes – não mantinha simpatias com o grupo jacobino-florianista.

Se era verdade que a temperatura política subia, que os jacobinos procurassem, a cada

dia mais o confronto com Prudente de Morais, não era menos correto que o Presidente e o setor agro-exportador de São Paulo começaram a perceber, com clareza, onde se encontravam os inimigos a combater.

Como sinal, *O Estado de São Paulo* tende a moderar a linguagem de seus artigos. Passara a admitir, “de forma vaga, boatos de que se conspirava no Rio de Janeiro contra o poder. Não podia, como até então vinha fazendo, perigosamente, a minar a já frágil estabilidade da presidência civil”.³⁸

Prudente de Morais inicia os preparativos para a quarta expedição. *O Estado* enaltece a medida tomada, e que não deve nela permanecer para a defesa da República. Ao concluir o artigo, elogia a “presteza e a energia” com que o governo preparou a Quarta Expedição e escreve: “(...) os nossos aplausos, os aplausos de todo o povo sagrarão o nome de V.Exa., se, ao sair do poder, recordando os dias de agora, puder, com justo orgulho, dizer: ‘Vi o perigo da República, e salvei o Brasil, salvando a República’.”³⁹

No entanto, mantém sua posição contra os restauradores com a mesma ênfase. Mas, em relação a Canudos, começa a levantar dúvidas: “O movimento insurrecional do sertão da Bahia é monarquista. Não é preciso indagar se o foi, porque se não o era, nós, republicanos, nós mesmos, que o tomamos como inimigo, lhe demos esse caráter. Para monarquistas e republicanos, o movimento dos fanáticos de Antônio Conselheiro é hoje restaurador – para eles, para se aproveitarem da agitação que domina todo o interior do Estado da Bahia; para nós, para a repressão que temos que fazer dessa agitação. Fosse ou não monarquista em seu nascedouro, o certo é que

Mas qualquer excitação, qualquer mal-entendido escrúpulo pode levantar esse povo contra o governo

hoje o é, e que, como tal, tem que ser tomado e, como tal, tem que ser combatido.”⁴⁰

A campanha da imprensa contra os monarquistas, inclusive de *O Estado de São Paulo*, continuava inflexível. “(era) preciso que não queiramos ver, para que ainda digamos que é o fanatismo que mantém os conselheiristas em armas. (...) Não. A Bahia foi o Estado escolhido pelos monarquistas para o movimento restaurador. (...) Os evadidos do Rio de Janeiro e de São Paulo hão de unir-se aos conselheiristas, se não lhe embargarmos o passo, como é urgente que façamos”.⁴¹

As notícias sobre o envolvimento monarquista – mesmo de seus chefes – com os seus conselheiristas eram inventadas e publicadas.

EDUARDO PRADO EMBARCA PARA A EUROPA

O líder monarquista passou a ser perseguido por grupos armados. Acabou por seguir para a Europa. Antes de partir, divulgou um comunicado, “Um protesto”, datado de **18 de março de 1897**, da cidade de Santos: “No momento de deixar o Brasil, onde não pode permanecer com segurança e com dignidade o homem nascido livre e a quem é insuportável o silêncio ignominioso que a República, pela violência e pelo assassinato, impõe aos que pensam de modo diverso dos seus adeptos, escrevo estas linhas, que são um protesto pela verdade e pela justiça impecáveis.

Os monarquistas não têm a mínima responsabilidade direta, ou indireta, na revolta de Antônio Conselheiro e nenhum auxílio moral ou material lhe tem emprestado. O governo sabe, com certeza mais completa, que é verdadeira esta minha afirmação. E, apesar

disso, o governo apadrinha a atrocíssima calúnia de que os monarquistas são culpados dos revezes militares das armas da República. O único culpado é o governo republicano, que, revelando na administração da guerra a mesma incompetência demonstrada em outros serviços públicos, desorganizou o Exército e a defesa nacional, ao ponto de expor a bravura do soldado brasileiro a desastres daquela ordem.” Com tal governo, se o estrangeiro mover uma guerra contra nós, a Pátria sofrerá a mais completa derrota, assinada no mais inteiro desbarato e na mais profunda das humilhações. (...) Responda a história de todas as tiranias que, como a República brasileira, têm querido impor silêncio perpétuo aos seus adversários. Essa ambição impossível sempre leva à sua destruição todos os despotismos.”⁴²

Havia liberdade de imprensa. Não para os monarquistas. Os republicanos, mormente os jacobinos, utilizavam-na

para mentir, iludir e acirrar a opinião pública. Tudo acontecia no governo civil do Sr. Prudente de Morais.

“Separados de suas famílias, recebendo ameaças dos que descobriam seus esconderijos, os chefes monarquistas, que para isso tiveram condições, deixaram o País. Exceção feita a Andrade Figueira e ao **Almirante Tamandaré**, que, apesar das advertências, permaneceram no Rio de Janeiro. (grifo do articulista) A maioria que militava na imprensa e nos diretórios teve que calar-se, submetendo-se a interrogatórios, depor em processos e resignar-se às provocações jacobinas. No dizer de Afonso Celso, instaurou-se, nessa ocasião, no País o “terror republicano”, cuja maior vítima, Gentil de Castro, passou a personificar

para mentir, iludir e acirrar a opinião pública. Tudo acontecia no governo civil do Sr. Prudente de Morais.

O Exército – em parte e nos seus chefes – não mantinha simpatias com o grupo jacobino-florianista

Em 3/1897

* N.A.: Referia-se à expedição Moreira César a Canudos.

o heroísmo da resistência monarquista.³⁴³ E tudo em razão de algo em que não tinham qualquer participação, exceto, naturalmente, o desejo de ver o insucesso das armas republicanas em Canudos.

A REVOLTA (INSUBORDINAÇÃO) DA ESCOLA MILITAR DA PRAIA VERMELHA

A Escola Militar era um reduto florianista. Políticos opositores trabalhavam por manter o clima de agitação política entre os alunos e os oficiais mais modernos. Os preceitos basilares da disciplina e da hierarquia inexistiam.

A Marinha chilena fora homenageada na Escola Militar. "Manoel Vitorino lembra a recepção feita por Benjamim Constant a outra comitiva chilena, dias antes da Proclamação da República. A alusão é clara e faz parte de uma campanha propagandística jacobina, cujos resultados aparecem nos acontecimentos de 26 de maio: neste mês, o novo ministro da Guerra, General Carlos Machado Bittencourt, pede ao governo que requisite a munição existente na escola e a envie ao Rio Grande do Sul, pois o comandante de armas daquele Estado precisava de maior suprimento de munição, por causa da revolução no Uruguai. No dia 26 de maio, quando as ordens para retirar os 50 mil cartuchos Mauser iam ser cumpridas, alunos e oficiais revoltam-se e prendem o General Girard e o Coronel Trompowski, aclamando como seu chefe o Capitão Servílio Gonçalves. A fortaleza de Santa Cruz não acompanha a rebelião porque falha a ligação telefônica entre ambas. Logo, tropas do governo cercam o estabelecimento.

Havia liberdade de imprensa. Não para os monarquistas. Os republicanos, mormente os jacobinos, utilizavam-na para mentir, iludir e acirrar a opinião pública. Tudo acontecia no governo civil do Sr. Prudente de Moraes

Os alunos vão falar com o ministro da Guerra e pedem para relevar as faltas, pois não são hostis ao governo; afirmam que não era preciso mandar tropas, que as ordens iam ser obedecidas e 'que o Governo devia atendê-los, porque eles representavam a República'. Bittencourt responde que a atitude tomada é de insubordinação e que a 'República eram todos os cidadãos'. Finalmente, o próprio General Girard desarma-os. No dia seguinte, 165 alunos são desligados da Escola e o Capitão Servílio José Gonçalves e outros oficiais são presos.³⁴⁴ Enfim, um Chefe!

Sob a influência de Benjamim Constant, a Escola Militar tornara-se um estabelecimento de ensino, mas não de ensino militar. O positivismo era instilado nos jovens alunos e com ele as discussões políticas e filosóficas. Pouco, muito pouco, era dedicado à arte da guerra e ao ensinamento das virtudes militares. O Exército de Benjamim Constant, mais político do que uma força armada, pagou preço muito alto ante os jagunços de Antônio Conselheiro.

OS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS DA INSUBORDINAÇÃO DA ESCOLA MILITAR

O desligamento dos alunos refletiu-se imediatamente no Congresso. As opiniões estavam divididas. Entre os defensores dos cadetes elevava-se a voz de Serzedelo Correia, que procura tirar do episódio a importância que lhe queriam dar, "(...) porque uma corporação armada como é a Escola Militar, cheia de brios, de tradições (...) não pode ser comparada a um colégio de meninos que se manda armar e

desarmar a toda hora e a todo momento (...). Ontem, o governo, a título de suspeição, mandou desarmar aquela Escola. Um mês depois, mandou de novo armá-la, para hoje, de novo, por suspeição, mandar desarmá-la. Pois que a Escola Militar, baluarte da República, honra e glória do Exército republicano, se manda constantemente ora armar, ora desarmar, por motivo de desconfiança?"

Nas discussões, trazia-se à baila um outro levante da Escola Militar, ocorrido em março de 1895, também no Governo Prudente de Morais, quando os alunos vaiaram estrepitosamente o comandante da instituição, General Jacques Ourique* e, arrebatando o retrato de Floriano da secretaria, saíram para a rua carregando-o como um pendão de guerra.⁴⁵ A disciplina, positivamente, era desconhecida dos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha.

Para outros, tratava-se de grave insubordinação. Segundo o *Estado de São Paulo*, em edição de 29 de maio de 1897, que aos poucos mudava sua posição, ficou registrado: "(...) seja qual for a ordem de serviços prestados à República pela Escola Militar, o reconhecimento desses serviços não pode ir até o ponto dela discutir e desobedecer às ordens emanadas das autoridades competentes (...). Quando muito, o ato do governo podia ser um erro, mas erro reparável por uma porção de meios e o ato dos estudantes é uma prova real e evidente do espírito de indisciplina que entre eles reina e governa."⁴⁶

O clima de tensão é grande. A disputa política, na Câmara, pelo controle do poder atingia o auge. A união entre os republicanos não mais existia e a revolta da Escola Militar prestou-se para que a luta entre as partes se

tornasse franca. O Partido Republicano Federal, menos que um partido, era uma frente agrupando diferentes interesses, provavelmente muitos deles ilegítimos.

"Ao articular o partido, Francisco Glicério revelara as qualidades, já reconhecidas pelos contemporâneos, de hábil aglutinador de homens: 'maneiroso em servir-lhes às vaidades e aos pequenos interesses ocasionais', conseguiu reunir sob a mesma bandeira políticos de concepções inteiramente divergentes.

Seu objetivo fora o de centralizar os grupos estaduais, possibilitando ao Governo

Federal – no caso, Prudente de Morais, para quem trabalhara – o apoio da maioria dos Estados e do Congresso.

Dessa forma, o 'general das vinte e uma brigadas' assegurava grande influência sobre o Presidente e tornava-se uma espécie de condestável da República."⁴⁷

Porém, a prática tornou-se outra. Glicério desejava ser um poder paralelo, ao nível daquele do Presidente da República. Convivia com os jacobinos, não aceitava, republicano histórico que era, compor com ex-monarquistas; não admitia aproximação com os que empunharam armas contra Floriano, cujos seguidores "constituíam um bloco de peso que não convinha descontentar." Assim, Glicério votou várias vezes contra o Presidente Prudente de Morais. Proce- deu dessa maneira em relação ao desligamento dos alunos da Escola Militar.

A MOÇÃO J. J. SEABRA

O hábil político tornou-se a grande figura desse momento conturbado. No dia 28 de maio de 1897, "o deputado José Joaquim

Alunos e oficiais da Escola Militar revoltam-se e prendem o General Girard e o Coronel Trompowski, aclamando como seu chefe o Capitão Servílio Gonçalves

* N.A.: Amigo de Deodoro e deodorista. Lutou na Revolução Federalista contra Floriano.

Seabra apresenta requerimento à Câmara, pedindo que se nomeie 'uma comissão a fim de congratular-se com o Sr. Presidente da República, pela manutenção da ordem pública e prestígio da Constituição no dia 26 do corrente*'. Glicério, após algumas considerações, concluiu:

'(...)é por isto... que eu peço licença para afirmar que o requerimento... teve por fim dividir-nos, visando claramente colocarnos nesta alternativa: aprovamos a proposta, e condenaremos não o ato de indisciplina dos rapazes, mas a solidariedade legalista e republicana que nos prende àquele histórico depósito de nossas afeições, ou rejeitamos a proposta, significando assim de nossa parte desconfiança ao Presidente da República".

⁴⁸ Posto em votação, o requerimento é derrotado por 86 votos a 60.

O presidente da Câmara, Deputado Artur Rios, demitiu-se do cargo, solidário que foi

com a proposta derrotada. O pedido é aceito por 79 votos contra 71.

No mesmo dia, o *Jornal do Commercio* publica uma nota plantada pela Presidência da República, que tornava público o pensamento de Prudente de Moraes:

"Julgamo-nos autorizados a declarar que o Sr. Francisco Glicério não interpreta perante o Congresso a política do Sr. Presidente da República, como se tem feito acreditar em certos grupos políticos. O discurso pronunciado ontem pelo Sr. Deputado por São Paulo... denuncia aliás a sua completa divergência dos atos que pretendem praticar o Sr. Presidente da República. É provável que a situação se torne mais franca e desapareçam as ambigüidades de

certas atitudes políticas, tomando cada um a sua posição e as responsabilidades que lhe pertençam perante a opinião."⁴⁹



J. J. SEABRA

(Nova Enciclopédia Delta Larouse)

* N.R.: Dia da Revolta da Escola Militar.

A situação agrava-se. Em São Paulo, multidão apóia Prudente de Moraes com vivas e morte a Glicério. Outros posicionaram-se de forma oposta. "O duelo oral acaba em pancadaria." Em diversos estados, repete-se o confronto político.

Para o Governo, em termos políticos, a posição resume-se em reconduzir Artur Rios à presidência da Câmara.

Prudente de Moraes pede auxílio a Campos Sales no sentido de unir a bancada paulista. Reúnem-se no Rio de Janeiro o Presidente, Campos Sales, Francisco Glicério e Pinheiro Machado. Prudente de Moraes, conciliador, propõe um terceiro nome para a presidência da Câmara. Glicério e Pinheiro Machado não aceitam negociar. "Nas eleições para preenchimento da vaga apresenta-se o próprio Artur Rios, pelo Governo, e Francisco Glicério, pela oposição. No dia 3 de junho, Artur Rios vence por 88 votos contra 76 e é reconduzido ao posto."⁵⁰

* * *

A partir de então, estabelece-se a cisão no Partido Republicano Federal. Os ataques e mútuas acusações sucedem-se num crescendo, antecipando o clima em que se daria a Convenção do Partido, no **dia 22 de junho de 1897**.

A burguesia paulista capitaneada pelos fazendeiros do café já havia identificado os adversários a combater: a revolução jacobina, Francisco Glicério, Júlio de Castilhos, o florianismo e os civis e militares comprometidos com esses oposicionistas. Interessante é notar que, em grande parte, São Paulo, que,

durante a revolução federalista e a Revolta da Armada, ao dar apoio incondicional a Floriano Peixoto, aliara-se justamente com os que agora definia como adversários.

Como visto anteriormente, a classe operária estava excluída ou excluía-se como representação do processo político revolucionário. A classe média urbana, heterogênea e pouco numerosa, não tinha como organizar-se para antepor-se à poderosa oligarquia paulista. A classe média iniciava, então, a sua ascensão. Formada por funcionários públicos que ocupavam a base da estrutura

administrativa do governo e a estrutura burocrática de algumas empresas, de empregados do comércio – que, por usarem gravata, julgavam-se em nível superior ao operariado – caracterizava-se por sua tibieza, decorrente do medo de perder o emprego e, em decorrência, a posição, embora pequena, que conquistara na escala social.

O jacobinismo, político e das ruas, queria a derrubada de Prudente

de Moraes, um governo forte e até a ditadura militar; defendiam o xenofobismo, que se concentrava no antiluzitanismo, e o positivismo.

"Salvaguardar as instituições para a burguesia paulista significava: restabelecer a disciplina militar, isto é, alijar os militares da política; acabar com os *meetings* populares; desbaratar as conexões entre o jacobinismo popular e as oligarquias do Partido Republicano Federal; vencer Canudos; estabelecer um poder sólido para administrar a dívida externa e interna a fim de assegurar os negócios cafeeiros, ameaçados pela longa crise financeira que os tolhia."⁵¹

Sob a influência de Benjamin Constant, a Escola Militar tornara-se um estabelecimento de ensino, mas não de ensino militar.

O Exército de Benjamin Constant, mais político do que uma força armada, pagou preço muito alto ante os jagunços de Antônio Conselheiro

Neste ambiente político – com a recondução de Artur Rios à presidência da Câmara, a interferência direta de Júlio de Castilhos na política federal, com pronunciamentos contra Prudente de Moraes, a maior participação de militares opositores em reuniões do Clube Militar e em apoio ao governo do Rio Grande do Sul, o rancor a cada dia mais desabrido da imprensa jacobina, os comícios populares de facções opostas, que terminavam em conflitos de rua – ocorreu em **22 de junho de 1897** a Convenção do Partido Republicano Federal.

“O partido cingiu-se em dois grupos: o majoritário e prudentista, denominado “Concentração”, e o glicerista, chamado “Republicano”. Nos estados e na capital, multiplicaram-se as manifestações de apoio de civis e militares a ambos os grupos. Jornais nacionais e estrangeiros afirmavam não acreditar que o Presidente da República chegasse ao fim do mandato.”⁵²

Ao terminar a Convenção, politicamente, Francisco Glicério iniciara o seu ocaso. Prudente de Moraes libertara-se da sua tutela. Os que se congregaram em torno do Presidente fizeram-no mais por convicção do que por interesses menores.

“Glicério diz que ‘sua atitude oposicionista se declarou desde que sentiu que o Presidente da República se divorciara da Constituição, intervindo nos negócios legislativos e sofismando o regime presidencial. A facção governamental, liderada pelo Deputado Artur Rios, responde e lê uma moção, onde se

demonstra o significado do caso Seabra, as tentativas de conciliação, a não intervenção de Prudente de Moraes na Câmara etc..., terminando por dizer da extensa imparcialidade com que ele se tem mantido durante as agitações políticas.”⁵³

Artur Rios, em resposta direta a Glicério, conclui: “(...) o País está fatigado de agitações; precisa de repouso, que só pode dar a estabilidade dos governos”; “deixando aos

que as promoveram a responsabilidade da divisão do Partido”.⁵⁴ Tinha toda a razão: o Brasil precisava de repouso. Mas não foi o que ocorreu...

Gliceristas atribuíam ao Presidente haver congregado em torno de si os anistiados da Revolução Federalista e da Revolta da Armada, assim como ter permitido aos monarquistas adesistas participarem do governo: “O grupo que partiu para o lado do governo,

pela porta larga que se achava aberta, saiu levando soldados e generais de todos os partidos, desde o socialista vermelho até o monarquista encapotado”.⁵⁵ Se os que deviam apoiar o Presidente faziam-lhe oposição, não lhe restava alternativa para formar seus quadros, buscar cooperação naqueles que tivessem competência, embora fossem os adversários de ontem.

A **22 de junho de 1897**, a Quarta Expedição tomava posição para o ataque sobre Canu-



FRANCISCO GLICÉRIO
(História do Brasil – Pedro Calmon)

dos. O tema Canudos, mais do que antes, continuaria no cerne das questões da luta política.

Prudente de Moraes, sob esse aspecto, não negligenciara: nomeara para o Ministério da Guerra e General Carlos Machado Bittencourt e colocara à frente da Quarta Expedição o General Artur Oscar, florianista. Era composta por seis brigadas, em duas colunas: a comandada pelo General João da Silva Barbosa, com aproximadamente dois mil homens, e a chefiada pelo General

Cláudio do Amaral Savaget, com 2.350 soldados.

A agitação política, militar e nas ruas continuaria num crescendo; o propósito jacobino-florianista-positivista-oposicionista passou a ser a derrubada de Prudente de Moraes. Gosto de repetir que os homens pensam que dominam e conduzem os acontecimentos, mas... apenas pensam.

O imponderável está mais presente do que se imagina.

Assim foi em 5 de novembro de 1897.

CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO

*
* *

BIBLIOGRAFIA

1. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 22ª edição, Livraria Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 1952, pgs. 201, 202, 210 e 211.
2. CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*, Corpo e Alma do Brasil, direção Prof. Fernando Henrique Cardoso. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971, p.152.
3. CALMON, Pedro. *História do Brasil, século XX*. Volume 6, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1959, p.2.005.
4. CUNHA, Euclides da. Op. cit., p.277.
5. *Ib.*, p.312.
6. *Ib.*, p. 324.
7. CARONE, Edgard. Op. cit., p.152.
8. CUNHA, Euclides da. Op. cit., p.318.
9. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. Editora Brasiliense, 1986, São Paulo, p.95.
10. *Ib.*, p. 96 e 97.
11. *Ib.*, p. 100.
12. *Ib.*
13. *Ib.*, p. 103.
14. *Ib.*, p. 105.
15. *Ib.*
16. *Ib.*, p. 106.
17. *Ib.*, p. 108.
18. *Ib.*
19. *Ib.*, p. 63.
20. *Ib.*, p. 134.
21. *Ib.*, p. 135.
22. *Ib.*, p. 136.
23. *Ib.*, p. 138.
24. *Ib.*, p. 139.
25. *Ib.*
26. *Ib.*, p. 140.
27. *Ib.*
28. *Ib.*, p. 141.

29. *Ib.*
30. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1986, p.48.
31. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Op. cit.*, p.142.
32. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Op. cit.*, p.49.
33. *Ib.*, p.50.
34. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Op. cit.*, p.142.
35. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Op. cit.*, p.50.
36. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Op. cit.*, p.143.
37. *Ib.*
38. *Ib.*, p.144.
39. *Ib.*
40. *Ib.*
41. *Ib.*, p.145.
42. *Ib.*, p.146.
43. *Ib.*, p.147.
44. CARONE, Edgard. *Op. cit.*, p.157.
45. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Op. cit.*, p.52.
46. *Ib.*
47. *Ib.*, p.53.
48. CARONE, Edgard. *Op. cit.*, p.157.
49. *Ib.*, p.158.
50. *Ib.* p.159.
51. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Op. cit.*, p.152.
52. *Ib.*, p.149.
53. CARONE, Edgard. *Op. cit.*, p.164.
54. *Ib.*
55. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Op. cit.*, p.149.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIA>/História do Brasil/; Político; Militares; Prudente de Morais (Pres. Rep.); Guerra dos Canudos; Gentil de Castro; Eduardo Prado; Revolta da Escola Militar (1897);

OBSERVAÇÃO DO ARTICULISTA: Maria de Lourdes Mônaco Janotti estuda, em detalhe, no seu livro *Os subversivos da República*, a ação dos monarquistas nos primeiros e conturbados anos da República. Recorre a ampla bibliografia e emite judiciosos conceitos, que nos permitem entender, sob esse aspecto, o período em apreço. Penso que seu trabalho deva ser lido, tendo na mesma face da outra moeda o livro de Suely Robles Reis de Queiroz, também cuidadosamente documentado, que mostra a presença dos jacobinos, florianistas, castilhistas, positivistas, enfim, de *Os radicais da República*. “Radicais” e “subversivos” estão empenhados num mesmo objetivo: a derrubada de Prudente de Morais. Os primeiros, mesmo com o apelo à violência, na busca, no limite, da ditadura; os segundos, românticos e sonhadores, utilizando-se do convencimento, na volta do antigo regime.

A GLOBALIZAÇÃO, A DEFESA NACIONAL E OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO*

ANTÓNIO EDUARDO QUEIRÓZ MARTINS BARRENTO**
General, Chefe do Estado-Maior do Exército (Portugal)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO
SEGURANÇA E DEFESA
A COMUNICAÇÃO

INTRODUÇÃO

São conhecidos os fatores que impõem novas formas de relacionamento entre as unidades políticas, podendo hoje afirmar-se que nenhum estado responsável pode ignorar o fenômeno da globalização, que também se traduz em novas oportunidades para obter acrescidos níveis de segurança e bem-estar.

A diferença de percepções destes dois objetivos e a sua interdependência resultam, por um lado, de o cidadão comum avaliar facilmente o bem-estar, mas não ter normalmente a noção do mal-estar causado pela insegurança; por outro lado, de o fim da Guerra Fria ter originado uma grande esperança de paz, sem que todavia tenham desaparecido as causas que originam os conflitos.

* N.R.: Palestra apresentada no Congresso Internacional da Imprensa Militar, em Lisboa, em setembro de 1999. Veja *RMB*, 2º trim/2000 – pág. 145.

** Chefe do Estado-Maior do Exército. Membro do Conselho Consultivo da Comissão Portuguesa de História Militar. Sócio Efectivo da *Revista Militar* (desde 1982), foi membro da direcção e galardoado com o Prémio Almirante Augusto Osório (1996).

O ambiente internacional em que vivemos (e parece projetar-se para o futuro) continua dominado pela coação, nomeadamente a coação militar. Mas a aplicação da coação militar nem sempre se fundamenta na racionalidade e é norteada pela legitimidade, ao contrário daquilo que se sonhou, terminado que foi o antagonismo bipolar que sucedeu com a implosão da União Soviética.

É neste quadro que irei desenvolver a minha apresentação, procurando relacionar os novos condicionamentos à segurança com a responsabilidade na preservação dos interesses nacionais e a importância da comunicação.

SEGURANÇA E DEFESA

A segurança, como um dos fins da política, traduz-se numa condição, atingida ou que se deseja atingir, que se caracteriza por uma ausência da percepção do perigo.

Sendo uma condição variável no tempo e dependendo de circunstâncias na sua maioria exteriores à vontade da sociedade civil, aos responsáveis pela segurança na direção política exige-se uma atenção permanente quanto aos fatores que a condicionam e uma atualização dos mecanismos de resposta que a servem.

A defesa, face à globalização da economia e à evolução das relações internacionais, com o conseqüente alargamento da fronteira dos interesses, torna imperativo que, no plano nacional, disponhamos de um *braço armado* eficaz e que não se deteriore ou desapareça o *espírito de defesa*.

Está em curso uma redefinição de políticas e de estratégias, procurando os estados, no quadro das múltiplas organizações internacionais, novas formas de ação, centradas no diálogo, na cooperação e na coordenação de ações comuns.

Aprofundar este relacionamento internacional proporciona ao estado soberano a

vantagem de poder suplantar algumas das suas limitações, mas impõe, no plano interno, uma garantia de estabilidade e de capacidade de resposta a situações de contingência. Neste quadro compreende-se a recente revisão do conceito estratégico da NATO, em que se nota uma evolução da postura defensiva, tradicional, para uma de intervenção preventiva num espaço mais alargado. Verifica-se, pois, tanto na atitude como no tempo e no espaço, que se foi além daquilo que o Tratado de Washington estatuiu.

Porque não há segurança sem desenvolvimento sustentado, o conceito atual de defesa incorpora não só a necessidade de ultrapassar vontades adversas aos interesses nacionais, mas também a participação no âmbito das atividades de cooperação internacional que, tradicionalmente, se inseria na ação diplomática. Assim, a reconfiguração do conceito de defesa nacional ganha o caráter multidimensional do espaço de atuação político-estratégico, no qual se enquadram os interesses nacionais.

Na totalidade desse espaço existem, grosso modo, uma fronteira de segurança da soberania e uma fronteira dos outros interesses. Aquém da primeira, a utilização do aparelho militar pode exigir dos seus elementos o sacrifício máximo, função dos interesses vitais que se defende, competindo ao poder político, caso a caso, a sua demarcação. Para além da fronteira de segurança da soberania, é pensável a utilização do aparelho militar em apoio da política externa, mas não é exigível aos seus elementos, ainda que tal possa acontecer por razões conjunturais ou do acaso, esse sacrifício. Para além da fronteira dos outros interesses fica o espaço do desinteresse, onde se não requer a presença do braço armado e a ação política não vai além da avaliação de evoluções que possam determinar o alargamento da fronteira dos interesses.

Neste ambiente político-estratégico e nestes espaços, as Forças Armadas ganham es-

pecial significado, já que, para além da sua missão primária no âmbito da defesa dos interesses nacionais permanentes, são chamadas a desenvolver novas missões no apoio à política externa do Estado.

O empenhamento alargado da ação das Forças Armadas torna-se indispensável para a criação de níveis acrescidos de presença e segurança, pois o estado soberano, ao integrar-se em espaços político-militares mais amplos e diversificados, tem que ter a capacidade de participar nos grandes acontecimentos internacionais, sobre os quais partilha a decisão e para os quais é chamado a intervir.

As novas missões representam, por conseguinte, um acréscimo de tarefas em relação à missão constitucional atribuída à componente militar da defesa nacional.

A COMUNICAÇÃO

A capacidade para difundir uma idéia e obter a adesão dos seus receptores constituiu um objetivo permanente dos vários poderes para orientarem a evolução da sociedade.

A capacidade técnica de comunicar, a partir de um centro emissor, para atingir o maior número de receptores, evoluiu a partir da revolução industrial de forma vertiginosa, não sendo dissociável das profundas alterações sociais que ocorreram.

A primeira metade do século XX foi dominada por duas guerras mundiais, tendo sido particularmente marcante a importância e o poder da comunicação social para a mobilização da força anímica dos povos. O confronto de idéias antagónicas, que neste período mobilizaram a quase totalidade dos países do mundo, foi crescendo devido à capacidade dos meios de comunicação, designadamente o rádio, para atingir, com permanência e diretamente, o maior número de pessoas.

Nos anos 60, surge uma sociedade centrada nos *valores do consumo*, com alterações profundas no modo de vida das pessoas. A publicidade e a propaganda tornaram-se vertentes indispensáveis no âmbito socioeconómico, promovendo o consumo e suscitando novas necessidades.

Na década de 70, surgiram os *valores da libertação*, pondo em causa a lógica da produção e do consumo, que então foram considerados como redutores da cultura.

Se na década de 70 a comunicação social procurava difundir idéias e valores contestatários, promovendo a abertura da sociedade e os valores da democracia, a *década de oitenta* é caracterizada pelo deslumbramento e pautada pelos valores da comunicação. A diversificação dos meios, o alargamento da sua intervenção e a comunicação em tempo real originaram transformações profundas. A informação passou a ser acessível, de igual modo, à classe dirigente e a todos os membros da sociedade, devido à crescente evolução tecnológica e à competição pela venda da melhor notícia, o mais cedo possível, normalmente a coberto da transparência e da liberdade de informar.

Este dado novo tornou a comunicação social um dos fatores de intervenção mais importantes na sociedade, porque convencionou-se que a *mídia* reflete aquilo que é a *opinião pública*. Assim, ela passou a condicionar decisões e a influenciar comportamentos, constituindo-se num fato decisivo para o acesso e para a manutenção do poder.

A *década de 90* é caracterizada pela globalização das relações internacionais, em parte resultante da mundialização da informação, proporcionada pelo acréscimo qualitativo da evolução tecnológica dos meios. Este avanço tecnológico conduziu à massificação da informação e originou a anarquia na sua análise, devido ao volume e à intensidade de notícias com que o receptor é assediado

diariamente. Daqui resulta a tendência natural para se assimilarem as notícias conjunturais, imediatistas, que não exigem esforço de reflexão quanto ao seu conteúdo, o que facilita a chamada *gestão e controle da opinião pública*.

A comunicação social torna-se cada vez mais um fim e utiliza a gestão de todos os meios disponíveis para responder aos requisitos da cultura global. A obtenção de notícias inunda todos os aspectos da vida social, política, econômica, cultural e até privada, mas privilegia, na sua difusão, o impacto imediato da notícia, em detrimento da difusão sustentada de informação para informar e formar o público.

Esta tendência leva à emergência de efeitos perversos, na medida em que a *revolução da comunicação global* também está, de alguma forma, a *infantilizar o cidadão comum*, quando o inibe do esforço de análise e de reflexão que seria desejável.

Num outro plano, a era de globalização parece originar uma nova forma de alienação, que tem por base uma "cultura global", servida pela dimensão planetária dos meios de comunicação, na qual se confunde informação, publicidade, propaganda e massificação cultural.

Aquilo que atualmente parece ser considerado mais relevante na informação reside na capacidade de o emissor nos fazer assistir ao acontecimento da notícia. Ou seja, parece ser suficiente estar para saber, ver para compreender, repetir para demonstrar, comover para convencer.

Alguns dos fatores que objetivamente podem contribuir para esta situação estão relacionados com o enquadramento de cada órgão de comunicação social, designadamente em relação aos seguintes aspectos:

– *grupos dominantes*, com primazia para os grupos econômicos detentores do órgão de comunicação social;

– *exigências do mercado* interno e global que é necessário satisfazer, ditando as regras a que a informação se subordina;

– *coação sobre jornalistas* para difusão ou branqueamento de determinadas notícias e situações que possam afetar os centros de poder;

– influência dos *fazedores de opinião*;

– *criação de situações* de subinformação e de sobre-informação;

– influência na opinião pública da *notícia em primeira mão* e do título de caixa alta.

Sendo a conquista do grande público um objetivo de qualquer órgão de comunicação social e a notícia um verdadeiro artigo de consumo, facilmente se conclui da *coação* que poderá ser exercida para condicionar o comportamento das pessoas, por parte de quem detém o controle dos meios de comunicação.

A manipulação e a especulação inerentes a uma grande parte da informação que diariamente é oferecida ao público servem, na maioria dos casos, interesses específicos de natureza diversificada, que em geral não são identificáveis pelos consumidores à vista desarmada.

Mas a existência de uma opinião pública, que possa traduzir o sentimento da população em relação às grandes questões nacionais, nas quais se insere a ação das Forças Armadas, é indispensável para a vitalidade do estado e saúde da democracia.

Nos regimes democráticos, não é fácil conduzir uma política de defesa e intervenções militares que não recolham o consentimento ou, no mínimo, a compreensão do público. Mas, como com o fim do mundo bipolar se gerou uma idéia errada de termos atingido o fim da história e de ter sido conseguida a paz mundial, existe uma convicção muito forte e generalizada da dispensabilidade da instituição militar.

Aparentemente esta idéia não colheu na maioria da classe política, nem nos represen-

tantes do poder, mas, como não é possível, em democracia, governar contra a opinião pública, há um campo muito vasto para uma ação informativa e pedagógica que deve ser preenchido, sob pena de ser difícil ter e fazer agir as Forças Armadas. Ter Forças Armadas, porque elas são dispendiosas e necessitam de cidadãos que se voluntariam para as servir, fazer agir, porque o emprego das forças pode ser travado por uma opinião pública hostil, que também afeta os próprios militares, já que, sendo verdade regerem-nos por princípios, que têm como referências o interesse nacional e a subordinação aos órgãos de poder legítimos, também é verdade que não estamos completamente imunes àquilo que se passa na sociedade a que pertencemos e em que nos inserimos.

Sobre ser isto, havendo muito pouco sentido de estado na opinião publicada, esta perverte e subverte, freqüentemente, os verdadeiros interesses nacionais.

Simultaneamente, ganha dimensão a idéia de que hoje é possível intervir militarmente, sem que haja baixas, o que, sendo falso, tem repercussões nefastas, originando dúvidas numa população que deve estar numa atitude consciente e apoiante das suas Forças Armadas. Apesar de semiprofissionalizados, nós não somos *l'armée du roi*, porque somos, constitucionalmente, um exército nacional, no qual desejamos que os nossos concidadãos se revejam.

A comunicação social e as novas tecnologias de informação terão que apoiar o desenvolvimento de um renovado espírito de defesa no seio da população, possibilitando e sustentando a projeção de uma vontade de afirmação nacional.

O espírito de defesa, embora influenciado por diversas vertentes de uma realidade geopolítica em mutação, alicerça-se no núcleo duro do nosso patrimônio histórico e cultural e tenderá a constituir o mais valioso elemento de identidade nacional. Ele deve

nortear as ações tendentes à preservação do patrimônio nacional (inclui o espaço, a obra e o sentimento coletivos) e ser referência fundamental da nossa individualidade, mas tem intensidades variáveis, consoante o tempo e as circunstâncias, e engloba vários fatores:

— **o dever de defesa**, que é a percepção, no cidadão e na sociedade, da obrigação de defender, para além dos sacrifícios que, freqüentemente, o cumprimento desse dever comporta;

— **o poder de defesa**, que resulta da efetiva existência da força e da decisão de um centro de poder político em promover a sua aplicação;

— **o saber de defesa**, que tem a ver com o conhecimento e a sua aplicação, por forma a conceber o melhor emprego do potencial estratégico e a rendibilizar os meios disponíveis, e que se manifesta através da concepção estratégica e do emprego integrado das diversas formas de dissuasão e coação;

— **o querer de defesa**, que é de todos os fatores do sentido de defesa o mais importante, porque, não existindo vontade, individual e coletiva, de aplicação da força, o seu valor dissuasório ou efetivo é nulo.

Os fatores componentes do **espírito de defesa**, sendo todos importantes e interligados, são dominados pelo **querer de defesa** de governantes e governados e têm expressão no **dever de defesa** que, por lei, é exigido aos cidadãos.

Deve notar-se que é preocupante o apagamento do **espírito de defesa** que, dia a dia, podemos constatar no nosso país. Este fenómeno está intimamente ligado a uma virtual esperança de paz, mas é também o resultado de uma comunicação social que na sua maioria veicula apenas a procura insaciável do bem-estar, que confunde o essencial com o supérfluo e que rejeita os sacrifícios quase sempre inerentes à defesa.

Não será uma singularidade portuguesa, porque esta tendência está instalada no mun-

do ocidental, mas a diminuição do *espírito de defesa* vai ao ponto de julgarmos que a gestão estratégica, de que hoje tanto se abusa, à semelhança do que se passa com os primatas quando querem manifestar a sua hostilidade sem se ferirem, significa principalmente a ausência da vontade de lutar.

Se não houver uma alteração significativa nesta degradação do *espírito de defesa*, poderemos chegar ao ponto em que a instituição militar, tendo o monopólio da violência organizada, possa transformar-se numa organização sem homens (o que é um absurdo), ou que os tendo, além de cara passe a ser inútil.

A Imprensa Militar teve sempre o seu espaço próprio ao longo da história, pela sua contribuição, não só para o conhecimento da doutrina militar, mas também para o estudo e reflexão sobre as grandes questões nacionais que influenciam e condicionam a missão das Forças Armadas.

O conceito que está subjacente à existência da Imprensa Militar torna-a completamente diferente da comunicação social, na medida em que aquela não procura a conquista *de cotas de mercado*, mas difundir informação que provoque a análise e a reflexão sobre os problemas nacionais e, designadamente, os que se relacionam com as Forças Armadas.

A importância do valor de comunicar na instituição militar liga-se ao fato de ser a única organização do Estado que tem capacidade para exercer a coação armada, e, por conseguinte, necessitar de informação que concorra para o entendimento desse fenómeno, infelizmente endêmico, que é a guerra; para o conhecimento dos instrumentos e utensílios de coação e para a sua forma de operarem; e, também, para obter a coesão dos seus membros, já que sem ela poderemos ser força, mas nunca seremos Forças Armadas.

O papel das publicações militares para se atingirem estas finalidades é cada vez mais relevante. Na verdade, elas aperfeiçoam o entendimento do mundo que nos cerca – e

isto é cultura; elas enriquecem os nossos conhecimentos profissionais – **isto é formação**; elas têm o aliciante ético de, dando a conhecer as tensões, a conflitologia e a guerra, concorrerem para a sua ausência – **e isto é servir à paz**.

Poder-se-á dizer que a Imprensa Militar não tem capacidade para captar a atenção do grande público. É verdade, mas não é esse o objetivo que a orienta, nem tal parece desejável, pois teríamos que entrar em competição com os órgãos de comunicação social, correndo o risco de também ser pervertida a informação veiculada pela Imprensa Militar. Tal disputa, se viesse a ocorrer, acabaria por criar a idéia de que as Forças Armadas necessitam de se autojustificar e configuraria, para elas, um *ghetto* na sociedade nacional, passível de gerar rejeições que são altamente indesejáveis.

A Imprensa Militar não deverá, por conseguinte, desenvolver-se em função de fatores de mercado, mas antes servir para aferir ou corrigir situações lesivas dos valores institucionais e proporcionar informação objetiva e analítica sobre todas as questões que se relacionam direta ou indiretamente com a defesa nacional e a instituição militar.

A natureza desta informação, ao esclarecer o que somos, além de elemento de consciência para aqueles que servem nas Forças Armadas, deve também visar aqueles que lhe são exteriores – o cidadão comum.

No tempo atual, as utopias, os pacifismos e o comodismo sugerem a desnecessidade das Forças Armadas; as visões, apenas economicistas, apontam para os elevados consumos e para a *falta de lucro* da instituição militar.

Porque esta argumentação só pode resultar da ignorância, mas como a ignorância não redime quem a demonstra, há que desdizer essas interpretações. Ainda que em nosso entender este esclarecimento não deva ser uma obrigação das Forças Armadas, porque

elas existem por imperativo nacional, não deixa de ser obrigação da Imprensa Militar colaborar de forma tanto mais ativa quanto menos vigorosas e creíveis sejam as respostas do Poder.

No plano interno das Forças Armadas, a Imprensa Militar deve desempenhar cada vez mais o papel de informar, esclarecer e fomentar o conhecimento e a cultura militar, constituindo um contraponto credível à forma su-

perficial e mesmo leviana como algumas vezes são tratados os assuntos de natureza militar na comunicação social.

O exemplo de durabilidade da nossa *Revista Militar*, à qual presto hoje a minha homenagem, ilustra bem o acerto da sua conduta editorial ao longo dos anos e constitui um bom exemplo dos caminhos a seguir pela Imprensa Militar no quadro da sociedade de informação em que vivemos.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<INFORMAÇÃO> / Imprensa Militar /; Missão das Forças Armadas;

Acredito que todo povo que
não mantenha viva a sua cultura
é um povo destinado à barbárie.

Rodolpho Mederos

ESPAÇO CULTURAL DA MARINHA



A idéia da criação do Espaço Cultural da Marinha nasceu do constante crescimento do acervo do Museu Naval e Oceanográfico.

A carência de espaço na Sede Dom Manuel impedia o Museu de apresentar importantes segmentos dele, tais como a evolução da navegação e a vasta coleção de objetos recolhidos pela arqueologia subaquática.

Longe das visitas do público estava ainda a histórica Galeota D. João VI, que segundo a tradição naval veio da Bahia para o Rio de Janeiro em 1809, logo após a mudança da Família Real de Portugal para o Brasil, fugindo da guerra contra Napoleão.

Para sanar tais lacunas decidiu o Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira, criar o Espaço Cultural da Marinha nas antigas Docas da Alfândega.

Hoje, é composto por cinco módulos: Galeota D. João VI, História da Navegação, Arqueologia Subaquática no Brasil, Coleção Alves Câmara e exposições temporárias.

O Espaço Cultural da Marinha fica localizado à Av. Alfred Agache, ao lado da Estação das Barcas na Praça XV. Aberto de terça-feira a domingo das 12h às 16h45min.

A RMB E A MARITIMIDADE DO POVO BRASILEIRO*

LUIZ EDMUNDO BRÍGIDO BITTENCOURT**
Vice-Almirante (Ref^o)

A quase sesquicentenária *Revista Marítima Brasileira*, há exatamente 149 anos, vem divulgando para o povo brasileiro idéias, pensamentos e posicionamentos sobre assuntos relacionados com o mar. Nesse período, tivemos estudos, apresentação de invenções, relatos e críticas sobre guerras, revoluções, crises e sobre fatos relevantes do presente ou do passado distante e prospecções para o futuro. Os autores desses artigos são, na sua maioria, oficiais de Marinha, mas que têm como companhia oficiais das outras armas, da Marinha Mercante, civis e mesmo alguns colaboradores do nível de praças.

O Brasil, com uma área de 8.511.965 quilômetros quadrados, até a Segunda Guerra Mundial, podia ser considerado um arquipélago de núcleos populacionais localizados, em sua grande parte, em uma costa de 7.400 quilômetros.

Até então, a troca de mercadorias e o tráfego de passageiros fazia-se, quase que exclusivamente, por mar. Durante a Segunda Guerra Mundial, o abastecimento do Norte e Nordeste do Brasil constituiu-se em séria preocupação do Governo, pois não havia uma única estrada digna desse nome que ligasse o Sul até lá. No Sul, o problema

* N.R.: Palestra apresentada no Congresso Internacional da Imprensa Militar, em Lisboa, em setembro de 1999. Veja *RMB*, 2^o trim/2000 – pág. 145.

** Vice-Almirante da Armada (Brasil). Ingressou na Escola Naval em 1944 e ascendeu ao Almirantado em 1975. Comandou o 3^o Distrito Naval (Nordeste), o Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, a Escola Naval e foi diretor da Diretoria de Ensino da Marinha. Colabora na direção da *Revista Marítima Brasileira* desde 1985.

era menor, mas a precariedade da comunicação terrestre também estava presente.

Em três anos, a Marinha do Brasil, inicialmente com a Marinha americana e sozinha nos últimos períodos da guerra, em 575 comboios, escoltou 3.164 navios, entre 1.577 brasileiros e, dos estrangeiros, 1.041 norte-americanos, totalizando uma tonelagem de mais de 16 milhões, que trafegaram entre Trinidad, no Mar das Caraíbas, e o Rio de Janeiro, protegendo-os contra os submarinos alemães e italianos que operavam nas costas do Brasil, onde afundaram 32 navios isolados, 20 deles antes da declaração da guerra. Em 575 comboios, perdemos apenas dois navios estrangeiros e um navio auxiliar da Marinha do Brasil, que estava escoltado por apenas um caça-submarino de 110 pés.

Escoltamos também, até Gibraltar, em oito oportunidades, cinco escalões da Força Expedicionária Brasileira (FEB), totalizando mais de 25.000 homens – nosso esforço terrestre na Itália; participamos de patrulhas oceânicas com cruzadores americanos, em busca de corsários e furadores de bloqueios alemães, bem como apoiamos as nossas ilhas oceânicas de Fernando de Noronha e Trindade.

Nosso esforço custou-nos a perda de um cruzador antigo – o *Bahia* –, um navio auxiliar, torpedeado – o *Vital de Oliveira* –, e uma corveta – a *Camaquã* –, e a vida de 492 homens da Marinha.

Na guerra, o mar foi sepultura para 470 vidas de marítimos e de 502 passageiros; na Itália perdemos 443 companheiros das outras armas.

Os nossos comboios contaram com a cobertura da Força Aérea Brasileira e da aviação da Marinha americana, que efetuaram também patrulhas nos nossos mares e oceanos. A Força Aérea Brasileira teve a seu crédito um dos 11 submarinos afundados no teatro marítimo brasileiro.

Com o fim da guerra, tivemos uma explosão de progresso rodoviário, e hoje todo o País é cortado por estradas asfaltadas.

Não bastassem os nossos antepassados distantes, com os grandes feitos da humanidade dos séculos XV e XVI, seus descobrimentos de rotas de navegação e de terras novas, nas plagas brasileiras, tivemos a participação fundamental da Marinha portuguesa e, mais tarde, da brasileira na formação e conservação desse colosso territorial da América do Sul.

Tivemos a Marinha portuguesa a combater e a expulsar do Rio de Janeiro o Almirante francês Nicolau Durand de Villegagnon, que tinha pretensões de formar, na área da Baía de Guanabara, a França Antártica. Invadiu em 1555 e foi expulso definitivamente em 1567. Mais tarde, as tentativas de Duclerc, em 1710, e de René Duguay Trouin, em 1711, foram baldadas. No Norte, no Maranhão, os franceses insistiram em 1612 e foram repelidos em 1615.

Em 1624, foram os holandeses na Bahia, sendo rechaçados e vencidos em 30 de abril de 1625. Tentaram, com algum sucesso, em Pernambuco, em 1630, e na área de Recife-Olinda estabeleceram-se durante 25 anos, expandindo sua autoridade do Maranhão até Sergipe. Trouxeram civilização e progresso com o governo do Conde João Maurício de Nassau, mas o espírito nacionalista dos lusobrasileiros nunca aceitou o domínio de outra potência. Foram fustigados continuamente por emboscadas e finalmente aliados do Brasil em batalha travada em 26 de janeiro de 1654.

Parece que, após essas tentativas francesas e holandesas, as potências da Europa desistiram das terras sul-americanas, à vista de outros interesses.

Em 1808, devido às Guerras Napoleônicas, a rainha de Portugal, o príncipe regente D. João – depois Dom João VI –, sua esposa Dona Carlota Joaquina e a corte transferiram-se para o Brasil, elevando-o à situação de Reino Unido aos de Portugal e Algarve.

Com essa transferência, recebemos a Escola Naval, que passou a ser o mais antigo estabelecimento de ensino superior do nosso País, orgulhosa descendente dos caravelistas do Infante Dom Henrique, o Navegador.

Em 7 de setembro de 1822, a nossa independência de Portugal foi ganha por um gesto político de um príncipe português, brasileiro de coração, Dom Pedro I, que, após sua abdicação, em 1831, tornar-se-ia D. Pedro IV de Portugal.

Cabe lembrar que o Brasil, na época, era um espaço vasto desabitado, com algumas "ilhas" de população e de desenvolvimento, e que a independência foi proclamada por consequência política, às margens do riacho Ipiranga, nas então proximidades da cidade de São Paulo, na parte meridional do País.

Como agiram as outras "ilhas" do "arquipélago" brasileiro? Havia concentração populacional na Bahia, em Pernambuco, no Maranhão, no Pará e no Sul.

Cada uma, em seu tempo, declarou-se fiel à metrópole portuguesa ou desejava sua independência em relação à autoridade do Rio de Janeiro, sendo todas as tentativas separatistas abafadas por intervenção direta da recém-criada Marinha.

Nessa luta, destacaram-se homens e mulheres, nacionais e mercenários: João das Botas, Soror Joana Angélica e Maria Quitéria de Jesus Medeiros, na Bahia; o Almirante Cochrane, inglês de nascimento, um verdadeiro consolidador da nossa independência, agindo com competência e coragem na Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Maranhão, deixando para a sagacidade de seu compatriota e subordinado, John Grenfell, a pacificação do Pará.

Após consolidada a independência, passamos a ter algumas crises internas, além de importantes disputas internacionais, principalmente no Sul do País, envolvendo a Província Cisplatina, até então brasileira (hoje Uruguai), e as Províncias Unidas do Rio da

Prata (Argentina), ou seus ditadores, com embates na região, em que a Marinha teve importantes participações.

De 1864 a 1870, tivemos a guerra contra o ditador paraguaio Francisco Solano López, um infortúnio que caiu sobre os dois países, na qual o Brasil perdeu 33.000 homens, e o Paraguai, dependendo da fonte, mais ou menos apaixonada, de 30 a 40% dos homens válidos até 600.000 habitantes de uma população de 800.000 a 1.000.000!

O ditador López declarou guerra ao Brasil em 13 de dezembro de 1864, invadindo-o de surpresa, chegando suas tropas a Uruguaiana, na fronteira do Uruguai, e a Cuiabá, no interior do Brasil, bem mais ao norte.

O Paraguai da época, embora fosse um país interiorano, levado pelas mãos de seu ditador López conseguiu progresso impressionante e montar um grande Exército e uma grande Marinha fluvial bem mais forte que as forças de seus vizinhos. No início da guerra, o Brasil, despreparado, podia, com correção, ser considerado uma presa fácil, não fosse a sua extensão territorial, que criou tempo suficiente para a sua enorme potencialidade alcançar o estado dinâmico e, por fim, esmagar o inimigo que havia invadido seu território.

Já em 1846, o embaixador dos Estados Unidos no Paraguai escrevia: "O Paraguai é a nação mais poderosa do Novo Mundo, depois dos Estados Unidos... seu povo é o mais unido... o governo é mais rico que o de qualquer dos Estados deste continente."

Logo no princípio da guerra, em 11 de junho de 1865, tivemos a Batalha Naval do Riachuelo, com nossas forças navais comandadas pelo Almirante Barroso, e que foi decisiva para o desfecho da guerra como um todo: a força naval paraguaia deixou de existir naquele momento e o país ficou isolado do mundo, não podendo receber reforços.

Então o Brasil reconquistou Uruguaiana, graças ao auxílio do bloqueio dos Rios Paraná/

Paraguai, efetuado pelo Almirante Tamandaré, bem como os territórios que estavam em mãos paraguaias.

Uruguaiana rendeu-se a 18 de setembro de 1865, em documento assinado no local pelo comandante das forças paraguaias, Tenente-Coronel Estigarriba, e o próprio imperador do Brasil, D. Pedro II.

A partir de abril de 1866, iniciou-se a invasão do Paraguai pelos exércitos da Triplíce Aliança, com a tomada da Ilha de Redenção.

A vitória brasileira na guerra, entretanto, não foi conseguida sem significativas perdas, pois os paraguaios lutaram, até o fim, bravamente e com denodo.

Em 24 de maio de 1866, ocorreu a Batalha do Tuiuti, onde se defrontaram 21 mil brasileiros e 11 mil argentinos e uruguaios contra 24 mil paraguaios, com perdas de 3.913 e 13 mil, respectivamente.

Seguiram Curuzu e Curupaiti, ambas em 1866 (esta a maior derrota aliada, com 4.000 baixas); Segunda Batalha de Tuiuti, em 1867; Passagem de Humaitá pela Esquadra brasileira (que chegou até Assunção), Lombas Valentina, Piquisiri e Angustura, todas em 1868 e, finalmente, a ocupação de Assunção, sem resistência, em 5 de janeiro de 1869. Seguiram as batalhas na fase de perseguição ao ditador, que veio a falecer, heroicamente, em combate, em Cerro Corá, em 1º de março de 1870.

Com exceção das três últimas batalhas antes de Assunção, que foram essencialmente terrestres, as demais foram precedidas da ação da esquadra com bombardeio e destruição das fortificações paraguaias a serem tomadas, e travadas com o apoio de fogo naval às tropas. Nas lutas em terra, destacaram-se sobremaneira, por sua competência e heroísmo, Caxias, Osório e tantos outros.

Com o conhecimento desse passado, não seria válido pensarmos, hoje, que o país que somos devemos, em grande parte, à ação da Marinha? Não deveria ser a Marinha reco-

nhecida pelo povo brasileiro, por aquilo que seus marinheiros fizeram no passado? Não seria normal que tivéssemos uma mentalidade marítima e que os problemas relacionados com o Poder Marítimo fossem discutidos assiduamente pela imprensa, pelo Congresso e até mesmo nas conversas entre amigos?

Mas, surpreendentemente, isso não acontece. As grandes datas da Marinha, 11 de junho e 13 de dezembro, eram cerimônias presididas pelo Presidente da República e eram alvos de atenção especial por parte da mídia. Dos anos 80 para cá, elas vêm se transformando em festividades internas da Marinha, sem cobertura jornalística.

O lançamento ao mar do *Tamoio*, em 18 de novembro de 1993, o primeiro submarino construído no Hemisfério Sul, só mereceu registro da mídia por motivos alheios ao seu real significado. Os submarinos que o seguiram, nada.

Nas conversas com amigos, nota-se neles uma falta de compreensão da necessidade, mesmo nesse atual período de paz formal que o Mundo atravessa, de uma Força Armada, que poderá ser pequena, mas deverá ser eficiente e merecedora de credibilidade junto à comunidade mundial.

Ao povo brasileiro, em geral, falta consciência da importância do mar quando possuímos mais de 7.400 quilômetros de costa e 40.000 quilômetros de vias navegáveis, quando cerca de 90% de nosso comércio exterior se faz por via marítima – transações que hoje vão chegando a 110 bilhões de dólares por ano – e dispomos de 4,2 milhões de quilômetros quadrados de Plataforma Continental Jurídica, com um potencial imenso de petróleo, gás natural, pesca e todas as demais riquezas prometidas pela tecnologia moderna e futura nas explorações do mar, da massa líquida, bem como do solo e do subsolo marinhos.

É e no aspecto da criação da mentalidade marítima que a *Revista Marítima Brasileira*

procura se fazer presente, atualmente ainda um pouco tímida, pois nossos leitores chegam a apenas cinco mil, mas que já incluem civis e militares de outras forças. Empenhamo-nos para que a *Revista Marítima Brasileira* seja uma tribuna para discussões livres sobre os problemas do Poder Marítimo.

Há uns 12 anos, as colaborações eram escassas e uma boa parte delas era apenas traduções de suas congêneres.

Felizmente, de lá para cá, trilhamos um bom caminho, assim podemos dizer, pois, hoje, a quase totalidade dos artigos são de lavra própria, incluindo vários jovens oficiais e de civis. E eles são em grande número, a ponto de a revista ter de conviver com um número desconfortável de boas colaborações, que aguardam, em nossos arquivos, a oportunidade da sua publicação.

Para que a *Revista Marítima Brasileira* se faça mais conhecida no exterior, em países de línguas não hispânicas, acabamos de lançar a edição em inglês.

Presentemente, estamos estabelecendo as primeiras providências para a colocação da *Revista Marítima Brasileira* na Internet para alcançar um grande e selecionado público que hoje, só no Brasil, chega a 4 milhões de associados; primeiramente, com um índice remissivo e, futuramente, o seu texto.

Atualmente, já dispomos dos índices remissivos por assuntos desde os anos 30, na forma de impressos.

É um progresso árduo, mas que perseguimos com todas as forças, procurando estender o horizonte da visão do povo e do Governo brasileiro na direção do imenso Oceano Atlântico.

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<INFORMAÇÃO> / Imprensa Militar /; Maritimidade; História do Brasil;

Nunca ande pelo caminho traçado,
pois ele conduz somente até onde os
outros foram.

José Eduardo Pimentel Oliveira

Contra-Almirante

Diretor da Escola de Guerra Naval

(Da alocação do encerramento do curso-99)

GALEOTA IMPERIAL



Construída em 1808, em Salvador, na época da vinda de D. João VI para o Brasil, a Galeota Imperial foi trazida para o Rio de Janeiro em 1809, onde serviu à Família Real em passeios e deslocamentos pela Baía de Guanabara.

Modelo sem similar em toda a América, esteve em uso até os primeiros governos republicanos.

A Galeota Imperial foi detalhadamente restaurada para compor o acervo do Espaço Cultural da Marinha, à Av. Alfred Agache s/n, Praça XV, ficando exposta de terça-feira a domingo das 12h às 16h45min.

A MARINHA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL*

"FIGHT FOR THE FOREST
... BURN A BRAZILIAN"
(de um cartão-postal europeu)**

RUI DA FONSECA ELIA
Vice-Almirante

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO
UM POUCO DE HISTÓRIA
ASPECTOS GEOSTRATÉGICOS
VULNERABILIDADES
MISSÃO NO CNAO
OS MEIOS
CONCLUSÃO

INTRODUÇÃO

O monumental esforço empreendido pela tenacidade dos nossos antepassados para conquistar a Amazônia brasileira deveria ser por nós permanentemente lembrado na mesma medida da grandiosidade do resultado alcançado, qual seja: a incorporação ao patri-

mônio da Nação de nada mais nada menos que dois terços do seu território.

Infelizmente, a Amazônia, que tanto embasbaca, aguça a cobiça e alimenta o modismo das novas teses internacionais de soberania limitada e direito (e até dever!) de intervenção, não tem merecido a mesma preocupação por parte dos próprios brasileiros,

* N.R.: Trabalho elaborado em junho de 2000 após o autor ter comandado o Comando Naval da Amazônia Ocidental (CNAO) por dois anos.

** N.A.: "Lute pela floresta... queime um brasileiro" – Frase apresentada pelo General de Exército Luiz Gonzaga Schoeder Lessa em palestra proferida em 1999 no Comando Militar da Amazônia (CMA).

mais das vezes, embalados pela cantilena enganadora dos detentores do poder mundial, travestida de proteção ambiental e de inusitada conversão à causa do gentio.

Desde o alvorecer da Pátria, a Marinha e o Exército brasileiros, e, mais recentemente, desde os primórdios de sua criação, a Força Área Brasileira, têm sido os grandes representantes da presença do Estado na imensidão do espaço vazio amazônico. Na verdade, são os verdadeiros garantidores da manutenção da nossa soberania e do espírito de brasilidade na região.

Dentro da Região Amazônica, uma enorme sub-região – a Amazônia Ocidental – desponta em razão de suas próprias peculiaridades, basicamente caracterizadas pelo isolamento dentro do próprio País (sua capital e municípios somente são alcançáveis pelos meios flutuantes e aéreos) e por seus baixos índices demográfico e de desenvolvimento socioeconômico.

Este pequeno trabalho pretende focalizar alguns aspectos particulares da Amazônia Ocidental e realçar a presença de nossa Marinha na área, com ênfase na eficaz e silenciosa tarefa de “Ação de Presença”, onde a vastidão da bacia hidrográfica tem o papel de meio imprescindível, não só à presença do Estado mas, muito além disso, à própria sobrevivência humana na região.

Sublinhamos que as idéias aqui expostas foram basicamente calcadas nas experiências do autor em duas épocas distintas, a primeira

na qualidade de tenente nos navios da Flot-AM, nos idos de 1970/71 e, mais recentemente, no período de março de 1998 a dezembro de 1999, no cargo de Comandante Naval da Amazônia Ocidental. Por certo, essas experiências foram enriquecidas pelas fascinantes leituras dos trabalhos postos na Bibliografia.

UM POUCO DE HISTÓRIA

A História nos conta que ainda antes do descobrimento do Brasil por Cabral, um renomado navegador espanhol – Vicente Pinzon, em fevereiro de 1500, teria chegado à foz do Amazonas; maravilhado com a grandeza do rio que se descortinava, o batizara de *Mar Dulce*. Quatro décadas depois (1542), um outro espanhol – Francisco Orellana, também chegaria à boca do majestoso rio continental após descê-lo completamente a partir de suas nascentes nos Andes. Apesar desses

relevantes feitos, a posse da Região Amazônica, incomparável no mundo, dois terços do solo pátrio, seria obra dos bravos formadores da nacionalidade.

Primeiro, a epopéia fluvial de Pedro Teixeira (1637-1639), que realizando singradura no sentido oposto daquela que cem anos antes fizera Orellana, sobe rio acima, atravessa as águas do Marañon e do Napo e galga, em notável proeza, às alturas andinas, atingindo Quito. Poucos anos depois, outro arrojado desbravador – o bandeirante Raposo Tavares

Pedro Teixeira sobe rio acima, atravessa as águas do Marañon e do Napo e galga, em notável proeza, às alturas andinas, atingindo Quito.

*

O bandeirante Raposo Tavares parte de São Paulo e, seguindo os rumos do Tietê, do Paraná e do Paraguai, sobe os altiplanos bolivianos, desce os rios Mamoré e Madeira, sai na calha principal do Amazonas e vai até Belém, de onde partirá Pedro Teixeira

- parte de São Paulo e, seguindo os rumos do Tietê, do Paraná e do Paraguai, sobe os altiplanos bolivianos, desce os rios Mamoré e Madeira, sai na calha principal do Amazonas e vai até Belém, de onde partira Pedro Teixeira.

Vê-se, assim, em rumos gerais opostos, completada a grande manobra geopolítica e estratégica da conquista da região.

Em justa homenagem, a Marinha batizou seus dois maiores Navios-Patrolha Fluviais com os nomes daqueles dois gigantes da conquista: *Pedro Teixeira* e *Raposo Tavares*.

Tem razão Capistrano de Abreu quando afirma que "a Amazônia foi uma descoberta espanhola e uma conquista portuguesa; ao contrário, o Prata foi uma descoberta portuguesa e uma conquista espanhola"⁽¹⁾.

A História não é produto do acaso. É feita pela vontade dos homens, também fortemente influenciada pelos condicionantes geográficos. Com efeito, na conquista de dois terços da superfície do solo brasileiro e nos patrióticos feitos do cone sul, duas grandes realidades geográficas viabilizaram a saga dos nossos heróis: as Bacias do Amazonas e do Paraná-Paraguai.

Nunca é demais relembrar que a memorável epopéia do Riachuelo (1865) foi insculpida em ambiente fluvial. Antes mesmo do encerramento da Guerra do Paraguai, a navegação do Amazonas seria aberta aos estrangeiros (1867); por certo, a criação da Flotilha do Amazonas, em 1868, foi disso uma consequência. Os acontecimentos que então se desenrolavam no Prata aguçavam a percepção político-estratégica dos líderes do Segundo Reinado. Vale apontar uma curiosa

coincidência histórica: o comandante da Esquadra Brasileira na Batalha do Riachuelo, o insigne Almirante Barroso, tinha por capitânia a Fragata *Amazonas*, e ele mesmo seria feito depois o Barão do Amazonas. O Amazonas e o Prata são cenários vivos da História pátria e, como todas as áreas que abrigam fronteiras nacionais, são também zonas de tensão e teatro de feitos heróicos.

Hoje, assim como foram no passado, as centenárias Flotilhas do Amazonas e de Mato Grosso são marcas indelévels da presença da Marinha na saga da conquista e da integração de território.

ASPECTOS GEOESTRATÉGICOS

A Amazônia Ocidental abrange uma área geográfica que ultrapassa 2.100.000 km², compreendendo os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, perfazendo cerca de um quarto do território brasileiro. A área abriga mais de 10.000 km de vias navegáveis, imprescindíveis para a própria sobre-

vivência da vida humana na região, seu desenvolvimento socioeconômico, mobilidade e comunicações.

Os Rios Solimões e Amazonas – na verdade um só majestoso Rio Amazonas que desce de Tabatinga à foz num percurso de 3.700 km (metade da extensão litorânea do Brasil!) – é o grande eixo estratégico da Região. Independentemente do regime sazonal das chuvas, o Grande Rio permite, durante todo o ano, a chegada de navios com calado de até 4,5 metros a Tabatinga, na fronteira com a Colômbia e o Peru, e de até 10 metros a Manaus. É esse grande eixo fluvial que unifica as duas

No âmbito internacional de hoje, a apropriação ideológica da Amazônia já é uma realidade

⁽¹⁾ N.A.: Citação do General Meira Matos em sua brilhante obra *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*; José Olímpio (1980).

mega-sub-regiões amazônicas, a Ocidental, centrada em Manaus, com a Oriental, sediada em Belém. As duas capitais distam entre si cerca de 1500 km!

Apenas para recordar a magnitude continental da Amazônia Ocidental, citamos as dimensões aproximadas dos quatro maiores afluentes do Amazonas na sub-região: Negro, 2.400 km; Juruá, 2.100 km; Purus, 2.080 km; e Madeira, 1.600 km.

Dentro do território nacional, o Solimões-Amazonas e seus afluentes realizam sua função de via de penetração interiorana e de integração das áreas e comunidades ribeirinhas. No plano internacional, delimitam espaços nacionais e aproximam os povos vizinhos da fronteira norte-ocidental: Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela.

É descendo o Solimões-Amazonas que os navegadores da Colômbia e do Peru encontram saída para o Atlântico. Navios de guerra desses países atravessam frequentemente nossas águas jurisdicionais para alcançar pontos de seus próprios territórios.

O Rio Javari desenha a fronteira entre o Brasil e o Peru; é patrulhado por navios peruanos que com constância precisam atravessar águas brasileiras para atingir pontos de seu país. O Solimões (denominação do Amazonas a montante da confluência com o Negro), o Japurá (Caquetá, na Colômbia) e o Içá (Putumayo, na Colômbia) penetram na Colômbia, cujos navios precisam singrar nossas águas, também, para chegar a localidades de seu espaço nacional.

No que tange à Bolívia, é o Madeira a grande via de penetração, continuada pelos Rios Beni e Mamoré. Para nossa tristeza e dos bons amigos bolivianos, o Madeira não é

navegável de Porto Velho a Guajará-Mirim. A montante dessa cidade, que se defronta com a boliviana Guayaramirim, pelo Rio Guaporé, navega-se até Mato Grosso. Cruzando as águas do Madre de Dios, alcança-se Puerto Maldonado, no Peru. Em direção à linha de fronteira mais ao norte, é o gigante da margem esquerda, o Negro, que viabiliza a penetração no extremo norte-ocidental, com a Colômbia e a Venezuela (Cucuí), através das águas dos afluentes Içana e Uapés.

Em relação ao Equador – que não faz conosco limite terrestre – sempre que o regime fortemente irregular das águas do Rio Napo permite, os NaPaFlu de menor calado (*Amapá, Rondônia e Roraima*) da FlotAM logram atingir a cidade de Nuevo Rocafuerte.

Sob o prisma da importância estratégica da massa líquida amazônica, vale dizer, no que se refere ao meio por excelência das Marinhas, a relevância do complexo hidrográfico da Amazônia Ocidental é completa.

Define limites, integra o território nacional, congrega as fronteiras e viabiliza a própria vida e o seu desenvolvimento em toda a região.

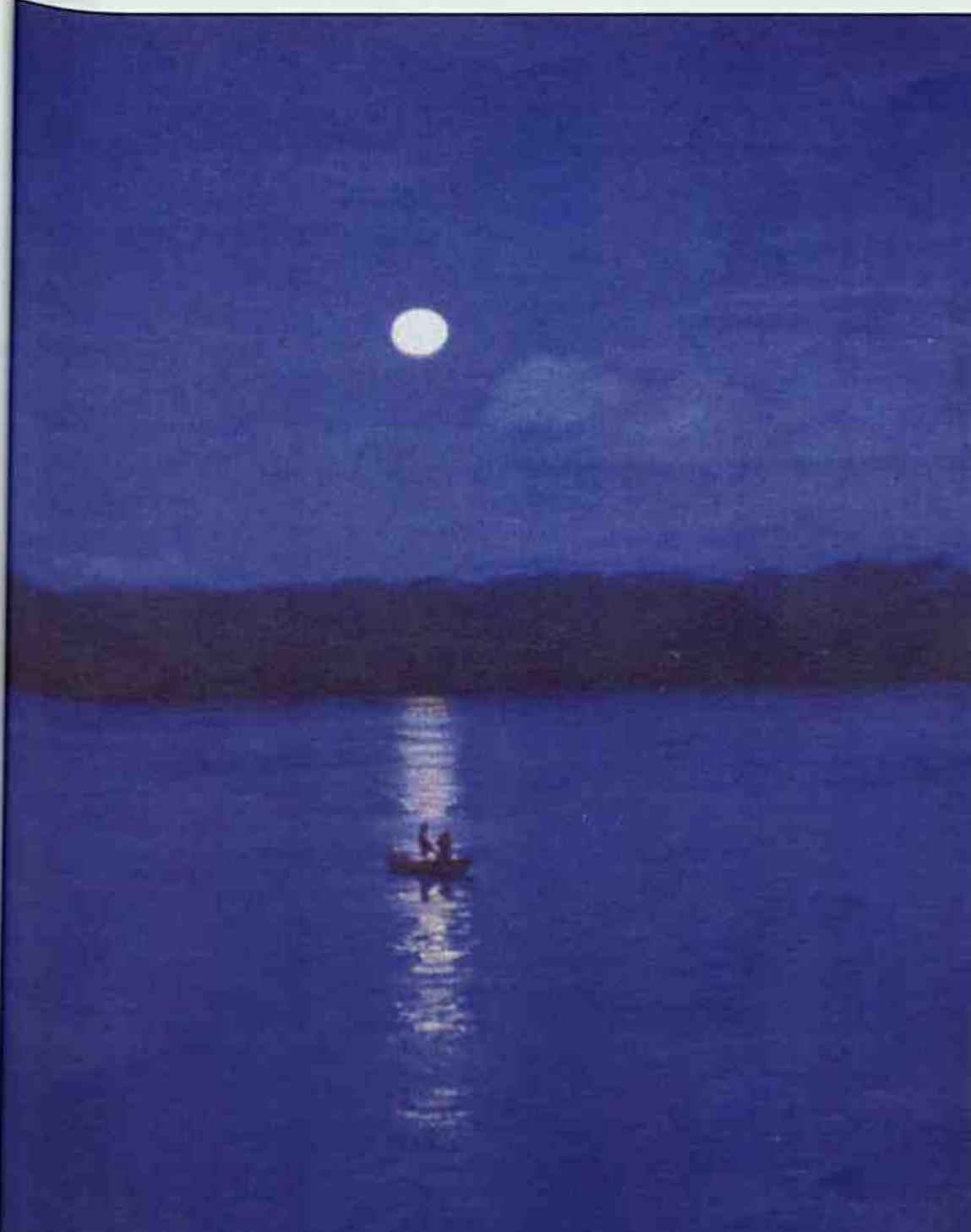
Com muita razão, o ilustre brasileiro e amazônida Leandro Tocantins denominou sua obra de estréia sobre a nossa exuberante Amazônia de *O rio comanda a vida*. De fato, na Amazônia, máxime na Amazônia Ocidental, tudo, absolutamente tudo, depende do rio. Eis o seu valor geoestratégico.

VULNERABILIDADES

As riquezas da região são mundial e sobejamente conhecidas e decantadas aos quatro

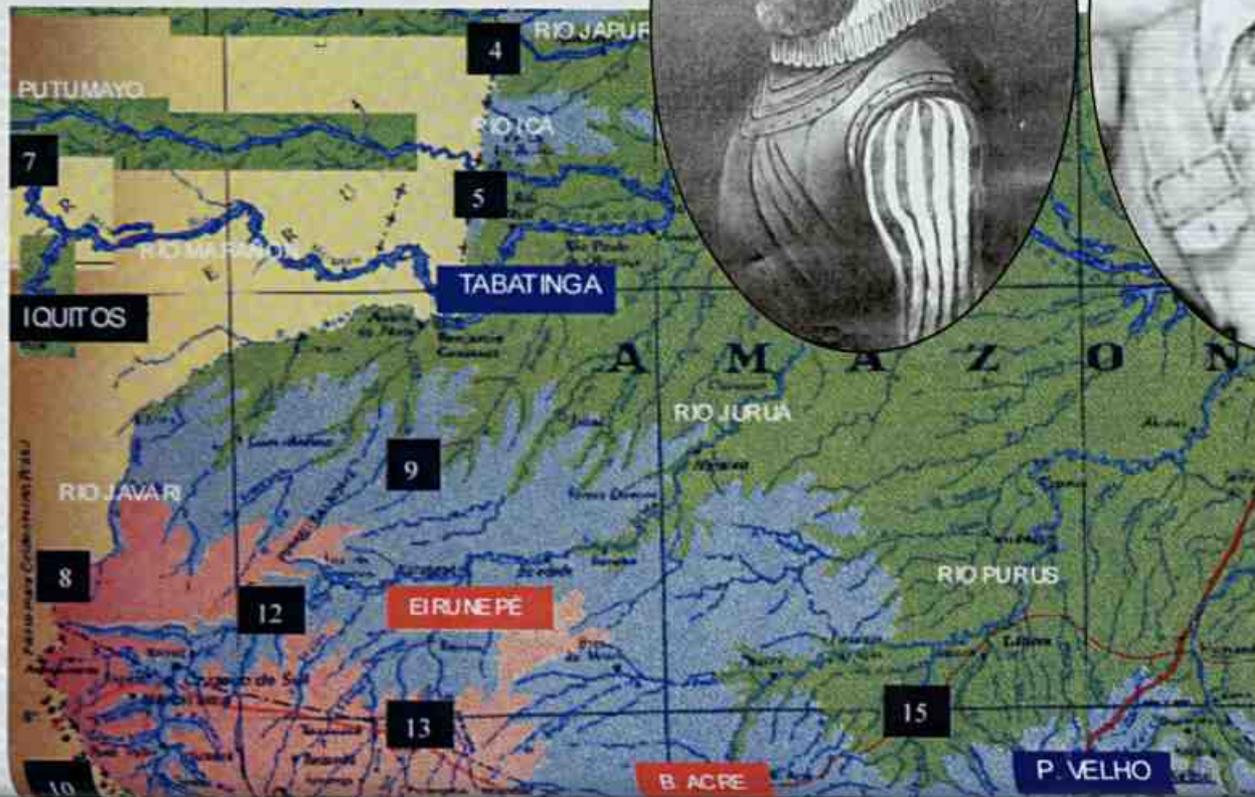
A relevância do complexo hidrográfico da Amazônia Ocidental é completa. Define limites, integra o território nacional, congrega as fronteiras e viabiliza a própria vida e o seu desenvolvimento em toda a região

A
n
s,
s
o
e
n
o
a
s



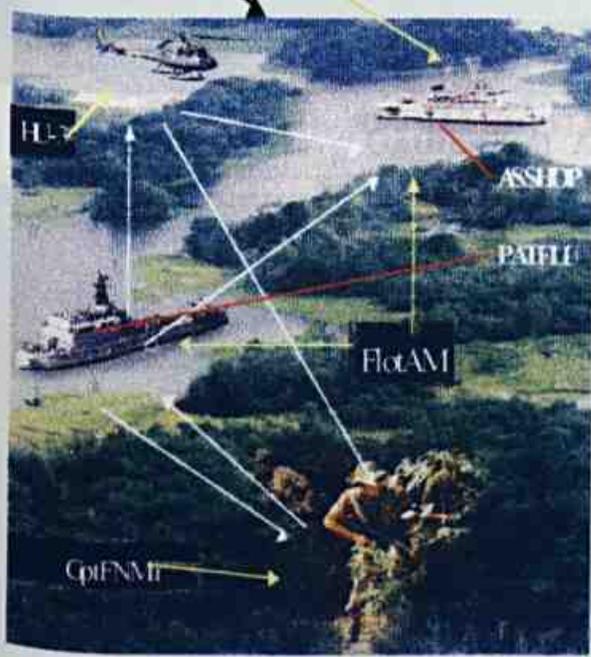
“Na Amazônia, o rio comanda a vida”

ÁREA DO
COMANDO NAVAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL



Aos
conquistadores
da Amazônia,
**PEDRO
TEIXEIRA**
e
**RAPOSO
TAVARES**
o agradecimento
do Brasil 500

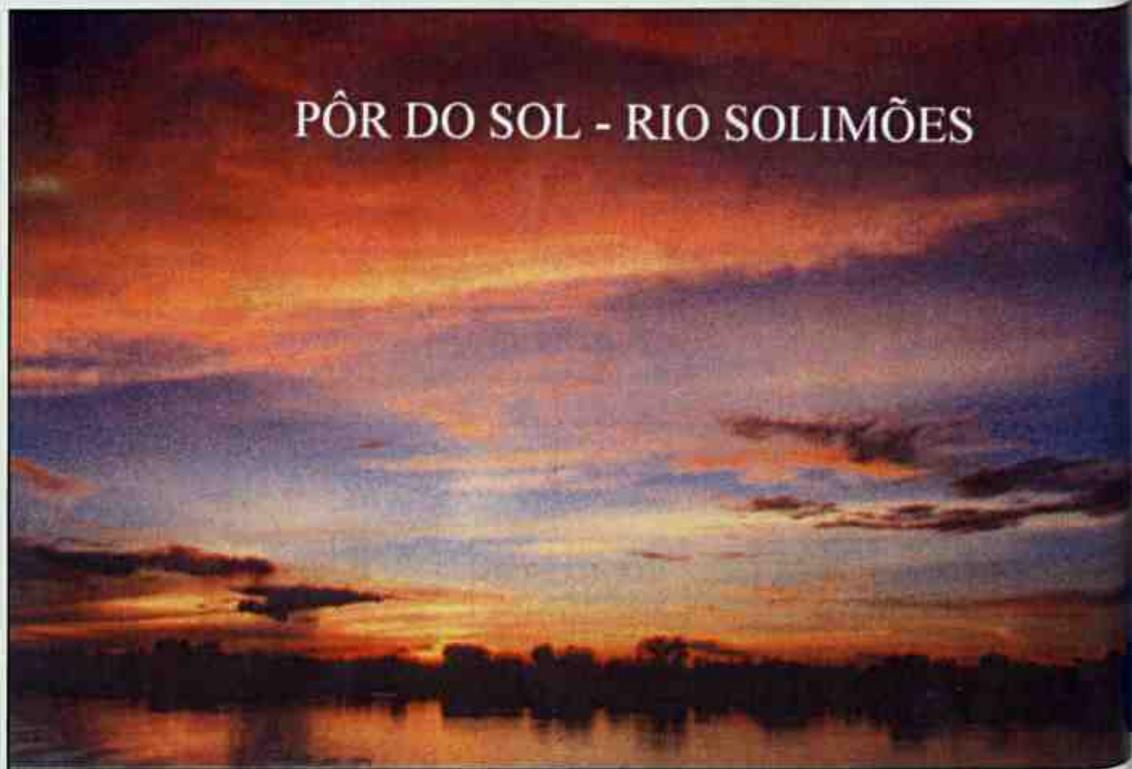
MISSÃO DO CNAO



CFAOC

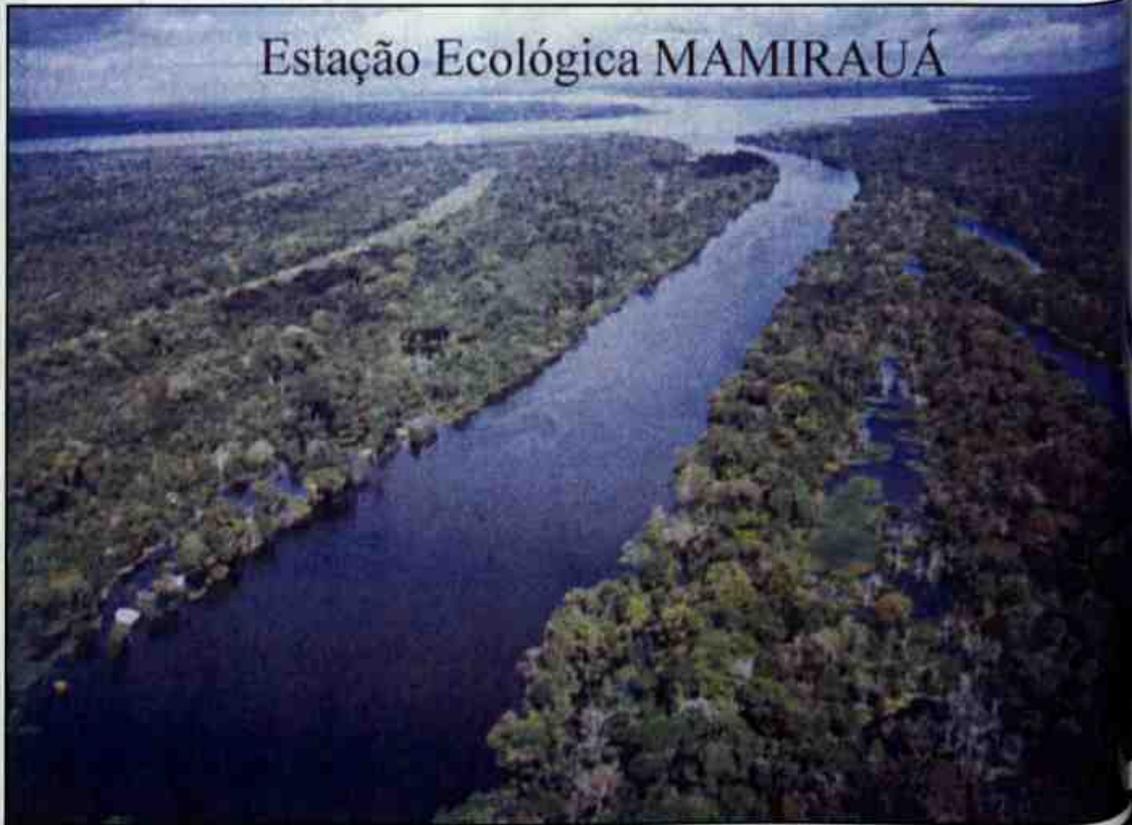
- DEL. CP. TABATINGA
- DEL. CP. RIOVEIHO
- AG. CP. TUBÉ
- AG. CP. FURUMPE
- AG. CP. BOCA DO ACRE
- AG. CP. GUAIARÁ-MIRIM
- AG. CP. ITACONILARA
- AG. CP. PARANINS

PÔR DO SOL - RIO SOLIMÕES



A IMENSIDÃO

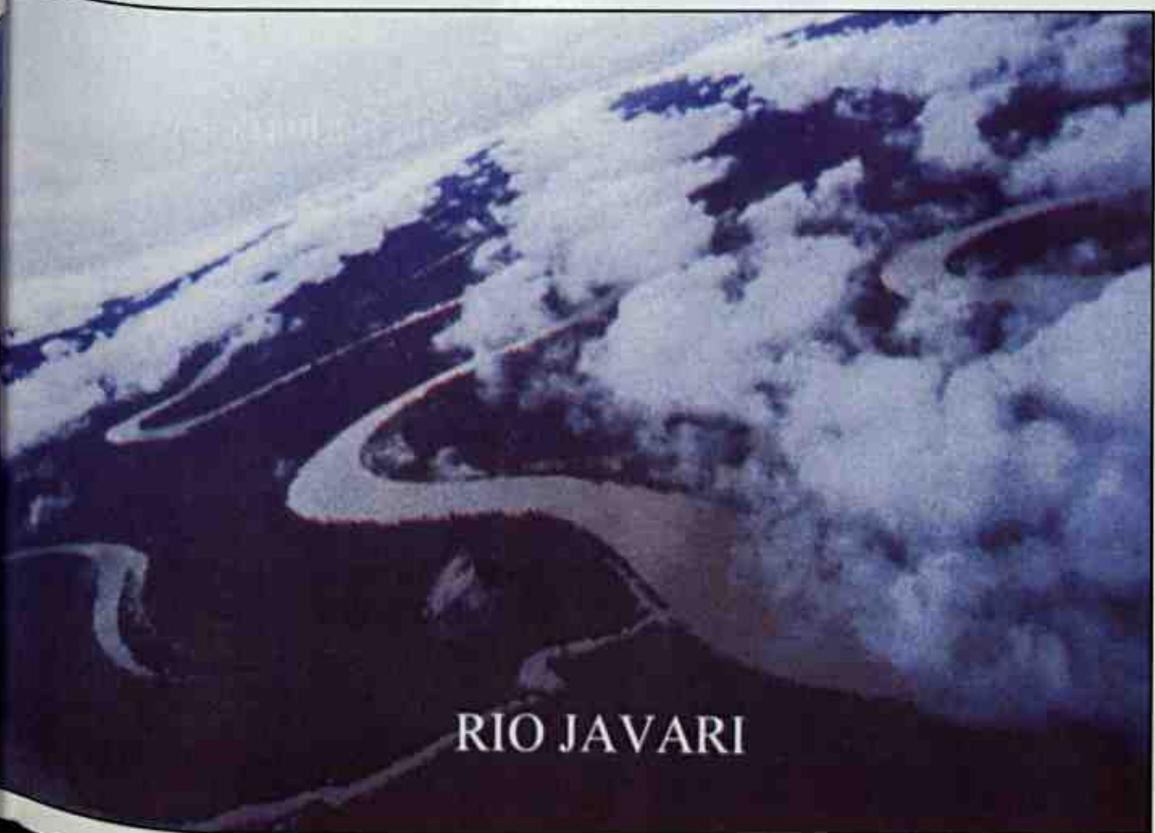
Estação Ecológica MAMIRAUÁ





NPaFlu "PEDRO TEIXEIRA" recebendo Aeronave Esquilo
no fundo NPaFlu "AMEAPÁ" e NPaFlu "ROBALTA" fundeados junto à
fazenda São MANTRAL A.

DA AMAZÔNIA



RIO JAVARI

O C.N.A.O. EM TERRA

TABATINGA



CAIS DA ESTAÇÃO NAVAL DO RIO NEGRO - MANAUS



Vila Buriti (Praças)

VILA BURITI (Praças) - MANAUS



Vista aérea do CNAO e GptFN Manaus

CNAO E O GRUPAMENTO DE EN DE MANAUS

OS MEIOS FLUTANTES DO COMANDO DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

① NaPaFlu *Raposo Tavares*

② NaPaFlu *Roraima*

③ Lanchas da Capitania dos
Portos

④ NAsH *Dr. Montenegro*

⑤ NAsH *Oswaldo Cruz*

⑥ LAR (Lanchas de Assalto
Rápidas)

(Fotos SDM e do CNAO)



①



②



③



④



⑤



⑥



A PRESENÇA DO CNAO NAS REPÚBLICAS LÍMITROFES



① e ② – **LETÍCIA**
 Data nacional da
 Colômbia (20/7/1998)
 Izada de Pabellones e
 aposição de flores para
 Santander

③ e ④ – **IQUITOS**
 Data nacional do
 Perú (28/7/1998)
 O autor presta
 continência ao Peru

(Fotos CNAO)



ventos. Minérios, madeiras, biodiversidade, reserva hidrológica, insumos medicinais, pulmão do mundo, e por aí afora. No campo mineral, sem dúvida o permanente e grande alvo das grandes potências do mundo (sobre o que não nos deixa mentir a história) podemos encontrar, no subsolo da Amazônia brasileira: petróleo, ouro, ferro, manganês, cobre, nióbio, gás natural, alumínio, diamante, cromo, linhito, entre tantas outras preciosidades*.

Para se ter apenas uma ligeira tintura do valor da riqueza da Amazônia Ocidental no campo mineral, podemos citar a Província Petrolífera do Rio Urucu, localizada no Município de Coari (Rio Solimões), no Estado do Amazonas, levada à frente pelo patriotismo dos funcionários da Petrobrás e que hoje, do interior da selva, opera uma unidade industrial que "proces-

sa por dia 60 mil barris de óleo, 6 milhões de metros cúbicos de gás natural e mais de mil toneladas de GLP (gás de cozinha)" (2). Um outro bom exemplo é a existência comprovada da maior reserva de nióbio do mundo, nas elevações próximas à cidade de São Gabriel da Cachoeira, no alto Rio Negro.

Por outro lado, em desvantajoso contraste, a gigantesca área apresenta-se com muito baixa densidade demográfica, com 4.300.000 habitantes, apenas 1,9 hab/km², sendo quase 1.200.000 concentrados em Manaus (IBGE – censo 1996).

A Petrobrás hoje, do interior da selva, opera uma unidade industrial que processa por dia 60 mil barris de óleo, 6 milhões de metros cúbicos de gás natural e mais de mil toneladas de GLP (gás de cozinha)

Apesar da cristalina evidência de tão incalculável riqueza e do seu valor geoestratégico, que se acentua nas áreas de fronteira, a Amazônia Ocidental continua sendo a menos conhecida e a mais vulnerável região do Brasil. Difere mesmo da Amazônia Oriental, que é mais populosa, desenvolvida e articulada – quer pelo caminho natural do oceano, quer por rodovias, com o Nordeste e com os grandes centros industriais do Sudeste. A banda ocidental da Amazônia, ao contrário, só é alcançada pelos rios ou por via

aérea. Articula-se, geograficamente, mais com os países da fronteira, e com o próprio Caribe, do que com o resto do país. Esta é, sem sombra de dúvida, uma grande vulnerabilidade estratégica de nossa Amazônia Ocidental(3).

Entre tantas outras vulnerabilidades – cuja análise foge ao

propósito deste trabalho, citamos a sufocante presença de centenas de ONGs na região, por certo não tanto interessadas na afirmação da brasilidade e da nossa soberania na região quanto o são na preservação de seus recursos naturais (sic). Estamos plenamente convencidos de que a maciça presença das ONGs na Amazônia servem, de fato, aos interesses nacionais dos países do chamado Primeiro Mundo. A presença na área do navio *Amazon Guardian*, pérola do *Greenpeace*, é apenas um sinal do que é capaz a ousadia da intromissão alienígena no País. A respeito da atuação

* N.R.: Ver também *Amazônia Brasileira* na RMB 1^a Trim./2000 – p. 89 a 107.

(1) N.A.: Reportagem *O sonho amazônico* de Gustavo Barbosa (texto) e Edimilson Bezerra (fotos) in: *Revista Petrobrás* – Abril/2000, nº 69.

(2) N.A.: Vulnerabilidade estratégica, expressão cunhada pelo ilustre Vice-Almirante (Ref) Armando Amorim Ferreira Vidigal: "A posse de um bem de grande valor, sem os meios necessários para garanti-la, é, sem dúvida, uma "vulnerabilidade". Veja-se *Uma Estratégia Naval para o Século XXI*, in: *Revista Marítima Brasileira*, V. 117 – nº 7/9 – Jul/Set 1997.

das ONGs na Amazônia, vale reproduzir as palavras de alerta da professora Lydia M. Garner, em consistente trabalho sobre a evolução da jurisprudência do conceito de soberania nacional:

“No momento, as ONGs internacionais têm contato contínuo com as organizações locais e acionam com brevidade qualquer oposição a projetos que não merecem aprovação, e tem o poder de descarrilhar qualquer plano de financiamento nos MDBs. O entrelaçamento entre estas organizações, as organizações locais, os especialistas estrangeiros na Amazônia, os trabalhos nas Nações Unidas e as regras internacionais já chegou a tal ponto que é quase impossível desfazer a impressão, intelectual e na prática, que o Brasil já não mais tem soberania perfeita sobre a Amazônia.”⁽⁴⁾

Vemos pois que, no âmbito internacional de hoje, a apropriação ideológica da Amazônia já é uma realidade.

Corroborando a nossa tese que sob a capa da simpática (e inatacável...) idéia de defensores do ambiente e dos índios, as ONGs na verdade encobrem designios inconfessáveis. A revista *Veja*, em reportagem na edição de 14 de junho de 2000, traz à luz *As Alianças do Greenpeace no Brasil*, que passamos a reproduzir na íntegra:

– “Na semana passada, os ambientalistas fizeram uma parceria com a madeireira Mil, localizada na Amazônia.”

– “No início do ano, o Greenpeace anunciou o investimento de 250.000 dólares na compra de ações da multinacional Shell, um de seus maiores adversários.”

– “No ano passado, o grupo fez um acordo com uma geradora de energia alemã para criar a Greenpeace-Energy, empresa que vai repassar energia obtida sem prejuízos ambientais para consumidores interessados.”

– “Em 1992, a ONG já havia comprado ações da indústria química francesa Rhône-Poulenc, em Cubatão. O objetivo dos ecologistas era impedir que os franceses despejassem lixo industrial indiscriminadamente.”⁽⁵⁾

As conclusões ficam por conta da imaginação dos leitores.

No que tange especificamente à Marinha, a quase inexistência de apoio logístico fora de Manaus, que se torna ainda mais grave nas direções ocidentais, constituiu-se num problema crucial. Considerando-se que de Manaus a

Tabatinga temos mil milhas náuticas a vencer, é fácil inferir a necessidade de se pensar no desenvolvimento de pontos de apoio logístico naquela direção. A cidade de Tefé – onde já temos uma Agência da Capitania Fluvial, pela sua posição central na Amazônia Ocidental, e a cidade de Tabatinga, na “Esquina da Três Fronteiras” (Brasil-Peru-Colômbia), devem por certo ser consideradas no nosso planejamento de desenvolvimento de bases, ao longo da calha ocidental e na direção oeste.

A maior reserva comprovada de nióbio do mundo encontra-se nas elevações próximas à cidade de São Gabriel da Cachoeira, no alto Rio Negro

⁽⁴⁾ N.A.: GARNER, Lydia M. – *A Amazônia e a Evolução da Jurisprudência de Soberania Nacional: Da Lei das Gentes e das Nações à Lei Internacional*. Southwest Texas State University – III National Meeting on Strategies Studies – 1996.

⁽⁵⁾ N.A.: Reportagem assinada por Daniella Camargos sob o título *Assim, tudo bem*, in: Revista *Veja*, 14 de junho de 2000, pág. 66.

Tudo isso somado à presença constante da guerrilha colombiana – que já controla mais de 30% do território de seu país nas proximidades de nossa fronteira norte-ocidental, e sua inegável conexão com o narcotráfico (narcoguerrilha), acentua a vulnerabilidade estratégica da região.

Enfim, riqueza natural e valor geoestratégico, postos em confronto com cobiça internacional, baixo nível de desenvolvimento, vazio demográfico, ausência de apoio logístico fora de Manaus, enorme amplitude de controle necessária às dimensões continentais das aquavias, e as constantes tensões provocadas pelo narcoterrorismo nas proximidades de nossas fronteiras NW tornam a Amazônia Ocidental, na opinião do autor, a região do país de maior vulnerabilidade estratégica. Por isso mesmo, está ela a merecer do Estado brasileiro o melhor de suas atenções e um efetivo aumento de sua ação de presença.

MISSÃO DO CNAO

Sob a subordinação do Comando do 4º Distrito Naval e contribuindo para a consecução de sua Missão, podemos dizer que a atuação do Comando Naval da Amazônia Ocidental (CNAO), na sua área de responsabilidade, realiza-se em três vertentes principais: O preparo e a execução das **operações ribeirinhas**, ou seja, a sua atividade-fim; a **segurança da navegação**; e os **serviços de apoio** para garantia de execução daquelas duas outras ações básicas.

Por operações ribeirinhas entendemos as ações realizadas nas calhas navegáveis com a finalidade de manter um eficaz controle de nossas hidrovias e daquelas áreas terrestres de suas margens, absolutamente necessárias à segurança da singradura de nossos navios em ação. Em exercícios de adestramento, planejados e executados anualmente, com todo rigor doutrinário, nossos meios navais, anfíbios e aéreos (helicópteros embarcados nos quatro navios que possuem conveses de voo) testam procedimentos operativos espe-

cíficos para o ambiente da bacia hidrográfica amazônica, desenvolvidos e reciclados, permanentemente, a partir de uma doutrina de emprego genuinamente brasileira, desenvolvida no âmbito do 4º Distrito Naval.

Basicamente, o esforço principal dessas operações cabem, na área do CNAO, aos seus três componentes operacionais, vale dizer, à **Flotilha do Amazonas**, ao **Grupamento**

de Fuzileiros Navais de Manaus e ao **3º Esquadrão de Helicópteros**, que operam de forma integrada e harmônica. De forma complementar e muito útil, atuam nas Operações Ribeirinhas, também as lanchas e as Agências Flutuantes da nossa Capitania e de suas duas Delegacias e seis Agências, na Amazônia Ocidental. Destaca-se aqui o sucesso do emprego das Lanchas de Ação Rápida – LAR – na consecução dos procedimentos operativos de caráter doutrinário, em razão de sua velocidade, raio de ação e capacidade de transporte de grupos armados de FN. Estas Lanchas, construídas em Manaus, foram recentemente incorporadas e a FlotAM já pos-

A Amazônia Ocidental continua sendo a menos conhecida e a mais vulnerável região do Brasil. Articula-se, geograficamente, mais com os países da fronteira e com o próprio Caribe do que com o resto do país

sui duas por cada NaPaFlu. Nas operações de maior envergadura, como são as RIBEIREX e as ADERIB, sob orientação do Comando do 4º DN, a Força-Tarefa Ribeirinha incorpora também navios sediados em Belém.

Durante todas as operações são realizadas tarefas humanitárias que chamamos de ACISO—Ação Cívico Social, onde, principalmente, são realizadas assistência médica e odontológica às populações ribeirinhas carentes—em caráter cíclico e planejado. Registre-se o excelente trabalho humanitário realizado pelos Navios de Assistência Hospitalar (NAsH) *Oswaldo Cruz* e *Carlos Chagas*. Assinale-se a recente incorporação do NAsH

Doutor Montenegro, em cerimônia presidida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) em Manaus, no dia 19 de maio de 1999. Cedido pelo Governo do Acre à Marinha mediante convênio, este navio, através da FlotAM, prestará assistência médico-hospitalar, precipuamente, às populações ribeirinhas no alto Rio Juruá. A esse ponto cabe sublinhar que estes navios são conhecidos na região

como “navios da esperança”. Mais do que um mero assistencialismo, nossos NAsH preenchem, de forma planejada, periódica e competente, um grande vácuo da presença do Estado na expressão psicossocial do Poder Nacional. Recorde-se que os navios, por sua inerente capacidade de permanecer por longos períodos de tempo no mar (aqui estamos falando de um verdadeiro *Mar Doce*, ímpar no mundo) e em razão de suas características de mobilidade, flexibilidade e versatilidade são os meios por excelência para a tarefa de mostrar a bandeira, ou seja, de ação de presença e de afirmar soberania. No caso da imensidão amazônica brasileira, do vasto espaço geopo-

lítico vazio, num ambiente somente habitável e percorível através da massa líquida, é e serão os navios, complementados pelos seus vetores aéreos e de fuzileiros navais, estes sempre com o “cordão umbilical” a bordo, o meio por excelência adequado para afirmar soberania e brasilidade na área geográfica hoje mais cobiçada do mundo.

A outra vertente da atuação do CNAO é realizada pela Capitania Fluvial e sua extensa malha de Delegacias e Agências (Porto Velho, Tabatinga, Tefé, Boca do Acre, Eirunepé, Guajará-Mirim, Itacoatiara e Parintins). Além das ações de Inspeção Naval, nos portos e em pontos focais da navegação fluvial, a Capita-

nia realiza importante trabalho no setor do Ensino Profissional Marítimo (EPM), qualificando, educando e prevenindo fluvialistas; além da árdua tarefa de fiscalizar e aplicar a Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, com todos os seus desdobramentos de normas e procedimentos legais decorrentes.

Como relevante atividade complementar, não podemos deixar de citar o tra-

balho em prol do estreitamento das relações de amizade com as Marinhas e as populações das fronteiras com a Colômbia e o Peru, anualmente renovado pela presença dos navios da FlotAM em Leticia (sede do Comando Unificado do Sul, da Colômbia) e Iquitos (sede dos Comandos da FFAA peruanas em sua região amazônica). Anualmente, também, no 7 de Setembro, delegações das Marinhas da Colômbia e do Peru participam das comemorações de nossa data nacional.

OS MEIOS

Podemos considerar que a presença da Marinha na Amazônia iniciou-se em 1728,

Os navios, complementados pelos seus vetores aéreos e de fuzileiros navais, são o meio por excelência adequado para afirmar soberania e brasilidade na área geográfica, hoje, mais cobiçada do mundo

com a criação da Divisão Naval do Norte, sediada em Belém do Grão-Pará, de onde exercia o controle de acesso de navios ao Rio Amazonas.

Vimos anteriormente como foi instituída em 1868 a Flotilha do Amazonas (FlotAM), em substituição à Divisão Naval do Norte, em consequência da abertura da navegação no Rio Amazonas às nações amigas em 1867, com o propósito de prover a proteção do litoral, como também das hidrovias, e, sobretudo através da *Ação de Presença*, assegurar a soberania brasileira na monumental bacia amazônica.

Com períodos alternados de localização entre Manaus e Belém, ficou a Flotilha sediada, definitivamente, em Manaus, a partir de 1974, enquanto em Belém foi ins-

tituído o Grupamento Naval do Norte.

Embora os atuais meios flutuantes da Flotilha do Amazonas (Manaus), constituídos por navios especificamente projetados para operarem no ambiente fluvial e aqueles do Grupamento Naval do Norte (Belém) – próprios para operações oceânicas –, se complementem para a execução de nossas Operações Ribeirinhas, podemos dizer que os primeiros possuem uma vocação geoestratégica em direção à fronteira norte-ocidental, enquanto aqueles sediados em Belém são atraídos pela foz e pelo mar (águas azuis).

Em 1968 foi criado o Comando Naval de Manaus, sendo desativado em 1975. Seu sucessor, o atual Comando Naval da Amazônia Ocidental (CNAO), foi ativado em 11 de

junho de 1994, para exercer comando de área de todas as unidades da Marinha situadas na Amazônia Ocidental, representadas por 22 Organizações Militares (sendo 8 navios) espalhadas por toda a região.

Vetores operativos:

- **FlotAM** (Superfície)
5 navios-patrolha fluvial
- **GptFNMa** (Terrestre)
2 companhias de fuzileiros navais
- **H U - 3** (Aéreo)
6 helicópteros *Esquilo* (UH-12) do Esquadrão *Tucano*

A figura ao lado dá uma visão esque-

mática, em grandes linhas, da MISSÃO DO CNAO.

CONCLUSÃO

No momento em que estamos encerrando este trabalho, o navio *Amazon Guardian*, preciosidade do Greenpeace, sob o resguardo das mais “nobres” intenções, singra as águas do grande rio brasileiro, desde maio próximo passado, quando aqui chegou procedente do porto de Hamburgo, Alemanha.

Pelo fato de considerarmos aquela ONG uma campeã na intromissão em assuntos que dizem respeito à soberania das nações, e, sobretudo, pelo mencionado barco ostentar um nome que sugere a guarda de nosso próprio território, escolhemos o registro de

**Se não preenchermos com
brasilidade o imenso espaço vazio
da nossa Amazônia, é provável
que tenhamos que reescrever a
saga dos nossos antepassados**

sua presença como fato simbólico síntese de nossa conclusão. Vale dizer, se não preenchermos com brasilidade o imenso espaço vazio da nossa Amazônia, máxime o vazio da Amazônia Ocidental, cada vez mais e mais, é

provável que tenhamos que reescrever a saga dos nossos antepassados.

Não temos a menor sombra de dúvida que somente através do Mar Doce será possível viabilizar aquela missão.

BIBLIOGRAFIA

1. BARBOSA, Gustavo. O Sonho Amazônico. *Revista PETROBRAS*. Rio de Janeiro. Ano VII, Nº 69, abril/2000.
2. CAMARGOS, Daniella. Assim tudo bem. *Revista VEJA*. São Paulo. 14 de junho de 2000, pág. 66.
3. GARNER, Lydia M. – *A Amazônia e a Evolução da Jurisprudência de Soberania Nacional: Da Lei das Gentes e das Nações à Lei Internacional*. Southwest Texas State University – III Meeting on Strategies Studies – 1996.
4. MATTOS, Meira – *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro. José Olympio, INL- MEC, 1980.
5. OBINO, José Luiz Feio. A Amazônia e a Marinha, suas necessidades de meios para o terceiro milênio – Uma Reflexão. *Revista Marítimas Brasileira*. Rio de Janeiro, V. 118, ABR/JUN – 1998.
6. SOUZA, João Mendonça de. *A Amazônia, O Neoliberalismo e a Globalização, da Conquista e Posse ao Monopólio do Capital Financeiro*. Rio de Janeiro. Vozes, 1998.
7. VIANA, Helio. *História do Brasil* (Vol. I). São Paulo. Melhoramentos, 1962.
8. VIDAL, J. W. Bautista. *A Reconquista do Brasil*. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo, 1997.
9. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Uma Estratégia naval para o Terceiro Milênio. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, V. 117, JUL/SET – 1996.

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<ÁREA> / Amazônia /; Estratégia; Missão do CNAO;

A consciência nos adverte
como um amigo, antes de nos
punir como um juiz.

Stanislaus

CLAUSEWITZ: RELAÇÕES ENTRE A POLÍTICA E A GUERRA*

DIMAS LOPES DA SILVA COELHO
Vice-Almirante (RRm)

SUMÁRIO

A época de Clausewitz

Clausewitz e sua obra

Caracterização do pensamento de Clausewitz, sobre as relações entre a política e a guerra

Análise de alguns conflitos recentes, face ao pensamento de Clausewitz

Apreciações finais

A ÉPOCA DE CLAUSEWITZ

Carl Von Clausewitz viveu entre 1780 e 1831, portanto, tendo sido contemporâneo de outras duas expressivas figuras de militares, quais sejam: Napoleão, que viveu de 1769 a 1821, e Jomini, de 1779 a 1869. Deve ser mencionado, ainda, que foi nesta época, em parte, que ocorreu a virada dos

séculos XVIII para o XIX, de transição entre duas outras épocas bastante distintas, em alguns aspectos aqui pertinentes. Além destes três pensadores militares, deve ser recordado que, no mesmo período em questão, viveu também o filósofo Emanuel Kant (1724 a 1804), a figura mais representativa do movimento conhecido como Idealismo Alemão.

* N.R.: O presente trabalho é uma adaptação à palestra para o C-PEM proferida em 12 de abril de 1991, mas julgada pela RMB ainda extremamente válida.

Esses pensadores, através de seus princípios, influenciaram, não só sua época, como aqueles que se seguiram, de uma maneira ou de outra.

Kant, que considerava as guerras como absurdas, é o autor de duas obras importantes, *Críticas da Razão Pura e Paz Eterna*, que sabidamente exerceram influência sobre Clausewitz. Jomini, por sua vez, influenciou Napoleão – quando serviu na *Grand Armée* – por meio de sua produção intelectual, na qual avulta a *Epítome da Arte da Guerra* (publicada pela Biblioteca do Exército com o título *A Arte da Guerra*), voltada para os aspectos práticos e objetivos dos conflitos, sistematizando-os a nível estratégico, operacional e logístico. Por sua vez, as campanhas militares de Napoleão, bem como as de Frederico II da Prússia, foram o campo principal sobre o qual Clausewitz fez suas reflexões e permitiu produzir a sua obra de pensamento *Da Guerra*, predominantemente voltada para os aspectos filosóficos e políticos dos conflitos.

Ainda nesta época considerada, o grande fato ocorrido foi a Revolução Francesa de 1789 e que, libertando energias reprimidas das massas populares, tumultuou a Europa sob os aspectos social, político, econômico e militar – constituindo-se num marco de referência, separando os sistemas históricos prevalentes entre 1648 e 1789 e 1815 e 1914.

De tal situação se apercebeu Clausewitz, especialmente quanto ao surgimento da Prússia no quadro de poderes europeus, como Estado em ascensão, bem como no campo da cultura, com as figuras de Kant e Goethe.

Mas detenhamo-nos, agora, nos aspectos militares.

Na primeira época anteriormente considerada, os conflitos ocorriam no âmbito de uma sociedade de estados soberanos, chefiados por príncipes que possuíam interesses limitados e, para atendimento dos mesmos, lançavam mão de procedimentos que eram normalmente aceitos, tais fossem a negociação, formação de alianças, compromissos matrimoniais, considerações de linhagens e, também, a guerra. Com isso os conflitos eram limitados em seus objetivos e de alcances restritos.

Para emprego nestas situações seus exércitos eram organizações militares particulares mantidas pelos próprios príncipes, constituídos, em sua maioria, por profissionais altamente treinados, muitas vezes mercenários, o que fazia serem aqueles grandemente onerosos e de restrito sentimento de lealdade. Resultava que, nas batalhas, eram instintivamente evitadas as ações por demais sangrentas, prevalecendo a busca da vitória através da manobra em relação ao combate propriamente dito.

A caracterização de uma superioridade flagrante definia a vitória, que era aceita pela parte inferiorizada. A capitulação não era uma vergonha e a maior virtude do soldado era a obediência simples.

Com as guerras napoleônicas pós-Revolução Francesa, os exércitos se tornaram nacionais e integrados por soldados obtidos através da mobilização do cidadão comum e que não tinha em consideração na batalha as regras convencionais do Século XVIII, anteriormente àquela revolução. Surgia, assim, um fator de extraordinária importância na batalha – o moral do combatente.

Napoleão, o grande chefe militar dos novos tempos, não se limitava, simplesmente, a

Os exércitos eram formados por profissionais altamente treinados, muitas vezes mercenários, o que fazia serem aqueles grandemente onerosos e de restrito sentimento de lealdade

buscar uma decisão nas batalhas através dos princípios militares que empregava, mas, também, do ardor do soldado e o seu sentimento patriótico.

Tal fato foi bem apercebido por Clausewitz, inclusive no seu aspecto essencial, o de que a guerra era um instrumento da política. Muito embora não fosse um propugnador da guerra pela guerra, mesmo assim ficou ao longo da história com uma conotação desse tipo.

Motivado, ainda, pelo natural patriotismo e grande inclinação para a carreira militar, com base na sua experiência pessoal e na observação dos fatos relacionados aos conflitos que ocorriam em seu tempo, Clausewitz se lançou à análise do fenômeno da guerra, não só no seu aspecto operacional, como naquele político, construindo sua monumental obra de pensamento, *Da Guerra*, com isto criando uma verdadeira filosofia dos conflitos, como o fizeram Aristóteles, com *O Novo Organon*, a filosofia da ciência; Maquiável, com *O Príncipe*, a filosofia política; e Karl Marx, com *O Capital*, a filosofia da economia.

CLAUSEWITZ E SUA OBRA

Clausewitz foi um militar intelectualizado, que fez apreciável experiência na guerra. Apesar do brilho que alcançou seu nome em nossa profissão, por aquele primeiro aspecto, deve-se ver isto com prudência, uma vez que, na guerra, devido à natureza da mesma e sua característica de violência, há espaço para o intelectual e o homem de ação, o que pensa e o que faz. Muito embora estes traços de personalidades possam ocorrer em um mesmo indivíduo, tal fato não é coisa usual.

Por oportuno, para reforçar esta minha opinião, reproduzo alguns versos dos

Lusiadas, de Luiz de Camões, em que ele aborda o aspecto em questão:

OS LUSÍADAS

*Tomai conselho só de experimentados
que viram largos anos, largos meses,
que, posto que em cientes muito cabe,
mais em particular o esperto sabe.*

Canto décimo estância 152

Feita esta colocação, voltemos ao nosso personagem principal.

Para bem compreender Clausewitz devemos conhecê-lo, também, por sua biografia.

Nasceu na cidade de Burg, na atual Alemanha, sendo filho de um oficial prussiano. Aos

12 anos, sentou praça como alferes e, já aos 13 anos, participou da guerra de 1793 a 1794, a chamada Campanha do Reno.

Mais tarde foi admitido como cadete na Academia Militar de Berlim, cujo comandante, então, era o General Scharnhortz, um dos mais notáveis generais prussianos da época.

Tendo Clausewitz destacado-se como cadete, já como capitão foi nomeado ajudante-de-ordens do Príncipe Augusto da Prússia, com ele participando da Batalha de Lena, onde o Exército prussiano foi derrotado por Napoleão. Tendo caído, então, prisioneiro, permaneceu nesta condição por cerca de um ano, após o que retornou à Prússia, indo servir com Scharnhortz e participando da notável obra de reorganização do Exército prussiano promovida por este último.

De Scharnhortz, Clausewitz recebeu grande influência, o que o levou a considerar-se, em inúmeros aspectos, um seu discípulo.

Devido a seus dotes intelectuais, mais tarde, Clausewitz foi indicado para supervisi-

**A capitulação não
era uma vergonha
e a maior virtude
do soldado era a
obediência simples**

onar a educação do príncipe herdeiro da Prússia, quando, já major, veio a contrair matrimônio com Maria de Clausewitz, tendo em vista que foi ela, revelando grande visão, quem preservou para a posteridade a obra *Da Guerra*, extraordinária realização intelectual de seu esposo, após a ocorrência da morte do mesmo. Auxiliada por seu irmão, Conde de Bruhl, além de outros, cuidou da recuperação dos originais, revisão e publicação da obra máxima de Clausewitz.

Quando em 1812 a Prússia foi forçada a uma aliança com a França, Clausewitz transferiu-se para o Exército russo, como era comum na época, tendo deixado elaborada outra sua obra, intitulada *Os mais importantes princípios para a conduta da guerra, para completar um curso de Sua Alteza Real o Príncipe Herdeiro*.

Na Rússia serviu como coronel e depois como chefe de Estado-Maior da Legião Russo-Alemã, tomando parte em uma e assistindo a outras batalhas da campanha de Napoleão na Rússia, onde ocorreram fatos que muito o impressionaram e influenciaram a elaboração de *Da Guerra*.

Após a campanha da Rússia e a ocorrência da chamada Primeira Paz de Paris, em 1815, passou Clausewitz a chefiar o Estado-Maior do 3º Corpo de Exército, participando das batalhas de Ligny e Wavre, que foram desfavoráveis aos prussianos.

Posteriormente tornou-se chefe do Estado-Maior de Gneisenau, onde foi promovido a major-general. Em seguida foi convocado para dirigir, administrativamente, a Academia Militar de Berlim, cargo que exerceu até 1830. No ano seguinte, novamente como Chefe de Estado-Maior de Gneisenau, veio a falecer, por efeito de uma epidemia de cólera, na cidade de Breslau, hoje integrante do atual território da Polônia.

Curiosamente, Clausewitz, que tanta influência teve no pensamento militar dos séculos XIX e XX, nunca exerceu um grande comando.

Segundo seus biógrafos, possuía uma personalidade inquietante, de temperamento tímido, com inteligência viva e arguta e com grande sensibilidade para as idéias e a fundamentação filosófica das mesmas.

Sua obra principal foi especialmente concebida e elaborada durante o tempo em que, a partir de 1818, exerceu funções na Academia Militar de Berlim, e está baseada em análises e estudos sobre as campanhas de Frederico II da Prússia e as de Napoleão.

É obra póstuma e por ele mesmo considerada incompleta e inacabada.

Admitia, apenas, como concluído o Livro I. É um trabalho de difícil leitura – raramente lido na íntegra – constituindo-se num alentado volume, por vezes ambíguo, propiciando interpretações divergentes, e prolixo em algumas de suas partes.

Apesar destes aspectos, tornou-se um clássico da historiografia militar e talvez a sua obra mais importante até os tempos atuais. Em sua forma filosófica aborda aspectos da política, da estratégia, da tática e suas correlações, mas seu maior valor se encontra na caracterização que faz da subordinação das decisões militares àquelas de natureza política.

O seu enfoque é o da força terrestre e o seu ponto de vista é o da cultura alemã da época. Não considera aspectos tecnológicos e de propaganda, tão importantes nos conflitos atuais.

Por vezes Clausewitz foi entendido como propugnador da guerra, na forma de confrontos sangrentos, o que não foi a sua intenção verdadeira.

A obra em si, numa forma esquemática, tem a apresentação que se segue:

Estrutura da obra

Ela é constituída de oito livros, cujos títulos revelam cada de seus conteúdos, precedidos por três notas. A primeira nota, escrita

provavelmente após 1816, em síntese, revela o que a obra propriamente dita apresenta sobre estratégia – é considerado um trabalho inacabado; a segunda, datada de 10 de agosto de 1827, fala da obra como um todo; e a terceira, certamente a última das três, volta a considerar a obra de forma genérica e como sendo carente de revisão e de unidade.

Curiosamente, apesar de ter vivido numa época de intensos conflitos, onde o **Poder Naval** exerceu importante papel, Clausewitz não faz menção ao mesmo. Quanto à **guerra de guerrilha**, tão exercitada na Península Ibérica e na Rússia, também não mereceu tratamento suficiente, sendo considerada, apenas, como guerra popular, contra os invasores, em ambos os casos, os franceses.

Em compensação considera como sendo da maior importância na guerra os aspectos de **natureza psicológica, moral e de personalidade do chefe**, o que é de grande atualidade.

O pensamento fundamental de Clausewitz é aquele pelo qual sua obra é mais conhecida, isto é, “de que a guerra é a continuação da política por outros meios”, e que tem tido validade passados quase 160 anos de quando foi explicitada pela primeira vez. Ademais, sua concepção em *Da Guerra* é enaltecida pelo nacionalismo alemão e propiciadora, por vezes, de se confundirem o nacionalismo e a ideologia.

Os princípios de Clausewitz são fruto de um método científico, uma vez que faz deduções (filosofia) e observações (experiência). Ele dizia que seus princípios não eram dogmas, mas sim orientações; e que uma teoria perfeita jamais poderia substituir a prática criativa, o que encerra uma grande sabedoria.

Interessante notar que a edição de *Da Guerra* de que me vali apresenta uma longa introdução, de caráter filosófico, que manifesta, a certa altura, a opinião de que ela é obra considerada, muito justamente, um clássico. Entretanto, ao longo da mesma, o autor da introdução em apreço revela, aqui e ali, uma posição preconceituosa em relação aos militares, parecendo tratar-se de adepto da ideologia de esquerda.

Como exemplo reproduzo um trecho constante da página 18:

“As preocupações militares, como as de qualquer grupo profissional, eram as promoções, o prestígio social, a auto-estima, etc.”

Outro comentário da mesma natureza é encontrado na página 60, e que, por ser longo, me eximo de apresentar aqui.

Decididamente, afirmações como estas atingem os elevados valores ético e moral que confor-

mam nossa profissão e comprometem esta bela edição de *Da Guerra*, promovida pela Universidade de Brasília.

CARACTERIZAÇÃO DO PENSAMENTO DE CLAUSEWITZ SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE A POLÍTICA E A GUERRA

Como já mencionei, com base nas ocorrências político-militares ocorridas no final do Século XVIII e princípio do XIX, especialmente no que concerne à Revolução Francesa e seu desdobramento na era napoleônica, Clausewitz estabeleceu os fundamentos de sua obra de pensamento, que vieram a preva-

lecer no restante do Século XIX e demais acontecimentos do atual.

Na impossibilidade de uma abordagem maior da obra de Clausewitz, devido a razões de exigüidade de espaço, tratarei aqui, apenas, do que considero mais importante na mesma, tais sejam, seus pensamentos mais atuais e, primordialmente, a *Relação entre Política e Guerra*, em que esta última é caracterizada como instrumento eficaz da implementação da primeira; da *Guerra absoluta e Guerra real* e sua diferenciação; da *Estratégia Nacional e Centro de Gravidade*; e da *Defensiva e Ofensiva*, sua análise.

Relação entre a Política e a Guerra

Em sua obra, Clausewitz revela a opção pela subordinação da guerra à política, tendo como seu corolário a preponderância do poder civil sobre o poder militar.

Ele considera que a política é que cria, comanda e delimita a guerra. Sua concepção decorre dos fatos das guerras pós-Revolução Francesa, em que toda a nação se empenha na obtenção da vitória no conflito, na forma de um esforço nacional. Por essas razões é que ele, a certa altura, assim se expressa: "A guerra nada mais é que a continuação da política de Estado por outros meios", volto a enfatizar.

É claro que a política e a guerra não podem viver uma situação de dicotomia. Elas devem se desenvolver na forma mais harmônica possível, respeitada a hierarquia da primeira sobre a segunda, tendo em consideração os meios em confronto e como objetivo o propósito a ser alcançado.

Guerra absoluta e Guerra real

Com estes títulos Clausewitz analisa os aspectos teóricos e práticos da guerra, enfatizando a necessidade de serem consideradas, devidamente, as ações em si. A forma absoluta – no domínio do saber – se antepõe àquelas do Século XVIII, antes das campanhas napoleônicas – quando não ocorreria, muitas vezes, um engajamento entre as partes em conflito buscando uma decisão na forma violenta – e as que se lhe seguiram. Ele não aceita a moderação. Procura conseguir a vitória plena, através do poder disponível, numa ação de caráter ofensivo e enérgico.

A guerra real, submetida ao Conceito de Atrito, difere das condições imaginadas, que muitas vezes não chegam a ocorrer. Está-se no domínio da incerteza e do acaso: a mobilização não se faz de forma imediata, as decisões são influenciadas por fatores diversos, a postura do adversário é de difícil suposição, são alguns exemplos; isto é, o acidental

e a sorte exercem um grande papel na guerra. Quem comanda deve planejar adequadamente, mas não confiar em que sua intenção venha a se realizar completamente, como foi previsto, devendo estar atento à evolução dos acontecimentos, precavendo-se, em tempo, contra eventual surpresa que venha a ocorrer.

É interessante mencionar que Clausewitz, na sua intenção de melhor esclarecer o que entendia como *Guerra absoluta* e *Guerra real*, criou o conceito de fricção, que considera como um conjunto de fatores, tais como perigo, esforço físico, incerteza e oportunidade, que, estando presentes na segunda concepção de guerra, a torna diversa da primeira.

**A política é que cria,
comanda e delimita a
guerra**

*

**A política e a guerra
não podem viver uma
situação de dicotomia**

Estratégia Nacional e Centro de Gravidade

Clausewitz se posicionou em sua obra no nível nacional, tendo em vista que considerou a guerra como subordinada à política. Conseqüentemente entendia a existência de uma Estratégia Nacional e uma Estratégia Militar, embora esta última, conforme a doutrina atual, não seja exclusivamente militar, uma vez que requer para sua consecução um certo momento para o planejamento e o preparo do Poder Nacional, que não se encontram estritamente nos limites da chefia militar.

Com relação à essência de estratégia, diz Clausewitz:

PRIMEIRO ATO

“O primeiro, o mais importante, o ato de apreciação mais decisivo que um homem de estado ou um comandante-em-chefe executa consiste, pois, na apreciação correta do tipo de guerra que leva a efeito, a fim de não tomar por aquilo que ela não é e não querer fazer aquilo que a natureza das circunstâncias lhe impede que seja. Eis portanto a primeira e a mais vasta de todas as questões estratégicas.”

Clausewitz

Desenvolvendo seu raciocínio sobre a estratégia, especialmente os elementos de diferentes naturezas que considera, como sejam aquelas morais, físicas, matemáticas, geográficas e estatísticas, e ao afirmar que aquela determina o lugar, o momento da batalha e as forças necessárias para a consecução da mesma, Clausewitz atinge um dos momentos fundamentais de sua obra, o *Conceito de Centro de Gravidade*.

Embora revelando-se apologista do emprego da guerra como instrumento de solução de um conflito de natureza política, ele

revela plena consciência daquela ao dizer que o seu objetivo final não é a vitória, mas a paz, através da preservação do nosso próprio Estado e a derrota do inimigo.

Segundo Fuller, que analisou a teoria de Clausewitz, o Centro de Gravidade é o ponto da estrutura do inimigo – militar, política, social, etc. – onde este, se for derrotado ou perdê-lo, todo o arcabouço do poder nacional desmoronará.

Esta é uma das teorias mais importantes de Clausewitz, porque condiciona o objetivo da *Grande Estratégia* na guerra.

Para melhor compreensão do que Clausewitz entende como Centro de Gravidade, cito que a certa altura ele assim se expressa: “O Centro de Gravidade de Alexandre, o Grande, era o seu exército; nos estados agitados por dissensões internas, este Centro de Gravidade é a sua capital; nos pequenos estados, que dependem de outros maiores, ele se encontra, em geral, no exército de seus aliados; numa sublevação nacional, ele é formado pela pessoa do chefe principal e a opinião e é contra estes que o golpe deve ser dirigido.

Defensiva e Ofensiva

É interessante mencionar que embora Clausewitz seja conhecido como apologista de que a guerra é um ato de violência levado aos limites extremos, segundo Fuller, em *Da Guerra* a atitude defensiva abordada em um quarto da obra é considerada uma forma de guerra mais forte do que a ofensiva. Além do mais, Clausewitz revela que a ofensiva possui um caráter concêntrico, enquanto que a defensiva o possui de forma excêntrica.

Em sua maneira peculiar de expressar, às vezes, seu raciocínio, ele afirma que a defensiva tem sinal negativo, isto é, uma conotação de preservação, e a ofensiva o possui positivo, com a de conquista e ambas são relativas.

Entretanto o que Clausewitz realmente quer dizer é que a defensiva é uma forma de

guerra mais pobre, porque nela prepondera menor iniciativa; ela é forte, porque realiza a concentração dos meios em uma área menor e portanto mais compacta. Por sua vez, a ofensiva é mais rica, pelo fato de em tendo a iniciativa, busca empenhadamente a decisão; em compensação, é mais fraca, pela necessidade da dispersão dos meios. Apesar disto Clausewitz considera que, na verdade, não existem de forma pura a ofensiva e a defensiva; que tais ações têm que ter em consideração o compartimento estratégico e tático em que se realiza; que na ofensiva se tem mais facilidade do que na defensiva para efetuar envoltimentos e cortar a retirada do conjunto das forças, já que quem defende está em

posição estática, enquanto que quem ataca encontra-se em movimento, em relação à posição defensiva; e que “a defesa não é outra coisa senão uma forma mais forte de condução da guerra, graças à qual procuramos atingir a vitória, para passar ao ataque, isto é, o objetivo positivo da guerra, desde que tenhamos conquistado a superioridade”.

Com considerações deste tipo, Clausewitz constrói a sua teoria e percebe-se sua preferência pelo ataque, embora considere a defesa mais fácil.

Para concluir estas breves considerações, reproduzo um quadro onde estão representados os Princípios de Clausewitz para a obtenção de uma decisão favorável.

Princípios de Clausewitz para a obtenção de uma decisão favorável no campo de batalha:
1. Empregar todas as forças disponíveis com a máxima energia (...). (Princípio do objetivo e da massa)
2. Concentrar nossa força, tanto quanto possível no ponto em que o golpe decisivo deve ser aplicado; (Princípio da concentração de forças e da economia de meios)
3. Não perder tempo (...) pela rapidez muitas atitudes do inimigo são neutralizadas logo no início e a opinião pública fica a nosso favor (...). A surpresa é o elemento mais decisivo da vitória. (Princípio da surpresa)
4. Finalmente (...) o acompanhamento do êxito obtêm-se com o máximo de força. (Princípio da perseguição)

ANÁLISE DE ALGUNS CONFLITOS RECENTES, EM FACE DO PENSAMENTO DE CLAUSEWITZ

Como exemplos de conflitos onde conceitos estabelecidos por Clausewitz estiveram presentes, seja nos aspectos políticos, seja naqueles militares, desejo citar a Guerra da Coreia, em 1950; a Guerra das Malvinas, em 1982; e a Guerra do Golfo, em 1991.

É claro que não será possível, aqui, devido à exiguidade do espaço para isso, fazer uma análise ampla de como aqueles conceitos foram aplicados, influenciando o desenrolar dos acontecimentos – ao motivar decisões de caráter político e militar – e seus reflexos nos resultados finais. De concreto, mesmo, também porque muita coisa do que disser a respeito pode ser discutível em função do ponto de vista das partes envolvidas e do grau de informação disponível, farei apenas algumas apreciações que julgo mais interessantes.

Guerra da Coreia

Como sabemos, a 25 de junho de 1950, numa ação de surpresa, buscando a solução de um problema e, empregando a guerra como instrumento de ação, a Coreia do Norte, de regime comunista, invadiu a Coreia do Sul, de regime capitalista, com o objetivo de anexá-la.

A motivação foi político-ideológica e o instrumento utilizado foi a guerra. Em decorrência, a situação militar se agravou e a política também, resultando na intervenção da ONU, empregando meios militares de diversas nações, sob a liderança dos Estados Unidos. Apesar da ação de pronta resposta por parte das Nações Unidas, onde ocorreu um intenso emprego do Poder Aéreo americano, os norte-coreanos avançaram continuamente até encerrar as forças sul-coreanas e as que as apoiavam numa pequena área, que ficou conhecida como Perímetro de Pusan. A situação tornou-se desesperadora e iminente

a ocupação total da Coreia do Sul pelos norte-coreanos.

Valendo-se de uma circunstância que lhe era favorável, a de possuir o domínio do mar, Mac-Arthur, que comandava as forças das Nações Unidas, executou a 15 de setembro de 1950 uma manobra de flanco, no litoral do Mar Amarelo, ao atacar o Porto de Inchon, próximo a Seul, através da realização de uma operação anfíbia, o que deixou as forças norte-coreanas na área de Pusan em enorme risco, obrigando-as a uma retirada geral.

Em prosseguimento à sua eficaz operação, Mac-Arthur invadiu a Coreia do Norte e executou a 26 de outubro um novo desembarque anfíbio em Wonsan, no litoral do Mar do Japão.

O avanço a partir de Inchon e Wonsan em direção à fronteira da Coreia do Norte com a China tornou a situação dos norte-coreanos muito difícil, o que provocou, em novembro, a intervenção dos chineses, seus inspiradores políticos e aliados, no sentido de conter as tropas da ONU e repeli-las.

Nova reviravolta ocorreu na guerra, com as forças da ONU em retirada, devido à superioridade humana e material das tropas comunistas. Nesta fase ocorreu uma épica operação de retração das forças da ONU, conhecida como o Inferno de Chosin, mas a situação foi aliviada pela desocupação da área, através de uma retirada anfíbia.

Inúmeras nações apoiaram a ação da ONU na Coreia, mas a imensa maioria dos meios empregados foi americana e, por isso, o Comando Supremo foi sempre de um seu general e a maior responsabilidade das decisões políticas foi de presidentes dos Estados Unidos: primeiramente Truman e, depois, Eisenhower.

Durante os anos seguintes aos fatos relatados, a guerra prosseguiu, com variadas alternativas. A pressão política para o encontro de uma solução aumentou. Mac-Arthur tentou uma solução militar de certo risco, mas Truman não a aprovou, resultando na desti-

tuição daquele do cargo de comandante; Eisenhower, posteriormente, ameaçou ampliar o conflito, o que intimidou os adversários. Tais fatos são revelados nos textos que se seguem:

“Teria sido militarmente arriscado (dizia uma correção de uma circular do Departamento de Estado, de 3 de janeiro de 1951) adotar uma posição que requereria uma grande escalada contra grandes exércitos terrestres controlados pelo regime de Pequim, enquanto o coração do poder agressivo comunista permaneceria intocável.”

Em outras palavras, de um ponto de vista militar, mesmo uma campanha aérea contra a China não seria suficiente. A segunda dificuldade foi que qualquer prorrogação da guerra, por parte dos americanos, principalmente na China, corria o risco de destruir a unanimidade com que os Estados Unidos e seus aliados respondiam às agressões norte-coreanas. A última dificuldade referia-se ao que foi dito pelo General Ridgway: “A administração Truman e a Joint Chiefs of Staff (JCS) estavam preocupadas que um ataque às bases na Mandchúria ou mesmo às pontes sobre o Rio Yalu colocasse um fim ao acordo que mantinha nossas bases na Coreia do Sul e no Japão invioladas, limitando a guerra à Península Coreana.”

“A ameaça de expandir a guerra e, se necessário, usar armas atômicas, parece ter sido transmitida por Dulles, durante uma visita à Índia no fim do mês de maio, e Sherman Adams disse que depois da guerra, quando interrogou Eisenhower sobre o que havia acontecido para que os comunistas aceitassem os termos do armistício, ele respondeu: “Dissemos a eles que nós não poderíamos manter, por mais tempo, uma guerra limitada, se os comunistas não observassem o tratado de cessar-fogo (trégua). Eles não desejavam uma guerra total ou um ataque atômico.”

A 27 de julho de 1953, após difíceis negociações, entretanto, foi assinado um armistício,

que praticamente restabeleceu o *status quo* existente antes da ocorrência do conflito e que permanece até hoje.

Guerra das Malvinas

Tentando solucionar um problema territorial, tal seja o de submeter à sua soberania um conjunto de ilhas até então sob o domínio britânico, a Argentina, através do seu Poder Político – uma junta governativa militar –, após uma avaliação equivocada, decidiu ocupar as Malvinas, as Geórgia do Sul e as Sandwich. Tal ocupação pretendia criar uma situação de fato, a partir da qual seria negociada a transferência de soberania sobre as mesmas. O instrumento utilizado para a consecução da decisão política foi o militar e, muito embora respaldada na opinião pública argentina – por vir de encontro a uma antiga aspiração nacional – a nível internacional ela era arriscada, primeiro, ao supor um apoio do governo americano e, segundo, por subestimar a reação inglesa. Neste caso, percebe-se claramente que a motivação do conflito era unicamente política.

A 24 de março de 1982 os argentinos desembarcaram nas Geórgia do Sul e, logo depois, a 2 de abril, dá-se a conquista de Port Stanley, nas Malvinas. Seguem-se diversas negociações, envolvendo inclusive outros países, mas a decisão inicial argentina foi mantida. Enquanto isso a Argentina se fortificava nas ilhas e a Inglaterra preparava-se para a retomada das mesmas.

Após um planejamento bem elaborado e mais bem executado, embora numa condição adversa, mas favorecidos pelo despreparo dos seus opositores, os ingleses atacam e retomam todas as ilhas. A 14 de junho de 82, obtém a rendição das forças argentinas que atuavam nas mesmas. Em decorrência do fracasso militar, seguiu-se, pouco depois, a queda do regime político argentino. Nos textos que se seguem são apresentados aspectos

tos das decisões do Poder Político argentino, que vieram a motivar o conflito, para o qual o seu Poder Militar não estava preparado.

Em seu discurso de posse, o Presidente Galtieri afirmou: "No plano da política externa, creio conveniente ressaltar que a situação argentina em relação ao mundo não é mais compatível com as posições equívocas ou cinzentas, suscetíveis de debilitar a nossa raiz ocidental, nem com devaneios, nem coquetismos ideológicos que possam desnaturar os interesses permanentes da nação."

Logo, esta última questão passou a empolgar os chefes que constituíam a Junta Militar, que admitiam "montar e desencadear uma operação, cujo risco não traria grandes conseqüências, pois uma reação armada por parte da Grã-Bretanha, se houvesse, seria de fraca intensidade, mediante o envio de uma pequena força para salvar a dignidade nacional".

Guerra do Golfo

Este conflito, como o anteriormente descrito, embora muito sumariamente, guarda com o mesmo alguma semelhança, embora se tenha desenvolvido numa conjuntura política mais complexa e com um forte complicador de natureza econômica. Em síntese, independentemente de outros fatores (nacionalismo, religiosidade, soberania, histórico, etc.), pode-se considerar que a motivação principal para a eclosão do conflito foi de natureza político-econômica.

Alguns fatos balizaram o conflito: o **primeiro** foi a ocupação arbitrária do Kuwait, a 2 de agosto de 1990, pelo Iraque; o **segundo** foi a Resolução nº 678, de 29/11/1990, que deu um prazo a Saddam Hussein até 15 de fevereiro de 1991 para desocupar o Kuwait e a partir da qual seria autorizado o emprego da força, por parte dos países coligados e sob a liderança dos Estados Unidos; o **terceiro** foi o do início aos ataques aéreos ao Iraque em 17 de feve-

reiro de 1991; o **quarto** foi quando em 24 de fevereiro ocorreu o ataque terrestre; e o **quinto** deu-se após a derrota de suas forças militares e a aceitação das decisões da ONU, por parte do Poder Político do Iraque: primeiramente um cessar-fogo e, depois, a sujeição total em 9 de abril de 1991.

A derrota militar de Saddam Hussein, sem que, pelo menos até o presente momento, tenha ocorrido a destruição de sua liderança, no âmbito do seu país, contraria um princípio de Clausewitz, que considera a vitória uma total neutralização do adversário. É claro que aquela situação decorre de razões políticas que os dirigentes dos países que estiveram coligados em nome da ONU têm em consideração, em face da situação internacional do Oriente Médio.

Os fatos ocorridos nesse conflito ainda são muito recentes e não existe ainda uma perspectiva histórica que possibilite a análise precisa do que ocorreu e de suas implicações.

Sob o ponto de vista militar, as ações preponderantes competiram à aviação. Foi ela que, por meio da fricção de que fala Clausewitz, produziu o desgaste das forças iraquianas e veio facilitar o posterior e decisivo emprego das forças terrestres dos países coligados, presentes na área do Golfo. Além destes aspectos, assumiram importância especial neste conflito os da tecnologia e da propaganda, que, como a aviação, não foram analisados pelo autor de *Da Guerra*, por motivo óbvios.

No fulcro do conflito situou-se a ocupação do Kuwait, justificada por Saddam Hussein com argumentos de natureza histórica e econômica; e contestada pela ONU, por motivos éticos. No fundo de ambas as posições, entretanto, existiam outras razões.

Tinha que haver uma resposta enérgica ao gesto insensato do líder iraquiano, a fim de que não se repetisse o que ocorrera com Hitler, e que levara à Segunda Guerra Mundial.

Apenas as medidas de natureza econômica, política e diplomática não eram suficientes, daí a escalada, embora sempre relutante, por parte da ONU, que levou ao emprego de meios militares, resultando no conflito.

Neste ponto cabe uma colocação de natureza filosófica: deveria prevalecer a razão, no que respeita aos aspectos humanos, evitando-se uma ação militar, num alinhamento com Emanuel Kant, que julgava a guerra um absurdo? Ou a guerra como continuação da política adotada, com todos os horrores que ela encerra, como defendia Clausewitz?

Eis o aspecto primordial que apresenta a polêmica entre os autores dos artigos apresentados na parte final da bibliografia que considere para a elaboração deste artigo, cujos títulos são a seguir apresentados:

“A derrota de Kant no golfo: o projeto kantiano de paz perpétua perdeu para a teoria de Carl Clausewitz, que achava que as guerras são políticas.”

“A vitória de Kant no golfo: as consequências diplomáticas da Guerra do Golfo dão razão a Kant.”

Confesso que optei pela posição que diz que o vencedor foi Kant, embora dentro da prevalência do fundamental aspecto moral que estava em pauta, de ser necessária uma medida exemplar para aquele que violou um princípio consentido. Esta é uma postura pragmática, mas imprescindível à preservação do estabelecido nas convenções internacionais que visam ao convívio entre as nações.

A postura do autor do primeiro artigo, que diz que a eclosão do conflito caracterizou uma vitória de Clausewitz, não pelo fato daquele ter sido o instrumento da política, mas pela ocorrência da guerra, pareceu-me ingênua, se não enganada e mesmo equivocada.

Encerrando esta parte deste trabalho, numa apreciação dos três conflitos considerados, concluo que vi nos mesmos, em relação às suas motivações e consequências, a presen-

ça de Clausewitz expressa em seu pensamento fundamental:

“A guerra é a continuação da política por outros meios.”

Em nenhuma delas as decisões prevalentes tiveram como fonte o Poder Militar, embora tenham sido por ele influenciadas.

Todos os conflitos revelaram claramente a subordinação do Poder Militar ao Poder Político. Mas não somente isso, pois em todas elas os principais conceitos estabelecidos por Clausewitz também estiveram presentes, isto é: a estreita relação entre a política e a guerra, a guerra absoluta e a guerra real, aspectos estratégicos e táticos das operações militares, operações defensivas, estratégia nacional e centro de gravidade e fricção. Ainda mais, se bem que um pouco fora do nível deste trabalho, predominantemente voltado para as relações entre a política e a guerra, foram importantes e amplamente estudados por Clausewitz em *Da Guerra* os aspectos que comprometem o emprego do Poder Militar, tais sejam: inferioridade numérica, inferioridade moral, insuficiente liderança, terreno e meteorologia, insatisfatória informação e inexperiência em combate.

APRECIACÕES FINAIS

Após termos tido uma visão da época em que viveu Clausewitz, um pouco da vida e de sua obra principal, pensamentos fundamentais que produziu e como eles repercutiram em alguns conflitos contemporâneos, é momento de formular algumas conclusões.

A primeira é a importância da história como fonte de reflexão para a obtenção de ensinamentos. No presente caso, podemos considerar que o período de transição entre os Séculos XVIII e XIX no que respeita à arte da guerra foi de extraordinária importância. Mas ele, certamente, teria transcorrido como tantos outros para o conhecimento do homem, não fora a sensibilidade e argúcia de

Clausewitz – filósofo de guerra que foi – que a viveu, a observou e deixou registradas suas impressões dos conflitos ocorridos na sua obra fundamental *Da Guerra*.

A segunda é que Clausewitz não foi um apologista da guerra e, pelo contrário, um analista racional da sua natureza, enquanto fenômeno social.

A terceira refere-se ao conteúdo da obra de Clausewitz, que teve seguidores e críticos. Entre os primeiros podem ser citados Schieliffen, Luddendorff, De Gaulle entre outros, além daqueles de concepção ideológica, quais sejam, Lenin, Mao Tsé-tung e Hitler, que adotaram suas teses, por oportu-

nismo político; entre os segundos encontram-se Liddel Hart, Fuller e, até mesmo, em alguns aspectos Luddendorff. Tal constatação recomenda a leitura atenta e integral da obra. Entretanto, independentemente das posições antagônicas dos autores aqui citados, a obra *Da Guerra*, apesar de ser um alentado volume, de leitura monótona, que por vezes se repete, apresenta aspectos contraditórios; e por ser, pelo seu autor, julgada inacabada, ela é de fundamental importância para o entendimento e a condução da guerra, o que a coloca em posição proeminente na historiografia militar, além de possuir grande atualidade.

BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS

(Obras e assuntos de maior interesse)

- 1 – *Da Guerra* – Carl Von Clausewitz, Martins Fontes / Editora Universidade de Brasília, 1ª Edição, 1979.
 - Prefácio, págs. 7/60
 - Nota do Editor, págs. 61/62.
 - Três Notas de Clausewitz sobre *Da Guerra*, págs. 63/68.
- 2 – *Dimensões da Estratégia* – Amerino Raposo Filho, Bibliex, 1990, 2 vols.
 - Capítulo VII – Filósofos e Teóricos da Guerra: Clausewitz e a Filosofia da Guerra (1ª Vol.).
 - Experiência de Clausewitz, págs. 245/252.
 - Pensamento Filosófico de Clausewitz, págs. 253/257.
 - Temas Fundamentais, págs. 258/283.
 - Atualidade de Clausewitz, págs. 284/287.
- 3 – *Clausewitz: Trechos de sua Obra* – Roger Ashley Leonard, Bibliex, 1988.
 - Introdução, págs. 5/30
 - Capítulo 8 – Guerra e Política, págs. 164/181.
- 4 – *História da Filosofia* – Will Durant, Companhia Editora Nacional, 1942.
 - Capítulo VI – Emanuel Kant e o Idealismo Alemão, págs. 255/293.
- 5 – *Clausewitz: As Relações entre a Política, a Guerra e a Estratégia* – Agenor Francisco de Carvalho, Revista *A Defesa Nacional*.
- 6 – *Von Krieger: 150 Anos Depois* – Cap. Sérgio Paulo Muniz Costa, *Revista do Clube Militar*, nº 263/84.
- 7 – *O Poder Aéreo na Coreia* – M.J. Armitage e R. A. Mason, reproduzido em parte na Revista *Idéias em Destaque*, do INCAER, nº 6, págs. 9/35.
- 8 – *Conflito nas Malvinas* – Gen. Paulo de Queiroz Duarte, Bibliex, 1ª Edição, 1986.
 - Capítulo III – A Junta Militar Provoca a Crise, págs. 53/66 (Vol. 1).
- 9 – *A derrota de Kant no Golfo: O projeto kantiano de paz perpétua perdeu para a teoria de Carl Von Clausewitz, que achava que as guerras são políticas* – Luiz Fernandes, Caderno “Idéias”, do *Jornal do Brasil*, 17/03/91.
- 10 – *A Vitória de Kant no Golfo: as conseqüências diplomáticas da guerra do golfo dão razão a Kant* – Alberto Melo de Almida, Caderno “Idéias”, do *Jornal do Brasil*, 24/03/91.

AOS LEITORES

Por essas coisas que só podemos atribuir ao destino, uma pequena falha de nossa Revista Marítima Brasileira fez com que seu consultor-especial, entusiasmado com o trabalho de tradução e extensa pesquisa do Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref²) Fernando Moraes Batista da Costa do artigo *Tomb's manuscript* que tomou o nome de *O diário do Captain Tomb* publicado no exemplar do primeiro trimestre de 2000 às páginas 137 a 156, se tornasse uma teoricamente, repetição da tradução do mesmo artigo pela Professora Eulalia M. L. Lobo que levou o título de *As experiências do Capitão James H. Tamb na Marinha Brasileira – 1865-1870*, publicado, há 36 anos, na Revista Marítima Brasileira primeiro trimestre de 1964 a páginas 35 a 54.

Foram iniciativas completamente independentes apesar de partirem de uma origem comum, um documento pertencente ao Almirante José Moreira Maia, cunhado da Sra. Eulalia Lobo e Chefe do Comandante Fernando Batista (de quem era assistente e amigo de família).

Ambos, a nosso ver, são excelentes trabalhos e a seus autores devemos as nossas desculpas pela coincidência.

A CRISE NOS BALCÃS*

ARMANDO AMORIM FERREIRA VIDIGAL
Vice-Almirante(Ref[®])

SUMÁRIO

Introdução
Antecedentes históricos
A criação da Iugoslávia
A ditadura monárquica (1929 - 34)
A regência (1935 - 41)
A partilha da Iugoslávia
Partisans e chetniks
A Iugoslávia de Tito
A desagregação da Iugoslávia
Os atores e as forças em confronto

Conflito na Croácia
Bósnia-Herzegovina, o país impossível
O Plano de Paz do Grupo de Contato
A crise dos reféns
A queda de Srebrenica
O Acordo de Dayton
A questão macedônia
Kosovo-Metohija: o novo intervencionismo
O acordo de paz
Uma reflexão necessária

INTRODUÇÃO

A crise nos Balcãs é importante não só pela enorme destruição material e pelos sacrifícios humanos que causou e que ainda irá causar; ela é importante

porque representa um ponto de inflexão no processo de desenvolvimento de um novo ordenamento internacional adequado às condições que passaram a prevalecer depois que terminou a Guerra Fria.

* N.R.: Ver *Conflito nos Balcãs - A participação do Brasil sob a égide da ONU, na Força de Proteção da ex-Iugoslávia (UNPROFOR) na RMB 4º Trim/1996 - pág. 202 a 229 e também 2º Trim/1997 pág. 173 (Cartas dos Leitores).*

Sob a alegação de que a Carta das Nações Unidas – que veda o uso e até mesmo a ameaça do uso da força, exceto em caso de legítima defesa ou após autorização do Conselho de Segurança da ONU, se tiverem sido esgotados todos os meios pacíficos para dirimir o conflito – foi elaborada num contexto totalmente diverso, em que os conflitos presumíveis eram entre estados e não, como agora, decorrentes da violência interna dentro dos estados (conflitos étnicos, terrorismo, etc), os Estados Unidos, com o apoio de países membros da OTAN, procuram estabelecer limites à soberania do estado nacional, dando à OTAN o direito de intervir, sempre que os problemas internos de um estado ponham em risco a estabilidade mundial ou ameacemos direitos humanos de minorias locais.

O Conselho de Segurança da ONU é deixado de lado por não ser confiável, tendo em vista o direito de veto da Rússia e da China, países que normalmente têm interesses nacionais conflitantes com os dos Estados Unidos.

Esta longa resenha sobre a crise nos Balcãs tem o propósito de dar elementos para uma reflexão, à luz dos trágicos acontecimentos que a compõem, sobre as dificuldades para se chegar à solução dos problemas da atualidade, que, sem violar o Direito, promova a Justiça.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O “habitat” dos eslavos, como aliás dos ancestrais de todos os povos de língua indo-

européia, foi a Ásia. No 3º e 2º milênios a.C., juntamente com outros povos, eles migraram para oeste, ocupando boa parte da Europa leste e central.

Na primeira metade do 1º milênio a.C., as terras ocupadas pelos eslavos foram atravessadas por outros povos, também vindos da Ásia, premidos pelas condições adversas lá existentes: celtas e germanos, a caminho do Mediterrâneo; citas e sarmacianos, rumo à bacia do Danúbio. Nos séculos seguintes, esses povos influenciaram-se mutuamente, através de intenso intercâmbio cultural.

Em torno de 370 d.C., as terras ocupadas pelos eslavos e germanos foram invadidas pelos hunos, que os subjugarão. Com o colapso dos hunos em 455, teve início uma nova e importante migração dos povos eslavos. À época, os eslavos compreendiam três grandes tribos: os Antae, ou eslavos do leste; os Venedi, ou eslavos do oeste; e, os que mais interessam ao nosso tema, os Sklaveni, ou eslavos do sul. Para alguns, esta divisão é um tanto quanto artificial, já que até então os eslavos constituíam uma comunidade bastante homogênea.

Os eslavos do sul dirigiram-se para a região que compreendia a Bohemia, a Morávia, a Pannônia (a atual Croácia Oriental), a Dalmácia (ao sul da Croácia), a bacia do baixo Danúbio (onde hoje se encontra a Romênia) e a Bulgária.

Embora fosse próximo o parentesco entre as diversas tribos que compunham os eslavos do sul – croatas, eslovânicos, sérvios, búlgaros, etc. –, desde a sua chegada nos Balcãs, no

século VII, eles viviam separados, não constituindo uma única nação.¹

Até a segunda metade do século XIV, seu desenvolvimento foi orientado no sentido de manterem estados independentes, o que, sem dúvida, facilitou o seu domínio por outros povos – francos, germanos, magiares, búlgaros (também eslavos do sul), bizantinos, turcos otomanos, etc. –, embora isto não impedisse que se revoltassem e insurgissem frequentemente contra o jugo estrangeiro e recuperassem eventualmente a independência, embora, sem a preocupação de se unirem para a criação de um estado único, certamente mais forte e capaz de resistir aos inimigos.

Logo, às diferenças tribais vieram se somar as religiosas. Francos católicos e bizantinos ortodoxos disputaram a hegemonia na região. O trabalho missionário de Cirilo e Metódio, embora fracassasse ao longo do Danúbio médio, levou à fundação de uma Igreja Ortodoxa, difundindo o credo ortodoxo entre os eslavos do leste e os eslavos do sul, que ocupavam o território mais a leste (sérvios, macedônios e búlgaros), enquanto os eslavos do oeste e os do sul mais ocidentais (eslovenos e croatas) voltaram-se, por influência do Sacro Império Romano, para o catolicismo romano. Mais tarde, os turcos otomanos, conforme veremos, introduziriam uma terceira religião: o islamismo.

Outro complicador, este político, foi a união da Croácia com a Hungria em 1102, que acabou levando a Croácia ao domínio do império austro-húngaro; no século XIII, a suserania dos Habsburgos estendeu-se também para a Eslovênia.

A derrota dos sérvios pelos turcos na batalha de Kosovo², em 1389, abriu os Balcãs à penetração dos turcos otomanos e transformou Kosovo no símbolo do nacionalismo sérvio. Não só chegava à região uma nova religião mas, também, uma nova influência política, tornando mais complicada uma situação já em si muito complexa.

A fraqueza do império otomano em meados do século XIX, juntamente com os interesses conflitantes das grandes potências de então com relação aos territórios controlados pelos otomanos, criou condições para a liberação dos estados eslavos nos Balcãs. A Sérvia proclamou a sua autonomia em 1830 e, em 1838, com o auxílio da Rússia, insurgiu-se contra o domínio turco e conseguiu formar um estado livre e independente, elevado, em 1882, a reino (dinastia Obrenovic).

As guerras balcânicas de 1912-3 libertaram todo o território sérvio dos otomanos e permitiram que ele se expandisse. Os sérvios recuperaram Kosovo e passaram a perseguir os albaneses que para lá tinham se deslocado durante a ocupação otomana. Estas guerras levaram também à expansão do território de Montenegro, que tinha se tornado independente em 1870 e se transformado em reino em 1910.

Nesta época, começaram a surgir as primeiras idéias da constituição de um estado único, que abrigasse todos os eslavos do sul, tanto os que ainda estavam sob domínio turco como os sujeitos à Áustria dos Habsburgos.

Com a ocupação da Sérvia pela Áustria-Hungria, no início da Primeira Guerra Mundial³, consolidou-se a idéia de que a destruição

1 N.A.: Entre os séculos VII e IX, foram formados os estados feudais da Pannônia, Dalmácia, Macedônia, Humou ou Zahumlje (região da Herzegovina), Zeta (inicialmente Dirklja e hoje Montenegro) e Raska ou Rásica (região onde se insere Kosovo-Metohija, que era denominada de Stari Srbija, antiga Sérvia).

2 N.A.: Os turcos otomanos, vindos da Ásia Menor, subjugarão, com o auxílio dos albaneses, o primeiro estado sérvio, surgido no século IX, compreendendo os atuais territórios da Bósnia e da Sérvia.

3 N.A.: Em julho de 1914, o Império Austro-Húngaro, com o apoio da Alemanha, Turquia e Bulgária, declarou guerra à Sérvia, ocupando seu território. Na sua retirada, o exército sérvio foi duramente atacado pelos albaneses.

do poder da Áustria era a condição primordial para a libertação dos povos eslavos e a sua união num estado único. A Primeira Guerra Mundial iria criar esta condição.

A CRIAÇÃO DA IUGOSLÁVIA

O Tratado de Paz referente à Primeira Guerra Mundial colocava entre suas prioridades a criação de um estado independente que congregasse os eslavos do sul.

Em novembro de 1918, em Zagreb, o Conselho Nacional de Eslovenos, Croatas e Sérvios, representando os povos eslavos dos territórios antes ocupados pela Áustria-Hungria – isto é, as regiões da Dalmácia, Croácia, Eslovânia, Eslovênia e Bósnia (não incluindo, portanto, os territórios da Sérvia e de Montenegro) – proclamaram a reunião desses territórios para criar um novo estado que pudesse reunir os outros eslavos do sul (os da Sérvia e de Montenegro, mas não os búlgaros). Com esse objetivo, enviaram uma delegação à Sérvia.

Entrementes, a 25 de novembro, a Vojvodina votou a sua união com a Sérvia, o mesmo ocorrendo com Montenegro, a 26. A nova Sérvia passou a ter uma área de 128.300 km².⁴

Em dezembro de 1918, Aleksander Karadordevic – Alexandre I –, que governava a Sérvia como regente, desde junho de 1914, em virtude da doença de seu pai Pedro I (Petar I) –, aceitou o convite para chefiar a nova nação, ficando então criado o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos. O nome do novo estado, não fazendo referência a duas das cinco nacionalidades que o constituíam (montenegrinos e macedônios), estabelecen-

do, portanto, estados de primeira e segunda categoria, já fazia prever futuras dificuldades.

O grande desafio do novo reino era transformar um grupo de países, com histórias, etnias, religiões, moedas, sistemas administrativos e legais diferentes, em um estado único. Os fatos atuais indicam que este objetivo nunca foi realmente alcançado.

As dificuldades do novo estado não eram apenas de ordem interna. Diversos problemas externos – os principais eram com a Itália⁵, a Albânia, seu satélite⁶, e com a Hungria – mantinham ativa a política externa do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos. Em 1920, é assinado o Tratado de Rapallo com a Itália, pelo qual esta ficava com a Istria e com o distrito de Goriza, o que deixava centenas de milhares de eslovenos e croatas sob domínio italiano; uma outra causa de atrito com a Itália era sobre o estatuto de Fiume (Rijeka), finalmente resolvido em 1924, com o Acordo de Roma, que deixava Fiume, onde havia uma pequena maioria de italianos, com a Itália, ficando o bairro de Subak, de população quase totalmente iugoslava, com a Iugoslávia. Com relação à Hungria, as dificuldades diziam respeito à Vojvodina. Tendo em vista que cerca de 1/3 da população da província era de origem magiar, os radicais húngaros, estimulados por Mussolini, almejavam a incorporação da Vojvodina à Hungria e pressionavam a Iugoslávia nesse sentido (conforme veremos logo adiante, nesta altura o reino já tinha mudado o nome para Iugoslávia).

A criação da Pequena Entente, reunindo a Iugoslávia, a Checoslováquia e a Romênia, por tratados assinados em 1920 e 1921, foi a resposta desses países ao que consideravam

4 N.A.: Posteriormente, por acordos e tratados internacionais que reajustaram ligeiramente as fronteiras da Sérvia com a Bulgária e a Albânia, a Sérvia ficou com uma área de cerca de 130.700 km².

5 N.A.: O afastamento da Alemanha, derrotada na guerra, e da Rússia, isolada da Europa pela revolução bolchevique, da política dos Balcãs motivou a Itália a tomar para si o papel de principal potência no sudeste europeu. O maior obstáculo para esta pretensão era a Iugoslávia, sucessora do desaparecido Império Austríaco na margem oriental do Adriático.

6 N.A.: Desde 1929, a Albânia tornou-se virtualmente um satélite da Itália.

a ameaça da Hungria. Na verdade, parece uma reação totalmente desproporcionada e mal orientada, pois reunia contra um pequeno e desmilitarizado país os três grandes e bem armados países da região, não havendo nenhuma previsão com relação às ameaças muito mais concretas provenientes das grandes potências: a Alemanha em relação à Checoslováquia, a Itália em relação à Iugoslávia e a Rússia em relação à Romênia. Em novembro de 1927, a assinatura de um tratado de amizade entre a Iugoslávia e a França foi mais significativo para a segurança da Iugoslávia, pois ela passou a ser considerada como membro do sistema francês.

Após essa digressão sobre as relações do novo país com seus vizinhos e com as potências européias, voltemos um pouco no tempo para a análise da situação interna da Iugoslávia.

Depois da adesão da Sérvia ao Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, foi instalada em 1920 a Assembléia Constituinte⁷, para institucionalizar o país. Em agosto de 21, com a morte de Pedro I, Alexandre assumiu a coroa. A Constituição foi promulgada pouco depois, sendo adotado o sistema de monarquia parlamentar e mudado o nome do país para Iugoslávia – terra dos eslavos do sul.

A Constituição de 1921 fundamentava-se em princípios centralistas: todo o poder estava concentrado nas mãos do monarca e de sua *entourage*, uma burguesia grã-sérvia que apoiava a dinastia Karadordevic; ela não levava em conta a diversidade dos povos que constituíam a Iugoslávia, não garantindo os seus direitos nacionais, sociais ou políticos (a exceção eram os sérvios). O descontentamento popular, em especial na Croácia e em Montenegro, foi crescendo rapidamente, pois embora a aspiração geral fosse a constituição

de um estado único, era inaceitável uma hegemonia sérvia tão absoluta.

Para conter a crescente animosidade e manter a ordem pública, foi necessário usar o Exército e a polícia sérvios de forma violenta, o que só fez aumentar o descontentamento e a reação pública, criando-se um círculo vicioso – revolta, repressão, mais revolta, maior repressão – em que a tensão aumentava cada vez mais.

Em 1926, a crise econômica levou a uma série de distúrbios, com greves sucedendo-se nos dois anos seguintes. Em 1928, o desentendimento entre sérvios e croatas atingiu níveis insuportáveis, levando o rei a convocar os líderes da oposição (não-sérvios) e pedir-lhes que apresentassem uma saída para a crise.

A proposta da oposição sugeria uma completa reformulação do estado, criando-se sete unidades federativas autônomas, o que atendia à reivindicação croata de uma federação de unidades com elevado grau de autonomia, mas era totalmente inaceitável para a Sérvia, que perderia o controle sobre as províncias de Vojvodina, Montenegro, Bósnia e Macedônia, consideradas pelos sérvios como integrantes da Grande-Sérvia (a Vojvodina, mas não Kosovo, constituiria uma unidade federativa).

A DITADURA MONÁRQUICA (1929 - 34)

Julgando a proposta inaceitável, o rei chamou a si o problema e, para resolvê-lo, assumiu todos os poderes: em 1929, a Constituição é abolida, o Parlamento dissolvido e um general é colocado pelo rei à frente do governo. Instala-se assim uma ditadura monárquica, apoiada na força militar e na policial.

⁷ N.A.: As eleições para a Assembléia processaram-se num clima de terror, criado pela polícia sérvia. Ver *La lutte de libération des peuples Yougoslaves - 1941-1945*, s/autor, ed. Iugoslavija, 1961, 158 p.

O rei pretendia atuar no sentido de acabar com os nacionalismos sérvio, croata e esloveno, de forma que, com o desaparecimento desses, pudesse surgir o nacionalismo iugoslavo. Ele pensava conseguir isso, pois julgava conhecer o povo melhor que os políticos, estando, portanto, melhor capacitado do que eles para empreender essa tarefa. Infelizmente, esses grandes objetivos não foram atingidos: apesar dos esforços do rei, o novo regime perpetuou a hegemonia da Sérvia e aumentaram os abusos da burocracia e a repressão policial.

A reorganização administrativa de outubro de 1929, que criava nove províncias, cujas fronteiras foram projetadas por Alexandre I para acabar com as divisões territoriais históricas, foi mais desvantajosa para os não-sérvios do que para os sérvios. A abolição dos partidos políticos de inspiração religiosa ou com conotação regional enfraqueceu o sistema partidário de modo geral, prejudicando tanto sérvios como não-sérvios. Alexandre I procurou colaboradores em todas as nacionalidades, mas não conseguiu alistar nenhum croata de expressão do Partido Camponês Croata, que, na época, congregava toda a nação croata.

Uma Lei para a Defesa do Reino impôs penalidades drásticas para atos de terrorismo, sedição e propaganda comunista, e serviu para justificar prisões e maus tratos aos opositores do governo. A ditadura também tirou do cargo autoridades locais eleitas e suspendeu a irremovibilidade dos juizes.

Uma nova Constituição, outorgada em setembro de 1931, introduziu uma lei eleitoral que assegurava folgada maioria para o governo.

Em novembro de 1932, os líderes dos mais importantes partidos da Croácia reuniram-se

em Zagreb e lançaram uma proclamação denunciando a hegemonia da Sérvia e exigindo a reorganização do estado de modo a assegurar que nenhuma nação da Iugoslávia isoladamente pudesse dominar as outras. Os princípios da proclamação foram aprovados por representantes dos sérvios da Vojvodina, dos eslovenos e, também, dos muçulmanos da Bósnia. O governo reagiu com a prisão dos líderes eslovenos e dos muçulmanos e levou a julgamento o líder croata Macek, de acordo com a Lei de Defesa do Reino; em abril de 1933, ele foi condenado a cinco anos de prisão.

Mesmo na Sérvia, o regime foi se tornando crescentemente impopular, com os líderes democratas expressando sua simpatia com as exigências croatas por liberdades democráticas, embora divididos quanto à questão da hegemonia sérvia: alguns apoiavam a proposta croata de uma federação de iguais e outros consideravam que tal medida levaria à desintegração do Estado. Mesmo, porém, os que defendiam a federação achavam difícil concordar com os croatas quanto ao *status* da Vojvodina e da Bósnia nessa federação e muito menos podiam aceitar, como previsto, autonomia para a Macedônia.⁸

A REGÊNCIA (1935-41)

Em outubro de 1934, Alexandre I foi assassinado por um terrorista macedônio quando em visita a Marselha (França). O assassinato foi cometido por instigação da Itália e da Hungria, que pressionavam por melhores condições para a Macedônia.

Como o filho de Alexandre, Pedro, era menor, o país passou a ser governado por uma regência trina, sendo primeiro regente o Príncipe Paulo, primo de Alexandre. As eleições parlamentares de maio de 1935 foram

8 N.A.: Durante o período entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, mesmo antes da implantação da ditadura de Alexandre I, a Macedônia estava sujeita a um regime especial, não podendo o dialeto macedônio ser usado em público nem ser organizado qualquer partido político.

bastante livres; embora o governo tenha vencido a disputa para quase todos os assentos no Parlamento reservados à Sérvia, a vitória da candidatura de Macek na Croácia – ele foi libertado antes das eleições – foi esmagadora: além do apoio maciço dos croatas, ele contava com o apoio da oposição sérvia. Este resultado levou Paulo a escolher para *premier* um sérvio, Stojadinovic, que favorecia a conciliação com os croatas.

Stojadinovic adotou uma política de estreitamento dos laços da Iugoslávia com a Alemanha, na suposição de que, com o seu apoio, ele poderia reconciliar a Iugoslávia com seus vizinhos hostis em termos aceitáveis; os tratados da Iugoslávia com a Bulgária e com a Itália, de janeiro e março de 1937, respectivamente, pareciam justificar essas esperanças. Esta reaproximação com a Alemanha traria, porém, conseqüências indesejáveis: ela levou a Iugoslávia a se afastar de seus amigos tradicionais, a França e a Tchecoslováquia e, o que era ainda mais grave, fez com que Stojadinovic, empolgado pelo nacional-socialismo, se julgasse o Führer da Iugoslávia, senhor absoluto do país; ainda em 37, a Iugoslávia denunciou o Acordo Balcânico e a Pequena Entente, ficando sem aliados, incapaz de resistir às pressões alemãs.

A Alemanha expandiu a sua presença na Iugoslávia, assumindo posições-chaves na sua economia. As relações da Iugoslávia com a Itália, sempre tensas após a Primeira Guerra Mundial, devido às questões de difícil solução relativas às fronteiras dos dois países, melhoraram, sendo concluído em 1935 – um momento em que a Itália invadia a Etiópia – um acordo de comércio e um acordo político.

A eleição parlamentar de dezembro de 1938 deu ao partido governamental, a União Radical Iugoslava, 60% dos votos, e à Oposição Unida, fundada em outubro de 1937 por seguidores de Macek e por democratas sérvios, 40%.

Temendo a aproximação da guerra, o Príncipe Paulo considerou ser essencial resolver a questão croata de uma vez por todas; desiludido com a atuação de Stojadinovic, decidiu substituí-lo. Em fevereiro de 1939, ele nomeou *premier* Dragisa Cvetkovic.

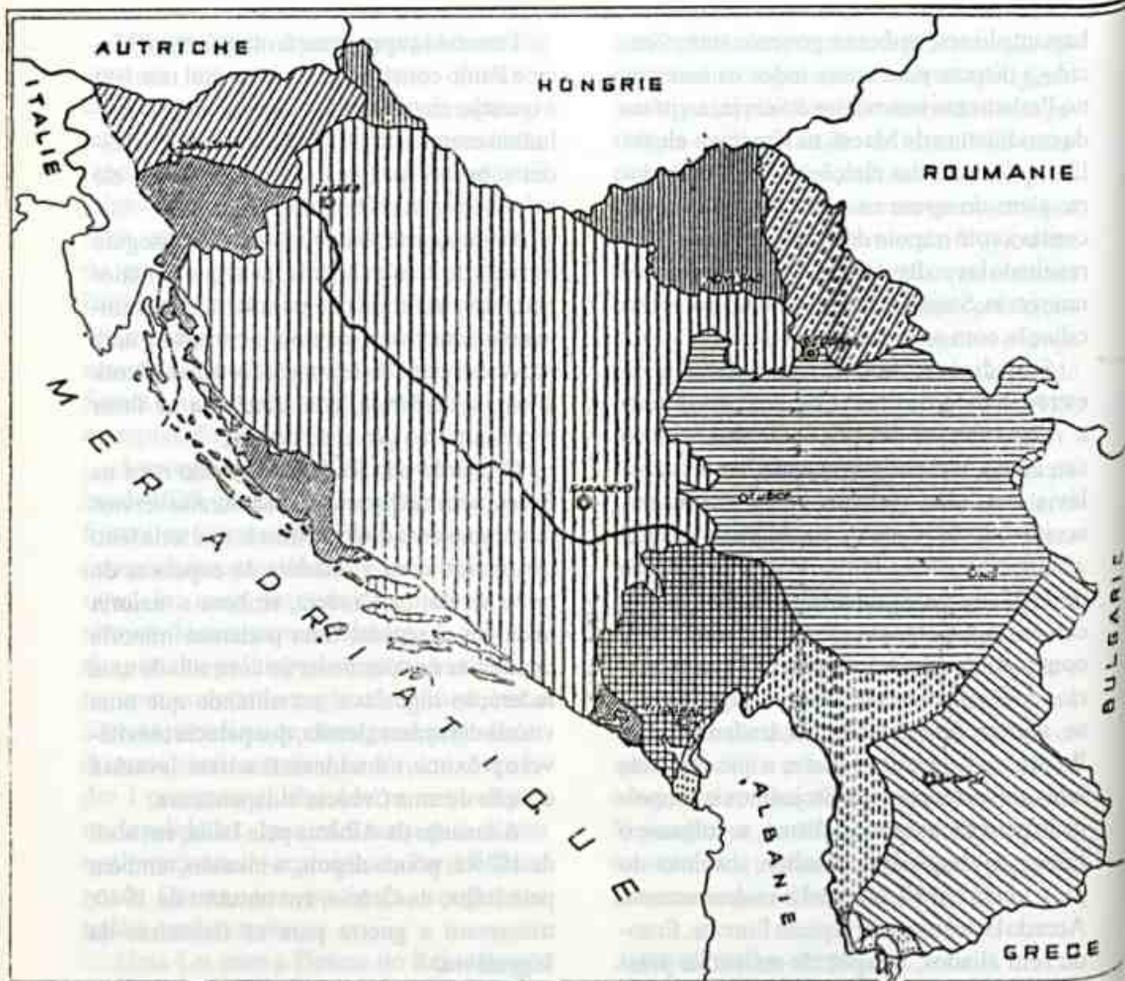
Já em agosto, o novo *premier* conseguiu um acordo com a Croácia, pelo qual a maior parte dos territórios de população predominantemente croata passou a constituir uma província, cuja administração foi dada a Macek e seus partidários, com direito a se fazer representar no governo central.

O acordo não foi bem recebido nem na Sérvia nem na Croácia: os democratas sérvios julgaram-se traídos por Macek, que teria feito um acordo com a ditadura às expensas do povo sérvio; na Croácia, embora a maioria apoiasse o acordo, uma poderosa minoria opunha-se raivosamente ao conceito de uma federação iugoslava, acreditando que uma vitória das armas alemãs, que parecia inevitável e próxima, e dos ideais fascistas, levaria à criação de uma Croácia independente.

A invasão da Albânia pela Itália, em abril de 1939 e, pouco depois, a invasão, também pela Itália, da Grécia, em outubro de 1940, trouxeram a guerra para as fronteiras da Iugoslávia.

O príncipe Paulo, cujas simpatias estavam com a Grã-Bretanha, tentou preservar a neutralidade do país, mas as pressões do Eixo tornaram-se fortes demais e, em março de 1941, Cvetkovic assinou a adesão da Iugoslávia ao Pacto Anti-Comintern, aliando-se, pois, a Alemanha, Itália e Japão.

Apenas dois dias mais tarde, um *putsch* dirigido pelo General Simovic e por oficiais da Força Aérea derrubou o governo. O novo governo, tendo como *premier* Simovic, foi constituído por representantes dos partidos da oposição sérvia, permanecendo, entretanto, nos seus postos os ministros eslovenos e croatas do governo anterior; o Rei Pedro é proclamado maior, pondo um fim à regência.



PARTILHA DA IUGOSLÁVIA ANTES DA OCUPAÇÃO

(Abril de 1941)

OBS.: O território do Montenegro é administrado pelo governo italiano.

-  TERRITÓRIO QUE OS ITALIENS ANEXAM A ITÁLIA
-  "ESTADO INDEPENDENTE DE CRÓACIA"
-  TERRITÓRIO ANEXADO POR HUNGRIA
-  TERRITÓRIO ANEXADO POR BULGÁRIA
-  TERRITÓRIO DE SÉRVIA OCUPADO POR ALEMÃOS

-  ANCIENNA FRONTIÈRE ITALO-YOUGOSLAVE
-  LIGNE DE SÉPARATION ITALO-ALLEMANDE ET ÉTAT INDEPENDANT DE CRÓACIE
-  TERRITÓRIO ANEXADO POR ALEMÃOS
-  LE BANAT SOUS L'ADMINISTRATION ALLEMANDE
-  TERRITÓRIO ANEXADO POR L'ITALIE

(La lutte de libération des peuples yougoslaves)

Apesar das simpatias das novas lideranças estarem também com a Grã-Bretanha, o principal objetivo delas era evitar o envolvimento da Iugoslávia na guerra – a adesão ao Pacto Anti-Comintern era um passo comprometedor, daí o golpe de Estado –, para tanto procurando convencer o governo alemão da sua lealdade; o governo de Simovic manteve-se sempre irresoluto e continuou com a política anterior de, através de compromissos diplomáticos, dissuadir a Alemanha e seus aliados de atacarem a Iugoslávia. Entretanto, Hitler, ainda ressentido com a demissão do Stojadinovic e a derrubada de seu governo, que, com grande esforço, ele havia estabelecido na Iugoslávia, não quis correr novos riscos: a 6 de abril de 1941, após pesados ataques aéreos contra Belgrado, invadiu a Iugoslávia a partir da Hungria, Bulgária e Romênia. Em apenas dez dias, o Exército iugoslavo, mal dirigido e mal organizado, sem sequer completado a sua mobilização, capitulou. O Rei Pedro, o *premier* Simovic e outros membros do gabinete fugiram para Londres, via Oriente Médio.

A PARTILHA DA IUGOSLÁVIA

Com a capitulação da Iugoslávia, teve início sua partilha: a Eslovênia foi dividida entre a Alemanha e a Itália; a Itália tomou para si parte da Dalmácia e, em nome da Albânia, seu satélite, o distrito de Kosovo, com uma expressiva parte da população de origem albanesa, e a Macedônia Ocidental, onde havia uma importante minoria também albanesa; a Itália estabeleceu ainda um protetorado em Montenegro; a Bulgária ficou com a maior parte da Macedônia iugoslava (além da Macedônia Oriental, ou Macedônia do Egeu, parte integrante da Grécia); a Hungria anexou a metade ocidental da Vojvodina e alguns pequenos distritos na fronteira da Croácia, onde há importantes minorias magiares; a Croácia, incluindo toda a Bósnia

e a parte da Dalmácia que não ficou com a Itália, foi tornada independente e entregue aos croatas que haviam apoiado a Alemanha, constituindo o estado de Ustasha; a Sérvia permaneceu ocupada, sob um governo fantoche; finalmente, a metade oriental da Vojvodina ficou sob administração militar alemã, muito influenciada pela minoria alemã que residia na área (ver figura 1).

Com a partilha, a Itália, diretamente ou através da Albânia, na prática um satélite da Itália, passou a dominar as duas margens do Adriático e, com a ocupação da Grécia, também o Mar Jônico.

O sonho de Mussolini de criar uma Grande Albânia, sob a tutela da Itália, levou-o a incentivar a expulsão dos sérvios e montenegrinos de Kosovo: cerca de 100 mil sérvios e montenegrinos foram expulsos da província e mais de 10 mil foram mortos; de 80 mil a 100 mil albaneses transferiram-se para Kosovo, ocupando as propriedades deixadas pelos sérvios. Desta maneira, a distribuição das etnias em Kosovo foi drasticamente mudada: em 1929, a proporção de sérvios e montenegrinos era de 61% contra 39% de albaneses e de representantes de outras etnias; em 1941, às vésperas da invasão alemã, a proporção dos dois grupos étnicos já era praticamente a mesma e, conforme o censo de 1991, os albaneses, em boa parte em consequência da política do tempo de Mussolini, já representavam 82,2% da população. As perseguições dos sérvios aos albaneses em Kosovo têm, portanto, fortes conotações históricas: eles reivindicam para si um território que, no início da década de 30, era majoritariamente ocupado pelos sérvios e de onde eles foram sendo paulatinamente substituídos por albaneses graças à interferência estrangeira.

PARTISANS E CHETNIKS

A resistência armada à ocupação começou na Bósnia e, de início pelo menos, foi uma

reação ao massacre dos sérvios da Bósnia pelos fascistas croatas, fato que entrou para os anais da Segunda Guerra Mundial como o segundo mais selvagem episódio da guerra, só perdendo para o extermínio em massa dos judeus poloneses, o mais revoltante episódio do holocausto. Os sérvios que escaparam fugiram para as montanhas em busca de proteção.

No início do verão de 1941, a luta contra os alemães teve início na Sérvia, sob a liderança de um coronel do exército regular iugoslavo, Dragoljub (Draza) Mihajlovic; quando Hitler atacou a URSS, os comunistas iugoslavos atacaram, por sua vez, os alemães na Sérvia e em Montenegro, abrindo uma nova frente de luta contra os invasores. O êxito das duas forças, a dos comunistas e a de Mihajlovic, que de início colaboravam na luta contra o inimigo comum, foi grande, conseguindo liberar uma boa parte desses territórios. A figura 2 mostra as áreas liberadas em setembro de 1941. Pouco depois, porém, em novembro, os alemães expulsaram da Sérvia praticamente todas as forças da resistência e, em represália, massacraram milhares de civis.

A colaboração entre as duas forças que se opunham aos alemães não continuaria por muito tempo. Suas divergências políticas logo se tornaram aparentes, pondo um fim à colaboração. Uma das razões para o rompimento – talvez um pretexto – era o apoio que Mihajlovich recebia de várias unidades militares sérvias, que estavam estabelecidas em território ocupado pelos italianos, e que tinham lutado, sob comando italiano, contra guerrilheiros comunistas; este fato foi devidamente explorado pelos **partisans** – **liderados por Josip Broz Tito**, o croata secretário do Partido Comunista Iugoslavo –, que passavam a acusar os **chetniks de Mihajlovic** de colaboração com o inimigo.

Durante os três anos seguintes, as forças comunistas cresceram e conquistaram a opinião pública iugoslava, enquanto as forças

de Mihajlovic, apesar do reconhecimento do governo iugoslavo no exílio, perderam expressão e prestígio. O *slogan* adotado pelos partisanos, de que lutavam pela unidade de todas as nações da Iugoslávia contra os invasores e os “traidores”, tinha forte apelo emocional, arrastando para suas fileiras milhares de voluntários; o ideal da união de todos parecia a única alternativa aos massacres fraticidas, como o dos sérvios pelos croatas na Bósnia, já mencionado, e o dos croatas e muçulmanos pelos sérvios nacionalistas ligados a Mihajlovic.

Nos territórios liberados pelos comunistas, Tito estabeleceu um esboço de administração, usando pessoal local sem qualquer vinculação com o antigo regime, e um eficaz sistema de recrutamento para o Exército. Embora o pessoal convocado para a administração local pudesse ter diversas opiniões políticas, ou mesmo nenhuma, era firmemente controlado pela célula comunista ali estabelecida.

Em novembro de 1942, os comunistas anunciaram a criação de um corpo legislativo provisório – o Conselho Antifascista de Libertação Nacional da Iugoslávia – e, um ano mais tarde, o estabelecimento de um Governo Provisório. As figuras 2 e 3 mostram as regiões liberadas ou semiliberadas quando da criação do Conselho e da instalação do Governo Provisório, respectivamente. A figura 4 mostra o mesmo em novembro de 1943.

Desde o verão de 1943, os governos britânico e americano faziam esforços para tentar reconciliar os seguidores de Tito com o governo no exílio (Rei Pedro); desde essa época, o Comando Britânico no Mediterrâneo mantinha contactos com os *partisans* de Tito. Todos esses esforços esbarravam, porém, no fato de que, desde janeiro de 1942, o governo no exílio tinha indicado Mihajlovic como ministro da Guerra, tornando a aproximação impossível, pois, nesta altura, os *partisans* e *chetniks* estavam engajados numa guerra

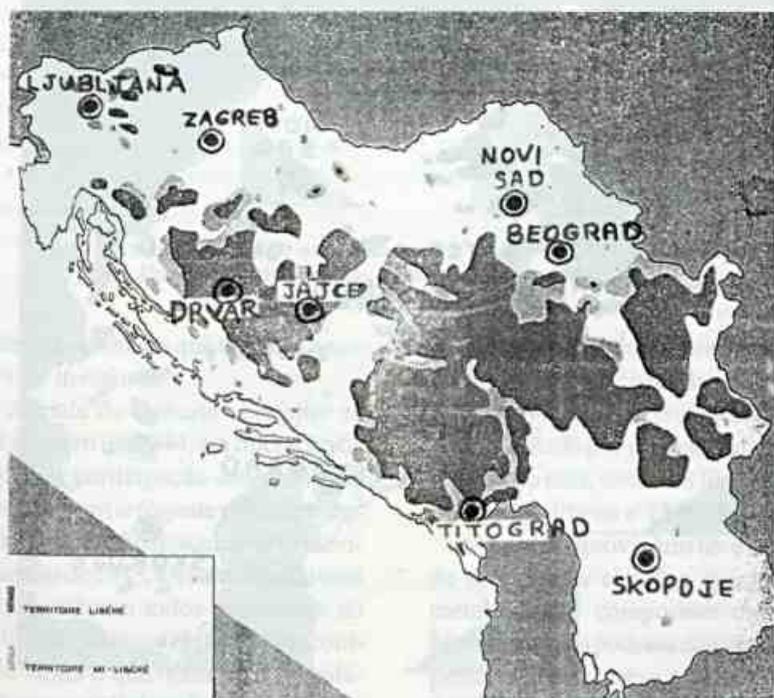


Figura 2 – Territórios liberados e semiliberados em setembro de 1941



Territórios liberados e semiliberados por ocasião da segunda sessão do Conselho Antifascista de Libertação Nacional da Iugoslávia, em 29 de novembro de 1943

civil não menos acerba do que a guerra nacional contra os invasores.

Com a entrada do exército vermelho na Sérvia, em outubro de 1944, e a liberação de Belgrado com a participação dos partisans, Tito assumiu um tom arrogante com as potências ocidentais, que, afinal, aceitaram o inevitável: em janeiro de 1945, foi estabelecida uma regência, que assumiu todos os poderes do rei; alguns líderes políticos exilados, não compreendendo ainda o que ocorria na Iugoslávia, retornaram para Belgrado.

A IUGOSLÁVIA DE TITO

Tão logo terminou a guerra, Tito estendeu o seu governo provisório de guerra para todo o país. Tentando dar um aspecto legal ao governo "de fato", foi nomeado um novo Governo Provisório – constituído por 20 representantes do Conselho Antifascista de Tito, três do governo no exílio e cinco de partidos políticos de antes da guerra – totalmente dominado pelos comunistas. Tito foi nomea-

do primeiro-ministro e um representante do partido do rei, Ministro das Relações Exteriores. Um Parlamento provisório reuniu-se em abril, formado por representantes de todas as regiões do país, sendo 68 ligados aos antigos partidos políticos e 13 independentes.

O governo provisório teve a incumbência de preparar as eleições que indicariam os membros que comporiam um parlamento bicameral, com poderes constituintes. A campanha eleitoral que se seguiu foi organizada de modo a garantir na Constituinte ampla maioria para a Frente Popular de Tito, a organização por trás da qual operava o Partido Comunista: todos os acusados de colaboração com o inimigo não tiveram direito de voto e não foi permitida nenhuma oposição política à Frente Popular. As restrições impostas a uma eleição livre levaram os três representantes do partido do rei a deixar o governo.

Nessas condições, a vitória da Frente foi esmagadora. Embora as pressões para que Tito obtivesse ampla maioria tivessem sido enormes, é fora de qualquer dúvida que, à

época, os partisanos tinham quase que total apoio popular.

A Assembléia Constituinte foi um instrumento dócil do Partido Comunista. Ela aboliu a monarquia (que ainda era popular em algumas regiões da Sérvia) e proclamou uma República Federalista Popular, composta de seis repúblicas autônomas: a Sérvia – incluindo a província autônoma de Vojvodina e a região autônoma de Kosovo-Metohija –, a Croácia, a Eslovênia, a Bósnia-Herzegovina, Montenegro e a Macedônia. As diversas repúblicas podiam usar as suas respectivas línguas nacionais e o seu pessoal para o preenchimento da administração local – para a Macedônia pela primeira vez na sua história –, mas todas as demais questões ficavam entregues ao governo central.

O governo foi extremamente centralizado sob a alegação de que, sendo grandes os danos causados pela guerra, a centralização era indispensável para acelerar a reconstrução e recuperação do país.

Além da reorganização do país, a nova Constituição, promulgada em janeiro de 1946 e inspirada na Constituição soviética de 1936, determinou a nacionalização da indústria; limitou a propriedade residencial, dispondo que cada um seria dono da casa que na ocasião ocupasse; fez a reforma agrária, limitando a propriedade privada no campo a 45 hectares; confiscou todas as terras de mais de 10 hectares pertencentes a igrejas, bancos e outras corporações. Posteriormente, a posse privada de terras agricultáveis foi reduzida para até 10-15 hectares.

Um plano quinquenal foi introduzido para estimular o desenvolvimento econômico, sendo um dos seus principais objetivos promover rapidamente a industrialização; os conselhos soviéticos foram dispensados, mas não os créditos.

Nesta fase inicial de seu governo, as relações de Tito com o Ocidente eram hostis, pois ele temia o apoio ocidental a uma contrarrevolução a favor do rei. As relações com a União Soviética, embora na aparência muito boas, escondiam muito atrito entre as cúpulas dirigentes dos dois países, em especial pelo espírito independente de Tito; já as relações com os países comunistas vizinhos eram excelentes, em especial com a Bulgária⁹ e com a Albânia¹⁰; as relações com a Igreja Católica eram tensas, não só pela política anti-religiosa dos comunistas mas, também, pela declarada e ativa oposição da Igreja ao governo de Tito.

A deterioração das relações com a União Soviética deveu-se à persistente independência da política externa da Iugoslávia. Em junho de 1948, Stalin acusou Tito de heresias com relação aos princípios marxistas-leninistas e fez expulsar a Iugoslávia do Cominform. Todos os estados comunistas fizeram coro com as denúncias stalinistas e romperam relações diplomáticas com a Iugoslávia, sendo que o rompimento da Albânia foi feito em termos particularmente virulentos. Embora as tentativas de Stalin para derrubar Tito, fomentando uma guerra civil na Iugoslávia, não tenham tido êxito, o boicote econômico trouxe graves problemas para o país.

9 N.A.: A Iugoslávia e a Bulgária chegaram a discutir a possibilidade de formação de uma federação, em 1946-7, que fracassou por falta de entendimento e devido à oposição soviética; os entendimentos, porém, levaram à unificação da Macedônia do Pireu, que era parte da Bulgária, com a Macedônia iugoslava, dando nova dimensão territorial à República Socialista da Macedônia; um acordo secreto entre os dois países dava ainda à Iugoslávia o direito de, no futuro, incorporar, à República Socialista da Macedônia, a Macedônia do Egeu, pertencente à Grécia.

10 N.A.: Com a Albânia, as relações eram particularmente estreitas; a Iugoslávia dava não só ajuda econômica, mas muita orientação política.

O processo de Laszlo Rajk na Hungria, uma farsa evidente montada por Stalin para provar aos países satélites a traição de Tito, provocou em todos esses países movimentos de massa, com as multidões, empolgadas por uma emoção quase religiosa, expressando o seu ódio ao líder iugoslavo e o seu amor à URSS, ao socialismo, à paz e a Stalin.

A Iugoslávia voltou-se então para o Ocidente em busca de ajuda, em especial para o Reino Unido, Suécia, Suíça e, inicialmente, para firmas privadas norte-americanas. A ajuda não foi negada, tendo em vista o interesse dos países ocidentais em dar condições à Iugoslávia para se manter livre do domínio soviético. Os Estados Unidos logo se alinharam com os países prestadores de ajuda. No período de 1950-60, a ajuda dos Estados Unidos totalizou US\$ 2,4 bilhões e a da Grã-Bretanha 120,4 milhões, dando condições para a Iugoslávia desenvolver um parque industrial moderno, reorganizar seu comércio exterior com o Ocidente, modernizar a agricultura e estabelecer Forças Armadas bem equipadas e bem treinadas. Os contatos técnicos e culturais com o Ocidente deram uma importante contribuição para o desenvolvimento da Iugoslávia nesse período.

Tendo feito algumas concessões quanto à indenização a ser paga aos proprietários que tiveram seus bens nacionalizados, a Iugoslávia conseguiu que os Estados Unidos concordassem com o desbloqueio do ouro do Banco Nacional da Iugoslávia, transferido

para a América em 1941, quando da fuga do governo para a Inglaterra, uma antiga e insistente reivindicação iugoslava.

Numa prova de boa vontade para com o Ocidente, Tito fechou a fronteira da Iugoslávia com a Grécia, cessando toda a ajuda direta e indireta que a Iugoslávia vinha dando aos insurgentes comunistas gregos durante a Guerra Civil Grega (1946-9).

Livre da tutela soviética, a Iugoslávia pôde desenvolver novas teorias e práticas comunistas, criando um sistema logo conhecido

como "titoísmo", cuja essência era o direito de cada país construir o seu próprio caminho para o socialismo e o de exercer plenamente, sem interferências externas, a sua soberania.

As mudanças não tardaram: as fazendas cooperativas foram abandonadas, podendo os camponeses voltar para o sistema privado; o estado policial altamente

centralizado foi dando lugar à descentralização da administração política e da direção da economia, atribuindo-se novos poderes e responsabilidades às repúblicas e também às comunas em que as repúblicas eram divididas; foram criados conselhos de trabalhadores nas fábricas, com o poder de compartilharem a direção com os chefes e, inclusive, participarem das decisões relativas à distribuição de lucro.

Duas novas constituições incorporaram essas mudanças e reestruturaram os órgãos de governo: a de janeiro de 1953, que substituiu a de 1946, e a de abril de 1963.

Graças a esta mudança da atitude soviética para com a Iugoslávia, esta pôde melhorar as suas relações com as demais nações comunistas e, em função dessa melhoria, a Iugoslávia foi capaz de influenciá-las para que obtivessem maior independência em relação a Moscou

Apesar das reformas, os comunistas mantiveram o controle do estado: a oposição política continuou proibida e foi tratada como atividade antiestado – os casos de Milovan Djilas, autor de *A Nova Classe*, e de Mihajlo Mihajlov são típicos da repressão aos críticos do sistema.

Em agosto de 1954, foi assinada uma aliança envolvendo a Iugoslávia, a Turquia e a Grécia; para Tito, a aliança era uma garantia da segurança de suas fronteiras no sul; embora a aliança tenha contribuído para melhorar as relações entre os três países, nunca evoluiu para uma verdadeira aliança que ensejasse uma estreita cooperação em todos os campos, tomando-se letra morta tão logo as circunstâncias tornaram inexistente a ameaça soviética.

Um acordo com a Itália, também de 1954, pôs um ponto final à questão de Trieste: a Itália ficou com a Zona A, que incluía Trieste, e a Iugoslávia com a Zona B, onde houve algumas retificações da fronteira na região da Istria, favoráveis à Iugoslávia. A partir daí, as relações entre os dois países tornaram-se finalmente amigáveis, de que resultou uma expansão no comércio bilateral.

A partir de 1955, os soviéticos tentaram uma reaproximação com Tito. Numa visita a

Belgrado, Bulganin e Krushev pedem desculpas pela expulsão da Iugoslávia do Cominform. A evolução dessas relações foram, porém, lentas, já que o desconfiado Tito impunha condições para a melhoria das relações: o reconhecimento do direito da Iugoslávia à soberania plena e o de desenvolver a sua própria forma de comunismo; a dissolução do

Cominform¹¹; a exigência de ser acelerada a desestalinização nos países satélites, especialmente na Hungria.

A revolta da Hungria em 1956 interrompeu o esforço de reaproximação. As reformas democráticas de Imre Nagy¹² tinham a simpatia de Tito, mas a evolução posterior da situação – revolta popular e violenta repressão soviética – tornaram patente para os líderes iugoslavos

toda sua impotência diante do poder soviético, nada podendo fazer contra a brutalidade da intervenção.¹³ A revolta húngara fez também renascer na Iugoslávia o receio de uma contra-revolução, o que contribuiu para impor cautela a Tito. A Iugoslávia condenou a intervenção soviética de outubro, mas considerou a de novembro inevitável.

As relações com a URSS esfriaram. Nem mesmo o reconhecimento pela Iugoslávia da República Democrática Alemã, em

Breve, Tito desempenhava um papel preponderante no movimento dos países não-alinhados, como também Nehru, Nasser e alguns outros

11 N.A.: O que ocorreria em 1956.

12 N.A.: As reformas democráticas de Imre Nagy – ele acabou com os campos de concentração e as deportações para os opositores do regime, características do regime anterior de Mátias Rákosi, e libertou os presos políticos – levaram à sua deposição em 1955, pelo núcleo comunista que se opunha às reformas, trazendo de volta ao poder Rákosi, totalmente submisso a Moscou; este, pouco depois, foi substituído, por determinação de Krushev, por Ernő Gerő, num esforço para conter a crescente insatisfação popular. Em 1956, uma revolta popular trouxe de volta ao governo Imre Nagy, à frente de uma coligação de partidos democráticos. Duas intervenções soviéticas (uma em outubro e a outra em novembro) puseram fim, brutalmente, à revolta.

13 N.A.: A Iugoslávia nada pôde fazer quando a União Soviética simplesmente ignorou a proteção diplomática que ela havia dado a Imre Nagy, que foi então preso e logo fuzilado.

setembro de 57, e a conseqüente ruptura de relações diplomáticas com a República Federal Alemã, foram suficientes para melhorar essas relações.

A Iugoslávia continuou como o país comunista herético, recusando-se a aderir ao Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECOM) e ao Pacto de Varsóvia. As intenções de Tito com relação ao Ocidente eram de manter uma amizade cautelosa; ele visitou o Reino Unido em 1953 e os Estados Unidos em 1960 e 1963.

Com a recusa soviética em ajudar a nuclearização da China, as relações entre os dois países deterioraram-se em 1960, o que repercutiu nas relações entre a Iugoslávia e a URSS. Na busca de apoios na área comunista, a URSS mostrou-se disposta a fazer concessões: em relação à Iugoslávia, ela estabeleceu as condições para um comércio bilateral favorecido, facilitou créditos e reconheceu a independência da Iugoslávia dentro do bloco comunista. Graças a esta mudança da atitude soviética

para com a Iugoslávia, esta pôde melhorar as suas relações com as demais nações comunistas e, em função dessa melhoria, a Iugoslávia foi capaz de influenciá-las para que obtivessem maior independência em relação a Moscou.

Apesar dos violentes ataques da China ao revisionismo de Tito, a Iugoslávia recusava-se a apoiar integralmente a URSS contra a China, defendendo, por exemplo, a entrada da China nas Nações Unidas.

A política externa iugoslava era de não-alinhamento com nenhum dos dois blocos, desenvolvendo para tanto relações de amizade com outros países igualmente fracos para, juntos, poderem ter alguma influência num mundo dominado pelas duas superpotências.

Breve, Tito desempenhava um papel preponderante no movimento dos países não-alinhados, como também Nehru, Nasser e alguns outros.

As reformas constitucionais de 1965 e 1974 aumentaram a autonomia das províncias sérvias de Vojvodina e de Kosovo, que passaram a contar com administração e política próprias e tiveram direito à representação na administração da Federação.

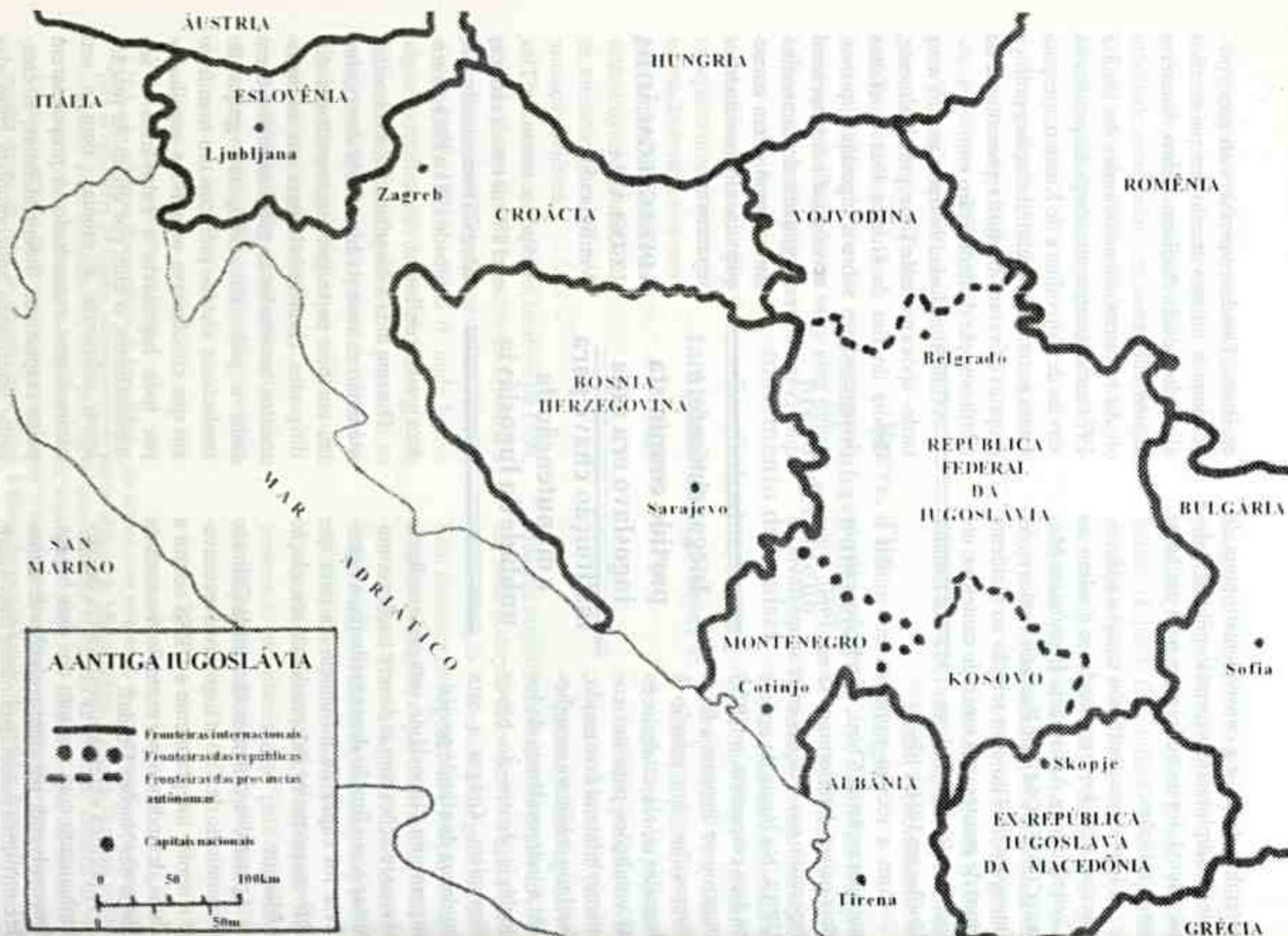
A Constituição de 1974 teria, porém, mais tarde – após a morte de Tito e, principalmente, depois do fim da Guerra Fria –, efeitos desagregadores sobre a Iugoslávia, provocando uma crise econômica e institucional que levaria ao ressurgimento do nacionalismo regional e, em conseqüência, de movimentos separatistas.

A DESAGREGAÇÃO DA IUGOSLÁVIA (Ver figura 5)

Após a morte de Tito, em 1980, as tensões étnicas na região aumentaram: nos anos de 1981 e 1983 ocorreram graves conflitos.

Durante toda a década de 80, a economia até então exitosa da Iugoslávia deteriorou-se, em boa parte por incompetência dos dirigentes, contribuindo para que os movimentos nacionalistas ganhassem força em todo o país: em 1986, um grupo de intelectuais sérvios publicou um manifesto em que conclamava os sérvios espalhados por toda Iugoslávia a cultivarem o seu nacionalismo, o que, por efeito de reação, levou eslovenos e croatas, com o seu nacionalismo exacerbado, a propugnares pelas respectivas independências; o crescente sentimento anticomunista entre eles contribuía de forma não desprezível para este desejo de ruptura.

Inegavelmente, o partido comunista iugoslavo era uma instituição chave para a manutenção da unidade da Iugoslávia



O fim da Guerra Fria, anunciado pela queda do muro de Berlim em 1989, estimulou os conflitos nacionalistas, já que o receio de que eles pudessem levar a uma guerra mundial desaparecia, e criou condições para o colapso do partido comunista iugoslavo, concretizado em janeiro de 1990; inegavelmente, o partido era uma instituição chave para a manutenção da unidade da Iugoslávia.

Nas eleições de maio de 1990, que contaram com a presença de inúmeros partidos políticos, em todas as repúblicas os nacionalistas mais radicais chegaram ao poder.

Na Croácia, com a vitória nas eleições da União Democrata Croata, partido do nacionalista Franjo Tudjman, teve início a perseguição sistemática da expressiva minoria sérvia radicada na Croácia, como acontecera durante a existência do estado facista de Ustasha, criado após a ocupação da Iugoslávia na Segunda Guerra Mundial por alemães e italianos. Ao ser promulgada uma nova Constituição, que não mencionava qualquer tipo de proteção às minorias sérvias, os sérvios da área em torno de Knin revoltaram-se em agosto de 1990, exigindo autonomia para as áreas dominadas por eles.¹⁴

Na Sérvia, em junho de 1990, a Assembléia aprovou uma emenda à Constituição retirando a autonomia de Vojvodina e de Kosovo, que tinha sido ampliada pelas constituições de 1965 e 1974. As reações em Kosovo são violentas, mas na Vojvodina – onde pouco mais de 50% da população é de sérvios e o restante de magiares e outras minorias – foram bem menores, pois o partido no poder é pró-Slobodan Milosevic, secretário-geral do Partido Comunista da Sérvia.

Agindo de forma totalmente independente do poder central, a Eslovênia e a Croácia

começaram a seguir políticas externas e econômicas paralelas; poucos depois, a Eslovênia, em dezembro de 1990, e a Croácia, em maio de 1991, consultaram o povo sobre a conveniência ou não da independência: na Eslovênia, 95% dos que participaram do plebiscito votaram pela independência; na Croácia, 94%.

Uma crise institucional precipitou a ruptura: de acordo com o sistema rotativo instituído, após a morte de Tito, para preencher a presidência da Iugoslávia, um croata deveria assumir o cargo a partir de 15 de maio de 1991; a Sérvia, com o apoio de Montenegro, opôs-se a esta indicação, precipitando assim os acontecimentos que levariam à dissolução da Federação.¹⁵ A 25 de junho, a Eslovênia declarou a sua independência; seguiu-se uma breve luta, que não pode ser caracterizada como conflito étnico, sendo tipicamente uma guerra de libertação nacional: o exército iugoslavo atacou os postos de fronteiras ocupados pelo exército territorial e por funcionários da alfândega da Eslovênia, e a força aérea e a artilharia do exército federal iugoslavo atacaram o aeroporto da Liubliana. O conflito foi breve, pois, logo, o conflito na Croácia, que também declarou a sua independência no mesmo dia que a Eslovênia, exigiria toda a atenção dos sérvios. Já o conflito na Croácia era tipicamente um conflito étnico, sem características de uma guerra de independência.

A Comunidade Européia (CE) tentou mediar o conflito na Iugoslávia, mas a luta na Croácia, envolvendo forças croatas de um lado e do outro guerrilheiros sérvios e tropas do exército federal, espalhou-se por todo o território croata. Em setembro, em Haia, a CE viu fracassarem seus esforços para mediar o conflito, o que levou, em outubro, a ONU a

14 N.A.: A população sérvia da Croácia é cerca de 12% da população total, de acordo com o censo de 1991, concentrada a grande maioria em Krajina (área onde está Knin) e em alguns setores da Eslavônia Ocidental, e uma minoria em setores da Eslavônia Oriental.

15 N.A.: Em julho de 1991, embora tenha se dado a posse do croata na chefia da Presidência Coletiva, nada podia deter a crise que estava em pleno desenvolvimento.

assumir o encargo de negociar a paz no país. O plano de paz da ONU, que envolvia o envio de uma força de paz, foi rejeitado pela Sérvia, com o apoio do exército federal, e a luta prosseguiu.

Em dezembro de 1991, a CE, inconformada com a intransigência sérvia, anunciou que reconheceria a independência das repúblicas iugoslavas, desde que elas se comprometessem a respeitar os direitos humanos das minorias étnicas. Imediatamente, a Eslovênia, a Croácia, a Bósnia-Herzegovina e a Macedônia solicitaram o reconhecimento. As repúblicas remanescentes – Sérvia e Montenegro – reuniram-se para formar uma nova Iugoslávia; a Assembléia Federal Iugoslava, em abril de 1992, aprovou a constituição de uma “terceira Iugoslávia”, sucessora da monarquia instituída depois da Primeira Guerra Mundial e a federação dirigida por Tito, a partir de 1945.¹⁶

mas não reconheceu os demais estados que se formaram.¹⁷

OS ATORES E AS FORÇAS EM CONFRONTO

Antes de discutirmos os conflitos na Croácia e na Bósnia, algumas considerações devem ser feitas para melhor compreensão dos acontecimentos.

Tendo em vista que o número de atores envolvidos nos conflitos da Iugoslávia é enorme, os erros de interpretação são frequentes. A distinção de três diferentes grupos culturais – sérvios, croatas e muçulmanos –, cada um com suas diferentes facções, facilita a apresentação do problema. O quadro abaixo indica esses grupos, suas facções e a principal cidade onde fica localizado o comando de cada uma das facções.

GRUPOS CULTURAIS	FACÇÕES	COMANDO
Sérvios	Iugoslávia	Belgrado
	Bósnia	Pale
	de Krajina	Karin
Croatas	Croata	Zagreb
	Bósnia	Mostar
Muçulmanos	Bósnia	Sarajevo
	do Partido Abdic	Velika Kladusa

16 N.A.: Como a CE considerava Milosevic responsável pelo conflito, não reconheceu a nova Iugoslávia.

17 N.A.: Em determinado momento do conflito, a Sérvia se dispunha a reconhecer a Croácia, desde que estivesse cedesse o promontório de Prevlaka, na entrada da base sérvia situada no golfo iugoslavo de Kotor.

O termo muçulmano não designa necessariamente um indivíduo de crença muçulmana; é mais uma identificação cultural.

Embora haja sempre referência a conflitos étnicos, todos os grupos culturais envolvidos são de etnia eslava, embora de diversos subgrupos e de religiões diferentes, conforme já apontamos; todos falam basicamente a mesma língua. Considerar os muçulmanos como de etnia turca ou albanesa é um erro grave.

Conforme veremos adiante, "partido Abdic" é a expressão usada para definir o grupo cultural muçulmano que habita a região de Bihac, na Bósnia, e rejeita o governo de Sarajevo — proclamaram a Província Autônoma da Bósnia Ocidental — aliando-se aos sérvios de Krajina e aos sérvios da Bósnia. A complexidade do problema é mostrada na figura 6.

No que se refere às forças em confronto, cabem alguns comentários.

Embora não se tenha envolvido diretamente em ações de combate, o Exército Federal da Iugoslávia era a força individualmente mais poderosa na região, que dispunha das melhores armas, já que originalmente era o exército da ex-Iugoslávia, e dos melhores oficiais (a maioria dos oficiais do antigo exército, e os melhores, eram sérvios); seu papel no conflito foi importante pelo apoio que deu, em geral de forma velada, às demais forças sérvias (de Krajina e da Bósnia).

As forças dos servo-bósnios e dos sérvios de Krajina foram formadas por voluntários e, principalmente, pelas unidades do Exército Federal da Iugoslávia constituídas com pessoal residente nas respectivas áreas; seu principal equipamento era o deixado para trás pelas unidades do Exército Federal ao se retirarem para a Iugoslávia quando da decre-

tação da independência da Bósnia. Comparativamente falando, dispunham do maior estoque de armas pesadas, principalmente nos estágios iniciais do conflito, e dispunham de oficiais muito bem qualificados, treinados no Exército Federal; suas unidades eram geralmente mais bem treinadas e comandadas que as dos muçulmanos e as dos croata-bósnios, especialmente nos níveis tático-operacional e operacional. Com o correr do conflito, por controlarem cerca de 1/4 do território da Croácia e 2/3 da Bósnia, foram obrigados a estender demasiado suas linhas, ficando com os flancos muito vulneráveis.

As forças croatas compreendiam o Exército da Croácia e as forças de croata-bósnios.

Embora não tão numerosas como as dos muçulmanos, elas eram mais bem equipadas. No início do conflito, estavam muito mal preparadas, sofrendo derrotas graves para os sérvios de Krajina e para os sérvios-bósnios mas, durante o conflito, reorganizaram e reequiparam

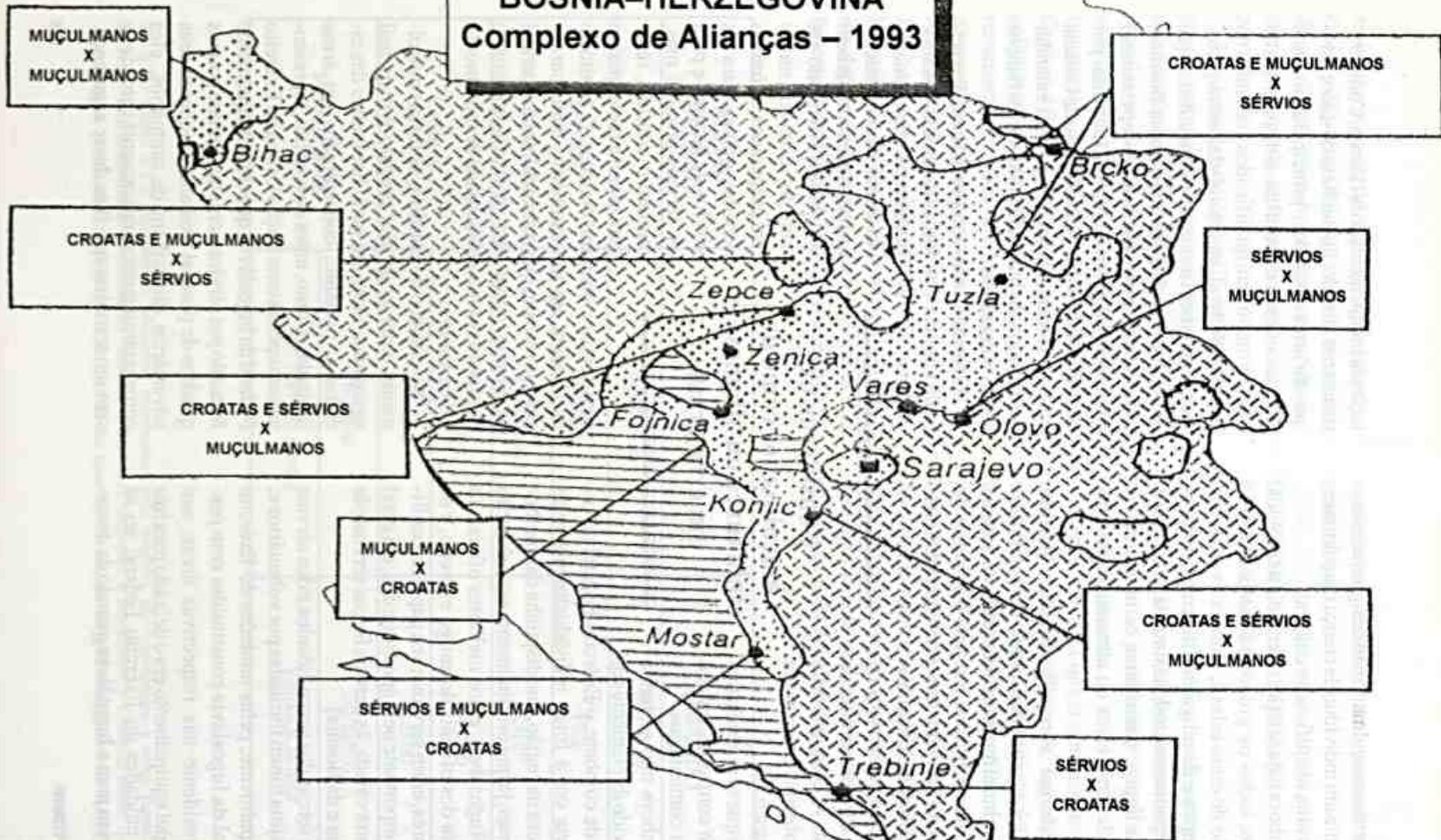
suas forças consideravelmente. O território da Croácia era um santuário, tanto para o exército croata, que ocasionalmente operava na Bósnia, como para os croata-bósnios, o que lhes dava maior liberdade de movimento e de manobra.

No começo do conflito, as forças muçulmanas eram as de pior preparo e mais mal equipadas. Eram em geral habitantes das cidades e, portanto, concentrados em áreas limitadas. Como, antes do conflito, representassem apenas uma fração ínfima do Exército Federal da Iugoslávia, que era principalmente formado por sérvios e croatas, tinham poucos quadros de pessoal treinado. Enquanto seus adversários dispunham de santuários, eles começaram a guerra praticamente cercados e sem um território que lhes desse segurança.

Considerar os muçulmanos como de etnia turca ou albanesa é um erro grave

BOSNIA-HERZEGOVINA

Complexo de Alianças - 1993



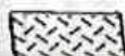
ÁREAS CONTROLADAS POR:



BÓSNIOS - CROATAS



BÓSNIOS - MUÇULMANOS



BÓSNIOS - SÉRVIOS

Tinham, porém, suas vantagens: sendo a comunidade mais numerosa, puderam organizar uma força com maior efetivo que as outras; morando em cidades, controlavam o sistema industrial da Bósnia, onde algumas indústrias (poucas) eram relacionadas com a defesa, e, embora parcialmente, alguns aeroportos, cujo uso podiam negar aos inimigos; por serem cidadãos, tinham a trágica vantagem de terem a população civil como um escudo protetor (era impossível atacá-los sem atingir a população civil); como tinham maior acesso à mídia, souberam habilmente explorar o grande número de vítimas civis de modo a colocarem a seu favor toda a comunidade internacional (transformaram a vitória militar dos inimigos em vitória política para si).

Embora os conflitos da Croácia e da Bósnia ocorressem simultaneamente e, em algumas ocasiões, houvesse interferência mútua, trataremos primeiro do conflito da Croácia para depois discutirmos o da Bósnia, sempre, porém, chamando a atenção quando determinadas ações de um conflito repercutiam no outro.

O CONFLITO NA CROÁCIA (Ver fig. 7)

Os sérvios da Croácia, além de politicamente organizados, estavam bem armados e contavam com o apoio das forças do Exército Federal estacionadas na Croácia. Como os croatas, ao contrário, tinham forças militares mal equipadas e precariamente organizadas, além de despreparadas, em menos de dois meses após o início do conflito o Exército Federal e as milícias sérvias ocupavam quase 1/3 de todo o território da Croácia, bloqueando ainda as principais rodovias e ferrovias do país, numa campanha caracterizada pela extrema violência dos dois lados.

Tendo falhado, conforme vimos, os esforços da CE, e vencidas as resistências iniciais da ONU, esta, através de Cyrus Vance, enviado especial do secretário-geral, elaborou um plano de paz em março de 1992, conhecido como Plano Vance, que, condicionado à obtenção de um cessar-fogo, estabelecia o envio de uma força de paz para a Croácia, numa missão típica de desarmamento. Com o aumento das tensões na Bósnia, em abril foi enviada a missão de paz, a UNPROFOR – *United Nations Protection Forces* –, as Forças de Proteção das Nações Unidas, que, de acordo com o Plano Vance, deveriam ocupar algumas áreas especiais da Croácia, designadas como “Áreas de Proteção das Nações

Unidas (APNU)”, nas quais o Conselho de Segurança da ONU tinha julgado que eram necessários arranjos especiais para assegurar o estabelecimento de um cessar fogo durável. Na maioria dos casos, os limites dessas áreas coincidem com os limites administrativos dos distritos

preexistentes, onde os sérvios eram uma minoria, embora muito significativa; eram áreas onde as tensões eram elevadas e os conflitos frequentes. (Ver figura 8)

Os elementos centrais do Plano Vance eram a retirada do Exército Federal de toda a Croácia, a desmilitarização das APNU e a continuidade da atuação das autoridades locais existentes, em especial da polícia, sob os auspícios das Nações Unidas, até que se pudesse chegar a uma solução completa para a crise.

A dubiedade do Plano permitiu que cada partido o interpretasse como confirmando as suas exigências: o governo croata esperava que a UNPROFOR fizesse com que as APNU retornassem à sua autoridade e os sérvios queriam que as forças das Nações Unidas

As forças muçulmanas transformaram a vitória militar dos inimigos em vitória política para si



CROATIA

- International boundary
- - - Republic boundary
- Province boundary
- National capital
- Town
- Superhighway
- Road
- Railroad
- ✈ Airport



The boundaries and names shown on this map do not imply official endorsement or acceptance by the United Nations.

protegessem os sérvios dentro dessas áreas, ajudando a mantê-las sob controle sérvio.

Em maio de 1992, o Conselho de Segurança da ONU condenou a Iugoslávia (Sérvia e Montenegro) por agressão e decretou o embargo econômico do país. A Rússia de início aprovou as sanções, mas as pressões internas levaram Ieltsin a reconsiderar. Outros países, como a Bulgária, a Grécia e a Romênia, continuaram, apesar da resolução aprovada, a prestar apoio moral e material à Iugoslávia, tornando o bloqueio inócuo: a Iugoslávia continuou a importar produtos essenciais como, por exemplo, o petróleo, e a exportar os seus produtos.¹⁸

Na tentativa de manter o *status quo*, os sérvios, em fins de 1992, estabeleceram o estado da República da Krajina Sérvia, na área sob responsabilidade da UNPROFOR; os croatas, por sua vez, insistiam na reintegração dessas áreas à Croácia e exigiram o retorno dos refugiados croatas expulsos de suas lares pelos sérvios.

Esta situação determinou rigorosamente os acontecimentos daí por diante: os croatas procurando, através de ações militares, reconquistar o controle das áreas perdidas para os sérvios, ficando, pois, com a iniciativa militar, e os sérvios na defensiva, querendo manter o terreno conquistado; acordos eventuais de cessar fogo – necessário para que os dois partidos tomassem fôlego – interrompiam por algum tempo os choques armados mas, pouco depois, o processo era reiniciado e o ciclo se repetia.

Em resposta à autoproclamada República de Krajina, os croatas atacaram na área de Maslenica e no bolsão de Medak e, apesar da forte resistência sérvia, deslocaram a frente cerca de 20 quilômetros mais para o sul. A reação Sérvia não tardou: em janeiro de 1993, os sérvios de Krajina retiraram à força suas armas pesadas e carros de combate que, no processo de desarmamento conduzido sob supervisão da UNPROFOR, haviam sido recolhidos aos depósitos controlados pelas Nações Unidas, e contra-atacaram em todos os setores, exceto o oeste.

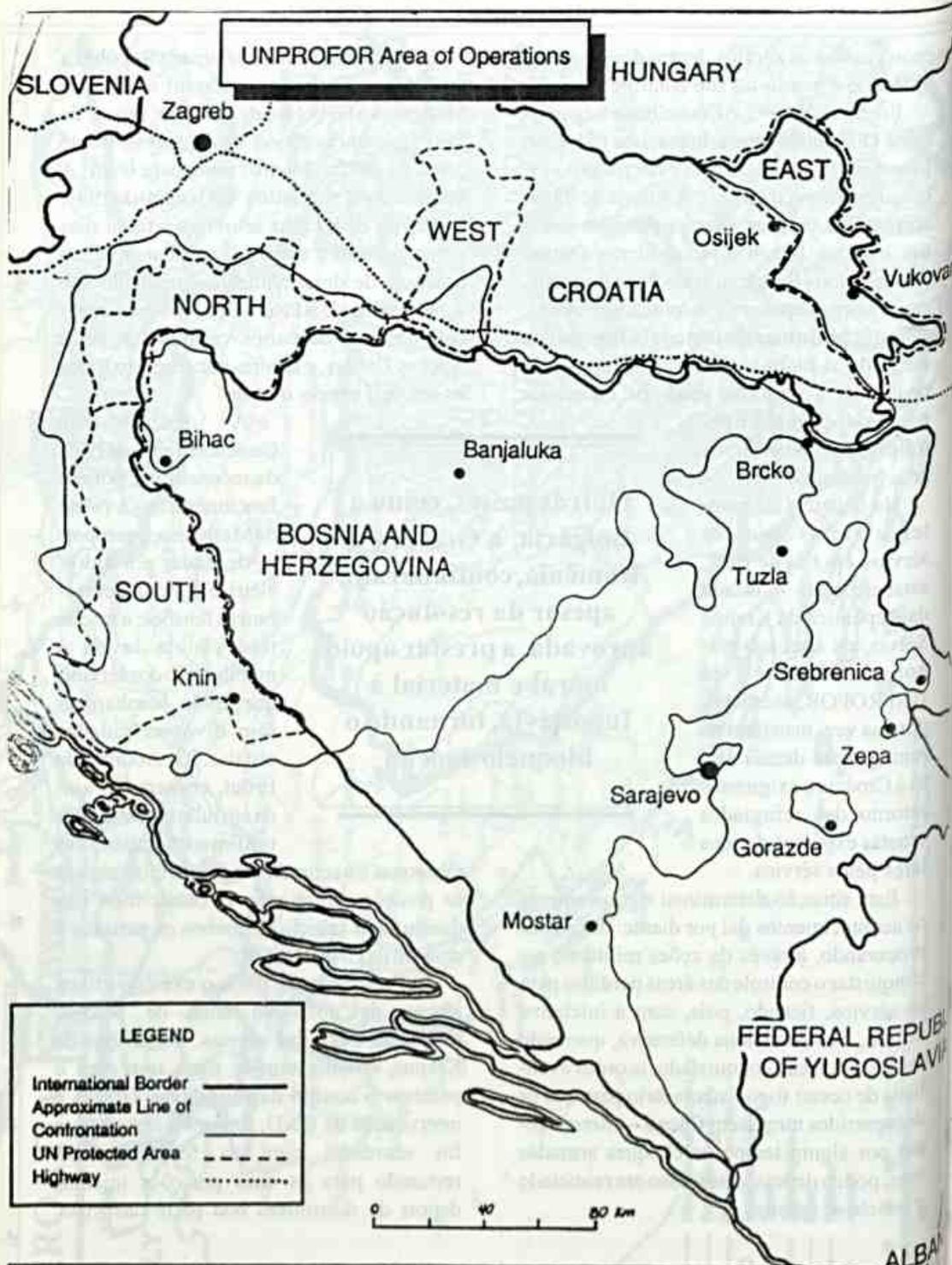
Outros países, como a Bulgária, a Grécia e a Romênia, continuaram, apesar da resolução aprovada, a prestar apoio moral e material à Iugoslávia, tornando o bloqueio inócuo

A decisão da Croácia, em julho de 1993, de reconstruir e pôr em funcionamento a ponte de Maslenica, o aeroporto de Zadar e a hidro-elétrica de Peruce elevaram as tensões; a iniciativa croata levou à mobilização dos sérvios, que, então, bombardearam diversas cidades croatas. O Acordo de Erdut, conseguido ainda em julho, visava a pôr um fim aos combates nas

três zonas e à retirada das forças croatas para as posições anteriores. O cessar-fogo não diminuiu as críticas de ambos os partidos à atuação da UNPROFOR.

Em setembro de 1993, o exército croata atacou de novo na zona de Medak, ocupando três vilas sérvias. Os sérvios de Krajina mobilizaram-se mais uma vez e pediram o auxílio da Iugoslávia. Graças à intervenção da ONU, um novo cessar-fogo foi acordado, com as forças croatas recuando para as suas posições iniciais, depois de destruírem boa parte das vilas,

18. N.A.: Cerca de 80% das importações da Iugoslávia eram pagas com as suas exportações.



UNPROFOR Area of Operations

SLOVENIA

HUNGARY

Zagreb

EAST

WEST

Osijek

Vukovar

CROATIA

NORTH

Bihac

Banjaluka

Brcko

BOSNIA AND HERZEGOVINA

Tuzla

SOUTH

Knin

Srebrenica

Zepa

Sarajevo

Gorazde

Mostar

FEDERAL REPUBLIC OF YUGOSLAVIA

LEGEND

- International Border ———
- Approximate Line of Confrontation - - - - -
- UN Protected Area - - - - -
- Highway ·····

0 40 80 km

Note: approximate lines of confrontation as of early December 1994; for the sake of clarity Bosnian Croat/Bosnian Muslim lines of confrontation are not shown.

ALBANIA

sendo acusadas de cometerem uma série de atrocidades contra a população civil.

Enquanto estes acontecimentos tinham lugar na Croácia, na Iugoslávia, durante toda a segunda metade de 1993, cresciam as dificuldades entre a Sérvia e Montenegro: esta aspirava a um maior grau de autonomia com relação àquela.

Em dezembro de 1993, foi assinada a Trégua de Natal, com a mediação da UNPROFOR. Esta trégua deu início a uma nova fase, caracterizada por uma cooperação mais estreita entre os atores participantes e uma redução

das tensões: já em janeiro de 1994, a Croácia e a Iugoslávia assinaram, em Genebra, um acordo para normalizar as relações bilaterais, sem, contudo, eliminarem o principal fator de conflito entre elas, isto é, o *status* dos territórios controlados pelos sérvios na Croácia. Simultaneamente, o governo da Croácia procurou estreitar a sua cooperação com os muçulmanos da Bósnia – conforme mostrou a figura 6, em algumas áreas da Bósnia muçulmanos e croatas cooperavam enquanto noutras combatiam. Pelo acordo, haveria entre eles uma união econômica, alfandegária e monetária – acordo de cessar-fogo de Pleso, de fevereiro de 1994, assinado em Zagreb. Seguiram-se os Acordos de Washington, de março de 1994; o Acordo Base (*Framework Agreement*), estabelecendo uma Federação na Bósnia-Herzegovina, envolvendo os croata-bósnios e os muçulmanos e o Acordo Preliminar, onde se esboçava o estabelecimento futuro de uma confederação entre a República da Croácia e a Federação a ser estabelecida na Bósnia-Herzegovina. Os acor-

dos de Washington afetaram especialmente, como veremos, o conflito na Bósnia.

A assunção em Krajina de um presidente mais moderado do que seus predecessores permitiu o início do diálogo dos sérvios com Zagreb, contribuindo para o alívio geral de tensões e levou à assinatura do acordo de cessar-fogo, de março de 1994, entre as Repúblicas da Croácia e de Krajina; pelo acordo, foi estabelecida uma faixa de separação entre as duas forças, com dois quilômetros de largura, sob controle exclusivo da UNPROFOR.

Os acontecimentos na Bósnia – os conflitos começaram lá em 1992

–, nas áreas vizinhas à Croácia, punham em risco a relativa estabilidade na Croácia. Em agosto de 1994, o Exército Muçulmano da Bósnia atacou, na região de Bihac, os servo-bósnios; apesar das advertências da ONU para que os sérvios de Krajina não interviessem, eles repetidamente lançaram ataques aéreos, a partir do aeroporto de Ubdina, na área de Bihac, contra as posições muçulmanas, apoiando os

servo-bósnios, usando bombas de arrebentamento e *napalm*. A ONU, autorizada por uma Resolução do Conselho de Segurança, revidou, realizando ataques aéreos contra o aeroporto e a estação radar em Dvor, em novembro de 1994, aumentando muito as tensões na APNU; posteriormente, outros ataques aéreos foram conduzidos contra as plataformas de lançamento dos mísseis superfície-ar dos servo-bósnios, sendo constatado que eles possuíam sofisticado sistema de controle de fogo, constituindo uma real ameaça para as forças das Nações Unidas. Apesar das punições impostas pela ONU, os

Graças à intervenção da ONU, as forças croatas recuaram para as suas posições iniciais, depois de destruírem boa parte das vilas, sendo acusadas de cometerem uma série de atrocidades contra a população civil

sérvios de Krajina continuaram a intervir e os sérvios da Bósnia não interromperam seu avanço para a Área de Segurança de Bihac e para a própria cidade.

Os problemas de segurança e de ajuda humanitária ficaram muito agravados, pois mais de 30 mil refugiados dirigiram-se para o Setor Norte para fugir da guerra.

Houve, apesar desses incidentes, uma melhoria nas relações entre o governo da Croácia e as autoridades locais das regiões sob controle dos servo-croatas: em dezembro de 1994, foi assinado um acordo econômico,

envolvendo água, eletricidade, estradas de ferro, oleodutos e a auto-estrada Zagreb-Belgrado; em janeiro de 1995, surgiram os resultados do acordo, com a reabertura da auto-estrada, o início do reparo da hidroelétrica de Obrovac, possível graças à devolução aos servo-croatas dos pólos dos geradores da usina que estavam em poder dos croatas há quatro anos, e a recolocação em funcionamento do oleoduto do

Adriático, que passa no Setor Norte, pelo qual a Croácia exporta petróleo para a Europa Central, importante fonte de recursos.

Quando tudo parecia caminhar para o melhor, o governo croata, em janeiro de 1995, anunciou que não concordava com a continuação do mandato da UNPROFOR além de março de 1995, pondo em risco todo o clima de cooperação existente, alegando que a presença das forças da ONU contribuíam para a manutenção do *status quo*, totalmente desfavorável à Croácia e, portanto, inaceitável. Em

conseqüência, aumentou muito o fluxo de armas pesadas para a região e, em fevereiro, foram suspensas as negociações entre os sérvios de Krajina e os croatas; duas semanas mais tarde, os sérvios da Croácia e da Bósnia estabeleceram um comando militar único para a defesa conjunta.

Em abril de 1995, os servo-bósnios bombardearam o porto de Dubrovnik e, em maio, Zagreb, causando muitas vítimas.

As razões para a posição da Croácia com relação a UNPROFOR ficaram claras quando, em maio de 1995, ela lançou uma ofensiva

militar no setor oeste da Eslavônia Ocidental – a operação *Flash* – e após dois dias de combate passou a controlar todo o setor.¹⁹ A Iugoslávia não interferiu, mas os líderes sérvios da Croácia radicalizaram, decretando a unificação de todos os territórios controlados pelos sérvios na Croácia e na Bósnia – a República Sérvia Unida. Sem o apoio da Iugoslávia, tal declaração seria inócua. Em junho, os

croatas reagiram à aliança militar dos serviços da Croácia e da Bósnia: a Croácia e a Federação Croata-Muçulmana da Bósnia, resultante de um dos Acordos de Washington, assinaram um acordo de cooperação política, diplomática e militar.

Em agosto, a Croácia lança a operação *Storm* contra a Krajina e, em poucos dias, toda resistência sérvia cessou.

Os croatas são acusados de uma verdadeira chacina dos sérvios da Croácia: a população sérvia, que era estimada em 600 mil antes

Os croatas são acusados de uma verdadeira chacina dos sérvios da Croácia: a população sérvia, que era estimada em 600 mil antes do conflito, ficou reduzida para apenas 100 a 150 mil

19 N.A.: Os Estados Unidos discretamente treinaram e reorganizaram o Exército Croata, dentro da sua concepção de equilíbrio militar na área.

do conflito, ficou reduzida para apenas 100 a 150 mil, a maioria procurando refúgio fora da Croácia — principalmente na Bósnia e na Sérvia —, mas muitos foram mortos pelos croatas.

A libertação da Eslavônia Oriental foi feita por um acordo, assinado em novembro de 1995; sendo uma região de valor estratégico e rica em petróleo, temia-se a intervenção da Jugoslávia, o que, entretanto, não ocorreu. Contudo, devido ao fracasso da Croácia em incluir no Acordo de Dayton, que será discutido mais adiante, um prazo definido para o retorno da Eslavônia Oriental à Croácia, a situação dessa região ficou indefinida.

Com o controle de todo território croata pelo governo da Croácia, chegou a termo o conflito, mas perduram as causas básicas que o provocaram — a convivência entre duas etnias que, através da história, têm se hostilizado. Os deslocamentos forçados e os massacres recentes certamente não irão facilitar a conciliação.

BÓSNIA-HERZEGOVINA: O PAÍS IMPOSSÍVEL (Ver figura 9)

Na Bósnia, nenhum grupo cultural dispõe de maioria significativa. De uma população que, segundo o censo de 1991, totalizava 4,4 milhões, 44% eram de muçulmanos, 31% de sérvios, 17% de croatas e 8% de outras etnias (incluindo “iugoslavos”, isto é, sérvios da Sérvia, não-bósnios). Para tornar a situação ainda mais difícil, estes grupos estão dispostos em enclaves isolados, dispersos pelo território da Bósnia-Herzegovina (ver figura 6).

Em fevereiro de 1992, a CE tenta mediar o conflito: sob seus auspícios, tem lugar em Lisboa o encontro de três líderes bósnios, representando os três grupos culturais da Bósnia-Herzegovina; eles acabam por endossar uma proposta para que o país se torne uma confederação das três etnias, todas soberanas (a divisão do país em cantões viabilizaria o arranjo). O significado prático

do acordo tornava-o de difícil credibilidade, pois implicava na desistência dos muçulmanos da criação de um estado unificado, princípio que sempre defenderam intransigentemente, e na aceitação pelos servo-bósnios da sua permanência na República, coisa que sempre repudiaram, já que queriam a sua união à Sérvia; para os croata-bósnios, que favoreciam a partilha da Bósnia, a proposta, que garantia maior independência em relação a Belgrado, só foi considerada aceitável porque a interpretavam como um primeiro passo para a integração à Croácia dos territórios da Bósnia dominados pelos croata-bósnios. Somente pelo fato dos termos da proposta serem vagos, dando margem a muitas interpretações, foi possível levá-la adiante, embora dando margem a inúmeras disputas.

A Comunidade Européia (CE) decidiu que deveria ser feito um referendo popular para decidir quanto à independência da Bósnia e à organização do estado.

O referendo, que foi boicotado pelos servo-bósnios, foi realizado nos meses de fevereiro e março de 1992, tendo votado 62,7% do eleitorado.

No que refere à organização do estado, o referendo pôs a nu a incompatibilidade das posições das diferentes comunidades: a maioria muçulmana votou pela criação de um estado unificado, independente, com um forte governo central, o que contrariava frontalmente os servo-bósnios (que contavam com o apoio do Exército da Jugoslávia) e, especialmente, os croata-bósnios, grupos que defendiam a partilha do país, com as áreas que lhes cabiam sendo incorporadas à Sérvia e à Croácia, respectivamente.

Na outra questão posta pelo referendo, isto é, se a Bósnia deveria ser um estado independente ou incorporado à Jugoslávia, 99,4% dos votantes e os não-votantes se posicionaram de forma idêntica, mas por razões diferentes. Nem os muçulmanos nem os croatas queriam ficar ligados à Jugoslávia,

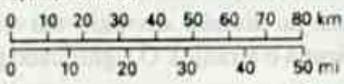


BOSNIA AND HERZEGOVINA

- — — International boundary
- — — Republic boundary
- — — Province boundary
- National capital
- Town, village
- ✚ Major airport
- Railroad
- Main road
- Secondary road



The boundaries and names shown on this map do not imply official endorsement or acceptance by the United Nations



temendo que, mais uma vez, o estado ficasse sob o domínio da Sérvia; os servo-bósnios, por sua vez, não queriam a Bósnia incorporada à Sérvia para não se tornarem uma minoria sem expressão no novo estado e, embora tivessem boicotado o referendo, não escondiam a sua posição.

Diante da situação criada pelo referendo, os servo-bósnios imediatamente assumiram o controle da suas áreas, proclamando-as províncias autônomas.

Pouco depois, ainda no mês de março de 1992, foi declarada a independência da Bósnia-Herzegovina, mas, tendo em vista a falta de entendimento entre as partes de como tornar operacional o acordo, os riscos de conflito aumentaram consideravelmente, tendo mesmo ocorrido os primeiros enfrentamentos. A Comunidade Européia conseguiu que fossem realizadas algumas discussões visando ao estabelecimento de uma base para futuras negociações sobre a organização do estado: seriam constituídas três unidades administrativas com base em critérios étnicos, econômicos e geográficos; todas teriam os mesmos direitos e a mesma capacidade de elaborar leis, mas submetidas a um governo central único. A questão da distribuição de poder entre o governo central e as novas unidades – a definição de limites das quais seria um enorme problema – não pôde ser definida, já que os muçulmanos e os croatas defendiam um poder federativo e os sérvios um confederativo, isto é, com um governo central com menos poderes do que no sistema federativo.

Em abril de 1992, com o reconhecimento da independência da República da Bósnia-Herzegovina pelos países da CE e pelos Estados Unidos, apesar das muitas questões ainda a resolver, agravou-se a crise e logo teve início um conflito de grandes proporções, com os sérvios atacando os croata-bósnios e os muçulmanos em três frentes:

– no norte da Bósnia, na região de Posavina e em Bosanski Brod (Operação *Most*): esta operação estava intimamente ligada ao conflito em curso na Croácia, pois seu principal objetivo era criar um corredor terrestre que permitisse a comunicação por terra entre a Iugoslávia e os sérvios da Krajina;

– a leste e ao sul, atacaram os centros urbanos onde a percentagem de muçulmanos era grande; com o apoio do Exército Popular da Iugoslávia,²⁰ ocuparam três cidades e sitiaram Srebrenica e Visegrad, que passaram a ser regularmente bombardeadas pela artilharia sérvia; o principal objetivo dessas operações era a conquista de território;

– na área de Sarajevo, com tropas formadas por sérvios irregulares, recrutados entre os camponeses e por tropas regulares do Exército Popular; os sérvios fizeram uso de artilharia pesada contra a cidade, com o intuito de quebrar o moral de cidadãos (aliás, a luta nesta área foi uma luta típica entre camponeses e habitantes da cidade); seu principal objetivo era estratégico (afinal, Sarajevo era a capital do governo central). É digno de registro que em Sarajevo moravam cerca de 90 mil servo-bósnios que, ao lado dos vizinhos muçulmanos, croatas, judeus e até de alguns servo-iugoslavos, sofreram as trágicas consequências da destruição da sua cidade. Com a continuação da guerra, Sarajevo tornar-se-ia uma cidade dividida, com uma parte controlada pelos sérvios e outra pelos muçulmanos.

Em maio de 1992, a Comunidade Européia (CE) condenou o auxílio que a Iugoslávia – tanto as autoridades governamentais como o Exército Popular – vinha prestando aos servo-bósnios, graças ao que eles se mantinham na ofensiva em todas as frentes. Foram impostas sanções econômicas – como embargo das trocas comerciais, interrupção do tráfego aéreo civil com os países da Comunidade, congelamento dos recursos iugoslavos no

20 N.A.: Desde a desagregação da Iugoslávia, esta passou a ser a denominação do Exército Federal.

exterior –, além da suspensão da cooperação técnica e do intercâmbio cultural; a Iugoslávia foi também proibida de participar de competições esportivas internacionais.

Há alguma dúvida quanto à justiça dessas medidas: não só apareceram evidências de que o Exército Popular operava na Bósnia à revelia do governo de Belgrado e de que, por outro lado, unidades regulares do Exército da Croácia operavam na Bósnia, sem que fosse aplicada qualquer sanção à Croácia. A parcialidade dos países ocidentais no conflito da Bósnia é inegável, como veremos ainda em outras oportunidades.

Um ataque de morteiros a Sarajevo, no final de maio, com ampla cobertura da mídia ocidental, causou verdadeira revolta mundial, reforçando as sanções contra a Iugoslávia e acarretando a presença da UNPROFOR também na Bósnia (ela já estava há algum tempo na Croácia). O “massacre do mercado” ou da “fila do pão”, nomes pelos quais esse ataque ficou conhecido, deixou a opinião pública mundial contra os sérvios, embora não se possa atribuí-lo, com certeza, a eles. O chefe dos observadores da ONU, General Lewis Mackenzie, atribuiu a responsabilidade do trágico incidente aos muçulmanos, que, desta forma, procuravam atrair a simpatia geral para sua causa. A tese fica reforçada pelo fato de que nem a UNPROFOR nem o Conselho de Segurança da ONU jamais identificaram formalmente os autores do atentado.

Inicialmente, o papel da UNPROFOR não foi o papel clássico das forças de intervenção das Nações Unidas, qual seja, a da interposição em relação às forças combatentes, mas o de garantir as atividades de assistência humanitária prestadas por organizações internacionais, de modo a proteger o suprimento das necessidades vitais da população civil em meio ao feroz conflito. As forças da OTAN, segundo planejado, seriam o instrumento militar à disposição das Nações

Unidas caso as sanções econômicas não surtisses efeito e houvesse necessidade de intervenção militar.

Ainda em junho, foi feito o Acordo do Aeroporto de Sarajevo, com o objetivo de assegurar que a ajuda humanitária pudesse chegar à população da cidade: o acordo implicava o afastamento de todas as forças militares do aeroporto e o afastamento do armamento pesado para uma distância que deixasse o aeroporto fora do alcance desse armamento. Teve, então, início uma ponte aérea, trazendo suprimentos para a população civil.

Em julho de 1992, os servo-bósnios controlavam a maior parte da Bósnia Oriental, o corredor norte de Posavina (corredor Breko), a Herzegovina Oriental e a Krajina bósnia, dando início a um programa de expulsão da área de todos os não-sérvios que tinham ficado na região.

Ainda em julho, a CE, através de seu representante, Lord Carrington, conseguiu que as três facções envolvidas no conflito assinassem o Acordo de Londres, que estabelecia um cessar-fogo e medidas para o controle e monitoramento das armas pesadas pela UNPROFOR, o que levou as Nações Unidas a se queixarem de que a CE estava assumindo compromissos em seu nome. A disputa acabou levando as duas organizações a juntarem os seus esforços: foi realizada uma nova conferência em Londres, em agosto de 1992, com o objetivo principal de coordenar os esforços das diferentes organizações e estados envolvidos em prol da paz e da ajuda humanitária, pondo pressão nos países envolvidos para que chegassem a uma forma de resolver a crise; foi também decidido criar um comitê permanente, a Conferência Internacional sobre a Antiga Iugoslávia – copresidida por Cyrus Vance, pelas Nações Unidas e por Lorde Owen, que havia substituído Lorde Carrington como representante da Comunidade Européia –, com o objetivo de procurar um acordo político entre as partes.

As medidas de controle das armas pesadas – canhões de mais de 100mm de calibre, morteiros de mais de 82mm, carros de combate e lançadores de mísseis –, também previstas no Acordo, só parcialmente foram cumpridas.

A revelação das constantes violações dos direitos humanos, a constatação das terríveis conseqüências da guerra para a população civil, os sucessivos ataques a escoltas de comboio da ONU, o ataque a aviões das forças de paz (um avião transporte italiano foi abatido), levaram as Nações Unidas a procurar o uso de medidas mais enérgicas para o cumprimento de seu mandato e proteção de

seu pessoal: a Resolução 770 do Conselho de Segurança, de agosto de 1992, criou as condições para o emprego de força militar internacional pelas Nações Unidas. As nações europeias, que contribuíram com o maior número de homens para as forças de paz, mudaram o conceito inicial da operação – simplesmente ajuda humanitária –, transformando-a numa operação clássica de intervenção, que deveria seguir os procedimentos padrões para manutenção da paz.

Para alguns analistas, a única forma de resolver o conflito seria realizar uma operação militar de grande envergadura pelas forças internacionais, tendo em vista os obstáculos criados para um acordo negociado. Uma série de fatores contribuiu para o abandono dessa possibilidade: as conseqüências para a população civil, a relutância dos países que contribuíam com tropas para as forças de paz em aumentar o número de homens à disposição da ONU e, ainda mais, de submetê-los a grandes riscos, e a falta de objetivos claramente definidos que justificassem a interven-

ção; sem dúvida, a negociação era ainda a melhor alternativa.

Em outubro de 1992, os co-responsáveis pela Conferência Internacional sobre a Antiga Iugoslávia, Vance e Owen, apresentaram um rascunho de uma Constituição para a Bósnia-Herzegovina, representando um compromisso entre as posições divergentes dos diretamente envolvidos – Plano de Paz Vance-Owen –, onde se propunha o estabelecimento de sete a dez províncias, com alto grau de autonomia em termos de educação, polícia, saúde e aplicação de justiça, e de um governo central responsável pela defesa, política ex-

terna e comércio. Embora a proposta fosse prontamente recusada tanto pelos servo-bósnios como pelos croata-bósnios, ela serviu de base para negociações posteriores.

Ainda em outubro, foi estabelecida uma zona de interdição aérea (*no-play zone*) proibindo o voo de aeronaves militares dos partidos contendores no espaço aéreo da Bósnia-Herzegovina.

Embora os muçulmanos e os croata-bósnios procurassem alcançar seus objetivos políticos específicos, às vezes divergentes, muitas vezes tiveram de cooperar; a posição dos croata-bósnios foi sempre ambígua, suas relações com o governo central da Bósnia indo desde a cooperação e negociação até o emprego da força. As dificuldades entre croata-bósnios e muçulmanos estavam principalmente na Bósnia Central, onde as forças dos croata-bósnios, com o apoio nem sempre discreto do Exército da Croácia, procuravam obter o controle sobre as áreas que tinham sido designadas para os croata-bósnios pelo Plano Vance-Owen.

Em dezembro de 1992, o número de refugiados já era de 27 milhões, uma tragédia acima da capacidade das Nações Unidas e das organizações humanitárias

Já o grande objetivo dos servo-bósnios era conseguir que todos os sérvios pudessem viver num estado único, objetivo esse correspondente ao dos croata-bósnios de se unirem à Croácia. A não-aceitação pelos servo-bósnios da anexação da Bósnia à Iugoslávia é perfeitamente coerente com o objetivo de um estado único dos sérvios, pois, no estado que resultaria da fusão, eles se tornariam uma minoria inexpressiva.

Como os servo-bósnios, em meados de 1992, haviam atingido todos os seus objetivos militares, a partir daí concentraram-se em consolidar seus ganhos territoriais, enquanto procuravam o reconhecimento internacional para o seu estado. No campo militar, adotaram, portanto, uma estratégia basicamente defensiva.

Com a continuação do conflito, o problema de deslocados e refugiados foi tomando proporções assustadoras: em dezembro de 1992, seu número já era de 27 milhões, uma tragédia acima da capacidade das Nações Unidas e das organizações humanitárias.

Em janeiro de 1993, surge uma nova versão do Plano de Paz Vance-Owen, que é uma evolução do plano anterior, e na qual, pela primeira vez, as províncias a serem criadas são reservadas para uma determinada etnia, dando início a um processo em que as discussões se concentraram na delimitação dessas áreas, o chamado "jogo do mapa".

A nova versão do Plano só foi bem recebida pelos croata-bósnios; os servo-bósnios aceitaram-no como uma base para futuras discussões, mas insistiam num arranjo territorial que lhes fosse mais favorável: o Plano atribuía-lhes somente 50% do território da Bósnia-Herzegovina, bem menos que os

70% que no momento eles ocupavam. Os servo-bósnios queriam ainda que fosse estabelecida uma estrutura constitucional que garantisse às províncias mais autonomia e, ao fim do processo, a independência. Para os muçulmanos, o maior óbice do Plano era exatamente a excessiva descentralização prevista além da discordância quanto a algumas linhas demarcatórias propostas.

Apesar das pressões externas para a sua aprovação, o Plano logo fracassou, embora continuasse como a melhor base para futuras discussões.

Em março de 1993, duas vilas situadas a leste de Srbenica foram bombardeadas por aviões não identificados pelos observadores das Nações Unidas, mas que, após o bombardeio, tomaram a direção

da Iugoslávia. Desde a interdição aérea, em outubro de 1992, até esse momento, 540 violações haviam sido registradas, mas essa é a primeira em que os aviões são empregados numa ação militar. Foi determinada uma investigação. Logo depois, o Conselho de Segurança estendeu a proibição de vôos militares também

para as aeronaves de asa rotativa (helicópteros) e autorizou que aviões da OTAN derrubassem qualquer avião que violasse a zona de interdição.

De acordo com o previsto no Capítulo VII da Carta da ONU, o Conselho de Segurança, em abril, estabeleceu o conceito de "áreas de segurança", determinando que todas as partes envolvidas tratassem Srbenica e as áreas circunvizinhas como áreas livres de ataques armados ou qualquer outro ato de hostilidade; isto implicava na retirada das unidades para-militares dos servo-bósnios das áreas em torno de Srbenica e o fim dos bombardei-

**Desde outubro de 1992 a
março de 1993,
registraram-se 540
violações ao espaço aéreo
interditado pela ONU**

os contra a cidade. Posteriormente, em maio, as "áreas de segurança" foram ampliadas, passando a incluir Sarajevo, Tuzla, Zepa, Gorazde e Bihac. A UNPROFOR foi expressamente autorizada a fazer uso da força para obrigar os partidos a respeitarem as "áreas de segurança".

Em maio de 1993, numa conferência de cúpula em Atenas, Radovan Karadjic, o líder civil dos servo-bósnios, muito pressionado, assinou o Plano Vance-Owen, mas, logo após, organizou um referendo sobre o Plano e o resultado foi o esperado: 96% dos votantes rejeitaram o Plano e optaram pela independência das áreas ocupadas pelos servo-bósnios, denominando o novo estado de República Srpska (República Sérvia), contrariando frontalmente o Plano.

Ainda em maio, os Estados Unidos, a Rússia, a França, o Reino Unido e a Espanha estabeleceram um Plano de Ação Conjunto para a Bósnia, assinado em Washington. O Plano rejeitava qualquer solução militar para o problema da Bósnia e estabelecia seis zonas de segurança – Bihac, Gorazde, Sarajevo, Srbrenica, Tuzla e Zepa – com o propósito principal de assegurar proteção às populações civis muçulmanas.

Em meados de 1993, com 80% do território da Bósnia-Herzegovina ocupados pelos servo-bósnios e croata-bósnios, a situação política e militar dos muçulmanos era precária ao extremo. Seus únicos trunfos eram a determinação da comunidade internacional de manter a Bósnia-Herzegovina como um estado integrado – a grande aspiração dos muçulmanos – e uma possível aliança com os croata-bósnios, já que esta coalizão daria ao bloco o direito de falar por bem mais que metade de toda população da Bósnia-Herzegovina.

Uma ofensiva dos muçulmanos contra algumas vilas de croata-bósnios, em junho de 1993, interrompeu as negociações entre eles e provocou uma aproximação entre croatas e servo-bósnios. A escalada do conflito entre os croata-bósnios e muçulmanos acarretou um aumento das atrocidades características de uma guerra civil. Os croata-bósnios lançaram uma ofensiva nas áreas de Mastar, Jablanica e Dreznica, obrigando as forças da UNPROFOR a se retirarem sob fogo; a partir daí, negaram o acesso das forças das Nações Unidas àquelas áreas, em especial à de Mostar, e bloquearam, embora intermitentemente, as

principais linhas de suprimento para o norte da Bósnia, dificultando muito a assistência humanitária para aquela região.

Apesar do Plano Vance-Owen nunca ter sido oficialmente retirado da mesa de negociações, ele tornou-se visivelmente impraticável, tornando evidente a necessidade de um novo plano. Em julho de 1993, em Genebra, Lorde David Owen, pela CE, e Thorwald Stoltenberg,

pelas Nações Unidas, propuseram a criação de uma União das Repúblicas da Bósnia-Herzegovina, em que as três repúblicas que a integrariam seriam colocadas sob um governo conjunto, com poderes limitados, revivendo assim a idéia de uma confederação para a Bósnia-Herzegovia, apresentada pela primeira vez em março de 1992.

Embora fosse considerada certa a aprovação do Plano Owen-Stoltenberg pelos croata-bósnios e servo-bósnios – que sempre defenderam uma confederação –, a aceitação dele pelos muçulmanos veio como uma total surpresa. As negociações prosseguiram, concentradas na delimitação das áreas reservadas a cada etnia e na definição do *status* dos

Os croata-bósnios lançaram uma ofensiva nas áreas de Mastar, Jablanica e Dreznica, obrigando as forças da UNPROFOR a se retirarem sob fogo

enclaves muçulmanos de Gorazde, Srebrenica e Zepa.

Os dois mediadores, em agosto de 1993, detalharam seu plano para a divisão interna da Bósnia-Herzegovina: 52% do território ficariam com os servo-bósnios, 31% com os muçulmanos e 17% com os croata-bósnios. Como reunião foi a bordo do HMS *Invincible*, a proposta ficou conhecida como "Pacote do *Invincible*". O pacote previa ainda a imediata cessação das hostilidades e que a desmilitarização das três repúblicas teria início depois da remoção de todo armamento pesado da linha de frente.

Neste mesmo mês, os quatro membros croata-bósnios da presidência da Bósnia-Herzegovina resignaram, formalizando assim o fim da coalizão croata-muçulmana; continuando o processo de radicalização, os croata-bósnios proclamaram a República Croata de Herzeg-Bosna, num pequeno território na Herzegovina.

A rejeição do Pacote do *Invincible* pelo Parlamento muçulmano, em setembro de 1993 —o que era de se esperar—, encerrou mais uma etapa de negociações.

As diferenças de posições entre o Governo e o Parlamento muçulmano com relação ao Plano Owen-Stoltenberg agravaram as divisões entre os muçulmanos, já difíceis devido à separação física entre os territórios ocupados por eles decorrente da guerra; a situação ficou ainda mais complicada pela secessão da região de Bihac,²¹ isolada das demais regiões muçulmanas por 17 meses e dependendo, para sua sobrevivência, da cooperação com

a vizinha República Sérvia de Krajina e com o Exército Popular da Iugoslávia. O líder político muçulmano de Bihac, Fikret Abdic, tinha como principal objetivo a sobrevivência da população muçulmana, mesmo que para isso tivesse de cooperar com os demais grupos étnicos; em outubro de 1993, ele declarou a área de Bihac autônoma com relação a Sarajevo e, no mês seguinte, surgia na Bósnia um novo *front*, onde muçulmanos enfrentavam muçulmanos.

Os confrontos entre muçulmanos e croatas se intensificaram durante a segunda metade de 1993, principalmente no Vale de Neretva e na Bósnia Central; tendo conseguido reorganizar suas forças, contornar o embargo de armas, criar facilidades de produção em seus territórios e transferir forças da área de Sarajevo para a Bósnia Central, os muçulmanas obtiveram êxitos importantes frente às fracas forças dos croata-bósnios.

Como as forças dos croata-bósnios sofriam perdas consideráveis, o governo da Croácia viu-se na contingência de mandar unidades do Exército da Croácia para a Bósnia, correndo o risco de ser considerado agressor e, portanto, sujeito às sanções da comunidade internacional, como já ocorrera com a Iugoslávia. Em fevereiro de 1994, o secretário-geral das Nações Unidas informava que o Exército Croata vinha apoiando diretamente as forças croato-bósnias com homens, equipamentos e armas há já algum tempo. O embargo de armas para a Croácia tornou-se inevitável.

Embora fosse considerada certa a aprovação do Plano Owen-Stoltenberg pelos croata-bósnios e servo-bósnios —que sempre defenderam uma confederação—, a aceitação dele pelos muçulmanos veio como uma total surpresa

21 N.A.: Em Bihac, mais de 90% da população é muçulmana.

Os combates em torno de Sarajevo continuavam com grande intensidade. Um novo ataque de morteiros contra a cidade,²² em fevereiro de 1994, matou 68 civis e feriu 142. Mais uma vez, a imprensa internacional deu grande destaque ao fato, principalmente por ele ter ocorrido logo após o compromisso assumido pelas três facções de aceitarem um acordo de paz em separado para Sarajevo, antes mesmo de um acordo geral. As consequências políticas foram consideráveis, envolvendo diretamente no conflito a OTAN, os Estados Unidos e a Rússia; houve um aumento do efetivo da UNPROFOR e foi ampliado o conceito de "área de segurança".

Os incessantes bombardeios de Sarajevo pelos servo-bósnios não só provocaram inúmeras baixas civis, mas interromperam todos os serviços essenciais da cidade, agravando sobretudo a já grave situação humanitária.

Como a UNPROFOR mostrou-se incapaz de deter os bombardeios contra Sarajevo, tiveram início as gestões para o secretário-geral pedir autorização ao Conselho de Segurança para usar o poder aéreo da OTAN com esse objetivo, embora fosse grande o ceticismo sobre a viabilidade e eficiência dessa medida, temendo-se ainda o impacto que essas operações pudessem ter sobre as ações humanitárias.

O Conselho de Segurança determinou a criação de uma "Zona de Exclusão de Armas Pesadas" em Sarajevo, ameaçando lançar ataques aéreos para assegurar a sua implantação. Desta feita, houve acordo local e a zona de exclusão foi obedecida, não

sendo necessários ataques aéreos. Embora o cerco de Sarajevo fosse mantido, os bombardeios cessaram.²³

Em consequência do fracasso das negociações européias e do crescente papel da URSS no conflito, os Estados Unidos, embora excluindo com firmeza uma opção militar para solução do conflito, aumentaram os seus esforços diplomáticos.

O principal esforço americano foi no sentido de uma reconciliação entre muçulmanos e croatas. Ainda em fevereiro de 1994, conseguiram que fosse assinado, em Zagreb, pelos representantes militares dos muçulmanos e dos croata-bósnios, na presença da UNPRO-

FOR, um acordo de paz, pelo qual eles concordavam com a imediata e total cessação dos hostilidades, a fixação das linhas de contacto e das posições das tropas por ocasião do cessar fogo, com a UNPROFOR posicionando-se nos postos chave; o acordo previa

também a colocação de todas as armas pesadas sob controle da UNPROFOR (acima de 12,7 mm) ou retiradas para uma distância de 10 quilômetros das linhas de confrontação, no caso dos morteiros, e de 29 quilômetros, no caso da artilharia. No que se refere à retirada ou entrega das armas, foi feita uma exceção para 12 "áreas ativas", onde se acreditava que os combates contra os servo-bósnios ocorreriam.

O aprofundamento de cessar fogo não demorou: em março, os Estados Unidos conseguiram negociações entre a Croácia e a República da Bósnia-Herzegovina, que levaram aos Acordos de Washington. O primeiro

No mês seguinte, surgia na Bósnia um novo front, onde muçulmanos enfrentavam muçulmanos

22 N.A.: O primeiro ataque, já relatado, deu-se em maio de 1992.

23 N.A.: A desmilitarização de Sarajevo liberou tropas servo-bósnias, muçulmanas e material de guerra para serem deslocados para outras áreas na Bósnia Norte e Central.

desse acordos – “Base de um Acordo para o Estabelecimento de uma Federação nas Áreas da República da Bósnia-Herzegovina em que a Maioria da População é Bósnia²⁴ ou Croata” – serviria de base para futuras negociações visando à criação de uma federação envolvendo os muçulmanos e os croatas da Bósnia, um primeiro passo extremamente importante para se conseguir um acordo de paz na Bósnia-Herzegovina; o segundo acordo – “Esboço de um Acordo Preliminar para uma Confederação entre a República da Croácia e a Federação da Bósnia” –, que daria também uma contribuição importante para a paz, previa o estabelecimento de um arranjo tipo confederação entre a Croácia e a Federação de Muçulmanos e Croatas da Bósnia, conforme estabelecida no primeiro acordo.

O acordo da Federação deixou os servo-bósnios num dilema: se por um lado, representava um estímulo extraordinário para a sua reivindicação de um estado sérvio independente ou de uma confederação com a Iugoslávia, por outro, uma eventual adesão dos servo-bósnios à Federação impediria que ela fosse usada como uma aliança croata-muçulmana contra eles. Para o líder civil dos servo-bósnios, Radovan Karadjic, a adesão era a melhor saída e, por

isso, contra a opinião mais radical do comandante militar dos servo-bósnios, Ratko Mladic, encaminhou ao parlamento servo-bósnio, em março de 1994, uma moção no sentido da adesão à Federação Muçulmano-Croata. O parlamento rejeitou a moção, como queria Mladic, que recusava qualquer solução que não fosse a independência. Com o

passar do tempo, as divergências entre as duas lideranças iriam se acentuar.

Em abril, o Comitê Conjunto, que desde fevereiro cuidava de um plano de paz, estabeleceu “zonas tampão”, com o que se pretendia que as forças oponentes se afastassem dois quilômetros das respectivas linhas de frente; seriam colocados postos de controle nas zonas tampão para impedir qualquer violação.

Ainda em abril, os servo-bósnios intensificaram os bombardeios de Gorazde e a UNPROFOR iniciou os procedimentos para deslançar ataques aéreos punitivos

contra os servo-bósnios. Durante dois dias, aviões americanos lançaram bombas contra alvos militares sérvios, causando danos limitados; houve fogo antiaéreo contra aviões da OTAN em vôo de reconhecimento, sendo um avião *Sea-Harrier* derrubado.

Em consequência, teve início uma discussão sobre a propriedade do uso de armas

A experiência atual das intervenções ditas humanitárias indica que elas não têm tido o resultado esperado em Kosovo: os que eram oprimidos passaram a oprimir, com a mesma ferocidade, os antigos opressores

*

A guerra não consolidou nem a democracia nem a diplomacia, mantendo na área um equilíbrio instável, frágil, que só subsiste devido à presença das forças internacionais

24 N.A.: Muçulmana.

sofisticadas num teatro de operações em que as armas inimigas eram pouco sofisticadas e de baixo valor. Um militar britânico fez comentários ácidos a respeito²⁵: "Um avião que custa 25 milhões de libras foi atingido por um míssil de 8.000 libras quando tentava destruir um velho carro de combate que não vale nada".

Tentando interromper os ataques contra Gorazde, a OTAN estabeleceu uma "zona de exclusão militar" de 20 quilômetros, em torno da cidade, impondo a retirada de todas as armas pesadas, incluindo carros de combate, peças de artilharia, morteiros, lançadores múltiplos de foguetes e armas antiaéreas.

Apesar de todas as tentativas da comunidade internacional para interromper os ataques a Gorazde, os ganhos obtidos pelos servo-bósnios foram significativos: a cidade foi totalmente cercada, ficando totalmente dependente da assistência das Nações Unidas e da boa vontade dos servo-bósnios; unidades importantes do exército muçulmano foram esmagadas; porções substanciais de território foram conquistadas.

A experiência de Gorazde veio mostrar claramente as limitações e contradições do conceito de "zonas de exclusão": como a UNPROFOR não tinha forças suficientes para dar proteção efetiva à cidade, era necessária a concordância de todos os partidos para a fixação exata da área a ser protegida; era difícil

impor o conceito de que na área de segurança a proteção deveria ser recíproca, isto é, a área não poderia ser objeto de ataques, mas também não poderia ser usada como base para ataques; embora fossem eficazes para a proteção da população civil contra o fogo das armas pesadas, as zonas de exclusão eram difíceis de controlar e exigiam grandes recur-

sos, não podendo ser mantidas por muito tempo caso não se conseguisse a total cessação das hostilidades ou, pelo menos, a desmilitarização dessas áreas; a implementação das medidas de desarmamento eram muito complicadas, pelo fato do pessoal da UNPROFOR, por estar disperso pelos diversos postos de coleta de armamento, ficar muito vulnerável à qualquer ação que visasse à remoção das armas recolhidas aos depósitos da Nações Unidas ou à tomada de reféns.

Além disso, face às tarefas que eram inerentes à UNPROFOR, não era fácil a esta manter a imparcialidade, o que comprometia a sua credibilidade e impedia que atingisse os

seus objetivos.

O PLANO DE PAZ DO GRUPO DE CONTACTO

Em abril de 1944, foi criado em Londres um Grupo de Contacto com o propósito de

A busca de uma lei internacional justa não pode ser feita empiricamente. É perigoso substituir um sistema formal por um conjunto de princípios vagos, que podem facilmente ser manipulados pelos países poderosos. A civilização exige o domínio do Direito e é preciso criar um novo arcabouço legal que defina as condições de intervenção internacional

25 N.A.: *Managing Arms in Peaces Process: Croatia and Bosnia-Herzegovina*, Barbara Ekvál-Vebelhart e Andrei Raevski, United National Institute for Disarmament Research (UNIDIR), New York/Geneva, 1996, 421p., pág. 91.

retomar o processo de paz na Bósnia-Herzegovina, com representantes dos Estados Unidos, Nações Unidas, Rússia, Reino Unido e França.

Em maio, o Grupo apresentou o seu plano de paz, que propunha um cessar fogo com duração de quatro meses, período em que teriam lugar as negociações para um acordo final; a UNPROFOR seria interposta entre os combatentes para evitar qualquer confronto enquanto se negociava. O Plano foi inicialmente rejeitado pelos servo-bósnios e pelos muçulmanos: os sérvios não aceitavam a divisão do território que lhes caberia, que correspondia a 49% do território da Bósnia-Herzegovina, em três áreas separadas; os muçulmanos rejeitaram o Plano devido ao isolamento em que ficariam os seus enclaves na Bósnia Oriental.

Novas negociações tiveram lugar e, em junho de 1994, foi feito um acordo para a cessação

das hostilidades pelo período de mais um mês, prolongando-se o prazo do cessar fogo numa tentativa de ganhar tempo para o êxito das conversações.

Nessa época, tornou-se claro para as lideranças muçulmanas que os seus objetivos político-estratégicos não poderiam ser alcançados através de negociações, e que teriam de apelar para soluções militares; assim, declararam que a guerra de libertação só agora estava começando e que o seu exército era suficientemente forte para derrotar os sérvios.

Houve fogo antiaéreo contra aviões da OTAN em vôo de reconhecimento, tendo sido um *Sea-Harrier* derrubado

Concentraram seus ataques exatamente nas áreas onde residiam os desacordos fundamentais em relação ao Plano, isto é, nos enclaves muçulmanos na Bósnia Oriental, nas montanhas Ozren e nas regiões de Doboj e Sarajevo.

Ainda em junho, os muçulmanos tentaram, uma vez mais, controlar os territórios da área de Bihac que estavam em poder de Abdic; avançaram cerca de 13 quilômetros na direção do quartel-general de Abdic, em Velika Kladusa; cerca de 30 mil refugiados dirigiram-se para o setor Norte das APNU. Em julho, as forças de Abdic iniciaram uma contra-ofensiva, com apoio da artilharia dos sérvios da Bósnia e dos sérvios de Krajina.

Em julho de 1994, o Grupo de Contacto apresentou uma nova versão do Plano, contendo a mesma cláusula da divisão da Bósnia (51% do território para os muçulmanos e croata-bósnios e 49% para os

servo-bósnios), mas propondo a criação de um corredor de 5 quilômetros de largura para ligar Sarajevo aos enclaves de Gorazde, Srebrenica e Zepa, todos na Bósnia Oriental, e dentro da área que ficaria com a Federação. Um aspecto particular do Plano era que ele podia ser aceito ou rejeitado, mas não negociado; a não-aceitação do Plano dentro do prazo de, no máximo, duas semanas levaria a sanções de toda ordem.

Os croata-bósnios e os muçulmanos aceitaram o Plano²⁶ mas os servo-bósnios, apesar

26 N.A.: Os croatas apoiavam integralmente o Plano, já que, com ele, 90% da população croata da Bósnia-Herzegovina ficava dentro das fronteiras da Federação.

Para os muçulmanos, o mais importante era que a Bósnia-Herzegovina fosse um estado reconhecido pela comunidade internacional, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas; logo ela não podia recusar o Plano contrariando o desejo expresso dessa comunidade. Acresce que os muçulmanos sabiam que se a luta prosseguisse era muito pouco provável que o Exército da Federação fosse capaz de recuperar os territórios perdidos. Após a aceitação do Plano pelos parlamentos dos croata-bósnios e dos muçulmanos, o parlamento da Federação, em julho de 1994, também o referendou.

da enorme pressão da Rússia e do presidente da Iugoslávia, rejeitaram-no: o parlamento servo-bósnio, embora contrário ao Plano, seguiu a recomendação de Radovan Karadjic para que fosse organizado um referendo no final de agosto, o que, tendo em vista as manifestações anteriores da comunidade servo-bósnia, equivalia à condenação do Plano. O Conselho de Segurança da ONU, em setembro de 1994, impôs sanções econômicas rigorosas aos servo-bósnios e proibiu que outros países mantivessem negociações políticas com eles.

Começaram a ficar cada vez mais evidentes as divergências entre o governo da Iugoslávia e os servo-bósnios. Estes recusavam quaisquer laços constitucionais entre a República Srpska (servo-bósnios) e a Federação Bósnia (croata-bósnios e muçulmanos), insistindo no reconhecimento internacional do seu estado; a Iugoslávia de Milosevic foi se afastando desse posicionamento

radical dos servo-bósnios, não só devido às pressões da Rússia mas, também, porque temia o isolamento internacional. Com a recusa do Plano de Paz do Grupo de Contacto pelos servo-bósnios, Belgrado ostensivamente rompeu relações com eles e fechou as fronteiras da Iugoslávia com a República Sérvia (Srpska).

Em agosto de 1994, a auto-proclamada Província Autônoma da Bósnia Ocidental, em Bihac, foi derrotada pelas forças muçulmanas fiéis a Belgrado; com essa vitória, as forças muçulmanas puderam se concentrar nas demais áreas de confrontação com os servo-

bósnios. Em outubro, penetraram as linhas dos servo-bósnios no platô de Grabez, obtendo o seu maior ganho territorial de toda a guerra.

Durante os meses de outubro e novembro, houve um aumento de intensidade do conflito, com os muçulmanos levando vantagens nos confrontos, o que fazia crer que se poderia chegar a um ponto de reversão estratégica. Depois dos acordos com os croata-bósnios, que levaram não só à cessação das hostilidades entre eles mas à cooperação, o exército

muçulmano, melhor armado, organizado, comandado e motivado, era capaz de opor aos servo-bósnios forças cada vez mais numerosas. O aumento da sua capacidade operacional foi possível, apesar do embargo de armas, graças à cooperação do Exército Croata e das forças croata-bósnias, bem como ao aumento de sua produção doméstica de armas pesadas e de munição.

Durante boa parte deste período, os servo-bósnios estavam severamente limitados pela falta de combustível e sobressalentes, ficando comprometida sua mobilidade. Além de tentarem manter ou recuperar território, suas únicas opções eram o bombardeio das populações civis nos enclaves muçulmanos e em Sarajevo, e a contenção e provocação da UNPROFOR; a excessiva extensão de suas frentes de combate, o isolamento político crescente e as suas divisões internas contribuíram para a sua vulnerabilidade.

Contudo, apesar de todas essas limitações, os servo-bósnios conseguiram ainda

O aumento da capacidade operacional do Exército muçulmano foi possível, apesar do embargo de armas, graças à cooperação do Exército croata e das forças croata-bósnias, bem como ao aumento de sua produção doméstica de armas pesadas e de munição

reagir com sucesso: em novembro, contra-atacaram na área de Bihac, recuperando os territórios perdidos e aproximando-se da cidade de Bihac; seu avanço ao sul e a leste de Bihac foi apoiado por fogo de artilharia e pela aviação dos sérvios de Krajina que, vindos do norte e do oeste, avançaram em direção a Velika Kladusa; a intervenção das forças de Krajina, principalmente por meio de ataques aéreos, prosseguiu, apesar das advertências da UNPROFOR, cujos esforços para um cessar-fogo seguidamente falharam; tropas do governo da Federação, que tinham o seu quartel-general dentro da área de proteção de Bihac, atacaram com fogo de morteiros, de dentro da área, os servo-bósnios, o que não só aumentava o risco da população civil, mas violava o conceito da área de segurança e punha em cheque a imparcialidade da UNPROFOR.

As relações da UNPROFOR com o comando dos servo-bósnios continuou se deteriorando, o que deixava a UNPROFOR sujeita à intimidação e à perseguição por parte dos sérvios, de tal modo que ela não podia desincubar-se de sua principal tarefa, qual seja ajudar e proteger a população civil.

Em dezembro de 1994, a comunidade internacional viu-se diante de um dilema de difícil solução: de um lado, estava claro que não se podia impor aos servo-bósnios um acordo de paz sem que eles concordassem com seus termos e que a UNPROFOR, sujeita a riscos inaceitáveis e constante humilhação, estava totalmente incapacitada de cumprir a sua missão; de outro lado, a possível retirada da UNPROFOR da Bósnia-Herzegovina teria

revelado dolorosamente a incapacidade das Nações Unidas de lidar com ostensivas violações da ordem internacional, além de criar a possibilidade de uma escalada geral do conflito, que se poderia estender até para os países vizinhos.

O Plano de Paz do Grupo de Contacto, embora permanecesse como uma base para as negociações, teria que se ajustar às novas circunstâncias, aceitando-se que os servo-bósnios pudessem manter relações especiais com a Iugoslávia, desde que reconhecessem

formalmente a existência da República da Bósnia-Herzegovina e concordassem com a distribuição territorial proposta pelo Grupo de Contacto.

Ao terminar o ano de 1994, dois importantes acordos foram feitos entre as partes em litígio: o Acordo Pleno de Cessar Fogo e o Acordo para Completa Cessação das Hostilidades.

O primeiro, assinado a 23 de dezembro por

servo-bósnios e muçulmanos, depois de negociações secretas em Pale, com a intervenção do ex-Presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter, entrou em vigor a 1ª de janeiro de 1995; o plano, que inicialmente fora apresentado por Karadjic, compreendia um cessar-fogo, o desengajamento das tropas sob supervisão da UNPROFOR, negociações de paz baseadas no Plano do Grupo de Contacto, liberdade de movimentos para a UNPROFOR e para os comboios das Nações Unidas e a troca de prisioneiros. Apesar da desconfiança geral — pelo fato de que o Plano do Grupo de Contacto seria apenas uma base para discussão, ninguém tendo se comprometido com

A intervenção das forças de Krajina, principalmente por meio de ataques aéreos, prosseguiu, apesar das advertências da UNPROFOR, cujos esforços para um cessar-fogo seguidamente falharam

os seus detalhes —, o cessar-fogo foi implementado e foi cumprido (exceto na área de Bihac).

O segundo acordo — o Acordo para Completa Cessação de Hostilidades — foi assinado a 31 de dezembro pelos servo-bósnios e pelo Governo da Bósnia (croato-bósnios e muçulmanos); previa um cessar fogo com a duração de quatro meses, estabelecia a separação das forças oponentes para posições pré-acordadas, sob a observação e monitoramento da UNPROFOR, que, caso necessário,

poderia vir a se posicionar entre as forças (interposição), e proibia o uso de todas as munições explosivas e das armas que usam essas munições; o Acordo entrou em vigor também a 1^a de janeiro de 1995. Nem todas as provisões desse segundo Acordo foram implantadas devido à falta de progresso nas questões políticas. Em retrospecto, fica claro que tudo não

passava de uma “trégua de inverno” e que, quando a neve derretesse, a luta recomeçaria, se possível com maior violência.

Em fevereiro de 1995, após uma infrutífera tentativa dos Estados Unidos de negociarem diretamente com os servo-bósnios,²⁷ os americanos mudaram radicalmente sua política com relação à Iugoslávia e convenceram os seus aliados europeus a concordar com a audaciosa proposta de suspender totalmente, por dois meses, todas as sanções contra a Iugoslávia, desde que esta concordasse em

reconhecer formalmente todos os estados que se haviam formado com a desintegração da antiga Iugoslávia e em tornar mais eficaz o seu embargo de armas para os servo-bósnios e pressioná-los para a retomada das conversações de paz tendo por base o Plano do Grupo de Contacto.

O objetivo dos Estados Unidos era levar Milosevic, tendo em vista o reconhecimento dos novos estados pela Sérvia, a abandonar os planos da Grande Sérvia; a maioria dos analistas temia que Mihailovic não cumprisse

o acordo sobre o embargo de armas, pois observadores da OTAN informavam freqüentes violações desse embargo — foram reportados mais de 60 vôos de helicópteros da Sérvia para posições dos servo-bósnios em torno da área de segurança de Srebrenica. Em face, porém, da recusa de Mihailovic de reconhecer a Bósnia-Herzegovina, a ques-

tão não teve prosseguimento.

Havia um outro fator que, aparentemente pelos menos, sugeria uma reaproximação com Belgrado. O fracasso das forças sérvias em obterem uma vitória decisiva sobre os muçulmanos na região de Bihac — o 5^o Corpo muçulmano mantinha sua posição na cidade — fez com que as divergências antigas entre Radzic e Mladic viessem a público; segundo a mídia de Belgrado, Mladic acusou as lideranças civis, obviamente Karadzic, de o terem forçado a tentar tarefas impossíveis com os meios

As relações da UNPROFOR com o comando dos servo-bósnios continuou se deteriorando, de tal modo que ela não podia desincubir-se de sua principal tarefa, qual seja ajudar e proteger a população civil

²⁷ N.A.: A tentativa dos Estados Unidos contrariava a Resolução 942 das Nações Unidas, de setembro de 1994, que compelia os membros a não terem contacto isoladamente com os servo-bósnios; transcorrida apenas uma semana, os Estados Unidos não escondiam sua irritação com Karadzic e rompiam as negociações.

humanos e materiais disponíveis. À medida que a fortuna da guerra pendia para os muçulmanos, essas recriminações aumentavam; a mídia ocidental passou a especular sobre essa situação, admitindo que Milosevic, sentindo-se ameaçado por seu aliado incontrolável Karadzic, punha-se ao lado de Mladic e diretamente alimentava as divisões internas entre os servo-bósnios. Esta interpretação encorajava a idéia de que apoiar Milosevic poderia levar a uma mudança decisiva na posição dos servo-bósnios.²⁸

Apesar dos acordos de Washington, que levaram à cooperação entre croatas e muçulmanos, na região de Mostar as tensões entre eles aumentavam, tornando duvidosa a viabilidade da Federação Bósnia-Croata que, desde março de 1994, era o elemento chave da política dos Estados Unidos para os Balcãs: a aproximação européia do problema dos Balcãs era oficialmente de mediação com neutralidade, especialmente no caso do Reino Unido e da França, enquanto os Estados Unidos defendiam uma política de equilíbrio de poderes regional, o que os levava a procurar fortalecer a Croácia para que esta pudesse equilibrar o poder militar dos sérvios de Krajina e dos servo-bósnios.

A Croácia não era um aliado desinteressado da Bósnia-Herzegovina. O Presidente Tudjman, da Croácia, não escondia as ambições territoriais da Croácia relativas à Bósnia e demonstrava em público seu desprezo pelos muçulmanos. O *lobby* nacionalista linha dura "Herzegovina" permanecia como uma força política em Zagreb e o ministado auto-proclamado de Herzeg-Bosna, em Herzegovina, adotou toda a legislação croata e também a moeda. A fronteira da Croácia com a Bósnia-Herzegovina praticamente não existia e as

autoridades locais croatas obstruíram constantemente os esforços da União Européia para reintegrar a dividida cidade de Mostar.

Em março de 1995, o cessar fogo, que entrara em vigor a 1º de janeiro, na prática não existia mais (ele deveria durar quatro meses). O número de baixas civis aumentava em todo o território, bem assim como o número de deslocados. Em meados do mês, o exército bósnio lançou uma importante ofensiva nas montanhas dominadas pelos servo-bósnios, em torno de Tuzla, no nordeste, e em torno de Travnik, na Bósnia Central, tendo capturado os pontos elevados que dominavam essas cidades críticas, com isso aumentando muito a segurança delas e garantindo a sua permanência nas mãos dos bósnios.

Entrementes, cresciam as exigências do presidente croata Trudjman para a renovação do mandato das Nações Unidas na Croácia – conforme já vimos, a Croácia preparava-se para desencadear uma ofensiva fulminante contra os sérvios da Eslavônia e de Krajina – e temia-se o recrudescimento do conflito na Croácia, com as possíveis conseqüências na Bósnia-Herzegovina.

A CRISE DOS REFÊNS

Com o fim oficial do cessar-fogo na Bósnia, a 1º de maio de 1995, a violência do conflito aumentou significativamente. Os servo-bósnios voltaram a bombardear impiedosamente Sarajevo, causando, mais uma vez, grande número de vítimas civis. O comandante das forças das Nações Unidas na Bósnia-Herzegovina, General Rupert Smith, pediu ataques aéreos contra as posições de artilharia dos servo-bósnios, mas teve o seu pedido negado pelo representante especial das Na-

28 N.A.: Considerando que Mladic mostrou-se sempre mais radical que Karadzic, o apoio a este seria mais lógico politicamente, justifica-se o apoio a Mladic tendo em vista que Karadzic poderia tornar-se um competidor a Milosevic – essa última hipótese seria confirmada em novembro de 1995, quando Milosevic expurgou altos membros do seu partido e titulares de rádio, televisão e jornais que apoiavam Karadzic.

ções Unidas, que temia represálias contra o seu pessoal, motivando pesadas críticas, especialmente dos Estados Unidos. Tal divergência levou Boutros-Ghali, secretário-geral da Organização, a rever fundamentalmente toda a operação de paz na Bósnia-Herzegovina, pois, sem qualquer dúvida, a política de áreas de segurança não estava funcionando, seja porque a comunidade internacional não tinha a coragem ou a coerência para garanti-las, seja porque a política em si mesma estava errada.

No final do mês, Boutros-Ghali apresentou quatro opções para a manutenção da paz: a manutenção das operações correntes, limitando o papel das forças internacionais às ações humanitárias; a utilização de ataques aéreos, para obrigar os envolvidos a cumprirem os acordos feitos; o abandono das operações, com a retirada das forças das Nações Unidas da região; e, finalmente, a diminuição do ritmo das operações pela UNPROFOR, reduzindo suas atividades ao mínimo indispensável. Considerando que as ações militares agressivas são incompatíveis com uma missão de manutenção da paz, ele optou pela última solução, que incluiu negociações e o monitoramento dos acordos locais, a manutenção da presença das forças internacionais nas áreas de segurança, a operação do aeroporto de Sarajevo para que a chegada da ajuda humanitária fosse possível e o apoio a qualquer entrega de caráter humanitário. As forças das Nações Unidas só seriam autorizadas a usar a força para a auto-defesa.

As principais potências envolvidas no conflito tinham opiniões próprias sobre as quatro opções, mas essas opiniões iam mudando ao longo do tempo, em função de fatores internos e de acontecimentos que tinham lugar na Bósnia-Herzegovina, que criavam novas oportunidades e imperativos.

Em termos gerais, havia duas opções estratégicas:

- tentar manter o processo de negociações entre os partidos para a obtenção de um acordo de paz, na esperança de, por exaustão das partes, poder se chegar, pacificamente, a um acordo, mesmo que cedendo em grande parte às pretensões dos servo-bósnios; este ponto de vista era esposado pelo Reino Unido e pela França, que, por terem o maior número de soldados envolvidos, não queriam provocar os servo-bósnios e expor seus soldados a riscos indevidos, e também pela Rússia, cuja principal motivação não era o pan-eslavismo, mas simplesmente o desejo de obter maior influência na área;²⁹

- empregar as forças internacionais em força, especialmente através de ataques aéreos seletivos pela aviação da OTAN, para reprimir os servo-bósnios e compeli-los a aceitar um acordo negociado com base no Plano do Grupo de Contacto; essa era a opção defendida pelos Estados Unidos (conforme veremos, a experiência americana na Bósnia-Herzegovina orientou fortemente as suas ações em Kosovo).

Havia claramente uma forte divergência com relação aos bombardeios entre os Estados Unidos e seus principais aliados europeus, sobretudo Reino Unido e França, que tinham contingentes significativos nas forças de paz das Nações Unidas na Bósnia-Herzegovina, enquanto os americanos não tinham.

As divergências dentro dos Estados Unidos – onde um Congresso republicano se defrontava com um executivo democrata – levaram a que os americanos, contra a vontade do executivo, suspendessem unilateralmente o embargo de armas para ambos os lados em conflito, o que, na prática, significava liberar armas apenas para os muçulmanos.

29 N.A.: A Rússia defendia ainda a total suspensão das sanções contra a Iugoslávia.

Os países da OTAN, que contribuíam com os maiores efetivos de homens para as forças de paz, condenavam a atitude dos Estados Unidos por julgarem que essa liberação levaria a uma escalada do conflito, poria em risco a imparcialidade da UNPROFOR e tornaria impossível o cumprimento por ela das tarefas humanitárias que lhe tinham sido atribuídas. A Rússia chegou a anunciar a retirada de suas forças.

Apesar dessas diferenças e da posição do secretário-geral das Nações Unidas, no final de maio de 1995, o General Rupert Smith fez um *ultimatum* a todos os envolvidos no conflito para não fazerem mais uso das armas pesadas, caso contrário ficariam sujeitos a ataques aéreos pelos aviões da OTAN; exigiu ainda que os servo-bósnios devolvessem todos os canhões que haviam retirado dos depósitos das Nações Unidas e entregassem todas as demais armas pesadas. A resposta de Karadzic não se fez esperar: "Se as Nações Unidas ordenarem ataques aéreos, serão tratados como inimigos"; os servo-bósnios ameaçaram ainda tomar tropas das Nações Unidas como reféns e ocupar os enclaves de Srebrenica, Zepa e Gorazde, na Bósnia Oriental.

Depois de um feroz bombardeio de Sarajevo pelos servo-bósnios, Smith ordenou a realização de ataques aéreos contra alvos militares: seis jatos da OTAN bombardearam um depósito de munição dos servo-bósnios nas proximidades de Pale. A reação destes foi pronta: atacaram Sarajevo, Srebrenica, Tuzla, Gorazde e Bihac, entrando em choque com tropas francesas da

UNPROFOR; em Tuzla, um projétil caiu no centro da cidade, matando 71 pessoas, na maioria adolescentes, e deixando 165 feridos. Os servo-bósnios começaram a tomar como reféns centenas de soldados das Nações Unidas, incluindo britânicos, franceses, canadenses, russos e outros, muitos sendo acorrentados a pontes, depósitos de munição e outros alvos potenciais da OTAN; ao todo, foram mais de 370 reféns.

A crise entre os aliados generalizou-se, muitos condenando os bombardeios.

O comandante supremo do Exército Servo-Bósnio, Matlic, declarou nulos todas as Resoluções do Conselho de Segurança, todos os ultimatos e todos os acordos com as Nações Unidas. Milosevic, presidente da Iugoslávia, tornou-se o elemento chave para procurar uma saída para a crise, servindo de intermediário entre a comunidade internacional e os servo-bósnios; graças à sua intervenção, 120 reféns foram libertados em pouco tempo e, mais tarde, após nova intervenção iugoslava, os reféns

remanescentes foram sendo libertados em grupos, ao longo das três primeiras semanas de junho. A OTAN teve de garantir que não realizaria mais ataques aéreos: uma derrota humilhante para as Nações Unidas e para as forças internacionais.

A 3 de junho de 1995, com a intensificação dos combates em toda a Bósnia-Herzegovina, a OTAN e a União da Europa Ocidental (UEO), numa reunião realizada em Paris, decidiram criar uma Força de Reação Rápida, com cerca de 14 mil homens, muito bem equipados,

Os servo-bósnios começaram a tomar como reféns centenas de soldados das Nações Unidas, incluindo britânicos, franceses, canadenses, russos e outros, muitos sendo acorrentados a pontes, depósitos de munição e outros alvos potenciais da OTAN; ao todo, foram mais de 370 reféns

provenientes do Reino Unido, França e Países Baixos. A força seria um compromisso entre os imperativos da OTAN e das Nações Unidas: usariam uniformes nacionais mas operariam dentro da estrutura militar das Nações Unidas; ela teria a obrigação de retaliar caso as forças das Nações Unidas fossem atacadas, ajudar unidades isoladas a se reagruparem, prestar apoio a enclaves cercados na Bósnia Oriental, levar suprimentos e soldados das Nações Unidas cercados e policiar as zonas livres de armas estabelecidas pelas Nações Unidas.

Numa tentativa de romper o cerco de Sarajevo, que estava sob tremenda pressão –

mortes de civis em ascensão, água e eletricidade cortadas, vôos humanitários suspensos desde abril –, tropas do Exército Bósnio lançaram uma ofensiva contra as posições sérvias em torno de Sarajevo, a 15 de junho. Os servo-bósnios responderam intensificando os bombardeios contra Sarajevo e declararam uma mobilização especial. Após várias semanas de comba-

te, apesar do apoio dado aos muçulmanos pela artilharia dos croato-bósnios – o que ocorria pela primeira vez –, a ofensiva do Exército Bósnio esvaziou-se.

A QUEDA DE SRBRENICA

O assalto a Srbrinca pelas forças servo-bósnias, no início de julho de 1995, constituiu-se na maior derrota explícita das forças internacionais na Bósnia-Herzegovina e foi amplamente reconhecida como uma das mais graves humilhações não só das Nações Unidas, mas da aliança ocidental.

A cidade tinha cerca de 42 mil bósnios, na maioria deslocados de outras áreas, e era

defendida por cerca de 4 mil soldados bósnios fracamente armados. Um total de 70 soldados holandeses das forças internacionais foram colocados na cidade sitiada, enquanto outros 400 ficaram baseados em Potocari, cinco quilômetros mais ao norte.

O ataque teve início a 6 de julho, com pesado bombardeio de artilharia. Por diversas vezes, nos dias seguintes, as tropas holandesas pediram apoio aéreo próximo para repelir as forças atacantes, mas, devido à triste experiência anterior, esse pedido foi repetidamente recusado pelo comandante das forças das Nações Unidas. Dois dias mais tarde, as forças servo-bósnias facilmente ul-

trapassaram as posições das Nações Unidas, fazendo 32 reféns entre os soldados holandeses e, no dia seguinte, os carros de combate estavam a menos de dois quilômetros do centro da cidade.

A 11 de julho, diante da situação crítica dos defensores, os jatos da OTAN realizaram dois ataques aéreos, conseguindo retardar o avanço das colunas

de carros de combate servo-bósnios, mas um terceiro ataque foi suspenso, porque os servo-bósnios ameaçaram matar alguns dos reféns holandeses.

Pouco depois, a cidade caía. As tropas holandesas fugiram para sua base em Potocari, seguidas por milhares de refugiados. Mladic supervisionou pessoalmente o carregamento de mulheres e crianças muçulmanas nos ônibus, expulsando-os para áreas em mãos do governo da Bósnia-Herzegovina; os homens ainda em idade de lutar foram presos e levados para campos de concentração.

Os refugiados e os soldados bósnios em fuga tiveram que enfrentar minas, emboscadas armadas pelos inimigos e diversas frentes

A OTAN teve de garantir que não realizaria mais ataques aéreos: uma derrota humilhante para as Nações Unidas e para as forças internacionais

de combate; execuções, torturas e estupros tornaram-se rotina, muitos enlouquecendo de medo. Milhares desapareceram.

Posteriormente, documentos comprovaram evidências de execuções em massa, na pior atrocidade desse conflito, possivelmente o maior massacre ocorrido na Europa após a Segunda Guerra Mundial. A 27 de julho, o Tribunal Internacional para Crimes na Antiga Iugoslávia, em Haia, indiciou Karadzic e Mladic por suspeita de genocídio; a 17 de novembro, as acusações seriam ampliadas para incluir a responsabilidade pela morte de 8 mil pessoas em Srebrenica.

A reação internacional à queda de Srebrenica foi vociferante, mas dividida, cabendo a Jacques Chirac a reação mais violenta. A resposta conjunta das grandes potências foi a convocação de mais uma conferência, reunindo os países do Grupo de Contacto e outros que contribuíam com homens para a UNPROFOR; a conferência teve lugar a 21 de julho, em Londres, recomendando "uma resposta substancial e decisiva" contra qualquer ataque a Gorazde.³⁰

Zepa caiu a 25, com as tropas bósnias fugindo para as montanhas. Desta feita, os 15 mil civis dentro da armadilha foram "humanitariamente" expulsos, com pelo menos um soldado das Nações Unidas acompanhando cada ônibus que deixava a cidade. Mais uma vez, porém, os homens em idade de convocação foram separados e enviados para campos

de concentração. Dois dias mais tarde, o observador especial das Nações Unidas, o ex-primeiro ministro da Polónia Tadeusz Mazowiecki, renunciou, denunciando a "hipocrisia do mundo", visivelmente demonstrada quando da queda de Srebrenica e pela fraca reação que se seguiu. Em retrospecto, o plano servo-bósnio era claro: ocupar a maioria dos enclaves em mãos dos muçulmanos e expulsá-los da área, garantindo dessa forma uma posição extremamente vantajosa para as

futuras negociações, que inevitavelmente ocorreriam. É forçoso reconhecer que o plano funcionou com perfeição, conforme será visto adiante.

Os servo-bósnios evitaram a esperada confrontação em Gorazde, o remanescente enclave oriental, e atacaram outra vez na região de Bihac, em aliança com as forças combinadas de Abdic e dos rebeldes sérvios de Krajina. O governo croata, sentindo a ameaça, enviou milhares de homens para reforçar as forças dos

croata-bósnios, e essas forças combinadas tomaram as cidades bósnias Grahovo e Glamoc, cortando assim as linhas de suprimento sérvias para Krajina e criando condições favoráveis para o ataque do Exército croata contra Krajina, conforme discutido anteriormente: no começo de agosto de 1995, as Forças Armadas croatas impuseram uma derrota contundente aos sérvios de Krajina, recapturando toda a região de Krajina, inclu-

Pouco depois, Srebrenica caía. As tropas holandesas fugiram para sua base em Potocari, seguidas por milhares de refugiados

*

Execuções, torturas e estupros tornaram-se rotina, muitos enlouquecendo de medo. Milhares desapareceram

30 N.A.: Pouco depois, as tropas britânicas retiravam-se de Gorazde para evitar que os servo-bósnios pudessem fazer mais reféns, sem dúvida uma resposta não muito decisiva e menos ainda substancial.

sive o bastião de Knin. As conseqüências logo se fizeram sentir na Bósnia-Herzegovina: em questão de dias, o extenso território ocidental dos servo-bósnios em torno de Banja Luka foi reduzido a um mero enclave, ligado à Sérvia por um estreito corredor em Brcko, e a ofensiva combinada de croatas e bósnios rompeu o cerco de Bihac, alterando-se assim o equilíbrio militar na Bósnia-Herzegovina.

Estes sucessos provocaram, mais uma vez, o deslocamento de grandes massas humanas, que fugiam das áreas onde sua etnia, que não tinha o controle militar da região, era implacavelmente perseguida.

Com os últimos acontecimentos militares, tanto em Krajina como em Srebrenica e Zepa, o mapa da região ficou dividido em territórios mais compactos, etnicamente homogêneos, facilitando a partilha da Bósnia-Herzegovina entre os partidos litigantes: em meados de agosto, o assistente secretário de estado dos Estados Unidos,

Richard Holbrooke, apresentou um novo plano de paz, baseado no Plano do Grupo de Contacto, em que era mantida a divisão territorial 51:49, mas com a definição das áreas sendo feita de modo a refletir mais proximamente a nova situação militar.

Pelo novo plano, os servo-bósnios manteriam em seu poder os enclaves recentemente capturados, mas o governo bósnio, para compensar a perda, receberia uma área em torno de Sarajevo; a proposta previa o uso da força contra os servo-bósnios, caso eles não cumprissem o acordo, e punha de lado as restrições que se faziam anteriormente para

uma relação, tipo confederação, entre os servo-bósnios e a Sérvia. Com isso, o Plano recebeu apoio internacional e também dos servo-bósnios; o governo bósnio, embora não recusasse o Plano, manteve-se céptico quanto à sua implementação.

Na manhã de 28 de agosto de 1995, uma granada singela caiu no centro de Sarajevo, matando 37 pessoas e deixando feridas mais de 85; no dia seguinte, as Nações Unidas

anunciaram que, “além de qualquer dúvida razoável”, ficara demonstrado que a granada fora disparada de território controlado pelos servo-bósnios. A OTAN reagiu então de acordo: a 30 de agosto, aviões da França, Holanda, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos atacaram radares, o sistema de comunicações, bases de mísseis e de artilharia ao longo de todo o território controlado pelos servo-bósnios, com o objetivo de interferir com o seu sistema de defesa aérea integrado; a Força

de Ação Rápida, a postos em torno de Sarajevo, desencadeou um violento ataque de artilharia contra posições de morteiros e depósitos de munição.

O ataque das Nações Unidas teve, desta vez, conseqüências favoráveis: a Iugoslávia anunciou que estaria pronta a participar das futuras negociações de paz, com uma delegação chefiada por Milosevic – como criminosos de guerra, Radzic e Matlic estavam excluídos – representando todos os sérvios.

No começo de setembro, reuniram-se em Genebra ministros da Bósnia-Herzegovina, Croácia e Iugoslávia com os representantes

Dois dias mais tarde, o observador especial das Nações Unidas, o ex-primeiro-ministro da Polônia, Tadeusz Mazowiecki, renunciou, denunciando a “hipocrisia do mundo”, visivelmente demonstrada quando da queda de Srebrenica e pela fraca reação que se seguiu

do Grupo de Contato. Holbrooke conseguiu um acordo sobre princípios básicos que deveriam orientar um acordo de paz. O acordo, entretanto, refletia ainda a contradição crítica da guerra: se por um lado reconhecia a existência legal da Bósnia-Herzegovina dentro de fronteiras bem estabelecidas, por outro aceitava a existência da República Srpska ligada à Bósnia-Herzegovina através de uma estrutura federativa.

Essas negociações, embora assinalassem alguns avanços, não puseram fim à luta. Numa ofensiva conjunta, que teve início a 11 de setembro, as forças do governo bósnio e dos croata-bósnios recuperaram cerca de 3.300 km² de território na Bósnia Central e na Ocidental, deixando cerca de 50% do território da Bósnia-Herzegovina nas mãos de muçulmanos e croata-sérvios, como previsto no plano de paz.

Apenas três dias mais tarde, a OTAN suspendeu as operações aéreas: foram feitas 3.400 missões, inclusive 850 de bombardeio, com os sérvios queixando-se da morte de mais de 200 civis. Nesse mesmo dia, tiveram lugar em Belgrado negociações com Holbrooke, Milosevic, Karadzic e Mladic, com os servo-bósnios concordando com a retirada de suas armas pesadas da zona de exclusão de Sarajevo e a colocação de algumas delas sob a supervisão internacional. Dia 15, o primeiro vôo humanitário e os primeiros comboios terrestres chegaram sem dificuldade a Sarajevo.

O ACORDO DE DAYTON

A 5 de outubro de 1995, o Presidente Clinton anunciou uma trégua de 60 dias para permitir

terminar as novas conversações sobre um tratado de paz. Estas conversações tiveram lugar na base aérea Wright-Patterson, em Dayton, Ohio, a 1^o de novembro: apesar de difíceis e demoradas, e contra a expectativa de muitos participantes, a 21 de novembro o Presidente Clinton pôde anunciar um "histórico e heróico" acordo de paz. O Acordo consagra a divisão 51:49 entre a Federação Bósnia-Croata e a República Srpska (ver figura 10), mas estabelecia uma capital única e não-dividida e um governo central cuja principal tarefa era manter a união e a democracia;

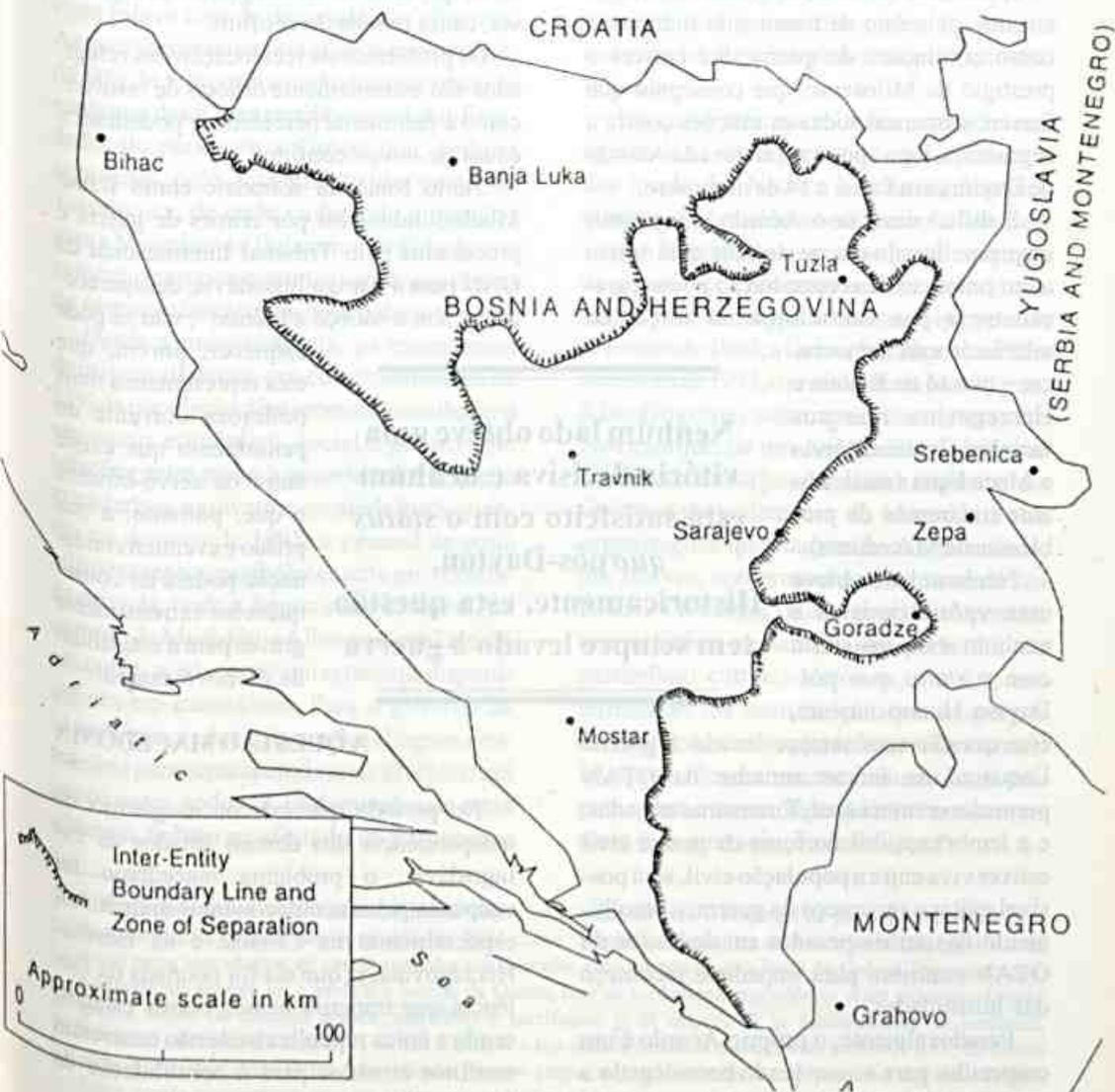
haveria uma constituição, uma presidência coletiva e um Parlamento onde os representantes de qualquer um dos grupos étnicos teria direito a veto; era assegurado o retorno aos seus lares de milhares de refugiados de guerra; uma força de 60 mil soldados da OTAN, sendo 20 mil cedidos pelos Estados Unidos – a força de Implementação (IFOR) –

teria o encargo de supervisionar a implementação do acordo, pelo prazo de um ano. Em dezembro, a ONU transferiu oficialmente a missão de paz na Bósnia-Herzegovina para a OTAN.

Num acordo separado, assinado um pouco antes, representantes da Croácia e da Bósnia assumiram o compromisso de contribuir para a completa integração do território e das instituições da Federação; a Bósnia-Herzegovina e a Iugoslávia trocaram oficialmente documentos de reconhecimento.

Pelo Acordo, o nome da República da Bósnia-Herzegovina era mudado para Bósnia e Herzegovina, mas permanecia como um estado soberano dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas; uma precisa linha

A OTAN suspendeu as operações aéreas: foram feitas 3.400 missões, inclusive 850 de bombardeio, com os sérvios queixando-se da morte de mais de 200 civis



A ZONA DE SEPARAÇÃO PELO ACORDO DE PAZ DE DAYTON

(Allied Command Europe Rapid Reaction Corps Headquarters)

de demarcação foi estabelecida entre a Federação, envolvendo muçulmanos e croato-bósnios, e a República Srpska.

A ausência de Radzic e Matlic nas negociações, pelo fato de terem sido indiciados como criminosos de guerra, fez crescer o prestígio de Milosevic, que conseguiu que fossem suspensas todas as sanções contra a Iugoslávia, logo após a assinatura do Acordo de Dayton, em Paris, a 14 de dezembro.

É difícil dizer se o Acordo vai garantir uma paz duradoura, se de fato dará início a um processo de reconciliação e reintegração, se a paz vai reforçar as forças da tolerância e da democracia – não só na Bósnia e Herzegovina, mas nos vizinhos Croácia, Sérvia e Macedônia (mais adiante trataremos de problemas da Macedônia).

Nenhum lado obteve uma vitória decisiva e nenhum está satisfeito com o *status quo* pós-Dayton. Historicamente,

esta questão tem sempre levado à guerra. Enquanto as forças armadas da OTAN permanecerem na área, fortemente armadas, e a lembrança dos horrores da guerra civil estiver viva entre a população civil, será possível evitar o recomeço da guerra; o recolhimento das armas pesadas em depósitos da OTAN contribui para impedir o recomeço das hostilidades.

Paradoxalmente, o próprio Acordo é um empecilho para a paz: tendo homologado a partição da Bósnia e Herzegovina, permitindo a existência de dois estados dentro de um estado e de dois exércitos independentes, a integração é uma hipótese extremamente remota. A exigência de consenso nos diversos

órgãos do governo central torna fácil aos radicais impedir o funcionamento do governo com um mínimo de eficácia. Não foi outra a razão que levou à desintegração da Iugoslávia, causa remota do conflito.

Os problemas da recolocação dos refugiados são extremamente difíceis de resolver, como é facilmente percebido, e podem ser a causa de novos conflitos.

Tanto Radovan Karadzic como Ratko Mladic, indiciados por crimes de guerra e procurados pelo Tribunal Internacional da ONU para a Antiga Iugoslávia, desapareceram e têm a cabeça a prêmio³¹; não se pode

esquecer, porém, que eles representam a mais poderosa corrente de pensamento que existe entre os servo-bósnios e que, portanto, a sua prisão e eventual condenação poderá ter consequências extremamente graves para a estabilidade do novo estado.

Nenhum lado obteve uma vitória decisiva e nenhum está satisfeito com o *status quo* pós-Dayton. Historicamente, esta questão tem sempre levado à guerra

A QUESTÃO MACEDÔNIA

No período que marcou as guerras de independência dos demais estados da ex-Iugoslávia, o problema macedônio foi eclipsado pelos acontecimentos dramáticos, especialmente na Croácia e na Bósnia-Herzegovina, já que ela foi poupada da violência que imperou nesses outros estados, sendo a única república onde não ocorreram conflitos armados para a consolidação da independência.

A partir do momento em que as tropas das Nações Unidas, em 1993, foram empregadas para a proteção das fronteiras da Macedônia com a Iugoslávia e com a Albânia, a maior

31 N.A.: Os Estados Unidos oferecem uma recompensa de US\$ 5 milhões por informações que levem à captura dos dois.

ameaça à paz no país deixou de ser a agressão externa para ser a resultante dos problemas internos do país, em especial os decorrentes das difíceis relações entre os macedônios de etnia eslava e os de descendência albanesa. As questões externas eram as que provinham do fato de a Iugoslávia não ter reconhecido nenhuma das novas repúblicas e das dificuldades do país com a Grécia que, embora agravadas pelo fechamento do porto de Tessalônica, de onde vinha todo o petróleo para a Macedônia e fluía cerca de 80% do seu comércio exterior, continuavam como objeto de negociação entre os dois países.

Desde a independência, os macedônios de origem albanesa, que constituem cerca de 23% da população, têm procurado melhorar o seu *status* econômico, social e político. As relações entre eles e a maioria eslava, que já eram tensas, agravaram-se ainda mais quando, no começo de 1995, o pessoal de etnia albanesa tentou estabelecer uma universidade privada, onde a língua seria albanesa, no coração da Macedônia Albanesa, em Tetovo; até então, a educação universitária disponível era em macedônio. Para o governo da Macedônia, a educação em duas línguas contribuiria para separar ainda mais as etnias; um pouco antes, todos os 18 deputados de etnia albanesa tinham se afastado do parlamento

em protesto contra uma lei proibindo o uso da língua albanesa nas carteiras de identidade e passaportes macedônios; o boicote estendeu-se até 14 de julho, quando vencia o prazo de ausência permitida antes de serem convocadas eleições para a substituição dos faltosos.

No que se refere às relações com a Grécia, apesar de se sentir protegida com a presença das forças das Nações Unidas na fronteira comum, a Macedônia sofria com o fato de a Grécia lhe impedir o acesso a grande número de organizações internacionais e, pior do que isso, com o embargo econômico que, desde fevereiro de 1994, a Grécia lhe impunha.³² Em setembro de 1995, o presidente da Macedônia, Kiro Grigorov, autorizou a assinatura, em Nova Iorque, de um Acordo Provisório que pôs fim ao embargo econômico imposto pela Grécia e ao isolamento da Macedônia das organizações internacionais. A Macedônia, por sua vez, comprometia-se a retirar de sua bandeira a Estrela de Vergina de 16 pontas, que a Grécia reclamava ser parte do seu patrimônio cultural histórico, e a dar, aos termos de sua constituição que os gregos consideravam ter implicações irredentistas,³³ interpretações menos revolucionárias. A disputa sobre o nome "Macedônia" ainda continua sem uma solução definitiva.³⁴

32 N.A.: Os problemas entre a Macedônia e a Grécia relacionam-se com o emprego da palavra Macedônia para designar o país quando da sua criação em 1944 como "República Socialista da Macedônia" (Skopje) e com o uso pelos macedônios de certos símbolos considerados como patrimônio cultural da Grécia. Para os gregos, a Macedônia sempre foi e ainda é o bastião da Grécia, pois os verdadeiros macedônios eram indubitavelmente gregos, tendo os mesmos deuses, santuários e sacrifícios; já os eslavos só se estabeleceram na península balcânica em torno do século VI da Era Cristã, e a sua cultura histórica começou no século X d.C., de fontes grego-bizantinas; desta forma, são ridículas para os gregos as histórias sobre a origem eslava dos macedônios. Estes contra-argumentam que os antigos macedônios não eram gregos, mas relacionados com os ilírios e trácios; com a chegada dos eslavos nos séculos VI e VII da Era Cristã, eles se misturaram com os antigos macedônios não-gregos, criando um novo povo, os eslavo-macedônios, dos quais descendem os atuais macedônios. Ver *The Falsification of Macedonian History*, Nicolaos K. Martis, ed. Athanasiades Bros, Athens, 1993, 232 p.

33 N.A.: Os gregos consideram que os termos usados na constituição da Macedônia são um incitamento à revolta das regiões da Grécia consideradas macedônias (a Macedônia do Egeu), para que elas sacudam o jugo grego e se juntem à Macedônia.

34 N.A.: As ser aceita como membro das Nações Unidas, em abril de 1993, a Macedônia, por imposição da Grécia, teve de mudar o nome para "Ex-República Iugoslava da Macedônia".

Em outubro de 1995, houve uma tentativa de assassinato do Presidente Kiro Grigorov, ou por terroristas macedônios inconformados com as concessões feitas por ele aos gregos ou por nacionalistas albaneses que lutam por maior autonomia da minoria de etnia albanesa da Macedônia. A questão permanece até hoje sem resposta.

Em abril de 1996, em consequência das novas condições estabelecidas na região devido ao Acordo de Dayton, a Macedônia, como outras repúblicas da ex-Iugoslávia, reatou relações diplomáticas com a Iugoslávia e, em outubro, assinou com ela um acordo comercial que aboliu grande número de tarifas alfandegárias entre os dois países.

A partir de 1997, as tensões entre a minoria de etnia albanesa e o governo agravaram-se, em especial no que concerne ao uso do albanês no ensino, com manifestações estudantis contra e a favor.

KOSOVO-METOHIJA: O NOVO INTERVENACIONISMO

Conforme já discutido, as províncias sérvias de Vojvodina, onde 50% da população são de etnia sérvia e há um expressivo contingente de magiares, e de Kosovo, onde a esmagadora maioria da população é de etnia albanesa (os albano-kosovares) – pelo censo de 1991, há 1,9 milhão de kosovares, dos quais 1,6 milhão são de origem albanesa (84,2%)³⁵ –, tiveram, pelas Constituições de 1965 e 1974, um grau considerável de autonomia, especialmente a de 1974, que deu às duas províncias praticamente o *status* de repúblicas, com a responsabilidade pela polícia, pela

justiça e, em certa medida, até mesmo pela defesa externa.

Esta situação, porém, incomodava os nacionalistas sérvios. Slobodan Milosevic, secretário do Partido Comunista Iugoslavo, havia iniciado, desde 1987, uma campanha nacional contra a autonomia das províncias. Na Vojvodina, onde os sérvios são a maioria, assumiu, em outubro de 1988, um governo pró-Milosevic que deu início a um processo de expurgo de seus adversários políticos, precisamente os que queriam manter a autonomia; quando, em 1989, Milosevic revogou a autonomia das duas províncias, a reação na Vojvodina foi pequena, mas em Kosovo foi muito forte o repúdio dos albano-kosovares à medida e bastante violenta a repressão sérvia; os incidentes, na verdade, começaram antes da revogação oficial da autonomia.

Apesar de serem uma minoria em Kosovo, os sérvios exploravam-na como se ela fosse uma colônia, ocupando todos os empregos públicos e privados e mantendo uma força policial particular para garantir os seus privilégios. Para a combatida economia da Iugoslávia, os recursos em dinheiro provenientes do enorme complexo de minas de Trepça, em Kosovo – alguns milhões de dólares anuais –, eram vitais, sendo esta, possivelmente, uma das principais razões para Milosevic querer manter a região sob estrito controle sérvio; a outra razão é de natureza histórica, sendo Kosovo o berço do moderno nacionalismo sérvio.³⁶

A suspensão da autonomia das duas províncias não pode ser vista isoladamente, pois as consequências logo se fizeram sentir nas diversas repúblicas que constituíam a Iugos-

35 N.A.: Depois da batalha de Kosovo, no século XIV, em que os sérvios foram derrotados pelos turcos otomanos, a região ficou sob o domínio desses conquistadores por cerca de 500 anos; durante esse período, os sérvios, para escaparem da opressão, foram abandonando a região, dirigindo-se para o norte em grandes levadas, abrindo espaço para que uma outra população vinda do sul se instalasse no local, os albaneses, que acabaram tornando-se a maioria no local.

36 N.A.: *Os senhores de Kosovo?*, Chris Hedge, em *Foreign Affairs*, ed. brasileira, n° 32, maio de 99.

lândia: generalizou-se nelas, em especial na Eslovênia e na Croácia, o receio de a Sérvia impor um governo centralista em Belgrado.³⁷ A campanha nacionalista radical desencadeada pelo líder sérvio era uma tentativa de desviar a atenção da população dos turbulentos problemas econômicos do país e, talvez, uma maneira equivocada de procurar impedir a sua desintegração política.

Durante todo o ano de 1990, ocorreram distúrbios em Kosovo, os manifestantes entrando em choque com as forças de segurança; em julho, o Parlamento iugoslavo aprovou uma resolução que lhe permitia impor a todas as províncias qualquer lei por ele aprovada e abolir quaisquer instituições provinciais; logo após, foi fechado o jornal de Kosovo escrito em língua albanesa, foram proibidos os programas de televisão em albanês e foi dissolvida a Assembléia de Kosovo.

Reunidos secretamente, mais de cem delegados de etnia albanesa declararam a província uma república, unida à Iugoslávia por um sistema federativo.

Em meio à guerra civil e ao colapso econômico, a Iugoslávia continuou a desintegrar-se em todo o ano de 1991, com a Eslovênia e a Croácia proclamando a sua independência em junho. Neste ano, a produção industrial caiu cerca de 25% em relação a 1990, ano em que a produção industrial tivera queda de 11% e o PIB caíra 8,5%.

Em meio a essas dificuldades, as questões de Kosovo ficaram em segundo plano durante o ano de 1991; em maio, os albanos-kosovares realizaram extra-oficialmente eleições para um governo clandestino da república, sendo o moderado Ibrahim Rugova eleito presidente da autoproclamada República de Kosovo.³⁸ Rugova era a voz moderada dos albanos-kosovares e pensava fazer de sua revolução pacífica um exemplo de civilidade e tolerância, conquistando dessa forma a simpatia e, conseqüentemente, o apoio das democracias ocidentais. Na medida, porém, que a repres-

são sérvia aumentava, criavam-se as condições necessárias para o fortalecimento dos radicais, organizados em torno do Exército de Libertação de Kosovo (ELK).

Nos três anos seguintes, embora os incidentes e os choques armados continuassem a ocorrer em Kosovo, os problemas

da província foram ofuscados pelos acontecimentos na Croácia e na Bósnia-Herzegovina. Conforme vimos, nesse período, Milosevic foi diminuindo a interferência da Iugoslávia nos conflitos – tanto na Croácia, não ajudando os sérvios na Eslovênia Ocidental e na Krajina, como na Bósnia-Herzegovina, fechando as fronteiras para que armamento não pudesse ser transferido para os servo-bósnios – e atuou decisivamente para que o Acordo de Dayton se tornasse realidade, intermediando as negociações pelos servo-bósnios,

Logo após, foi fechado o jornal de Kosovo, escrito em língua albanesa, foram proibidos os programas de televisão em albanês e foi dissolvida a Assembléia de Kosovo

37 N.A.: Na Eslovênia, por exemplo, em setembro de 1989, a Assembléia adotou uma série de medidas constitucionais que incluíam o direito de autodeterminação, podendo chegar até à recessão, e também o direito de decidir se o estabelecimento de um estado de emergência pelo governo central, em tempo de paz, seria ou não aplicável à Eslovênia.

38 N.A.: Em 1998, ele seria reeleito para o cargo.

cujos líderes, indiciados por crimes de guerra, não foram aceitos como interlocutores.

Em novembro de 1996, foram realizadas eleições municipais na Iugoslávia e, para surpresa geral, os socialistas de Milosevic perderam para a frente oposicionista Zajedno, de centro direita, apesar desta não ter acesso aos meios de comunicação controlados pelo estado: a oposição venceu em 32 municípios, inclusive em 14 das 18 maiores cidades do país, conquistando a maioria das cadeiras até na Câmara Municipal de Belgrado. Sentindo-se perdido, Milosevic anunciou a anulação do pleito; a oposição iniciou uma onda de protestos em muitas cidades do país e a opinião pública mundial

pressionou o líder sérvio; nos últimos dias do ano, uma missão da Organização para Cooperação e Segurança na Europa (OCSE) pressionou Milosevic a aceitar o resultado das eleições e ele, sem alternativa, cedeu.³⁹ O isolamento de Milosevic ainda se agravou quando Montenegro, o parceiro da Sérvia

na Iugoslávia, recusou-lhe qualquer apoio na crise.

Às voltas com todos esses problemas, Milosevic procurou temporizar em Kosovo, assinando com Rugova um acordo, pelo qual eram restabelecidas as aulas na província, interrompidas há bastante tempo por razões lingüísticas, com enorme prejuízo de cerca de 300 mil crianças albanos-kosovares; procurando aliviar as tensões, ele restabeleceu relações diplomáticas plenas com a Macedônia e deu os primeiros passos no sentido de normalizar as relações com a Croácia

e com a Bósnia-Herzegovina. Contudo, a continuação piora da situação econômica e social do país mantinha Milosevic debilitado. Apesar do acordo com Rugova, as tensões em Kosovo não diminuíram, com confrontos cada vez mais freqüentes entre sérvios e o ELK.

A opinião pública mundial, com a liderança dos Estados Unidos, passou a defender um *status* especial para Kosovo: a província voltaria a ter a autonomia perdida em 1989, mas continuaria como uma província da Sérvia, descartando-se, pois, qualquer idéia de secessão, apesar da insistência dos albanos-kosovares, tanto moderados como radicais, pela total independência.

No início de 1998, houve um recrudescimento da repressão em Kosovo: as acusações de massacres e limpeza étnica ocuparam a mídia internacional. Milosevic passa a ocupar o lugar antes ocupado por Kadafi, Komeini, Saddam Hussein, de inimigo público número um da humanidade.

Milosevic, enfraquecido externa e internamente, procurou, agindo com extremo rigor em Kosovo, fomentar o nacionalismo sérvio, de forma a fazer todos esquecerem as crescentes dificuldades econômicas e a evidente má administração do governo, e assim se manter no poder.

Em janeiro de 1998, Milo Djukanovic foi eleito presidente de Montenegro, derrotando o candidato de Milosevic; as relações entre os dois países tornaram-se ainda mais difíceis.

Pelo acordo, eram restabelecidas as aulas na província, interrompidas há bastante tempo por razões lingüísticas, com enorme prejuízo de cerca de 300 mil crianças albanos-kosovares

39 N.A.: Nos primeiros meses de 1997, ele reconheceu a derrota nas eleições de 1996. A continuação e recrudescimento dos distúrbios em toda a Iugoslávia contribuíram para essa decisão.

Em resposta às pressões internacionais, Milosevic, em abril, realizou um plebiscito para que o povo iugoslavo se pronunciasse sobre a conveniência de o país aceitar a intervenção estrangeira para resolver a crise em Kosovo. Como era facilmente previsível, a grande maioria dos iugoslavos votou contra.

O partido de Djukanovic venceu, em maio, as eleições parlamentares em Montenegro e, fortalecido, tomou uma série de medidas independentes: é susgado o repasse de impostos para o governo federal, sob a alegação de que ele não era legitimamente constituído; uma intensa campanha é deslançada, estimulando os montenegrinos a não se alistarem no exército iugoslavo; é feito o anúncio de que se estuda a abertura de embaixadas em cinco capitais estrangeiras; aumentam as críticas a Milosevic por não aceitar a autonomia de Kosovo e de se opor à liberdade e à indispensável reforma da economia.

Não tendo havido melhoras na situação em Kosovo, em junho de 1998, a União Europeia decreta sanções contra a Iugoslávia: proíbe investimentos europeus na Iugoslávia e congela bens de sérvios no exterior.

Em outubro, as tensões haviam atingido um ponto quase insuportável; os países da OTAN, unanimemente, determinam o fechamento de suas embaixadas em Belgrado e recomendam a saída do país de seus nacionais.

A OTAN, apesar das dificuldades específicas da situação – a região fazia parte de um estado soberano e não era independente; o Conselho de Segurança das Nações Unidas não havia pedido a intervenção da OTAN; os aliados dentro da organização divergiam quanto à evolução desejada da crise –, decidiu empregar o seu poder aéreo para pôr fim às operações sérvias em Kosovo; para alívio de alguns dos aliados dos Estados Unidos, que discordavam dessa evidente violação da Carta

das Nações Unidas, logo após foi acordado um cessar-fogo, tornando inoportuna a intervenção da OTAN.

A trégua foi rompida pelos sérvios em fevereiro de 1999, renovando-se as acusações de atrocidade contra a população de Kosovo de origem albanesa. O Reino Unido e a França agiram rápido, conseguindo levar as partes em conflito a aceitar participar de uma conferência de paz, na localidade francesa de Rambouillet; a OTAN comprometeu-se a enviar, como fizera na Bósnia, uma força de implementação tão logo a paz fosse alcançada.

Como Milosevic não aceitou a exigência da presença de uma força da OTAN em Kosovo, as negociações fracassaram e os sérvios retornaram os ataques contra a população albano-kosovar. Em março de 1999, a OTAN deu início aos bombardeios aéreos.

Alguns defensores da iniciativa da OTAN⁴⁰ alegaram que a decisão foi tomada porque a OTAN teria a informação de que “o Exército iugoslavo tinha elaborado uma espécie de solução final – a deportação em massa dos albano-kosovares – para pôr fim às ameaças do Exército de Libertação de Kosovo (ELK)”; tal operação teria o codinome “Ferradura”; a OTAN, embora dizendo desconhecer o plano, afirmou que “os ataques aéreos e os bombardeios da OTAN sobre a Iugoslávia começaram em resposta à inusitada concentração de tropas sérvias, tanto militares como policiais, em torno da província de Kosovo”.⁴¹

Os ataques aéreos tiveram início a 24 de março de 1999, visando especialmente os elementos do sistema de defesa aérea de Montenegro, com o intuito de abrir um corredor para a passagem dos aviões da OTAN para o ataque à Sérvia, dirigido contra alvos militares e civis, em especial a infra-estrutura básica (inclusive em Kosovo).

40 N.A.: OTAN conhecia planos de ‘limpeza’, John Carlin, jornalista de *El País* (Espanha), *Jornal do Brasil* (JB) de 8/4/99.

41 N.A.: *Ibidem*.

O presidente de Montenegro imediatamente declarou a neutralidade do seu país e se negou a romper relações diplomáticas com os países da OTAN envolvidos nas operações militares – Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e França –, como fizera Belgrado; a minoria sérvia de Montenegro e setores militares lá sediados acusaram Djukanovic de traição, mas ele contava com o apoio da força policial local.

Para consolidar o apoio do exército estacionado em Montenegro, Milosevic, sem qualquer consulta ao governo de Montenegro, substituiu o comandante do 2º Exército lá sediado, fazendo com que Estados Unidos, Reino Unido e França temessem que um golpe militar para derrubar Djukanovic estivesse em curso; o fato de a OTAN bombardear Montenegro contribuiu ainda mais para enfraquecer o presidente montenegrino.⁴²

Segundo a OTAN, após 16 dias de bombardeio, 400 mil albanos-kosovares já tinham abandonado ou sido expulsos de Kosovo, elevando o número de refugiados da província para 800 mil, segundo dados do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR); a maioria procurou refúgio na Albânia e na Macedônia (ver figura 11).

No dia 8 de abril, numa operação algo surpreendente, soldados iugoslavos barram o fluxo de emigrantes no setor mais importante da fronteira entre a Albânia e a Iugoslávia, na cidade de Morin, e colocam minas terrestres por toda a área; a fronteira com a Macedônia é também fechada. O bloqueio da rota de fuga dos albanos-kosovares pode indicar que Milosevic procurava dar a impressão de que

a situação em Kosovo estava sob controle ou, o que me parece muito mais provável, que pensava usá-los futuramente como moeda de barganha com a OTAN.⁴³ Uma outra possibilidade é a de que os sérvios estivessem envolvidos numa macabra operação envolvendo seres humanos – a “operação safári” –, que consistia no canhoneio intensivo das colinas onde se refugiavam os albanos-kosovares para fugir do bombardeio aéreo da OTAN, forçando-os assim a abandoná-las, para então empurrá-los em direção às fronteiras, usando as rodovias e ferrovias disponíveis; com as fronteiras fechadas, eles eram obrigados a voltar, recomeçando o ordálio.⁴⁴

A União Européia, temendo a expansão do conflito e acreditando que uma solução política só prevaleceria se baseada na estabilidade da região como um todo, anuncia um Plano de Estabilidade para o Sudeste da Europa, em que acena com a possibilidade de a Albânia e a Macedônia virem associar-se à União Européia, recebendo uma ajuda de US\$ 270 milhões, e, posteriormente, à OTAN.⁴⁵ O receio da extensão do conflito decorre dos efeitos dos desdobramentos da guerra e de suas ações paralelas na república iugoslava de Montenegro e nos países vizinhos mais afetados, em especial Albânia e Macedônia, não só pelo influxo de refugiados, como também pelos inevitáveis incidentes de fronteiras, muito especialmente no caso da Albânia, que dá abrigo e facilidades de treinamento para pessoal do ELK e, ainda, recebe, de diversas procedências, voluntários para o ELK – pessoal de origem albanesa.⁴⁶

42 N.A.: Montenegro é um pequeno país com apenas 635 mil habitantes, mas é extremamente importante para a Sérvia, pois é a única saída da Iugoslávia para o mar. Mais da metade da população – cerca de 380 mil habitantes – é montenegrina; o restante compreende 90 mil muçulmanos, 60 mil sérvios e 40 mil albaneses. Ver *Confronto em Montenegro*, Nelson Franco Jobim, *Jornal do Brasil*, de 08/04/99.

43 N.A.: *Refugiados são barrados e remanejados*, *Jornal do Brasil*, de 08/04/99.

44 N.A.: *Efeito dominó destabiliza vizinhos*, *Jornal do Brasil*, de 21/04/99.

45 N.A.: *Europa teme a expansão da guerra*, Nelson Franco Jobim, *Jornal do Brasil*, de 09/04/99.

46 N.A.: *Tensão na fronteira albanesa aumenta*, *Jornal do Brasil*, de 13/04/99 e *Efeito dominó destabiliza vizinhos*, *Jornal do Brasil*, de 21/04/99.

A dispersão dos refugiados kosovares

Numa população de 1,9 milhão de kosovares (1991), os de origem albanesa são em torno de 1,6 milhão. Segundo as diferentes estimativas (da ONU, da Otan, dos governos da região), algo em torno de 600 a 800 mil kosovares teriam fugido desde o início da repressão iugoslava à guerrilha separatista, em março de 1998. Destes, segundo o Alto Comissariado da ONU para Refugiados, cerca de 450 mil fugiram desde o início dos bombardeios da Otan no dia 24 de março. Os campos de refugiados na Albânia e na Macedônia situam-se perto das fronteiras, nas proximidades das cidades de Morini e Kukes, no primeiro caso, e de Skopje (capital macedônia) e Tetovo, no segundo.



Os países da região tiveram diversos graus de envolvimento na campanha da OTAN contra a Iugoslávia; muitas posições agravaram ressentimentos e serão motivo de futuros problemas nos Balcãs. Alguns exemplos mostram isso: a Albânia, sob a alegação de que a presença da OTAN em seu território é indispensável para garantir a segurança e estabilidade do país, pôs as suas instalações militares e o controle de seu espaço aéreo à disposição da OTAN; a Romênia, candidata ao ingresso na OTAN, autorizou o uso irrestrito de seu espaço aéreo pela OTAN nas missões de ataque à Iugoslávia; a Bulgária, outro candidato à OTAN, apesar de manifestações de rua favoráveis à Iugoslávia, encaminhou ao parlamento proposta para permitir o vôo dos aviões da OTAN sobre seu território; a República Checa, já membro da OTAN, autorizou que esta usasse, sem restrições, seus aeroportos; a Macedônia, pelo contrário, declarou que não permitiria o uso de seu território para ataques terrestres contra a Iugoslávia.⁴⁷

Ainda em abril de 1999, a OTAN intensificou as medidas para impedir que a Iugoslávia compre petróleo e/ou combustível para reabastecer suas forças, forçando a União Europeia a interromper a venda de produtos petrolíferos para a Iugoslávia.

Nesse interim, crescem os rumores de que a intervenção por terra é inevitável, já que as pressões e os bombardeios da OTAN não conseguiram deter as operações sérvias contra os albanos-kosovares nem levar Milosevic a aceitar as condições para o fim de bombardeio, quais sejam a retirada total das forças sérvias de Kosovo e o ingresso lá das forças

de intervenção compostas por tropas de países membros da OTAN.⁴⁸

No final de abril de 1999, chegaram à Albânia 24 helicópteros *Apache* americanos para o ataque a carros de combate, blindados e tropas sérvias na região de Kosovo.

Apesar da aparente resolução com que a OTAN atua, há divergências entre os seus membros quanto à melhor maneira de resolver a crise, havendo os que, como a Itália, querem a interrupção dos bombardeios como uma pré-condição para que se iniciem as conversações de paz, e os que defendem intransigentemente a manutenção dos bombardeios para forçar os sérvios à rendição, como o Reino Unido. O Ministro das Relações Exteriores do Reino Unido, Robin Cook, afirma que Milosevic "só abandonará seus planos de garantir Kosovo para os sérvios se souber que estamos decididos a manter a campanha militar até a vitória. Suspender os bombardeios agora significaria dispensar o melhor estímulo à diplomacia. Permitiria a Milosevic reagrupar, reorganizar e reequipar suas forças, o que prolongaria, em vez de terminar, o conflito em terra",⁴⁹ isto é, entre as forças sérvias e o ELK.

Embora nos Estados Unidos o apoio à ação da OTAN fosse expressivo, havia sérias divergências no Congresso sobre a melhor maneira de resolver a crise: um grupo de parlamentares acreditava que o emprego de forças terrestres podia transformar Kosovo num novo Vietnã, o que seria inaceitável para a sociedade americana, ainda não refeita daquele constrangimento, e os que pensavam que o bombardeio aéreo não seria suficiente para dobrar Milosevic.⁵⁰

47 N.A.: *Ibidem*.

48 N.A.: *OTAN planeja escalada do conflito*, *Jornal do Brasil*, de 22/04/99.

49 N.A.: *OTAN negocia dividida*, *Jornal do Brasil*, de 19/05/99.

50 N.A.: *Congresso pede infantaria*, Mário Andrade e Silva, *Jornal do Brasil*, de 13/04/99. A OTAN, dividida quanto à conveniência dos bombardeios, como vimos, também estava dividida quanto à necessidade e conveniência de empregar forças terrestres, a Alemanha opondo-se firmemente.

Na verdade, Kosovo assinala uma nova mas clara tendência dos Estados Unidos: o emprego do bombardeio estratégico, de forma a evitar ao máximo a morte de americanos e, através do emprego de "armas inteligentes", de alta precisão, atingir os alvos militares e destruir a infra-estrutura do inimigo, se possível com um pequeno número de baixas civis. Nitidamente, uma estratégia operacional fortemente influenciada pelo trauma do Vietnã.

Os fatos demonstrariam, contudo, que a alegada precisão cirúrgica dos bombardeios não passava de *wishful thinking*; freqüentemente foram atingidos alvos sem qualquer significado militar, com grande número de baixas civis, conforme a própria OTAN foi obrigada a admitir inúmeras vezes.

Também a Iugoslávia estava dividida, não só com as divergências entre a Sérvia e Montenegro, já apontadas, mas dentro da própria Sérvia, com uma ativa oposição a Milosevic. É incontestável, porém, que, com o ininterrupto bombardeio a que a Iugoslávia foi submetida, responsável por um sem número de vítimas na população civil, a atenção da sociedade foi desviada dos sérios problemas políticos e econômicos do país, que tinham contribuído decisivamente para a derrota eleitoral de Milosevic em 1996, concentrando-se na agressão à terra natal, disso beneficiando-se Milosevic.⁵¹

As dissensões entre os moderados de Rugosa e os radicais do ELK agravaram-se quando, em maio de 1999, Rugosa pôde au-

sentar-se da Iugoslávia com a família sem que Milosevic pudesse qualquer dificuldade; Milosevic procurava explorar habilmente a divisão dos albanos-kosovares, acercando-se de Rugosa para demonstrar à comunidade internacional que sua intolerância era apenas para com os radicais do ELK; Rugosa foi recebido com todas as honras pela OTAN, mas imediatamente classificado de traidor pelos radicais.

Nesta altura dos acontecimentos, os albanos-kosovares dispunham de dois governos: um governo no exílio, cujo Primeiro-Ministro era Bujar Bukoshi, refugiado na Alemanha, e o presidente eleito Rugosa; e um governo provisório do ELK, dentro de Kosovo, chefiado por Hashim Thaqi.

A força do partido de Rugosa, a Liga Democrática de Kosovo (LDK), estava no apoio dos países ocidentais e na sua capacidade de arrecadar fundos dos albaneses residentes no exterior (controlavam um fundo de guerra da ordem de US\$ 33 milhões). Já a ELK contava com o apoio da Albânia: o Parlamento albanês aprovou uma resolução reconhecendo o governo provisório de Thaqi e apelou para que Rugosa o apoiasse⁵². Embora as divergências entre moderados e radicais sejam muitas, a Albânia sempre procurou uma reaproximação entre eles; levando Hashim Thaqi a convidar Rugosa para uma reunião em Tirana, usando um discurso bem mais moderado que o habitual; para Rugosa, embora as diferenças de

A alegada precisão cirúrgica dos bombardeios não passava de *wishful thinking*; freqüentemente foram atingidos alvos sem qualquer significado militar, com grande número de baixas civis

51 N.A.: Graças a isso, apesar de partir de uma situação inicial muito comprometida, Milosevic, um ano após a intervenção da OTAN em Kosovo, permanece no poder (também Castro em Cuba, Kadaf na Líbia e Saddam no Iraque). Esta é uma questão que está a merecer uma reflexão profunda.

52 N.A.: *Kosovo em luta interna*, Paul Taylor (da Reuters), *Jornal do Brasil*, de 18/05/99.

programa e de critério entre ele e o ELK fossem consideráveis, havia um ponto de convergência no fato de ambos defenderem a independência da província.⁵³

Ainda em maio de 1999, há uma intensificação dos bombardeios aéreos da OTAN, tendo sido atingida a embaixada da China, o que a levou a protestar violentamente contra os bombardeios e a declarar que ela se oporia a qualquer tentativa de adoção de alguma Resolução da ONU relativa à Iugoslávia antes da suspensão dos bombardeios.

Em meados do mês, num balanço dos 50 primeiros dias de bombardeios contra a Iugoslávia, a OTAN informou que já havia lançado mais de 9 mil mísseis e bombas, tendo sido destruídos 700 aeronaves e 200 tanques sérvios, grande parte do sistema de defesa aérea, 50% dos estoques de munição em Kosovo e 70% do combustível destinado às Forças Armadas.⁵⁴

Os bombardeios continuam atingindo alvos civis: na cidade de Nis, na Sérvia, a 7 de maio, um mercado e um hospital foram atingidos por bombas de fragmentação, deixando 27 mortos e 43 feridos, segundo Belgrado.⁵⁵

Tendo em vista o fracasso da OTAN, após 50 dias de bombardeio, em interromper a limpeza étnica em Kosovo, a opinião pública mundial começou a ter dúvidas sobre a eficá-

cia dos procedimentos adotados⁵⁶ e cresceu muito o número dos que condenavam a atuação da OTAN, tendo em vista o número de vítimas civis.

O ACORDO DE PAZ

No início de junho de 1999, o Grupo dos Oito (G-8)⁵⁷ elaborou um plano de paz que serviu de base para as discussões que, em seguida, tiveram lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Enquanto se pro-

cessavam essas discussões em alto nível, militares da OTAN e da Iugoslávia, na fronteira da Macedônia, continuavam a negociar os detalhes práticos para uma retirada das tropas sérvias da região de Kosovo.

O projeto de Resolução das Nações Unidas⁵⁸ reafirmava no preâmbulo o compromisso de todos os países membros da OTAN com a soberania e a integridade territorial da Iugoslávia, inclusive no que diz respeito a Kosovo, cuja independência,

pois, estava fora de cogitação – não para os Estados Unidos, porém, já que, na interpretação norte-americana, a Resolução da ONU transformava Kosovo num território sob mandato da ONU, já fora, portanto, da gestão da Iugoslávia, mantendo assim a porta aberta para o sonho de independência de Kosovo.

53 N.A.: *Líderes dos albaneses se aproximam*, *Jornal do Brasil*, de 27/05/99.

54 N.A.: *Schröder se desculpa em Pequim*, *Jornal do Brasil*, de 13/05/99.

55 N.A.: *Ibidem*.

56 N.A.: *Guerra divide os verdes alemães*, Nelson Franco Jobim, *Jornal do Brasil*, de 13/05/99.

57 N.A.: O Grupo dos oito compreende os sete países mais industrializados e a Rússia.

58 N.A.: *ONU discute fórmula para Kosovo*, *Jornal do Brasil*, de 09/06/99.

O projeto especificava:

- os albanos-kosovares terão “substancial autonomia e expressiva auto-administração”, o que revertia a anulação da autonomia feita por Milosevic em 1989. Há referências a “um processo político destinado a determinar o futuro *status* de Kosovo” e também aos acordos de Rambouillet, que previam a realização de um plebiscito, no prazo de três anos, para discutir o futuro constitucional de Kosovo (a ambigüidade é sempre uma característica dos acordos);

- embora seja exigida a retirada total das forças iugoslavas da região de Kosovo, questão inegociável para OTAN, fica estabelecido que um número, a ser futuramente acertado, de pessoal iugoslavo voltará para a área mais tarde, como um símbolo, como quer Milosevic, de que Kosovo é parte integrante da Iugoslávia;

- por exigência da Rússia, não há nenhuma referência ao papel da OTAN nas forças de paz. Tendo em vista, porém, um acordo feito alguns dias antes entre Milosevic, o enviado russo Victor Chernomirdin e o presidente da Finlândia, Marti Ahtisaari, que previa “uma participação substancial da OTAN” e a existência de “comando e controle unificados”, duas exigências feitas pela OTAN, os Estados Unidos consideraram que valia o que estava nesse acordo. A menção feita no texto à exigência de que a força de paz envie infor-

mes regulares ao secretário Geral da ONU não significa, para os Estados Unidos, que a ONU ficará com o controle da operação, uma atribuição da OTAN;

- não há no texto nenhuma referência às relações entre as tropas russas e as da OTAN nas forças de paz; a Rússia insistiu numa estrutura separada, mas a OTAN alegou que isso poderia levar à divisão de Kosovo, como aconteceu no caso da Alemanha e de Berlim;

- as forças de paz serão responsáveis pelos controles alfandegários nas linhas de fronteiras, mas ficou assegurada a presença de inspetores iugoslavos em pontos cruciais. Embora Belgrado insistisse em controlar a volta dos refugiados para Kosovo, essa tarefa foi atribuída às Nações Unidas;

- a Resolução exige que as autoridades iugoslavas cooperem com o Tribunal da

ONU para Crimes de Guerra na Antiga Iugoslávia (o mesmo Tribunal que indiciou Milosevic por crimes de guerra).

A Resolução foi aprovada pelo Conselho de Segurança no dia 10 de junho,⁵⁹ pondo fim à guerra pelo controle de Kosovo, depois de 78 dias de bombardeios da OTAN.⁶⁰ Foi estabelecida uma força de paz – a Força de Kosovo (KFOR) – para supervisionar as condições acordadas: em síntese, recolocar os refugiados, garantir a sua segurança e supervisionar o desarmamento do ELK, podendo fazer uso da força se isso se tornar necessário

Apesar dos apelos das Nações Unidas, milhares de sérvios, com receio das represálias dos albanos-kosovares, começaram a deixar a região, acompanhando as tropas sérvias em retirada

59 N.A.: A Resolução foi aprovada por 14 votos a 1, com a abstenção da China, que queria que antes fossem interrompidos os bombardeios. Para não impedir, porém, as possibilidades de paz, não usou o seu poder de veto. O Brasil, membro não-permanente, ocupando uma das vagas rotativas, votou a favor.

60 N.A.: ONU avaliza ocupação de Kosovo, *Jornal do Brasil*, de 11/06/99.

para o cumprimento de suas tarefas. Caberá também às forças de paz iniciar o processo de reconstrução material e institucional da Iugoslávia, com base nos acordos de Rambouillet.

A situação do ELK era um problema delicado. Na sugestão do Grupo dos Oito encaminhada ao Conselho de Segurança, estava prevista a utilização dos elementos do ELK numa força policial; para Belgrado, entretanto, o ELK deve ser não só desmilitarizado, mas também desarmado.⁶¹

A fase inicial da entrada das forças da OTAN em Kosovo foi bastante tumultuada, com os russos adiantando-se ao restante das forças da OTAN na chegada à Pristina, ocupando o aeroporto de Slitic, onde a KFOR tinha planejado instalar o seu quartel-general,⁶² e os guerrilheiros do ELK atacando as tropas sérvias que se retiravam.⁶³ Apesar dos apelos das Nações Unidas, milhares de sérvios, com receio das represálias dos albanos-kosovares, começaram a deixar a região, acompanhando as tropas sérvias em retirada.

A manobra russa, assumindo o controle do aeroporto, deveu-se, possivelmente, ao inconformismo dos militares russos com o fracasso dos diplomatas, que não conseguiram enfraquecer o papel da OTAN; se não tivesse havido acordo e as tropas russas

tivessem sido reforçadas e tomado posição no setor norte de Kosovo, estaria se delineando na prática a partilha territorial de Kosovo, e de tal maneira que os sérvios teriam uma ponta de lança na área, totalmente fora do controle da OTAN.⁶⁴

Às vésperas do primeiro aniversário do início da batalha de Kosovo, a avaliação geral do chefe da Missão das Nações Unidas em Kosovo é de que o progresso em direção a uma paz duradoura foi pequeno. Tanto para os russos como para os sérvios, as ações da KFOR visando a reconstruir e manter a paz merecem muitas críticas: para eles, a atuação da KFOR está agravando as tensões étnicas e criando as condições necessárias para o desencadeamento de uma tragédia de grandes proporções.⁶⁵

Às vésperas do 1º aniversário do início da batalha de Kosovo, a avaliação geral do chefe da Missão das Nações Unidas em Kosovo é de que o progresso em direção a uma paz duradoura foi pequeno

UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Com as ações em Kosovo, a OTAN, pela primeira vez, foi além das fronteiras do Atlântico Norte, ignorando os limites impostos pelo Tratado de Washington, que a instituiu. Os bombardeios contra a Iugoslávia assinalam o primeiro ataque da OTAN contra um país soberano, por ações desenvolvidas dentro do seu território para acabar com uma insurreição, contrariando o caráter defensivo da Organização.⁶⁶

61 N.A.: *ELK, futuro incerto*, *Jornal do Brasil*, de 11/06/99.

62 N.A.: *OTAN tenta superar impasse com russos*, *Jornal do Brasil*, de 14/06/99.

63 N.A.: *ELK aproveita retirada sérvia*, *Jornal do Brasil*, de 14/06/99.

64 N.A.: *A diplomacia russa de fatos*, Kurt Schork (da Reuters), *Jornal do Brasil*, de 14/06/99.

65 N.A.: *Kosovo ainda à deriva um ano depois*, *Jornal do Brasil*, de 24/03/2000.

66 N.A.: *Senhores da guerra*, Newton Carlos, *Jornal do Brasil*, de 26/04/99.

A intervenção da OTAN em Kosovo enquadra-se no contexto de uma OTAN ampliada, conforme vem sendo defendido pelos Estados Unidos desde o fim da Guerra Fria, para garantia da estabilidade da Europa. A expansão para o leste europeu, em pleno desenvolvimento, parece a primeira etapa de um processo que levará a OTAN, como querem os chamados "globalistas", a atuar em qualquer parte do mundo em

defesa dos interesses vitais do Ocidente. As recentes declarações do Presidente Clinton e de Madeleine Albright confirmam a hipótese.⁶⁷

Sem dúvida, a intervenção da OTAN em Kosovo assinala "um desdobramento inédito no jogo das forças internacionais, pela desconsideração com as normas e princípios do direito internacional, e pelos impactos que inflige nos conceitos de soberania, direitos humanos e Estado nacional".⁶⁸

No dizer de Afonso Arinos de Melo Franco:

"Esta guerra dos Estados Unidos (...) por causa de Kosovo torna-se emblemática quando focaliza a inter-relação conflituosa, tragicamente atual, entre os conceitos de soberania nacional e direito internacional. Eviden-

cia, ainda, um dos problemas cruciais do mundo contemporâneo, que é o da insuportável contradição entre o direito e a justiça".⁶⁹

O uso da força, até mesmo a ameaça do uso da força, é vedado por toda a legislação internacional, exceto em caso de legítima defesa contra um ataque armado, ou após autorização explícita do Conselho de Segurança da ONU, depois de ser constatada a inviabilidade da utilização de meios pacíficos

para dirimir o conflito. O receio de um veto da Rússia ou da China no Conselho de Segurança fez com que os Estados Unidos não levassem a questão de Kosovo para o Conselho, atribuindo à OTAN o direito de intervir, mesmo sem essa formalidade, por se tratar de uma questão humanitária: impedir o massacre dos albanos-kosovares pelos sérvios. Assim, a autonomia dos estados e o direito de

autodeterminação, que constituíram a base das relações internacionais durante todo o período de guerra fria, vão cedendo a vez para conceitos existentes na Declaração Universal dos Direitos do Homem, que garante os direitos individuais contra os estados opressores.

Sem dúvida, a intervenção da OTAN em Kosovo assinala "um desdobramento inédito no jogo das forças internacionais, pela desconsideração com as normas e princípios do direito internacional, e pelos impactos que inflige nos conceitos de soberania, direitos humanos e Estado nacional"

*Marija Vusnovic
(Jornal do Brasil)*

67 N.A.: *Apontamentos sobre Estratégia Naval II - A Estratégia Naval dos Estados Unidos Durante e Após a Guerra Fria*, Armando A.F. Vidigal, *Revista Marítima Brasileira* (RMB) 119 (10/12): 63-100, outubro 1999.

68 N.A.: *Escombros da intervenção humanitária*, Marija Vusnovic, *Jornal do Brasil*, de 02/12/99.

69 N.A.: *Soberania, Direito e Paz*, Afonso Arinos de Melo Franco, *Jornal do Brasil*, de 30/05/99.

Mesmo não sendo legítima uma intervenção pela força, será ela eficaz para corrigir o que a motivou?

A experiência atual das intervenções ditas humanitárias indica que elas não têm tido o resultado esperado.

As intervenções da ONU em Ruanda e na Somália e a da OTAN na Bósnia e em Kosovo não resolveram as dificuldades e, algumas vezes, especialmente em Ruanda e na Somália, tornaram a situação ainda pior; em Kosovo, os que eram oprimidos passaram a oprimir, com a mesma ferocidade, os antigos opressores.

As conseqüências da intervenção em Kosovo são dramáticas: embora as forças armadas da Iugoslávia não tenham sofrido grandes danos, toda a infra-estrutura do país, especialmente a de Kosovo, foi destruída;⁷⁰ os membros da KFOR e da Missão da ONU para Administração Interina de Kosovo (UNMIK) têm expressado sua incapacidade de controlar a região; uma nova onda de

refugiados bloqueia as estradas do país (cerca de 250 mil sérvios estão em fuga de Kosovo e das represálias dos albanos-kosovares); o ELK, não tendo sido, ainda, totalmente desarmado, ataca militares e civis sérvios em retirada;

a situação econômica e social da Iugoslávia é mais frágil e difícil do que nunca, vivendo o país uma recessão econômica de grandes proporções, com o PIB tendo caído 40,7%, as exportações e importações 55 e 58% respectivamente e o índice de desemprego chegando a 33% (cerca de 1 milhão de desempregados); a ajuda internacional prometida pela comunidade internacional para a reconstrução do país ainda não

apareceu e, como foi condicionada à saída de Milosevic, dificilmente sairá a médio prazo; os problemas ecológicos criados são enormes, com níveis de poluição em terra, na água e no ar muito acima dos índices toleráveis; a guerra não consolidou nem a democracia nem a diplomacia, mantendo na área um equilíbrio

**Esta guerra dos Estados Unidos
(...) por causa de Kosovo torna-se
emblemática quando focaliza a
inter-relação conflituosa,
tragicamente atual, entre os
conceitos de soberania nacional e
direito internacional. Evidencia,
ainda, um dos problemas cruciais
do mundo contemporâneo, que é o
da insuportável contradição entre
o direito e a justiça**

*Afonso Arinos de Melo Franco
(Jornal do Brasil)*

70 N.A.: As informações sobre a eficácia dos bombardeios são contraditórias. Um relatório da Força Aérea dos Estados Unidos, divulgado pela revista *Newsweek*, do princípio de maio de 2000, revelou que boa parte dos alvos, alegadamente destruídos pelos aviões e mísseis *Tomahawk* da OTAN – pontes, centrais elétricas, etc. – estavam intactos. A comissão de investigação da Força Aérea mostrou ainda que os dados divulgados pela OTAN relativos a alvos militares – destruição de 120 carros de combate, 220 carros blindados e 450 peças de artilharia – deveriam ser corrigidos para números bem mais modestos: 14 carros de combate, 18 blindados e 20 peças de artilharia. A rendição de Milosevic devia ser atribuída ao enorme dano causado pelos bombardeios à infra-estrutura civil do país.

Ficou comprovado que os bombardeios a alta altitude, para proteger a guarnição dos aviões, tornavam muito difícil a identificação dos alvos e, ainda mais, o acerto de alvos em movimento.

Apesar dos exageros da OTAN, os danos causados à infra-estrutura civil do país foram enormes e a principal razão da rendição de Milosevic. A comparação entre as baixas militares e as civis na Iugoslávia – 600 militares contra 1.300 civis – comprova isso. Ver *Bombas perdidas*, revista *Veja*, de 17/05/00, págs. 56-7.

instável, frágil, que só subsiste devido à presença das forças internacionais.⁷¹

Recentemente, a OTAN admitiu ter usado armas com urânio empobrecido em Kosovo, expondo a graves riscos de saúde tanto civis como seus próprios soldados e membros das equipes de ajuda humanitária. Segundo esses relatos, foram usados cerca de 31 mil projetis com este material em aproximadamen-

te 100 missões realizadas por aviões americanos – o urânio empobrecido é usado em obuses para dar-lhes a capacidade de penetrar na forte blindagem dos veículos militares ou em abrigos subterrâneos.⁷²

Apesar desses recursos, os bombardeios não alcançaram seus objetivos militares; o sistema de defesa aéreo iugoslavo, muito descentralizado, sofreu pouco. Não é de admirar que eles não conseguissem deter as perseguições dos sérvios contra os albanos-kosovares, e, pelo contrário, aumentassem os sofrimentos destes devido aos bombardeios.⁷³

Há um outro efeito causado pelos bombardeios que não pode ser desprezado: o bombardeio esvaziou o discurso da oposição a Milosevic, tão forte antes do conflito, e exacerbou o nacionalismo sérvio. Hoje, Milosevic é muito mais forte do que quando do início dos bombardeios.

Uma importante questão que o debate sobre a intervenção em Kosovo suscita é a validade da justificativa para intervir. Há outras situações, tão ou mais graves, de flagrantes violações de direitos humanos, que não merecem a mesma atenção da comunidade internacional: a perseguição aos curdos na Turquia,⁷⁴ aos tutsis em Ruanda, aos que defenderam a independência do Timor-Leste,

aos tibetanos; mais recentemente, aos sérvios de Krajina, mortos ou expulsos de suas terras pelos croatas, e aos muçulmanos na Bósnia e Herzegovina, pelos sérvios da Bósnia. É fácil de constatar que a intervenção do exército russo na província da Chechênia – um estado agindo dentro do seu território para debater uma insurreição – é em tudo semelhante à da Sérvia em Kosovo, inclusive no que se refere à violência da repressão; as críticas formais feitas à Rússia, mais dirigidas ao público interno dos países que a fizeram, não alteraram em nada

a situação, o que leva a crer que o dever irrecusável de intervir só se manifesta quando voltado para países de pequeno poder nacional, politicamente impotentes ou sem expressão militar.⁷⁵

Evidentemente, outros interesses nacionais das grandes potências são os que pesam

A comissão de investigação da Força Aérea mostrou ainda que os dados divulgados pela OTAN relativos a alvos militares – destruição de 120 carros de combate, 220 carros blindados e 450 peças de artilharia – deveriam ser corrigidos para números bem mais modestos: 14 carros de combate, 18 blindados e 20 peças de artilharia

71 N.A.: Marija Vusnovic, op.cit.

72 N.A.: *A OTAN usou urânio em Kosovo*, *Jornal do Brasil*, de 22/03/2000. As quantidades usadas no Iraque foram dez vezes maiores e a incidência de casos de câncer nas áreas próximas aos bombardeios foi muito grande, motivando queixas generalizadas dos veteranos americanos.

73 N.A.: *Os Balcãs*, Miriam Gomes Saraiva, *Jornal do Brasil*, de 12/04/99

74 N.A.: O apoio da Turquia aos Estados Unidos na Guerra do Golfo está relacionado com esta omissão.

75 N.A.: A Rússia usou na Chechênia a mesma estratégia operacional que os Estados Unidos em Kosovo, com os mesmos "bons" resultados.

na decisão de intervir, bem mais do que as razões humanitárias. Certamente não são essas razões que mantêm até hoje, passados nove anos da Guerra do Golfo, as zonas de exclusão aérea sobre o Iraque, em total desrespeito à soberania e à honra do país, e um embargo econômico que é causa de enorme sofrimento para o povo iraquiano.

Mas a verdade é que estas ponderações não resolvem o problema original: se o emprego da violência não é aceitável para proteger uma minoria qualquer que tem os seus direitos humanos ameaçados, deve a comunidade internacional, para não violar a soberania de um estado, assistir impassível ao massacre, à expulsão dos seus lares, de dezenas ou centenas de milhares de perseguidos?

Os que defendem a legitimidade do ataque da OTAN a Kosovo o fazem em nome de uma nova ordem internacional mais justa e de caráter liberal.

Ora, a constituição de uma nova ordem não pode passar pela utilização da violência através de meios militares contra terceiros, mesmo que eles estejam usando este expediente. É uma questão de ética. Embora o caminho seja mais tortuoso, a construção de uma nova ordem melhor que a anterior só pode ser feita pelo caminho da política ou ela já nascerá viciada.⁷⁶

Todas as tentativas políticas e/ou económicas que vêm sendo tentadas só fracassa-

ram porque condicionadas aos interesses nacionais de um país ou de um grupo de países e em oposição aos de outros. Os acordos, mesmo se transitórios, só sobreviverão se os interesses de todos os envolvidos forem devidamente considerados e, uma vez que isto aconteça, através de concessões mútuas, a pressão da comunidade internaci-

onal, agora atuando no mesmo sentido, tornar-se-á, evidentemente, irresistível: o acordo sobre Kosovo resultou de um amplo entendimento, com os Estados Unidos e a Rússia fazendo concessões mútuas. Os fracassos têm ocorrido porque, em geral, não é esse o procedimento usual: quando a Eslovênia e a Croácia, em 1991, anunciaram a sua independência e os países da União da Europa Ocidental (UEO) buscavam uma solução comum para a crise que pudesse evitar a guerra, a Alemanha, também um

membro da UEO, reconheceu unilateralmente a independência das duas repúblicas, com as quais sempre teve relações especiais, deixando os demais países da União em difícil situação, já que os seus interesses, ao contrário dos da Alemanha, eram da manutenção da integridade da Iugoslávia;⁷⁷ essa divisão contribuiu para a generalização do conflito na Croácia e na Bósnia-Herzegovina.⁷⁸

Países que não se alinham entre as grandes potências — e esse, sem nenhuma dúvida,

Evidentemente, outros interesses nacionais das grandes potências são os que pesam na decisão de intervir, bem mais do que as razões humanitárias

*

O que leva a crer que o dever irrecusável de intervir só se manifesta quando voltado para países de pequeno poder nacional, politicamente impotentes ou sem expressão militar

76 N.A.: Miriam Gomes Saraiva, op.cit.

77 N.A.: A Espanha, influenciada pelo problema basco, e o Reino Unido, pelo da Irlanda do Norte, na atualidade integrada ao Reino Unido.

78 N.A.: Miriam Gomes Saraiva, op.cit.

é o caso do Brasil – devem ser extremamente cautelosos no apoio a intervenções, mesmo quando feitas sob a égide da ONU,⁷⁹ e devem resistir aos conceitos de soberania limitada, que, em geral, só se aplicam aos países de pequeno poder nacional.⁸⁰

“... cumpre evitar qualquer iniciativa que venha a abalar o princípio protetor da não-intervenção na competência exclusiva do Estado, garantia jurídica insubstituível da Soberania nacional”.⁸¹

O repúdio à intervenção armada não decorre de qualquer afinidade, simpatia ou so-

lidariedade a ditadores como Fiel Castro, Augusto Pinochet, Saddam Hussein ou Slobodan Milosevic; na verdade, a agressão à soberania dos estados tem ajudado a manter a maior parte deles no poder, principalmente porque ela desperta o nacionalismo, mesmo dos que fazem oposição ao poder autoritário, e esse sentimento é bem

mais forte do que o da repulsa às práticas não-democráticas ou anti-sociais de um governante.

A necessidade de um novo ordenamento internacional, que permita fazer frente aos novos problemas que ameaçam a estabilidade global, como os problemas étnicos, o terrorismo e outros semelhantes, não pode ser ignorada. Entretanto, “a busca de uma lei internacional justa não pode ser feita empiricamente. É perigoso substituir um sis-

tema formal por um conjunto de princípios vagos, que podem facilmente ser manipulados pelos países poderosos. A civilização exige o domínio do Direito e é preciso criar um novo arcabouço legal que defina as condições de intervenção internacional.”⁸²

A tarefa não é fácil. Na prática, o Ocidente, liderado pelos Estados Unidos, já descartou a ilusão de que todos os países, grandes ou pequenos, ricos ou pobres, são iguais perante a lei; a nova postura implica no reconhecimento de que os estados não são equivalentes em poder, riqueza ou no seu compromisso

com os direitos humanos e a paz, e reconhece que, na atualidade, as principais ameaças à estabilidade e ao bem-estar coletivo vêm da violência interna nos estados mais do que de conflitos internacionais; assim, mesmo reconhecendo que a ordem interna é responsabilidade do estado, a intervenção é considerada

apropriada sempre que os custos humanitários de não intervir forem altos demais, como nos casos de genocídio.⁸³

A questão, porém, está sem saber como avaliar os custos de intervir ou não intervir, quem vai decidir sobre a oportunidade e a necessidade de intervir. O uso freqüente da intervenção logo irá ampliar as causas que as justificam, como agressões ao meio-ambiente, migrações fora de controle, abrigo ao terrorismo internacional, ameaças à paz mundial

Deve a comunidade internacional, para não violar a soberania de um estado, assistir impassível ao massacre ou à expulsão dos seus lares de dezenas ou centenas de milhares de perseguidos?

79 N.A.: O elitismo do Conselho de Segurança da ONU não contribui para sua credibilidade como organismo imparcial.

80 N.A.: A redução de soberania resultante da adesão voluntária a blocos regionais configura uma situação diferente, necessária no contexto da globalização (indispensável mesmo). É o caso do Brasil com relação ao Mercosul.

81 N.A.: Afonso Arinos de Melo Franco, op. cit.

82 N.A.: *A aliança depois da Guerra Fria*, Cecília Gouvêa Dourado, in *Foreign Affairs*, ed. Brasil., nº 32, maio de 1999.

83 N.A.: *O novo intervencionismo*, Michael J. Glennon, in *Foreign Affairs*, ed. Brasil., nº 32, maio de 1999.

e muitas outras que as circunstâncias venham exigir. E isso ocorrerá, apesar da experiência atual, conforme já vimos, não ser uma história de sucessos.

A OTAN, ao abandonar o conceito ético que orientou a sua criação – para Ernst Bevin, um dos seus idealizadores, a paz e a segurança só poderiam ser garantidas se fosse possível organizar e reforçar as “forças éticas e espirituais da civilização ocidental”⁸⁴ – perde a sua essência; além do mais, essa decisão da OTAN está criando, como é natural, divisões em seu seio, com choques de opinião fre-

quêntes e mais profundos, o que compromete a sua grande força – alguns analistas a chamam de *soft power* – isto é, a possibilidade de atuação conjunta e voluntária das nações democráticas, cuja influência sutil foi bem maior do que a causada pela imagem do seu poder militar, capaz de dissuadir uma agressão ou de atuar como força de manutenção da ordem.⁸⁵

É um tanto simplista acreditar que uma intervenção armada vá pôr fim a problemas cuja origem se perde na bruma dos tempos. A complexidade das questões em causa dificulta o encontro de soluções definitivas: o caso de Kosovo, por exemplo, não pode ser visto isoladamente, como um problema apenas da Sérvia e dos kosovares; é um problema que envolve a Albânia, cujo sonho de uma Grande Albânia inclui a incorporação de Kosovo e de territórios na Macedônia e em Montenegro, onde há expressivos bolsões de etnia alba-

nesa; e certamente repercutirá na Grécia e na Bulgária, além de em potências externas à área, como a Itália, com interesses específicos com relação à região.

A dificuldade de encontrar soluções duradouras pode ser constatada por uma análise do Acordo de Dayton: primeiro, o reconhecimento imediato da Iugoslávia e o levantamento do boicote econômico pela União Europeia, sem que a questão de Kosovo tivesse sido definida em termos claros, contribuiu para a radicalização dos albanos-kosovares; segundo, a entrega aos servo-bósnios de 49%

do território da Bósnia e Herzegovina, quando eles tinham sido responsáveis por alguns dos piores atos de genocídio desde a Segunda Guerra Mundial e, ainda pior, o reconhecimento da espúria República Srpska, uma criação do ultra-radical e indiciado como criminoso de guerra Radovan Karadzic, não parecem bases adequadas para a solução dos conflitos na área; terceiro, a Bósnia-Herze-

govina ficou dividida em pequenos enclaves de cada uma das três etnias dominantes e, apesar da ficção da comunidade diplomática de que esses para-estados de algum modo unir-se-ão no futuro, as possibilidades de que isso venha a ocorrer são nulas.⁸⁶

Não há soluções simples para questões complexas. Se é verdade que o emprego de sanções políticas e econômicas nem sempre é eficaz – em geral porque elas não são unânimes, cada Estado agindo à luz de seus

A agressão à soberania dos estados tem ajudado a manter a maior parte dos ditadores no poder, principalmente porque ela desperta o nacionalismo, mesmo dos que fazem oposição ao poder autoritário, e esse sentimento é bem mais forte do que o da repulsa às práticas não-democráticas ou anti-sociais de um governante

84 N.A.: *O casamento bem sucedido*, Michael Howard, in *Foreign Affairs*, ed. Brasil., nº 32, maio de 1999.

85 N.A.: *A OTAN venceu a guerra fria?*, Vojtech Matny, in *Foreign Affairs*, ed. Brasil., nº 32, maio de 1999.

86 N.A.: *Os senhores de Kosovo*, Chris Hedges, in *Foreign Affairs*, ed. Brasil., nº 33, junho de 1999.

interesses nacionais —, a intervenção militar, pelo menos a médio prazo, seguramente não resolve os problemas e, muitas vezes, agrava-os.

Acreditamos que não há, dentro de um limite de tempo previsível, a possibilidade de se estabelecer um ordenamento interna-

cional que elimine os conflitos, mas é importante que a comunidade internacional, sem ferir os princípios do Direito, procure resolvê-los e atenuar os seus efeitos, de modo a assegurar o máximo de Justiça.

Gostaria de concluir citando Norberto Bobbio:

“... na esfera das relações políticas, toda forma de violência deve ser eliminada e a violência deve ser substituída pelo debate das idéias e pela persuasão fundada em argumentos racionais, especialmente num tempo como o nosso, em que a fabricação de instrumentos de morte cria produtos cada vez mais perfeitos.”⁸⁷

Norberto Bobbio

87 N.A.: *Três personagens da 'Itália Civil'*, in *As Ideologias e o Poder em Crise*, Norberto Bobbio, Ed. Universidade de Brasília (UNB), 1995, 240 p., pág. 231

BIBLIOGRAFIA

As principais referências para a realização desse trabalho foram "Managing Arms in Peace Processes: Croatia and Bosnia-Herzegovina", Barbara Ekwall e Andrei Raevsky, United Nations Institute for Disarmament Research (UNIDIR), New York/Geneva, 1996, 426 p., e o

Artigo "The former Yugoslavia: the war and the peace process", Anthony Borden e Richard Caplan, p.203-50, in Stockholm Peace Research Institute (SIPRI) Yearbook 1996", Oxford University Press, 1996, 830 p.

Outros livros e artigos usados pontualmente são citados nas nota de pé de página, assim como notícias e artigos de jornais.

Para a parte histórica, foram consultados a *Enciclopédia Britânica*, tópicos "Iugoslávia" e "Slavs", e os *Livros do Ano Balsa*, tópicos "Iugoslávia", "Croácia", "Eslovênia", "Sérvia", "Macedônia", "Montenegro" e "Bósnia-Herzegovina", correspondentes, quando aplicável, aos anos de 1988 a 1999.

Ainda em referência ao texto:

Não há soluções simples para
questões complexas

O elitismo do Conselho de Segurança da ONU
não contribui para sua credibilidade como
organismo imparcial

Ambos do autor, Almirante Vidigal

O AQUECIMENTO CONTEMPORÂNEO DA ATMOSFERA

O Efeito Estufa

ROBERTO GAMA E SILVA
Contra-Almirante (Ref^o)

INTRODUÇÃO

Há algum tempo, por ocasião da rodada final da Conferência sobre Mudanças Climáticas, realizada no Japão, a imprensa brasileira deu algum destaque ao efeito estufa, embora tratando esse fenômeno natural como um vilão, que estaria ameaçando a vida no planeta.

Um dos jornais, por sinal de grande circulação, chegou a publicar na primeira página a seguinte informação: "Os 39 países do Primeiro Mundo fecharam ontem, em Quioto, no Japão, um acordo para diminuir as emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa, **perturbação atmosférica provocada pelo homem que está aquecendo o planeta.**"

Foi noticiado, na mesma época, que o chamado efeito estufa seria **uma teoria se-**

gundo a qual o Globo Terrestre estaria sofrendo um processo de aquecimento, devido à concentração excessiva de dióxido de carbono e de outros gases produzidos pela combustão, que não deixariam passar a radiação dos raios infravermelhos emitidos pela Terra.

Outros periódicos prepararam uma salada mista, misturando o efeito estufa com a perturbação atmosférica causada pelo El Niño e, ainda, com a diminuição da camada de ozônio, para descrever o que se tratou na reunião de Quioto.

Quase todos, porém, reproduziram notícias plantadas alhures, para orientar a opinião mundial contra os brasileiros que, por incapacidade e irresponsabilidade, estariam contribuindo, muito mais do que se imaginava, para o aquecimento da biosfera, devido às queimadas na Amazônia.

O EFEITO ESTUFA

Daqui por diante, procurar-se-á desfazer esses "equivocos", produtos do desconhecimento ou da malícia, com uma apresentação científica, embora acessível, dessas questões ventiladas na imprensa local.

Os brasileiros merecem saber a verdade dos fatos!

O nosso planeta, a Terra, é envolvido por uma camada de gases e aerossóis, a atmosfera, com pouco mais de 180 quilômetros de espessura, o que equivale a dizer, muito delgada em relação ao diâmetro terrestre, da ordem de 12.472 quilômetros.

Não obstante a pequena espessura, a atmosfera é essencial para a vida e para o funcionamento de todos os processos físicos e biológicos da Terra. Ela é a responsável direta pelas temperaturas favoráveis da biosfera, pelo fornecimento dos gases necessários à respiração celular e à fotossíntese; pelo suprimento de água

doce, e, até mesmo, pela proteção de todos os seres vivos contra as perigosas radiações da faixa ultravioleta.

São dois os principais componentes gasosos da atmosfera, o Nitrogênio (N_2) e o Oxigênio (O_2), cujas participações volumétricas, na composição do ar seco, são respectivamente 78,084% e 20,946%. O restante do volume do ar seco divide-se entre uma dúzia de outros gases, onde se destacam, pela participação volumétrica, o argônio (A), com 0,934%, e o dióxido de carbono (CO_2), com 0,0353%. Em adição, participando com percentuais variáveis, regional e temporal-

mente, mas perfazendo uma média global de uns 3% do volume total da atmosfera, aparece o vapor de água, vital à sobrevivência de todas as formas de vida do planeta.

Os aerossóis são minúsculas partículas, líquidas ou sólidas, em suspensão na camada gasosa. Alguns aerossóis, gotículas de água e cristais de gelo, são visíveis, sob a forma de nuvens. Os demais, sólidos, muito pequenos para serem vistos a olho nu, são lançados na atmosfera pelo vento, como produtos da erosão dos solos (poeira), de incêndios, de erupções vulcânicas, de atividades industriais e agrícolas. Até mesmo partículas de meteoros, vindas do espaço, aparecem na atmosfera como aerossóis.

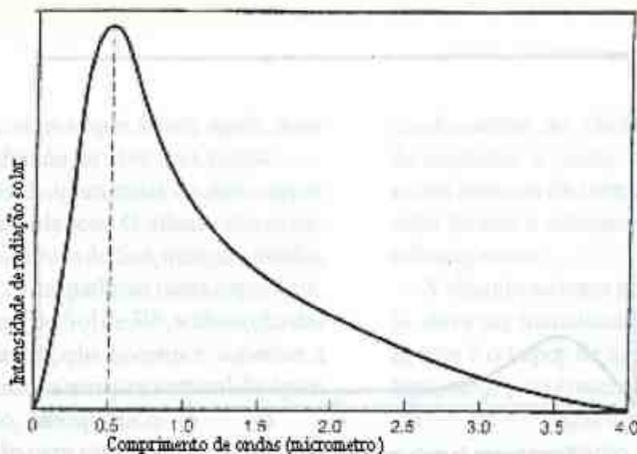
A energia solar aciona a atmosfera, fazendo-a circular e determinando as condições climáticas. O Sol, no entanto, emite primariamente numa faixa de radiação de comprimentos de onda situados entre 0,25 e 2,5 micrometros, sendo que o pico da radiação solar exibe um comprimento de

onda de 0,5 micrometros (o verde, do espectro visível). Isso porque, para qualquer corpo, o comprimento da onda de radiação mais intensa é dado pela fórmula:

$\lambda_{max} = 2880/T$, onde T é a temperatura do corpo emissor, expressa em graus Kelvin ($273+^{\circ}C$). A temperatura do Sol é igual a $6.000^{\circ}K$.

A figura que se segue mostra a distribuição da radiação solar, relacionando os comprimentos de onda e a intensidade de radiação:

Quase todos, porém, reproduziram notícias plantadas alhures, para orientar a opinião mundial contra os brasileiros que, por incapacidade e irresponsabilidade, estariam contribuindo, muito mais do que se imaginava, para o aquecimento da biosfera, devido às queimadas na Amazônia



A quantidade de energia solar interceptada pela Terra é enorme, $3,67 \times 10^{21}$ calorias* por dia. Esse total, vale dizer, corresponde, tão somente, a dois bilionésimos da energia total irradiada pelo Sol. Ademais, da energia interceptada pela Terra, 45% situa-se na faixa visível (0,3 a 0,8 micrometros), 46% na faixa infravermelha (0,8 micrometros a 100 micrometros) e apenas 9% na faixa ultravioleta (0,0001 a 0,3 micrometros).

Quando a radiação solar penetra na atmosfera, há uma interação com os gases e aerossóis, que poderão refleti-la, dispersá-la ou absorvê-la. Obviamente, a quantidade de energia radiante que não é refletida ou dispersada de volta para o espaço e, também, não é absorvida pelos gases e aerossóis, atingirá a superfície da Terra, onde novas interações terão lugar. Evidente que, de acordo com a lei de conservação da energia, a soma do percentual que é absorvido pela atmosfera, do que é refletido ou dispersado e do que passa para a superfície da Terra será igual a 100%. O balanço anual da radiação solar sobre o sistema Terra-Atmosfera é, normalmente, o seguinte:

Reflexão e dispersão pelo sistema	31%,
Absorção pela atmosfera	23%
Absorção pela superfície da Terra	46%
Total	100%

Por aí pode-se concluir que o albedo** do planeta é da ordem de 31%.

Se as radiações do Sol fossem absorvidas continuamente pela sistema Terra-Atmosfera, sem que houvesse qualquer fluxo de calor para fora do sistema, as temperaturas da superfície da Terra e da atmosfera tenderiam a crescer continuamente, tornando inexecuível a vida na biosfera.

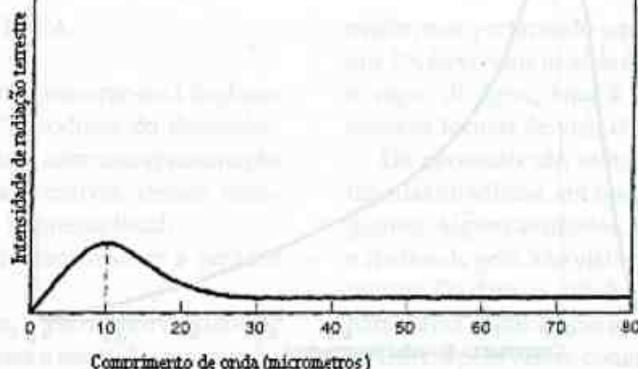
Acontece que a Terra também emite radiações, obedecendo às mesmas leis físicas que se aplicam a todos os corpos. O aquecimento do planeta, que condiciona a sua temperatura externa, deve-se à energia recebida do Sol e à própria energia interna, cujas fontes principais são as radiações dos elementos radioativos do subsolo.

Por exibir temperaturas externas bem inferiores às do Sol, cerca de 285 °K, as radiações terrestres situam-se na faixa infravermelha do espectro eletromagnético. O pico de energia das emissões corresponde ao comprimento de onda de 10 micrometros, conforme mostra a figura que se segue.

Pois bem, o aquecimento devido à absorção das radiações solares é compensado pela fuga de calor do sistema Terra-Atmosfera para o espaço, por intermédio das radiações infravermelhas. Para tanto, contribui o fato das radiações solares incidirem apenas sobre

* N.R.: 1 caloria é a quantidade de calor necessária para elevar de 10°C a temperatura de 1 grama de água.

** N.R.: Albedo é a razão entre a radiação refletida e a radiação incidente.



a face iluminada do planeta, enquanto que as radiações infravermelhas são produzidas continuamente, dia e noite, pelo sistema Terra-Atmosfera.

A temperatura média da superfície terrestre e da troposfera (camada mais baixa da atmosfera) é estabelecida pelo efeito estufa, assim chamado porque se assemelha ao efeito produzido pelas estufas. Nas estufas, os vidros permitem a entrada das radiações solares, que são absorvidas e aquecem o ambiente. O calor irradiado pelos corpos conservados na estufa, na faixa infravermelha, é absorvido pelos vidros que o retém por algum tempo, o suficiente para manter o ambiente aquecido.

No caso do sistema Terra-Atmosfera, a atmosfera que só captura 23% da radiação solar interceptada pelo planeta absorve praticamente 94% da radiação infravermelha da superfície da Terra, sendo parte dessa energia irradiada de volta para a superfície e a outra parte lançada no espaço. A absorção da radiação pelos gases da atmosfera é seletiva: cada gás absorve intensamente em determinados comprimentos de onda e muito pouco ou nada nos demais.

Esse mecanismo retarda a liberação da energia para o espaço, por manter uma troca de calor contínua no interior do sistema Terra-Atmosfera. Conseqüentemente, a biosfera tem a sua temperatura elevada até o nível compatível com as diversas manifestações de vida existentes na Terra. Com efeito, vista do espaço, a Terra irradia numa temperatura da ordem de -18°C , enquanto que a temperatura média da biosfera pode ser considerada como sendo 15°C . Então, o efeito estufa eleva a temperatura da biosfera em cerca de 33°C ($18^{\circ}+15^{\circ}$).

Eis aí, em resumo, a descrição do fenômeno natural denominado efeito estufa que, ao contrário do que imaginam os mal informados, vem operando continuamente há mais de 1 bilhão de anos, desde que a atmosfera passou a ser rica em oxigênio, não sendo,

portanto, uma perturbação atmosférica provocada pelo homem. Muito até pelo contrário, ele, o efeito estufa, foi um dos fatores que deram margem ao aparecimento do homem no planeta!

Apenas para não deixar escapar uma oportunidade para transmitir conhecimento, julgo importante destacar o papel termoregulador

Efeito estufa vem operando continuamente há mais de 1 bilhão de anos, desde que a atmosfera passou a ser rica em oxigênio, não sendo, portanto, uma perturbação atmosférica provocada pelo homem

da hidrosfera, com o que ficará ainda mais realçada a perfeição da obra do Criador.

Os oceanos ocupam mais de dois terços da superfície do planeta. O albedo dos oceanos varia com a altura do Sol, mas, em média, é bem inferior ao de qualquer outra superfície. A partir da altura do Sol de 30°, a absorção das radiações solares pelo oceano é superior a 94%. Além disso, a mistura vertical da água, por convecção, transporta o calor absorvido para profundidades consideráveis, bem superiores àquelas em que cada comprimento de onda pode penetrar (as radiações de cor azul são as que atingem maiores profundidades, podendo chegar até 200 metros).

Sobrepondo-se a esses fatos, a água é, ainda, a substância que exibe o maior calor específico dentre todas as demais. Isso significa que a água é a substância que absorve maior quantidade de calor para elevar a sua temperatura e, inversamente, é também a substância que libera mais calor para baixar a sua temperatura.

A área superior ocupada pelas águas, na superfície do planeta (que bem poderia se chamar Água em vez de Terra), junto com as propriedades da água, tornam os oceanos

coadjuvantes do efeito estufa, no sentido de amenizar o clima terrestre, contendo os saltos bruscos de temperatura entre os períodos diurno e noturno e, mesmo, entre dias subsequentes.

Voltando ao tema principal, o efeito estufa, deve ser mencionado que o seu principal agente é o vapor de água contido na atmosfera, tanto pela concentração, que pode chegar

até 3% do volume do ar, como pela capacidade que apresenta de absorver radiações em todo o espectro infravermelho.

Os demais gases que atuam no sentido de elevar a temperatura da biosfera, por intensificação do efeito estufa, são: dióxido de carbono (CO_2), ozônio (O_3), metano (CH_4), óxido nitroso

(N_2O) e os freons ou clorofluorcarbonos (CCl_3F , CCl_2F_2 e $\text{C}_2\text{Cl}_3\text{F}_3$). A tabela que se segue indica a concentração volumétrica desses gases na atmosfera, em partes por bilhão.

A tabela mostra que o dióxido de carbono desempenha um papel importante na intensificação do efeito estufa, quando comparado com os outros gases nela listados, devido à sua concentração na atmosfera.

Principal agente do efeito estufa é o vapor de água contido na atmosfera

Gás	Concentração atual	Concentração antes da era industrial	Incremento anual
CO_2	353.000	280.000	0,7
CH_4	1.738	790	0,9
NO_2	310	288	0,8
O_3	20 a 40	10	0,5 a 2,0
CFC	0,28 a 0,48	0	4,0

Deve ser ressaltado, entretanto, que o metano, o óxido nitroso e os clorofluorcarbonos são, também, muito eficientes como absorvedores das radiações infravermelhas, por atuarem numa "janela" existente entre 8 e 10 micrometros, em que a maior parte do calor emitido pela superfície da Terra escapa para o espaço.

Todavia, como o fator "concentração" tem maior peso, o vilão principal do atual desafio com que se defronta a humanidade, qual seja o de estancar o aquecimento contemporâneo da atmosfera, é o dióxido de carbono.

Na segunda parte desse trabalho serão examinados os ciclos de oxigênio e carbono da atmosfera, para se chegar a uma conclusão sobre a causa maior do desequilíbrio no segundo ciclo e, por conseguinte, saber como eliminar as emissões perniciosas que poderão, em futuro não muito distante, provocar uma elevação no nível do mar e, paralelamente, alterar o zoneamento agrícola do planeta.

OS CICLOS DO OXIGÊNIO E DO CARBONO

Para analisar a atuação do dióxido de carbono na atmosfera, faz-se necessário conhecer tanto o ciclo do carbono quanto o ciclo do oxigênio, devido à ligação estreita entre os dois gases.

A presença do oxigênio livre na Terra está intimamente relacionada com o processo denominado "fotossíntese", mediante o qual as plantas usam a energia solar para converter dióxido de carbono e água em oxigênio e açúcares. O gás é liberado para a atmosfera e os açúcares são convertidos em tecidos vegetais.

Admite-se que a fotossíntese produza anualmente 10^{16} moléculas-grama de oxigênio (1 mol de $O_2 = 32$ gramas). Desse total, três quartos correspondem à produção da vegetação continental e um quarto provém dos fitoplânctons dos mares.

Há, ainda, uma outra fonte de produção de oxigênio para a atmosfera, qual seja a dissociação do vapor de água pelas radiações da faixa ultravioleta, seguida de uma fuga de moléculas de hidrogênio para o espaço, antes que tenham elas oportunidade de se

recombinar com o oxigênio livre. Esse processo é lento, eis que só libera 10^{10} moles de oxigênio por ano. Todavia, ao contrário da fotossíntese, não é um processo reversível e, destarte, acaba sendo a principal fonte de abastecimento do "reservatório" de oxigênio da atmosfera, que tem capacidade para estocar $3,8 \times 10^{19}$ moles de oxigênio, ou sejam, $1,216 \times 10^{15}$ toneladas do gás em foco.

Note-se que a produção anual de oxigênio pela fotossíntese representa apenas

0,026% do gás armazenado no "reservatório" atmosférico, o que significa que se não houvesse um mecanismo de remoção do gás, tal "reservatório" dobraria sua capacidade em 3.800 anos. Tal intervalo representa o tempo de residência do oxigênio na atmosfera e dá uma idéia concreta da rapidez ou da lentidão, conforme o ponto de vista, da reação da atmosfera a uma mudança brusca na velocidade de produção ou remoção do oxigênio.

Os mecanismos responsáveis pela remoção do oxigênio atmosférico e, por consequência, pela manutenção do equilíbrio do seu ciclo são os processos de respiração e de decomposição, bem como o de oxidação das rochas, este último bem mais lento.

O vilão principal do atual desafio com que se defronta a humanidade, qual seja o de estancar o aquecimento contemporâneo da atmosfera, é o dióxido de carbono

A respiração e a decomposição são reações opostas à fotossíntese, que resultam na remoção do oxigênio atmosférico e do carbono orgânico superficial, para produção de água e dióxido de carbono. A atmosfera, no momento, contém $5,6 \times 10^{16}$ moles de CO_2 , que correspondem a 0,033% do volume do ar.

Para manter a atmosfera balanceada, a velocidade desse processo deve resultar na produção de 10^{16} moles de dióxido de carbono por ano (1 mol de $\text{CO}_2 = 44$ gramas), de modo a contrabalançar a produção, pela fotossíntese, das 10^{16} moles de oxigênio. O "reservatório" superficial de carbono orgânico é igual a 2×10^{17} moles, portanto 200 vezes menor do que o "reservatório" de oxigênio atmosférico. Como é fácil calcular, o tempo de residência do carbono nesse "reservatório" é igual a 20 anos. Portanto, por esse lado, bem rápida será a resposta a qualquer tipo de alteração no balanceamento do dióxido de carbono presente na atmosfera.

Sabendo-se que a atmosfera anterior à atual era rica em dióxido de carbono e desprovida de oxigênio, emana claro da pequena dimensão do reservatório de carbono orgânico da litosfera que não pode ser ele o único responsável pela produção do oxigênio. De fato, se, por hipótese, a reação fotossintética parasse de repente, a decomposição subsequente de toda a matéria viva e a remoção total do carbono orgânico da superfície emersa da Terra consumiriam apenas meio por cento do oxigênio atmosférico ($2 \times 10^{17} / 3,8 \times 10^{19} = 0,00526$). Traduzindo em miúdos: **a liberação de todo o carbono retido na fauna e na flora pouco afetaria o percentual de oxigênio da atmosfera!**

Tal constatação, por si só, desfaz o mito do "pulmão do mundo", não só em relação à floresta amazônica, mas para toda a vegetação do planeta!

Quem é então o "pulmão do mundo"?

É o grande volume de água salgada que recobre 71% da superfície da Terra.

O dióxido de carbono é trocado, continuamente, entre a atmosfera e a hidrosfera.

A superfície dos mares libera, por evaporação, $5,5 \times 10^{15}$ moles de CO_2 por ano, que só não contribuem para alterar o percentual do gás na atmosfera porque quantidade idêntica é absorvida e dissolvida no mesmo período. A camada superior dos mares, entretanto, retém $3,2 \times 10^{18}$ moles de dióxido de carbono, já transformado em íons bicarbonato (HCO_3^-). Além disso, os sedimentos que capeiam o fundo dos oceanos contêm 10^{20} moles de carbono orgânico e 5×10^{21} moles de carbonato de cálcio, esta última substância resultante

de uma seqüência de reações químicas, iniciadas a partir da combinação da água com o dióxido de carbono.

Agora sim, apareceram os grandes "reservatórios" de carbono!

Como as reações químicas que se processam nos oceanos são reversíveis, chega-se à conclusão de que a concen-

tração de dióxido de carbono na atmosfera é controlada pelo grau de acidez dos oceanos, uma vez que a reversibilidade atua como um circuito de realimentação negativa, bem sintonizado para equilibrar os ciclos de oxigênio e de carbono na atmosfera.

Note-se que os mais antigos sedimentos conhecidos na superfície da Terra datam de 3,8 bilhões de anos atrás. No fundo do mar, todavia, a idade máxima dos sedimentos é da ordem de 150 milhões de anos, como resultado da sucção contínua das placas tectônicas pelas fendas-sumidouros existentes nas fossas abissais. Portanto, o tempo de residência do carbono, no maior dos seus "reservatórios", é da ordem de 150 milhões de anos, fato que confere excepcional estabilidade ao sistema.

Quem é então o "pulmão do mundo"? É o grande volume de água salgada que recobre 71% da superfície da Terra

Há ainda uma outra fonte de dióxido de carbono: a atividade vulcânica. Anualmente, as erupções vulcânicas descarregam na atmosfera $5,5 \times 10^{15}$ moles de dióxido de carbono. Para contrabalançar tal descarga, tornando a atmosfera estável, entra em ação um ciclo que opera lenta mas continuamente, ao longo da escala geológica de tempo, envolvendo a intemperização* dos silicatos. Os efeitos gerais desse processo, alimentado por duas reações químicas, são: a transferência de carbonatos depositados nos continentes para o fundo dos oceanos e a conversão de silicatos em carbonatos.

Como resultado da intemperização dos silicatos, ocorrerá um pequeno aumento na alcalinidade dos oceanos, que suscitará um aumento na absorção de dióxido de carbono da atmosfera, para que as águas voltem ao seu estado normal, ligeiramente ácidas.

Os oceanos, pulmões do mundo, controlam, com admirável perfeição, os ciclos naturais do oxigênio e do dióxido de carbono!

A AÇÃO ANTRÓPICA

A partir do aumento da interferência do homem sobre a natureza, sobretudo após o início da era industrial, a atmosfera começou a receber quantidades adicionais de gases, principalmente de dióxido de carbono, sem a contrapartida da criação de um escoadouro especial para absorvê-las.

No afã de gerar energia, o homem começou queimando madeira e carvão vegetal, mas, tempos depois, passou a usar os combustíveis fósseis, carvão mineral e petróleo, retirados de "arquivos" subterrâneos, onde permaneceram estocados por períodos da ordem de 350 milhões de anos. Evidente que, após tanto tempo, esses derivados do carbono já não faziam parte do ciclo respectivo.

A queima de combustíveis fósseis, convém lembrar, é hoje responsável por 97% da energia total consumida pela humanidade, mas é também culpada pelo despejo na atmosfera de 10×10^{14} moles de dióxido de carbono por ano. O número citado corresponde à emissão anual medida no final da década de 70 e já aumentou bastante, eis que o consumo desses combustíveis vem crescendo à razão de 7,5% ao ano.

Levantamento datado de 1987, interessante mencionar, acusou um despejo de 5,3 bilhões de toneladas de dióxido de carbono, resultantes da queima dessas substâncias no ano referenciado.

O mesmo levantamento revelou que uma

terça parte da humanidade, residente nos países desenvolvidos, contribuiu com 3,9 bilhões de toneladas, isto é, 73,6% do total.

Por ordem, os sete maiores poluidores foram: Estados Unidos da América, com 1.224 milhões de toneladas; a finada União Soviética, com 1.013,6 milhões; a Europa Ocidental, com 791,6 milhões; a China, com

Uma terça parte da humanidade, residente nos países desenvolvidos, contribuiu com 3,9 bilhões de toneladas, isto é, 73,6% do total do despejo do dióxido de carbono para a atmosfera

*

Coube aos brasileiros a responsabilidade nominal pelo lançamento de 50,2 milhões de toneladas de dióxido de carbono, apenas 0,94% do total mundial!

* N.R.: Intemperização: Ação dos agentes climáticos sobre a superfície da Terra.

555,2 milhões; a Europa Oriental, com 365,7 milhões, e o minúsculo Japão, com 247,5 milhões de toneladas.

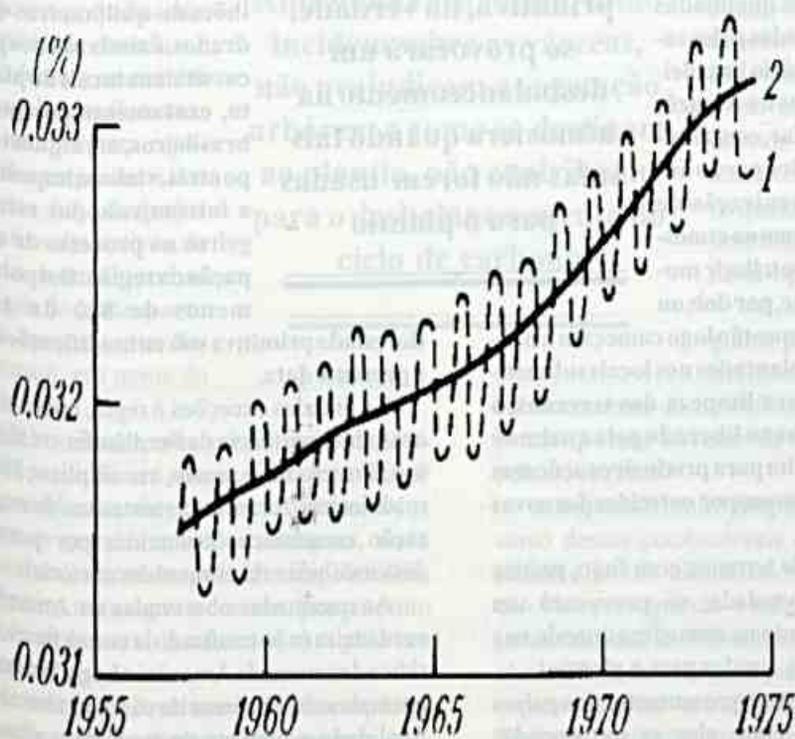
Nesse contexto perdulário, os povos que habitam o Novo Mundo, da margem direita do Rio Grande ao estreito de Drake, despejaram, tão somente, 229,7 milhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera, menos do que os japoneses o fizeram.

Coube aos brasileiros a responsabilidade nominal pelo lançamento de 50,2 milhões de toneladas de dióxido de carbono, apenas 0,94% do total mundial!

Que crime ambiental cometeram, então, os brasileiros?

Como resultado da ação antrópica inconseqüente, a concentração de dióxido de carbono no ar elevou-se de 280 para 353 partes por milhão, desde o início da era industrial até os dias de hoje.

No final da década de 60, vale registrar, foram montadas duas estações para medição da concentração de dióxido de carbono na atmosfera, uma no tope do Mauna Loa (Havaí) e outra na Antártica. A figura abaixo mostra o resultado das observações feitas no Mauna Loa, entre 1958 e 1976.



Variação da concentração de dióxido de carbono (Estação de Mauna Loa)

No período, os registros indicam uma média anual de crescimento igual a 0,74 partes por milhão, o que corresponde a 0,25% do total de dióxido de carbono contido na atmosfera.

Outro aspecto relevante indicado pelas observações está bem evidente na curva 1 (pontilhada), que foi traçada com os resultados reais das medições. As variações da curva 1, em torno da curva 2 (cheia), média das observações, destaca a influência decisiva da fotossíntese no ciclo anual do dióxido de carbono. **A concentração diminui nos meses de crescimento das plantas autotróficas e aumenta nos períodos de colheita e de repouso compulsório do solo, devido às condições climáticas.**

Bem importante essa observação, pois desfaz, sem margem de contestação, a crença de que as queimadas anuais, observadas pelos satélites no território brasileiro em geral, mas na Amazônia em particular, contribuem sobremaneira para o aumento da concentração de dióxido de carbono na atmosfera. Podem contribuir momentaneamente, por dois ou

três meses, porque tão logo começam a brotar os vegetais plantados nos locais submetidos ao fogo, para limpeza dos terrenos, o dióxido de carbono liberado pela queima é absorvido de volta para produzir os açúcares nutritivos e para compor os tecidos das novas plantas.

A limpeza de terrenos com fogo, prática primitiva, na verdade, só provocará um desbalanceamento na atmosfera quando tais áreas não forem usadas para o plantio.

Por sinal, esses representantes dos países desenvolvidos, entre eles as intrometidas ONGs, que vivem disseminando notícias desabonadoras contra os brasileiros (infelizmente, reproduzidas internamente por órgãos

de divulgação dissociados da nacionalidade), deveriam lembrar que as estimativas modernas, feitas por cientistas de renome, apontam para um total de **15 milhões de quilômetros quadrados de áreas florestadas destruídas pelo homem (11,2% das terras emersas, sem contar a Antártica)**. A responsabilidade por tamanho sacrilégio ambiental cabe, exatamente, aos países que expandiram os seus ecúmenos até os limites extremos dos seus territórios e, não satisfeitos com tal façanha, ainda montaram um esquema de dominação que lhes permite explorar predatoriamente os recursos naturais daqueles países que se atrasaram, por vários motivos.

A limpeza de terrenos com fogo, prática primitiva, na verdade, só provocará um desbalanceamento na atmosfera quando tais áreas não forem usadas para o plantio

A floresta ombrófila da Amazônia brasileira, que só ocupa uma área de 3,2 milhões de quilômetros quadrados, é ainda um dos poucos sítios naturais do planeta, exatamente porque os brasileiros, até algum tempo atrás, vinham impedindo a intromissão dos estrangeiros no processo de ocupação da região. Daí porque menos de 8% da área

florestada primitiva sofreu modificações até a presente data.

As grandes exceções à regra, como a fracassada experiência da Fordlândia, o calamitoso Projeto Jari e, agora, a multiplicação das madeireiras, foram todas tentativas de exploração econômica conduzidas por pessoas desvinculadas da comunhão nacional.

As queimadas observadas na Amazônia verdadeira (não confundi-la com a ficção jurídica denominada Amazônia Legal) ocorrem normalmente em áreas de várzea e têm como finalidade a limpeza de áreas para plantio. Como incidem sobre as várzeas, não prejudicam a vegetação arbórea, e como se destinam ao plantio, não contribuem para o desbalan-

ceamento do ciclo de carbono. O resto é campanha insidiosa promovida por quem está de olho grande na Amazônia brasileira, paraíso dos recursos naturais.

Como os países ricos preocupam-se tanto com essas queimadas inocentes, está nas mãos deles evitá-las. Bastaria que acertassem umas poucas alterações, bem simples mesmo, nas práticas econômicas que adotam, de modo que fosse eliminada a agiotagem nos financiamentos concedidos aos países que lutam para sair do subdesenvolvimento. Aí, com toda a certeza, os caboclos da Amazônia brasileira, hoje descapitalizados, passariam a

contar com máquinas para o preparo das áreas de plantio, em substituição ao fogo que, por afetar a camada humifera, acaba prejudicando a fertilidade do solo.

Ademais, se sentem tanta falta das florestas, que modifiquem espaços dos respectivos territórios, hoje ocupados para fins alternativos, de modo a recompor as antigas florestas que os seus antepassados devastaram, em nome do progresso ...

Os brasileiros, uma vez liberados do estado de servidão em que se encontram e, por consequência, devidamente esclarecidos sobre as grandes questões nacionais, serão os primeiros interessados em zelar pela hiléia, não pelos mitos que a cercam, nem mesmo pelo simples amor à natureza, mas pelo seu valor intrínseco.

Com efeito, o volume total das espécies já conhecidas no mercado de madeiras, apenas 52% do inventário florestal da região, representa um valor superior a 1 trilhão de dólares. Além disso, há que se computar

diversas outras dádivas da natureza amazônica, inclusive a incomparável biodiversidade regional. Toda essa riqueza, outrossim, poderá ser perenizada, desde que a exploração econômica da região seja conduzida com racionalidade.

A racionalidade, ademais, impõe a conservação da hiléia, não pelo diminuto incremento que a sua substituição poderá causar no efeito estufa, mas sim porque há uma relação biunívoca entre a floresta e o clima amazônico. Alterada substancialmente a floresta, alterar-se-á o clima, com conseqüências desastrosas para a região e para o País.

Discutidos esses detalhes paralelos, contudo de suma importância, volta-se ao assunto principal para uma conclusão sobre o que foi exposto: a responsabilidade maior pelo aumento da concentração de dióxido de carbono na atmosfera fica por conta da queima de combustíveis fósseis, carvão mineral e petróleo.

Aí surge uma pergunta: por que os mecanismos naturais de

balanceamento da atmosfera não estão compensando esse excesso de CO₂ produzido pela nova fonte?

A resposta é muito simples. Como o consumo desses combustíveis cresce constantemente, os tais mecanismos de realimentação vêm perseguindo o balanceamento sem jamais alcançá-lo. Aumentam, por exemplo, a alcalinidade dos oceanos, para que eles sejam capazes de absorver mais dióxido de carbono. Todavia, no momento seguinte, a quantidade do gás despejada na atmosfera é superior à programada pelo ajuste natural, e assim por diante.

As queimadas observadas na Amazônia verdadeira, como incidem sobre as várzeas, não prejudicam a vegetação arbórea, e como se destinam ao plantio, não contribuem para o desbalanceamento do ciclo de carbono

Então, a dosagem mínima do remédio para evitar o aquecimento da biosfera, pela intensificação do efeito estufa, será a limitação do uso dos combustíveis fósseis a um determinado valor, que jamais poderá ser ultrapassado. A médio prazo, da ordem de 20 anos, essa providência recolocaria as coisas no seu devido lugar.

Todavia, talvez não seja aconselhável esperar tanto, uma vez que até lá o nível dos mares poderá sofrer um aumento perigoso para os habitantes das regiões litorâneas e o

clima também poderá ter sido afetado o suficiente para alterar o zoneamento agrícola do planeta como um todo.

A solução aceitável para a questão será a de limitar ao máximo o uso dos combustíveis fósseis, substituindo-os por outras fontes de energia.

O Brasil, por exemplo, por ter seu território inserido na faixa tropical, não terá maiores dificuldades para encontrar alternativas energéticas.

O álcool combustível, extraído da cana de açúcar, com certeza está incluído no leque de opções que a natureza nos oferece, com toda a generosidade.

Não será a miopia ou a subserviência de dirigentes que haverá de deter os brasileiros na seleção inteligente da sua matriz energética, incluindo o aproveitamento da biomassa, enorme passo adiante na luta para a conquista da tão sonhada independência econômica que, afinal, livrará o Brasil dos grilhões centenários que vêm retardando a sua transformação em sede da primeira grande civilização tropical.

O volume total das espécies já conhecidas no mercado de madeiras, apenas 52% do inventário florestal da região, representa um valor superior a um trilhão de dólares

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<MEIO AMBIENTE> / Efeito estufa /; Amazônia;

A responsabilidade maior pelo aumento da concentração de dióxido de carbono na atmosfera fica por conta da queima de combustíveis fósseis, carvão mineral e petróleo.

Almirante Roberto Gama e Silva

A MARINHA NA AMAZÔNIA, VISTA POR UM JORNALISTA*

MÁRCIO MOREIRA ALVES
Jornalista

NAVIOS DA VIDA

Cabeça de militar funciona como ordem unida: direita volver, esquerda volver, adiante marchar. Positivo, negativo. Escolhem entre o sim e o não, como os computadores. É por isto que são tão bons para resolver problemas práticos e planejar ações concretas. Nunca se ouviu falar de um militar filósofo, mas abundantes são os militares engenheiros e, força da necessidade, militares médicos.

A Flotilha da Amazônia, criada em 1868 para vigiar a navegação estrangeira pelo Rei dos Rios, tem sete navios com sede em Manaus. Cinco são de guerra, os NaPaFlus, dois grandes e três pequenos, sendo que os grandes, *Pedro Teixeira* e *Raposo Tavares*,

têm convés para helicópteros e transportam lanchas rápidas, capazes de penetrar nos igarapés, mesmo em época de vazante. Os NaPaFlus menores** têm um calado tão pequeno que lhes permite penetrar até nos menores igarapés, o que é utilíssimo nas missões de policiamento do narcotráfico. Os maiores, *Pedro Teixeira* e *Raposo Tavares*, têm armamento mais pesado e são usados nas operações anfíbias, com fuzileiros.

Já não há mais grandes epidemias na Amazônia, como no tempo de Oswaldo Cruz. Se há um ganho definitivo nas condições de saúde dos brasileiros é o produzido pelas campanhas de vacinação. Infelizmente, não se descobriu ainda uma vacina para a malária, que é a endemia que mais gente mata nos

* N.R.: O artigo é transcrição autorizado do Jornal *O Globo* de sexta-feira 29 e sábado 30/10/99, respectivamente.

** N.R.: NaPaFlu *Roraima*, *Rondônia* e *Amapá*.

tropicais. Há estudos em curso no mundo inteiro. Um dos líderes dessa pesquisa é o brasileiro Luiz Hildebrando Pereira. Expulso da Universidade de São Paulo (USP) por ser comunista, foi para o Instituto Pasteur, em Paris, onde lhe deram um laboratório para chefiar. Os franceses, ao contrário dos milicos brasileiros da época, acharam que protozoário não tem ideologia. Aposentou-se, voltou ao Brasil e está hoje morando em Rondônia. Perguntei-lhe o porquê da escolha. Respondeu:

— Com a Internet, tenho no meu laboratório de Rondônia acesso a todas as informações de que preciso, tenho os equipamentos que tinha em Paris e mais uma coisa que lá não tinha: doentes.

Doentes de malária é o que não falta na Amazônia, mesmo na época das vazantes. Terça-feira, a 85 milhas de Tefé, a equipe do Navio-Hospital *Carlos Chagas* colheu sangue de dois pacientes suspeitos de estarem com infecções novas. Ambos tiveram resultados positivos e receberam remédios para se medicarem.

A cabeça arrumada dos marinheiros dividiu em 11 pólos de saúde as calhas dos principais rios amazônicos, que os navios-hospital visitam regularmente. São 211 localidades atendidas, se possível duas vezes por ano. Alguns dos rios mais extensos, como o Purus e o Juruá, têm dois pólos cada. Em média, cada navio faz 25 mil atendimentos anuais e essa é a única atenção de saúde que as populações ribeirinhas recebem.

A iniciativa é uma parceria — já ia escrevendo *joint venture* quando me lembrei estar tratando de gente de carne e osso, não do Banco

Central — entre o Ministério da Saúde e o da Marinha. A Saúde entra com os remédios, o combustível e os reparos dos navios; a Marinha entra com o navio, a sua operação e o pessoal de saúde. Recentemente, José Serra superou a sua folclórica paúra de voar e foi de helicóptero até Novo Airão, um município perto de Manaus, conhecer o programa. Ficou tão entusiasmado que prometeu defendê-lo contra os cortes dos Irmãos Mãos de Tesoura, Martus Tavares e Pedro Parente, que não podem saber de um ceguinho ou um paraplégico por conta do Estado que querem logo passar o dinheiro para o Armínio Fraga dar aos banqueiros. Prometeu e, até agora, cumpriu. O dinheiro tem chegado regularmente.

O atendimento fluvial preenche, com vantagem, os postos de saúde que Oswaldo Cruz queria ver espalhados pela região. É o hospital que vai ao doente, não o inverso. O Governo do Acre está repassando para a Marinha um navio construído pelo governador Orleir Cameli no

estaleiro de seu irmão Francisco, em Manaus. Segundo os oficiais da Marinha, apesar da origem, o barco é excelente e bem equipado. Só que o Governo do Acre não tem pessoal para operá-lo, daí o repasse*.

A Marinha, além de seu pessoal permanente de saúde, conta com jovens recém-formados que postergaram para depois da conclusão dos cursos o serviço militar. É por isso que encontrei no *Carlos Chagas* médicos, farmacêuticos, dentistas e enfermeiros do Sul e do Centro-Sul e só um amazônida, um médico formado em Belém, que, tal como os outros, estava tendo o seu batismo de selva.

Em média, cada navio faz 25 mil atendimentos anuais e essa é a única atenção de saúde que as populações ribeirinhas recebem

* N.R.: Esse navio foi incorporado à Marinha em 19 de maio de 2000 com o nome de *Doutor Montenegro*.

Os navios-hospital, construídos no Arsenal do Rio de Janeiro em 1984, têm um projeto feito por quem conhece as necessidades da região. O seu casco é desenhado para proteger as hélices, de vez que, nas cheias, é freqüente o navio passar por cima dos troncos de árvores arrancadas dos barrancos pela correnteza. As cabines e os consultórios são refrigerados e os pilotos não parecem ter dificuldades para pousar no convés, mesmo com o navio em movimento.

BRAVO ZULU

É com essas misteriosas palavras que os oficiais da Marinha saúdam as manobras bem sucedidas. Gostaria de mandar a mesma mensagem aos rapazes e moças que encontrei trabalhando no *Carlos Chagas*, cuidando da saúde das populações ribeirinhas do Solimões e do Japurá, na visita que lhes fiz. Entusiasmados com o trabalho, aprendiam na prática, por vezes dolorosa, o que é o Brasil.

Fundamos frente a Tamanicurá, uma povoação a cerca de 85 milhas náuticas de Tefé, a cidade referência da região, a 600 km de Manaus, para leste, rumo à fronteira. É um ajuntamento de 40 casas e a população estava toda no campo de futebol que faz as vezes de praça. Os doentes fizeram logo fila para dar as informações pedidas por um enfermeiro, que preenchia as fichas necessárias às estatísticas de controle de endemias da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Os casos de doenças de pele, muito freqüentes, eram repassados às técnicas da Fundação Alfredo da Mata, de Manaus.

Uma das técnicas afastou-se discretamente do grupo, com o seu saquinho de remédios. Ao voltar, perguntei o que fora fazer.

—Fui visitar um doente antigo de lepra. Ele já está curado, mas, infelizmente, foi tratado tarde e ficou com deformações sérias. Não sai de casa porque tem vergonha — respondeu.

É o preconceito cobrando uma sobrecota de sofrimento do doente.

Os ortopedistas têm fama de serem fortes e brutos. O chefe da equipe com a qual fui à Boca do Mineiroá, na confluência com o Japurá, Walmar de Oliveira, formado em Belo Horizonte, era um ortopedista do Hospital Marcilio Dias, no Rio. Improvisado clínico geral, desmentia a fama da especialidade. Uma verdadeira dama de delicadeza, no lidar com crianças e mulheres. Armou seu consultório debaixo de uma árvore, junto de uma

casa palafita. Auscultava as crianças com carinho. Às mulheres que deviam fazer exames ginecológicos, porque o corrimento vaginal é uma das mais freqüentes aflições da região, perguntava se não se incomodavam de passar a um quarto da casa para fazer o exame. Ao despedir-se, dizia sempre: "Prazer em conhecê-la".

Armou seu consultório debaixo de uma árvore, junto de uma casa palafita. Auscultava as crianças com carinho

Apareceu uma cabocla bonita, Elvira, de 24 anos, mãe de Alex e Alan, de dois e quatro anos, com um caroço no seio. Walmar voltou desolado do exame que fez. Disse que a conformação do caroço indicava uma alta probabilidade de câncer de mama. A moça não tinha a menor possibilidade de ir até um lugar onde houvesse um aparelho de tomografia que tirasse a dúvida. E, se o diagnóstico fosse confirmado, tinha menos possibilidade ainda de ir para Manaus, fazer o longo tratamento de quimioterapia. Como não era um caso de urgência, não podia ser removida para um hospital pelo helicóptero do Comandante Eluciano Assunção. Perguntei qual a solução. A resposta:

– Ter fé e acender um círio para Nossa Senhora de Nazaré.

Lembrei-me de ter visto no *Jornal Nacional* a remoção de uma médica americana que detectou um caroço no seio quando estava numa base científica próxima ao Pólo Sul. Na primeira tentativa, o frio impediu o pouso do avião, especialmente mandado para buscá-la. Limitou-se a lançar de pára-quadras o equipamento necessário para que se automedicasse, com as instruções necessárias. Semanas mais tarde, o avião pousou e a moça foi levada para Los Angeles.

Pobre Elvira. Não é médica, nada sabe de ciência, é cidadã brasileira e vive num lugar onde sequer há gasolina para uma viagem de voadeira*.

Uma das dificuldades que as equipes do *Carlos Chagas* encontram é descobrir quem possa se encarregar de cumprir as prescrições que deixam, com os remédios. Há muito pouca gente que sabe ler na região. Em Boca do Mineiroá, só havia o Francisco, que tinha também a tarefa de ser catequista.

A Tenente Patrícia Fava, carioca de encantador sorriso, também fazia sua estréia

na Amazônia. Estudou farmacologia porque é apaixonada por química e adora trabalhar em laboratórios e fazer manipulações. Se prestar atenção no que os pacientes lhe dizem, vai ter muito o que aprender. A floresta é um laboratório gigantesco, que a população indígena conhece bem. Os

grandes laboratórios farmacêuticos do mundo mantêm pesquisadores na Amazônia e procuram isolar os agentes ativos da flora medicinal. A Merck, alemã, já patenteou um deles e um laboratório americano está patenteadando o veneno do sapo do Rio Negro como anestésico. Não custa e patenteiam o

guaraná, acabando com os planos da AmBev** de vendê-lo no mundo inteiro.

Diante desses casos, não adiantam queixumes nacionalistas. O que temos é de investir pesadamente em pesquisas e em biotecnologia para vencer a concorrência. O Instituto de Biotecnologia de Manaus, que o ex-reitor da Universidade do Pará, Seixas Lourenço, planeja há anos, talvez desta vez saia do papel. Entrou no planejamento do Avança Brasil.

Fui visitar um doente antigo de lepra. Ele já está curado, mas, infelizmente, foi tratado tarde e ficou com deformações sérias. Não saio de casa porque tenho vergonha – respondeu

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<SAÚDE> / Apoio médico /; Amazônia; Jornalista;

* N.R.: Voadeira: Nome dado, na região amazônica, a canoas com motor de popa.

** N.R.: AmBev – Associação das maiores cervejarias do Brasil: Brahma e Antártica.

O PAGAMENTO DA FESTA BRASILEIRA

Barão de Ladário x Custódio de Melo



LAURO NOGUEIRA FURTADO DE MENDONÇA

Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref⁹)

A 27 de outubro de 1888, largou do Rio de Janeiro, iniciando a segunda viagem de circunavegação* cometida à Marinha do Brasil, o Cruzador *Almirante Barroso*". Em função de comando, seguia o Capitão-de-Mar-e-Guerra Custódio de Melo.

Numerosa era a oficialidade, contando-se entre os segundos-tenentes (hoje, primeiros-

tenentes) o Príncipe Dom Augusto Leopoldo, filho da Princesa Leopoldina.

A presença de um príncipe imperial a bordo, não obstante sua situação hierárquica militar, em nada distinguiu-o dos demais; criava, sem dúvida, uma situação muito especial, que exigia do Comandante especiais atenções.

* N.R.: A viagem foi interrompida no Mar Vermelho em 21 de maio de 1893 quando subiu sobre uma restinga de pedras e se perdeu, na Praia de Zeitti (vide foto). O Capitão-de-Fragata Joaquim Marques Batista de Leão, imediato do navio no início da viagem, assumiu o comando após Bombaim por motivo da promoção do Capitão-de-Mar-e-Guerra Custódio José de Melo (do Livro *Das nossas naus de ontem aos submarinos de hoje* de autoria do Almirante Lucas Alexandre Boiteux).

** N.R.: O Cruzador *Almirante Barroso* teve sua quilha batida em 1º de março de 1880 no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro; foi lançado no mar em 17 de abril de 1882 na presença do Imperador, de seu patrono, herói da Batalha do Riachuelo, e inúmeras outras autoridades. Teve sua mostra de armamento em 19 de julho de 1882 seus planos foram de autoria do Capitão-Tenente João Cândido Brasil e os da máquina do Capitão-Tenente Manoel Barbosa Alves. Deslocava 2.050 toneladas, tinha 64,05 metros de comprimento entre perpendiculares. Sua máquina desenvolvia 2.200 HP que lhe imprimia uma velocidade de 12 nós. O velame alcançava 1.625m². Como armamento principal levava 6 canhões Whithead 70 calibres. Seu custo atingiu 1.400 contos de réis (do Livro *Das nossas naus de ontem aos submarinos de hoje* de autoria do Almirante Lucas Alexandre Boiteux).



PRÍNCIPE D. AUGUSTO LEOPOLDO



BARÃO DE LADÁRIO



CMG CUSTÓDIO DE MELO

O CRUZADOR ALMIRANTE BARROSO

No Rio de Janeiro, suspendendo para a viagem de circunavegação; com pano largo e no Mar Vermelho onde se p...



Em a Valparaíso, após a dificultosa travessia dos canais chilenos, dirigiu o Comandante Custódio de Melo ofício ao Ajudante-General da Armada (hoje, Chefe do Estado-Maior da Armada), Chefe-de-Esquadra (hoje, Vice-Almirante) Barão de Corumbá, datado de 18 de fevereiro de 1889, com o seguinte texto: "É-me muito grato levar ao conhecimento de V.Exa. o que o telégrafo e a imprensa dessa cidade já terão, sem dúvida, dado a conhecer a nosso País inteiro, isto é: que os oficiais e os tripulantes do *Almirante Barroso* têm recebido do povo chileno, sem distinção de classes, as mais inequívocas provas de simpatia e amizade". Estendia-se, ainda, Custódio, em maior detalhamento a respeito da sinceridade dessas manifestações.

No dia 25, apresentou-se a bordo o General do Exército chileno Sr. Veldevieso, acompanhado do seu ajudante-de-ordens, a fim de fazer ciência ao comandante do navio de que recebera ordem do presidente da República para pôr-se à disposição de Sua Alteza, o Príncipe Dom Augusto, enquanto estivesse em Valparaíso.

Apresentava-se, pois, uma situação deveras delicada, para cuja descrição há que passar a pena ao próprio Comandante.

Diz ele: "Respondi imediatamente ao ilustre militar, dizendo que, em nome do Governo imperial e no meu, agradecia cordialmente tamanha gentileza do chefe da nação chilena, mas que me via obrigado a não aceitar tão distinta honra, porque Sua Alteza viajava como simples segundo-tenente (hoje, primeiro-tenente) da Armada imperial. Insistindo, porém, o mesmo general em cumprir a ordem que lhe fora dada, a ponto de declarar-me graciosamente que, mau grado meu, ele daria desempenho a essa ordem, entendi que seria

requintada grosseria não submeter-me,...; tanto mais que, depois daquela minha declaração, semelhante serviço, perdendo toda a feição oficial, tornava-se uma mera fineza, um ato de caráter puramente particular, quase que um ofício de amizade ao neto de D. Pedro de Alcântara".

Após cumpridas as visitas de praxe às autoridades civis e militares de Valparaíso, colocou o Governo da República um trem especial à disposição do cruzador, no qual seguiram para Santiago o Comandante, o ministro brasileiro, Dr. Correia de Araújo e diversos oficiais, entre os quais o Príncipe D. Augusto. No trajeto e chegada, foram todos objeto de tocantes homenagens, que muito os sensibilizou.

Foi aberta, no Clube Naval, subscrição destinada a ressarcir o Comandante do quantitativo em que fossem carregados seus vencimentos

As homenagens recebidas, de fato, ultrapassaram todas as expectativas. Passemos novamente a palavra a Custódio: "À noite fomos objeto das mais ruidosas manifestações por parte do povo que, em grande massa, queria invadir o hotel a fim de

saudar-nos, sendo preciso que por vezes chegássemos à porta para delicadamente impedir a invasão."

"Houve verdadeiro delírio, pois até quise-ram tirar os cavalos do carro em que oficiais nossos andavam passeando e puxá-lo".

"Em nosso regresso para Valparaíso, fomos, em todas as estações do caminho de ferro em que parava o comboio, cumprimentados pelas autoridades locais, e na gare de Valparaíso, à chegada do trem, estavam postadas uma guarda de honra e uma banda de música".

"Dias depois, a 2 de fevereiro, fomos convidados, eu e toda a oficialidade do navio, para um grande banquete, que devia ter lugar em Viña del Mar..."

“De volta de sua viagem à campanha, o presidente da República (Balmaceda) veio a Valparaíso, onde então nos desobrigamos... do dever de cumprimentá-lo pessoalmente. Foi então que recebi um convite para, com o Imediato, dois oficiais mais antigos e D. Augusto, compartilharmos um *lunch* que teve lugar um dia depois, e no qual tomaram parte o referido chefe de Estado e todos os seus ministros”.

“É evidente, sem esquecer as sempre presentes manifestações de amizade demonstradas pelo povo chileno, quando das visitas de navios brasileiros a essa nação verdadeiramente fraterna, a existência de forte manifestação política por parte de seu Governo, manifestação esta que não poderia deixar de ser correspondida à altura.”

Seja por assim o entender, ou seja apenas para retribuir tão calorosas manifestações, resolveu Custódio “dar uma demonstração extensiva a todas as classes daquela sociedade” e fez “queimar no mar, próximo ao cais que orla a cidade, um grande fogo de artifício, no qual, no momento dado, apareceu em letra de fogo esta simples mas expressiva saudação ‘Ao povo chileno, o Brasil agradecido’, sugestiva demonstração ao alcance de todo o povo”.

À alta sociedade foi oferecida especial *matinée* a bordo, que, iniciada às 11 da manhã, terminou às 7 da tarde, tendo contado com a presença de todo o Ministério e da “elite” da sociedade chilena, para usar o linguajar da época.

As despesas com estas festas, “obrigadas, para não dizer imprescindíveis mesmo”, no dizer do Comandante, orçaram na quantia de quatro contos e trezentos mil réis (4:300\$000), para a qual foi solicitada aprova-

ção ao Exmo. Sr. Ministro da Marinha, Vice-Almirante (hoje, Almirante-de-Esquadra) Barão de Ladário.

Eis que o Ministro, porém, ao receber as informações relativas à estada do *Almirante Barroso* no Chile, abespinhou-se com as decisões tomadas por Custódio de Melo, não só repreendendo-o pela atitude por este assumida em relação ao Príncipe D. Augusto, como recusando homologar as despesas com as festas oferecidas em Valparaíso, as quais determinou que fossem descontadas dos vencimentos do Comandante.

Esta decisão provocou severas críticas,

seja na imprensa, onde o jornal *O País* tomou a defesa de Custódio, como no próprio âmbito naval, onde foi aberta, no Clube Naval, subscrição destinada a ressarcir o Comandante do quantitativo em que fossem carregados seus vencimentos.

Não era a primeira vez que Ladário e Custódio colocavam-se em lados opostos, pois já quando o segundo assumira o comando do Encouraçado *Aquidabã*, sendo o primeiro fiscal da construção, haviam se colocado em frontal discordância quanto ao encouraçamento proposto para este navio, classificado pelo seu primeiro comandante de “encouraçado de papelão”.

O assunto despertou larga polêmica, como se tornara hábito àquele tempo, tomando amplitude nacional, em especial na Bahia, terra natal de Custódio. *O País*, já referido, liderou subscrição de âmbito nacional para cobrir as despesas, sendo entregues a este órgão as quantias coletadas pelo Clube Naval, que, reunidas às demais, recebidas de outras fontes, largamente cobriram as despesas.

Custódio recebeu os Avisos sobre o cancelamento das dívidas, encaminhados pelo novo ministro, Wandenkolk, que incluía, outrossim, um elogio para ele

A proclamação da República, no entretempo, trouxe não só o cancelamento da censura imposta como o ressarcimento das despesas, pelo que as quantias recolhidas foram distribuídas a instituições filantrópicas.

Custódio, porém, de tais medidas só viria a ter conhecimento ao serem elas canceladas, quando recebeu os Avisos a respeito, encaminhados pelo novo ministro, Eduardo Wandenkolk, mandando, outrossim, elogiá-lo.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICEREMISSIVO:

<VIAGENS> / Viagens de Instrução / Visita a Valparaíso; Cruzador *Almirante Barroso*; Barão de Ladário (Alte.); Custódio de Melo (CMG); Pagamento;

Não há educação semelhante
à adversidade

Benjamim Disraeli

*Visitando o Espaço Cultural
da Marinha e o Museu Naval
e Oceanográfico, não esqueça
de levar uma "lembrancinha"*

Seus amigos ficarão encantados
com os *souvenirs* que você irá mostrar.
São peças artesanais que representam o que
de melhor existe nos acervos das unidades
culturais da Marinha. Compre, dê de
presente, mas convide-os para que
conheçam pessoalmente o Complexo
Cultural da Marinha.

Recanto Naval

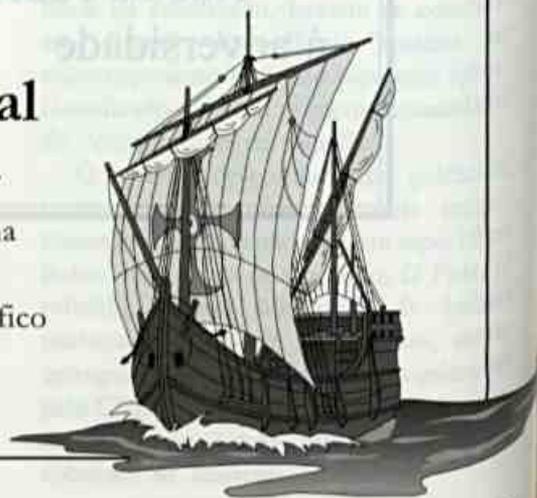
Decoração Náutica

Espaço Cultural da Marinha

Telefone: (21) 870-6025

Museu Naval e Oceanográfico

Telefone: (21) 533-6174



SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS E GESTÃO CONTEMPORÂNEA: UM ALINHAMENTO NECESSÁRIO¹

ERICA DA SILVA MIRANDA²
Capitão-de-Fragata(T)

RESUMO

Este trabalho tem o propósito de discorrer sobre a condição atual do Sistema de Recursos Humanos e a necessidade de seu alinhamento com as tendências mais contemporâneas de gestão. A partir da análise crítica do cenário atual e dos óbices a superar, são apresentadas alternativas que, se adequadamente implementadas, podem contribuir para o efeito desejado: um sistema de RH compatível com as necessidades de uma sociedade em mudança.

SUMÁRIO

CONTEXTUALIZAÇÃO
INTRODUÇÃO
A SELEÇÃO PSICOLÓGICA
SITUAÇÃO CORRENTE: ÓBICES A SUPERAR
POSSÍVEIS SAÍDAS
Análise Estratégica
Gestão Participativa
Gestão Multifuncional
Acompanhamento Sistemico
CONCLUSÕES ... NÃO CONCLUSIVAS

1 N.R.: Trabalho apresentado, em 23 de setembro de 1999, no Simpósio sobre "A Psicologia e as Políticas Organizacionais", promovido pelo Instituto de Psicologia da Aeronáutica.

2 N.R.: Mestre em Psicologia. Chefe do Departamento de Psicologia do Serviço de Seleção de Pessoal da Marinha (SSPM).

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), ao promover o Simpósio sobre "A Psicologia e as Políticas Organizacionais", convidou o Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha (SSPM) para integrar um painel que tinha o propósito de abordar o enfoque preventivo da psicologia, no qual cada participante enumeraria as ações desenvolvidas.

No âmbito do SSPM, fui designado pelo diretor para preparar e apresentar um trabalho de acordo com a proposta do IPA. Entendi que a contribuição poderia ser mais relevante se, fugindo do campo meramente descritivo – lista de tarefas desenvolvidas –, fosse adotada uma postura mais crítica – pela discussão de questões cruciais que, por não estarem sendo adequadamente enfrentadas, estão tornando as ações preventivas de valor discutível. Foi este, pois, o eixo da apresentação:

Foi adotada uma postura mais crítica – pela discussão de questões cruciais que, por não estarem sendo adequadamente enfrentadas, estão tornando as ações preventivas de valor discutível

uma visão crítica do Sistema de Recursos Humanos em confronto com o cenário atual, com as decorrentes propostas de seu alinhamento com os modelos contemporâneos, como sugerido no título.

O conteúdo da fala foi centrado em reflexões sobre o cenário atual, o desejado e as possíveis saídas, pela superação de alguns óbices identificados. Ao final, são alinhadas algumas conclusões ... não conclusivas.

INTRODUÇÃO

A abordagem inicial foi ancorada em três questões cruciais, que nortearam o desenvol-

vimento do **tema-base – o enfoque preventivo** –, uma das possibilidades da Psicologia. Por isso, entende-se que, mais do que necessário, é mandatório que se reflita, previamente, sobre as seguintes indagações:

1ª) **onde estamos?** – análise da ambiência organizacional em que se está inserido;

2ª) **como estamos?** – domínio de metodologias, métodos e técnicas, em confronto com o estado da arte; e

3ª) **para onde queremos ir?** – existência de uma visão de futuro, num contexto de planejamento estratégico.

O resultado da reflexão poderá contribuir para o diagnóstico do panorama corrente e conduzirá à identificação dos requisitos necessários para mudanças efetivas e conseqüentes.

As análises decorrentes procurarão:

a) estudar o papel da seleção psicológica – uma das primeiras medidas preventivas – no contexto de um Sistema de Recursos

Humanos;

b) efetuar o exame crítico da situação corrente; e

c) apresentar alternativas de solução.

A SELEÇÃO PSICOLÓGICA

A seleção psicológica – ao lado de outros processos correlatos (médicos, propedêuticos, físicos etc) – pode ser considerada a primeira medida preventiva no campo psicológico, no sentido de assegurar o ingresso de indivíduos que apresentem perfis compatíveis com as exigências do cargo/função.

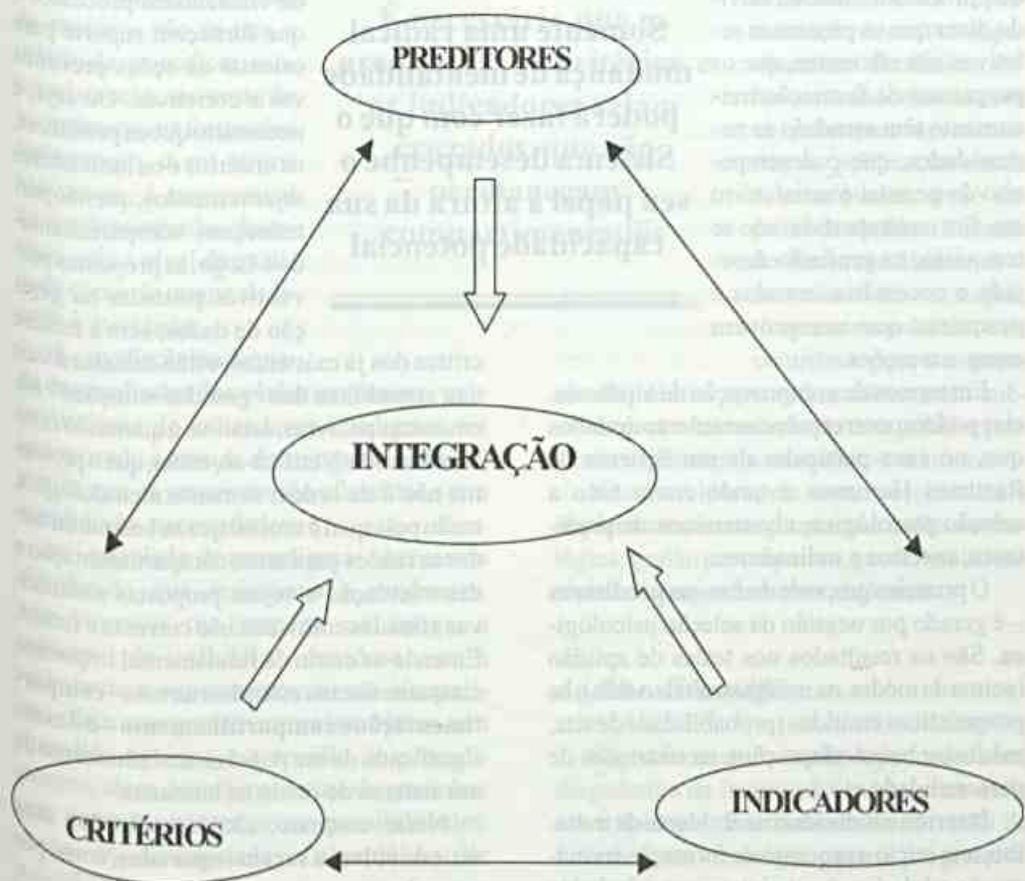
Entretanto, por ser considerada parte integrante de um Sistema de RH, o que pressupõe dinamismo, a seleção não pode ser vista como um processo que se basta a si mesmo, sob pena de todo o esforço preventivo não surtir o efeito desejado, conforme mostrado no diagrama esquemático do anexo, que é bastante ilustrativo do entendimento do papel da seleção psicológica como um componente de um Sistema de Recursos Humanos, que pretende-se dinâmico.

Dai a necessidade de a seleção psicológica – geradora de preditores – ser confrontada com critérios e indicadores produzidos por

outros subsistemas, como o de formação/treinamento, avaliação, apoio, de controle periódico etc.

A interação permanente destes elementos – preditores, critérios e indicadores – e sua integração poderão contribuir para a eficácia almejada, pela retroalimentação desejavelmente antecipada e capaz de corrigir processos ainda em curso, o que confere ao aspecto interativo um caráter efetivamente preventivo.

O diagrama esquemático a seguir representa o entendimento dessa concepção e apóia a argumentação da próxima idéia.



SITUAÇÃO CORRENTE: ÓBICES A SUPERAR

Indo da teoria à prática, tem sido observado que, de um modo geral, o Sistema de RH tem prestado bons serviços, mas seu desempenho está, ainda, aquém das suas possibilidades e potencialidades, pela reconhecida estanqueidade entre os subsistemas componentes. Por isso mesmo, entende-se que somente uma radical mudança de mentalidade – e, decorrentemente, de métodos e processos – poderá fazer com que o Sistema desempenhe o seu papel à altura da sua capacidade potencial.

Num exemplo de percepção equivocada e simplista dos processos, tem-se ouvido dizer que os processos seletivos são eficientes, que os programas de formação/treinamento têm atendido às necessidades, que o desempenho do pessoal é satisfatório etc. Em contrapartida, não se tem visto, na profusão desejada e necessária, estudos e pesquisas que comprovem essas asserções.

Em termos de comprovação de hipóteses, elas podem ocorrer pelo cruzamento de dados que, no caso particular de um Sistema de Recursos Humanos e tendo como foco a seleção psicológica, chamaremos de preditores, critérios e indicadores.

O primeiro grupo de dados – **os preditores** – é gerado por ocasião da seleção psicológica. São os resultados nos testes de aptidão (acima da média, na média ou abaixo dela), os prognósticos emitidos (probabilidade de alta, média ou baixa adaptação), as restrições de personalidade etc.

Inserido o indivíduo no ambiente de trabalho, tem início o processo de formação/treinamento e dele emerge mais um grupo de dados

– **os critérios** –, representados, por exemplo, pelos graus obtidos ao longo e ao final dos cursos, disciplinas com desempenho na média, acima ou abaixo dela etc.

Com o indivíduo já em atividade profissional, pode ser iniciada a coleta de um outro importante grupo de dados – **os indicadores** –, originários, por exemplo, do setor de apoio (problemáticas sociais, inadaptação à atividade, etc) e do setor de controle periódico (incapacidade funcional, restrições etc).

Na Marinha, os fatos ocorrem tal como descrito, constatando-se, portanto, que os dados existem. O que falta é compartilhá-los, integrá-los logicamente, para que sejam produ-

zidas as informações essenciais para a verificação da eficácia dos processos e que forneçam suporte para orientar as ações preventivas e corretivas. Ou seja, é necessário que os preditores, os critérios e os indicadores sejam cruzados, que não permaneçam compartimentados. Logo, as propostas preventivas pautadas na geração de dados, sem a análise

crítica dos já existentes, estão fadadas a cair nas armadilhas das “grandes soluções” ou, em outras palavras, estar-se-á querendo reinventar a roda. Verifica-se, então, que o problema não é de ordem somente metodológica, razão pela qual é crucial que se busque entender as razões para tanta compartimentação e desarticulação e sejam propostas alternativas afinadas com o cenário corrente e futuro. Entende-se como de fundamental importância que se discuta estes dois termos – **compartimentação e compartilhamento** – e o exato significado de seu papel no realinhamento de um sistema de recursos humanos.

Nesse contexto, são identificados uma série de **óbices a serem superados**, como por exemplo:

Somente uma radical mudança de mentalidade poderá fazer com que o Sistema desempenhe o seu papel à altura da sua capacidade potencial

a) **indefinição de um modelo** – não se tem explicitado como os subsistemas (recrutamento, seleção, formação/treinamento, avaliação etc) interagem, como os dados devem transitar entre os setores, que análises devem ser realizadas e aspectos sobre a emissão de relatórios;

b) **prevalência do material sobre o homem** – por razões culturais e talvez pela própria complexidade do objeto de estudo da psicologia – o homem –, conhece-se maiores detalhes sobre o material (momento da troca de componentes e das revisões, condições de emprego ótimo, por exemplo etc) do que sobre o indivíduo (aspirações, motivações, crenças, valores etc);

c) **falta da percepção de custos** – não se tem a prática de quantificar, monetariamente, se o custo do investimento na formação/treinamento, e em outros processos, é compatível com o desempenho observado, seja a nível de qualidade como de tempo dedicado à atividade;

d) **avaliação inadequada de resultados dos vários processos** – pela inexistência de indicadores fidedignos, foi incorporada a atitude de se repetir, acriticamente, que os processos são eficientes e têm atendido às necessidades; e

e) **paralisia de paradigma** – de mesmo significado que resistência a mudanças, este conceito diz respeito ao apego a práticas de eficácia duvidosa e a resistência a experimentar novas alternativas. Este comportamento sistemático tem impedido avanços e a revisão de procedimentos, além de inibir abertura de caminhos que possam apontar novas possibilidades, como as denominadas “alternativas de solução”.

POSSÍVEIS SAÍDAS

A Marinha, mais do que sinalizar para as mudanças em curso, explicitou e assumiu como compromisso a necessidade de a instituição se alinhar com os modelos de gestão mais contemporâneos. Nesse particular, a aprovação do EMA-131 – Doutrina da Gestão Contemporânea – é um exemplo claro dessa disposição.

As possíveis saídas apresentadas para a superação dos óbices identificados, consubstanciadas na realização de Análise Estratégica, na adoção de modelos de Gestão

Contemporânea (desdobrada em Gestão Participativa e Gestão Multifuncional) e na implementação de um Acompanhamento Sistemático, estão em consonância com os princípios apresentados na publicação citada e, se adotadas, serão capazes de alinhar o Sistema de Recursos Humanos – mas não só ele – com práticas mais modernas e de contribuir para a superação

dos óbices apontados, oferecendo subsídios para a formulação de uma política preventiva que atenda a requisitos mínimos.

Nessa moldura, eis como se visualiza a implementação das propostas: análise estratégica, gestão participativa, gestão multifuncional, acompanhamento sistemático.

Análise Estratégica

É uma ferramenta capaz de proceder a um diagnóstico da instituição, ou do setor onde ela é aplicada. Fundamenta-se na visão de futuro como estratégia para o progressivo desenvolvimento institucional.

É necessário que os preditores, os critérios e os indicadores sejam cruzados, que não permaneçam compartimentados

O SSPM teve a oportunidade de, em 1995, juntamente com as Organizações Militares (OM) que integram o Sistema de Ensino Naval (SEN), ser submetido a uma análise estratégica, o que muito contribuiu para que fossem delineados planos e metas que conduziram a mudanças conseqüentes.

Tal análise foi replicada no final de 1998, a fim de subsidiar o Programa de Trabalho da Atividade-Fim para o ano de 1999 e os resultados comparativos alcançados não deixaram dúvidas acerca do poder dessa ferramenta – mostrando que a OM está sendo conduzida, conscientemente, a um patamar de progressivo aperfeiçoamento dos seus processos –, o que, numa avaliação de mérito, a qualifica como uma estratégia eficaz.

Com fins didáticos, são apresentadas as etapas das análises levadas a efeito: Explicitação dos fatores de força, oportunidade e ameaça; Montagem de matriz estratégica; Conhecimento de aspectos relevantes; Reapresentações da matriz.

1ª) – Explicitação dos fatores de Força, Fraqueza, Oportunidade e Ameaça, assim definidos:

a) **Força** – característica interna que facilita ou auxilia, em grau relevante e por longo tempo, a perseguição da missão e/ou dos objetivos permanentes da atividade-fim;

b) **Fraqueza** – característica ou deficiência interna que dificulta ou prejudica, em grau relevante e por longo tempo, a perseguição da missão e/ou dos objetivos permanentes da atividade-fim;

c) **Oportunidade** – fenômeno ou condição externa, atual ou potencial, capaz de contribuir substancialmente e por longo tempo para o êxito da missão e/ou dos objetivos permanentes; e

d) **Ameaça** – fenômeno ou condição externa, atual ou potencial, capaz de prejudicar substancialmente e por longo tempo a missão e/ou os objetivos permanentes.

2ª) – Montagem da Matriz Estratégica, pelo cotejo dos fatores de força e fraqueza com as oportunidades e as ameaças, atribuindo-se a cada interação valor 0, 1 ou 2, de acordo com a sua ação impactante para a atividade-fim da OM, e atendendo ao seguinte critério:

valor 0 – impacto insignificante;

valor 1 – impacto relativo; e

valor 2 – impacto significativo.

3ª) – Conhecimento dos seguintes aspectos relevantes:

a) Potencialidades de atuação ofensiva – resultante da interação dos fatores de força e de fraqueza com as oportunidades;

b) Capacidade defensiva – resultante da interação dos fatores de força e de fraqueza com as ameaças;

c) Debilidade de atuação ofensiva – resultante da interação dos fatores de fraqueza com as oportunidades; e

d) Vulnerabilidades – resultante da interação dos fatores de fraqueza com as ameaças.

4ª) – Representação da matriz resultante da análise, como mostrado a seguir:

AMBIENTE EXTERNO \ AMBIENTE INTERNO	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
FORÇAS	POTENCIALIDADE DE ATUAÇÃO OFENSIVA (I)	CAPACIDADE DEFENSIVA (II)
FRAQUEZAS	DEBILIDADE DE ATUAÇÃO OFENSIVA (III)	VULNERABILIDADES (IV)

Os resultados obtidos são interpretados da seguinte maneira:

- a) Capacidade Ofensiva = (I – III)
- b) Capacidade Defensiva = (II – IV)
- c) Posicionamento Estratégico Global = [(I + II) – (III + IV)]

Esses resultados é que orientarão a formulação dos Planos Estratégico, Tático e Operacional decorrentes.

É importante assinalar que para que esta proposta alcance a eficácia desejada, é fundamental que as análises estratégicas – passos iniciais do processo – sejam efetuadas em todos os segmentos da organização: do topo à base, dos grandes comandos às menores unidades, sob pena de se criar ilhas de excelência. Em não adotando essa recomendação, estar-se-á cometendo um vício de origem e as medidas implementadas – contidas nos Planos Estratégicos, Táticos e Operacionais – não surtirão todos os efeitos desejados.

Gestão Participativa

Este princípio, que é um dos pilares da Gestão Contemporânea, é uma forma de administrar pessoas que propicia:

- a harmonização entre os interesses individuais e coletivos;
- o aproveitamento do potencial diferenciado de cada um dos agentes que compõem a organização;
- um espaço de diálogo entre a hierarquia e as equipes de trabalho, no qual são analisadas, discutidas e incorporadas novas idéias e novas oportunidades;
- níveis de autonomia no desenvolvimento do trabalho; e
- compartilhamento de informações organizacionais e de novos desafios.

Recentemente, tive a oportunidade de conhecer um exemplo de aplicação deste inovador tipo de gestão quando realizei, em setembro de 1999, uma visita técnica ao CATRE (Centro Aéreo de Treinamento), Or-

ganização Militar da Força Aérea Brasileira, sediada em Natal, RN, para coletar dados de desempenho de dois aviadores navais – futuros pilotos de A-4 – que lá realizam curso de seleção para a caça. Diariamente, um oficial estagiário (aspirante-aviador que realiza curso de caça – em aeronave *Xavante* – ou de ataque – no *Tucano*) acompanha o comandante da unidade, um brigadeiro-do-ar, em todas as suas atividades, para conhecer, desde cedo, como é o processo decisório nos mais altos escalões. Numa palestra para comitiva da Escola de Guerra Naval (EGN) que visitava aquela grande unidade, o comandante, ao falar da experiência, disse que a tem considerado bastante interessante e produtiva, pois ele tem tido a oportunidade de não só transmitir experiências e ensinamentos aos aspirantes como, também, tem aprendido bastante com o seu “sombra” – como é chamado o estagiário –, com ambos crescendo com o processo.

Indubitavelmente, um oficial formado nesse contexto terá melhores condições de não somente entender a complexidade da arte da chefia e do comando – um dos propósitos da experiência –, mas também estará sendo melhor preparado para exercer funções de liderança.

Gestão Multifuncional

Considerando-se o caráter altamente interativo do mundo atual, as atividades de um processo cruzam, normalmente, várias atividades funcionais até atingirem os objetivos do processo, caracterizando os macroprocessos, que são entendidos como os processos multifuncionais que geram produtos de importância crítica para uma infra-estrutura permanente. Eles são entendidos, também, como aqueles com impacto sobre a organização, que visam objetivos corporativos e que possuam atividades em agregação de valores.

Uma das formas de se tornar um macro-processo eficaz é pela adoção de um gerente ou "dono" deste macroprocesso, que tenha uma visão de todas as etapas, ou seja, um gerente líder como se fosse um Órgão de Direção Setorial Líder (ODSL).

Um exemplo naval de processo multifuncional, que está em pleno curso, é a reimplantação da asa fixa na Marinha. Nele estão envolvidos, por exemplo, o Setor de Material

(obras civis, preparação do NAeL Minas Gerais, armamento e munição etc) e o Setor de Pessoal (seleção médica e psicológica com novos parâmetros, formação de pilotos, formação/treinamento de especialistas etc). A criação de um Empreendimento Modular (EM-012) – capacitação da Marinha para defesa aérea de Força Naval –, inserido na Sistemática do Plano Diretor, diz bem da dimensão dos projetos relacionados com

a operação das aeronaves A-4 que, sem dúvida, já estão representando uma nova realidade para a Marinha, em todos os sentidos.

Considera-se que o momento atual vivido pela Marinha, quando se assiste ao rompimento de diversos paradigmas, é extremamente oportuno para que se avalie a pertinência de se realizar a seleção dos futuros pilotos de caça – e de todas as demais atividades "nobres" – por meio de um comitê de seleção, quando representantes de todos os setores que detêm dados de relevância (aspectos médicos, físicos, psicológicos, de carreira, de formação etc) se reuniram e "fechariam" o processo, integrando-se verda-

deiramente os dados. A idéia não é nova e já foi apresentada por este mesmo autor em 1988, em artigo publicado no *Boletim Segurança de Aviação em Foco* (BISAFO). A experiência vivida com a primeira seleção específica para pilotos de A-4, realizada no primeiro semestre de 1999, mostrou a necessidade de uma interação mais efetiva entre os setores envolvidos no processo.

A adoção da Gestão Multifuncional, com

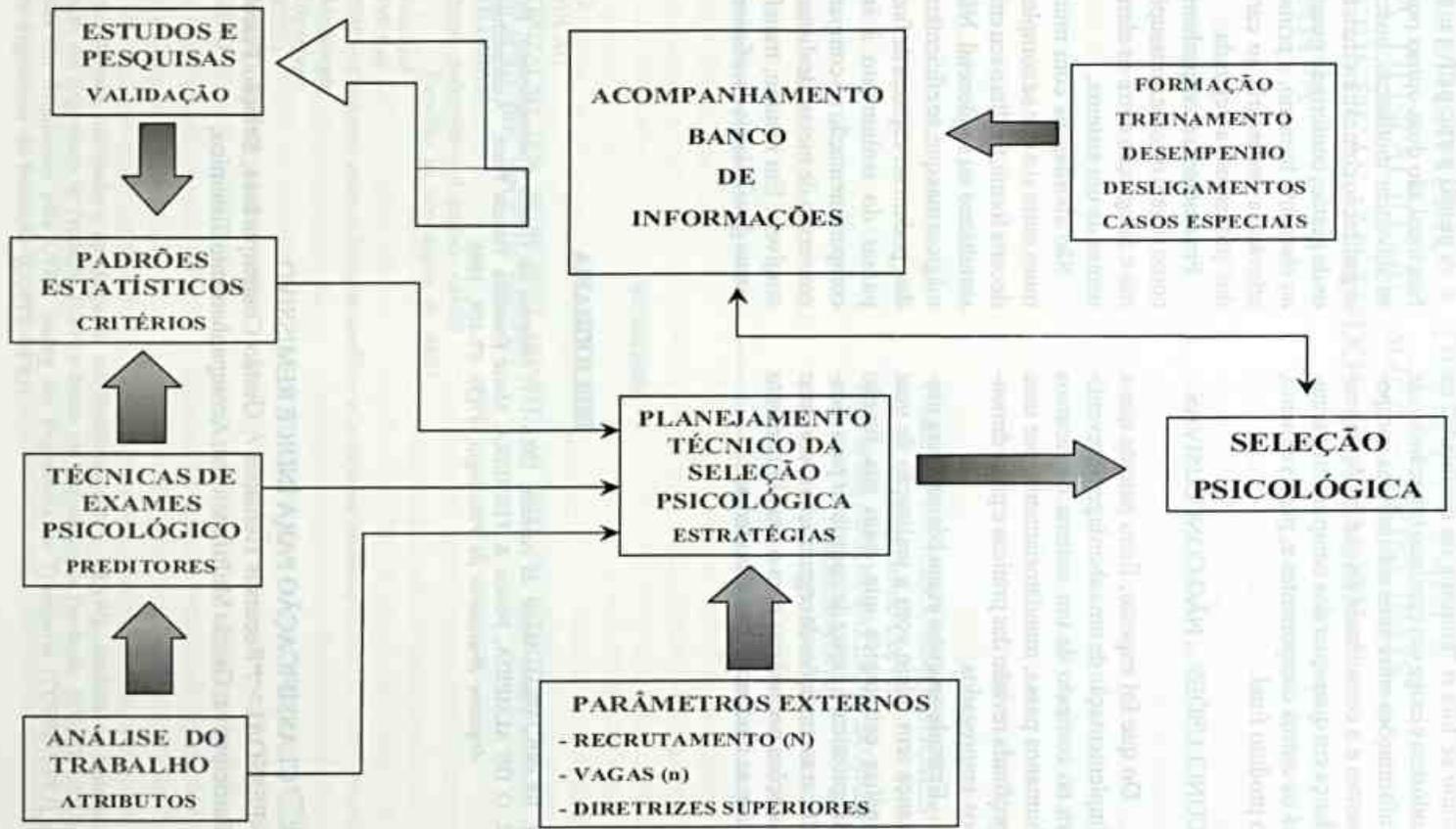
a interação coordenada dos diversos segmentos da Organização, possibilitará, concretamente, que sejam explicitados os primeiros indicadores – que já existem, mas dispersamente –, oferecendo a oportunidade de se conhecer, efetivamente, se os processos dos vários setores componentes são eficazes ou não.

Não são soluções mágicas mas que, se eficientemente empregadas, podem ser capazes de fazer a instituição passar do isolamento à integração, da compartimentação ao compartilhamento, da conversão de metas idealistas em resultados tangíveis

Acompanhamento Sistêmico

O Acompanhamento Sistêmico é definido por Ó de Almeida & Ferreira (1985) "como a coleta e a análise sistemática das informações coletadas pelo subsistema de avaliação e/ou por pesquisas específicas, propiciando-lhes o auto-ajustamento necessário". Quando se fala de um sistema de seleção de pessoal, por exemplo, deve-se considerá-lo como um sistema aberto, sofrendo a influência do recrutamento que o alimenta, dos processos, padrões e técnicas que utiliza, da adaptação e desempenho final de seus selecionados e, ainda, das interações de seus diversos componentes, direta ou indiretamente em contato. De certa forma, portanto, o acompanhamento sistêmico é

VISÃO DINÂMICA DO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS



como se fora o "controle de qualidade" da indústria e exige um contínuo intercâmbio de informações entre seus subsistemas componentes e a consciência de que qualquer mudança em quaisquer dos componentes afetará os outros componentes e, possivelmente, o produto final.

CONCLUSÕES ... NÃO CONCLUSIVAS

Do que foi exposto, ficou patente que a implementação de uma abordagem preventiva no contexto de um sistema de recursos humanos passa, mandatoriamente, por uma profunda revisão das práticas e procedimentos empregados.

Entende-se que a etapa básica dessa mudança tem início com a realização de uma análise estratégica que, com sua função diagnóstica, é capaz de contribuir para identificar as condições da organização e reorientar as ações necessárias para o seu alinhamento com as tendências mais modernas.

A gestão participativa e a gestão multifuncional são duas outras possibilidades de se alavancar mudanças, buscando alinhar a organização com estilos mais contemporâneos de gestão, conferindo grande importância ao elemento humano, a primeira, e dando a relevância necessária ao caráter interativo dos processos, a segunda.

Finalmente, o acompanhamento sistêmico, como sugere o nome, pressupõe um dinamismo e integração entre os elementos componentes de um sistema.

São abordagens com muitos pontos comuns entre si e que se complementam o que, de certa forma, facilita o seu emprego de modo simultâneo ou seqüencial. Não são soluções mágicas mas que, se eficientemente empregadas, podem ser capazes de fazer a instituição passar do isolamento à integração, da compartimentação ao compartilhamento, da conversão de metas idealistas em resultados tangíveis. Em resumo, transformar o sentimento de eficiência em eficácia comprovada.

BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL, Estado-Maior da Armada, EMA-131. *Doutrina da Gestão Contemporânea*. Brasília, 1997.
2. Ó DE ALMEIDA, Néelson & FERREIRA, Maria Francisca Theresa Pinto. "Acompanhamento Sistêmico". *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 37(3): 97-104, 1985.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<PESSOAL> / Recursos Humanos /; Gestão Contemporânea; Seleção Psicológica; Gestão Participativa; Gestão Multifuncional; Acompanhamento Sistêmico;

APOIO MULTICRITÉRIO À DECISÃO (AMD) E PESQUISA OPERACIONAL *SOFT* – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS, MÉTODOS E ANÁLISE COMPARATIVA

CARLOS FRANCISCO SIMÕES GOMES¹

Capitão-de-Corveta

VIRGINIA MARIA SALERNO SOARES²

Funcionária Civil

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS QUANTO AO TIPO DE ESTRUTURAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DOS TIPOS DE DECISÃO

METODOLOGIAS

Apoio multicritério à decisão (AMD)

Famílias de abordagem do AMD

Macbeth

PO Soft

SSM – Confronto entre o Enfoque analítico e o Enfoque sistêmico

Megajogo

Hiperjogo

SODA

COMPARAÇÃO ENTRE SSM E AMD

CONCLUSÃO

¹ N.R.: Oficial de Marinha habilitado e aperfeiçoado em Eletrônica (EN – CIAW), Analista de Sistemas (CPUERJ), mestre em Engenharia de Produção (UFF) e doutor em Engenharia de Produção (COPPE-UFRJ).

² N.R.: Licenciada em Arquitetura pela UFRJ, mestre em Engenharia de Transporte (COPPE-UFRJ) e doutoranda em Engenharia de Produção (COPPE-UFRJ).

RESUMO

Este artigo mostra as principais características da Escola Francesa (ou Européia) e da Escola Americana com respeito ao Apoio Multicritério à Decisão (AMD), bem como as principais metodologias da PO (Pesquisa Operacional) *Soft*, faz uma análise comparativa da SSM e as Escolas do AMD que trabalham com alternativas discretas, e propõe algumas linhas de pesquisas unificadoras, identificando aspectos complementares e idênticos na PO *Soft* e no AMD.

INTRODUÇÃO

O planejamento e o gerenciamento do mundo real estão cercados por mudanças, conhecimentos dúbios, imprecisos e/ou incertos (não determinísticos). Isto, entretanto, não impede que um grande fluxo de informações percorra diariamente as organizações, e esta situação propicia a criação de ilhas organizacionais onde é possível a existência de muitos valores individuais que, não raramente, estão em disputa. Este ambiente dificulta a seleção de alternativas para tomadas de decisão, pois, neste tipo de cenário, alguns métodos matemáticos, ferramentas e/ou técnicas menos flexíveis e ambiciosas passaram a não ser suficientes para apoiar as decisões. Nestas situações, os gerentes são confrontados com um sistema complexo de problemas em constante mutação (dinâmico) que interagem uns com os outros.

Esta constatação permitiu, possibilitou e ocasionou que nas décadas de 60 e 70 surgissem metodologias que, além de utilizar informações quantitativas, incorporasse a subjetividade existente no processo de decisão. Sendo a decisão humana, e conseqüentemente sujeita a imperfeições e ao(s) juízo(s) de valor(es) do(s) decisor(es), a subjetividade, evidenciada em ambientes não determinístico, deve ser estudada e modelada.

Rosenhead [31] também constata que os métodos convencionais para resolução de problemas foram absorvidos por uma crise (décadas de 60 e 70) que estabeleceu a essência do paradigma alternativo emergente, traçando as novas perspectivas para este novo setor de análise.

Estas novas metodologias, que surgem para resolução destes problemas (entre elas a PO *Soft* e o Apoio Multicritério à Decisão - AMD) não buscam as soluções ótimas, mas sim um grupo de soluções não dominadas, e revivem o conceito de ótimo de Pareto [28]. Estes métodos transparentes e participativos auxiliam na formulação e reformulação das situações problemáticas.

Os novos **Métodos de Estruturação de Problemas** [31] (dentre eles os da PO *Soft*) surgem como resposta às condições encontradas nos ambientes não determinísticos. Estas metodologias de apoio à decisão buscam estruturar os problemas e apresentar alternativas, facilitando a negociação entre os atores do processo de decisão, e busca a interação e a participação, gerando a aprendizagem [9] e gerando modelos que "pertencem" aos atores.

A construção de modelos de AMD, desenvolvidos a partir de um paradigma de aprendizagem e construtivismo, com ênfase notadamente voltada para o auxílio a tomada de decisão, tem sido outra tentativa de sobrepor estas críticas.

Partindo da definição de que tomar uma decisão é fazer uma escolha entre diversas alternativas, e a eficiência na tomada de decisão consiste na escolha da alternativa que, tanto quanto possível, ofereça os melhores resultados, as alternativas factíveis de atender o objetivo da decisão, e por isto selecionadas para avaliação, serão comparadas em função de critérios e sob a influência de atributos [4].

O processo de decisão (tomada de decisão) é feito através de atores de decisão, onde

estes são [12][17][18][19]: decisores, facilitadores e analistas:

a) Decisor(es): influencia(m) no processo de decisão de acordo com o juízo de valor(es) que representa(m) e/ou relações que se estabeleceram; estas relações devem possuir caráter dinâmico, pois poderão ser modificadas durante o processo de decisão devido ao enriquecimento de informações e/ou interferência de facilitadores.

O decisor pode ser uma pessoa ou um grupo de pessoas, em nome do(s) qual(is) é tomada a decisão [47]. O decisor nesta situação não participa do processo de decisão, porém irá influenciá-lo se possuir o poder de veto. Haverá um grupo que tomará a decisão e irá oficializá-la através da "assinatura" do decisor.

O decisor também pode ser definido como aquele (ou aqueles) a quem o processo decisório se destina, e que tem o poder e a responsabilidade de ratificar uma decisão e assumir suas conseqüências.

Nem todos os decisores têm o poder de decisão, sendo assim, é importante distinguir o grau de influência dos decisores no processo de decisão. O grau de influência faz a distinção entre os decisores envolvidos com o processo de decisão, e são colocados em dois grupos denominados de agidos e intervenientes [10].

Observação: Os agidos são pessoas às quais o programa é imposto, ou são as pessoas que são afetadas por ele, de uma maneira direta ou indireta. Os agidos não tomam decisão sobre o problema, apenas participam; são aqueles que, apesar de sofrerem conseqüências das decisões, têm limitada ou nenhuma capacidade de, por vontade própria, ver seus

valores e preferências contemplados nos modelos de avaliação. Entretanto, dependendo da sua força e importância, podem exercer uma pressão mais ou menos intensa para que isto ocorra, porém sempre de forma indireta [10][11][12].

Os intervenientes são pessoas que tomam a decisão sobre os programas e têm ação direta sobre a mudança.

Ambos os tipos de atores são importantes, embora eles tenham regras diferentes. Os agidos não são pessoas passivas durante todo o processo de decisão, assim como os intervenientes não são pessoas ativas durante todo o processo [10][11][12].

b) Facilitador(es): é(são) um(os) líder(es) experiente(s) que deve(m) focalizar a(s) sua(s) atenção(ões) na(s) resolução(ões) do(s) problema(s), coordenando os pontos de vista do(s) decisor(es), mantendo o(s) decisor(es) motivado(s) e destacando o aprendizado no processo de decisão. Tem como papel esclarecer e modelar

o processo de avaliação e/ou negociação conducente à tomada de decisão. Deve manter uma postura neutra no processo decisório, para não intervir nos julgamentos dos decisores. Deve propiciar o aprendizado. O facilitador [49] é um ator particular, cujo grau de ingerência na atividade de apoio à decisão deveria ser contínuo, adotando uma postura empática. No entanto, o facilitador deve tentar abstrair-se de seu sistema de valor, a fim de não vir a influenciar os demais intervenientes.

c) Analista(s): é (são) o(s) que faz(em) a análise, auxilia(m) o(s) facilitador(es) e o(s) decisor(es) na estruturação do(s) problema(s) e identificação dos fatores do meio ambiente

A maior parte do trabalho do analista consiste na formulação do problema e em ajudar as pessoas a visualizarem o problema e as suas causas

que influenciam na evolução, solução e configuração do problema. A maior parte do trabalho do analista consiste na formulação do problema, e em ajudar as pessoas a visualizarem o problema e as suas causas.

A “solução eficiente”, “não-inferior”, “não-dominada”, “fronteira”, “fronteira de eficiência” ou “ótima de Pareto” [28], será aquela que puder ser obtida de forma que a alternativa escolhida atinja um valor amplo em todos os critérios e não possua um decréscimo simultâneo (um valor dominado por outra alternativa) em nível inaceitável em qualquer dos demais critérios que estão sendo utilizados no processo de avaliação das alternativas. A **alternativa não-dominada** não pode ser superada por outra alternativa na totalidade de critérios utilizados para a decisão; uma alternativa é considerada **dominada** quando existe uma outra alternativa que a supera em um ou mais critérios e se iguala nos demais. O **princípio da dominância** é usado para eliminar uma alternativa que seja claramente inferior a outra alternativa.

O presente trabalho tem como propósito fazer uma análise comparativa de dois conjuntos de metodologias que surgiram nas décadas de 60 e 70 – Apoio Multicritério à Decisão (AMD) e a PO *Soft* – para solucionar problemas onde as variáveis qualitativas e a subjetividade humana têm importância relevante.

CARACTERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS QUANTO AO TIPO DE ESTRUTURAÇÃO

Podemos assumir que o conjunto de **alternativas (A)**, é definido em (ou está sujeito a) um conjunto de estados da **natureza (Ω)**, conjunto este assumido como finito. A **decisão (D)** será a_0 (a_0 é a decisão escolhida), onde D será $D(a_0)$, e para tal $D(a_0) \geq D(a_i)$, onde i varia de 1 até n ; a_0 e $a_i \in A$, e $A = \{a : a : x \rightarrow D\}$ [51]. A estruturação de problemas

é o processo pelo qual um conjunto de aspectos relevantes é suficientemente bem apresentado como um problema ou grupo de problemas, de tal forma que o risco de usar procedimentos analíticos para resolver o problema errado seja minimizado [42].

O trabalho de estruturação visa à construção de um modelo mais ou menos formalizado, capaz de ser aceito pelos atores do processo de decisão como um esquema de representação e organização dos elementos primários de avaliação, e que possa servir de base à aprendizagem, à investigação e à discussão interativa com e entre os atores do processo de decisão [12].

Os problemas podem ser classificados, basicamente, de três maneiras: problemas; estruturados, semi-estruturados; e não-estruturados.

• **Problemas Estruturados:** são aqueles cuja solução pode ser alcançada, seguindo-se processos lógicos e muito bem definidos. Os sistemas de informação tradicionais buscam resolver estes tipos de problemas. Estes problemas são rotineiros e repetitivos, por isso são programáveis em computador. Nesta situação, a ação é conhecida, e a decisão está sujeita a resultados conhecidos, ou seja, sabe-se as conseqüências. Esses problemas classificam-se como **decisão em condições de certeza** [4]. É possível ao decisor escolher a alternativa que possui a melhor relação ganho/perda. A certeza é determinística. A esse tipo de problema também está associado o conceito de **Universo Certo**, pois é a hipótese da informação perfeita, cada linha de ação tem uma conseqüência definida (somente uma) é conhecida. O método apropriado de solução é o cálculo [23].

• **Problemas Semi-Estruturados:** usam determinados modelos matemáticos nas partes estruturadas do problema que está sendo analisado. As decisões finais devem ser tomadas com base em critérios subjetivos e de difícil quantificação. Partes estruturadas do

problema poderão ser solucionadas com um programa de computador, e outras são resolvidas pelo julgamento do decisor. Os Sistemas Especialistas estão sendo utilizados em auxílio da resolução das partes não-estruturadas do problema [4]. Nesse tipo de problema a probabilidade dos estados da natureza são assumidos como conhecidos, as conseqüências são conhecidas e são probabilísticas. Este tipo de decisão é a **decisão em condições de risco** [51].

John Douglas White [50] define este tipo de problema através da fórmula que se segue.

$$V(ai) = \sum p(sj) \otimes v(\theta(ai, sj))$$
 o somatório é feito para todo S; onde:

1) V é o valor da função de utilidade aplicada a alternativa ai, também definido como a utilidade de ai;

2) S é o conjunto de possíveis eventos, onde, $s_j \in S$;

3) p(sj) é a probabilidade associada ao evento sj;

4) $\theta(ai, sj)$, é a conseqüência da alternativa ai para o evento sj;

5) v é o valor de $\theta(ai, sj)$;

6) \otimes associa o primeiro termo ao segundo termo da fórmula.

A esse tipo de problemas está associado o conceito de **Universo Aleatório**, as conseqüências das decisões dependem de uma série de sucessos aleatórios, segundo leis de probabilidade. O decisor executa um julgamento [23].

• **Problemas Não-Estruturados:** são os problemas para os quais não existem processos lógicos e bem definidos para resolução. Devido ao seu caráter não-quantificável, sua resolução é fruto da intuição humana, está sujeita a probabilidades desconhecidas, ou a possibilidades subjetivas. São problemas desconhecidos e/ou complexos para a organização e são resistentes à implantação computacional [4]. Esta é a **decisão feita sob "ignorância" ou "condições de incerteza"**.

A decisão sob incerteza requer que uma ou mais decisões sejam feitas antes e uma ou mais "incertezas" sejam observadas e/ou estruturadas [27]. A este tipo de problemas está associado o conceito de **Universo Indeterminado**, onde não é possível obter-se todas as informações necessárias, pois não se pode recorrer a experimentação etc. O decisor pode utilizar-se de "probabilidades a priori" e/ou possibilidades. O decisor executa uma escolha (inspiração) baseado na sua experiência [23].

O decisor, diante de um problema não-estruturado, pode assumir **atitudes** [51]:

a) pessimista ou otimista (como foi definido nos conceitos de Max e Min);

b) utilizar-se de algoritmos de apoio à decisão, considerando a subjetividade dos valores do decisor;

c) utilizar-se da Teoria da Utilidade para verificar qual alternativa, no seu entender, agrega maior valor.

A este tipo de problema está associado o conceito de **Universo Indeterminado**, onde não é possível obter todas as informações necessárias, não se pode recorrer a experimentação etc [7]. O decisor pode utilizar-se de "probabilidades a priori" e/ou possibilidades. O decisor executa uma escolha (inspiração) baseado na sua experiência [23].

CLASSIFICAÇÃO DOS TIPOS DE DECISÃO (ou tipos de problemas associados à decisão)

Uma decisão pode ser tomada nas quatro condições seguintes:

a) Decisão em condições de certeza

Ocorre quando a decisão é feita com pleno conhecimento de todos os estados da natureza [13]. Existe a certeza do que irá ocorrer durante o período em que a decisão é tomada. É possível atribuir probabilidade 100% a um estado específico da natureza [24]. A probabilidade indica o grau de certeza onde 0% será

a completa incerteza e 100% ou 1 indica a certeza completa.

b) Decisão em condições de risco

Ocorre quando são conhecidas as probabilidades associadas a cada um dos estados da natureza. O número total de estados da natureza é conhecido. Ao contrário do item anterior, que dispunha de 100% de certeza no resultado final, aqui esta certeza irá variar de 0% a 100% [13].

c) Decisão em condições de incerteza ou decisão em condições de ignorância

Não se obteve o total de estados da natureza, ou mesmo a parcela dos estados conhecidos da natureza possui dados obtidos com probabilidade incerta [13], ou é desconhecida a probabilidade associada aos eventos.

d) Decisão em condições de competição ou decisão em condições de conflito

Ocorre quando estratégias e estados da natureza são determinados pela ação de competidores [24]. Existem, obrigatoriamente, dois ou mais decisores envolvidos, o resultado depende da escolha de cada um dos decisores.

O não determinístico pode originar-se de seis fontes básicas:

I) imprecisão causada pela dificuldade de avaliar as ações sob a influência de um critério (ou mais) em particular;

II) indeterminação dos métodos de avaliação dos resultados, visto que estes podem basear-se em uma "definição arbitrária" [43];

III) dúvida em relação aos valores dos dados obtidos;

IV) dúvida se os valores envolvidos ou obtidos irão variar ao longo do tempo e/ou espaço;

V) classificação e/ou opiniões ambíguas;

VI) eventos probabilísticos.

O não-determinístico pode ser definido como a junção dos termos: **impreciso** (também denominado vago ou inexacto), **ambíguo** (também denominado dúbio) e **incerto** (ou probabilístico).

O conceito de impreciso advém da impossibilidade de realizar, com precisão, uma medição ou graduação de um objeto e/ou situação; também pode estar associado a inconsistência de fenômenos naturais.

O conceito de ambíguo é caracterizado pela dificuldade de obter-se uma precisa classificação do elemento em estudo, embora este elemento seja de perfeito conhecimento dos especialistas. Advém da existência de duas classificações para um mesmo objeto e/ou a existência de duas alternativas diferentes que possuam a mesma classificação.

O conceito de incerto está associado ao fato de alguns eventos são probabilísticos, e as probabilidades são conhecidas.

O impreciso é "tratado" através de:

a) comparação por relações nebulosas;

b) uso de informações advindas da subjetividade;

c) uso de modelos possibilísticos.

O incerto é "tratado" através da identificação da não-existência do determinístico e a necessidade de utilizar-se de modelos probabilísticos.

Observação: o modelo probabilístico é possível quando existe um grau de regularidade em um fenômeno observado, e é possível aplicar um modelo matemático à variabilidade qualitativa do fenômeno observado, e assim trabalhar o referido fenômeno com grau de regularidade de forma quantitativa [21].

METODOLOGIAS

Apoio Multicritério À Decisão (AMD)

A distinção entre o AMD e as metodologias tradicionais de avaliação é o grau de incomparabilidade dos valores do decisor (tomador de decisão ou agente de decisão) nos modelos de avaliação. É preciso aceitar que a subjetividade está sempre presente nos processos de decisão. Nesse sentido, busca-se construir modelos que legitimem a elabo-

ração de juízos de valores, juízos estes necessariamente subjetivos, onde os modelos são a estrutura de valores dos decisores associado a cada critério.

A estruturação do modelo é fundamental em um processo de apoio à decisão, que tem um caráter misto entre a ciência e a arte. O caráter misto provém da ausência de métodos matemáticos para conduzir à estruturação. Isto implica que é impossível conceber um procedimento genérico de estruturação cuja aplicação possa garantir a unidade e validade do modelo concebido. Buchanan [6] afirma que uma boa metodologia não explora só as soluções, explora também o decisor, à medida que o auxilia na busca da decisão explicitando as suas preferências.

Para uma adequada compreensão, serão traçadas as definições de **Critério**, e **Preferências das informações Intracritério e Intercritério**:

CRITÉRIO: os critérios permitem estabelecer as relações de preferência entre as alternativas. Critério também pode ser definido como uma ferramenta que permite a comparação de alternativas segundo um eixo particularmente significativo ou ponto de vista. A decisão multicritério começa com a geração de critérios que permitirão a avaliação do problema dentro do contexto em que este está inserido.

Critério também é definido como uma função de valor real sobre um conjunto A de alternativas (a), onde $a \in A$, que permita obter algum tipo de significado ao comparar duas alternativas de acordo com um ponto de vista particular. O critério é a base de uma avaliação. Cabe ressaltar que um critério é, essen-

cialmente, um instrumento de comparação sem ser absoluto.

Os critérios permitem a avaliação das alternativas de forma a verificar que uma alteração na classificação da alternativa num dado critério, será observada uma redução ou aumento da satisfação da alternativa. A família de critérios deverá verificar **os axiomas de exaustividade, coesão e não-redundância** [33 a 40]:

a) **possuir** todos os pontos de vista julgados importantes, ou seja, a quantidade de critérios deverá ser completa e exaustiva, e deverá conter todos os critérios julgados relevantes para a decisão final (exaustividade);

b) **ser operacional**, a classificação das alternativas nestes critérios deve permitir o seu manuseio por algoritmos (exaustividade);

c) **ter as preferências parciais** modeladas em cada critério, e cada preferência deverá estar de acordo com as preferências globais [5] (coesão);

d) **ser coesa**, estarem de acordo com o objetivo (coesão);

e) **ser legítima** e consistente, deve representar de forma clara e correta o juízo de valores do(s) decisor(es) (coesão); e

f) **excluir redundância**, um aspecto abordado por um critério não poderá aparecer em outro critério, os critérios deverão evitar redundância, apresentar independência e/ou ortogonalidade, para evitar a contagem dupla (não redundância).

O estudo da **INFORMAÇÃO DAS PREFERÊNCIAS** divide-se em Preferência das Informações Intracritérios e Preferência das Informações Intercritérios.

**Uma boa metodologia não
explora só as soluções;
explora também o decisor, na
medida em que o auxilia na
busca da decisão,
explicitando as suas
preferências**

A) Preferência das Informações

Intracritérios: é necessário para construir preferências parciais em um critério particular, na avaliação de alternativas neste critério (classificação de alternativas neste critério).

B) Preferência das Informações

Intercritérios: é utilizado para definir a importância de cada critério dentro do agregado de preferências formado pelos critérios (esta informação define o peso de cada critério).

A família de critérios deve ter duas qualidades [11]:

1) **Legitimidade:** a família de critérios deve considerar todos os atores como base para continuar o processo de apoio à decisão;

2) **Operacionalidade:** a família de critérios deve conter um número suficiente e pequeno de critérios que permita em uma análise intercritério obter a informação necessária para implementação do procedimento de agregação.

Observação: na apreciação dos critérios podem aparecer critérios quantitativos ou qualitativos. Um critério é quantitativo quando é possível medi-lo ou graduá-lo através de métodos determinísticos ou probabilísticos, e um critério é qualitativo quando sua graduação é feita através de julgamentos subjetivos.

Os critérios podem ser classificados em três grupos:

a) **Benéficos:** oferecem incremento monotônico; o incremento dos critérios é desejado. Por exemplo, o incremento do espaço interno de um automóvel, ou da relação quilômetro rodado/litro de combustível.

b) **Custos:** oferecem um decréscimo monotônico, o incremento destes não é desejado. Por exemplo, o preço de um automóvel.

c) **Não-monotônicos:** ocorrem quando a máxima utilidade está em um posto inter-

mediário da escala. Por exemplo, se a temperatura de uma sala estiver muito fria, desejaremos que a sala se aqueça até a temperatura desejada, ao passo que, se estiver muito quente, desejaremos que esfrie até a temperatura desejada.

Segundo Vincke [49], o AMD não consiste somente em construir uma família com técnicas de agregação de preferências, dadas em um conjunto de dados; o decisor deverá ter conhecimento dos métodos que pode utilizar e verificar o que mais se adequa à situação. O decisor deverá ter conhecimento dos métodos que pode utilizar, e verificar o que mais se adequa a situação.

É importante salientar que a imprecisão humana é a grande dificuldade dos métodos de Multicritério pois, para um decisor, uma opção poderá ser a melhor e, para outro, outra opção poderá ser preferível.

O AMD propõe-se a ter uma visão prescritiva (ou prescritivista) e construtiva (ou construtivista) dos problemas. Esta visão seria uma fusão da visão descritiva (ou descritivista) com a normativa. A visão descritivista é a observação do mundo como este se apresenta, e sem emitir julgamento sobre a realidade descrita. A visão normativa (ou normativista) está associada à visão do mundo através de processos idealizados. Esta visão defende o uso de fórmulas matemáticas que serão manipuladas pelo decisor. Na visão prescritiva, faz-se modelos que são apresentados ao decisor e este decide se os aceita ou não. A visão construtivista consiste em construir modelos através do processo decisório. A estruturação avança de forma interativa e de modo coerente com os objetivos e valores do decisor.

Critério é, essencialmente, um instrumento de comparação sem ser absoluto

As principais diferenças entre os modelos construtivista e prescritivista são [17][18][19]:

Construtivista:

a) O facilitador ajuda a construir o modelo de preferências dos decisores, para o momento e a situação em estudo, com o objetivo de fazer recomendações.

b) O envolvimento dos atores do processo de decisão dá-se durante todas as fases do processo de apoio à decisão; as decisões traduzem os valores dos decisores. Os atores aprendem juntos sobre o problema enfocado.

c) Permite levar em conta os aspectos subjetivos do grupo de decisores.

Prescritivista:

(a) O facilitador descreve primeiramente um modelo de preferências para depois fazer prescrições com base em hipóteses normativas que são validadas pela realidade descrita.

(b) O envolvimento dos atores se restringe a estruturação do problema.

Famílias de abordagem de AMD

O AMD subdivide-se em três grandes famílias de abordagem[17][18][19][45]: Escola Americana, Escola Francesa e Métodos Interativos:

a) **Escola Americana** ou Escola da Teoria da Utilidade Multiatributo (Multiple Attribute Utility Theory - MAUT), onde o valor cardinal de uma alternativa a_i é formado por um conjunto de valores ($v_{1i}, v_{2i}, \dots, v_{ni}$) onde cada v_{ni} é o valor assumido pela alternativa a_i em cada um dos n critérios.

Isto significa que, caso um determinado critério/atributo seja considerado pouco importante diante de outros critérios/atributos, ele receberá um peso (valor atribuído) inferior ao peso atribuído àqueles de maior importância. Esta Teoria permite a definição de uma função que busca agregar os valores de cada alternativa (a_i) sujeita (classificada) em cada

critério (cm). Isto representa que a importância relativa de cada critério advém do conceito de "taxa de substituição" (*trade-off*), o decisor defronta-se com o problema de identificação da taxa de substituição de um critério em relação ao outro. Esta abordagem também é definida como *critério único de síntese excluindo a incomparabilidade*.

Esta Teoria assume que:

1) Todos os estados são comparáveis (não existe a incomparabilidade);

2) Existe transitividade nas relações de preferências; e

3) Existe transitividade nas relações de indiferença.

b) **Escola Francesa ou Métodos de Subordinação e Síntese** ou Escola Européia, que são aplicados à comparação entre alternativas discretas, onde existe a relação de prevalência de síntese aceitando incomparabilidade.

O decisor pode deparar-se com uma das quatro situações ao comparar duas alternativas[28][33 a 40]:

b1) Uma alternativa é preferida a outra com **preferência forte**, também denominada **preferência sem hesitação**;

b2) Uma alternativa é preferida a outra com **preferência fraca**, também denominada **preferência com hesitação**;

b3) Uma alternativa é indiferente a outra; e

b4) Uma alternativa é incomparável a outra.

A Escola Francesa adota as seguintes **convicções básicas** [29][30]:

I) Onipresença da subjetividade no processo decisório;

II) Paradigma da aprendizagem pela participação;

III) Convicção do construtivismo; e

IV) Reconhece as limitações do ótimo matemático e utiliza uma abordagem que não parte de quaisquer pré-condições mas procura construir um modelo de elementos chaves que capacitam os atores a evoluir no processo decisório, como resultado dos seus

próprios objetivos, convicções e sistemas de valores.

c) Métodos Interativos, que são aplicados em Sistemas Informáticos Interativos (SII); os SII têm objetivo de apoiar e melhorar os processos de decisão, especialmente em tarefas complexas e mal estruturadas que requerem a apreciação crítica e o julgamento dos agentes de decisão. Os métodos interativos, com interações de tentativa e erro, segundo Steuer [45][46], subdividem-se em:

- c1) Métodos de pesquisa de linha;
- c2) Métodos de redução de espaço de pesos (também denominados coeficientes de peso);
- c3) Métodos de redução do espaço das funções objetivo; e
- c4) Métodos de contração de cone dos gradientes das funções objetivo.

O AMD poderá ser usado em dois contextos:

(a) Um indivíduo, ou mesmo um grupo, cujo resultado da sua decisão não causa um impacto em outros grupos; nesse caso, os métodos utilizados não requerem uma substancial documentação.

(b) Uma pessoa, porém normalmente um grupo, cuja decisão acarreta uma forte consequência em outros grupos; neste caso, a lista de alternativas será considerável. Isto normalmente ocorre em grupos empresariais ou em decisões de organismos públicos. Este tipo de decisão deverá ser baseado em forte documentação, assim como os critérios analisados deverão levar em conta os diversos elementos da comunidade.

O AMD é baseado na operacionalidade, julgamento pessoal, lógica matemática, teoremas e estudos psicofísicos. **Suas sete vantagens são:**

a) uso fácil por não especialistas, preferencialmente transformada em um programa de computador que seja o mais amigável possível com o usuário, dispondo de recursos gráficos-visuais;

- b)** um método lógico e transparente;
- c)** liberdade de ambigüidade para interpretações dos dados de entrada;
- d)** a metodologia pode englobar tanto critérios quantitativos como qualitativos;
- e)** os julgamentos de valor também podem ser exercidos em escalas cardinais ou verbais;
- f)** permite ao decisor dispor de algoritmos que permitam a utilização de critérios independentes uns dos outros, como algoritmos que auxiliem em problemas onde os critérios de avaliação são dependentes; bem como, analogamente, poder lidar com alternativas que são independentes umas das outras, bem como quando são dependentes; e
- g)** incorpora questões do comportamento humano nos processos de decisão.

Vanderpooten [47] afirma que a Escola Francesa tende o seu foco de estudo para metodologias onde as preferências pessoais dos decisores tenham menor influência na alternativa escolhida; em contrapartida, a Escola Americana buscaria métodos para melhor explicitar esta preferência, que teria uma grande influência na escolha final. Uma boa decisão só será possível se as duas influências forem equilibradas [29].

Bana e Costa [10] defende que a Escola Americana utiliza modelos descritivistas e prescritivista, enquanto a Escola Europeia usa modelos construtivistas. Implícita ou explicitamente, todos os modelos e métodos de Apoio Multicritério à Decisão têm como fundamentos as estruturas da Teoria de Preferência e Teoria da Não-Dominância.

O(s) ator(es) do processo de decisão que julgue(m) conveniente usar a metodologia multicritério para auxiliá-lo(s) a estruturar o(s) seu(s) problema(s) e posteriormente priorizar/escolher as alternativas factíveis **deverá(ão):**

- a)** definir e estruturar o problema;
- b)** definir o conjunto de critérios e/ou atributos que serão utilizados para classificar as alternativas;

c) escolher se utilizará métodos discretos ou contínuos; se optar por métodos discretos (concebidos para trabalhar-se com um número finito de alternativas), deverá optar entre a Escola Francesa e a Escola Americana;

d) identificar o sistema de preferências do(s) decisor(es); e

e) escolher o procedimento de agregação.

Para identificar o sistema de preferências do(s) decisor(es), é necessário:

1) considerar a subjetividade dos atores de decisão;

2) considerar as percepções individuais e vislumbrar em quais aspectos do(s) problema(s) o(s) decisor(es) encontram maior dificuldade de explicitar as suas percepções individuais;

3) estruturar o problema de acordo com a visão compartilhada;

4) identificar os pontos de vista comuns.

5) saber onde o(s) decisor(es) é(são) inconsistente(s); e

6) verificar o que pode ser mudado e porquê.

A modelagem de preferência multicritério requer que o decisor a utilize através do processo de múltiplos critérios, com uma discriminação preferencial de informações para diferenciar as alternativas (ótima de Pareto) [28]. Esta informação será através de hierarquia ou subordinação dos critérios, importância dos coeficientes de peso atribuídos aos critérios, nível de vetos etc.

Macbeth (Measuring Attractiveness by a Categorical Based Evaluation Technique)

A metodologia Macbeth baseia-se em julgamentos subjetivos de diferença de atratividade para construir escalas cardinais de valor.

Esta metodologia desenvolvida por Bana e Costa e Vansnick [48] é baseada em julgamentos absolutos de diferença de atratividade entre pares de ações e utilizada para a cons-

trução de escalas cardinais de valor sobre cada um dos Pontos de Vista Fundamentais (PVF), tornando possível a avaliação local das alternativas.

Este tipo de resolução tem por objetivo identificar as variedades que mais se adequam a uma situação específica, levando em consideração, além dos aspectos técnicos julgados fundamentais pelo decisor, os seus valores, o modelo construído dentro desta abordagem, e busca a representação da situação problemática na visão do próprio decisor.

Como em qualquer processo decisório, a atividade de apoio à decisão começa pela identificação de todos os elementos considerados importantes. Nesta primeira interação, surge uma lista de fatores colocados pelo decisor e, dependendo de sua profundidade de conhecimento sobre a natureza do problema, o facilitador poderá questioná-lo por fatores importantes ainda não considerados, porém de forma a não induzi-lo. Após a formulação de uma listagem considerada inicialmente completa, o facilitador deverá, através de um mapeamento cognitivo[25], identificar junto ao decisor as relações de importância entre os fatores. Este processo é importante para um devido agrupamento dos fatores e para a identificação de quais fatores ainda não foram relacionados.

Pelo mapeamento cognitivo, é possível agrupar os fatores em áreas de interesse, descobrir quais fatores são fundamentais para a decisão e, por fim, dar uma estrutura consistente para a abrangência do problema. Apesar da enorme importância que a fase de mapeamento cognitivo possui, esta não se relaciona de forma direta com a estrutura arborescente do problema. Este processo é feito de uma forma participativa e interativa, e deve ser levado à exaustão, que, junto ao crescente nível de conhecimento dos atores da decisão frente ao problema em questão, irá contribuir para a riqueza das informações

obtidas neste processo. A transição dos mapas cognitivos para a árvore que representa a estrutura do problema é considerada ainda uma arte, não existindo regras pré-estabelecidas que regem esta transição.

O Macbeth é baseado em **três convicções fundamentais** para a sua prática; a **onipresença da subjetividade** e sua **interpene-trabilidade** com a objetividade, a convicção do **construtivismo** e o **paradigma da aprendizagem** pela participação.

Os **PVF** são os fatores de maior relevância sobre os quais as ações potenciais são avaliadas. Os **Pontos de Vista Elementares (PVE)** são fatores que combinados, formam os níveis de impacto que compõem o descritor de um determinado PVF. As **áreas de interesse** são as áreas do problema que encerram aspectos ou pontos de vista afins.

Dificilmente um decisor teria condições de expressar seus julgamentos de valor em relação a um conjunto de níveis de impacto, diretamente na forma de uma escala cardinal representativa. O esforço cognitivo necessário à construção desta escala é muito elevado. Esta metodologia propõe-se a explicitar a intensidade de preferência que o decisor possui em relação às ações potenciais, fazendo através da expressão de julgamentos absolutos de diferença de valor (atratividade) entre duas ações.

Para facilitar a interação entre o decisor e o facilitador, é introduzida uma escala semântica formada por algumas categorias de diferença de atratividade; desta forma, o Macbeth propõe ao decisor que exprima seus juízos de valor segundo uma escala semântica formada por seis categorias ($n = 6$), cada uma delas de dimensão não necessariamente igual:

- C1 @ Diferença de atratividade muito fraca
- C2 @ Diferença de atratividade fraca
- C3 @ Diferença de atratividade moderada
- C4 @ Diferença de atratividade forte
- C5 @ Diferença de atratividade muito forte
- C6 @ Diferença de atratividade extrema

Construída dessa forma, a metodologia Macbeth liga-se ao problema teórico de representação numérica de semi-ordens múltiplas por limiares constantes, problema estudado e resolvido por Doignon[15], no caso geral. Assim, em um problema onde exista uma estrutura de m relações binárias ($P(1), \dots, P(k), \dots, P(m)$), em que $P(k)$ representa uma relação de preferência tanto mais forte quanto k seja maior, sempre em termos de um dado ponto de vista fundamental pvf_j , é possível representar estas relações de preferências numericamente. As semi-ordens múltiplas introduzem-se de maneira natural desde que se queira representar as preferências através de uma função v e de funções limiares sk tais que, por exemplo:

$$a P(k) b \hat{U} sk < v(a) - v(b) < sk + 1$$

Caso o decisor tenha convicção que duas (ou mais) ações são igualmente atrativas (situação de indiferença), basta representar apenas uma delas no processo de avaliação absoluta por pares.

PO Soft

A **PO Soft** é composta de uma geração de métodos e metodologias, pensados e elaborados para um mundo coberto por um clima de complexidade, conflitos e situações não determinísticas (incerteza, imprecisão e situações dúbias) que auxiliam aos que praticam funções de análise de problemas e gerenciamento na vida real a enfrentar os problemas de planejamento e tomada de decisão, além de ajudar os estudantes de sistemas de gerenciamento e de PO a entender esta nova perspectiva.

A principal função destes métodos e metodologias é estruturar problemas antes de tentar resolvê-los; por isso foram chamados de métodos *Soft*. Sua importância deve ser compreendida porque a maior parte deles surge de uma evolução da PO - ferramentas de

otimização e algoritmos. Para caracterizar especificamente estes métodos *Soft*, Rosehead [31] fornece alguns exemplos da literatura britânica:

SODA – *Strategic Options Development and Analysis* [1][16][25] e a SSM – *Soft Systems Methodology* são as metodologias mais utilizadas para a estruturação dos problemas – identificação daqueles fatores e questões que devem constituir a agenda para novas discussões e análise.

A *Strategic Choice*, incluindo AIDA – *Analysis of Interconnected Decision Areas*, também preocupa-se em estruturar situações complexas, mas dão menos ênfase às construções psicológicas das pessoas envolvidas. A *Strategic Choice* e *Robustness Analysis* partilham o mesmo foco, preocupando-se com a incerteza e os modos de gerenciamento, enquanto o *Metajogo* (Metajogo) e *Hypergame* (Hiperjogo) *Analysis* analisam particularmente os aspectos conflitantes das situações de decisão.

Rosehead [31] menciona que estas metodologias nivelam-se individualmente pelo grau de transparência, pela incorporação de conflitos, pela representação de julgamentos, pelo interesse intrínseco e pela aplicabilidade. Elas também constituem uma nova e diferente contribuição britânica na arte da estruturação de problemas, sem que haja necessidade das pessoas que vão utilizá-las, adquirirem um conhecimento matemático de alto nível.

Enquanto os métodos tradicionais, na tentativa de representar a complexidade de situações desestruturadas, muitas vezes empregam técnicas baseadas na teoria das probabilidades, os métodos *Soft*, ao contrário, adotam o conceito de cálculo de possibilidades. Eles estruturam eventos ou resultados que os participantes declaram como relevantes, o que torna possível identificá-los, sem a obrigatoriedade de associar números sobre seus significados.

O principal ingrediente das metodologias *Soft* é o comportamento humano, que, por senso comum e experiência, pode ser representado por métodos gráficos ou diagramas que representam de forma esquemática redes de interações, demonstrando, entre os diversos elementos das situações analisadas, as influências, causalidades, similaridades ou compatibilidades existentes. Fornecer elementos que visem a estruturar situações problemáticas consideradas estratégicas é a característica mais comum encontrada entre as metodologias acima citadas.

SSM

A SSM é uma metodologia desenvolvida por Checkland [8][9]. Seus conceitos se aplicam, principalmente, à pesquisa qualitativa, conhecida como uma maneira de analisar, diagnosticar e resolver problemas a partir de tomadas de decisões consistentes, em função do uso contínuo de seus sete estágios, durante a investigação organizacional. A SSM está inicialmente muito mais preocupada com a definição das causas (a raiz) dos problemas do que com sua resolução.

A SSM faz uma comparação do mundo como realmente é (mundo real), com alguns modelos do mundo como deveria ser (mundo dos sistemas). Com esta comparação, amplia-se o entendimento do mundo real, através do processo de pesquisa, identificando-se idéias e ações para melhorar este mundo. A diferença entre os modelos “ideais” e a realidade torna-se a base para a tomada de decisões que irão mudar a organização. **A SSM é uma metodologia heurística** (e subjetiva), que permite o aprendizado da situação e/ou organização.

Na SSM, os pesquisadores começam a estudar um problema do mundo real estudando os sistemas que os contêm, e em seguida desenvolvem alguns modelos que melhoram o funcionamento dos sistemas es-

tudados. A SSM é uma metodologia de abordagem sistêmica, portanto, os modelos elaborados utilizam alguns conceitos da Teoria dos Sistemas.

A SSM é composta por sete estágios, que serão descritos resumidamente:

Estágio 1 - Investigação da situação problemática que está completamente desestruturada.

A situação problemática deve ser percebida e observada pelo ator da decisão como realmente é. O ator deverá pressupor muito pouco sobre a natureza da situação.

Estágio 2 - Expressão da situação problemática. Neste estágio, o ator desenvolve uma descrição detalhada, uma *rich picture* [29] da situação onde o problema ocorre.

Estágio 3 - Definição das causas ou a essência dos sistemas relevantes.

São definidas neste estágio as causas do problema, ou seja, a essência dos sistemas relevantes. Checkland [8] fornece o mnemônico CATWOE, traduzido aqui por CATCOPA[44], tipo um *check-list* para assegurar a inclusão dos elementos mais importantes das definições das causas:

Clientes são as pessoas que se beneficiam do sistema organizacional;

Atores são as pessoas que transformam os "inputs" em "outputs";

Transformação é o processamento de "inputs" em "outputs" (processos correntes dentro do sistema);

Concepção do mundo é uma visão de mundo relevante;

Proprietário da organização é ou são as pessoas que têm poder do veto;

Ambientes, externos e/ou internos que influenciam o sistema organizacional estudado.

Obs. A "transformação"(processamento) é um elemento do conceito dos sistemas.

Estágio 4 - Elaboração e teste dos modelos conceituais. O pesquisador monta os modelos com base no conhecimento dos conceitos dos sistemas. Ele desenvolve descrições, em

termos sistêmicos, de como as partes relevantes da situação podem funcionar de forma ideal.

Estágio 5 - Comparação dos modelos conceituais com a realidade. A proposta, aqui, ainda não é implementar os modelos conceituais e sim comparar e contrastar as diferenças entre eles, que podem ser usadas como base para discussão: *como funcionam os sistemas relevantes, como poderão vir a funcionar, e que implicações poderão existir?*

Estágio 6 - Identificação das mudanças que poderiam ser possíveis e desejáveis. A partir da discussão do Estágio 5, algumas mudanças possíveis podem ser identificadas. É provável que elas variem quanto ao desejo e a possibilidade de serem implementadas pelos atores da organização.

Estágio 7 - Ações para melhorar a situação problemática. As mudanças possíveis e desejáveis identificadas no Estágio 6 são agora colocadas em prática.

Confronto entre o Enfoque Analítico e o Enfoque Sistêmico

Apesar da oposição dos dois enfoques, analítico e sistêmico, a SSM, ao longo de seus estágios, tenta utilizá-los em momentos distintos, fortalecendo e constituindo uma nova maneira de pensar. Rosnay [32] situa de maneira bastante compreensível o confronto entre estes dois enfoques.

Enquanto o **enfoque analítico** concentra-se sobre nos elementos do sistema, observando-os isoladamente, o **enfoque sistêmico** concentra-se sobre as interações entre os elementos (ou componentes ou subsistemas) de um sistema, estuda a natureza das interações e considera os efeitos desta. O **enfoque analítico** apóia-se sobre a precisão dos detalhes e modifica uma variável de cada vez, enquanto o **enfoque sistêmico** apóia-se sobre a percepção global e modifica grupos de variáveis simultaneamente.

Para o enfoque analítico, os fenômenos são reversíveis e independentes de sua duração, e a validação dos fatos se realiza pela prova experimental no âmbito de uma Teoria. Já o enfoque sistêmico permite a integração da duração e as situações de irreversibilidade, bem como a validação dos fatos se realiza pela comparação do funcionamento do modelo com a realidade e pela quantificação dos resultados do sistema.

Os modelos do enfoque analítico são precisos e detalhados, apesar da difícil utilização em uma ação (por exemplo, modelos econométricos). Os modelos do enfoque sistêmico podem ser insuficientemente rigorosos para servir de base ao conhecimento específico, mas utilizáveis em uma decisão (por exemplo, modelo do Clube de Roma).

O enfoque analítico é eficaz quando as interações são lineares e fracas; o enfoque sistêmico é mais eficiente que o enfoque analítico quando as interações são não-lineares e fortes. O primeiro conduz a um ensino por disciplina (justa-disciplinar) e a uma ação programável em seu detalhe.

Embora preconize o conhecimento dos detalhes, no enfoque analítico os objetivos podem ser mal definidos, enquanto que o enfoque sistêmico conduz a um ensino pluridisciplinar e a uma ação por objetivos, embora podendo conter detalhes mais imprecisos (nebulosos).

A tentativa de uni-los através das diretrizes enunciadas pela SSM, durante os seus sete estágios, demonstra a vital importância da metodologia, que ensina o novo pensamento, como iniciativa ao aprendizado organizacional.

O Metajogo – Descrição

O Metajogo é uma técnica de análise de conflito entre os atores de uma organização. Ela pode auxiliar gerentes a se tornarem políticos e chefes de maneira efetiva.

Este método consiste em fazer perguntas aos atores, ao mesmo tempo respondendo-as e ensinando-os. A utilização da intuição é fundamental durante seu processo de aplicação. Os resultados são sempre surpreendentes ao longo da aplicação, mais do que quando as respostas são somente analisadas. Ainda assim, existirá demanda técnica e, portanto, a ajuda do computador será importante, pois possibilita que o consultor forneça *feedback* diretamente ao cliente.

Um exemplo de estudo seria um grupo de atores e suas opções políticas.

Os atores descrevem interações e relações pessoais, situadas em um determinado período de tempo, durante o qual não pode haver intervenções individuais que interfiram nas opções políticas envolvidas. Os atores devem interagir para juntos decidirem o que fazer.

Os atores envolvidos podem ser indivíduos ou grupos. Suas preferências, atitudes e decisões são interpretadas como interações surgidas dentro da organização. Cada ator aponta suas opções políticas – que representam ações estratégicas. A escolha de um conjunto de opções, por cada ator, representa um plano de ação particular. Deste modo é gerada uma série de planos.

Existe um programa denominado CONAN (que implementa o Metajogo), que ajuda no suprimento da lista de atores e opções, registrando qualquer informação extra na forma de notas junto a cada ator/opção, formando um tipo de banco de dados para informação estratégica. Esta lista gera cenários aleatórios que representam o empenho dos atores em fugir das ameaças da organização e do ambiente externo, temidas por cada um deles, e representam também os meios pelos quais eles esperam realizar seus objetivos.

É importante examinar e interpretar profundamente os cenários chaves antecipadamente, ao invés de esperar os acontecimentos, como acontece freqüentemente. Um gran-

de número de cenários pode ser gerado em função das opções de cada ator, porém nem todos os cenários podem ser gerados mecanicamente. O programa CONAN ajuda a identificar as incompatibilidades, mostrando ao usuário que certas escolhas não são lógicas nem fisicamente possíveis. Dessa forma, são geradas e exibidas séries ou subséries de cenários possíveis.

O gerente trabalhando como um ser político e como um chefe tomador de decisões deve negociar estrategicamente, sem esquecer ao mesmo tempo que é gerente, e político, está mantendo relações estreitas com os desejos e as idéias dos outros seres humanos. E é esta a intenção do Metajogo, apresentar uma análise a partir de um método estruturado que contemple o fato de gerente ser um político e chefe ao mesmo tempo.

Hiperjogo

O Hiperjogo é utilizado para a modelagem de decisões interativas.

Existe um repertório de modelos tais como: matrizes, árvores e tabelas que podem se adaptar aos procedimentos que indicam as diferenças de percepções entre atores de uma organização. É importante, ainda, expandir este repertório através de modelos que *estruturem os problemas* relacionados diretamente com a perspectiva Hiperjogo.

O método ajuda a esclarecer situações *viciadas, complexas ou desordenadas*, onde os objetivos não podem ser facilmente quantificados; por isso a importância de se considerar o julgamento subjetivo.

O Hiperjogo é adequado a situações que estão sob controle parcial de diversos atores, onde cada um "aposta" em um resultado e tem alguma influência nos acontecimentos. Eles, normalmente, têm objetivos e interesses diferentes que representam potencial para o conflito.

Como o conflito normalmente é relativo, poderá existir também a cooperação em torno

de interesses comuns. De maneira geral, o método trabalha com o conflito e com a coordenação das ações através de negociações e/ou barganhas.

O Hiperjogo está baseado em quatro suposições:

I) Personifica uma visão pluralista do mundo, onde diversos atores na qualidade de indivíduos, grupos ou organizações fazem escolhas para alcançar objetivos e interesses.

II) As decisões tomadas por cada ator afetam o bem-estar de outros, tornando-os *interdependentes*.

III) Os atores freqüentemente têm visões ou pontos de vista diferentes a respeito das situações em que estão envolvidos, o que certamente vai afetar a definição do problema.

IV) Cada ator está envolvido com tomadas de decisões relacionadas a algum sistema complexo, sistemas que envolvem relações entre pessoas (dois ou mais indivíduos). Isto pode desviar a análise das interações existentes se tratadas isoladamente, pois *tudo está conectado a tudo*.

O Hiperjogo pode ser visto, então, segundo Bennett [2] e Bennett e Cropper [3], como um elemento do método global que auxilia na resolução de problemas complexos envolvendo situações de conflito, incerteza, diferenças de percepção e outras dificuldades.

A metodologia auxilia o cliente a pensar em seus problemas, ao invés de deixá-los passivos esperando por uma análise do consultor. Para isto, o cliente tem de estar preparado para trabalhar na busca da facilitação dos debates e das decisões.

Os analistas ou consultores *contribuem com o formato do modelo e os "donos" do problema produzem o conteúdo*. [30]

Algumas formas de modelos de decisões interativas são utilizadas pelo Hiperjogo. O modelo mais simples chama-se Teoria dos Jogos. Este modelo permite mostrar as diferenças de percepção dos atores envolvidos.

Um *jogo* consiste de *jogadores* – partes interessadas, indivíduos, grupos, companhias, governos etc, que correm riscos e afetam os eventos. Cada jogador tem várias *estratégias* representando possíveis direcionamentos para a ação. A escolha da estratégia por cada jogador define o *resultado* do jogo. Para completar o modelo, especifica-se o resultado, se bom ou ruim, para cada jogador.

Neste jogo, os objetivos dos jogadores podem se conflitar em maior ou menor grau. Em um extremo, estão os jogos de *soma-zero*, em outro extremo, os objetivos dos jogadores coincidem e entre os extremos estão os *games* de motivos-combinados em que os jogadores se colocam entre o conflito e a cooperação.

O modelo pode ser visto da melhor forma em termos de não possuir respostas certas, mas de auxiliar no esclarecimento da estrutura da situação, tentando resolver dilemas e/ou dificuldades.

Os jogos podem ser representados de diversas formas. A mais comum delas é pela *forma de matriz*, porém esta forma não produz a melhor representação do modelo, devendo ser consideradas também outras duas representações alternativas: as árvores e as tabelas.

Apesar das matrizes reproduzirem, de maneira econômica, simples interações, as árvores ajudam a mostrar de forma direta a seqüência de decisões. Cada setor da árvore representa uma ação possível, que está sob o controle de um jogador específico demonstrado em ordem de escolha. A árvore completa representa um jogo.

Enquanto a árvore é útil na representação de seqüências, ela rapidamente pode se tornar incômoda quando o número de mudanças aumenta. Do mesmo modo, é difícil desenhar matrizes com mais de dois ou três jogadores; assim será necessário introduzir uma terceira forma para vencer estas limitações.

Desenvolvida como parte da *Análise de Opções* ou Metajogo [22] descrita no item

anterior, esta análise está baseada na noção de *tabela de opções*. As matrizes produzem uma representação visual mais compacta das interações, as árvores esclarecem a seqüência de decisões através do tempo, enquanto as *tabelas* permitem-nos negociar relativamente com muitos jogadores possíveis.

Para se estabelecer um modelo Hiperjogo não é necessário decidir qual é a visão de mundo mais *correta*. O método procura considerar como o mundo é visto por cada ator, e assim modelar o que acontece quando os donos destas diferentes visões interagem entre si.

Finalmente, deve-se insistir em que a ênfase da percepção dos atores pode ser diferente. Não se pretende afirmar que as diferenças radicais devam existir, mas elas podem existir, e isto afeta os acontecimentos e, portanto, tais modelos devem permitir essa variação.

SODA

A SODA [16][25] se caracteriza por ser extremamente sucinta e tem por objetivo ajudar o decisor ou grupo de atores a lidar com problemas complexos por meio de uma modelagem qualitativa, permitindo o entendimento do problema. Constitui em uma metodologia especialmente delineada para a estruturação de problemas em um sentido mais amplo, é voltada para a identificação de qual é realmente o problema em questão e a identificação dos fatores a serem considerados como objeto de discussão, principalmente quando se tem situações em grupos de tomadores de decisão. Auxilia no processo de entendimento do problema a determinação de pontos de vista importantes. A SODA serve inicialmente como uma metodologia de estruturação do processo de resolução do problema e, posteriormente, como uma técnica para planejamento e acompanhamento das ações. O campo de aplicação da SODA é amplo, auxiliando

o planejamento em ambientes complexos (ou não) com vários atores de decisão.

A SODA [1] consiste (resumidamente) dos seguintes passos:

a) definição dos termos de cooperação entre os atores de decisão;

b) entrevista com indivíduos pertencentes a um grupo decisório;

c) construção de mapas cognitivos individuais; cada ator define como percebe a situação problemática;

d) construção de mapas cognitivos agregados;

e) a partir do mapa cognitivo agregado (também denominado mapa estratégico) procurasse a solução do problema; e

f) tomada de decisão.

COMPARAÇÃO ENTRE O SSM E O AMD

Percebidas as diferenças e convergências dos métodos descritos acima, os autores deste trabalho resolveram optar particularmente pela SSM para comparação entre esta e o AMD. A SSM mostra-se bastante adequada para tratar de forma explícita os aspectos subjetivos, sendo que a aprendizagem é ditada como a perspectiva da atividade de apoio à decisão. Portanto, é neste ponto que a metodologia de Checkland diferencia-se da abordagem multicritério, principalmente porque a SSM é uma metodologia, enquanto o AMD são três grandes famílias que agrupam métodos, algoritmos e teorias de abordagem para tomada de decisão.

Checkland [9] considera que a visão tradicional da PO até 1960 era limitada a tratar de aspectos puramente quantitativos, não retratando a subjetividade do processo de decisão. Observa-se que a PO *Soft* tenta modelar as questões sobre comportamento, enquanto o AMD busca modelar os juízos de valores do decisor.

A PO *Soft* baseia-se em modelos ditos apreciativos, onde a apreciação é um ato

mental, avaliativo, no qual normas conflitantes e valores determinam quais são somente os fatos relevantes, enquanto fatos percebidos ou considerados exigem atenção porque são vistos como relevantes para certos valores [12]. A apreciação contínua permite alteração de percepções do problema e o aprendizado. O conceito de aprendizado é comum à PO *Soft* e ao AMD.

A PO *Soft* baseia-se em aproximações heurísticas, utilizando-se de ferramentas qualitativas. O AMD também utiliza-se de ferramentas qualitativas, mas baseia seus algoritmos também em teorias matemáticas, estudos psicofísicos e teorias comportamentais.

A Metodologia Macbeth (do AMD), à semelhança da metodologia SODA (da PO *Soft*), utiliza-se de mapas cognitivos na sua estruturação. Verifica-se uma possibilidade de análise de sensibilidade de resultados ao compararmos as sugestões de ambas as metodologias para um mesmo problema.

Durante o processo de pesquisa, o tempo de observação do mundo real utilizado pela SSM, normalmente, é maior que o tempo utilizado pela abordagem do AMD, entretanto o tempo utilizado para modelagem dos sistemas da SSM é, em média, inferior ao tempo utilizado pelo AMD.

A SSM constrói modelos heurísticos que, comparativamente, são mais facilmente contruídos que modelos do AMD, principalmente quando comparados com os modelos do AMD que utilizam algoritmos matemáticos complexos (métodos iterativos).

Identificam-se três grandes linhas onde a SSM e o AMD se complementam:

a) A SSM pode produzir as diretrizes básicas para a estruturação do problema que, posteriormente, poderá ser estudado e modelado pelo AMD; conseqüentemente o AMD fornecerá as ferramentas de programação matemática (métodos iterativos ou não) para modelagem dos sistemas observados no mundo real.

b) A SSM, em seu processo de reconhecimento, aprende a organização de maneira que qualquer problema passe a ser controlado por ela sem auxílio emergencial de consultores, além da observância da agregação de experiência, criatividade e conhecimento natural de toda organização que requer um processo de apoio à decisão. Estes elementos, para serem bem atendidos, devem fugir das bases prescritivistas e normativas, segundo a SSM.

O AMD, utilizando-se de bases prescritivistas e construtivistas, permite uma apreciação diferente do problema; o somatório das duas abordagens pode permitir um melhor entendimento do problema.

c) O AMD pode auxiliar os estágios 5 e 6 da SSM, particularmente a teoria do julgamento social de Hammond [20] pode ser utilizada para esclarecer e reduzir conflitos. Para problemas com muitas alternativas viáveis que devam ser consideradas, métodos de programação multiobjetivo ou de análise de utilidade multiatributo podem ser usados para buscar a maximização dos objetivos derivados das várias visões de mundo e consequentemente atender os objetivos desejáveis e culturalmente possíveis.

Algumas diferenças importantes foram identificadas, tais como:

I) No AMD, o julgamento dos atores pode ser estudado através da associação cruzada de alternativas e critérios; na SSM, o julgamento, principalmente do analista, é condenado durante a observação do mundo real. Ele não deve prejudicar e sim observar e tentar descrever a situação como se apresenta de fato. A análise da situação e do sujeito observado deve ser comparada com outras situações referenciadas, indo em direção à negociação com intuito de evitar, sempre que possível, a quantificação.

II) A SSM estuda situações problemáticas – sentimentos de incerteza ou preocupações algumas vezes não tão facilmente identificadas. A metodologia não inclui qual-

quer técnica para determinar ou mesmo otimizar algumas funções de preferência, nem fornece nenhuma direção específica de como fazer. De fato, as preferências individuais dos vários atores não são externamente formalizadas e combinadas. Exceto o recurso dos sistemas de pensamento, o processo usado é inteiramente *ad hoc*, culminando em um debate construtivo.

CONCLUSÃO

A SSM pode ser usada como metodologia de estruturação de problemas para posterior utilização de algoritmos/métodos do AMD na solução dos mesmos. Pode ser estudada a validade do uso da Teoria dos Conjuntos Nebulosos [7][19][26] para o tratamento das possibilidades identificadas pela PO Soft.

As possibilidades da mudança organizacional em virtude de sua cultura normalmente implica que a solução deva ser um compromisso assumido, independente de qualquer conflito de objetivos derivado da visão de mundo de cada ator. Neste sentido, a SSM pode ser considerada um AMD, altamente efetiva para mudar situações que envolvam múltiplos atores.

Entretanto, sua capacidade para situações de conflito que necessitam de simples tomadas de decisões é um tanto quanto problemática, principalmente se não houver visões opostas, o debate interno permanecerá e uma simples tomada de decisão pode não ser efetiva. A utilização de alguns algoritmos/métodos do AMD nessa direção pode ser muito útil.

O Metajogo pode ser usado para identificar e tentar corrigir a inconsistência dos decisores, permitindo assim uma rápida aplicação dos algoritmos do AMD.

O Hiperjogo pode ser utilizado como auxílio de estruturação de problemas a serem resolvidos pela Família de Métodos Interativos do AMD. Posteriormente, pode-

se fazer uma análise de sensibilidade entre o resultado do Hiperjogo e o resultado obtido pelo(s) algoritmo(s) do AMD.

As matrizes e tabelas de opções geradas, quando é utilizado o Hiperjogo na resolução de um problema, podem ser reduzidas, retirando-se delas o conhecimento essencial e não dúbio através da utilização da Teoria dos Conjuntos Aproximativos (TCA) [19][43].

O estudo e implementação das conclusões acima são campo fértil para a pesquisa, podendo ser sugestões para dissertações de mestrado e/ou teses de doutorado.

Vislumbra-se uma linha de pesquisa que unifique a PO *Soft* e o AMD, onde a PO *Soft* seria a *Escola Britânica do AMD*; e/ou uma nova denominação que agrupe as Escolas do AMD e a PO *Soft*.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ADMINISTRAÇÃO>/Decisão/; Apoio à decisão; AMD; Macbethi; PO *Soft*; SSM; Megajogo; Hiperjogo; SODA;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] AMARAL, Daniel Capaldo & Targino De Araújo Filho. (1998). *Aplicação Da Metodologia Soda no Processo de Desenvolvimento de Produto*, XVIII ENEGEP, UFF, RJ.
- [2] BENNETT, P. G. (1985). *On linking approaches to decision-aiding issues and prospects*. J. OpI Res. Soc., n. 36, p. 659-669.
- [3] BENNETT, P.G. & CROPPER, S.A. (1986). *Helping people choose: conflict and other perspectives, in Further Developments in O. R.* (Eds. V. Belton and R. O'Keefe), Pergamon, Oxford.
- [4] BINDER, F. V. (1994). *Sistemas de Apoio à Decisão*; Editora ÉRICA.
- [5] BOUYSSOU, Denis, (1996), "Outranking Relations: Do They Have Special Properties?", *Journal of Multi-Criteria Decision Analysis*, v. 5, pp. 99-111.
- [6] BUCHANAN, John T. & Modechai I Henig. (1994). *Decision Making by Multiple Criteria: A Concept of Solution*; XIth International Conference on MCDM; Coimbra; Portugal.
- [7] BUCKLEY, J. J. (1985). *Fuzzy Hierarchical Analysis: Fuzzy Sets and Systems*; volume 17; Number 3; page 233-247; North-Holland.
- [8] CHECKLAND, P. (1981). *Systems thinking, systems practice*. Wiley, Chichester.
- [9] CHECKLAND, P. (1985) *From Optimizing to Learning: A Development of Systems Thinking for the 1990s*. Journal Operational Research Society, vol.36, no.9, p. 757-767.
- [10] COSTA, Carlos A. Bana e. (1993). *Processo de Apoio à Decisão: Problemáticas, atores e ações*; Curso "Ambiente: Fundamentalismos e Pragmatismos"; Seminário Pedro Nunes; Convento da Arrábida; Porto; Portugal.
- [11] COSTA, Carlos A. Bana & Manuel C. de Almeida. (1990). *MENSOR - Método Multicritério para Segmentação Ordenada*; Revista Investigação Operacional; número 1; vol. 10; pág. 19 a 28.
- [12] COSTA, Carlos Antonio Bana e. (1992). *Structuration, construction et exploitation d'un modèle d'Aide à la Decision*. Thèse de doctorat pour l'obtention du titre de Docteur en Ingénierie de Systèmes. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior Técnico.
- [13] COSTA, J. J. SERRA, 1977, *Teoria da Decisão, Um Enfoque Objetivo*. Segunda Edição, Editora Rio, Brasil.
- [14] DAELLENBACH, H. G. (1994). *Multiple Criteria Decision Making Within Checkland's Soft Systems Methodology*, XIth International Conference on MCDM; Coimbra; Portugal.
- [15] DOIGNON, J. P. (1987). *Threshold Representations of Multiple Semiorders*. SIAM Journal of Algebraic Discrete Methods, 8, p. 77-84.

- [16] EDEN, C. (1989). *SODA and Cognitive Mapping in Practice*. In: ROSENHEAD, J Rational Analysis for a Problematic World. Wiley, page 43-70.
- [17] GOMES, Carlos F. Simões, GOMES, Luiz F. Autran M., (1995,) "Logistic Analysis for War Ships through a Fuzzy Rough Multicriteria Model". In: *Proceedings of the International Conference on Industrial Logistics, ICIL 95, session military logistics*, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, December.
- [18] GOMES, Carlos Francisco Simões. & Luiz F. A. M. Gomes. (1997). *One Application of the Fuzzy-Rough Multiple Criteria Decision Methodology ALINA in an Industrial Production Process, executing a Logistic Prioritization of the Supplies Alternatives*, XIII International Conference on Multiple Criteria Decision Making, Cape Town, África do Sul.
- [19] GOMES, Carlos F. Simões, GOMES, Luiz F. Autran M., (1995), "ALINA - A Fuzzy Rough Multicriteria Model for War Ship Logistics Decision Aiding". In: *Proceedings of the Sixth International Fuzzy Systems Association World Congress, IFSA 95*, v. II, pp. 17-19, São Paulo, SP, Brasil, July.
- [20] HAMMOND, K. R. (1976). *Externalizing the parameters of quasi rational thought*, in M Zeleny, Ed., *Multiple Criteria Decision Making*, Springer Verlag, 75-96.
- [21] HILLIER, Frederick S., LIEBERMAN, Gerald J., (1980), *Introduction to Operations Research*. Third Edition, Holden-Day, Inc.
- [22] HOWARD, N. (1971). *Paradoxes of Rationality*. MIT Press.
- [23] HOPWOOD, A. G. (1980). *The organizational and behavioral aspects of budgeting and control, in topics in management accounting*, Philip Allen, Deddington, p. 221-240.
- [24] KLEKAMP, ROBERT C., THIERAUF, Robert J., (1975), *Decision Making Through Operations Research*. Second Edition. Ed. John Wiley & Sons, Inc., New York, USA.
- [25] KELLY, G. A. (1955). *The Psychology of personal constructs: a Theory of Personality*. New York, Norton.
- [26] KLIR, George J. & Bo Yuan. (1996). *Fuzzy Sets, Fuzzy Logic, and Fuzzy Systems*, Advances in Fuzzy Systems - Applications and Theory Vol. 6.
- [27] MARSHALL, Kneale T. & Robert M. Oliver. (1995). *Decision Making and Forecasting*; McGraw Hill; Inc.
- [28] PARETO, Vilfredo, (1996), *Manual de Economia Política*. Título original: *Manual d'Economia Política*, tradução para o português, Editora Nova Cultural, São Paulo, SP, Brasil
- [29] PATCHING, D. (1990) *Practical Soft Systems Analysis*. London: Pitman Publishing
- [30] PHILLIPS, L. (1982). *Requisite decision modelling a case study*. J. Opl Res. Soc., v. 33, p. 303-312.
- [31] ROSENHEAD J. (1989). *Rational Analysis for a Problematic World: problem structuring methods for complexity, uncertainty and conflict*. New York John Wiley & Sons.
- [32] ROSNAY J. (1996). *Le macroscopie vers une vision globale* (1ère édition, 1975). Apud, Iaccarino.
- [33] ROY Bernard, (1977). "A Conceptual Framework for a Descriptive Theory of Decision Aid", *Studies in the Management Sciences*, vol 6; pp 179-210
- [34] ROY, Bernard, (1985), *Methodologie Multicritere d'Aide à la Décision*. Paris, Editora Econômica, France.
- [35] ROY, Bernard, (1988), "The Outranking Approach and The Foundation of ELECTRE Methods". In: *Third International Summer School "Multiple Criteria Decision Aid: Methods, Applications and Software"*, Monte Estoril, Portugal, Julho.
- [36] ROY, Bernard. (1989), *The Outranking Approach and the Formulations of ELECTRE Methods*, In: Document du Laboratoire d'Analyse et Modélisation de Systèmes pour l'Aide à Décision, Université Paris-Dauphine, Lamsade, Paris, France.
- [37] ROY, Bernard, BOUYSSON, Denis, (1993), *Aide à la décision fondée sur une PAMC de type ELECTRE*. Editora Econômica, pp. 270-271 et 414-433, France.
- [38] ROY, Bernard, BOUYSSON, Denis, (1993), *Aide Multiple a la Decision: Methods et cas (in English "Multiple Criteria Decision Aid: Methods and Case Studies")*. Editora Econômica, France.
- [39] ROY, Bernard, VANDERPOOTEN, Daniel, (1995), "The European School of MCDA: A Historical Review". In: *EURO XIVth Conference*, Lamsade, Université Paris-Dauphine, Paris, France.
- [40] ROY, Bernard, VANDERPOOTEN, Daniel, (1996), "The European School of MCDA: Emergence, Basic Features and Current Works", *Journal of Multi-Criteria Decision Analysis*, v. 5, pp. 22-38.
- [41] SAATY, Thomas L. (1991). *Método de Análise Hierárquica*; McGraw HILL.
- [42] SCHWENK, Charles & Howard Thomas (1983). *Formulating the mess: The role of decision Aids in problem formulating*. Omega International Journal of Management Science, vol. 11, no. 3, p.239-252.
- [43] SLOWINSKI, Roman & Salvatore Greco & Benedetto Matarazzo.(1998). *New Developments in the Rough Set Approach to Multi-Attribute Decision Analysis*, Tutorials and Research Reviews, 16th European Conference on Operational Research, Belgium.

- [44] SOARES, V. (1997). *Aplicação da metodologia de análise dos sistemas complexos em uma empresa operadora de transporte público urbano*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transporte) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, R.J.
- [45] STEUER, Ralph E. & Lorraine R. Gardiner. (1994). *Unified Interactive Multiple Objective Programming*; European Journal of Operational Research; páginas 391 a 406.
- [46] STEUER, Ralph E. (1989). *Multiple Criteria Optimization: Theory, Computation and Application*; Robert E. Krieger Publishing Company; INC.
- [47] VANDERPOOTEN, Daniel (1995). *The European School of MCDA: Emergence, Basic Features and Current Works*; Cahier du LAMSADE; Université Paris-Dauphine; Unité de Recherche Associée au CNRS n 825.
- [48] VASSNICK, J. C. & C.A. BANA e COSTA, (1994) *The Macbeth Approach. General Overview and Applications*, XIth International Conference on MCDM; Coimbra; Portugal.
- [49] VINCKE, Philippe (1992). *Multicriteria Decision-Aid*, John Wiley & Sons.
- [50] WHITE, JOHN DOUGLAS, 1975, *Decision Methodology - A formalization of the OR process*, Ed. John Wiley and Sons, Ltd., London, UK.
- [51] YAGER, Ronald R., LAMATA, Maria Teresa, (1996), "Aggregation of Nonnumeric Payoffs for Decision Making Under Uncertainty". In: *Proceedings of Information Processing and Management of Uncertainty in Knowledge-Based Systems. IPMU 96*, v. 1, pp. 37-42, Granada, Espanha, July.

A crítica, mesmo injusta,
não é tão contundente como
o silêncio.

Charles Wagner

1^o ENCONTRO CONTINENTAL DE DIRETORES DE REVISTAS MARÍTIMAS

Por motivo de celebração do 115^o aniversário de fundação da *Revista de Marina*, da Armada do Chile, foi realizado em Valparaíso, entre os dias 28 e 30 de junho de 2000, o 1^o Encontro Continental de Diretores de Revistas Marítimas.

O comandante-em-chefe da Armada do Chile, Almirante Jorge Patricio Arancibia Reyes convidou para o evento delegações das Marinhas do continente americano que contam com publicações do ramo e que foram representadas por seus diretores e subdiretores, acompanhados por suas esposas.

O encontro teve por objetivo central concretizar, em torno do 115^o aniversário da revista chilena, uma oportunidade para o conhecimento pessoal dos oficiais – em serviço ativo ou na reserva – que têm a responsabilidade de dirigir ditos meios e, por sua vez, estudar possibilidades de formalizar a criação de uma

Associação Interamericana de Revistas Marítimas, como também programar atividades futuras, como marco da amizade e da crescente colaboração profissional que caracteriza as relações entre as Armadas do continente.

Foi selecionado como referência para o intercâmbio acadêmico de idéias e pensamentos o tema “Os meios de difusão do pensamento naval frentes aos cenários e desafios profissionais do novo século”, em torno do qual as delegações participantes tiveram a oportunidade de apresentar suas proposições.

O Chile se fez representar no encontro pelos seguintes integrantes da *Revista de Marina*: Capitán de Navio Alexander Tavra Checura, diretor da Academia de Guerra Naval e presidente do Conselho Consultivo da revista; Capitán de Navio Jaime Sepúlveda Cox, diretor da revista e coordenador geral do



Fotografia oficial do 1º Encontro Continental de Diretores de Revistas de Marinha (Revista de Marina)

encontro; Capitán de Navio Eduardo Cáceres Boutin, Capitães de Fragata Claudio González Maier, Patricio Storaker Molina, Enrique Larrañaga Martin e Cristian De La Maza Riquelme e Primeiro-Tenente Patricio Rivera López, todos vogais do Conselho Consultivo, sendo este último também oficial de Ligação; Capitán de Navio Sergio Brangier Pardo, coordenador executivo; e Capitán de Corbeta Humberto Senarega Puga, oficial de Ligação.

As delegações que participaram do encontro foram as seguintes: Argentina (Capitán de Navio César Hugo del Pozzi e Capitán de Fragata Carlos Ignacio Ruda), Brasil (Vice-Almirante (Ref^o) Luiz Edmundo Brígido Bittencourt e Capitão-de-Mar-e-Guerra (RRm) Milton Sergio Silva Correa), Canadá (Lieutenant-Commander Douglas S. Thomas), Chile (Capitán de Navio Jaime Sepúlveda Cox), Colômbia (Capitán de Navio Luis Francisco Chacón Peña), Equador (Capitán de Navio Homero Arellano Lascano), El Salvador (Capitán de Fragata Francisco Wladislaw Schishkin e Capitán de Corbeta Miguel Angel Mejía Linares), Estados Unidos (Lieutenant-Commander (R) Pelham G. Boyer), México (Capitán de Navio Salvador Gómez Meillon

e Capitán de Corbeta Adrián Hermilo Valle González), Peru (Contra-Almirante Rafael Vladimir Loayza Regalado e Capitán de Navio Jorge Alberto Nuñez Montoya), Uruguai (Capitães de Navio Gustavo E. Vanzini Pons e Italo M. Sorrenti) e Venezuela (Capitán de Navio Carlos Julio García Vásquez, Teniente de Navio Lenys González Zepa e Teniente de Fragata María R. Rodríguez D.).

Os trabalhos se desenvolveram na sede da Academia de Guerra Naval, onde também se situam as instalações da *Revista de Marina*.

A abertura do encontro foi feita pelo diretor de Educação da Armada, Contra-Almirante Eduardo García Domínguez. A seguir, foram apresentadas as proposições das delegações participantes, tendo cada um cerca de 25 minutos para a apresentação. No segundo dia, foram formadas mesas de trabalho para discussão da criação da Associação Interamericana de Revistas Marítimas, da programação de atividades futuras e de assuntos diversos. A referida associação foi então fundada e firmou-se o compromisso da realização de reuniões futuras, mediante entendimentos.

Foi também acertado que as matérias publicadas nas revistas que se representaram

no encontro poderão ser transcritas sem necessidade de autorização da revista que a publicou, sendo necessário, porém, mencionar a fonte, desde que não haja objeção específica por parte do autor da matéria.

Ao final de cada ano, serão selecionadas pelas direções das revistas duas matérias consideradas de interesse comum para constituir um banco de assuntos à disposição dos membros da associação.

No terceiro dia do encontro, as delegações foram recebidas pelo chefe do Estado-Maior da Armada, Vice-Almirante Jorge Swett Browne, no exercício do Comando da Armada em virtude da ausência do Almirante Jorge Patricio Araucibia Reyes, titular da Pasta.

Como parte da programação organizada pelos anfitriões, houve recepção às delegações na Academia de Guerra Naval, no Cassino Municipal de Viña del Mar, a bordo do Fragata *Blanco Encalada*, Capitânia da Esquadra e no Clube Naval de Valparaíso. Foram feitas visitas à Escola Naval, ao jornal *El*



Mesa de trabalho

Mercurio de Valparaíso (jornal mais antigo em língua espanhola da América Latina), ao Museu Naval e Marítimo e ao Monumento aos Heróis de Iquique.

Foram excelentes as atenções e gentilezas dispensadas às delegações participantes, inclusive às esposas dos diretores das revistas.

Dos trabalhos apresentados durante o encontro, selecionamos algumas partes do Chile, da Venezuela e do Brasil, pois representam, de um modo geral, a formalização das idéias, proposições e conceitos abordados.

Vice-Almirante Browne cumprimentando o Vice-Almirante Brígido



“Introdução

Antes de iniciar uma proposta acadêmica em torno do tema de referência central que hoje nos reúne, “O rol dos meios de difusão do pensamento naval frente aos cenários e desafios profissionais de um novo século”, quero fazer chegar a cada delegação a afetuosa e fraternal saudação da *Revista de Marina*, da Armada do Chile, e também agradecer suas presenças na celebração do 115º aniversário da publicação, desejando-lhes uma grata estadia em nosso país e um frutífero intercâmbio de experiências profissionais que, estou seguro, contribuirão para o melhor cumprimento das responsabilidades que nossas respectivas instituições nos tem imposto.

Um novo aniversário sempre se constitui numa ocasião propícia para se refletir acerca do presente e também para se projetar o futuro, em especial quando existe uma generalizada consciência de que se aproxima uma idade vindoura que pressagia notáveis evoluções em todos os âmbitos da humanidade, onde a disponibilidade de uma quantidade de conhecimentos sem precedentes se entrelaçará com as novas modalidades e tendências que caracterizarão o agir das pessoas, as instituições, os estados, as regiões e toda a comunidade internacional.

Esta realidade que se percebe gera, sem dúvidas, importantes efeitos de extensão no rol tradicional das Marinhas do continente, as quais começam a incorporar novas funções derivadas dos interesses coletivos que fundamentam o fortalecimento das relações de cooperação e entendimento regional.

(...)

A Revista de Marina da Armada do Chile

No caso da publicação chilena, suas origens remontam a 1º de julho de 1885, quando

um grupo de entusiastas de Marinha, presidido pelo então Capitán de Navio Luis Uribe Orrego, com visão esclarecida e com grande sabedoria, fundaram, no Círculo Naval de Valparaíso, uma publicação vinculada à Armada do Chile, cuja função principal seria dar a conhecer e possibilitar a discussão de todas as matérias de interesse para o desenvolvimento futuro do poder naval, nos âmbitos acadêmicos das distintas ciências vinculadas à ocupação profissional e à cultura.

(...)

Cenários e desafios do futuro

Nossa percepção em torno dos cenários e desafios do futuro se centra nas tendências que marcam a dinâmica e profundidade das trocas observadas no sistema internacional durante a última década.

Para todos resulta evidente a velocidade com que transcorrem os fatos internacionais relevantes a partir da emblemática caída do Muro de Berlim; o notável progresso da computação, os meios de comunicação e a tecnologia; e o predomínio cada vez mais amplo de uma economia livre e aberta que se expande por quase todo o mundo, gerando o fenômeno político, econômico e social mais relevante de nossos tempos: a globalização.

Creio que todos concordamos também que a força dessas novas características tornam ineficazes muitas das teorias aplicadas durante o século XX, nas quais se fortalecia a defesa de fronteiras econômicas fechadas, e uma infrutífera busca de desenvolvimento para o interior de cada nação.

(...)

O rol das publicações navais

Sem dúvidas, as publicações navais, em seu conjunto, sempre se constituíram numa

importante ferramenta a serviço da comunicação organizacional, já que motivam, aglutinam e informam através da projeção da imagem institucional para o seu exterior e a difusão de valores, tradições, opiniões e conhecimentos para os distintos segmentos que constituem seus públicos interno e externo.

A necessidade de ser útil às expectativas e requerimentos de um universo de leitores heterogêneos quanto a hierarquias, interesses profissionais, âmbitos de conhecimentos e graus de especialização tem justificado plenamente a diversificação das publicações de acordo com objetivos e públicos, o que, na Armada do Chile, se traduz em que, além da *Revista de Marina*, se publicam também a *Revista Vigía*, principal meio de comunicação interna que se traduz como uma crônica da vida naval e que é dirigida a toda a instituição e suas famílias, a *Revista Anclas*, da Escola Naval, e as distintas revistas e periódicos de academias, escolas, organiza-

ções operativas e especialidades, compostas, em geral, de matérias de teor técnico-tático, de docência, de instrução e de conhecimentos específicos que visam atualizar a preparação profissional de oficiais e da gente do mar.

(...)

Senhores delegados: uma vez mais agradeço suas presenças no aniversário da *Revista de Marina*, da Armada do Chile, que ela nos dá a oportunidade de celebrar nossos 115 anos de vida, com a possibilidade certa de concretizar o nascimento de uma organização que agrupe e aperfeiçoe a quem tem o privilégio de se juntar ao intelecto e ao espírito dos homens do mar na América, precisamente em uma época e região em que a benevolência dos ventos de fraternidade, cooperação e confianças mútuas parecem trazer tempos melhores em torno da paz e da estabilidade, sempre necessárias para nosso desenvolvimento e grandeza. Muito obrigado."

PROPOSIÇÃO DA VENEZUELA:

"Neste 1º Encontro Continental de Diretores de Revistas de Marinha e com a intenção de intercambiar nossas idéias e experiências quanto ao tema geral proposto, "O rol dos meios de difusão do pensamento naval frente aos cenários e desafios profissionais de um novo século", a Armada da Venezuela, através da Direção de Informação e Relações Públicas, apresenta seu trabalho com a exposição "O rol das publicações institucionais na imagem corporativa da Armada venezuelana".

O tema está diretamente relacionado com a informação e o processo comunicacional, tal como o expressou oportunamente Peter Drucker - "o futuro de uma empresa exitosa está em sua comunicação exitosa". A informação e o conhecimento são forças corporativas imersas em um ambiente de tecnologia

da informação que dirige as organizações para novas oportunidades e desafios. Comunicar-se efetiva e oportunamente já não é uma opção, é a diferença entre o auge e o declínio das instituições.

O dispor de uma estratégia comunicacional permite construir uma plataforma informativa sobre a qual pode apresentar-se uma organização. Esta plataforma se entende nas dimensões física, qualitativa e quantitativa, emolduradas na contribuição ao desenvolvimento da mesma instituição e do país. A plataforma informativa atua como colchão de opinião nos casos em que esta se requeira, ou como marco de referência para formar opinião a respeito das organizações.

Indicar um programa de imagem sem estratégia é como zarpar sem haver planejado exaustivamente a navegação.

Para alcançar o objetivo final de uma imagem corporativa afim à instituição e traçar um plano comunicacional de acordo, é preciso levar em conta a cultura organizacional, a identidade e a imagem.

A **cultura** modela a identidade tomando como base a visão e missão, edificando colunas e vigas que se convertem nas estratégias e mensagens que apontam a imagem corporativa. Assim a cultura ajusta: o comportamento dos indivíduos da instituição, as normas, os valores dominantes aceitos pela mesma, as políticas traçadas, a filosofia institucional e até o ambiente de trabalho; tudo isso reflete a cultura, mas nenhum desses aspectos por si só são a essência da cultura institucional. Esta cultura se traduz na forma de ser e fazer da organização e é compartilhada por seus integrantes, desde o pico até sua base.

O que realmente somos, quando estamos frente ao espelho de nossas consciências, é a identidade e ela é a verdade única de uma organização e/ou indivíduo, a identidade é uma personalidade construída pela empresa. Não é uma qualidade que esta possui, mas sim o resultado de um esforço que consiste em descobrir suas potencialidades mediante a auto-evolução.

A **imagem** se forma da soma de muitas expressões de nossa identidade ao largo do tempo, do que fazemos ou desejamos de fazer, de nossas palavras, mas também de nosso silêncio. Para que a comunicação construa uma imagem positiva, coerente e estável no tempo, deve estar sustentada em um claro e sólido sistema de identidade. Quer dizer que a definição interna de uma clara missão, a declaração nítida de um código ético e a oportuna comunicação de tudo isso são anteriores a todo processo de projeção de imagem.

Acumular mensagens positivas é assegurar lealdades e construir relações de confiança mútua; são fatos que anco-

ram a boa imagem que se tem da instituição. Toda esta informação, para que seja de utilidade, deve estar semeada na opinião pública antes de qualquer crise e é necessário freqüência para mantê-la viva nas mentes.

Um plano alternativo com o qual sempre deve contar uma instituição é a **comunicação de contingência**, pois é muito freqüente as organizações se confrontarem com sérios problemas de imagem e credibilidade em certos momentos, seja frente ao perigo, à crise e/ou ao acidente.

O perigo é a antecipação de um acidente ou de uma crise, ou seja, a probabilidade que ocorra determinado fato que possa afetar a imagem. A crise é uma resultante do perigo, quando a instituição entra em colapso e não avança, e o acidente ocorre quando se dá um fato transcendente que ocasiona perdas materiais e/ou humanas.

Em qualquer ponto desta trilogia se pode chegar aos outros, existindo duas condições básicas para a evolução da contingência: a sensação de que alguém controla a situação e a remissibilidade dos efeitos.

Quando o problema se apresenta, o prestígio construído se converte em couraça que protege a instituição. Neste sentido, a imagem poderia ser uma segunda oportunidade que os públicos dão à organização.

A fim de formular uma estratégia comunicacional da Armada venezuelana, a comunicação corporativa considera a filosofia institucional, os estilos, comportamentos, valores, normas, visão, missão, políticas e organização para modelar a **cultura corporativa**. Sempre que se tenha clara a visão e a missão da instituição, a elaboração do plano estratégico para uma política de imagem e comunicação é engenharia simples.

Neste sentido, a Armada venezuelana tem a seguinte **visão**: 'Fazer da Armada uma organização exemplar, convertida em uma das melhores do continente, capaz de ope-

rar eficaz e efetivamente e projetar o poder naval em seus espaços de atuação: Caribe, Atlântico e fluvial; para garantir a segurança e defesa da nação e participar ativamente do desenvolvimento do país a fim de promover e defender os interesses associados aos espaços aquáticos do coletivo bolivariano venezuelano. Dispor de um sistema educativo que permita a existência de recursos humanos com uma ótima qualidade, altamente capacitado quanto à tecnologia, humanidades, gerência e a guerra naval; executar as ações de polícia administrativa e de salvaguarda naval nos espaços aquáticos. Por ser uma organização de grande valor estratégico, deverá antecipar-se às necessidades da sociedade venezuelana, no que a salvaguarda dos recursos do mar se refere para as futuras gerações'.

A **missão** é a de 'assegurar a defesa naval e o cumprimento da Constituição e das leis, a fim de garantir, conjuntamente com as outras forças, a soberania, integridade, liberdade e participar ativamente do desenvolvimento do país'.

Do mesmo modo, **as políticas** ditadas pelo **comandante-geral** são chaves para a hora de emitir qualquer tipo de informação nas diferentes publicações da instituição. Para desenvolver um bom projeto de comunicação há que se conhecer muito bem o plano estratégico da empresa para orientar-se em um caminho mais seguro e ganhar-se a confiança e credibilidade da opinião pública, apontando para uma positiva percepção coletiva. A política é um marco para a ação, são as regras

do jogo que permitem gerar o clima de confiança desejado.

Para conseguir operacionalizar estes conceitos, requer-se uma Diretoria de Informação e Relações Públicas, que se situa no mais alto nível, ou seja, dependendo diretamente do comandante-geral.

Esta Diretoria conta, para seu funcionamento, com três divisões e é a Divisão de Meios que tem a responsabilidade de conceber e elaborar as publicações dirigidas aos públicos internos e externos da instituição.

'Assim, a **missão desta Diretoria** é gerenciar as atividades de informação, relações públicas, protocolo e cerimonial, assim como coordenar com outras entidades públicas e privadas as relações institucionais, a fim de contar com uma imagem corporativa que projete a Armada da Venezuela positivamente nos círculos nacionais e internacionais'.

Esta missão particular é cumprida através de suas publicações, que estão compreendidas no plano de comunicação interna, que trabalha a identidade, enquanto o plano de comunicação externa, unido ao anterior, dá forma à imagem da instituição.

(...)

Reflexão final

'A boa imagem de uma instituição é o resultado de um processo de comunicação lento, sustentado, coerente, preferivelmente auto-suficiente, no qual as publicações são a ferramenta base para informar e criar opinião favorável nos públicos internos e externos'.

PROPOSIÇÃO DO BRASIL

"(...)

Outro privilégio que recebi foi o de representar a *Revista Marítima Brasileira*. Revista com século e meio de existência... Tantas e tão profícuas páginas... Confesso-

me ainda perplexo, pois que foram tantos e tão ilustres os que me antecederam, e, outra vez, não vislumbrei entre os meus sonhos o de merecer tal distinção. Percorri folhas da revista, buscando inspiração para uma pala-

vra, uma idéia, uma imagem. Deparei-me com turbilhões, uma plêiade de bons escritores, competentes pensadores.

Citação:

'Há uns poucos dias que o poço, o ancoradouro do Rio de Janeiro, nos oferece extraordinário panorama... À superfície do elemento azul, cinco pavilhões estrangeiros afirmam diversamente o tamanho das nacionalidades que representam... Passa e repassa a vista curiosa por essa assembléia extraordinária de testemunhas do oceano, e não lhes pergunta que nos dizem,

que nos trazem desses longes do espaço e do tempo, da imensidade vaga, aonde o passado se recolhe, e donde assoma o futuro, como as velas repontam do horizonte...'

E prossegue nosso jornalista, jurista e político Rui Barbosa, com a "Lição das Esquadras":

'Mas não basta admirar: é preciso aprender. O mar é o grande avisador. Fel-o Deus a bramir junto ao nosso sono, para nos pregar que não durmamos. Por hora a sua proteção nos sorri, antes de se trocar em severidade. As

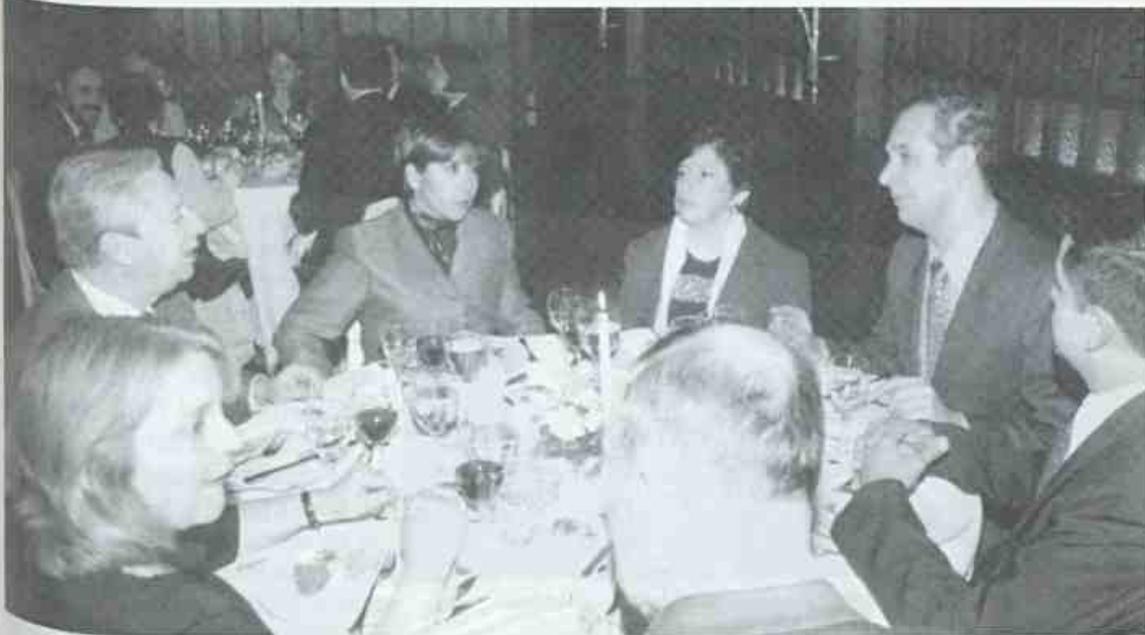


Exposição do Capitão-de-Mar-e-Guerra Corrêa

raças nascidas a beira-mar não têm licença de ser míopes; e enxergar no espaço corresponde a antever no tempo. A retina exercida nas distâncias marinhas habitua-se a sondar o infinito, como a do marinheiro e a do albatroz. Não se admitem surpresas para o nauta: há de adivinhar a atmosfera como o barômetro, e pressentir a tormenta, quando ela pinta apenas como uma mosca pequenina e longínqua na

transparência da imensidade. **O mar é um curso de força e uma escola de previdência. Todos os seus espetáculos são lições: não os contemplemos frivolumente.**"

Eis aí o que Rui nos mostrava, aduzindo mais argumentos ao objetivo da nossa revista desde o primeiro número, em 1º de março de 1851: 'À Armada fazemos especial apelo; na sua inteligência está a esperança e de seus



Recepção no Cassino de Viña del Mar

esforços dependem os futuros destinos do país, sobre os quais exercerá a Marinha poderosa e irresistível influência. E a todos os brasileiros nos dirigimos também, porque a todos interessa o progresso da Marinha, tanto Mercante como de Guerra, ambas elementos perduráveis de grandeza e prosperidade'.

Eis aí o propósito nosso – mostrar ao povo que não devemos contemplar frivolamente os ensinamentos que o mar propicia, nas demonstrações de força e nas aulas de providência.

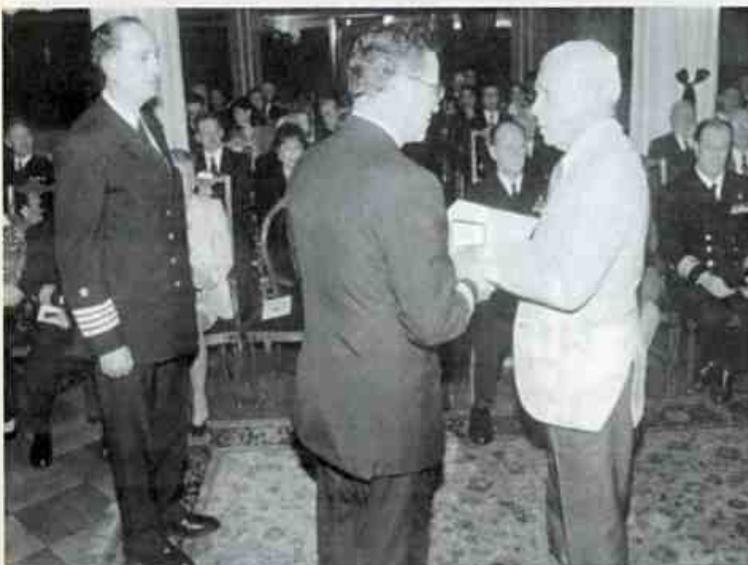
A nossa missão tem sido a de mostrar que maritimidade é essencial ao crescimento e ao bem-estar da Nação. Recordo, saudoso, que há 30 anos, o Almirante Hilton Beruti – diretor de Portos e Costas – pregava aos capitães dos portos que a sua principal missão era difundir a mentalidade marítima ao povo. Determinava palestras, recomendava participação intensa nas comunidades, proporcionava meios materiais e financeiros, ordenava cerimônias alusivas à história marítima e naval, incentivava os esportes náuticos, criava e desenvolvia o ensino profissional marítimo. Recordo, saudoso,

aquele almirante fundando escolas-modelo para oficiais e praças da Marinha Mercante, uma em Belém do Pará, outra no Rio de Janeiro, outra mais, de porte menor, para fluviais, no Rio São Francisco. Lembro, com carinho e saudade, daquele almirante a percorrer todo o Brasil – capitânias, delegacias, agências e até capatazias, no seu afã de irradiar maritimidade. Foi modelar para seus sucessores, que, diligentes, 'procuraram seguir as águas do guia'.

Excelentíssimos senhores e senhoras:

Reconheço-me ainda perplexo porque formulei idéias, tomei emprestadas outras, lembrei passagens e busquei – perquirindo – atinar com uma mensagem para encerrar esta alocução e vencer o desafio de expressar algo consistente e à altura desta nobre assembléia.

O alvorecer do século XXI nos sinaliza com evoluções da civilização muito especiais e conflitantes com os princípios sedimentados e as técnicas existentes nos anos que nos antecederam. Alvin Toffler formulou na "Terceira Onda" – antecipando-se ao que iria ocorrer – o impacto na



Encerramento do 1º Encontro, no Clube Naval de Valparaíso

maré da história, novos estilos de vida, ética de trabalho, atitudes sexuais, conceitos e estruturas políticas e econômicas. A globalização interferindo na vida de cada um e de todos, a capacitação tecnológica encurtando distâncias e aproximando diferentes culturas, os fenômenos políticos prenunciando uma nova sociedade, mais ajuizada, mais sábia e mais democrática.

Este o desejo de todos nós e se, de alguma forma, pudemos concorrer para o aperfeiçoamento da sociedade e da Nação empenhando os nossos meios de difusão do pensamento naval e marítimo sentir-nos-

emos muito honrados, gratos e satisfeitos.

Nossas revistas, ao longo do tempo, têm influído e contribuído para o aperfeiçoamento profissional e cultural da classe militar. Mas não só para o nosso meio, acredito, também para a sociedade como parte da sua formação, divulgando técnicas e tecnologias conceitos e teorias, teses e proposições, no afã de colaborar e adicionar.

Confio que não se modificará o objetivo traçado para a Revista Brasileira em 1851,

sendo natural que se prossiga buscando difusão maior e melhor, aproveitando as novas tecnologias. Cabe-nos insistir e empenhar para que não descuidemos dos nossos veículos de transmissão de idéias, dentre as quais sobressai – sem sombra de dúvida – a da maritimidade.

O Chile, como o Brasil, nascidos pelo denodo e talento dos povos da Península Ibérica, têm representado seus papéis na busca de sociedade mais justa e consciente, e esta exige que a mentalidade do povo vislumbre a importância e a primazia da sua relação com o mar.

A coragem não é a
ausência do medo, mas a
sua conquista.

Paul E. Holdcraft

CIAW

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO AVANÇADO

Este trabalho foi escolhido pelo CIAW para publicação na *RMB* por ser considerado dos melhores do CApA de 1999.



DETERMINAÇÃO DO PERÍMETRO DE DEFESA AÉREA DE UMA FORÇA-TAREFA NUCLEADA EM NAVIO-AERÓDROMO

ROBÉRIO DA SILVA CAVALCANTE
Capitão-Tenente
TOMÉ ALBERTINO DE SOUZA MACHADO
Capitão-Tenente
LUCIANO MOURA DA COSTA
Capitão-Tenente (FN)

SUMÁRIO

Resumo
Introdução
Identificação do problema
Desenvolvimento dos modelos
Determinação do raio mínimo de detecção
Simulação
Quantidade necessária de aeronaves interceptadoras
Conclusão

RESUMO

O presente trabalho tem o propósito de determinar matematicamente o perímetro de defesa aérea de uma Força-Tarefa nucleada por um Navio-Aeródromo (NAe) – Unidade de Maior Valor. Os perímetros de defesa são definidos por um círculo cujo raio tem origem na Unidade de Maior Valor e terminam nas distâncias onde se deseja detectar o vetor hostil (Incursor) e, posteriormente, interceptá-lo a fim de negar o cumprimento de sua missão. Para tanto é desenvolvida uma análise matemática e física para esse problema. Utilizou-se o sistema de coordenadas cilíndricas, cuja origem é a Unidade de Maior Valor, de modo a permitir o entendimento desse trabalho de maneira objetiva e sem complexidades. Ao final é feita uma análise numérica, utilizando dados mais próximos possíveis da realidade de nossos meios navais e tecendo algumas considerações que poderão melhorar nossos diversos sistemas no futuro.

N.R.: Presentemente os autores servem, respectivamente, no Centro de Análise de Sistemas Operativos (CASOP), no Submarino *Timbira* e Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra.

INTRODUÇÃO

A implementação da aviação de asa fixa na Marinha do Brasil trouxe a necessidade de adequação da doutrina de emprego de aeronaves nas ações de Defesa Aérea existente, até a presente data, de forma a torná-la compatível com as novas necessidades.

O atual estágio de desenvolvimento tecnológico em que se encontra o estado da arte referente à Defesa Aérea torna qualquer estudo nesse sentido extremamente complexo e sujeito à influência de inúmeras variáveis. Uma otimização da análise da situação, de forma a possibilitar uma rápida tomada de decisão pelo comando, tornou-se não só necessária mas vital.

Ter o pleno domínio das inúmeras variáveis que envolvem um combate aeronaval é uma tarefa difícil, pois exige o conhecimento amplo e profundo dos mais variados assuntos, o que muitas vezes foge ao controle de quem acessora o comando na tomada de decisão.

Não obstante, deve-se considerar que, por ocasião da apresentação de um cenário de conflito, esse número de variáveis tende a aumentar, visto a necessidade de se quantificar a aceitabilidade de determinadas variáveis. Faz-se necessário, portanto, que as decisões sejam tomadas baseadas em dados científicos, portanto isentos de subjetividades que possam vir a surgir. Os dados a serem apresentados ao decisor devem ser abrangentes, de forma a oferecer subsídios consistentes para o apoio à análise da decisão. Para tal, torna-se necessário o desenvolvimento de uma ferramenta matemática que ofereça respostas determinísticas e/ou probabilísticas para o cenário em questão.

Dessa forma, o presente trabalho, através de análise matemática, **tem o propósito de fornecer um conhecimento lógico** para a determinação do perímetro de defesa aérea ao redor de uma Força-Tarefa (FT), nucleada por um Navio-Aeródromo (NAe). Esse perímetro de defesa é trabalhado como sendo a distância onde se deseja detectar o incursor e onde se deseja interceptá-lo, de modo a impedir que o mesmo atinja seu objetivo, qual seja o de destruir ou neutralizar a Unidade de Maior Valor (UMV) dessa FT. Sendo assim, utilizou-se as obras referenciadas na bibliografia, como fonte de apoio para a modelagem matemática do problema que motivou o desenvolvimento do trabalho, que se apresenta como um problema real da Esquadra, portanto de interesse da Marinha.

Por isso, o trabalho procura induzir o leitor de uma visão pormenorizada a uma visão macro do objetivo principal. É descrito um cenário especificando as características que lhe são peculiares. A seguir desenvolve-se um modelo preliminar para o cálculo do raio

de interceptação da aeronave incursora pela aeronave interceptadora, válido para uma situação específica, pois facilita o desenvolvimento do modelo geral que será trabalhado posteriormente. Ao final desenvolve-se um modelo para verificar a quantidade necessária de aeronaves interceptadoras para uma missão e suas conseqüências. Encerra-se o trabalho com conclusões e recomendações julgadas pertinentes para a realidade da Marinha do Brasil.

IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Para que o presente trabalho tenha uma compreensão objetiva dos parâmetros que

Os dados a serem apresentados ao decisor devem ser abrangentes, de forma a oferecer subsídios consistentes para o apoio à análise da decisão

estarão sendo tratados, faz-se mister a descrição de um cenário onde se desenvolverá esta análise. Dessa forma, será descrito um cenário fictício, porém não tão distanciado da realidade.

Assume-se que uma FT nucleada por um NAE (UMV) tenha capacidade de transportar e lançar aviões interceptadores. Esta FT está navegando em mar aberto onde é esperada ameaça aérea, podendo vir de qualquer direção ou mesmo de um setor pré-determinado de acordo com informações obtidas através de análise de dados e repassadas pelo Sistema de Inteligência da Marinha. Para fazer frente à ameaça aérea, a FT dispõe de armamentos antiaéreos existentes nos respectivos navios que compõem a FT, dispõe de Patrulha Aérea de Combate (PAC), que poderá estar em alerta no convão do NAE ou mesmo voando em posição de patrulha (POS-PAC), de acordo com determinação da autoridade competente. Doravante, quando a aeronave interceptadora estiver em alerta no convão, a mesma será chamada de PAC, e quando voando em posição de patrulha, de POS-PAC. Caso um contato aéreo aproxime-se a uma distância pré-fixada da FT, será caracterizado como ameaça aérea.

A análise se prenderá ao setor compreendido entre a distância da primeira detecção do incursor até a distância do alcance máximo do armamento antiaéreo da FT. A velocidade do incursor manter-se-á inalterada durante todo esse percurso, inclusive durante o combate aéreo.

Uma vez que é esperada ocorrência de ameaça aérea, é necessário decidir, com antecedência, pelo uso ou não de interceptadores em PAC ou POS-PAC com o intuito de neutralizar/destruir essa ameaça aérea. Uma vez decidido pelo uso de POS-PAC, quantas unidades deverão ser mantidas em vôo, bem como onde serão posicionados (distância da UMV).

Para chegar-se a esta decisão, serão desenvolvidos modelos de modo a facilitar a compreensão sobre este assunto.

DESENVOLVIMENTO DOS MODELOS

Seguir figura 1.

Seja R a distância da primeira detecção de um incursor em relação à UMV.

Seja S a distância onde ocorre a interceptação do incursor pela PAC.

Considerando como ilustração aeronaves em POS-PAC de acordo com a figura 1 e que:

a) n representa o número de POS-PAC distribuídas uniformemente à uma distância d da UMV;

b) somente a POS-PAC em cujo setor de responsabilidade foi detectado o incursor efetuará o engajamento com o mesmo;

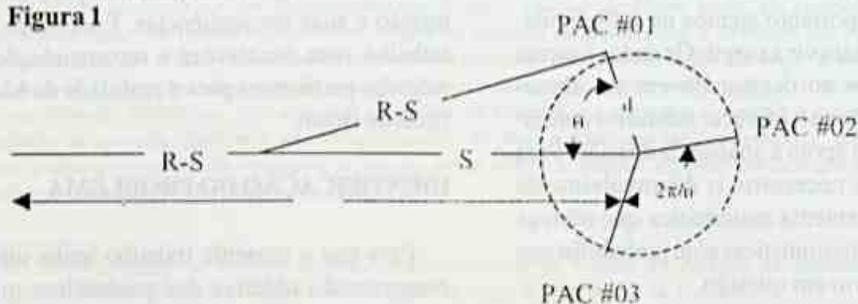
c) a velocidade da POS-PAC é a mesma do incursor;

d) o ângulo θ é formado pela reta que une o incursor no momento de sua primeira detecção à UMV e a reta que une a UMV à PAC;

e) o sistema utilizado é o de coordenadas cilíndricas no plano (desprezando a altura em função das demais distâncias envolvidas); e

f) aplicando a lei dos cossenos, tem-se:

Figura 1



$$(R - S)^2 = d^2 + S^2 - 2dS \cos \theta \quad \therefore$$

$$S = \frac{R^2 - d^2}{2(R - d \cos \theta)}$$

Dessa forma obtemos a distância de interceptação S para velocidades iguais.

Porém, como as velocidades das aeronaves nem sempre são iguais, estabeleceu-se um fator K de relação entre as velocidades da aeronave interceptadora e da aeronave incursora. Esse fator será maior que zero e diferente de um ($K > 0$, $K \neq 1$).

Seja R a distância da primeira detecção de um incursor em relação à UMV. Esta detecção depende do alcance do sensor utilizado, das condições meteorológicas existentes, do grau de adestramento do operador do sensor, do tipo de aeronave incursora e outros dados que possam influenciar esta variável. Portanto, R é uma variável aleatória cuja função $f(r)$ é muito parecida com uma curva em forma de sino (Naval Operations Analysis, 1989:220), ou mesmo com uma curva de uma função normal.

Seja S a distância onde ocorre a interceptação do incursor pela PAC, em relação à UMV e, $P(K|S = s)$ a probabilidade de destruir o incursor dado que a interceptação ocorreu em $S = s$. Pode-se notar que fica difícil obter este valor de probabilidade, pois não se tem o controle da função da variável S , $f(s)$. Entretanto, a função densidade de probabilidade de destruição, dado que a interceptação ocorreu em $S = s$, $f(s)$, é muito parecida com uma função logística.

Por intermédio de $f(r)$, $f(s)$ e $P(K|S = s)$ pode-se obter a probabilidade de destruir o incursor, dado que tem-se o número de POS-PAC (n) e a distância (d) em que as POS-PAC serão posicionadas em relação à UMV. Então, seja $P(K)$ a probabilidade de destruição e $P(K)$ a probabilidade média de destruição.

Então,

$$P(K) = E[P(K|S = s)] = \int_{\text{Todos } S} P(K|S) f(s) ds$$

Por outro lado, sabe-se que uma função composta por duas variáveis aleatórias x_1 e x_2 , $g(x_1, x_2)$, é formada pelas funções de cada variável. Assim,

$$E[g(x_1, x_2)] = \iint g(x_1, x_2) f(x_1) f(x_2) dx_1 dx_2$$

$$E[g(x_1, x_2)] = \int_{\text{Todos } x_1} f(x_1) \left[\int_{\text{Todos } x_2} g(x_1, x_2) f(x_2) dx_2 \right] dx_1$$

O mesmo processo é aplicado para a probabilidade de destruição, dado que houve interceptação. Então $P(K|S = s)$ pode ser substituído por $P(K|R = r \text{ e } \theta = \theta)$, pois S é função de R , θ e d , conforme foi obtido anteriormente. Então,

$$\bar{P}(K) = E[P(K|R, \theta)]$$

$$P(K) = E[P(K|R, \theta)] = \int_{\text{Todos } R} \int_{\text{Todos } \theta} P(K|R, \theta) f(r) f(\theta) dr d\theta =$$

$$P(K) = E[P(K|R, \theta)] = \int_d^{\infty} f(r) \left[\int_{-\frac{\pi}{2}}^{\frac{\pi}{2}} P(K|r, \theta) f(\theta) d\theta \right] dr = P(K, d, n)$$

O limite de θ varia de $-\pi/n$ a $+\pi/n$, pois é o setor onde a POS-PAC efetuará sua patrulha. O limite de integração de $f(r)$ será de d até infinito, pois para detecção menor do que d , a interceptação não será possível se o interceptador e o incursor estiverem com velocidades iguais.

Assim pode-se encontrar a probabilidade média de destruição de um incursor em função da distância d em que a POS-PAC se encontra da UMV e do número n de POS-PAC, o que facilita bastante a tomada de decisão, pois tem-se o controle sobre n e d .

Para que se possa viabilizar o desenvolvimento do problema, deve-se parametrizar os principais elementos componentes do cenário.

Entende-se, no presente trabalho, por fator de planejamento (FP) como sendo um valor operativo, conhecido previamente, a ser utilizado para quantificar determinado parâmetro.

t_{id} - Tempo de Identificação do Incursor como Vetor Hostil - Tempo decorrido do momento em que o incursor foi detectado pela primeira vez até a sua identificação como um vetor hostil. Este tempo depende do alinhamento dos sensores dos meios da FT, do nível de adestramento do operador, do estado de alerta da FT, da situação aérea geral, etc. É uma variável aleatória, porém será tratada como um fator de planejamento (FP).

t_{al} - Tempo de Alerta - Tempo decorrido entre o momento que o incursor é identificado positivamente até o momento em que o interceptador começa efetivamente a interceptação. Caso o interceptador esteja em alerta no convôo, esse tempo é igual ao tempo de decolagem do interceptador do NAe. Caso o interceptador esteja em POS-PAC, esse tempo é zero. Depende do tipo de aeronave interceptadora, da infra-estrutura do NAe e outros fatores. É uma variável aleatória que será tratada como FP.

t_d - Tempo de Atraso - Tempo decorrido entre a primeira detecção até o início da interceptação.

$$t_d = t_{id} + t_{al}$$

t_{int} - Tempo de Interceptação - Tempo gasto pela PAC após a decolagem, se estiver em alerta, ou após iniciar a interceptação, se estiver em POS-PAC até a interceptação do incursor propriamente dito. Depende da velocidade do incursor e da velocidade da aeronave interceptadora. É uma variável aleatória.

t_{emb} - Tempo de Combate - Tempo decorrido entre o instante em que ocorre a interceptação e o instante em que o incursor ou o interceptador é neutralizado/destruído. É função da aeronave de interceptação, do incursor, do cenário, do treinamento do piloto, etc. Esse valor é uma variável aleatória. Será tratado como um FP.

V_i - Velocidade do Interceptador - Velocidade média do interceptador, durante a interceptação. É função do tipo da aeronave. Esse valor é determinístico.

V_h - Velocidade do Incursor (Vetor Hostil) - Velocidade média do incursor. Depende do tipo de vetor hostil. Esse valor é determinístico, oriundo do sistema de informações. Durante o combate a velocidade do incursor não se alterará.

K - Fator de Relação de Velocidades - $K = V_i/V_h$ e $K > 0$.

R - Distância da Primeira Detecção do Incursor - É função do radar, do vetor hostil, da meteorologia, etc. É uma variável aleatória.

I - Distância do Incursor quando é Identificado Positivamente - É função de R, da velocidade do incursor (V_h) e do tempo de identificação. É uma variável aleatória. $I = R - t_{id} \cdot V_h$

P - Distância do Incursor quando é iniciada a interceptação propriamente dita - Depende de R, da velocidade do incursor (V_h) e do tempo de atraso. É uma variável aleatória. $P = R - t_d \cdot V_h$

S - Distância do Incursor no Momento que é Interceptado - Conforme vimos anteriormente, S depende de R, θ e d. É uma variável aleatória.

h - Alcance Máximo do Armamento Antiaéreo da FT - Envelope do armamento antiaéreo. Será tratado como FP.

d - Distância entre a POS-PAC e a UMV - Distância da posição em que a POS-PAC permanece em patrulha e a UMV. É uma variável de decisão.

θ - Ângulo Teta - Ângulo formado pela reta que une o incursor, quando foi detectado pela primeira vez, e a UMV e pela reta que une a UMV e a POS-PAC. É função do setor de ameaça e do número de PAC. É uma variável aleatória.

n - Número de POS-PAC - Número de interceptadores em vôo, em posição pré-determinada para realizar patrulha. É uma variável de decisão.

SA - Setor de Ameaça - Setor em cujo ângulo é esperada a ameaça aérea. Depende de informações do serviço de inteligência. Caso não se tenha esta informação, o SA será 360° .

SR - Setor de Responsabilidade - Setor cujo ângulo é previamente calculado em função do número de aeronaves interceptadoras em POS-PAC ($360^\circ/n$ ou SA/n), onde uma aeronave interceptadora será responsável pela patrulha. Depende do número de PAC (n) e do setor da ameaça (SA).

A partir da figura 2, obtém-se:

$$K^2(P - S)^2 = d^2 + S^2 - 2dS \cos \theta$$

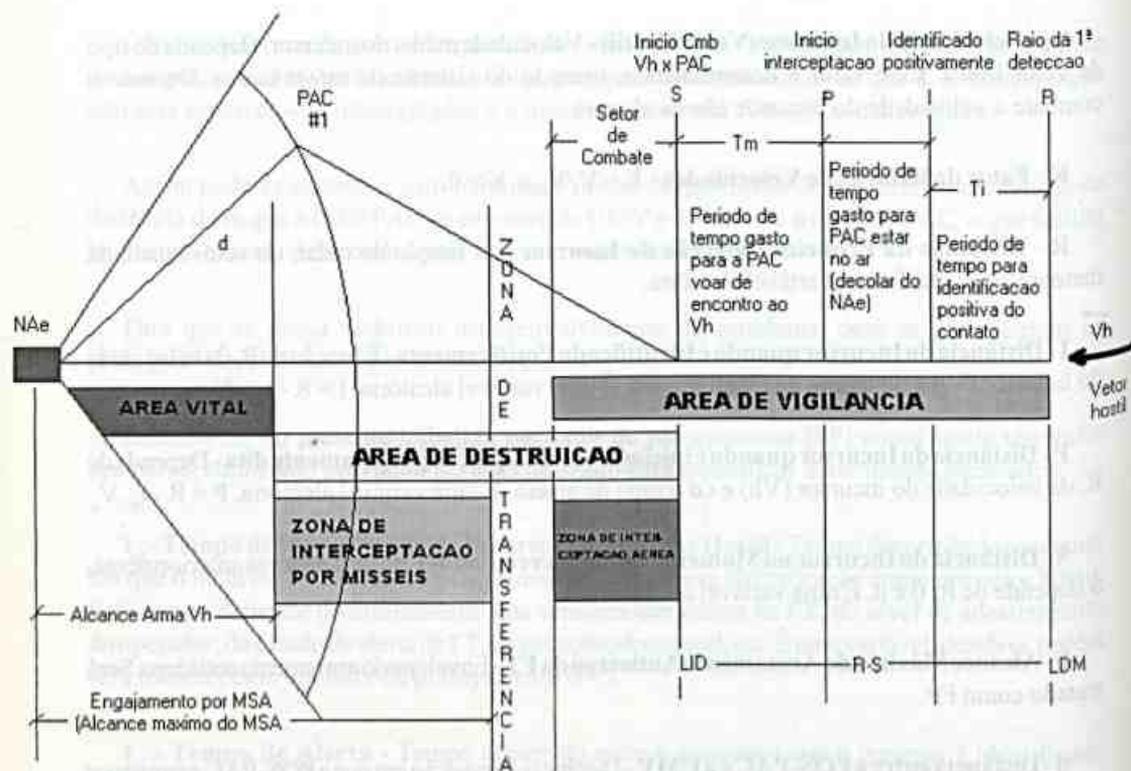


Figura 2

Após algumas manipulações algébricas, foi obtida a seguinte expressão para S:

$$S = \frac{K^2 P - d \cos \theta - \sqrt{K^2 P^2 - 2d \cos \theta \cdot K^2 P + d^2 \cos^2 \theta + K^2 d^2 - d^2}}{K^2 - 1}$$

Entretanto, este modelo é válido se, e somente se, obedecer as seguintes condições:
 $K > 0$, $K \neq 1$ e

$$K^2 P^2 - 2d \cos \theta \cdot K^2 P + d^2 \cos^2 \theta + K^2 d^2 - d^2 \geq 0$$

Porém, $R - P = t_d \cdot V_h$. Então, $P = R - t_d \cdot V_h$
 Explicitando K, tem-se:

$$K^2 (P^2 - 2Pd \cos \theta + d^2) \geq d^2 - d^2 \cos^2 \theta$$

De onde obtém-se:

$$S = \frac{K^2 (R - (t_{id} + t_{al}) V_h) - d \cos \theta - \sqrt{K^2 (R - (t_{id} + t_{al}) V_h)^2 - 2d \cos \theta (R - (t_{id} + t_{al}) V_h) + d^2 \cos^2 \theta + K^2 d^2 - d^2}}{K^2 - 1}$$

Se e somente se $K > 0$, $K \neq 1$ e

$$K \geq \left| \frac{d \cdot \text{sen } \theta}{\sqrt{[(R - (t_{id} + t_{al}) V_h) - d \cos \theta]^2 + d^2 \text{sen}^2 \theta}} \right|$$

e,

$$S = \frac{[R - (t_{id} + t_{al}) V_h] - d^2}{2[(R - (t_{id} + t_{al}) V_h) - d \cos \theta]}$$

se, e somente se, $K = 1$ e $R \neq d \cos \theta + (t_{id} + t_{al}) V_h$.

DETERMINAÇÃO DO RAIOS MÍNIMO DE DETECÇÃO

Do ponto de vista da defesa aérea, a interceptação é válida se, e somente se, o interceptador engajar com o incursor utilizando seu armamento, antes que o incursor atinja o alcance máximo do armamento anti-aéreo da FT (h).

A partir dessa informação e do fato de que o raio de interceptação ocorrerá em $S = h + t_{\text{cmb}} \cdot V_h$ (lembramos da premissa que durante o combate a velocidade média do incursor permanece inalterada), poderemos encontrar o primeiro raio de detecção mínimo, de modo que a interceptação seja possível. Assim, novamente de acordo com a lei dos cossenos, temos:

$$K^2 (P - S)^2 = d^2 + S^2 - d \cdot \cos \theta$$

$$P = S + \frac{\sqrt{(d - S \cdot \cos \theta)^2}}{K}$$

$$S = h + t_{\text{cmb}} \cdot V_h$$

$$P = R - t_d \cdot V_h$$

$$R_{\text{min}} = h + V_h (t_d + t_{\text{cmb}}) + \frac{\sqrt{[d - (h + t_{\text{cmb}} \cdot V_h) \cos \theta]^2 + (h + t_{\text{cmb}} \cdot V_h)^2 \text{sen}^2 \theta}}{K}$$

Portanto, dependeremos dos seguintes parâmetros para determinação de R_{\min} de:

- relativo à FT: h, t_d, t_{emb}, d, V_i e θ .
- relativo ao incursor: V_h .
- relativo a ambos: $K = V_i / V_h > 0$.

Assim, sempre teremos um R_{\min} , pois a expressão dentro do radical sempre será positiva e $K > 0$.

Podemos observar que se K crescer o valor de R_{\min} decresce. Com isso, se o valor de K for específico e ocorrer uma detecção inicial em $R < R_{\min}$, a interceptação por uma PAC não será possível. Nesse caso, deve ser utilizada uma POS-PAC.

SIMULAÇÃO

Assumindo que o alcance do armamento de uma FT seja igual a 45 MN, que a velocidade da aeronave incursora seja $V_h = 420$ nós e da interceptadora seja $V_i = 504$ nós, rodou-se uma simulação desenvolvida no *software* MATLAB, utilizando-se o modelo geral e, obteve-se o gráfico da figura 3 onde pode ser obtido a probabilidade de destruir o incursor em função da distância (até $d = 150$ MN) em que a POS-PAC encontra-se da UMV e do número (até $n = 7$) de POS-PAC em atividade.

Verifica-se que para distâncias superiores a 80 MN, da UMV, não compensa a colocação de POS-PAC, pois a probabilidade de destruição do incursor diminui gradativamente.

Com até três interceptadores em POS-PAC a variação da probabilidade de destruição é significativa. Para números superiores, esta probabilidade tende a reduzir-se. Portanto, o número mínimo de interceptadores deve ser $n = 3$. Acima de três interceptadores, o ganho da $P(K)$ é pequeno. Caberá ao decisor, então, analisar a relação custo versus benefício de empregar mais de três interceptadores.

Para atingir um intervalo de confiança de 95% em uma magnitude de 0,01 para as afirmações do gráfico, foram necessários 331.000 replicações para o fator de relação $K = 1,2$.

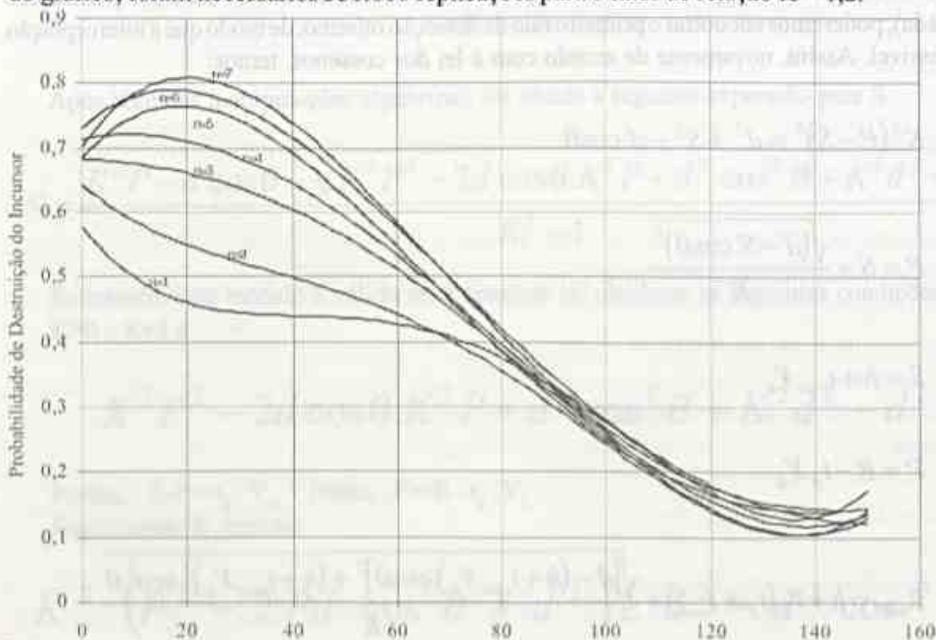


Figura 3 – Distância da POS-PAC à UMV em Milhas Náuticas

QUANTIDADE NECESSÁRIA DE AERONAVES INTERCEPTADORAS

Para se proceder o cálculo do número de interceptadores, necessita-se definir alguns parâmetros complementares para o desenvolvimento desse tópico:

t_{oc} - Tempo de Vôo na Ida - Tempo gasto pela PAC para, após a decolagem, chegar à POS-PAC. Depende da velocidade do interceptador e da distância da POS-PAC à UMV. É uma variável de aleatória.

t_{bc} - Tempo de Vôo na Volta - Tempo gasto pela aeronave interceptadora para, após o término da patrulha, retornar da POS-PAC para o NAE. Depende da velocidade do interceptador e da distância da POS-PAC à UMV. É uma variável de aleatória.

t_m - Tempo em Patrulha - Tempo máximo que a aeronave interceptadora pode ficar em POS-PAC até iniciar o retorno para o NAE. Depende de d e é um valor determinístico.

t_{rep} - Tempo de Reparo - Tempo mínimo decorrido para que o pessoal de manutenção do esquadrão do interceptador faça os reparos e manutenções necessárias de modo a esta aeronave estar pronta para nova missão. É uma variável aleatória que será tratada como um FP.

Σ - Número Máximo de Interceptadores - Quantidade máxima de aeronaves interceptadoras que o NAE possui a bordo para a missão.

α - Número Mínimo de Interceptadores - Quantidade mínima de aeronaves interceptadoras necessárias em POS-PAC para esta FT.

N - Capacidade da Defesa Aérea da FT - Fator de relação entre Σ e α que representa a capacidade da FT de manter aeronaves interceptadoras em POS-PAC ininterruptamente, ou seja, quantos grupos de POS-PAC a FT tem disponível de modo a manter esse serviço de patrulha em constante atividade ($N = \Sigma/\alpha$).

A quantidade de POS-PAC, permanentemente em atividade, é um fator importante

para a manutenção de um estado de prontidão que possa fazer frente a ameaças até que esse estado assuma seu valor máximo de poder combatente. Por isso um número mínimo de POS-PAC deve estar ativado. Seja α um valor que representa o número mínimo de POS-PAC. Vamos considerar um cenário em que a POS-PAC está ativada, porém não aparece incursor durante seu período de patrulha. Então o primeiro interceptador decola e vai para sua POS-PAC#1 em $t=0$ (veja tabela). Em t_{oc} o interceptador chega em sua posição de patrulha e, como não chega incursor durante sua patrulha, ele retorna para o NAE em t_m . Nesse ínterim, em $t = t_{oc} + t_m$ o segundo interceptador chega nessa POS-PAC#1 para render a primeira aeronave interceptadora da POS-PAC#1, o que significa que o segundo interceptador decolou em $t = t_{oc} + t_m - t_{oc} = t_m$. O segundo interceptador permanece nessa posição de patrulha até $t = t_{oc} + t_m + t_m = t_{oc} + 2t_m$, pois não apareceu incursor. Em $t = t_{oc} + 2t_m$ chega o terceiro interceptador para render o segundo interceptador. Isso significa que o terceiro interceptador decolou em $t = t_{oc} + 2t_m - t_{oc} = 2t_m$. Entretanto, o primeiro interceptador estará pronto para decolar novamente após $t = t_{oc} + t_m + t_{bc} + t_{rep} + t_{al}$ enquanto o segundo interceptador estará pronto em $t = t_{oc} + 2t_m + t_{bc} + t_{rep} + t_{al}$, o terceiro em $t = t_{oc} + 3t_m + t_{bc} + t_{rep} + t_{al}$ e assim por diante. Esse processo se repetirá até o momento em que aparecer um incursor. Sabemos que $t_{oc} > 0$ e $t_{bc} + t_{rep} + t_{al} > 0$. Dentro desse contexto podemos afirmar que sempre teremos no mínimo dois interceptares alocados para uma POS-PAC, pois $t_{oc} + t_m + t_{bc} + t_{rep} + t_{al} > t_m$ para qualquer $t_m \geq 0$. Com isso, a terceira aeronave será utilizada se, e somente se, $t_{oc} + t_m + t_{bc} + t_{rep} + t_{al} > 2t_m$, para qualquer $t_m \geq 0$. Se $t_{oc} + t_m + t_{bc} + t_{rep} + t_{al} \leq 2t_m$, a terceira aeronave não será utilizada, pois se a terceira aeronave decola em $t = 2t_m$ e nesse período a primeira aeronave já está pronta para decolar novamente ($t_{oc} + t_m + t_{bc} + t_{rep} + t_{al} \leq 2t_m$), então o primeiro intercepta-

dor decola em detrimento do terceiro. O mesmo raciocínio é empregado em sequência para os demais interceptadores. Teremos, então, a seguinte expressão geral: $t_{oc} + t_m + t_{bc} + t_{rep} + t_{al} \leq (\alpha - 1) t_m$, para qualquer valor de t_m . Então o primeiro interceptador será lançado ao invés do interceptador α , que é função do tempo. De acordo com a tabela da quantidade necessária de aeronaves interceptadoras, temos:

$$(\alpha - 1) t_m \geq t_{oc} + t_m + t_{bc} + t_{rep} + t_{al}$$

$$(\alpha - 1) \geq \frac{t_{oc} + t_m + t_{bc} + t_{rep} + t_{al}}{t_m}$$

$$\alpha \geq \frac{t_{oc} + t_m + t_{bc} + t_{rep} + t_{al}}{t_m} + 1, \text{ para } t_m > 0$$

$$\alpha \geq \frac{t_{oc} + t_{bc} + t_{rep} + t_{al}}{t_m} + 2, \text{ para } t_m > 0$$

Podemos verificar que, dependendo do valor de t_m , o interceptador poderá permanecer maior tempo em POS-PAC. Mas, para isso, depende do tipo de interceptador e/ou da tática utilizada. Por exemplo, t_m poderá ser aumentado se esse interceptador puder ser abastecido no ar. Percebemos, também, que se t_{oc} , t_{bc} , t_{rep} e t_{al} forem reduzidos, contribuirão também para a diminuição de α . O tempo de reparo depende da infra-estrutura de apoio do NAe, bem como do pessoal do esquadrão dessa aeronave. O tempo de alerta depende da infra-estrutura do NAe nessa missão. O tempo de voo até a POS-PAC e o tempo de volta para o NAe é função da distância que a POS-PAC fica do NAe. Esse tempo de ida e

volta para a POS-PAC influencia no valor de α de duas maneiras: se esse tempo cresce, α também cresce e, se esse tempo for grande, significa que t_m se reduzirá tornando o valor de α maior ainda e aumentando o consumo de combustível. Observe que se $t_m = 0$, o número de aeronaves necessárias seria infinito para se ativar uma única POS-PAC, isto é, não seria possível utilizar PAC para emprego em defesa aérea dessa FT.

Mas, sabemos que α deve ser um valor inteiro e mínimo, pois representa número de interceptadores. Então, o valor da expressão para α , caso seja fracionário, deve ser aumentado sempre para o inteiro superior mais próximo, independente do valor da segunda casa decimal.

Σ é o número de interceptadores disponíveis no NAe dessa FT e N um fator de relação entre Σ e α que representa a capacidade de defesa da FT em função das POS-PAC necessárias que devem ser ativadas para uma determinada situação tática. Portanto, $N = \Sigma/\alpha$ (caso seja fracionário, deve ser aumentado sempre para o inteiro superior mais próximo, independente do valor da segunda casa decimal). Se o valor de Σ for menor do que α , significa que a capacidade de defesa aérea utilizando PAC é reduzida, pois N é menor do que um (1) e o uso dos interceptadores em POS-PAC deve ser improvisado. Portanto, para que se tenha uma capacidade de defesa aérea razoável, N tem que ser no mínimo igual a um (1). Quanto maior o N , melhor.

TABELA - QUANTIDADE NECESSÁRIA DE AERONAVES INTERCEPTADORAS

Aeronave interceptadora	Hora da decolagem	Tempo de voo para chegada em POS-PAC	Tempo de permanência na POS-PAC	Tempo necessário para próxima decolagem
1ª	0	t_m	$t_m + t_m$	$t_m + t_m + t_{bc} + t_{rep} + t_{al}$
2ª	$t_m + t_m - t_m = t_m$	$t_m + t_m$	$(t_m + t_m) + t_m = t_m + 2 t_m$	$t_m + 2 t_m + t_{bc} + t_{rep} + t_{al}$
3ª	$t_m + 2 t_m - t_m = 2 t_m$	$t_m + 2 t_m$	$(t_m + 2 t_m) + t_m = t_m + 3 t_m$	$t_m + 3 t_m + t_{bc} + t_{rep} + t_{al}$
4ª	$t_m + 3 t_m - t_m = 3 t_m$	$t_m + 3 t_m$	$(t_m + 3 t_m) + t_m = t_m + 4 t_m$	$t_m + 4 t_m + t_{bc} + t_{rep} + t_{al}$
$\alpha - 1$	$[t_m + (\alpha - 2) t_m] - t_m = (\alpha - 2) t_m$	$T_m + (\alpha - 2) t_m$	$[t_m + (\alpha - 2) t_m] + t_m = t_m + (\alpha - 1) t_m$	$t_m + (\alpha - 1) t_m + t_{bc} + t_{rep} + t_{al}$
α	$(\alpha - 1) t_m$	$T_m + (\alpha - 1) t_m$	$[t_m + (\alpha - 1) t_m] + t_m = t_m + \alpha t_m$	$t_m + \alpha t_m + t_{bc} + t_{rep} + t_{al}$

CONCLUSÃO

A manutenção de aeronaves interceptadoras em POS-PAC é melhor do que mantê-las em alerta, pois reduz o valor de R_{\min} . É importante que o valor de R_{\min} seja o menor possível, de modo a possibilitar a redução dos meios/sensores necessários para a detecção do vetor hostil. Porém, para que R_{\min} seja o menor possível, a velocidade da aeronave interceptadora tem que ser superior à da aeronave incursora.

Naturalmente que o objetivo é detectar o vetor hostil além de R_{\min} . Contudo, para que isso aconteça, é desejável que os meios/sensores possuam grandes alcances e sejam suficientes para cobrir toda a área do setor de ameaça, a qual supõe-se tenha sido informada pelo setor de inteligência da Marinha. Mas, muitas vezes esse dado não é fornecido. Assim, uma forma de tentar garantir uma detecção, com alta confiabilidade a grandes

distâncias e nos 360°, de um vetor hostil pode ser feito através de uma aeronave com grande autonomia de voo e capacitada com sensores específicos para esse serviço, como uma aeronave de alarme aéreo antecipado.

Outrossim, cabe ressaltar que o número necessário de aeronaves interceptadoras deve ser suficiente, levando-se em consideração que as aeronaves em voo precisam ser rendidas após determinado tempo de patrulha, de modo a manter o serviço de POS-PAC ininterrupto.

É recomendável para estudos posteriores uma análise no concernente aos tempos envolvidos com a capacidade de combustível (tempo de voo) das aeronaves interceptadoras com a finalidade de auxiliar a tomada de decisão referente à distância máxima que o interceptador poderá ficar em POS-PAC do NAe e permanecendo, quando em retorno para o NAe, com poder combatente em caso de necessidades imprevistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Marinha. Escola de Guerra Naval. *EGN-429-Emprego de aeronaves nas ações de defesa aeroespacial*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1992.
- EUA. *Naval operations analysis*. 2ª ed. Annapolis: Naval Institute Press, 1989.
- JORDÃO, Ernani Brisolla. CAP stationing model. *An investigation of the combat air patrol stationing in a integrated air defense scenario*. Dissertação (Mestrado em Pesquisa Operacional). Monterey: Naval Postgraduate School, 1990.

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<CIÊNCIA & TECNOLOGIA>/Defesa aérea;/Curso de Aperfeiçoamento Avançado; CIAW;

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO AVANÇADO

CIAW

Em continuação aos artigos *Cartas Eletrônicas de Navegação* (2ºT/00 pag. 222) e *Determinação do perímetro de Defesa Aérea de uma FT nucleada em navio-aeródromo* (3ºT/00) e antecipando a publicação de dois outros trabalhos nos próximos números da RMB, publicamos abaixo o título dos demais trabalhos do C-AP.A de 1999.

ÁREA DE ELETRÔNICA – GUERRA ACÚSTICA

- Processamento e filtragem de ruídos interferentes em um sinal acústico real
- Implementação e utilização de algarismo simples para o traçado de raios sonoros

ÁREA DE ELETRÔNICA – GUERRA ELETRÔNICA

- Análise de parâmetros para medir a eficácia do equipamento CME-1

ÁREA DE ELETRÔNICA – SISTEMAS DE ARMAS

- Aplicação do sistemas de apoio tático simplificado (SIATS) no apoio à decisão

ÁREA DE GEOCIÊNCIAS – GEOMÁTICA

- A importância das cartas Gebco
- Utilização de imagens satélites na atualização da carta náutica
- Seleção de sondagens: processo manual x processo automático
- Sistemas de informações geográficas para carta náutica
- Implementação de arquivo digital: vetorização da carta náutica

ÁREA DE GEOCIÊNCIAS – METEOROLOGIA E CIÊNCIAS DO OCEANO E DA ATMOSFERA

- Correlação entre a passagem de sistemas frontais e a elevação do nível do mar na Baía de Guanabara
- Avaliação da resposta do modelo numérico da Universidade de Princeton (POM) à ação do vento em uma bacia oceânica idealizada
- A influência do fenômeno ressurgência na propagação sonora em águas rasas
- Avaliação da sensibilidade do modelo atmosférico EM/DM na representação de condições favoráveis à formação de trovoadas
- Condições de propagação sonora na confluência entre as correntes do Brasil e Malvinas com dados de temperatura e salinidade
- Um estudo analítico para a representação de cartas de correntes de maré na Baía de Guanabara

ÁREA DE INFORMÁTICA – REDES E TELEPROCESSAMENTO DA MARINHA

- Agregação da voz em redes IP
- Configurando servidores DNS em uma rede corporativa
- Problemas de endereçamento em redes IP e possíveis soluções

ÁREA DE INFORMÁTICA – DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO

- Sistema de auto-avaliação e coleta de dados

ÁREA DE INFORMÁTICA – BANCOS DE DADOS

- Sistema de controle acadêmico – SISCAD

ÁREA DE INTENDÊNCIA – CONTABILIDADE DE CUSTOS

- Apuração de custos de uma organização militar prestadora de serviço hospitalar
- A importância de um adequado fluxo de caixa para a garantia da saúde financeira da OMPS
- O orçamento empresarial como instrumento de avaliação e acompanhamento do desempenho operacional das organizações militares prestadoras de serviço industriais (OMPS-I)
- O reflexo das demonstrações financeiras e da situação do Banco Naval no desempenho das OMPS
- A influência do planejamento e do orçamento na gestão e no desempenho das OMPS

ÁREA DE INTENDÊNCIA – LOGÍSTICA DE MATERIAL

- O aprimoramento da integração entre os sistemas de abastecimento e de manutenção
- Eficácia e eficiência das operações de armazenagem e distribuição de material
- Sistema de apoio à decisão para níveis de estoque na Marinha do Brasil
- O emprego de sistemas de suporte à decisão no Sistema de Abastecimento da Marinha do Brasil
- Sistemática de fardamento: melhorias do padrão de atendimento e do serviço ao consumidor no abastecimento de fardamento da Marinha do Brasil
- Processo de obtenção de algumas categorias de material demandadas pela Marinha do Brasil
- Avaliação de performance do SABM, como prelúdio para o planejamento estratégico da logística de material

ÁREA DE INTENDÊNCIA – ORÇAMENTO FINANCEIRO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL

- A auditoria governamental pode contribuir para a alavancagem operacional nas organizações militares?
- Tendências da atividade de auditoria governamental e suas repercussões na Marinha do Brasil
- Aplicação da informática na dinamização dos trabalhos de auditoria da Marinha
- As organizações militares prestadoras de serviços e o contrato de gestão
- Alavancagem operacional nas organizações militares prestadoras de serviços

ÁREA DE MÁQUINAS – MECÂNICA DE ESTRUTURA E ESTRUTURAS ESPECIAIS

- Elaboração de propostas de diretivas técnicas de aviação para a determinação de ciclos operativos das aeronaves H-3
- Estrutura matricial para o departamento de manutenção da Base Aérea Naval de São Pedro d'Aldeia
- Estudo dos procedimentos de selagem de estruturas metálicas preconizadas pelas diversas linhas de manutenção adotadas pela aviação naval
- Avaliação de condição operativa da aeronave UH-12

ÁREA DE MÁQUINAS – PROPULSÃO NAVAL

- Propulsão CODLAG: Características, vantagens e desvantagens
- Comparação da planta propulsora da fragata classe *Niterói* com a da fragata classe *Greenhalgh* em termos de confiabilidade, disponibilidade e manutenibilidade

ÁREA DE MÁQUINAS – SISTEMA NAVIO

- Sistemas de controle centralizado x distribuído: Principais características, vantagens e desvantagens
- Análise da substituição do agente extintor do sistema de extinção de incêndio das corvetas classe *Inhauma* de Halon para CO₂
- Tipos, diferenças e empregos de sistemas de tratamento de águas servidas em navios da Marinha do Brasil, aplicação e comparação

ÁREA DE PESQUISA OPERACIONAL – GUERRA ANFÍBIA

- Geração e utilização de números pseudoaleatórios na construção de cifras de bloco e de cifras aditivas
- Avaliação de precisão do MAGE da aeronave *Super Lynx*. Uma análise de erros em marcação
- Análise dos dados encontrados durante a 1ª fase da avaliação operacional do sistema de defesa antiaérea e de cabeça de praia

RESUMO DOS ARTIGOS DO C-APA

PROCESSAMENTO E FILTRAGEM DE RUÍDOS INTERFERENTES EM UM SINAL ACÚSTICO REAL

CT *Gilberto Carlos Salles dos Santos*
CT *Ricardo Miccuci dos Santos*
CT *Leonardo Gonçalves Marsicano*

O trabalho tem o propósito de desenvolver um programa utilizando a ferramenta MATLAB para processar um sinal acústico real e filtrar ruídos interferentes deste sinal.

Para isto, o programa é dividido em duas partes. A primeira parte refere-se ao processamento do sinal acústico, onde é feita uma análise espectral do mesmo para identificar o ruído interferente. Na segunda parte do programa, após identificado o ruído interferente, são selecionados os filtros digitais que apresentam um melhor desempenho, eliminando o ruído com minimização da distorção. Nesta fase, os filtros já existentes na literatura são implementados e testados no programa, a fim de identificar o de melhor *performance*, ou seja, aquele que além de eliminar o ruído interferente não vai ocasionar perda significativa no sinal acústico de interesse.

Cinco filtros digitais são aplicados no programa para eliminar o ruído interferente, sendo o resultado obtido bastante satisfatório, com a eliminação do ruído e minimização da distorção.

O sinal acústico utilizado neste trabalho é um sinal real gravado na raia acústica da Marinha do Brasil, em Arraial do Cabo, onde um dos seus objetivos é determinar o nível irradiado de um navio. Portanto, o nosso sinal acústico de interesse é produzido por hélice, maquinarias de propulsão e auxiliares.

IMPLEMENTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ALGORITMO SIMPLES PARA O TRAÇADO DE RAIOS SONOROS

CT *Camilo Berni Nunes*
CT *Claudius Barbosa Delvizio*

O trabalho tem o propósito de relatar a implementação de um programa, utilizando a ferramenta MATLAB, para o traçado dos raios sonoros considerando-se o cenário de um submarino simples.

Para a execução do programa, serão efetuadas as seguintes simplificações: utilizar-se-á um perfil de velocidade conhecido e simplificado, não serão consideradas as perdas por propagação e não será analisado o comportamento dos raios nas regiões de fronteira. Empregando-se as equações que serão deduzidas da teoria de raios e das simplificações descritas acima, teremos um programa que permite o traçado de raios sonoros para diferentes ângulos de lançamento e profundidades das fontes sonoras.

ANÁLISE DE PARÂMETROS PARA MEDIR A EFICÁCIA DO EQUIPAMENTOS CME-1

CT Elias Loureiro *Cromwell*
CT Fernando Gomes Francisco
CT Valdir de Castro Santos Filho

O trabalho tem como propósito avaliar a efetividade do equipamento CME-1 das corvetas classe *Inhaúma*. Justificou-se o estudo pelo fato de se constatar que parte significativa da nossa Marinha não observa o real valor e peso da Guerra Eletrônica (GE) na guerra moderna sob o ponto de vista estratégico e tático. Procedeu-se a um estudo dos conceitos de CONTRAMEDIDA ELETRÔNICA (CME), com destaque para as distâncias de "BURN-THROUGH" E "CROSSOVER", e dos conceitos básicos sobre sistemas radar e a sua aplicação nas equações pertinentes. Para simplificar o objeto de estudo, foi considerado somente um radar em confronto com o equipamento de CME. Procurou-se representar graficamente esta situação através da plotagem de dados processados por um programa em MATLAB e verificados por meio do emprego da ferramenta de simulação radar/CME CARPET. Neste processamento, algumas variáveis foram consideradas como constantes, devido a sua variação desprezível em relação aos intervalos considerados.

APLICAÇÃO DO SISTEMA DE APOIO TÁTICO SIMPLIFICADO (SIATS) NO APOIO À DECISÃO

CT Ricardo Brigatto *Salvatore*
CT Alan Kardec Mota
CT Antonio *Capistrano* de Freitas Filho
CT Haroldo *Vasques* Leandro
CT Marcelo *Ribeiro* de Souza
CT André de Araújo Costa

O presente trabalho tem o propósito de verificar as possibilidades e especificar as funções a serem incluídas para se ampliar a funcionalidade do SIATS (Sistema de Apoio Tático Simplificado), visando sua utilização no apoio à decisão nos diversos níveis táticos e maior interação com outros Sistemas da Marinha do Brasil.

As novas funções especificadas são destinadas a preencher os atuais requisitos de propiciar que navios sem sistemas digitais operativos incorporem uma ferramenta de apoio à decisão tática para utilização a qualquer momento.

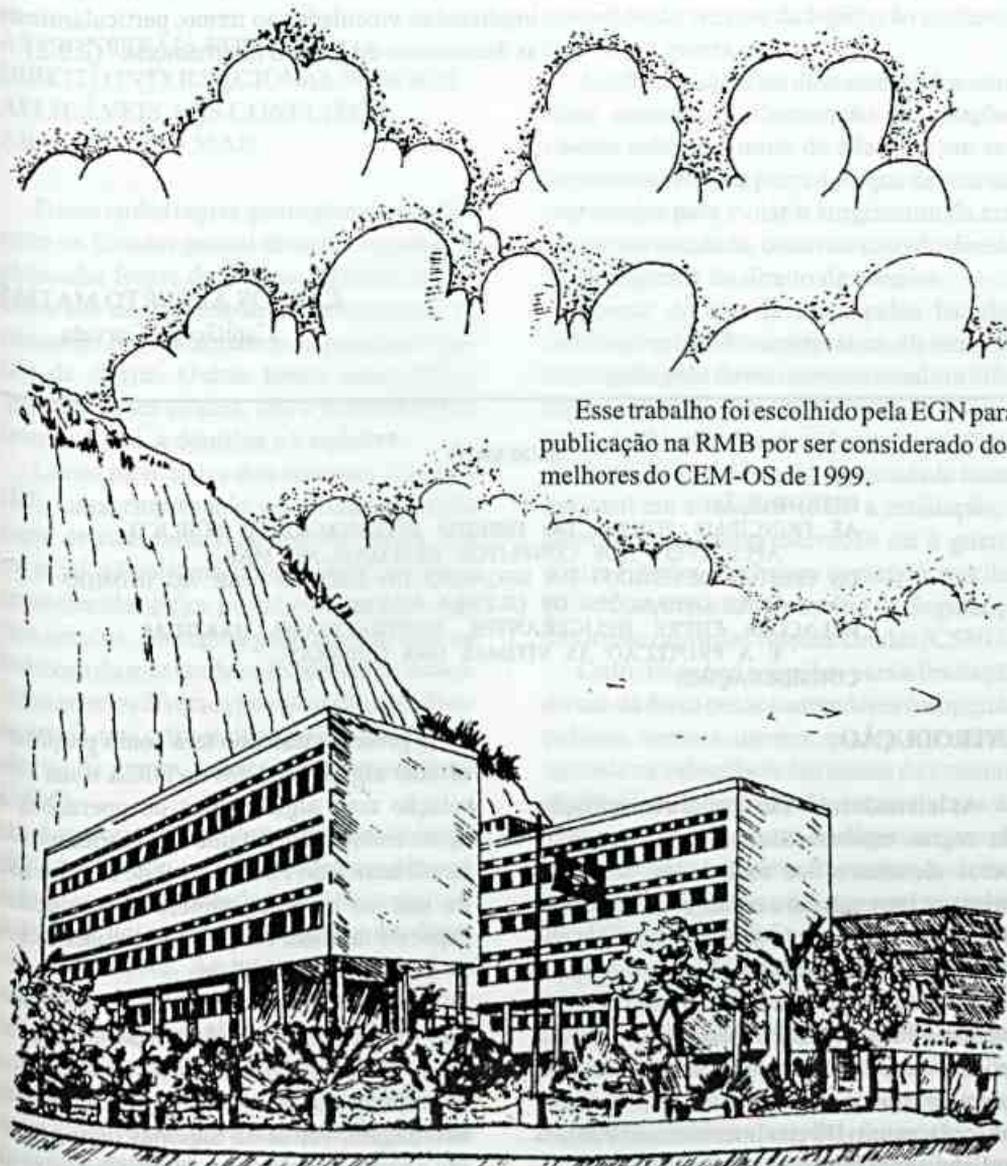
CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO

Algumas pessoas fogem da crítica,
não fazendo nada.

Ralph Brewer

SEÇÃO DA EGN

O DIREITO INTERNACIONAL E A NEGAÇÃO DO USO DO MAR



Esse trabalho foi escolhido pela EGN para publicação na RMB por ser considerado dos melhores do CEM-OS de 1999.

O DIREITO INTERNACIONAL E A NEGAÇÃO DO USO DO MAR AO INIMIGO

“...os países têm evitado aplicar o termo guerra a diversos conflitos armados ocorridos, devido às implicações vinculadas ao termo, particularmente as decorrentes do Direito Internacional” (2:2-2)

CARLOS ALBERTO MATIAS
Capitão-de-Corveta

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

AS PRINCIPAIS FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
APLICÁVEIS AOS CONFLITOS ARMADOS NO MAR.

OS EFEITOS DESEJADOS DA NEGAÇÃO DO USO DO MAR AO INIMIGO
E AS OPERAÇÕES DE GUERRA NAVAL.

RELAÇÕES ENTRE BELIGERANTES, NEUTRALIDADE MARÍTIMA
E A PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DAS GUERRAS

CONSIDERAÇÕES

INTRODUÇÃO

As leis nada mais são do que a compilação de regras estabelecidas a serem seguidas pelos elementos das sociedades. Nelas os juízes se baseiam para emitir suas sentenças a respeito das causas em apreciação. Na sociedade internacional das Nações, o conjunto de tais regras é chamado de Direito Internacional Público (DIP). Deste, a parcela que orienta as atitudes e ações dos Estados durante as situações de crise ou conflito é conhecida como o Direito Internacional Público aplicado aos Conflitos Armados (DICA).

O presente trabalho terá como propósito estudar alguns aspectos do DICA e sua correlação com alguns tipos de operações e ações conduzidas durante o cumprimento da tarefa básica do Poder Naval de negar o uso do mar ao inimigo, embora alguns destes aspectos também estejam relacionados com as demais tarefas básicas.

Para tanto, serão apresentadas as principais fontes do DICA e, dentro destas, procurar-se-á realçar alguns aspectos relacionados ao emprego dos meios da Marinha. Com esta abordagem, ver-se-ão algumas regras básicas a serem seguidas nas interações entre as

forças beligerantes e entre estas e as neutras. Verificar-se-ão, ainda, alguns aspectos humanitários a serem levados em conta no curso de todas as ações.

Ao término, serão tecidas algumas considerações sobre os aspectos estudados e sua influência na conduta das forças navais durante as crises e conflitos.

AS PRINCIPAIS FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO APLICÁVEIS AOS CONFLITOS ARMADOS NO MAR

O acervo das regras que regem as relações entre os Estados possui diversas origens, as chamadas fontes do direito. As mais conhecidas são as convenções internacionais, os costumes internacionais e os princípios gerais de direito. Outras fontes secundárias, que podem ser citadas, são a jurisprudência internacional, a doutrina e a equidade.

Como na maioria dos sistemas legais, o DIP toma emprestado ao costume grande parte de suas fontes. As leis da guerra, em especial, são originárias das diversas regras estabelecidas pelos povos em luta ao longo dos séculos. As regras para uso pacífico ou belicoso do mar também foram sendo consolidadas pelos diversos povos marítimos. Desta forma, tem origem consuetudinária tanto o direito da guerra, quanto o direito marítimo (I-II-9).

A maioria dessas normas foram, ao longo dos anos, sendo codificadas em acordos celebrados entre nações de forma bi ou multilateral, que hoje se consubstanciam em diversas convenções. As principais, e que hoje afetam o comportamento dos Estados durante as hostilidades, são:

– **as Convenções de Haia de 1907**, que abordam com grande amplitude os aspectos relacionados aos navios mercantes e a neutralidade marítima;

– **a Declaração Naval de Londres de 1909**, que, apesar de não ter sido ratificada, serviu como base para as leis da guerra naval;

– **as quatro Convenções de Genebra de 1949** e seus protocolos adicionais de 1977, dedicados à proteção de feridos, enfermos, náufragos, prisioneiros e civis vitimados pela guerra; e

– **o Manual de San Remo**, que apresenta a consolidação recente da legislação existente referente à guerra naval.

Ainda que não trate diretamente dos conflitos armados, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar traz em seu bojo um cabedal de preceitos, que devem ser respeitados para evitar o surgimento de crises ou sua escalada, como no caso do direito de passagem e do direito de trânsito.

Apesar do uso da força pelos Estados continuar existindo como prática, ele tem sido restringido pelo direito internacional em diferentes acordos e tratados, dentre os quais a Carta das Nações Unidas. Assim, o uso legal da força é admitido pela comunidade internacional em situações como a retaliação, a autodefesa, a autopreservação ou a guerra contra Estados que hajam cometido atos ilegais e com o aval do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU).

Outro fator que contribui para a limitação do uso da força pelos contendores é a opinião pública, tanto a interna quanto a externa, apoiada na velocidade dos meios de comunicação. Com a transmissão, muitas vezes ao vivo, das ações de guerra, qualquer ato excessivo praticado por uma das partes pode ser explorado pelo oponente com o propósito de invalidar a necessidade de tais ações. Assim, os escalões superiores procuram ser precisos nas instruções às forças subordinadas, de modo a evitar excessos que venham a desgastar, ou mesmo remover, a legitimidade das aspirações em jogo. Esta explicitação de como agir em diferentes situações, feita pelo nível político-estratégico, é consubstanciada nas

regras de comportamento operativo incluídas nas instruções aos subordinados.

Talvez a definição mais aceita para guerra naval seja a que utiliza o critério das forças empregadas, ou seja, aquela realizada entre as forças navais dos beligerantes. Um dos aspectos que, marcadamente, a diferencia da guerra terrestre é a possibilidade de confisco da propriedade inimiga e, em alguns casos, até da neutra (1: XV-3). Ela, normalmente, impõe graves restrições aos direitos de terceiros, especialmente à liberdade de navegação. Estes são apenas alguns dos motivos pelos quais ela está diretamente ligada aos interesses econômicos e comerciais das nações, tornando-a muito susceptível à quebra da neutralidade, se não forem tomadas as medidas previstas em algumas convenções.

OS EFEITOS DESEJADOS DA NEGAÇÃO DO USO DO MAR AO INIMIGO E AS OPERAÇÕES DE GUERRA NAVAL

Quando um Poder Naval não possui condições de estabelecer ou não se tem interesse em explorar o controle de uma determinada área marítima, a tarefa de negar o uso do mar ao inimigo é a que permite evitar que tal estabelecimento e exploração se concretizem por parte do oponente. Desta forma, os seus efeitos desejados são, normalmente, a destruição ou neutralização das forças navais inimigas e o ataque às suas linhas de comunicações marítimas e aos meios de exploração e exploração de recursos do mar (2:4).

Entretanto, tais ações não poderão ser conduzidas indiscriminadamente, uma vez que existem diversas regras de aceitação universal que precisam ser seguidas. Dois tipos de operações devem ser cuidadosamente avaliados antes de sua implementação: as de minagem e as de bloqueio.

Regulamentada pela VIII Convenção de Haia de 1907, a colocação de campos de minas

é proibida no alto-mar e nos mares livres. Também é vedado seu lançamento nas costas e portos inimigos, visando somente a interceptação do comércio e da navegação dos oponentes. O emprego de minas de contato derivantes com tempo de vida superior a uma hora, ou que não fiquem inofensivas assim que se rompam suas amarras, é proibido. Estas restrições culminaram na doutrina atualmente utilizada em nossa Marinha de que, salvo em casos muito restritos, a decisão pelo emprego de operações de minagem com propósitos estratégicos é de responsabilidade do Comandante do Teatro de Operações Marítimo (COMTOM), enquanto que para os campos que possam afetar o tráfego marítimo de países neutros, especialmente a minagem estratégica ofensiva, ela é da competência do Comandante Supremo (2:4-8).

Damesma forma, as operações de bloqueio também estão sujeitas a limitações. Estas operações visam a impedir os movimentos do inimigo, isolando-o do comércio neutro e procurando levá-lo à carência e à rendição pelo esgotamento dos recursos necessários ao esforço de guerra e à sobrevivência da Nação. Várias regras básicas devem ser seguidas: a declaração do bloqueio, a notificação das nações afetadas quanto ao início, duração, localização e extensão, a imparcialidade, a necessidade de ser eficaz e de não bloquear os acessos ou partidas de portos neutros. O bloqueio pela minagem frontal de um porto ou acesso, caso este se constitua num objetivo militar, e o uso de zonas de exclusão são formas internacionalmente aceitas de negar o uso do mar, onde devem ser seguidas as regras estabelecidas para o bloqueio.

O submarino é apontado como o meio ideal para esta tarefa do Poder Naval, uma vez que, valendo-se de sua capacidade de ocultação, obtém a surpresa e a iniciativa das ações. Entretanto, seu emprego principal é na destruição dos navios inimigos, o que, no caso dos navios mercantes, se reveste de

certa gravidade, uma vez que ele não é capaz de moderar o uso da força. No passado, procurou-se aplicar a estes navios as regras estabelecidas para os navios de superfície. Se tivessem sido respeitadas nos conflitos, teriam significado, quase sempre, sua destruição pelas forças navais inimigas. Na verdade, não existe disciplina legal efetiva para a guerra submarina, exceto quanto aos naufragos e à imunidade dos navios-hospitais. (1:XV-17)

RELAÇÕES ENTRE BELIGERANTES, NEUTRALIDADE MARÍTIMA E A PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DAS GUERRAS

As ações contra o inimigo estão sujeitas a algumas regras básicas, sendo que nem toda a extensão oceânica está liberada para tais ações. As hostilidades podem ser conduzidas apenas em alto-mar, no mar territorial e águas interiores, nos territórios terrestres, na zona econômica exclusiva (ZEE), na plataforma continental e, quando aplicável, nas águas arquipelágicas dos Estados beligerantes. Tais ações podem ser estendidas às ZEE e plataformas continentais de países neutros, tomando-se o cuidado de respeitar os direitos e deveres do Estado costeiro neutro, dando especial atenção às ilhas artificiais, instalações, estruturas e zonas de segurança estabelecidas pelo Estado neutro na sua ZEE e plataforma continental. Nestas águas poderá, ainda, valer-se dos campos de minas, tendo-se o cuidado de notificar o Estado costeiro, não colocar em risco suas propriedades e interferir o mínimo com a exploração e exploração desta região (4:8).

As operações de ataque devem ser limitadas aos objetivos militares, entendidos como

os objetos que, por sua natureza, localização, propósito ou uso, contribuam efetivamente para as ações militares e o esforço de guerra, e cuja destruição total ou parcial, captura ou neutralização, dentro da situação vigente, ofereçam uma vantagem militar (4:15). Nem mesmo a escolha dos métodos e meios de guerra são ilimitados, e devem ser escolhidos de forma que não causem baixas supérfluas ou sofrimento desnecessário, não devendo ser indiscriminados. Devem, ainda, ser empregados sem auferir danos ao meio ambiente que contrariem a legislação internacional sobre o assunto.

Além dessas restrições, existem os navios e aeronaves que estão isentos de ataques,

Na verdade, não existe disciplina legal efetiva para a guerra submarina, exceto quanto aos naufragos e à imunidade dos navios-hospitais

como os navios-hospitais, embarcações costeiras para operações de resgate e transporte médico, navios com salvo-conduto garantido pelos beligerantes, navios de transporte de passageiros, dentre outros, desde que estejam sendo empregados em suas atividades normais, submetam-se a inspeções quando necessário ou não tentem

prejudicar os movimentos dos meios combatentes. A Parte III do Manual de San Remo enumera, ainda, os demais casos em que tais isenções deixam de se aplicar.

O ataque aos navios mercantes somente será executado se estes atenderem a definição de objetivo militar, como, por exemplo, se estiverem envolvidos em atos beligerantes do inimigo, forem empregados como navios auxiliares, participarem de atividades de inteligência, navegarem em comboio sob escolta inimiga, deixarem de obedecer ordem de parar ou resistirem à visita, busca ou captura, estiverem armados de forma a ameaçar uma belonave ou transportarem material militar. As regras acima também se aplicam, com

as devidas adaptações, às aeronaves civis inimigas.

Como se pode observar, estas restrições de direitos buscam atender ao princípio da limitação, cujo propósito é levar os contendores a diminuir as possibilidades de métodos e meios a serem utilizados em suas ações.

Mas não é apenas das interações entre os beligerantes que as fontes do DICA se ocupam. As regras também são numerosas para os neutros, e afetam seu relacionamento com os contendores de tal forma, que um determinado Estado neutro pode transformar-se em inimigo de um deles. Se não forem tomadas medidas concretas contra atos de um beligerante, isto pode ser interpretado pelo outro como favorecimento ao primeiro.

Como citado anteriormente, a **neutralidade na guerra naval** é bastante complexa. Ela é regida por dois princípios básicos: a imparcialidade e a abstenção (1:XVII-1), ou seja, o mesmo tratamento deve ser dado a ambos os lados e nenhuma medida deve ser tomada que favoreça uma das partes. A sua manutenção requer habilidade e conhecimento dos parâmetros que a definem. Somente se considera sua inexistência quando as ações hostis forem promovidas por órgão aceito pelos Estados envolvidos e executadas coletivamente em nome destes (1:XVII-3). Um exemplo clássico seriam as ações conduzidas por coalizões de Nações, cumprindo uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em nome da segurança coletiva da comunidade internacional.

Além desses princípios, algumas regras básicas relativas à neutralidade devem ser observadas. Nenhum Estado deve tolerar atos

por parte dos beligerantes que afetem sua condição, cabendo-lhe tomar as medidas apropriadas para evitar a violação de sua neutralidade. Para coibir tais atos, é imprescindível a existência de uma força adequada para se fazer respeitar, criando uma credibilidade que garanta sua neutralidade. Caso não se disponha desta capacidade, o protesto do país neutro assegura seus direitos e previne responsabilidades (1:XVIII-14).

Além disso, diferentemente da guerra terrestre, a guerra marítima permite a **passagem inocente de forças dos beligerantes** pelo seu mar territorial sem afetar a neutralidade do estado costeiro, fato não tolerado naquele outro tipo de conflito. Os navios beligerantes também podem ser **admitidos nos portos neutros**, desde que o período de permanência seja limitado, não podendo ser oferecido qualquer apoio que não se relacione à segurança de navegação ou suprimentos que o permitam de-

mandar o seu porto mais próximo, não podendo retornar dentro de três meses (1:XVIII-22). Também são vedadas quaisquer operações em águas neutras, inclusive as de visita, busca e captura de adversários.

Embora não seja obrigatória, a declaração de neutralidade permite dissipar as suspeitas ou dúvidas quanto à posição do Estado em relação a um determinado conflito.

Como já havia sido demonstrado, os tipos de operações conduzidas para negar o uso do mar ao inimigo devem subordinar-se a todas essas regras, a fim de não transformar um Estado neutro, ou possível aliado futuro, em um inimigo do presente, agravando, assim, a situação militar vigente.

Para o Estado, é imprescindível a existência de uma força adequada para se fazer respeitar, criando uma credibilidade que garanta sua neutralidade

Apesar do já extenso rol de restrições ao emprego da força, o DICA vai além das relações entre os beligerantes e da neutralidade, ocupando-se da proteção às vítimas da guerra. Veremos qual é a situação atual neste campo.

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha promoveu entre as duas Guerras Mundiais, e de forma mais ativa após a Segunda, diversos estudos, debates e conferências que culminaram numa Conferência Diplomática em Genebra para dar forma definitiva a todos esses estudos. Foram elaboradas, então, quatro Convenções que cuidam dos **aspectos humanitários da guerra**, sendo o Brasil signatário de todas elas.

Algumas disposições comuns às quatro convenções foram desenvolvidas e agrupadas, e estão presentes em todas elas sob os títulos de Disposições Gerais, Repressão das Infrações e Disposições Finais, tratando das condições de aplicação e da sua duração, das sanções penais para reprimir as infrações e seus abusos, especialmente as graves, que em seu texto são definidas, e das cláusulas relativas à assinatura, ratificação e entrada em vigor das convenções.

A primeira Convenção trata da **melhoria das condições dos feridos e enfermos** das Forças Armadas em campanha e abrange, de forma genérica, os militares feridos. Ela estabelece que estes devem ser atendidos sem distinção de nacionalidade, descreve o pessoal, o material e os locais de atendimento que devem ser protegidos, e que serão identificados pelo emblema da cruz vermelha, pelo crescente vermelho ou pelo leão e o sol vermelho sob fundo branco. Ela enumera, ainda, as demais categorias de pessoas protegidas, os atos proibidos contra estas pessoas e os deveres dos beligerantes em relação aos mortos. Uma regra, que surgiu com essa convenção, estabelece que parte do pessoal sanitário e religioso capturado pode ser retido para prestar assistência aos prisioneiros de guerra (3:9).

A II Convenção, que trata dos **feridos, enfermos e náufragos no mar**, é a que mais diretamente afeta ao Poder Naval, uma vez que é a adaptação à guerra marítima dos princípios que já vigoravam para as campanhas terrestres, sendo assim considerada um prolongamento da I Convenção. Ela inclui na lista das vítimas da guerra uma nova categoria: os náufragos, que podem ser tanto os combatentes das Forças Armadas quanto o pessoal da Marinha Mercante.

Em seu capítulo III, trata especificamente dos **navios-hospitais militares**, dos pertencentes a entidades civis e de outras embarcações costeiras de socorro e salvamento, que não poderão ser atacadas ou capturadas, desde que os seus proprietários comuniquem sua utilização às partes em conflito com até dez dias de antecedência. Estes, por sua vez, poderão fiscalizá-los ou visitá-los. Tais navios deverão prestar socorro a todos os feridos, enfermos e náufragos, sem que seja feita distinção de nacionalidade. São também proibidos os ataques ou bombardeios vindos do mar contra os estabelecimentos sanitários localizados na costa. Aos navios fretados para o transporte de material sanitário e às aeronaves sanitárias serão dispensados o mesmo tratamento devido aos navios-hospitais, desde que cumpram as exigências prescritas.

A III Convenção trata dos **prisioneiros de guerra** e do tratamento que lhes deve ser dispensado durante o cativeiro. Graças aos esforços empreendidos no campo humanitário, estes não são mais considerados criminosos, mas inimigos impedidos de lutar e que merecem um tratamento adequado à sua patente e sua condição humana. Como as demais convenções, ela é uma evolução das anteriores, sendo a que mais agregou novos conceitos e regras nesta nova edição, visando, primordialmente, a diminuir as possibilidades de interpre-

tação que prejudicassem os prisioneiros de guerra (3:12). Nela encontram-se enumeradas as categorias de pessoas que se beneficiam da aplicação de suas regras, sendo a responsabilidade pelo tratamento humano dos prisioneiros atribuída à potência inimiga. Em qualquer interrogatório, o prisioneiro só tem obrigação de declarar seu nome próprio, sobrenome, graduação, data de nascimento e número de corpo, ficando proibida qualquer tortura física ou moral, ou a aplicação de qualquer outro método de correção para se obterem outros dados.

A III Convenção lista, ainda, as **condições, facilidades, serviços e assistência** a que esses têm direito, bem como os trabalhos que lhes podem ser atribuídos nos campos, devendo estes últimos serem remunerados. Um dos princípios reafirmados nesta Convenção foi o estabelecimento da libertação e repatriamento, sem demora, de todos os prisioneiros de guerra ao término das hostilidades.

Dedicada à proteção dos civis em tempo de guerra, a **IV Convenção de Genebra** é considerada como um importante progresso do direito internacional escrito, em matéria humanitária (3:14). Ela não aboliu os regulamentos referentes às leis e aos costumes da guerra em terra; na verdade, complementa as seções II e III dos apensos às convenções de Haia de 1899 e 1907, como descrito em seu artigo 154. Dentre as principais proibições, enumeram-se os atentados à vida e à integridade, especialmente as torturas, a tomada de reféns, as deportações, os atentados à dignidade das pessoas, particularmente os relativos a qualquer tipo de discriminação, e a execução de sentenças sem processo feito por um tribunal legítimo (3:17). Exclusivamente do ponto de vista da guerra marítima, deve-se atentar para a proteção dos civis náufragos e o respeito e proteção aos navios e aeronaves que transportem feridos e enfermos civis, inválidos e parturientes.

CONSIDERAÇÕES

As convenções internacionais oriundas em boa medida da compilação dos costumes bélicos, impõem diversas restrições ao uso da força, que só é admitida pela comunidade internacional em casos especiais. O perfeito conhecimento destes fatores condicionantes é essencial à tomada de decisões nos níveis político, estratégico, operacional e tático. O acerto de tais decisões é de vital importância e concorre para se alcançar os propósitos maiores das campanhas militares. Cabe aos escalões superiores deixar bem claro aos subordinados, por meio das regras de comportamento operativo, como estes devem se comportar frente às situações previstas nas normas do DICA.

Em tempos em que os atos de guerra são explorados quase que instantaneamente, em decorrência da velocidade dos meios de comunicação, as atitudes que não possam ser respaldadas em princípios amplamente aceitos tendem a piorar a situação político-militar vigente, ao colocar outros Estados e a opinião pública, interna ou internacional, contra tais ações.

Pode-se constatar que certos meios e métodos de guerra, reconhecidos como aplicáveis à tarefa de negar o uso do mar ao inimigo, como é o caso das minas e do bloqueio, carecem de cuidadosa avaliação e, quando postos em prática, devem submeter-se às condições exigidas.

Também se faz necessário o completo respeito à neutralidade e aos direitos humanos. O primeiro para não interferir com o direito dos Estados neutros, e o segundo para garantir a dignidade da espécie humana.

Em alguns casos, diante da impossibilidade de impedir atos de um contendor, que ameacem a sua condição de neutro, uma simples nota de protesto por parte do Governo pode impedir que o Estado venha a ser responsabilizado pela quebra de neutralidade.

Finalmente, o conhecimento profundo das leis da guerra, mais do que permitir o respeito às convenções, pode garantir a exploração de fatos favoráveis aos nossos in-

teresses e contrários aos dos oponentes, aumentando sobremaneira as chances de se alcançarem os efeitos desejados durante crises ou conflitos.

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<ADMINISTRAÇÃO> /Direito /; Direito Internacional;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Escola de Guerra Naval. Extrato da EGN-301. *Direito internacional público*. Rio de Janeiro, 1997.
2. _____. Ministério da Marinha. Gabinete do Ministro. *Doutrina Básica da Marinha*. Brasília, DF, 1997.
3. COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949. Genebra, 1992.
4. INTERNATIONAL INSTITUTE OF HUMANITARIAN LAW. San Remo manual on international law applicable to armed conflicts at sea. Cambridge: Cambridge University, 1994.

Três homens eu admiro e respeito:
o artista, o herói e o santo. O que
embeleza a vida pela arte, o que a eleva
pela coragem e o que a sublima.

Vicente Avelino

Programa Amigos do Livro Naval

Compre esta idéia

Editar e distribuir bons livros a preços baixos. Esta é a idéia do **Programa Amigos do Livro Naval** que tem como principal objetivo o desenvolvimento da mentalidade marítima pelo acesso a livros relacionados à história naval. Ao se associar ao programa, o leitor passa a receber, em casa ou na OM onde serve, a sinopse dos livros editados. Para isso, basta preencher a ficha de inscrição abaixo e esperar para constatar o alto padrão dos livros lançados pelo programa.

1- Nome (Posto/Graduação para militares)

2- OM onde serve/local de trabalho

3- Endereço para correspondência e recebimento dos livros

End _____

CEP _____ - Bairro _____ Cidade _____ Estado _____

4- NIP _____ ou Matrícula _____ (Só para pessoal da MB)

5- Assinatura do Solicitante _____

Remeta este pedido para o SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA -
AMIGOS DO LIVRO NAVAL - Ilha das Cobras s/n - CEP: 20091-000
Centro - Rio de Janeiro - RJ - Fax: 870-6716

CARTAS DOS LEITORES

Esta seção destina-se a incentivar debates, abrindo espaço ao leitor para comentários, adendos esclarecedores e observações sobre os artigos publicados. As cartas deverão ser enviadas à *Revista Marítima Brasileira*, que, a seu critério, poderá publicá-las parcial ou integralmente. Contamos com sua colaboração para realizarmos nosso objetivo, que é o de dinamizar a *RMB*, tornando-a um eficiente veículo para idéias, pensamentos e novas soluções, sempre em benefício da Marinha, mais forte e atuante. Sua participação é importante!

A DIREÇÃO

RIACHUELO

Recebemos do Segundo-Tenente Leonardo Henriques Guimarães a carta transcrita a seguir, onde fala do seu avô, o médico Maurício Barcelo Guimarães:

O Dr. Maurício Barcelos Guimarães nasceu no dia 7 de abril de 1909, na cidade do Rio de Janeiro. Médico formado pela Escola Nacional de Medicina, pós-graduado em sanitarismo pela Tulane University (EUA), o Dr. Maurício tinha por hábito o estudo da História e Literatura, assuntos dos quais acumulou notável conhecimento ao longo de sua vida. Tal fato, associado à facilidade com que lidava com as letras e à notória vocação poética, fez com que se tornasse autor de inúmeras poesias, jamais publicadas. Patriota ao extremo, sentimento expresso em vários de seus

poemas, entusiasta do militarismo com predileção declarada pela Marinha, escreveu "Riachuelo", onde nos brinda com a riqueza de seu vocabulário, surpreende pelos detalhes históricos e homenageia os brasileiros que tão bem cumpriram seu dever defendendo a nossa Pátria, por ocasião da Batalha Naval do Riachuelo.

Na condição de neto e fã incondicional da pessoa, do poeta, do médico e do avô, considero a ocasião oportuna para divulgar, através desta revista, um trabalho de tamanhos requinte e qualidade, bem como para render homenagem, ainda que póstuma, sincera e profunda ao seu autor.

Segue a transcrição da poesia original com a ortografia vigente da época em que foi escrita:

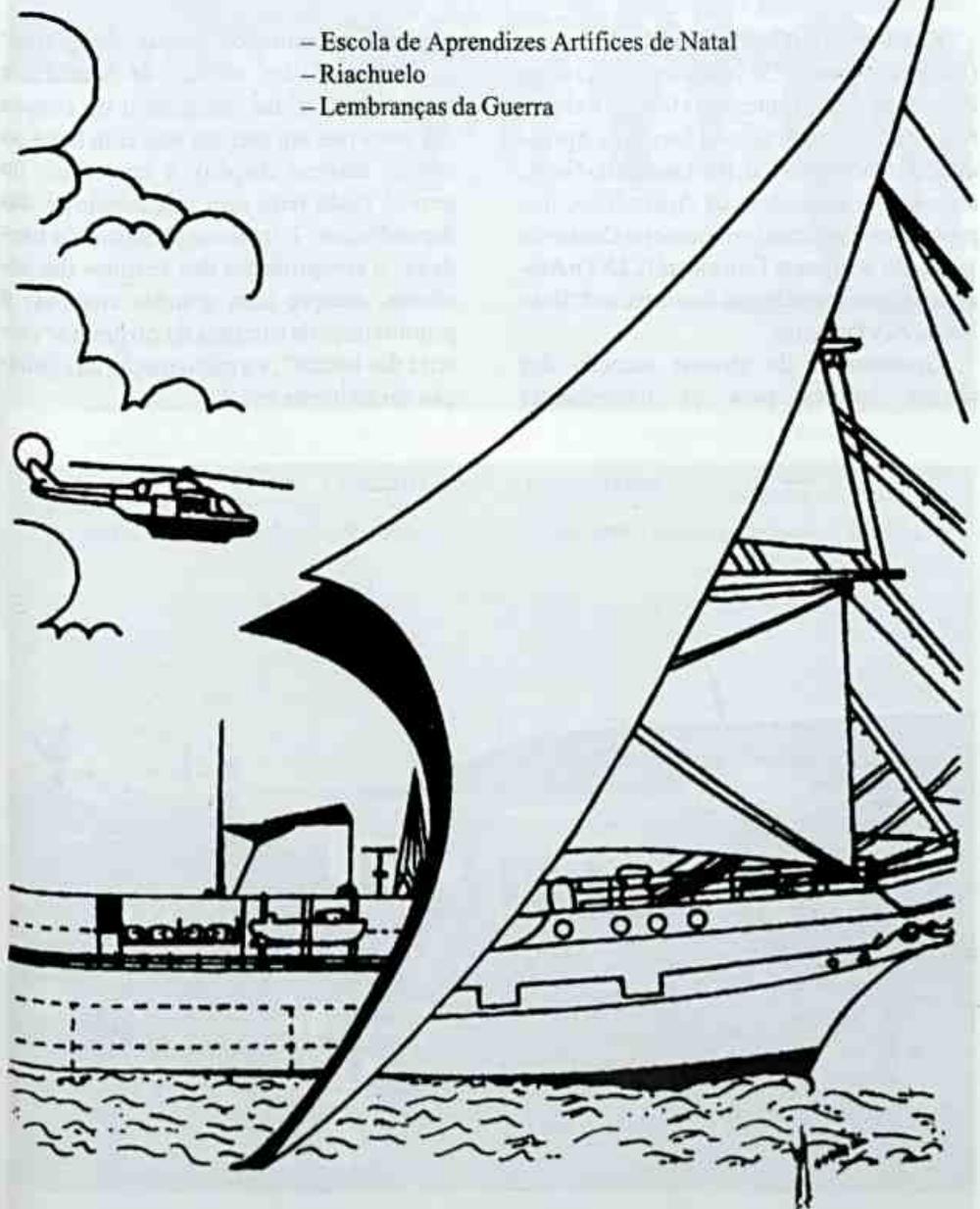
"Mil oitocentos e sessenta e cinco.
 Onze de junho. Luta-se com afinco.
 Vai alto o sol, do leste já distante,
 Fulgindo sobre a selva exuberante,
 No ponto em que, a jusante de Humaitá,
 Se estende em curva o rio Paraná.
 Emaranhado feixe de mil braços,
 De tortuosos canais, de estreitos passos.
 É flamejante o memorável dia,
 Cheio de luz e sangue. A artilharia
 Desde as nove horas troa e relampeja.
 De parte a parte a morte se despeja
 Do bôjo dos canhões, em fúria insana,
 Por sôbre a água que espuma e que
 espadana.
 É tríplice o combate; são três frentes:
 Duas léguas abaixo de Corrientes,
 O inimigo emboscado abriu seu jôgo,
 Nas duas margens que vomitam fogo:
 E, reforçando o exército da praia,
 Lá desce o rio a frota paraguaia,
 Cujas frentes se inflama qual cratera.
 Barroso diz então: – "O Brasil espera
 Que cumpra cada um com o seu dever!"
 E o Brasil pode bem seus filhos ver,
 Que a vida imolam pela excelsa glória,
 De morrer na conquista da vitória:
 Tendo encalhado, em situação medonha,
 Luta sozinha a nau JEQUITINHONHA,
 Repelindo abordagens e alvo, em cheio,
 De implacável e rude canhoneio;
 E, AMAZONAS, BELMONTE, ARAGUARI,
 BEBERIBE, IPIRANGA, IGUATEMI,
 MEARIM... tôda rútila fileira
 Da temerária esquadra brasileira,
 No mais encarniçado da batalha,
 Crivada e crepitante de metralha,
 Se intromete em canais de águas escassas
 E combate o inimigo a poucas braças.
 Mas é na PARNAÍBA que a coragem

Se sublima dos nossos, na abordagem
 Que êsse dia de sol, de sangue e glória
 Deixou gravado nos anais da História:
 Pelos flancos e pôpa dão-lhe assalto
 O TAQUARI, o PARAGUARI e o SALTO,
 E em auxílio dos três ocorre ainda
 A nossa antiga nau MARQUÊS DE OLINDA.
 Chocam-se os cascos, rompe-se o cordame,
 Despenha-se o abondante, em fero enxame,
 De amuradas, enxárcias e penóis;
 De um lado e de outro lutam como heróis
 Atacantes do barco e defensores,
 Num ciclone de gritos e furores;
 E entre os mortos calcados sob os pés.
 Enquanto as balas chovem no convés,
 Êste prosta o oficial que jactancioso
 O intima a arriar o pavilhão glorioso.
 Aquêlé, tendo a destra decepada,
 Continua a brandir com a esquerda a espa-
 da,
 Aquele outro um sangrento círculo abre
 Entre o adversário, aos golpes de seu sabre...
 E ali perecem todos trucidados,
 Pelo número, apenas, subjogados.
 Senhor, recebe os bravos tripulantes
 Dêsse pequeno barco de gigantes!
 Como Nelson puderam bem dizer:
 – "Graças a Deus, cumprir o meu dever!"
 Marcílio Dias, simples marinheiro,
 Greenhalgh, representante do altaneiro
 Desassombro da nossa mocidade,
 Maia, e os demais, que, com ferocidade
 Fizestes pagar caro ao inimigo
 A audácia de querer levar consigo
 Nossa bandeira. A vós, honra vos seja,
 Irmãos que ali tombastes na peleja,
 Filhos que beija a Pátria agradecida,
 Pois que destes por ela vossa vida,
 Belos, de peito aberto e gládio em punho,
 Nesse dia de sol do mês de junho!"

A MARINHA DE OUTRORA

AS LIÇÕES DE ONTEM PARA A MARINHA DE HOJE E DE AMANHÃ

- Escola de Aprendizes Artífices de Natal
- Riachuelo
- Lembranças da Guerra



ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE NATAL

FESTA DE 15 DE DEZEMBRO
DE 1913

Recebemos do Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM-Ref²) Israel de Oliveira uma interessante coleção de quase centenárias fotografias que registram comemoração na Escola de Aprendizes Artífices de Natal, Rio Grande do Norte, antecessora da Escola de Aprendizes, que posteriormente transformou-se no Centro de Instrução Almirante Tamandaré (CIAT). Atualmente, as dependências fazem parte da Base Naval Ary Parreiras.

Gostaríamos de chamar atenção dos nossos leitores para os interessantes

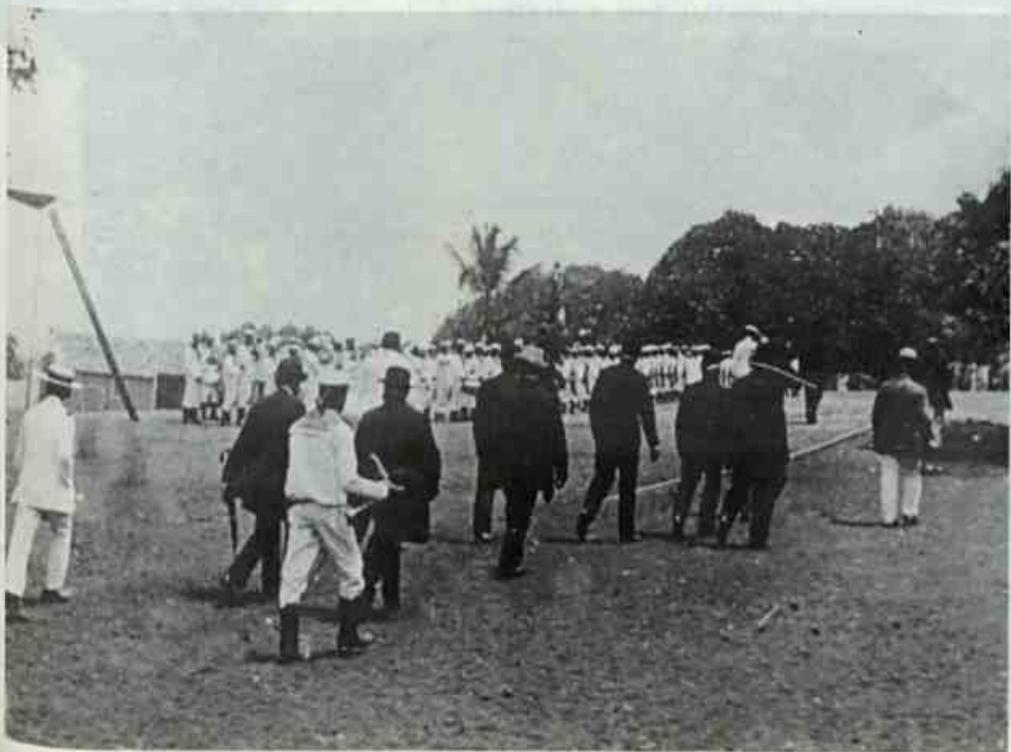
registros encontrados nessas fotografias: os uniformes dos oficiais de Marinha e marinheiros; o uso obrigatório do chapéu nos civis (até um menino está com boné ou mesmo enorme chapéu); a rusticidade do terreno (tudo terra sem calçamento) e das dependências; o tradicional mastro da bandeira; o comprimento dos vestidos das senhoras, sempre com grandes chapéus; o primitivismo da barranca do rio junto à "carreira dos barcos"; e a participação da equitação em ambiente naval.

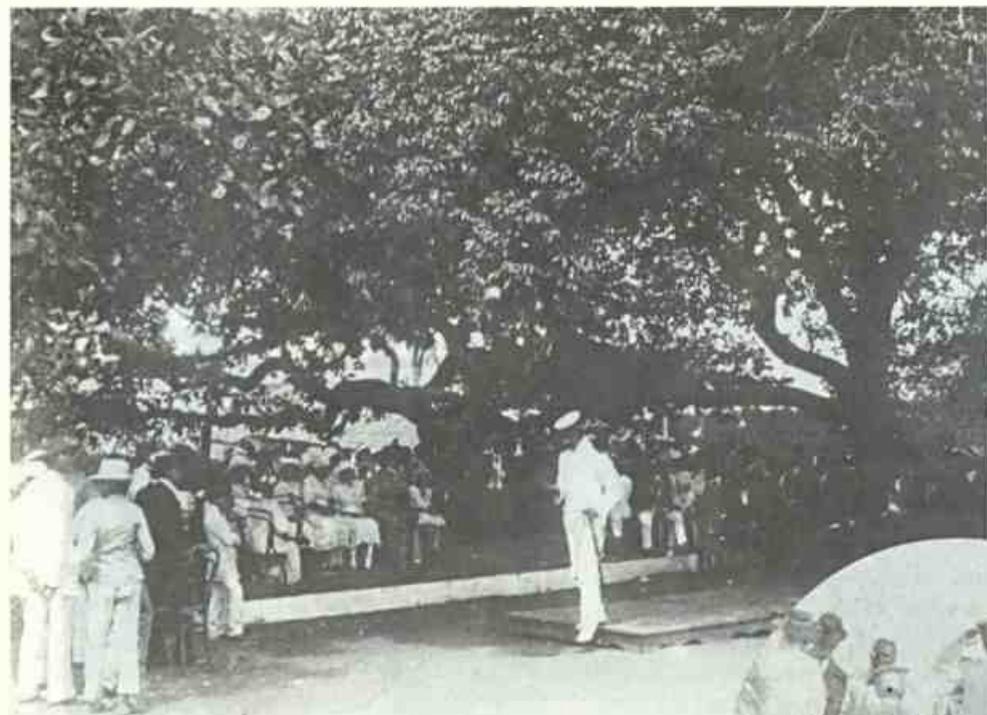




CHEGADA DAS AUTORIDADES

O edifício principal da Escola de Aprendizes de Artífices, com o mastro tradicional de Marinha.



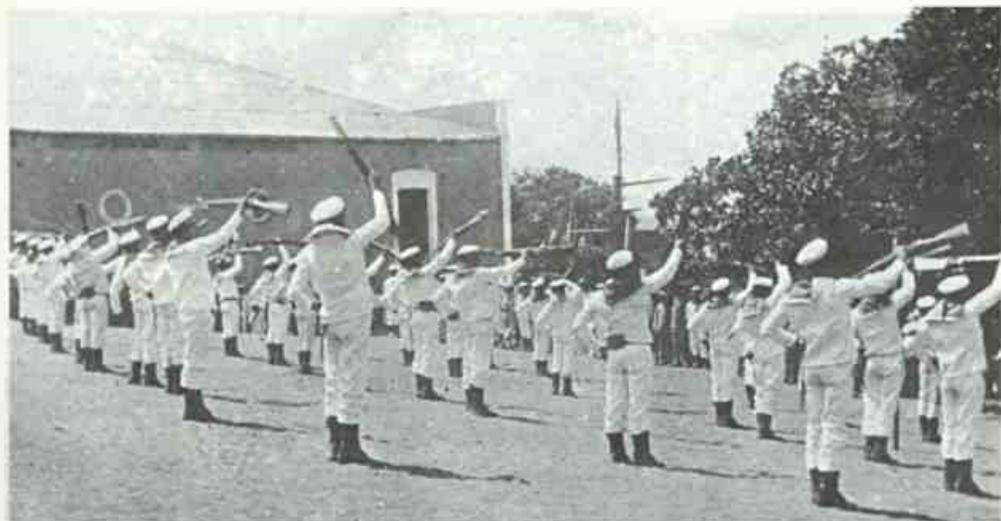


O COMANDANTE M. CHAVES

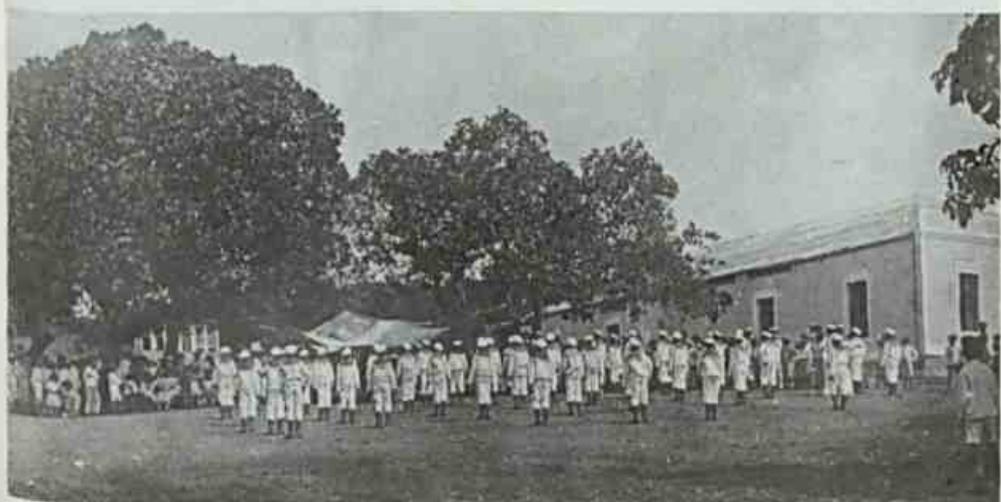
RECEPÇÃO NO PORTALÓ

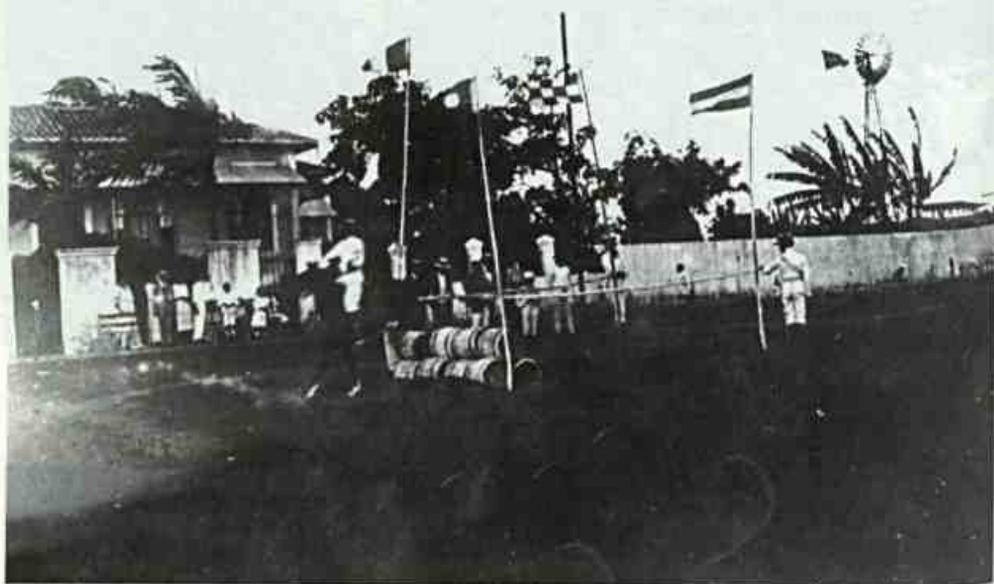
ASSISTÊNCIA DEBAIXO DOS CAJUEIROS





APRESENTAÇÃO DE GINÁSTICA COM FUZIL

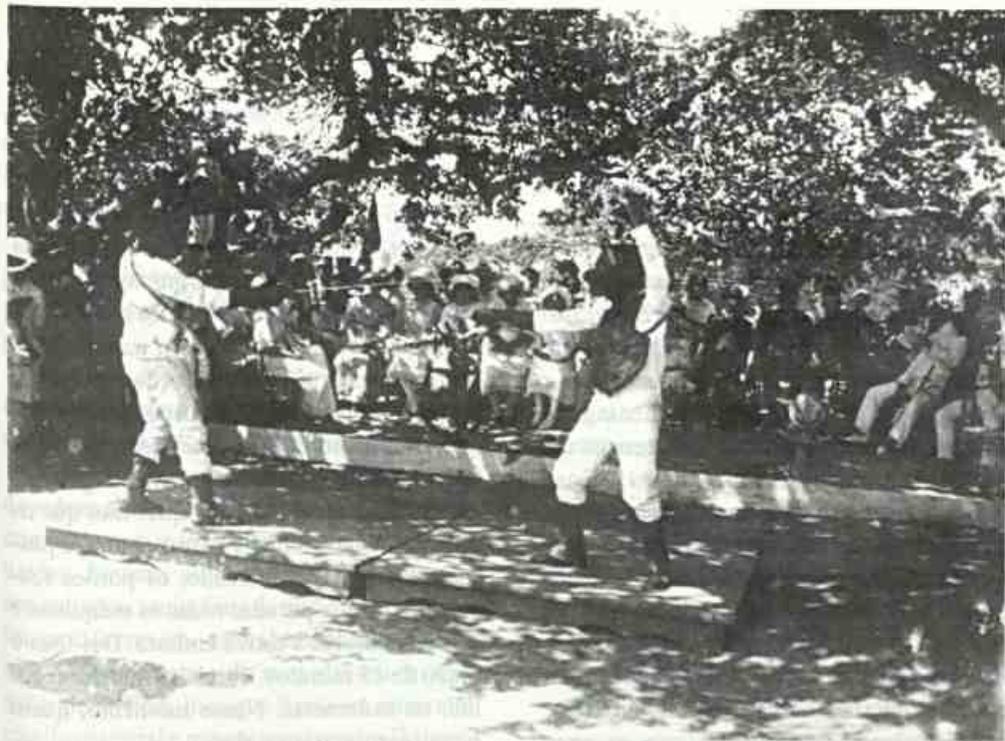




AS REGATAS

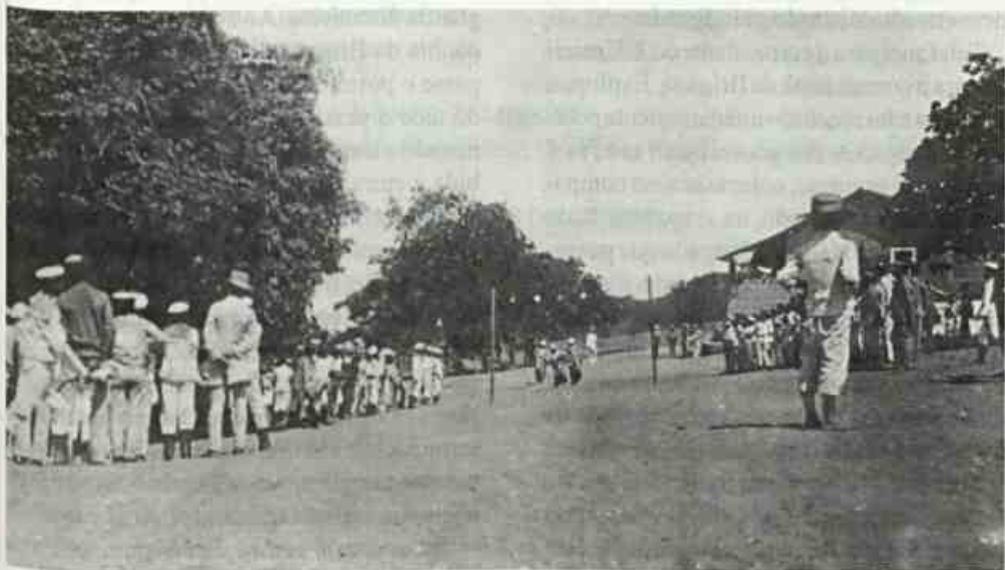
HIPISMO NA MARINHA?





CORRIDA DE SACOS

ASSALTO DE PROVETA
(Essa é a legenda, da época, na foto).



 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<EDUCAÇÃO> / Escola de Aprendizes /; E. A. de Natal; MdO;

SOLDADOS A BORDO

EDDY SAMPAIO ESPELLET
Almirante-de-Esquadra (Re^{fl})

Eu era o delegado da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, quando, no dia 20 de setembro de 1957, data magna da Revolução Farroupilha, dia feriado, regressava de uma recepção no Palácio do Governo, à meia-noite, e passei no meu gabinete para ver se havia alguma mensagem chegada no horário noturno, pois residia no andar de cima da repartição.

Encontrei uma enorme mensagem cifrada e seu texto dizia mais ou menos o seguinte: "Origem: Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) – Marítimos das companhias de navegação privadas entrarão em greve amanhã. Desembarcar todos os grevistas e recolher suas cadernetas". Eles pretendiam receber os mesmos vencimentos que os seus colegas do Lloyd e da Costeira recebiam.

Fiquei perplexo, porquanto não tinha guarnição militar à minha disposição. Para cumprir a ordem só havia uma solução – recorrer ao Exército e à Brigada Militar, uma vez que o porto era administrado pelo Estado.

Telefonei para o comandante do 3º Exército e para o comandante da Brigada. Expliquei a situação e fui recebido imediatamente pelas duas autoridades. Ao general pedi que, às 7 horas do dia seguinte, colocasse uma companhia à minha disposição, na avenida atrás do cais; e ao comandante da Brigada que pusesse uma companhia também à minha disposição, no mesmo local da do Exército.

A minha idéia de manobra era a seguinte: ocupar os 13 navios que estavam atracados com tropa do Exército e o cais com a tropa da Brigada. O porto seria fechado e para isso entendi-me com o administrador.

Às 7 horas do dia 21, estavam lá as duas companhias. Expliquei aos dois comandantes o que seria feito e determinei-lhes que mantivessem a tropa naqueles lugares até segunda ordem.

Dirigi-me ao cais, sozinho, com a cara e a coragem, e fui a todos os navios. Mandava chamar o comandante e perguntava-lhe se a tripulação estava em greve. Eles me respondiam que não, uma vez que o navio estava operando, com a estiva a bordo. Então, eu lhes perguntava se eles suspenderiam naquele momento, se lhes fosse ordenado. As respostas eram, invariavelmente, negativas. Diante deste situação, expliquei-lhes que tinham ordem do CEMA para que todo o pessoal fossem desembarcado, os porões fossem fechados e paradas todas as máquinas e que mandassem a estiva embora. Dei-lhes o prazo de 15 minutos. Também mandei recolher as cadernetas. Nesse momento, quem ficava perplexo eram eles.

Quando cheguei ao último navio, chamei o capitão, comandante da companhia do Exército e indiquei-lhe os navios a serem ocupados, com ordem de não mexer em nada a bordo. Eles estavam ali apenas para fazer a guarda dos navios. Ao comandante da Companhia da Brigada determinei-lhe que ocupasse o porto, fechando os portões e botando todo o pessoal para fora. Não queria ver ninguém transitando pelo cais e estava proibida a entrada de qualquer pessoal no cais. Somente com minha ordem. O administrador estava ciente e cooperou muito bem.

Passados três dias, no quarto de manhã, ouvindo o Repórter Esso das 8 horas, pelo rádio, soube que a greve tinha terminado. As comunicações naquela época eram muito difíceis. Telefone, nem pensar; então decidi terminar a greve. Seria ridículo a autoridade manter a greve, quando os grevistas se apresentassem para o trabalho.

Fui ao cais e fora dele determinei aos comandantes que mantivessem o seu pessoal reunido. Fui ao comandante da companhia e mandei que ele desembarcasse todo o seu

pessoal e saísse logo do cais, para evitar o encontro das tripulações com o pessoal do Exército. E, assim, todos os navios foram reocupados.

Observe-se que, durante o período da greve, recebi mais quatro navios, todos em greve. Estava, portanto, com 17 navios no porto.

Também determinei ao capitão da Brigada que abandonasse o porto e aos estivadores que poderiam iniciar os trabalhos.

Fui pessoalmente a todos os navios. Quando estava no último, fui procurado por alguns comandantes, que se queixavam que os seus navios haviam sido saqueados. Armários arrombados, muita falta de material de rancho, louça, talheres etc., até as barrinhas da agulha magnética tinham sido mexidas ou mesmo subtraídas. Pedi-lhes que fizessem uma relação do material e me entregassem na Delegacia dos Portos.

Fui para o meu gabinete muito aborrecido e pensando no que fazer. O general tinha sido tão prestimoso cedendo as companhias e seria profundamente desagradável levar-lhe este problema. Quando estava pensando no que fazer, chega um tenente do

Exército, num jipe, com dois sacos cheios de materiais os mais diversos: louças, talheres, roupas, sapatos, até uma seringa de injeção. Criei alma nova. Espalhei o material num compartimento e chamei os comandantes para lhes mostrar o que tinha sido recolhido. Eles reconheceram o que estava em exposição e foram levando.

O que faltou foi por conta da greve. Foi o ônus que eles tiveram que pagar pela greve.

O tenente me explicou que quando a companhia chegou ao quartel, entraram em forma e o capitão achou que as mochilas estavam muito volumosas e mandou abri-las, passando uma revista muito rigorosa; disse-me o tenente que os "ladrões" seriam punidos até com a exclusão do Exército.

E, assim, foi cumprida a ordem do CEMA.

Não conheço outro caso de ocupação de navios por soldados. Confesso que nas noites da greve não dormi direito e, mais de uma vez, de madrugada, fui ao cais para ver como estava a situação e, felizmente, estava tudo em ordem. O meu receio é que alguém conseguisse fazer uma sabotagem, como por exemplo, tirar uma espia do cabeço e deixar o navio à matroca.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<PODER MARÍTIMO> / Greve dos Marítimos /; Greve dos Marítimos em Porto Alegre; MdO;

LEMBRANÇAS DA GUERRA

EDDY SAMPAIO ESPELLET
Almirante-de-Esquadra (Re[®])

Em 1960, fui designado para fazer o curso da Escola de Guerra Naval em Paris. Lá conheci e tornei-me amigo de um colega alemão. Conversávamos bastante sobre a guerra, que ele, como submarinista, havia vivido.

Um dia, toda a Escola deslocou-se para Toulon e lá fomos distribuídos pelos navios da Esquadra, para assistir a um exercício.

Eu, o alemão e um outro oficial fomos designados para embarcar no Contratorpedeiro *De Petit Thouart*, que estava fundeado

no porto de Bestia, na Córsega, juntamente com outro contratorpedeiro e o Submarino *Roland Morisot*.

Viajamos num avião da Marinha, desde Toulon, num sábado, e chegamos ao entardecer. No dia seguinte, domingo, decidimos conhecer a ilha e saímos cedo de bordo. Na saída, o nosso colega alemão parou e ficou contemplando o submarino que estava fundeado e nos disse: "Incrível, este submarino era alemão e foi recebido pela França como

presa de guerra. Eu servi muito tempo nele, como imediato, baseado em Brest. Fiz várias patrulhas no Atlântico Norte e amanhã vou fazer um exercício contra ele. Quantas voltas a vida dá.”

Eu e o outro colega fizemos o possível para animá-lo, pois notamos que ele ficara muito abatido, naturalmente, com o pensamento voltado para os dias passados a bordo daquele submarino.

Durante o passeio, ele nos contou um fato terrível, acontecido com ele.

O submarino, no qual ele estava embarcado, estava fazendo um reparo em Willemshaven, grande base alemã do Mar do Norte, quando, no dia 8 de maio de 1945, os alto-falantes da base anunciaram que todo o pessoal civil e militar deveria reunir-se no grande pátio da base, pois o Comandante tinha uma importante comunicação a fazer.

Declarou o Comandante: “Meus senhores, a guerra acabou. A Alemanha rendeu-se. Não há mais nada a fazer. Todos devem abandonar a base imediatamente e tomar o destino que lhes aprouver. Os militares devem destruir todos os documentos confidenciais, cifras e códigos em seu poder. Boa sorte para todos.”

Nosso colega fez uma maleta e dirigiu-se para uma pequena cidade no interior, onde residia sua família, e lá permaneceu como professor de uma escola pública local até 1956, quando foram reorganizadas as forças armadas desnazificadas e ele, passando nos testes, reincorporou-se à Marinha, no mesmo posto que tinha ao terminar a guerra, isto é capitão-tenente.

O mundo deu voltas e o “alemão” reencontrou o seu navio!

E em que condições...

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<GUERRAS> / Guerra Submarina /; Curso na E.G da França; MdO;

... Qualquer coisa que esteja fazendo,
por menos que seja, é um passo à frente
em seu progresso.

C. Torres Pastorino
(Do Boletim da Turma 46)

O LADO PITORESCO DA VIDA NAVAL

As estórias contadas reproduzem, com respeitoso humor, o que se contava nas conversas alegres da praça-d'armas e convés. Guardadas certas liberdades, todas elas, na sua essência, são verídicas, e por isso caracterizam várias fases da vida da Marinha.

São válidas, também, estórias vividas em outras Marinhãs.

Contamos com sua colaboração. Se desejar, apenas apresente o caso, por escrito ou por telefone (Almirante Brígido ou Comandante Correa - 524-9460), que a *RMB* e seus colaboradores o transformarão em uma agradável leitura.

A REVALIDAÇÃO DA CARTEIRA DE MALUCO*

Bem dizia o J.P.L. quando ouvia uma estória de maluco: "Ele rasga dinheiro? Então, não é maluco."

A Marinha estava cheia de malucos.

O Engenheiro Naval R.F.M., servindo no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, cansou-se de pedir um servente para a sua repartição.

Numa manhã, ao chegar de terra, pediu uma vassoura, espanador e balde, botou todos para fora da sala, e começou a limpar as dependências, que se achavam imundas por falta do servente da limpeza.

Os funcionários do edifício juntaram-se na porta aberta para ver um capitão-de-fragata empenhado em tal mister.

Veio o seu chefe, a quem o R.F.M. não deu ouvidos.

Mandaram buscar um médico no Hospital Central da Marinha, que tentou entrar em conversa com o "doente".

Nisso, chegou um seu amigo, que, em voz baixa, disse ao R.F.M. "Que é isso, meu amigo?"

Então, o falso demente, com um olhar significativo e em voz baixa lhe disse: "Vai-te embora. Não vês que eu estou revalidando a minha carta de maluco?" Passada a "crise", todos reconheceram que o R.F.M. tinha razão, dando-lhe o servente pedido.

* NR.: As cinco estórias aqui contadas fazem parte do *Anedotário Naval* de autoria do Comandante Arthur Oscar Saldanha da Gama, encontrado na Biblioteca da Marinha.

PARÊNTESES NÃO CONCEDIDO

O Carvalhinho era tido por maluco.

Quando era Encarregado do Pessoal de um encouraçado, dava expediente no seu camarote, com a porta aberta, envergando uma bela cueca de seda, e somente ela, que achava boa vestimenta para aquela manhã escaldante.

O seu linguajar era pitoresco.

Certa vez, um oficial menos graduado conversava com ele, dizendo: "Permita-me abrir um parêntesis?"

O Carvalhinho respondeu: "Você abre o parêntesis, manda-me àquela parte, fecha rápido o parêntesis, antes que possa fazer alguma coisa."

CARVALHINHO ALMIRANTE

No fim de sua movimentada carreira, depois de reformado, pretendeu ser almirante. Lutou pelo posto, obtendo-o por ordem do Judiciário.

Numa tarde, fardou-se de almirante, foi à varanda do 4º andar do Ministério, colocou-se em lugar visível

por todos e começou a dar "bananas", gritando:

"Vocês não me quiseram almirante, pois aí vai uma para o Ministro." E tome, 'banana'. "Outra para o Diretor do Pessoal". Assim, foi até ser recolhido por uma ambulância do Hospital Central da Marinha.

ESTÓRIA DE MENTIROSO

Eu tenho grande paciência com os mentirosos. Creio, até, que respeito a pujante imaginação deles. Analisando as suas histórias encontramos uma certa filosofia da vida. Na Marinha, nos longos cruzeiros, no bojo das belonaves em noites de serviço ou de prontidão, as histórias do mentiroso enchem as nossas almas, fazendo todos esquecerem das delícias de terra.

São tantos os mentirosos encontrados na nossa vida naval, que preferi escolher somente alguns dos mais famosos. Contam que o mais graduado foi o Almirante Montanari,

que chegou aos altos postos da Marinha. O seu estilo era mais parecido com as famosas histórias do Barão de Munkausen, passadas para a Marinha.

Por exemplo, o Montanari, ao referir a um navio velho e descuidado, dizia que ele fundeava duas vezes, na primeira, ouvia-se o ruído de sua amarra e, depois, a descida pelo escovém dos ratos de bordo era tão contínua que, durante horas, ouvia o barulho característico de uma grossa amarra descendo até o ferro encontrar o fundo.

A "DOBRA DO IMEDIATO NO MAH-JONG"

O imediato do *São Paulo*, o Comandante V.S., era um homem de grande imaginação. Escritor de peças teatrais, notabilizara-se por ser notável *causeur*, que podia ficar horas mantendo brilhante conversação.

A bordo, o seu jogo de xadrez tornara-se proverbial devido aos movimentos desorde-

nados do cavalo, que o permitia dar xeque no adversário a qualquer momento.

No jogo do Mah-Jong* (o que foi feito do belo jogo existente a bordo, de pedras de marfim?), para tê-lo na mesa deviam aceitar a condição prévia da conhecida "dobra do imediato".

O desarmamento é como uma festa.
Ninguém quer chegar enquanto todos os
outros ainda não tiverem chegado.

Fletcher Knebel

* N.R.: A Revista do Clube Naval fez uma reportagem sobre o jogo no nº 297, 3ª trim./1995 - pág.34.

SUBMARINO MUSEU RIACHUELO

Foram ao todo vinte anos de operatividade, 1.283 dias de mar, 17.699 horas e 41 minutos de imersão, 181.924 milhas navegadas. Ele, que é carinhosamente conhecido como "RIACHA", carrega o nome da Batalha Naval que tanto orgulho trouxe à Marinha do Brasil. É o segundo de uma série de três navios da Classe Oberon inglesa, trazendo um grande avanço no domínio de emprego e de novas técnicas para os procedimentos operativos, marcando uma nova etapa na história da nossa Força de Submarinos.

Foi construído na Inglaterra em 1973 e lançado ao mar em 6 de setembro de 1975, com seus 90,02 metros de comprimento, tendo sido incorporado à Armada Brasileira em 27 de janeiro de 1977.

Em 12 de novembro de 1997, realizou-se a Mostra de Desarmamento do Submarino, sendo o navio entregue ao Serviço de Documentação da Marinha e reclassificado como submarino-museu.

No Submarino-Museu RIACHUELO, atracado ao cais do Espaço Cultural da Marinha, o visitante terá uma noção da vida a bordo ao percorrer seus compartimentos e conhecer seu armamento, suas máquinas e equipamentos diversos.

O Espaço Cultural da Marinha fica localizado à Av. Alfred Agache, ao lado da Estação das Barcas na Praça XV. Aberto de terça-feira a domingo das 12h às 16h45min.

ACONTECEU HÁ 100 ANOS

Conforme esclarecemos em nossa última edição de 1994, esta seção tem o propósito de trazer aos leitores uma lembrança, uma notícia do que sucedia em nossa Marinha, no País e noutras partes do mundo, há um século. Serão sempre fatos devidamente reportados pela nossa centenária *Revista Marítima Brasileira*.

Parece-nos interessante mencionar que encontramos naqueles antigos exemplares a seção *Revista das Revistas*, que até hoje a mantemos.

Com vistas à preservação da originalidade dos artigos, observaremos a grafia então utilizada pela *Revista Marítima Brasileira*.

O ESTUDO DE LINGUAS NA MARINHA

(...)

Lendo os regulamentos das escolas navaes da Europa, vemos que em todas ellas existe o estudo de linguas feito com todo o cuidado e attenção; e em algumas, como a Escola Naval de Brest, estuda-se como na nossa, a technologia maritima; em outras, como a ingleza, faz-se o estudo da parte theorica e da parte pratica. Na Inglaterra, exige-se que o aspirante, antes de ser promovido a official, faça exame de francez (...) sem o auxilio do dictionario e grammatica.

(...)

O estudo de linguas na Marinha deve merecer toda a attenção, pois elle nos é necessario, não só para podermos acompanhar o seu desenvolvimento, como tambem

para estarmos em condições de bem desempenharmos certas commissões, da nossa profissão, mesmo porque não podemos contar com o preparo que trazem os alumnos que se dedicam à Escola Naval, pois todos nós conhecemos, como é deficiente o estudo de linguas, no nosso ensino secundario, pelo sistema conhecido de preparatorios, systema este infelizmente adoptado para admissão na Escola Naval. (...)

Os exames de linguas só deviam ser validos, quando prestados na Escola Naval e modelados por um processo approved pela congregação de accordo com os methodos modernos do ensino de linguas.

É para lastimar que na Escola Naval não se faça, ao menos, o mesmo que na Polytechnica,

onde as notas de aprovação nas aulas dão direito ao mesmo numero de pontos que nas cadeiras, o que serviria de estímulo para os alumnos, pois a nota de aprovação iria influir, mais directamente, na respectiva classificação.

(...)

O meio melhor de despertar maior interesse pelo estudo de linguas parece-nos ser copiarmos o que faz a Inglaterra, que como ainda diz o illustrado Almirante Jacegauay, quando se refere à organização do curso da Escola naval inglesa:

“Nisto, como em tantas outras cousas, o observador imparcial não pôde deixar de enxergar senão mais uma prova do senso pratico incomparavel dos inglezes.”

(...)

Achamos que poderíamos adoptar para a nossa Marinha uma disposição semelhante a da ingleza, especialmente na parte das viagens ao estrangeiro, e da preferencia da nomeação dos nossos officiaes interpretes, para cargos de ajudantes de ordens e secretarios dos chefes.

NOTICIARIO MARITIMO

CLUB NAVAL

No dia 11 de junho (...), o Club Naval (...), realisou dous grandes actos: a inauguração do edificio do Club Naval e a do busto do Almirante Tamandaré.

A construcção do edificio, cujo plano foi traçado pelo engenheiro naval Dr. Frederico Correia da Camara, representa um avultado

capital de esforços accumulados pelos clubistas que mais se empenham pela prosperidade da instituição, e que ultimamente chefiados pelo Sr. Vice-Almirante Marques Guimarães, grandemente coadjuvados por este, puderam ver realisada a sua audaciosa empresa. (...)*

UNIFORMES OFFICIAES

Foram feitas nas divisas dos officiaes combatentes da Armada, as seguintes alterações:

As divisas officiaes do Corpo da Armada, desde guarda-marinha confirmado até capitão de mar e guerra, terão, de ora em diante,

na parte externa da manga, um circulo de tres centímetros de diametro interno, feito com o galão superior das mesmas divisas.

O galão preteado das divisas dos capitães de fragata, do Corpo da Armada e das classes annexas, será substituido pelo dourado.

* N.R.: A noticia refere-se ao edificio da Rua Dom Manuel 15, onde hoje acha-se instalado o Museu Naval e Oceanográfico. (Veja *O associativismo militar e a Marinha* na RMB do 4º trimestre de 1998 páginas 139 a 156).

COURAÇADO RIACHUELO

RIACHUELO (BRASILEIRO)



Fez experiencias de machinas este navio e nellas alcançou a mesma velocidade de 16 milhas, obtidas ha 18 annos, nas provas de entrega do navio pela casa constructora.

Os machinistas do couraçado que muito contribuíram para esse feliz

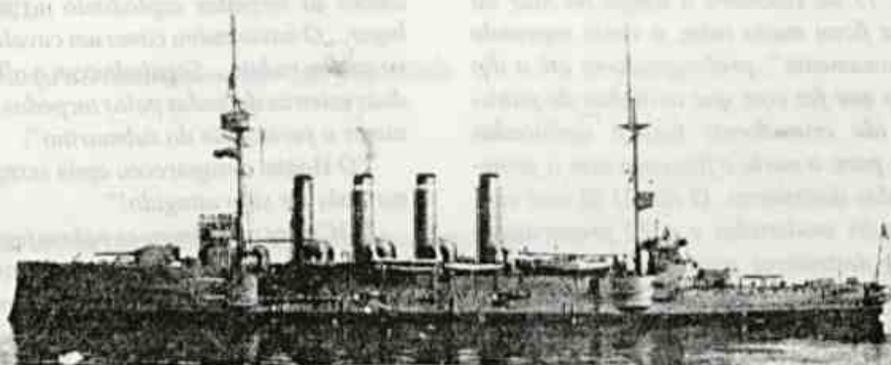
resultado foram elogiados pelo almirante chefe do Estado-Maior-General, em ordem do dia lida em acto de mostra pelo commandante do navio, o capitão de mar e guerra Alexandrino Faria de Alencar.

FRANÇA – TELEGRAPHO SEM FIOS CONTINUOS

Tendo a esquadra de exercicios deixado o porto de Brest, o Sr. Tenente Tissot, professor da Escola Naval francesa, aproveitando a occasião que esperava para uma experiencia concludente de telegraphia sem fios, poude,

applicando o methodo que já lhe havia dado feliz resultado, receber em Porzic telegrammas do coraçado *Masséna* navegando a uma distancia de 65 kilometros ao largo. Estes telegrammas foram de uma precisão admiravel.

INGLATERRA – LANÇAMENTO DO ABOUKIR



A 16 de maio foi lançado com êxito, em Glasgow, o cruzador couraçado de 1ª classe *Aboukir*. Tem 130 metros de comprimento e deslocamento de 12.500 tons. Suas máquinas deverão desenvolver 21.000 cavallos, e sua velocidade prevista será de

21 nós. O vapor será fornecido por trinta caldeiras aquatubulares de systema francez. Seu armamento será de dois canhões de 234 mm., 12 de 152, 14 de 76 e cinco de 47. Seu effectivo será de 750 officiaes e praças.

NOTA DA REDAÇÃO

O Aboukir era um dos seis cruzadores (lançados ao mar como encouraçados) da classe Cressy (99): Sotlej (lançado em 1899), Hogue (00), Bacchante (01) e Euryalus (01). Ficou conhecido por ter sido um dos três cruzadores afundados, em seqüência, pelo submarino alemão U-9, no Mar do Norte (Lat. 58°18'N Long. 003°41'E) no dia 22 de setembro de 1914, logo no início da Primeira Guerra Mundial.

Consta do The Times History of the War uma interessante descrição do desastre, da qual faremos um resumo:

A 11 de setembro o tempo no Mar do Norte ficou muito ruim, o vento soprando "furiamente", prolongando-se até o dia 20, o que fez com que as linhas de patrulha (de cruzadores) fossem deslocadas mais para o norte e ficassem sem a proteção dos destróieres. O dia 21 já teve ventos mais moderados e a 22 preparavam-se os destróieres para irem se encontrar com a linha de patrulha constituída dos cruzadores (ex-encouraçados) Aboukir, Hogue e Cressy. O encontro dar-se-ia cerca das 10 horas.

O dia 22 de setembro de 1914 amanheceu claro, sem nuvens e um vento fraco do quadrante norte. Os cruzadores mal acabaram de assumir seus postos na patrulha, a 3 milhas um do outro, quando, um pouco antes das 0630 o Aboukir sofreu uma grande explosão.

Uma testemunha declarou que: houve uma única explosão e a maioria pensou que o Aboukir atingira uma mina. Imediatamente os seus dois irmãos acercaram-se para resgatar os naufragos. Nem bem a faina de salvamento iniciara o Hogue "foi atingido, ambos os torpedos explodindo no mesmo lugar... O navio pulou como um cavalo bravo em um rodeio... Seguindo com o olhar as duas esteiras deixadas pelos torpedos, avistamos o periscópio do submarino".

"O Hogue desapareceu após seis minutos após ter sido atingido!"

"O Cressy aproximou-se e abriu fogo com as suas duas baterias contra o submarino". No meio da faina do salvamento, o Cressy foi atingido por dois torpedos a meio-navio e "afundou quase que imediatamente". Perderam-se no total 60 officiaes e 1.400 praças!

DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECA

Relação dos doadores do 2º trimestre de 2000

Capitão-de-Mar-e-Guerra (RRm) José Carlos de Sá e Benevides	430 volumes
Capitão-de-Mar-e-Guerra Fernando Cesar Diogo de Alcântara	32 volumes
Capitão-Tenente (T) Regina Boanerges Siqueira	1 volume
Altair Maria Gomes Amaral Mendes	1 volume
Arquivo Público do Governo do Paraná	1 volume
Carmélio dos Santos Vilela	1 volume
Ezequiel Ferreira Leito	1 volume
Liceu Literário Português	1 volume
Luiz Rátis Martins	1 volume
Pedro Carlos da Silva Telles	1 volume
Renato Amado Peixoto	1 volume
Serviço de Relações Públicas da Marinha	1 volume

PERIÓDICOS RECEBIDOS

ARGENTINA

Revista de História Naval – 1999

BRASIL

Segurança e Desenvolvimento – jan.-mar./2000

CHILE

Revista de Marina – jan.-fev., mar.-abr. e mai.-jun./2000

EQUADOR

Revista del Instituto de História Marítima – dez./1999

ESPAÑA

- Revista de História Naval* – out.-dez./99
Revista General de Marinha – jan.-fev. e abril/2000
Tecnologia Militar – mar./2000

ESTADOS UNIDOS

- Jane's International Defense Review* – mar.-abr.-mai./2000
Mariner's Mirror – mai./2000-
Proceeding – abr.-mar.-jun./2000
KTB Newsletter – fev.-mar./2000
Ships in Scale – mai.-jun./2000

FRANÇA

- Aerospatiale* – Abr.-mai., jun.-jul./2000
Armées D'aujourd'hui – mar./2000
Chasse-Marée – abr.-jun./2000

INGLATERRA

- Mercator's World* – mai.-jun./2000
Naval Forces – nov.-dez./99, jan.-fev./2000

ITÁLIA

- Rivista Marittima* – abr./2000
Rivista Militare – nov.-dez./99, jan.-fev., mar.-abr. e mai.-jun./2000

PORTUGAL

- Revista da Armada* – abr.-mai./2000
Revista de Marinha – abr.-mai./2000

NECROLÓGIO



OSWALDO MÚCIO VASCONCELLOS MAGALHÃES LIMA

Contra-Almirante

★ 15 de maio de 1935

† 07 de fevereiro de 2000

Oswaldo Múcio Vasconcellos Magalhães Lima nasceu em 15 de maio de 1935, no Estado do Rio de Janeiro, filho de Oswaldo Magalhães Lima e Julieta Vasconcellos Lima.

Ingressou na Escola Naval em 31 de março de 1951 e foi declarado guarda-marinha em 30 de dezembro de 1954.

Foi promovido a segundo-tenente em 10 de janeiro de 1956; a primeiro-tenente em 10 de julho de 1957; a capitão-tenente em 14 de julho de 1959; a capitão-de-corveta em 10 de dezembro de 1963 (A); a capitão-de-fragata em 15 de abril de 1969 (A); a capitão-de-mar-e-guerra em 30 de abril de 1976 (M); e a contra-almirante em 31 de março de 1983.

COMISSÕES: CT *Bauric*; NE *Guanabara*; NHi *Canopus*; NE *Custódio de Mello*; Comando do 3º Distrito Naval (Estado-Maior); Navio-Oficina *Belmonte* (Imediato); Gabinete do Ministro da Marinha (Assessor Parlamentar); Comando Naval de Brasília; Diretoria de Máquinas da Marinha; Serviço Nacional de Informações; Navio-Tanque *Marajó* (Comandante); Diretoria-Geral de Navegação (Chefe de Gabinete); Escola de Guerra

Naval (Instrutor); Adido Naval na Alemanha e Holanda; e como almirante: Gabinete do Ministro da Marinha; Estado-Maior das Forças Armadas (Subchefe de Gabinete) e 6º Distrito Naval (Comandante).

MEDALHAS E CONDECORAÇÕES:

Nacionais: Medalhas do Mérito Naval, do Mérito Aeronáutico, do Mérito das Forças Armadas, da Ordem do Rio Branco (todas quatro no grau de Comendador); Medalha do Mérito Militar no grau de Oficial; Medalha do Mérito Judiciário Militar no grau de Alta Distinção; Medalhas Mérito Tamandaré, Mérito Santos Dumont e Medalha do Pacificador; Medalha Militar de Ouro; Medalha Mérito Marinheiro com duas âncoras;

Estrangeiras: Medalha do Mérito da República Federal da Alemanha no grau de Grã-Cruz; Medalha da Ordem do Mérito Militar no grau de Grande Oficial (Paraguai) e Medalha Honorífica da Armada Nacional (Paraguai).

CURSOS: os de carreira (Tática Anti-Submarina, Controle de Avarias, Especialização em Máquinas, Cursos da Escola de Guerra Naval e Curso de Informações da Escola Superior de Guerra), além do de Relações Públicas pela Universidade Católica de Pernambuco.

Transferido para a Reserva Remunerada em 8 de janeiro de 1988 foi desligado do serviço ativo em 1º de março de 1988, com mais de 40 anos de bons serviços.

MEU IRMÃO MÚCIO

FERNANDO ROCHA
Capitão-de-Mar-e-Guerra (RRm)

Colegas de camarote na Escola Naval, fomos, desde 1951, mais do que amigos: irmãos de todas as horas.

Sempre bem-humorado, inteligente, de fina e elegante ironia, simples na prática da verdadeira grandeza.

Ele no violão e eu no piano, fazíamos a boa música na Escola Naval e nas noites de sábado em Copacabana e Vila Isabel. Com ele descortinei as músicas de Orestes Barbosa, Noel, Silvio Caldas... Quantas histórias poderiam ser contadas...

Considerávamos ter sido o convívio de camarote, os mais felizes e alegres momentos de aspirante; lembrando episódios, procurávamos reviver o tempo, como se não tivesse passado.

Já adultos, criamos nossos filhos juntos, sempre imbuindo-os de que o vínculo de

amizade, é "o melhor remédio para a vida", é o mais forte elo entre pessoas.

Para mim é difícil e doloroso escrever sobre ele, pois a sua memória está entrelaçada com outros entes queridos que já se foram.

Relembro dele na viagem de guardas-marinha, em Nova York, no Central Park, com meu pai e minha mãe, brincando com bolas de neve.

Todos já partiram...

Neste instante que escrevo, só o forte laço fraternal de perda prepondera, impedindo que outros aspectos possam ser abordados.

Para concluir, confesso que ao vê-lo deitado para a última viagem, não acreditando que fosse verdade, deu-me vontade de dizer ao seu ouvido: levanta, irmão, que este papel não te caiu bem.

MÚCIO, "PILOTO DE FÓRMULA UM"

LUIZ EDMUNDO BRÍGIDO BITTENCOURT
Vice-Almirante (Ref^o)

Foi em Brasília, nos idos de 1970/71, que nossas famílias se conheceram e passamos a ter um relacionamento maior que apenas colegas de farda.

Em 1980 fiz com minha esposa uma viagem de férias à Europa passando pela Alemanha Ocidental, por Bonn, onde Múcio morava e desempenhava, muito bem, as funções de adido naval junto à Embaixada brasileira.

Como sempre, muito atencioso e amigo, fez questão que ficássemos hospedados em sua casa. Passeamos às margens do Reno em seu automóvel, almoçamos em um pitoresco restaurante numa encosta junto ao grande rio, onde Múcio deu mostras que dominava perfeitamente o idioma local, graças aos seus estudos e esforços.

Dentro das suas atenções incluía levar-me, com minha esposa, ao aeroporto, um dos aeroportos que serviam Bonn. Saímos de casa, e como bons militares, com a devida lazeria e quando já estávamos a mais de meio caminho do aeroporto, alguma coisa em mim

mandou que eu verificasse as passagens... Surpresa! O aeroporto não era para onde nos dirigíamos e, se não me falha a memória, também havia um erro de hora (horário de verão?). De precavidos viajantes, passamos a atrasados, mas muito atrasados! Múcio olhou o relógio e disse que com um pouco de sorte ainda pegariamos o avião.

Aí o oficial de Marinha, sempre muito correto e comedido, elegante ao se trajar e uniformizar, transformou-se em um esportista, piloto de fórmula um, e saiu em disparada pelas magníficas estradas alemãs. Chegamos a 200 km/h? Talvez, se não, foi por pouco. No aeroporto largou (sim largou, não estacionou) o carro o mais perto possível da entrada e correu para o balcão da empresa aérea.

Tomamos o avião quando todos já estavam acomodados em seus lugares e a porta quase fechando!

Salve o Múcio, piloto de altas velocidades!

Uma lembrança inolvidável!

ERRATA

A data correta do falecimento do Vice-Almirante (IM-Ref^o) José Nunes da Silva Maia é 26 de agosto de 1999.

A *Revista Marítima Brasileira* apresenta as suas desculpas. (veja RMB do 1^o trim./2000 - p. 221)

Seja Sócio da Liga dos Amigos do Museu Naval

Criada em 19 de março de 1997, a Liga dos Amigos do Museu Naval (LAMN) proporciona a oportunidade de impulsionar e cooperar com as atividades culturais desenvolvidas no Brasil.

A LAMN tem o objetivo de promover o aprimoramento e desenvolvimento das atividades do Serviço de Documentação da Marinha, além de contribuir para ampliar a ação do Museu Naval, Oceanográfico, do Espaço Cultural da Marinha, dos Navios-Museus e demais departamentos do SDM, facilitando sua divulgação junto ao público.

A sua empresa ou o seu nome associado à LAMN é de importância fundamental para esta entidade cultural do País.

Mais informações

pelo tel.: (021) 870-6926 ou

Internet no endereço: <http://www.mar.mil.br/~sdm>

O nosso e-mail é 01@sdm.mar.mil.br

Liga dos Amigos do Museu Naval



Liga dos Amigos do Museu Naval

COLABORADORES

AE (Ref ^o)	Eddy Sampaio Espellet
VA (Ref ^o)	Luiz Edmundo Brígido Bittencourt
VA (Ref ^o)	Dimas Lopes da Silva Coelho
CA (RRm)	Mauro Vianna de Araripe Macedo
CMG (RRm)	Milton Sérgio Silva Corrêa
CMG (RRm)	José Corrêa de Sá e Benevides
FC	Manoel Carlos Corgo Ferreira
FC	Deolinda Oliveira Monteiro
	Dorita Dias Couto Ribeiro
Estagiária	Sabrina Passos da Silva Melo

SUMÁRIO

FORÇAS ARMADAS

AVIAÇÃO MILITAR

Aviação do Exército Brasileiro (293)

MARINHA DA ARGENTINA

Adeus, águas azuis (296)

MARINHA DA AUSTRÁLIA

Modernização das Fragatas Classe *Adelaide* (304)

MARINHA DO BRASIL

Uma força naval oceânica (309)

NOMES

NELSON

Derrota de Nelson em Tenerife (311)

POLÍTICA

GEOPOLÍTICA

Cenários estratégicos de hoje (312)

AVIAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO*

Tecnologia & Defesa nº 81 – 1999 – p. 28-40

Francisco Ferro

A Aviação do Exército foi recriada em 1986, com o propósito de melhorar o seu desempenho operacional.

Ao longo desses 13 anos de uma nova existência, a Aviação do Exército (AvEx) vem contabilizando uma série enorme de participações em atividades executadas pela Força nos mais diferentes níveis, seja em estabelecimentos de ensino e formação, seja em grandes manobras e outras previstas no Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro, o SIMEB. Afinal, a Brigada Ricardo Kirk (denominação histórica) age, sem descanso, em proveito de todo o Exército, mas, de certo modo, está intimamente ligada operacionalmente à 12ª Brigada de Infantaria Leve Aeromóvel devido às características de emprego desta.

Em agosto de 1994, houve a oportunidade de mostrar a capacitação atingida pela Aviação do Exército na Operação *Surumu*, levada a cabo em Roraima e destinada a desencorajar qualquer aventura contra a soberania nacional naquela parte do País (questionada com uma frequência preocupante em certos fóruns mundo a fora). Ali ficou evidenciado que o Exército tem condições de levar para a região recursos humanos e materiais prontos a enfrentar ameaças que venham a se descortinar. A AvEx teve um papel preponderante no exercício, comparecendo com 22 helicópteros que efetuaram deslocamento estratégico de concentração e desdobramento nos prazos previstos e vôos de infiltração e exfiltração de grupos de combate em um espaço geográfico que chega a ser maior que muitas nações.

Em setembro de 1995 e dentro de sua contínua preocupação com a segurança e integridade das fronteiras secas do Brasil que ainda

carecem de uma real ocupação, o Exército promoveu a Operação *Tarauacá*. A manobra abrangeu território pertencente ao Estado de Rondônia e a região conhecida como Cabeça do Cachorro, no Amazonas, e teve o concurso de Brigadas de Infantaria de Selva, Brigada de Páraquedista e Forças Especiais. A AvEx desdobrou lá duas forças de helicópteros com 12 aparelhos cada.

As experiências internacionais logo seriam adicionadas ao acervo de conhecimentos. Na edição de 1997 da Operação *Cruzeiro do Sul* os helicópteros do Exército operaram com aeronaves argentinas e uruguaias, o que trouxe o imperativo do planejamento e coordenação com membros de Forças Armadas de doutrinas não tão iguais. Sob os céus do Rio Grande do Sul, foram executadas missões de assalto aeromóvel, habilitações técnicas de pouso de assalto, navegação tática, maneabilidade de fração, navegação por contato rádio e vôos por instrumento e de formatura. O grande destaque, porém, ficou para a participação na Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPE), que monitorou as medidas para pôr fim ao conflito na Cordilheira do Condor, entre peruanos e equatorianos. A MOMEPE foi integrada pelo Brasil, Estados Unidos, Argentina e Chile. De 1997 a junho de 1999, os brasileiros voaram mais de mil horas (muitas com equipamentos de visão noturna – NVG de terceira geração), fazendo transporte de pessoas e cargas, fiscalizações, evacuação aeromédica e busca e salvamento.

A vocação, obviamente, é a de uma força militar, e para essa finalidade de emprego foi criada. Isso, no entanto, não tem impedido o engajamento do pessoal e dos helicópteros

* Resumo do artigo publicado na revista *Tecnologia & Defesa*.

da AvEx para socorrer pessoas, prestar ajuda a acidentados, auxiliar projetos de ministérios civis como as Operações *Asa Branca* e *Rio Branco* (Cimeira-Rio 99), entre outras.

Funcionamento

Sendo uma organização relativamente nova dentro do Exército, a Aviação tem experimentado um crescimento gradativo e firme. É a comprovação da mentalidade aeronáutica definitivamente instalada, e mais, respaldada pela consciência de que não existe uma moderna Força Terrestre que consiga levar adiante seus planos de adestramento ou de operações, desprovida de meios aéreos orgânicos, com doutrina própria.

A maior parte das unidades que compõem a Aviação do Exército está no interior paulista, em Taubaté. Um dos seus elos fundamentais, a Diretoria do Material de Aviação do Exército (DMAvEx), ligada ao Departamento de Material Bélico, funciona em Brasília (DF) e é o órgão responsável por atividades de cunho técnico-normativo.

A DMAvEx possui uma interação de caráter técnico com o Comando de Aviação do Exército (CAvEx), que subordina-se, operacionalmente, ao Comando de Operações Terrestres (COTer) e administrativamente ao Comando Militar do Sudeste. Após a última reorganização, o CAvEx está formado pela Base de Aviação de Taubaté (BAvT), pelo Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx), pelo Batalhão de Manutenção e Suprimentos (BtlMntSup), cujo padrão de excelência reflete-se, sem dúvidas, no recorde mundial de segurança de vôo alcançado pelas tripulações do Exército, e por quatro esquadrões de helicópteros.

Conforme determinação do Alto Comando do Exército, a função primordial dos esquadrões operacionais é o assalto aeromóvel (com tropa embarcada), seguida por missões de ataque, segurança, vigilância, reconhecimento e emprego geral. O material de vôo à

disposição é constituído por helicópteros HA-1 *Esquilo/Fennec* (AS-550A2), HM-1 *Panther* (AS-365K) e HM-2 *Black Hawk* (S-70A-36). Atualmente, a dotação dessas unidades caminha para ter uma mesma configuração. Isso significa que o 1º Esquadrão (Falcões), o 2º Esquadrão (Guerreiros) e o 3º Esquadrão (Panteras) estarão equipados com um *mix* de aeronaves HA-1 e HM-1, alinhando duas esquadrilhas de manobras (*Panther*) e uma de reconhecimento e ataque (*Fennec*), cada um. Saliente-se que as aeronaves da AvEx estão habilitadas a receber uma proteção blindada em partes vitais. Quanto ao armamento, são utilizadas metralhadoras 7.62mm e a tradicional, poderosa e eficiente .50, montadas lateralmente ou em *pods* e foguetes ar-terra SBAT-70. A possibilidade de confrontos ar-ar já foi considerada e suscitou a elaboração de procedimentos para as tripulações, mas devido às limitações do perfil de vôo dos aparelhos essa modalidade não é praticada com intensidade.

Algo diferente dos demais, o 4º Esquadrão (Onças) é, por enquanto, o único sediado fora da Base de Aviação de Taubaté. Seu aquartelamento fica em Manaus (AM) e a unidade caracteriza-se por uma série de detalhes, como ter de efetuar a manutenção, de 1º e 2º escalões – e às vezes até o 3º, com restrições de suas aeronaves e suas tripulações precisam estar capacitadas ao ambiente de selva e habitarem-se a voar numa das mais difíceis regiões do Brasil, quer em condições climáticas, quer nas distâncias, excessivamente longas. Sua organização conta com uma base administrativa e de apoio, uma esquadrilha de manobras (*Panther*) e outra de emprego geral (*Black Hawk*). No início de 2000, esperava-se a ativação de uma esquadrilha de reconhecimento e ataque com os *Fennec*. Como os demais Esquadrões, os Onças são altamente operacionais e suas peculiaridades incluem, também, freqüentes escaramuças com bandos armados de narco-traficantes, o uso de

NVGs (nos HM-2) e o empenho no desenvolvimento e aplicação do conceito de "Combate de Resistência", que preconiza o emprego de pequenas frações (emboscadas, ações de comandos, etc) contra um adversário tecnologicamente superior.

Quem são

Ver e viver a aviação como um Exército terrestre! Esta afirmação, talvez, seja a que melhor identifica o escopo dos integrantes do pessoal de vôo e de apoio da Aviação do Exército.

Conduzir um helicóptero abarrotado de soldados a altitudes que podem não ultrapassar os dois metros acima das copas das árvores, a velocidades médias de 200 km/h, costeando morros, usando o terreno como camuflagem, literalmente, e de olho no inimigo, que pode estar apenas a alguns metros abaixo, certamente requer alguma coisa especial. De qualquer forma, todos exigem um nível de preparo

técnico-psicológico simplesmente espetacular, haja vista que, em 13 anos, um único acidente fatal foi registrado. É uma vida profissional que começa, na realidade, muito antes, na Academia Militar das Agulhas Negras, pois ao futuro piloto do Exército é essencial a rusticidade e o conhecimento que é comum e próprio dos combatentes terrestres. As vagas são abertas a primeiros e segundos-tenentes de infantaria, cavalaria, artilharia e comunicações com um mínimo de dois anos de serviço e que vão submeter-se a rigorosos exames de saúde e testes psicológicos.

Conduzir helicóptero com soldados a dois metros acima das copas das árvores, a velocidades de 200 km/h, usando o terreno como camuflagem, e de olho no inimigo, que pode estar apenas a alguns metros certamente requer alguma coisa especial.

Os aprovados seguem para o Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx), sendo matriculados no Curso de Piloto de Helicóptero, de dez meses. Para esse fim, o CIAvEx conta com uma Esquadrilha de Helicópteros de Instrução (Pegasus) equipada com o *Helibrás-Esquilo* HL-350 L1. Nessa fase, já pilotos operacionais, são designados para uso dos esquadrões, e aqui termina qualquer semelhança com outros aviadores de asas rotativas. Passo seguinte é a volta à escola, ou o CIAvEx, para o Estágio de Pilotagem Tática de quatro semanas, com a prática de exercícios de combate com a execução de tiro, vôos sobre montanhas, desafiado, noturno, entre outros. Depois, de novo um esquadrão por cerca de dois anos.

O retorno ao centro de instrução é uma constante e o caminho natural. O Curso de Piloto de Combate (que só o Exército tem) é o próximo para os que permanecerem na AvEx. São mais quatro meses de estudos e práticas

de navegação tática, maneabilidade de aeronave e técnicas de operações aeromóveis (reconhecimento, ataque, assalto e segurança). Agora, os oficiais-pilotos podem, dentro de um esquadrão, ascender até ao comando de esquadrilhas. Nesse ponto da carreira, o posto de capitão já deve ter sido atingido e após a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), no Rio de Janeiro, o oficial poderá fazer o Curso Avançado de Aviação, lá no CIAvEx, que o habilitará ao planejamento de emprego de um esquadrão e assessorar o comando de grandes unidades quanto ao uso do elemento aéreo.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<FORÇAS ARMADAS> / Exército Brasileiro /; Aviação; Rev & Rev;

ADEUS, ÁGUAS AZUIS!

Boletín del Centro Naval da Argentina, nº 796, 4º trim./99, p.785-794

Manuel C. Giavedoni Pita*

"...O mar encerra para a Nação Argentina os mais vitais problemas; o mar será o veículo e a base da sua fortuna e de sua glória"

Almirante Segundo R. Storni

Com nostalgia e muita tristeza, no princípio de janeiro de 1999, assistimos, pela imprensa, a partida para seu destino final, o desmanche por mãos de um exército de trabalhadores, em alguma praia da Índia, do último grande navio de guerra de nossa Armada – o Navio-Aeródromo *25 de Mayo*.

Uma bela e patética fotografia original da *Nova Província* e publicada a 10 de janeiro de 1999 mostra a antiga nave capitânia, desprovida de suas antenas e canhões – como se fosse o escudo e a espada de um guerreiro rendido – enquanto era rebocada para o mar aberto.

Termina assim um ciclo histórico que começou há mais de 120 anos, por obra e inspiração do genial Presidente Sarmiento, com a chegada ao país da primeira Esquadra da era moderna. Com a baixa do *Veinticinco* e de algumas outras unidades capitais, a Armada Nacional voltou a ser uma força costeira.

NO COMEÇO, UM VISIONÁRIO

A vocação pelo alto mar de nossa Marinha de Guerra pode rastrear-se desde o cruzeiro de corso ao Pacífico do Almirante Brown e a circunavegação pela *La Argentina* de Bouchard, durante a Guerra da Independência, mas é a partir do governo iniciado em 1868 que esta vocação encontra seu curso definitivo.

Sob o risco de fatigar o leitor, vejo-me na obrigação de expor ligeiramente o conjunto de idéias-força que, nascidas de um punhado de argentinos esclarecidos, converteram o

país despovoado, de planícies intermináveis e que vivia de costas para o mar, em uma potência marítima de respeito, no breve espaço de 40 anos.

Como mencionei, nenhuma referência pode fazer-se a nossa Armada sem começar pelas idéias e ações do grande sanjuanino. Desde 1833, em seu primeiro contato com o mar, Sarmiento sente despertar em si mesmo o interesse por tudo que se relaciona com a atividade marítima que não o abandonará até a sua morte.

Este interesse e os estudos de todo tipo que desenvolveu durante anos a respeito da atividade naval transcende por sua profundidade e detalhe, o habitual para quem tenha decidido dedicar sua vida à política. Assim, Sarmiento se apaixona pelos novos sistemas de construção e propulsão navais, pelos novos desenvolvimentos em artilharia, torpedos e minas, pela aplicação da couraça nos navios, pelas mais modernas obtenções da ciência naval.

De alguns escritos de Sarmiento, há quem tenha compreendido que ele almejava para a nossa então nascente Marinha, um futuro de alto-mar, de "águas azuis", como os anglosaxões costumam dizer. Pessoalmente não o considero assim, como bem o demonstraria, em 1879, o Monitor *Los Andes*, assegurando os direitos argentinos na longínqua Santa Cruz. Porém creio que isto merece uma explicação mais profunda.

* Engenheiro, sócio do Centro Naval, mestre em Defesa Nacional na Escola de Defesa Nacional, professor de Estratégia da Escola Superior da Gendarmeria Nacional, membro da Academia de Estratégia e assessor no Senado da Nação argentina.

É desde pouco antes e durante a sua missão diplomática nos Estados Unidos que o eminente chefe toma conhecimento dos acontecimentos que deixariam nele uma profunda marca e que tanto desenvolveria o seu interesse pela guerra naval. Estes acontecimentos foram a tentativa espanhola de recuperar algumas de suas colônias no continente americano, operação que incluiu a invasão de Santo Domingo, no Caribe, assim como a ocupação das Ilhas Chinchas no Peru e o bloqueio de El Callao pela Esquadra do Almirante Pinzón em 1864, de um lado, e nada menos que a Guerra Civil norte-americana, de outro.

A impotência das jovens repúblicas latino-americanas frente ao poder de uma esquadra moderna, construída com ferro e propulsada por vapor, o comove profundamente e o leva a imaginar a situação a que se veria submetido nosso país ante ameaça similar. A Guerra da Tríplice Aliança*, em que o combate entre monitores brasileiros e fortificações paraguaias se converteu no mais importante da fase fluvial das ações, também causaria em Sarmiento grande preocupação e daria lugar a toda uma série de recomendações dirigidas ao governo nacional.

Os acontecimentos apontados o levaram a transmitir suas opiniões e constatações às autoridades argentinas mediante uma longa série de cartas. Entre estas, uma foi escrita ao ministro Elizalde, em 26 de setembro de 1865: "Entendo que a questão se reduz a este único problema que interessa a toda América: ou entra em um sistema de paz armada, construindo cada república Esquadras encouraçadas para um dia repelir ações marítimas ou, qualquer nação como a Espanha de hoje, que possuía um navio de guerra como o *Numancia* (fragata encouraçada espanhola), poderá impor a lei sem discussão possível pelos governos americanos¹".

Terminada a cruenta Guerra Civil norte-americana, Sarmiento praticamente se desespera tentando convencer o governo nacional a adquirir alguns dos inúmeros equipamentos militares que o governo dos Estados Unidos colocou em leilão, visando ao processo de desarmamento da imensa máquina militar que a guerra havia exigido. Ele se impressiona particularmente com o poderoso Monitor americano *Dunderberg*, finalmente adquirido em leilão por Francia, com suas 7.060 toneladas de deslocamento e 6,40 metros de calado, que julgava impossível usar no Rio Paraná, porém considerava suas possibilidades frente a um adversário menor como a antes mencionada *Numancia*.

A segurança do Estuário do Prata ante uma hipotética incursão espanhola o levou a recomendar insistentemente a fortificação de Martín García. Para isto insistiu com o Ministro Elizalde: "A aquisição de alguns canhões inventados recentemente deixaria a Ilha de Martín García capaz de resistir aos poderosos projetis sem os quais seria inútil a tentativa de defesa contra o ataque de navios de guerra encouraçados"².

Todas essas vivências o impulsionam, já em sua primeira magistratura, a levar adiante suas três criações fundamentais relacionadas com o Poder Naval argentino. São elas: a Escola Naval, o arsenal e parque de artilharia de Zárate e a Esquadra de ferro e aço.

O impulso de Sarmiento à Marinha Nacional iniciaria um movimento, continuado por seus sucessores, que não seria interrompido até o início da Segunda Guerra Mundial e cujas conseqüências modificariam a consideração que a Argentina obteria ante às principais potências mundiais.

A este respeito existe um detalhe, conhecido por poucos hoje em dia, que ilustra as

* N.R.: Para nós mais conhecida como Guerra do Paraguai.

1 Citado em Ratto, H. Craviotto, J. y. Burzio, H., *Sarmiento y la Marina de Guerra*, Departamento de Estudios Históricos Navais, Buenos Aires, 1963, p. 161.

2 *Ibidem*, p.154.

conseqüências que a chegada da primeira esquadra moderna ao país teve sobre a política internacional de nossa então jovem república. Desde os dias da independência, era usual que as grandes potências coloniais da época mantivessem forças navais no Prata em forma permanente, “de estação”, como se denominava na época.

Como acontecia nas regiões coloniais típicas (África, Oriente Médio, China, Oceania), as potências praticavam na nossa região, habitualmente, o que posteriormente foi chamado de “diplomacia de canhoneiras”, também representada em muitas novelas e até em filmes – *The sand Pebbles*³, titulado em nosso país de *O canhoneiro de Yang-Tse*, que foi uma obra prima do gênero.

Com a chegada ao país da força encabeçada pelos *Prata* e *Andes*, tal prática em nossas costas chegou ao fim. Assim relata Caillet-Bois: “A chegada dos reforços ao país foi importante para o mencionado acordo de limites com o Chile, em 1875. Porém eles tiveram uma conseqüência ainda mais proveitosa: a partir de então o nosso Prata deixou de ser freqüentado por Esquadras estrangeiras (inglesas, francesas e brasileiras) em atitudes de pressão, apoiando gestões *mais ou menos justas* de suas chancelarias⁴”

ENFIM, O ALTO-MAR

No período de 1880-83, a situação estratégica experimentou um novo progresso com a incorporação à nossa Esquadra, pela primeira vez, de um autêntico navio de guerra de alto-mar, o *Almirante Brown*, que foi denominado na época de corveta encouraçada. Com suas 4.200 toneladas e sua forte proteção, estava em condições de impor respeito a qualquer Esquadra colonial. Também foram incorporados cruzadores, transportes e torpedeiros e

tomou seu rumo definitivo a nossa orgulhosa Infantaria da Marinha de hoje.

O próximo momento importante para o nosso Poder Naval chegou em 1897-98. Ainda que anteriormente, no período de 1891-93, houvessem sido incorporados cruzadores, blindados de rio e torpedeiros, no final do século nosso país adquiria seus primeiros pré-*dreagnoughts*, os *Garibaldi*, *San Martín*, *Pueyrredón* e *Belgrano*. Também foi construído nessa época Puerto Belgrano, que seria o complexo militar mais importante da América Latina.

Não somente o país obteve o material que era imprescindível para enfrentar esta época de tensão, denominada de *paz armada*, como também foram tomadas providências sem precedentes na história. Assim o registra o nosso historiador: “As atividades navais desse período foram excepcionais. Navios aquartelados em pé de guerra, prontos para fazerem-se ao mar; trabalho dia e noite nas oficinas; adestramento de artilheiros; acumulação de materiais e apetrechos (entre eles 140.000 toneladas de carvão) e alistamento sigiloso de tripulações para trazer da Europa os últimos navios”⁵. (Que tempos aqueles!)

Como todos sabemos, o “abraço de Punta Arenas” entre os presidentes da Argentina e do Chile selou, em 1899, uma paz que, não obstante ásperas dificuldades, nunca chegou a se romper.

O objetivo desejado, o sonho de Sarmiento, já havia sido alcançado. Conta o Almirante Segundo Storni, na obra que constitui sua principal herança às nossas gerações: “Quando, em 1990, em virtude dos problemas de delimitação, chegamos a construir um grupo homogêneo e forte de navios de combate, uma autoridade naval européia disse em um anuário importante: ‘Essa força não seria de

3 Richard MC Kenna, *El Yang Tse en Iltamas (The Sand Pebbles)*, Editorial Bruçera S.A., Barcelona, 1973.

4 Caillet-Bois, Teodoro, *Historia Naval Argentina*, Emecé Editores, Buenos Aires, 1944, p.490.

5 *Ibidem*, p.516.

menosprezar como aliada ou inimiga, em caso de conflito⁶.”

ENTRE OS PRIMEIROS

Além disso e para manter o equilíbrio naval na região, após árduas discussões com a intervenção de destacados estadistas e o apoio de algumas das principais vozes da imprensa nacional, foi votada, em 1912, a lei que conduziria o país ao seu ponto de destaque em matéria naval, a incorporação dos *Moreno e Rivadavia*. Marcou-se também uma nova tendência a respeito da escolha do país que construiria os navios, pois eles vieram da grande potência nascente, os Estados Unidos.

A Primeira Guerra Mundial forçou um impasse na renovação do material, moderno em geral, com que contava nossa Armada. Situação que se rompe quando em 1926, sob a brilhante Presidência da República do Doutor Marcelo Torcuato de Alvear vota-se a Lei nº 11.378, de Renovação do Material Naval. Esta lei proporciona ao país seus primeiros submarinos e uma base destinada a eles, em Mar del Plata, incorpora também destróieres, cruzadores, transportes, avisos, aviões e apetrechos de todas as classes. Também se modernizam nossos *dreadnoughts*, *Moreno* e *Rivadavia*, modificando suas caldeiras para consumir combustível líquido.

Antes da Segunda Guerra Mundial, houve outras importantes incorporações – *La Argentina* entre elas –, que cobriram quase todo o espectro de necessidades navais incluindo a logística no mar. Porém, mesmo antes dessas incorporações, a nossa força naval encontrava-se entre as mais importantes do mundo, somente um escalão abaixo das potências navais tradicionais.

Um novo impasse foi imposto pela Segunda Guerra Mundial, ao fim da qual ocorreram novas incorporações à Armada, neste caso produto de enormes estoques acumulados pela grande potência do Norte.

Em 1958, talvez tardiamente em vista do nosso notável desempenho naval até então, nossa Marinha dá um passo comparável à incorporação dos encouraçados em 1897/98 e em 1914/16. Pela primeira vez, passou a ter a aviação de ataque embarcada. A *Independência* iniciou para nós esta nova etapa da guerra no mar e em seu convés de vôo, e no do hoje perdido *Veintecinco*, várias gerações de aviadores navais conseguiram somar o seu tradicional ímpeto à habilidade que, estamos intimamente convencidos, ainda hoje perturba o sono de muitos integrantes da Royal Navy que participaram da campanha de 1982*.

Mas nosso último grande navio de guerra se foi e o vazio que isto causou, pela perda material, ainda que não por vidas sacrificadas, se assemelha ao vazio que deixara nosso último grande cruzador, o *General Belgrano*, a “*vieja dama digna*” da nossa Marinha.

A DURA REALIDADE DOS NOSSOS DIAS

Considerando que a baixa do navio-aeródromo se soma ao desaparecimento de nossas unidades de desembarque (quem dera tivéssemos o *Cândido!*), à perda da capacidade de logística no mar, desfalcada com a saída de serviço da magnífica unidade que foi o *Punta Medanos*, o petroleiro de esquadra mais veloz do mundo em seu momento, e, posteriormente, pela baixa de outras unidades, e também a venda de YPF** e quem sabe quantas coisas mais, a situação da nossa Armada,

6 STORNI, Segundo R. *Interesses argentinos em el mar*. 2a edição, Ministério da Marinha, Buenos Aires, 1952, p.112.

* N.R.: A chamada guerra das Malvinas ou Falklands.

** N.R.: Yacimientos Petrolíferos Fiscales, a Petrobras argentina.

tendo em vista os objetivos que a animam há mais de um século, tornou-se crítica.

Resta ainda dizer que a capacidade de contraminação está reduzida e que nossa afamada Aviação Naval somente possui um punhado de aeronaves, cujas atividades encontram-se grandemente limitadas pela escassez de peças de reposição e a perda de pessoal especializado.

A outrora importante Esquadra de Rios, que chegou a contar com encouraçados e canhoneiras especialmente projetados para nossos cenários fluviais, somente existe nos livros de história. Seu escudo de armas, recordação da gloriosa jornada do Juncal, e seu lema "Glória aos vencedores nas águas do Uruguai" hoje somente enfeitam os decanos gêmeos da nossa Marinha, *Murature* e *King*, que, com mais de 50 anos nas costas, todavia, treinam cadetes e aspirantes e exibem nossa bandeira no estuário e, as vezes, no Paraná, porém raras vezes além de Santa Fé. Ao mesmo tempo, unidades fluviais da Marinha do Brasil visitam nossos portos fluviais do litoral norte com certa regularidade. Que distinta sorte de uns e outros! Alguém, em algum lugar, deve ter esquecido que nossos grandes rios são internacionais.

Em maio de 1997, por ocasião da comemoração do 75º aniversário de criação da Armada da República da África do Sul, as Corvetas *Parker* e *Rosalles* chegaram àquele país e participaram de um conjunto de exercícios junto com unidades de outras Marinhas amigas. Sua travessia transatlântica foi possível graças ao reabastecimento obtido de um navio de apoio brasileiro.

Os pilotos da aviação naval muito esporadicamente exercitam-se operando com o *Minas Gerais*. Com isto e os exercícios que periodicamente realizamos com forças anfíbias dos Estados Unidos, tentamos convencer-nos de que ainda somos do alto-mar.

NOSSA DOCTRINA PASSADA

O progresso naval impulsionado por Sarmiento no século passado, com sua correlata criação de centros de formação para pessoal de todas as hierarquias, com o tempo gerou os primeiros pensadores do Poder Naval argentino. Na primeira metade do século XX, destacou-se entre eles o Almirante Segundo R. Storni, que, em 1916, transmitiu suas reflexões em sua obra *Intereses Argentinos en el mar*. Justo no momento em que o país comemorava o centenário de sua declaração de independência, esse livro, em que a maioria das idéias expostas mantêm seu valor 80 anos depois, converteu-se em um marco, em um embasamento intelectual do mais importante Poder Naval que conheceu a América Latina em toda a sua história.

Algumas observações de Storni, com vistas à situação atual, merecem ser recordados. Assim comentava a respeito do que denominava Programa Naval Imediato: "Para a defesa próxima, isto é, assegurar os setores do Rio de Prata e Bahia Branca, necessitamos nesse instante, além de iniciar o estabelecimento naval de Tuyú, uma flotilha de seis submarinos, no mínimo; dois parques de aviação (sic); seis canhoneiras-mineiros ou lançaminas de mais ou menos 1.000 toneladas e 22 milhas de velocidade, abundante material de minagem que podemos construir no país..." Mais adiante agrega: "Os submarinos... apoiando-se no Tuyú poderiam fazer insustentável a permanência de uma Esquadra na boca do Prata e muito perigosa no interior da Baía Branca. Os aviões manteriam uma permanente vigilância para facilitar a ação dos submarinos." (Ainda que se custe a crer, isto foi escrito antes de 1916!)

Porém o que mais preocupava Storni, muito influenciado pelas idéias de A.T. Mahan, eram os pontos de apoio, as bases. Assim,

7 Storni, Segundo R., *Intereses Argentinos en el mar*, 2ª ed., Min. Marinha, Buenos Aires, 1852, pg. 109-110.

preocupado sempre em manter abertas as rotas marítimas comerciais do país, no que denominava Programa Naval de Longo Prazo, estabelecia⁸:

– Base principal e centro de defesa: San Clemente (Tuyú);

– Segunda Base: Deseado;

– Bases secundárias: Baía Branca, Madryn, Gallegos e Thetis;

– Pontos de refúgio: Mar del Plata ou Quequén, San Blas, proximidade do Cabo dos Bahías, Comodoro Rivadavia e San Julian.

O notável disto é que a maioria das localidades recomendadas por Storni 80 anos depois nem sequer podem operar como portos comerciais. De ancoradouros navais, com o apoio logístico necessário, melhor nem falar.

Aplicando exatamente o critério contrário ao que marca a *Lógica Paradoxal* de Edward Luttwak⁹, depois da febre privatizadora de 1990/93 à nossa Armada só restou, ao sul de Porto Belgrano, uma única base naval – sendo exceção o projeto de Porto Deseado – em Ushuaia, frente a costas estrangeiras no fundo do Canal de Beagle. Em todos os restantes (poucos) portos da Patagônia, as unidades de guerra devem pagar estacionamento aos concessionários privados, em caso de neles aportarem. Isto não seria tão grave se os recursos disponíveis para o funcionamento fossem maiores que os ridículos 70 e tantos milhões* por ano de que atualmente se dispõe.

A respeito das forças de superfície (naquele momento, como temos dito, as mais potentes da América Latina), Storni só aconselhava manter o equilíbrio de poder da região, claro, com a mirada sempre colocada em *two powers standard*.

Finalmente, para resumir o conjunto de valiosos ensinamentos que o grande almirante nos deixou, é interessante destacar, nesses nossos dias em que os poderes do Estado propõem-se a dirigir a ação das instituições armadas, para trabalhos tão diversos e distantes das atividades essenciais, como impedir que tribos do Caribe ou da África se matem entre elas como o fazem há séculos, controlar os contrabandistas no Golfo Pérsico, apagar incêndios, e coisas desse tipo, para as quais Storni advertia: “Existe boa fé, sem dúvida alguma, na crença de que a navegação mercante é uma boa escola para a Marinha de Guerra. Como iniciação é aceitável; porém, o marítimo de guerra somente pode formar-se no exercício da guerra: simulação de bloqueios, lançamento de minas, manobras táticas, *raids*, busca de inimigos, exercícios de tiro etc.”¹⁰

Cinquenta anos depois, a maioria dos conceitos de Storni eram ainda mantidos por quem, ao nosso juízo, foi o grande pensador do Poder Naval argentino da segunda metade do século XX, o prematuramente falecido Capitão-de-Navio José María Cohen.

Tanto quanto a Storni, preocupava-o a questão das posições, os pontos de apoio da força que serviam como braço de alavanca para aplicá-la, porém advertia que o valor estratégico de determinadas posições só existia pelas forças móveis apoiadas nessas posições.

O cerne da concepção do Poder Naval argentino que Cohen sustentava residia no balanço interno das forças, o que deveria medir-se em três aspectos: o componente flutuante da esquadra, a aviação naval e as forças anfíbias. Opinava que de nada servia possuir uma infantaria de Marinha de grande valor se

⁸ Ibidem, p.107.

⁹ Luttwak, Edward N., *Estratégia. La lógica de Guerra y Paz*, Instituto de Publicaciones Navales, Buenos Aires, 1992.

* N.R.: Equivalentes a US\$ 70 milhões.

¹⁰ Storni, Segundo R., *Interesses Argentinos en el mar*, 2ª Edición. Ministerio de Marina, Buenos Aires, 1952, p.79.

A CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA NAVAL DE 1993

não se contava com suficientes navios para transportá-la, protegê-la e desembarcá-la.¹¹

Cohen concordava com Storni em que as posições argentinas não eram muito vantajosas e, ainda que a nossa estratégia pudesse chegar a ser excelente, não faria maravilhas, porque necessitaríamos de forças em quantidade suficiente.

Se perguntássemos ao nosso estrategista de que forças e capacidades necessitávamos, respondia que essas eram a **capacidade de ataque aéreo embarcado**, isto é, contar com um navio-aeródromo, pois os alvos mais importantes de nossos potenciais adversários estão sobre o mar ou nas costas, e porque essa capacidade serve tanto para ataque quanto para defesa.

Devíamos também possuir **capacidade anfíbia**, pela mesma razão antes expressa e por que essa capacidade exerce uma ameaça difusa que pesa sobre toda a linha da costa, mantendo o adversário incerto e obrigando-o a dispersar suas forças.

Também era necessário possuir **capacidade de ataque submarino**, porque esse é o meio mais eficaz contra as forças navais pela sua capacidade de utilizar a surpresa e, por sua polivalência, serve contra qualquer alvo flutuante.

A quarta capacidade básica necessária, segundo Cohen, era a de **apoio logístico móvel**, ou seja, petroleiros rápidos, navios de abastecimento, etc., porque, devido à extensão de nossos possíveis teatros de operações e da relativa pobreza de posições adequadas, necessitaremos operar distantes de nossas bases.¹²

Vemos assim que a situação atual do Poder Naval argentino ficou claramente fora do estabelecido pela doutrina naval nacional há mais de um século.

O exposto acima não deve ser interpretado no sentido que se suponha que ignoramos o pensamento ou as previsões das práticas navais argentinas dos últimos anos. Mais ainda, temos acompanhado com interesse e particular atenção todas as iniciativas que têm ocorrido nos últimos dez anos; nesse sentido, nos interessa destacar o esforço que representou a elaboração do documento denominado *Concepção Estratégica Naval*, fonte, na ocasião, de controvérsias nos níveis militar e político.

Entre todas as valiosas considerações contidas no referido estudo, queremos destacar algumas idéias incluídas no Anexo V – A Armada de que o país necessita.¹³ Das expressões ali apresentadas resgatamos o previsto como capacidades navais básicas, e estas são:

- de dissuasão regional;
- de controle de mar;
- de desenvolvimento de meios sob os auspícios de organismos internacionais;
- de manutenção de uma presença efetiva e apoio à atividade na Antártica.

Fazendo um breve comentário acerca desta última previsão, estamos convencidos de que, desde o início da atividade antártica argentina, há quase cem anos, nosso país tem gasto muito e mal. Depois da última revisão do Tratado Antártico, o continente branco foi internacionalizado de fato e as reclamações da soberania de todos os países que não são potências – talvez todos, salvo os Estados Unidos – serão um dado anedótico. Por isso, apoiando as razoáveis previsões que o documento que

11 Cohen, José M., "Necesidad del Poder Naval, Estrategia Naval y medios", en *Revista de la Escuela de Guerra Naval*, N.10. Buenos Aires, febrero de 1979, p.137.

12 *Ibidem*, p.139.

13 *Concepção Estratégica Naval, Estado Mayor General de la Armada*, Buenos Aires, 1993, p.23-29.

estamos comentando faz a respeito do desdobramento de nossos navios quebra-gelos e outras valiosas iniciativas conexas, deveria ser muito prudente o manejo da inversão orientada para a presença na Antártida.

Voltando ao anterior, das três primeiras capacidades navais básicas surge a necessidade de contar com uma Força de Superfície com capacidade anfíbia e aeronaval, isto é, um navio-aeródromo e um grupo de escolta de seis navios pelo menos do tipo F; a capacidade anfíbia deveria ser tal que permitiria o transporte, a escolta e o reabastecimento de uma força tipo *Marine Expeditionary Unit*, uns 2.000 homens com seus meios de apoio.

Também se esperam contar com uma força de submarinos de seis unidades no mínimo, uma força de contraminagem com entre seis e dez unidades, e uma cobertura aérea do litoral próprio mediante aeronaves baseadas em terra e distribuídas em distintos pontos ao longo da costa.

O documento que analisamos também faz referência à necessidade de contar com bases, pontos de apoio, ao longo do nosso extenso litoral marítimo. Assim se menciona Mar del Plata e algum outro ponto a determinar ao sul de Comodoro Rivadavia (Porto Deseado?).

Este ligeiro repasse é mais do que suficiente para comprovar a semelhança do pensamento da condução naval de 1993 com o de Storny e Cohen, o que deve ser motivo de satisfação para os participantes; porém, ao mesmo tempo, não pode deixar de gerar profunda preocupação com vistas à realidade naval argentina de 1999.

CONCLUSÃO

Há outros dados da realidade atual que somam preocupações às já expressadas. A eliminação do Serviço Militar Obrigatório, de forma apressada e sem debate e sem que te-

tenham sido implementadas medidas adicionais, deixou o país com efetivos mínimos e reservas humanas com algum grau de instrução militar. Isto afetou apenas parcialmente a Armada, porém não podia deixar de ser considerado.

Durante o conflito armado de 1982, as Forças Armadas argentinas puderam contar com o apoio dos meios de diversas empresas do Estado, como a Elma, Aerolíneas Argentinas, YPF e outras. Além de qualquer juízo de valor acerca da importância real desse apoio, essas empresas foram privatizadas ou desfeitas e, no caso particular da frota mercante argentina, esta, na prática, deixou de existir através da troca de bandeira, ou da baixa das unidades por obsolescência. Não se conta atualmente com apoios deste tipo, o que aumenta a carga potencial sobre os meios próprios das Forças Armadas.

Não estamos aqui desejando enviar mensagens catastróficas, mas somente repassando dados da realidade e cotejá-los com o que apresenta o cenário estratégico internacional.

Somente nos preocupa a defesa dos legítimos interesses nacionais argentinos e a comoção que a partida do nosso último grande navio de guerra significa para o destino de alto-mar da nossa Armada.

Não está dita a última palavra. Depois da derrota de San Nicolás, em 2 de março de 1811, há quase 190 anos do momento em que estas linhas são escritas, podia parecer a qualquer observador daquela época que talvez não fosse destino da nascente república ter Marinha de Guerra, porém contávamos com Brown.

Após o desigual encontro de Monte Santiago, em 8 de abril de 1827, como recorda Caillet-Bois, “se perderam um dos últimos barcos de algum valor¹⁴; podia-se pensar que não haveria futuro naval para a República, porém tínhamos Brown”.

14 Caillet-Bois, Teodoro, *Historia Naval Argentina*, Emccé Editores, Buenos Aires, 1944, p. 318.

A galharda porém solitária presença da Guarda Nacional na sangrenta jornada do Paso de Cuevas, em 12 de agosto de 1865, poderia ter indicado que o país, com quase meio século de vida independente, não possuía vocação para o desafio do mar.

Porém chegou Sarmiento, e contou com De Gainza, Murature, Py e Guerrico, e logo vieram Avellaneda, Roca e Pellegrini, e com eles Victorica, Levalle, Cordero Lassere, Solier, García Mansilla e Rivadavia. Com o tempo, também chegou o impulso vital de Marcelo Torcuato de Alvear e Domecq García.

Cabe-nos agora extremar nossos esforços, cada um em sua seara, para manter vivo o espírito que sempre animou a Armada, e

esperar confiantes a chegada, ao primeiro nível político, do nosso próximo Sarmiento, o estadista que conduzirá a tão esperada recuperação. Entretanto, nem por um momento devemos permitir que os potenciais Murature, Guerrico e Domecq García que hoje integram as fileiras da Instituição sejam vencidos pelo peso das limitações que enfrentamos e percam a vocação, único fator que nos poderia negar o retorno às águas azuis, ainda que seja a longo prazo, e, finalmente, que a antiga lenda em bronze que decorou a frente da torre do *Veintecinco* – e antes a do cruzador homônimo –, “*Juremos com gloria morir*”, receba outra vez, instalada sobre uma unidade de alto-mar as brisas e borrifos do alto-mar.

N.R.: SERÁ O CASO DO BRASIL?

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ARTES MILITARES> / Marinha da Argentina /; Estratégia /; Poder naval; Argentina; Rev & Rev;

MODERNIZAÇÃO DAS FRAGATAS CLASSE *ADELAIDE**

Rivista Marittima (Itália) – 11/99 – p. 163 – 172

Em 1966 a Royal Australian Navy (RAN) e a Royal Navy (RN) iniciaram os estudos de um projeto integrado de um contratorpedeiro, o *DDL*, com ênfase na capacidade antiaérea, mas também dotado de alguma capacidade ASW e ASUW.

Conceitualmente, o projeto se inspirava no Contratorpedeiro (CT) “Tipo 42” da RN, com dimensões ligeiramente inferiores e mesmo sistema propulsor, em configuração COGOG, com um duplo hangar aéreo, destinado a receber dois helicópteros *Linx*. Atenção especial foi dada para a autonomia, fixada em 6.000 milhas náuticas a 18 nós, consideradas as exigências específicas da RAN. O esboço do projeto definitivo teve início em 1970, com

o propósito de implementar a primeira unidade em junho de 1975. Em 1973, porém, um novo governo de inspiração trabalhista decidiu protelar cada decisão relativa ao Programa DDL, que, ao invés, veio a ser cancelado no ano seguinte. Na realidade, como já acontecera com o contratorpedeiro do tipo *Charles F. Adams*, se decidira recorrer ao mercado americano, que na época podia oferecer as novas unidades de escolta oceânica do tipo *Oliver H. Perry*. Para tanto, em fevereiro de 1976, a RAN encomendou aos Estados Unidos as duas primeiras unidades da classe, às quais foram atribuídos os indicativos visuais FFG 17 e FFG 18, na ordem sequencial adotada pela US Navy. As duas unidades construídas no

* N.R.: Tradução e adaptação pelo Vice-Almirante (Ref^o) Dimas Lopes da Silva Coelho, com revisão efetuada pela Empresa Gerencial de Projetos Navais – ENGEPRON –, do artigo completo publicado na *Rivista Marittima*.

estaleiro Toddy, em Seattle, tomaram, posteriormente, os nomes de *Adelaide* (F 01) e *Camberra* (F 02). A essas, em novembro de 1977, foi acrescentada a *Sydney* (F 03), inicialmente conhecida como FFG 35. A necessidade de substituir os últimos contratorpedeiros da classe *Daring* modificado levou, em abril de 1980, ser encomendada nos Estados Unidos uma quarta fragata, a FFG 48, depois denominada *Darwin* (F 04). Enfim, em setembro deste mesmo ano, o governo australiano anunciou que as unidades estabelecidas para substituir as fragatas da classe *Yarra* também seriam da classe *Perry*, a serem construídas na Austrália. Para tanto, em 1983, foi autorizada a construção da *Melbourne* (F 05) e da *Newcastle* (F 06), nos estaleiros de Williamstown. Estas últimas, como ocorrera com a *Darwin*, sofreram durante a construção uma modificação no projeto original no que respeitava ao convés de vôo da popa, que foi ampliado de modo a poder receber dois helicópteros *Sikorsky S-70B-2 Seahawk*. As outras unidades já em serviço, também num segundo estágio, receberam modificações análogas no âmbito do chamado programa HMP (Helicopter Modifications Programme), com 12 meses de duração, completado, respectivamente, em fevereiro de 1989 para a *Sydney*, em novembro do mesmo ano para a *Adelaide* e, em dezembro, para a *Camberra*.

De um ponto de vista operativo, não pode ser esquecida a participação na Guerra do Golfo de três unidades dessa classe, mais precisamente a *Adelaide*, a *Darwin* e a *Sydney*. O que, posteriormente, se tem repetido através da presença de pelo menos uma fragata na região.

As unidades da classe *Adelaide* representaram por diversos anos o núcleo mais numeroso e homogêneo das unidades de superfície da Marinha australiana. É de se destacar, porém, que as *Adelaide* repetiram a tecnologia, sistema de armas e sensores, típicos das *Oliver H. Perry*, entradas em serviço

há 20 anos ou mais, e cujo sistema de combate se tem tornado progressivamente obsoleto.

Daí a necessidade de submeter estas fragatas a um programa de modernização, recentemente aprovado pela RAN e que procuraremos examinar agora mais detalhadamente.

O PROGRAMA FFG UP

A questão da manutenção da eficiência das fragatas classe *Adelaide* e os custos relativos foram tomados em consideração pela RAN ao final de 1987, mas somente nos primeiros anos da década de 90 a Marinha australiana procurou a sua solução com a implementação do programa de modernização denominado FFG Upgrade Project, previsto para os anos 1993-94. Quase que contemporaneamente, entre 1993 e 1996, a RAN providenciou a análise da capacidade operativa das principais unidades em serviço, mediante um programa específico denominado SCFS (Surface Combatant Force Study), que tinha em referência a evolução das ameaças na área do Pacífico. Dentre as conclusões, surgiu a decisão de que as *Adelaide* deveriam dispor de uma capacidade operativa maior. Em consequência, o programa FFG tornou-se mais completo, ajustando as soluções técnicas necessárias à manutenção da eficiência de cada unidade, e também a ampliação da capacidade operativa, seja defensiva, seja ofensiva.

Ao mesmo tempo, a RAN previu a ampliação da vida operativa das primeiras quatro fragatas. Estas últimas já tinham sido submetidas a um programa específico e a sua retirada de serviço foi postergada para 2008-2012. Graças ao novo programa as quatro primeiras unidades tiveram a sua data de saída de serviço estendida para 2019 a 2021, na prática o mesmo período já previsto para as duas unidades mais recentes. Apropriados estudos efetuados têm evidenciado que uma vida operativa equivalente a 35 anos é compatível

com os limites estruturais do projeto e também se deverá levar em conta os efeitos de rachaduras nas superestruturas o que sempre afetou as fragatas da classe *O.H.Perry*.

O programa FFG UP, oficialmente conhecido na Austrália pela sigla SEA 1390, foi definitivamente aprovado em 1994. No ano seguinte, os quatro candidatos iniciais à adjudicação do programa se reduziram a dois; o grupo Transfield Defense Systems Pty Ltd (hoje transformado em TENIX Defense Systems) e o ADI Limited. Os dois contendores têm desenvolvido um estudo concernente à possível solução alternativa e cujos resultados serão, ao final, analisados e avaliados pela RAN. A decisão de adjudicar o programa à equipe da sociedade liderada pelo grupo ADI foi revelada pela nota de 13 de novembro de 1998, enquanto em 1º de junho passado foi firmado o contrato definitivo, por um valor de 897 milhões de dólares australianos. Segundo o que afirmou o ministro da Defesa australiano, John Moore, a participação das empresas locais supera em 60% o valor do contrato, com importantes implicações do ponto de vista tecnológico nos setores do sistema de combate e do sistema de armas.

As principais finalidades do programa de modernização compreendem:

- potencialização da proteção contra mísseis antinavio, torpedos e minas;
- aumento da capacidade ofensiva;

- melhoria da eficiência geral das unidades;

- redução do custo operativo, da manutenção e do apoio; e

- melhoria das condições de vida para a tripulação.

Para satisfazer a tais requisitos a equipe dirigida pelo grupo ADI propôs um programa de modificações muito moderado com relação ao do concorrente, e escolheu parceiros industriais, com um profundo conhecimento do projeto original. Para a modificação das estruturas das unidades decidiu louvar-se na experiência da Gibbs & Cox, que projetou o casco da *O.H.Perry*, enquanto que, para o desenvolvimento do sistema de combate foi escolhida a Lockheed Martin Government Electronic Systems, também essa envolvida no projeto inicial das unidades da US Navy. Em especial, o programa FFG terá em referência, principalmente, o sistema de combate, o armamento e os respectivos sistemas eletrônicos de controle, os equipamentos de comunicações e de guerra eletrônica, além dos auxiliares de bordo.

O sistema de combate, ou seja, o JTDS original (Joint Tactical Data System), posteriormente denominado WSS (Weapons Support System), uma versão limitada do sistema NTDS (Naval Tactical Data System) instalado nas principais unidades da US Navy, virá a ser modificado e atualizado graças à

FRAGATAS DA CLASSE ADELAIDE

Indicativo visual	Nome	Contrato	Lançamento	Em serviço
F01	<i>Adelaide</i> (Ex. FFG 17)	29/7/1977	11/6/1978	15/11/1980
F02	<i>Camberra</i> (Ex. FFG 18)	1/3/1978	1/12/1978	21/3/1980
F03	<i>Sydney</i> (Ex. FFG 35)	16/1/1980	26/9/1980	29/1/1983
F04	<i>Darwin</i> (Ex. FFG 48)	3/1981	26/3/1982	21/7/1984
F05	<i>Melbourne</i>	12/7/1985	5/5/1989	15/2/1992
F06	<i>Newcastle</i>	21/7/1989	21/2/1992	11/12/1993

adoção de uma rede de fibra ótica denominada FFDI-LAN (Fibre Distributed Data Interface-Local Area Network) e de um novo console Lockheed Martin "AN/UYQ-70". Este último virá a substituir o original "OJ-194/197", com um notável salto qualitativo em termos de confiabilidade, capacidade operativa e redundância, podendo, por outro lado, permutar, além disso, as suas funções em caso de necessidade. O FFDI, por sua vez, permitirá incrementar, de maneira substancial, o fluxo de informações provenientes dos diversos sensores de bordo, além dos de outras plataformas, permitindo, assim, a adoção de novos equipamentos, sem implicar em substancial modificação no *hardware* do sistema de combate.

Os atuais sensores de busca e de direção de tiro contra alvos aéreos e de superfície virão a ser em parte substituídos e em parte modernizados. O sistema de controle de tiro MK 92, que apresentou problemas de perda de confiabilidade, será adaptado para o Mod 12. Este último, que foi desenvolvido pela Raytheon, representa uma versão potencializada em relação àquela instalada nas mais recentes unidades da classe em serviço na US Navy (Mod 6), e permitirá também a aquisição e o acompanhamento de alvos rápidos e de pequenas dimensões, incorporando tecnologia *stealth*, em condições ambientais adversas. Melhoramentos análogos serão feitos no radar de busca aérea "AN/SPS-19", que acompanhará o padrão "19(V)1", enquanto o radar de busca de superfície "NA/SPS-55" terá modificações menores. Enfim, para reduzir o tempo de resposta e garantir uma defesa integrada, será adotado também um sistema automatizado de detecção, identificação e acompanhamento de alvos, denominado RIADT (Radar Integrated Automatic Detect and Tracking Sistem), desenvolvido pela companhia australiana CEA Technologies.

Tal capacidade da defesa antimísseis, além dos sistemas de armas embarcados, constitu-

ídos pela rampa simples "Mk 13" para mísseis superfície-ar Standard SM-1 (e antinavio *Harpoon*) e pelo canhão OTOBreda de 76/62, será instalada na seção de proa, por ante a vante do complexo Mk 13, que é um sistema de lançamento vertical (VLS) Lockheed Martin Mk 41, com oito casulos. Isso possibilitará o emprego, seja do míssil ESSM (Evolved *Sea Sparrow* Missile), seja, eventualmente, a versão SM-2 do míssil *Standard*. Cada casulo estará em condições de alojar 4 ESSM, cuja entrega à RAN está prevista para 2000, com instalação inicial nas fragatas classe *Anzac*.

Nas comunicações, já modernizadas nos últimos anos, o programa FFG UP prevê a ajustagem ao padrão do atual link naval Link 11 com o Link 16, interforças, enquanto no setor de guerra eletrônica os atuais equipamentos ESM AN/SLQ-32(V)2 e ECM Elbit EA-2118 deverão ser substituídos por um complexo integrado a ser selecionado. Fontes jornalísticas citam a tal respeito o APECS III, produzido pela ARGO (Condor Systems).

No campo dos sensores para a guerra submarina, a Thomson Marconi Sonar providenciará o fornecimento e a integração de todo o camarim, compreendendo o sonar para a navegação em águas rasas e o caçador de minas TMS 5454 Petrel, o antitorpedos TMS 4550 SEA Defender e o sonar de fundo TMS 2633 Spherion em versão melhorada. Este último, que deverá substituir o atual SQS-56, representa uma versão mais avançada do modelo B instalado nas *Anzac*. O Sea Defender permite a detecção e a classificação automática das ameaças, sugerindo a manobra de evasiva oportuna e o emprego das contramedidas necessárias. Não foi tomada até agora qualquer decisão a tal respeito, mas é provável que o sistema de contramedidas escolhido possa ser o SLQ-25A Nixie, ao qual deverão ser acrescentados os despistadores de tipo não especificado, utilizados no sistema lança foguetes SRBOC.

O programa de modernização considerará, enfim, toda uma série de modificações de

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS FRAGATAS DA CLASSE ADELAIDE

Deslocamento (t)	4100(*)
Dimensões (m)	138,1X13,7X4,5(7,5)
Propulsão	2 turbinas à gas "GE LLM 2500" 41000 hp(30.175 kw) 1 eixo
Velocidade (nós)	29 (máx.)
Autonomia	4500 mn a 20 nós
Tripulação	184(15 oficiais)
Helicópteros	2 Sikorsky Seahawk, ou um Seahawk e um Acrospatiale Squirrel

Antes da modernização

Depois da modernização

Armamento	1 LM "Mk 13 Mod. 4" para SSM Harpoon e SAM "Standard SM-IMR". 1 OTOBreda 76/62. 1 GE "Vulcan Phalanx Mk 15" 2 X 3 Tls "Mk32 de 324mm. 4 - 6 metralhadoras 12,7 mm	IVLS "Mk 41" 8 casulos para SAM "ESSM". LM "Mk 13 Mod 4". 1 OTOBreda 76/62. 1 GE "Vulcan Phalanx Mk15". 2 X 3 Tls "Mk 32" de 324mm. 4 - 6 metralhadoras 12,7 mm.
Contra-medidas	2 Loral Hycor SRBOC "Mk 36". 2 X 4 Ir.despistador BacA "Nulka" (#).	2 Loral Hycor SRBOC "Mk 36".
Elétrica Sistema de Combate	NCDS.	NCDS melhorado.
Radar	Busca aérea Raytheon "SPS 49".	Raytheon "SPS-49A(V)1".
Superfície/Navegação	ISC Cardion "SPS-55".	ISC Cardion "SPS-55".
Tiro	Lockheed "SPG-60". Sperry "Mk.92 Mod. 2.	Lockheed "SPG-60". Lockheed Mart. "MK92 Mod. 12".
Sistema E/O de Tiro	Radamec 2500(#).	Condor Systems "APECS III" ?
ESM	Raytheon "SLK-32C".	Condor Systems "APECS III" ?
ECM	Elbit "EA-2118".	TMS 2633 "Spherion"
Sonar	Raytheon "SQS-56".	Melhorado. TMS 5424 "Petrel". TMS 4550 "Sea Defender".

(*) As *Adelaide* eram já ultrapassadas com o programa HMP de 3750 à 4100 t de deslocamento a plena carga. O novo programa procurará manter praticamente inalterados estes valores, mas, com os trabalhos terminados, será fácil atender a qualquer pequeno aumento em termos de deslocamento.

(#) Os lança-foguetes, os simuladores autopropulsivos Nulka e a direção de tiro eletro-ótica Radamec 2500 foram adotados fora do programa FFG UP.

caráter geral, entre as quais melhoramentos nos geradores elétricos e no sistema de acondicionamento interno, além de uma revisão nos alojamentos, com o objetivo de melhorar o conforto da tripulação.

Com a assinatura do contrato, a equipe da sociedade dirigida pelo grupo ADI deu início à fase do desenvolvimento detalhado do projeto que deverá concluir-se em 2001, quando a primeira unidade, a *Adelaide*, iniciará o ciclo de trabalhos em dique, com duração prevista de 50 semanas.

Seguir-se-á uma fase de avaliação, cujo resultado positivo permitirá estender as modificações às unidades gêmeas, graças a um ciclo de trabalhos de duração de 38-40 semanas, que interessará, em sucessão, à *Cambera*, à *Sydney*, à *Darwin*, à *Melbourne* e, por fim, à *Newcastle*. Esta última deverá ter seus trabalhos completados antes do final de 2005.

Segundo as intenções do Departamento de Defesa australiano, todas as seis unidades deverão ser submetidas aos trabalhos necessários junto aos estaleiros ADI em Garden Island (Sydney) na costa ocidental. Dado ao entendimento da RAN de efetuar os trabalhos nas próprias unidades, possivelmente nas proximidades de suas bases, é provável que uma parte das fragatas venha a ser modernizada na costa oriental. Isto requererá subempreitar trabalhos em estaleiros navais locais do grupo Tenix, os únicos autorizados a desenvolver este tipo de atividades na

RAN. É necessário enfim lembrar que, quase em paralelo ao programa FFG UP, a Marinha australiana está implementando outras modificações concernentes às fragatas *Adelaide*. Deve ser lembrada, por exemplo, a adoção do sistema electroóptico de esclarecimento e designação de alvos, sejam de superfície ou aéreos, Radames 2500, cuja instalação deverá ser completada no final do corrente ano. Para o futuro próximo, está prevista a adoção do *decoy* auto-propulsivo Nulka, um sistema sonar rebocado ativo/passivo de baixa frequência LFAPS (Low Frequency Active Passive Sonar), além de um complexo embarcado para o adestramento dos sistemas eletrônicos, desenvolvido pela companhia americana AAI.

Além da US Navy e da RAN, as unidades do tipo *O. H. Perry* também encontram-se em serviço nas Marinhas espanhola, egípcia, turca e na de Taywan, enquanto outras poderão adquiri-las em breve. Em passado recente, diversos grupos têm desenvolvido pacotes apropriados de modificações relativos a tais unidades, mas até agora nenhum deles se concretizou. A decisão da RAN de submeter as suas fragatas a este programa de modernização abre, então, pelo menos em perspectiva, notável oportunidade a nível mundial para a equipe capitaneada pela ADI, a qual, não esqueçamos, pode, além disso, contar com o suporte de importantes companhias americanas.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS> / Marinha da Austrália /; Fragatas; Modernização; Rev & Rev;

UMA FORÇA NAVAL OCEÂNICA

O Globo (Brasil), edição de 30 de agosto de 2000*

Eduardo Italo Pesce

Ao contrário do que vêm afirmando reportagens veiculadas pela imprensa, os objetivos da Política de Defesa Nacional

anunciada em novembro de 1996 não só justificam, como tornam imperativa a existência de um ou mais navios-aeródromo em

* Publicado também no *Monitor Mercantil* de 2/9/2000 - p. 8.

nossa esquadra. Já em 1997, o então Ministério da Marinha fez publicar um documento de caráter ostensivo, denominado "Política de Defesa Nacional: o Poder Naval", no qual as diretrizes da PDN 96 são explicitadas em função das peculiaridades das forças navais. Com a atualização daquela política, ora em curso no Ministério da Defesa, as três forças singulares deverão elaborar documentos similares, ajustados à realidade do início do século XXI. Muito antes da PDN 96, porém, a Marinha do Brasil já tinha uma política de defesa e uma visão de futuro. A sistemática do Plano Diretor da Marinha prevê a aplicação de recursos, para atingir metas de prazos curto (Marinha atual), médio (Marinha do amanhã) e longo (Marinha do futuro).

A manutenção de uma força naval balanceada, com alguma capacidade oceânica, é, portanto, fruto de uma concepção estratégica naval de potência média, que aspira a ascender à condição de grande potência no futuro. Seria miopia estratégica classificar tal visão de simples corporativismo ou cópia de modelos estrangeiros. Trata-se, isto sim, de um elevado nível de profissionalismo, reconhecido e respeitado internacionalmente.

O peso estratégico do Brasil no Atlântico Sul é, no mínimo, semelhante ao da Índia no Oceano Índico e ao da China no Mar da China Meridional. Só que esses dois países investem parcelas bem maiores do PIB em sua defesa.

É preciso compreender que o Brasil não é como Portugal ou o Uruguai, países de peso e dimensões muito menores, e que a busca da autonomia estratégica e a construção da potência (em todos os campos do poder, inclusive o militar) são conseqüências inevitáveis

de nosso gigantismo, e não, como poderia parecer, fruto de uma opção agressiva. Infelizmente, em nosso país certas lideranças preferem (ou fingem) acreditar no discurso ideológico da globalização e do fim do Estado nacional.

Entre os detratores da existência, na Marinha do Brasil, de navios-aeródromo e aviação embarcada encontram-se os entusiastas do Poder Aéreo baseado em terra e os defensores de uma Marinha constituída apenas por submarinos e por unidades de superfície de emprego costeiro, como a Marinha soviética no final dos anos 50. Há, porém, os que defendem a manutenção de uma força naval balanceada, por enquanto de porte modesto, mas capaz de representar os interesses nacionais no exterior (na parte oriental do Atlântico Sul ou em outros oceanos), em tempo de paz, e de servir como embrião de uma verdadeira Marinha oceânica no futuro. Esta Marinha deverá incluir não só submarinos de propulsão nuclear, como também uma Esquadra de superfície nucleada em navios-aeródromo, além de uma força anfíbia adequada.

Desde os anos 70, o Brasil deixou de ser uma potência regional e tornou-se uma potência média com interesses mundiais, o que o tornou particularmente vulnerável a pressões externas. O estágio seguinte seria a ascensão à condição de grande potência. Nosso país não poderá ser eternamente um grande Estado periférico. Se não migrar da periferia para o centro, tornando-se uma potência mundial sem interesses hegemônicos, o Brasil estará provavelmente destinado ao lixo da História. Nossa geração, que já está testemunhando a desagregação da sociedade, poderá assistir, em alguns anos, ao colapso do Estado nacional brasileiro.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS> / Marinha do Brasil /; Poder Naval; Rev & Rev;

DERROTA DE NELSON EM TENERIFE

Revista de Historia Naval (Espanha), 1999, p.115-117

Fernando de la Guardia Salvetti

Em 25 de julho de 1999, completaram-se 202 anos que as tropas e a guarnição da Ilha de Santa Cruz de Tenerife frustraram o intento de conquistar a ilha sob as ordens do Contra-Almirante Nelson.

Após a derrota naval espanhola em Cabo San Vicente em 14 de fevereiro de 1797, a Esquadra inglesa sob o comando do almirante tentou bloquear e logo atacar a cidade de Cádiz, mas um grupo de excelentes marinheiros sob as ordens de Don José de Mazarredo resistiram ao ataque combatendo com vigor e energia as tropas inglesas.

Meses mais tarde, Nelson, cansado e entristecido pelo acontecido em Cádiz, teve notícias da chegada a Santa Cruz de Tenerife de um navio espanhol procedente do México com dinheiro e ouro do Tesouro espanhol. O apresamento destes navios era o preferido pela Inglaterra, dada sua rentabilidade econômica.

Estrategicamente, o plano de Nelson era mais ambicioso, pois incluía a Ilha de Santa Cruz de Tenerife e o resto das Canárias. Sempre impaciente, seguro de si mesmo e transbordante de elogios pela sua brilhante atuação em San Vicente, decidiu apoderar-se do navio espanhol e continuar com o plano que havia traçado, embora sabendo que o porto contava com fortes defesas e a ilha se encontrava protegida por fortificações em toda a sua volta.

Em 14 de julho, Nelson recebe ordens do Almirante inglês Sir John Jervis de lançar-se ao mar e atacar Santa Cruz de Tenerife. A expedição era composta por oito navios de guerra: *Theseus* (74 canhões), navio com a insígnia do Almirante Nelson; *Culloden* (74 canhões); *Zealous* (74 canhões); *Leander* (50 canhões); *Terpsichore* (32 canhões); *Seahorse* (38 canhões), *Emerald* (36 canhões), e o *Cúter Fox*. Partiram de Cádiz em 15 de julho

de 1797. O almirante havia previsto atacar na noite de 21 para 22 de julho de surpresa, mas a intensidade do vento e a corrente frustraram o ataque. A defesa da ilha havia sido meticulosamente organizada pelo General Antonio M. Gutiérrez.

Ao amanhecer, duas ondas de lanchas inglesas tentavam desembarcar na costas de Tenerife, mas os vigias e defensores da ilha se deram conta do intento de desembarque e as rechaçaram; isto fez com que as tropas britânicas se retirassem com seus barcos pela noite, frustrando-se o segundo ataque à ilha.

As horas seguintes foram de tensa espera; Nelson planejou novamente um ataque noturno para a noite de 24 de julho, que seria dirigido pessoalmente por ele. Mas o General Gutiérrez, conhecedor dos planos de Nelson, teria alertado a guarnição da ilha e a artilharia de costa para rechaçar o desembarque, tornando quase impossível qualquer intento de desembarcar no porto ou praias próximas. Às 22h30, cerca de 700 soldados ingleses tentam desembarcar nas costas de Tenerife, mas a obscuridade da noite, a forte corrente e grande quantidade de baixios próximos à costa tornaram muito difícil atingir o objetivo. Apesar de tudo, cerca de 300 ingleses sob o comando do General Troubrigde conseguiram alcançar a cidade, embora de forma totalmente desorganizada e apenas com armamento, pelo que foram cercados e acabaram rendendo-se. Mas o ataque seguiu adiante e logo se produziria uma sangrenta luta corpo a corpo entre atacantes e defensores da ilha. No instante de colocar o pé na terra, Nelson caiu gravemente ferido pelos disparos do canhão do navio espanhol *Tigre*, sendo imediatamente levado pelo *Cúter Fox*, que seguia ao lado das lanchas com reforços. No navio insígnia *Theseus* foi atendido por dois cirur-

giões, que lhe amputaram o braço ferido. O desembarque foi um desastre, o Cúter *Fox* afundou em meio a um pavoroso incêndio, morrendo mais de 250 homens. Por todas as partes, os sucessivos ataques à ilha e os planos de Nelson foram rechaçados pelo General Antonio M. Gútierrez, que havia organizado meticulosamente a defesa da ilha.

Em 25 de julho, Nelson tomou consciência do fracasso de conquistar Santa Cruz de Tenerife. Desanimadas e sem forças, as tropas britânicas solicitaram o diálogo. Deu-se uma honrosa capitulação, reembarcando-se com todas as honras. A capitulação incluiu o compromisso de Nelson de não voltar a

atacar as Canárias. Na tarde de 16 de agosto, Nelson reuniu-se com a frota do Almirante Jervis, informando-lhe do sucedido e regressando posteriormente à Inglaterra para reparar danos e perdas ocasionadas na dotação.

A expedição foi um fracasso rotundo: mais de 250 homens e oficiais morreram, ficaram feridos ou desapareceram. Nelson teve amputado o braço direito. Entretanto, a cortesia de guerra foi respeitada: os espanhóis devolveram os prisioneiros de guerra britânicos, Nelson enviou um queijo e um barril de cerveja ao general da guarnição e este lhe correspondeu enviando-lhe duas garrafas de bom vinho canário.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<NOMES>/Nelson, Horacio;/Tenerife; Rev.&Rev.

CENÁRIOS ESTRATÉGICOS DE HOJE

Rivista Marittima (Itália), abril/99, p.31-41

Andrea Tani

O autor expõe sua visão do novo cenário internacional pós-Guerra Fria e faz uma síntese dos elementos cruciais em momento histórico que nos leva ao mundo que hoje conhecemos, com "o fim das ideologias e o ressurgimento da geopolítica".

Este século fatal que está por terminar não somente produziu uma série de lutas sem precedentes pela hegemonia de idéias, mas, além disso, a clássica procura pela supremacia estratégica almejada pelo mundo anglo-saxônico (primeiro guiada pelo Reino Unido, segundo orientada pelos Estados Unidos) e uma série de potências militares em ascensão. Até 1945, observou-se cuidadoso desafio de áreas regionais muito dinâmicas (Alemanha e Japão). O posterior envolvimento da URSS, apesar da agressividade política, hegemonia cultural e instrumentos de subversão, não colocou realmente em perigo a posição anglo-saxônica.

A competição pela supremacia foi diversificada e se sofisticou, com tendência de apli-

cação em áreas beligerantes ou de lutas diferentes da guerra considerada convencional.

A violência foi organizada de forma linear, buscando obtenção de legitimidade.

CONFRONTO ENTRE CIVILIZAÇÃO E NOVA ORDEM MUNDIAL

Segundo Samuel Huntington (Harvard), as novas relações de força estão baseadas na interação de seis ou sete principais civilizações ocidentais. Se os cenários hipotéticos podem resultar um pouco forçados ou condicionados à necessidade de satisfazer uma teoria geral orgânica, articulada e um pouco rígida, é, porém, verdade que confere profundidade à respeito da aparente confusão do hoje e do amanhã. Os exemplos não são raros – Balcãs, fragmentação da Ásia Central e crescentes rivalidades USA/China.

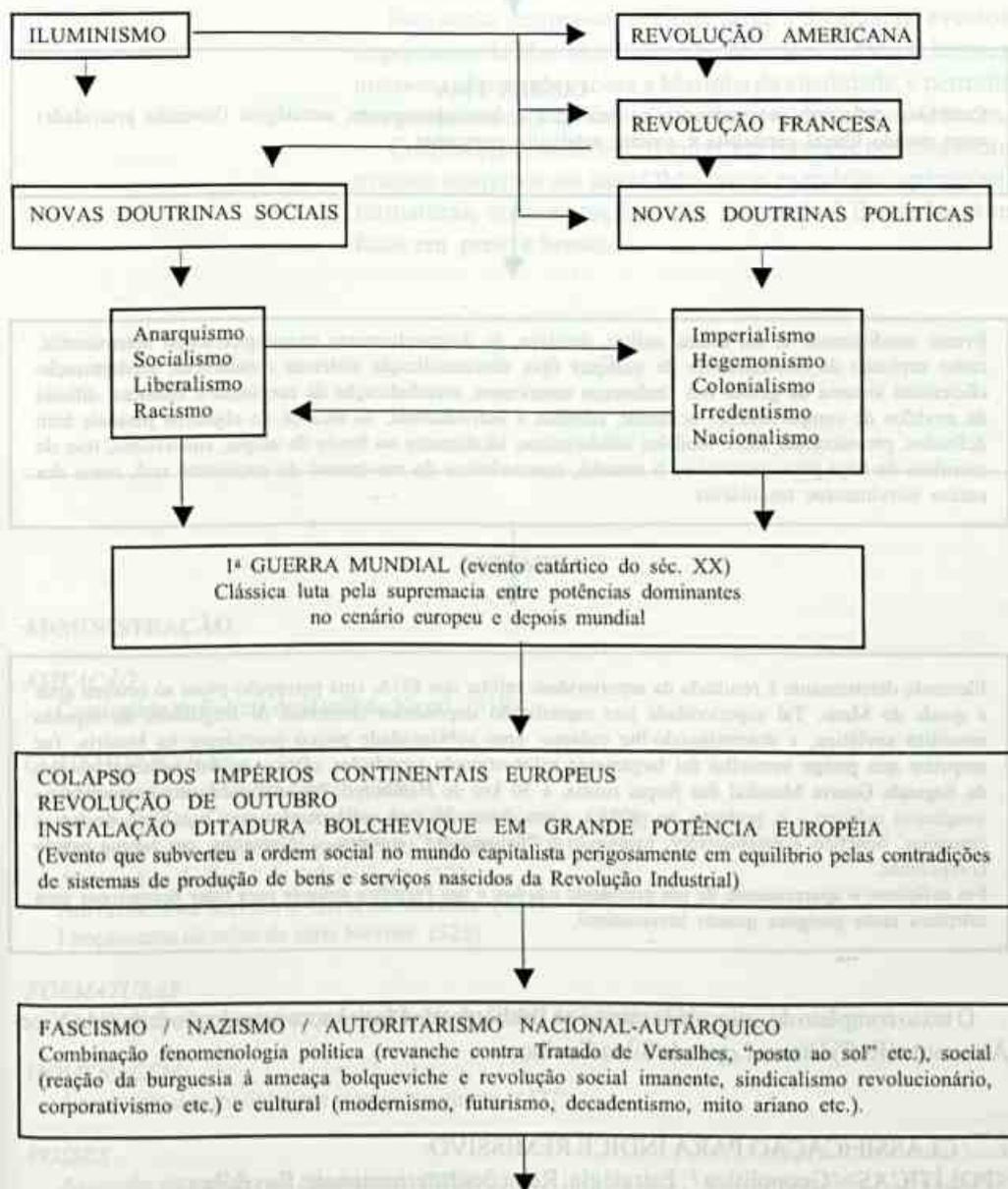
O consolo que pode advir desta tomada de consciência não é puramente especulativo ou intelectual: um sistema lógico de interação

(ainda que complexo e de difícil interpretação) é sempre preferível à casualidade dos acontecimentos, sobretudo quando a natural agressividade da espécie humana é atendida

por engenhos tão inquietantes como os modernos artefatos de destruição em massa.

O autor apresenta um quadro-síntese que bem ilustra sua ordem de idéias:

OS CENÁRIOS ESTRATÉGICOS DE HOJE



2ª TEMPO DA 1ª GUERRA MUNDIAL, denominada 2ª GUERRA MUNDIAL

Clássica luta supremacia geopolítica com forte porém imprópria conotação ideológica (iconografia anglo-saxônica mostra conflito como luta entre democracia e ditadura, liberdade e tirania, esquecendo banalidade aliança com URSS) com mundialização completa sentido geográfico e assunção de uma dimensão totalitária em sentido político, social (não tanto quanto se creê) e cultural.

GUERRA FRIA

Confronto definitivo pela supremacia ideológica e, secundariamente, estratégica (inversão prioridade) entre mundo liberal capitalista e sistema totalitário comunista.

Evento condicionado e, em última análise, decisivo, do desenvolvimento tecnológico/social determinante, como explosão de comunicações de qualquer tipo, descentralização sistemas econômicos, modernização eficiente sistema de gestão dos fenômenos americanos, mundialização da economia e finanças, difusão de modelos de comportamento ocidental, edonista e individualista, ao alcance de objetivos pessoais bem definidos, prevalecendo sobre modelos solidarísticos, idealizantes no limite da utopia, coletivismo, tese do sacrifício do hoje para construir-se o amanhã, características do movimento do socialismo real, como dos outros movimentos totalitários.

Elemento determinante é resultado da superioridade militar dos EUA, cuja percepção plena só ocorreu após a queda do Muro. Tal superioridade tem capitalizado imponentes elementos de fragilidade do suposto monólito soviético, e determinando-lhe colapso, com substancialidade pouco precedente na história, faz suspeitar que perigo vermelho foi largamente sobreestimado (condições efetivo militar existente ao fim da Segunda Guerra Mundial das forças russas, a 30 km de Hamburgo, foi artificialmente aumentada no imaginário coletivo – e, portanto, na política – por outros 30 anos, para parecer com equilíbrio de forças europeias, benéfico e estabilizador, mantendo o “delinqüente” europeu, a Alemanha, em perene estado correcional.

Foi suficiente o aparecimento de um presidente *cowboy* e um Pontífice polonês para fazer desmoronar uma estrutura tanto perigosa quanto inverossímil.

O texto completo do artigo encontra-se na Biblioteca da Marinha, com tradução feita pelo Vice-Almirante (Ref^o) Dimas Lopes da Silva Coelho.

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<POLÍTICAS>/Geopolítica/; Estratégia; Relações Internacionais; Rev&Rev;

NOTICIÁRIO MARÍTIMO

Esta seção destina-se precipuamente a divulgar os eventos importantes da Marinha do Brasil e do exterior, dar aos leitores inativos informações sobre a Marinha da atualidade, e permitir aos pesquisadores do futuro visualizar a Marinha de Outrora.

Colaborações serão bem-vindas, em forma de notícias sobre eventos ocorridos em suas OMs, como exercícios, operações, formaturas, comemorações, etc., se possível ilustradas com fotos em preto e branco.

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO

ATIVACÃO

Companhia de Polícia do Batalhão Naval (319)

COMEMORAÇÕES

Aniversário da Aviação Naval (319)

Aniversário do Centro de Análise de Sistemas Navais (320)

Aniversário do ingresso da mulher na Marinha (322)

Aniversário da Força de Submarinos (323)

Aniversário da Secretaria-Geral da Marinha (324)

Lançamento de selos da série Navios (325)

FORMATURAS

CIAW forma mais uma turma de oficiais do Corpo de Saúde (325)

HOMENAGEM

À memória dos marinheiros mortos em guerra (327)

POSSES

Assunção de cargos por Almirantes (328)

PROMOÇÕES

Promoções de Almirantes (329)

PUBLICAÇÕES

DPC distribui o Maritime Review (329)

Meteorologia e Oceanografia – Usuário Navegante (329)

ATIVIDADES MARINHEIRAS

HIDROGRAFIA

Navio Hidroceanográfico *Taurus* emprega ecobatímetro multifeixe (329)

NAUTIMODELISMO

Nautimodelismo na Bahia (330)

SOCORRO

Navio-Patrolha *Guanabara* resgata naufragos (330)

CIÊNCIA & TECNOLOGIA

INSTITUTO DE PESQUISAS DA MARINHA

Terminal Tático Inteligente (330)

MAGNETISMO

Navio-Patrolha *Gurupá* realiza tratamento magnético (331)

NACIONALIZAÇÃO

Nacionalização de componentes de radares (332)

CONGRESSOS

CONCLAVES

Jornada de Psicologia 2000-SSPM (332)

CONFERÊNCIAS

Mentalidade Marítima (333)

ENCONTROS

Encontro de Assistência Social Integrada ao Pessoal (333)

Encontro Técnico de Química Militar (333)

Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia (334)

EXPOSIÇÕES

Brasil de Pedro a Pedro (334)

Mostra PUC-Rio (335)

SIMPÓSIOS

- Acústica Submarina (336)
- Manutenção de Software na Marinha (336)
- Medidas oceanográficas com recursos especiais (336)
- Qualidade na Educação e Feira de Tecnologia e Artes Navais (337)

EDUCAÇÃO

CURSOS

- Gestão de pequenos negócios (337)

DICIONÁRIOS

- Dicionário do Mar (338)

ESCOLA NAVAL

- Painel de azulejos "Adoração dos Reis Magos" (339)

ESPORTES

- Campeonato Brasileiro de Natação, Judô e Maratona (339)
- Campeonato Brasileiro de Triathlon do Exército (340)
- DSAM batiza um escaler (340)
- Jogos Universitários Brasileiros (342)
- XXI Regata Colégio Naval (342)

PREPARO DO HOMEM

- Juízes Militares (344)

SIMULAÇÃO

- Escola de Aprendizes batiza seu simulador de manobras (344)

UNIVERSIDADES

- Melhores alunos da USP (344)

VIAGENS DE INSTRUÇÃO

- Navio-Escola *Brasil* participa da International Naval Review (346)
- XIV Viagem de Instrução de Guardas-Marinha (346)

FORÇAS ARMADAS

NAVIOS-PATRULHA

- Navio-Patrolha *Bocaina* no Rio Jari (347)

OPERAÇÕES

- Ribeirex AM-2000 (347)
- Tropicalex-00 (348)

HISTÓRIA

HISTÓRIA DA MARINHA DO BRASIL

Livro sobre história da Marinha no Piauí (348)

HISTÓRIA MILITAR

Exército ministra curso de História Militar (348)

MEIO AMBIENTE

POLUIÇÃO

Prevenção da poluição no meio ambiente em águas brasileiras (349)

NOMES

Biblioteca homenageia Garcez Palha (349)

PODER MARÍTIMO

PORTOS

Fairplay lança CD-Rom de *Guia de Portos 2000* (350)

PSICOSSOCIAL

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Banco de currículos (350)

Pesquisa de assistência jurídica (351)

OPINIÃO PÚBLICA

Confiança nas Forças Armadas (352)

PINTURA

Gincana Artística do Serviço de Documentação (351)

ATIVACÃO DA COMPANHIA DE POLÍCIA DO BATALHÃO NAVAL

Foi criada, no dia 9 de maio último, a Companhia de Polícia do Batalhão Naval. No dia 31 de julho, data da ativação da Companhia, o comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais, Almirante-de-Esquadra Carlos Augusto Costa, expediu a seguinte Ordem do Dia:

“A Companhia de Polícia do Batalhão Naval, criada conforme o disposto na Portaria do Comandante da Marinha nº 155 de 9 de maio de 2000, destina-se a exercer atividades de representação em cerimônias militares, inclusive guardas de honra e segurança de instalações, de comboios militares e de autoridades civis e militares.

Esta nova unidade do Corpo de Fuzileiros Navais tem sua origem no ano de 1948, quando a então Companhia de Polícia do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais foi criada na base da Companhia de Sapadores Pontoneiros.

Coerente em seu método peculiar de emprego, o *status* de unidade subordinada ao Batalhão Naval consagra, organizacionalmente, a importância de que se reveste a Companhia na segurança de autoridades e instalações.

É com muita satisfação que apresento ao comandante, à oficialidade e à guarnição da Companhia de Polícia do Batalhão Naval votos sinceros de felicidades e de muito sucesso.” (BONO 451, de 31/7/00)

ANIVERSÁRIO DA AVIAÇÃO NAVAL

A Aviação Naval completou, no dia 24 de agosto último, 84 anos de existência. Por ocasião da comemoração da data, o comandante da Força Aeronaval, Contra-Almirante Jayme Alberto Castro Puga, expediu a seguinte Ordem do Dia:

“Prezados companheiros na Aviação Naval.

Estamos em festa e assim nos encontramos porque aos topos das vergas de nosso mastro de combate flamejam mensagens de otimismo. À semelhança do amanhecer em Riachuelo, em nosso arvoredo vemos desfaldar esplendente a essência de nossa força e do nosso porvir.

A **tradição** dos ideais perenes do legendário patrono Almirante Alexandrino de Alencar, que, numa intuição sobre-humana, antevia, nas frágeis aeronaves do início do século, a projeção tridimensional do Poder Naval, para levantar no espaço a bravura e o sacrifício dos Imperiais Marinheiros, e proje-

tar para bem mais distante o troar majestoso dos canhões navais de nossa Armada.

A **tenacidade** para persistir no rumo planejado, mesmo sob procelas, resistências, incompreensões e mesmo antagonismos, com a postura altiva e serena dos fortes de espírito, cientes de que a vitória sempre irá coroar os bem intencionados.

A **coragem** que nos conduz ao descortino de nossas limitações, com a firme resolução de vê-las reduzindo-se dia a dia; que despreza o espírito da adulação; que cria forças para vencer o medo e acreditar que, se os heróis não envelhecem, também não perecem suas memórias.

O **orgulho** de pertencermos a uma Marinha honrada, séria e pertinaz, uma das instituições que mais preserva os valores tradicionais da Pátria, e agora, mais do que nunca, reafirma a inabalável confiança na sua Aviação Naval, e nos apresenta desafios gigantescos, porque acredita em

nossos punhos e mentes. Que, ao longo de sua belíssima história, teve sempre chefes navais de envergaduras exemplares, com a visão percuciente de Alexandrino de Alencar, a retidão de Rademaker, a obstinação de Maximiliano da Fonseca; e que sempre foi norteadora pelas atitudes ponderadas de todos os que a comandaram. É para esta Marinha que queremos ofertar incondicionalmente nossas capacitações; a defesa aérea das Forças Navais, o imprescindível esclarecimento aéreo, o ataque voraz aos inimigos distantes, o apoio logístico com agilidade, e também, e por que não? — a mensagem saudosa da Pátria distante.

Meus prezados companheiros de jornada, certamente existem nos mares deste planeta dois tipos de Marinhas: aquelas que possuem aviação naval plena e aquelas que a desejam obstinadamente. Necessitamos

Existem nos mares deste planeta dois tipos de Marinhas: aquelas que possuem aviação naval plena e aquelas que a desejam obstinadamente

consolidar nossa Aviação Naval; para isto torna-se imprescindível dispor, a curto prazo, pelo menos de um navio aeródromo plenamente capacitado a operar com aeronaves a jato em segurança, o que já está sendo cogitado pelas altas autoridades.

Os corações estão plenos de alegria, mas a mente processa com agilidade as responsabilidades acobertadas pelo horizonte. Já estamos engajados no combate às severas limitações impostas pela conjuntura injusta, não tememos a luta; uma derradeira mensagem decodificamos com nitidez; embora encoberta pela bruma do tempo. “Sustentar o fogo que a vitória é nossa.”

Roguemos ao Pai-Criador, em sua infinita generosidade, que mantenha sempre Sua mão protetora e misericordiosa sobre a Aviação Naval da Marinha do Brasil”. (BONO nº 504, de 24/8/00)

ANIVERSÁRIO DO CASNAV

Por ocasião do 25º aniversário do CASNAV, no dia 9 de junho, o Contra-Almirante Marcelo Victor de Uzêda expediu a seguinte Ordem do Dia:

“A comemoração do Jubileu de Prata do CASNAV é motivo de justo orgulho e oportunidade para refletirmos, não só com relação aos nossos atuais rumos, mas, principalmente, sobre os desafios vencidos e o caminho percorrido ao longo desses 25 anos de profícuo trabalho e relevantes realizações.

No início da década de 70, alguns oficiais que tinham adquirido experiência e novos conhecimentos na Naval Postgraduate School, em Monterey, passaram a disseminar

em conversas informais a necessidade de dotar a Marinha de uma estrutura organizacional que se dedicasse à urgente tarefa de desenvolver estudos e adotar técnicas relativas à Análise de Sistemas (AS) e à Pesquisa Operacional (PO).

Graças ao esclarecido entendimento existente na época da necessidade de evoluções tecnológicas na Marinha, por parte da alta administração naval, em particular do Chefe do Estado-Maior da Armada e do Ministro da Marinha, foi possível criar em curto espaço de tempo o Núcleo do Centro de Análises de Sistemas Navais (NUCASNAV), ocorrido em 30 de janeiro de 1975. Certamente, a rapidez

dessa decisão foi muito influenciada pela necessidade de definições sobre o programa de construção das Fragatas Classe *Niterói*.

A surpresa causada em grande parte da Marinha gerou a necessidade de ser desenvolvido um intenso trabalho de esclarecimento sobre as finalidades e utilidade da OM recém-criada. Tal tarefa foi atribuída aos mesmos oficiais que haviam adquirido conhecimentos sobre AS e PO no exterior, e que passaram a integrar a primeira oficialidade do NUCASNAV. Dois deles estão aqui presentes e podem dar esse testemunho ao vivo. São eles o Almirante-de-Esquadra Mauro César Rodrigues Pereira e o Vice-Almirante Mário Jorge Ferreira Braga.

Foi o início de uma difícil empreitada: a demonstração de que a busca da verdadeira independência e soberania, por meio do conhecimento e do domínio tecnológico, é fator mandatório para a Marinha de um país que quer assumir posição de destaque no cenário mundial.

Os anos que se seguiram foram, sem dúvida, marcados pelo significativo incremento do grau de profissionalização e da qualidade do Poder Naval. Os submarinos, fragatas e corvetas adquiridos, construídos e operados desde então são prova cabal das acertadas decisões de nossos antecessores. Era necessário romper o elo da nossa dependência doutrinária de Marinhas mais adiantadas. Os meandros do aprestamento e do emprego eficaz de nossos meios precisavam ser conhecidos.

Ao longo de toda essa jornada, o CASNAV trilhou o caminho idealizado pelos seus fundadores. Diversas realizações representaram verdadeiros divisores de águas em nossa Organização, aproximando-a daquelas que

somente os países desenvolvidos podem almejar. Destacam-se como exemplos:

- A avaliação operacional das fragatas classe *Niterói*;
- A Sistemática dos Exercícios Operativos - EXOP;
- O Jogo de Guerra Naval da Escola de Guerra Naval;
- O estudo e projeto de uma infra-estrutura de Comando e Controle; e
- Os Sistemas de Apoio à Decisão para tarefas básicas da Marinha, como o Controle de Área Marítima e a Negação do Uso do Mar.

Essas e outras tantas realizações são dignas de um verdadeiro Centro de Análises, que aplica os métodos científicos e fundamentos matemáticos disponíveis, para buscar as melhores soluções em apoio aos processos decisórios da alta administração naval.

O cumprimento bem sucedido dessas tarefas deveu-se à dedicação, sacrifício e competência daqueles tantos profissio-

nais, civis e militares, que algum dia tiveram a honra de aqui servir, e contribuir para que fossem alcançados níveis crescentes de profissionalismo na nossa Marinha. A esses homens e mulheres devemos nossa gratidão.

É justo, pois, render homenagens ao que o CASNAV possui de mais precioso: o seu pessoal. Todos aqueles militares e civis que dedicaram parte de suas vidas à criação e condução dos destinos deste Centro, procurando estar sempre na vanguarda da tecnologia e do conhecimento, e conscientes de que tais fatores, aliados à pertinácia e ao comprometimento com as metas traçadas, traduzem a eficiência de uma organização”.

Verdadeira independência e soberania, por meio do conhecimento e do domínio tecnológico, é fator mandatório para a Marinha de um país que quer assumir posição de destaque no cenário mundial

ANIVERSÁRIO DO INGRESSO DA MULHER NA MARINHA



Por ocasião do aniversário do ingresso das mulheres na Marinha, o Almirante-de-Esquadra Sérgio Chagasteles, comandante da Marinha, as cumprimentou, oficialmente, divulgando a seguinte nota no Bono de 07/07/2000:

“Aniversário do Ingresso da Mulher na Marinha – Uma vez mais celebramos, com justo rigozijo, o aniversário do ingresso da mulher em nossas fileiras. Fruto de uma iniciativa pioneira e arrojada para o ano de 1980, a admissão de mulheres na Marinha revelou-se um êxito, logo evidenciado no esforço, entusiasmo e profissionalismo com que se dedicaram e

vêm se dedicando à nossa Instituição, ao longo dessas duas décadas.

Hoje, integradas a diversos corpos e quadros, constituem parcela relevante de nossa força de trabalho. Atuando nos mais variados campos profissionais, nossas oficiais e praças vêm contribuindo para o aprestamento do Poder Naval brasileiro.

É, pois, com renovada satisfação que apresento à mulher militar da Marinha o nosso reconhecimento e os cumprimentos pela admiração e respeito que lograram conquistar nossa bem sucedida trajetória, reiterando nossa plena confiança no trabalho que desenvolvem em prol de nossa Instituição.”



A 6 de julho, foi realizado culto ecumênico de ação de graças, no salão nobre do Comando do 1º Distrito Naval, com participação especial do conjunto instrumental clássico “Família Albuquerque” e o Coral de Oficiais da Marinha.

No dia seguinte, à noite, na Ilha Fiscal, houve confraternização social para oficiais, com a presença do Quinteto de Sopro do Corpo de Fuzileiros Navais, do Quinteto de Cordas do Teatro Municipal e do Coral de Oficiais da Marinha.



ANIVERSÁRIO DA FORÇA DE SUBMARINOS

O Contra-Almirante Wellington Liberatti divulgou a seguinte Ordem do Dia, por ocasião do aniversário da Força de Submarinos:

“No momento em que esta Força de Submarinos completa 86 anos de existência, parece adequado que aqueles que dela fazem parte – na Ativa ou na Reserva – sejam concitados a algumas reflexões.

O submarino surgiu como arma de guerra propriamente dita no início deste século, ficando seu emprego consolidado na Primeira Guerra Mundial. Inicialmente, como sucessor do corsário, colocando em cheque a sobrevivência de quem, para tanto, dependia do uso do mar. Depois, na Segunda Guerra Mundial, acrescentou àquele papel o de ponta-de-lança para quem tinha que desafiar o domínio do mar em águas inimigas; durante a Guerra Fria, incorporou a tarefa de responsável pelo primeiro embate no confronto em águas azuis, juntamente com a de ser o baluarte da deterrência estratégica nuclear e, mais recentemente, acrescentou o de dissuasor por excelência para aqueles que têm que garantir a soberania, a integridade territorial e os interesses nacionais em seu próprio mar.

Olhando em retrospectiva, fica fácil identificar e reconhecer o significado do submarino na guerra naval. Entretanto, os chefes navais que, em 1904 (!), decidiram pela inclusão de três submersíveis no Programa de Construção Naval, inegavelmente, souberam enfrentar com desassombro as incertezas estratégicas inerentes ao desafio que decidiram bancar. Mais do que isso, marcaram inde-

levelmente o caráter da Marinha, cujo traço fundamental parece ser o de enfrentar – e alcançar – o que parece impossível.

Da mesma forma que então, em tempos mais recentes, outros chefes bancaram desafios equivalentes, levando-nos à condição de uma das raras nações a dominar o ciclo do combustível nuclear e à de primeiro país do hemisfério sul a construir submarinos.

É possível que tal conduta seja atávica, decorrente de traço de caráter legado pela Marinha de outrora, forjado nas guerras da Independência e do Império, e transmitido, como código genético, aos marinheiros de todas as eras. Assim tem sido a Marinha do Brasil.

Destarte, ao longo do século XX, a despeito de inúmeras vicissitudes, logramos dispor de diversas classes de submarinos, desde os antigos *F*, passando pelas classes *Humaitá*, *T*, *Fleet-Type*, *Guppy*, *Oberon*, *IKL* e, dentro de mais algum tempo, o *SMB-10*, de projeto e

construção nacionais. Releva notar, contudo, que, enquanto os submarinos se sucedem, deixando, cada qual, de existir fisicamente, o conhecimento acumulado e a adequada cultura de emprego constituem-se no mais importante legado que os submarinistas transmitem para as gerações que se seguem, pois diferentemente dos navios, o conhecimento não “dá baixa”, é preservado para sempre. Esse o verdadeiro significado desta data. Essa a razão de, hoje, reverenciarmos a quantos nos antecederam. Somos o resultado de tudo que fizeram. Nós, que vivemos a sociedade do conhecimento – na verdade, do *apartheid* do

Marcaram indelevelmente o caráter da Marinha, cujo traço fundamental parece ser o de enfrentar – e alcançar – o que parece impossível.

... uma das raras nações a dominar o ciclo do combustível nuclear e à de primeiro país do hemisfério sul a construir submarinos

conhecimento – temos a responsabilidade de zelar pelo considerável caldo profissional e tecnológico herdado, que, nesse particular, nos coloca em situação privilegiada no contexto das nações, e de assegurar sua correta transmissão às gerações do porvir.

Além dos submarinos, a Força passou a contar, a partir dos anos 1930, com o desenvolvimento das atividades de mergulho, fundamentais tanto na realização de reparos submersos como na atividade de socorro e salvamento de submarinos. Além dos mergulhadores, mais recentemente, os mergulhadores de combate vieram complementar a configuração desta Força, tornando-a apta para realizar diversas tarefas indispensáveis à garantia de nossos interesses no mar. Nada mais justo que uns e outros a integrem, porquanto a natureza de suas atividades os leva,

também, a viver sob a égide de nossa máxima comum: “**SOU MARINHEIRO ATÉ DEBAIXO D’ÁGUA**”.

Finalmente, vivendo no limiar de uma nova era e tendo a ventura de contar com um passado que nos enche de orgulho, um presente que nos incentiva a lutar e a perspectiva de um futuro promissor, gostaria de, neste dia de júbilo, congratular-me com submarinistas e mergulhadores, concitando-os, mais uma vez, a refletir sobre o significado de pertencer a uma Marinha que, desde o surgimento dessa arma, soube compreender que, enquanto houver submarinos, o domínio do mar será objeto de disputa, permitindo a chance de um lugar ao sol para as nações que deles dispuserem no rol de seu Poder Naval.

Com absoluta certeza, “nesta voga, vamos lá!”. (Bono nº 423 de 17/07/00)

ANIVERSÁRIO DA SECRETARIA-GERAL DA MARINHA

Por ocasião do 48º Aniversário da Secretaria-Geral, comemorado no dia 4 de agosto de 2000, o Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo divulgou a Ordem do Dia nº 1/2000:

“Sábria fora a iniciativa do então Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Renato de Almeida Guillobel, ao propor ao Presidente Getúlio Vargas a criação da Secretaria-Geral da Marinha, para ser a “Assessoria Administrativa do Ministro”. A ela competiam a logística de produção, a elaboração do orçamento da Marinha do Brasil, a distribuição de créditos, as relações públicas, a consolidação de leis, entre outras tantas tarefas administrativas. Hoje, após meio século de condução dedicada e profícua de insígnies Chefes Navais, a SGM pode se orgulhar de se ver interligada a todos os setores da MB, imprescindível a seu funcionamento e aprimoramento. O prestígio de que ela desfruta foi forjado sobre muito trabalho de seu pessoal civil e militar, com incontestado senso de profissionalismo.

E, nessa singradura, deve ser ressaltada a ampliação de suas responsabilidades não só nas áreas econômica, financeira e contábil, mas também no patrimônio histórico, cultural e imobiliário da Marinha. Além disso, inserem-se os esforços para auxiliar nosso pessoal na aquisição da casa própria, dentro de uma conjuntura quase sempre adversa em face das restrições orçamentárias.

Assim, de sua folha de serviços não constam, explicitamente, registro de suas participações em operações de aplicação do Poder Naval. Mas é inequívoco afirmar-se não existir atividade da Marinha sem a contribuição da SGM. Somos uma espécie de cenário, de pano de fundo, mas absolutamente imprescindível à MB.

Por isso, nossas OM são solicitadas todos os dias. Essa lida contínua e muitas vezes agitada é sempre salutar e benfazeja, pois nela vemos a oportunidade de um constante aperfeiçoar.

Nesta data em que comemoramos mais um aniversário da SGM, renovamos nossa crença no que fazemos, no sentido do exato cumprimento das orientações emanadas pelo nosso Comandante.

LANÇAMENTO DE SELOS DA SÉRIE NAVIOS

Como parte das comemorações do 135º da Batalha Naval do Riachuelo, foi lançado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) um *se-tenant* de dois selos divulgando dois importantes navios da Marinha do Brasil.

A diretoria da ECT, durante a cerimônia de lançamento dos selos comemorativos, divulgou o seguinte pronunciamento:

"O Navio-Escola *Brasil*, que desempenha notável papel na formação naval brasileira, além de importante instrumento de diplomacia, e que alia a capacidade tecnológica militar à prática, na medida em que o próprio navio e grande parte de seus equipamentos e sensores foram construídos em nosso País.

"O Navio Veleiro *Cisne Branco*, construído à imagem dos grandes veleiros antigos, e que também representa um valioso e completo instrumento para a formação marinheira.

"No ano em que comemoramos os 500 anos do Descobrimento do Brasil pelos navegadores portugueses, retratar os navios que representam o desenvolvimento da Marinha do Brasil e divulgam a cultura brasileira e as nossas tradições navais em portos nacionais e internacionais, configura-se como uma no-

Que Deus nos dê a proteção segura, mostrando-nos as estrelas a guiarem o nosso Setor. Só assim poderemos seguir prestando 'O melhor serviço à Marinha'."

bre tarefa, enaltecendo nosso patrimônio tecnológico e, principalmente humano.

"Os Correios se sentem honrados em homenagear a Marinha do Brasil neste importante evento de comemoração ao 135º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, lançando uma série de selos que irá perpetuar este momento de grande importância para nós brasileiros."

Cerimônias de obliteração

Convidado pelo Diretor Adjunto dos Correios, Engenheiro Nelson de Andrade Júnior, o Almirante-de-Esquadra (RRm) Mauro Cesar Rodrigues Pereira, ex-Ministro da Marinha, fez a primeira obliteração.

Para a segunda e terceira obliterações, convidou o Almirante-de-Esquadra (FN) Carlos Augusto Costa, Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, e o Vice-Almirante Jerônimo Francisco Mac Dowell Gonçalves, Comandante-em-Chefe da Esquadra. Em seguida, o Diretor dos Correios fez a entrega dos álbuns, contendo os selos especiais da Série Navios àqueles oficiais e anunciou que os selos estariam disponíveis para aquisição nas agências dos Correios.

O CIAW FORMA MAIS UMA TURMA DE OFICIAIS PARA O CORPO DE SAÚDE DA MARINHA

No dia 20 de julho, em cerimônia militar presidida pelo diretor de Ensino da Marinha, Vice-Almirante Adilson Vieira de Sá, foi realizada a troca de platinas e entrega de espadas aos novos oficiais do Corpo de Saúde da

Marinha, no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk.

A turma de 2000 do CSM, composta de 63 Oficiais, sendo 38 do Quadro de Médicos, 14 do Quadro de Cirurgiões Dentistas e 11 do

Quadro de Apoio a Saúde, este último composto de enfermeiros, farmacêuticos, nutricionistas e fisioterapeutas, teve como primeira colocada geral uma médica, a Primeiro-Tenente Deiseluci Barros Buchland.

A turma, composta de 44 mulheres e 19 homens, foi distribuída pelas diversas organizações militares da Marinha, onde darão a sua valiosa contribuição profissional para a Marinha.

O Patrono da Turma de Formandos de 2000, o Contra-Almirante (Md) Achilles Mesiano nasceu em 26 de março de 1899, no Estado do Ceará, graduando-se no Curso de Cirurgia da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, aperfeiçoando-se em Técnicas Cirúrgicas e Cirurgia Experimental na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e em Dermatologia na Sociedade dos Internos da Santa Casa de Misericórdia.

Nomeado primeiro-tenente em 3 de março de 1927, alcançou o posto de contra-almirante em 27 de março de 1958.

Ao longo de sua profícua carreira exerceu diversas funções em organizações da Marinha na área de saúde e em navios da nossa Esquadra.

O Contra-Almirante Mesiano faleceu em 22 de abril de 1969.

* * *

Por ocasião da cerimônia de formatura, o comandante do CIAW, Contra-Almirante Delcio Machado de Lima, disse as seguintes palavras aos formandos:

"Encontramo-nos reunidos, neste momento de intensa emoção, para celebrar a conquista destes profissionais da Saúde que, com abnegação, coragem e determinação,

tornaram-se, também, profissionais do mar. Ao embarcarem neste Centro, em março do ano corrente, traziam suas expectativas, sonhos e ambições, ávidos em absorver novos conhecimentos e incutir em suas mentes os códigos, tradições, costumes e valores centenários de nossa Marinha. Ao concluírem o Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Saúde da Marinha, podemos afixar que ingressam na Marinha 63 novos oficiais capazes de cumprir com destreza, honradez e hombridade as missões que lhes forem confiadas.

Ao tomarem a iniciativa, voluntária, de compor os quadros de oficiais da Marinha, certos estavam de que seria uma decisão da mais alta nobreza, com profundo senso do dever e de vontade de servir à Pátria.

O juramento que fizeram na despedida dos assentos universitários permanece valioso. A este será acrescentado o que farão nesta cerimônia solene, que ocorrerá sob a ótica do espírito marinheiro e das peculiaridades da carreira militar-naval.

Na presença de tantos convidados, pais, parentes e entes queridos, que

acompanharam todo o galgar das dificuldades inerentes a um Curso de Formação e, também, das autoridades que testemunham este momento sublime, imperativo torna-se que tenham a exata percepção da nova e brilhante carreira que abraçaram. Não deixaram de ser médicos, dentistas, farmacêuticos, enfermeiros, fisioterapeutas e nutricionistas, conquanto foi por esse mister que a Marinha os selecionou num universo nacional composto por tantos talentos e dentre os quais, encontram-se aqui perfilados os mais capazes. Mas perceberam logo que servir à Marinha envolve um sentimento e um compromisso muito maiores.

O CIAW, em regozijo pela sensação do dever cumprido, no processo de adaptação e formação destes novos oficiais, contribuiu com esta vitória, de acordo com a filosofia de integrar o trabalho empregando coração, mente e mãos. Coração para sentir, mente para ter sabedoria e mãos para executar.

Turma Almirante Achilles Mesiano, tenham em mente o exemplo e a memória de seu patrono, pois inúmeras foram as contribuições desse ilustre militar para a Marinha do Brasil.

Ao receberem as suas espadas, galardão que simboliza a conquista de mais uma jornada, empunhem-nas com dignidade e consci-

ência de que deverão lutar, não só contra um dos mais impetuosos adversários, que é a perturbação da saúde, mas também como militares, até o sacrifício de suas próprias vidas, se preciso for, e ostentem suas novas platinas com garbo, representando com honra a nossa Marinha. Profissionais de extrema importância para a manutenção e continuidade da vida humana, vocês são imprescindíveis para o cumprimento da missão de nossa Instituição.

Este é um momento de despedida e não de adeus. Sejam felizes.

Parabéns, Oficiais.”

HOMENAGEM À MEMÓRIA DOS MARINHEIROS MORTOS EM GUERRA

A Sociedade dos Amigos da Marinha do Rio de Janeiro prestou homenagem aos Mortos no naufrágio do Cruzador *Bahia* e aos integrantes da Marinha do Brasil que perderam suas vidas em operações de guerra no mar, durante a Segunda Guerra Mundial, fazendo realizar Missa Solene no Mosteiro de São Bento às 1130 horas do dia 5 de julho. O convite foi realizado pela Professora Tereza de Jesus Pacheco Rodrigues Velho, Presidente da SOAMAR e a celebração eucarística foi presidida pelo Reitor do Colégio São Bento – Dom Lourenço de Almeida Prado. Dentre as várias autoridades presentes, familiares dos integrantes da Marinha que perderam suas vidas na guerra, cabe ressaltar a presença do Comandante do 1º Distrito Naval, também Presidente do Conselho Superior da SOAMAR-RJ, Vice-Almirante Mauro Magalhães de Souza Pinto.

O comandante de Operações Navais, Almirante-de-Esquadra Luiz Fernando Portella Peixoto, divulgou, em 21 de julho, a seguinte Ordem do Dia:

“Há momentos na história em que interesses de nações se chocam, gerando conflitos que rompem a serenidade da vida dos povos por eles afetados.

Por vezes, essa ruptura é de tal magnitude que atinge soberanias nacionais, a convivência pacífica entre os povos e até mesmo a sobrevivência de nações, criando situações nas quais se chega à derradeira opção do recurso às armas.

Assim aconteceu à Nação brasileira, há mais de 50 anos, quando se encontrou envolvida em um conflito de dimensões globais, no qual a neutralidade não foi suficiente para assegurar os ideais e princípios nos quais sempre se norteou.

Atendendo, assim, ao chamamento da vontade nacional, uma vez mais compareceram os marinheiros brasileiros que, desde o início do conflito na Europa, ainda no período da nossa neutralidade, já lidavam com os problemas advindos daquele confronto, seja navegando a bordo de navios mercantes transportando produtos essenciais à sobrevivên-

cia econômica da Nação, a despeito do perigo representado pelos submarinos do Eixo, seja participando das patrulhas realizadas pelos navios de guerra da Marinha, para garantir a neutralidade do País.

Para permitir a continuidade da economia e garantir a integridade de seus País, mantiveram-se nos mares, ostentando o Pavilhão Nacional, destemidos, conscientes de suas responsabilidades, fazendo com que aqueles que se valiam da violência ameaçadora se defrontassem com uma vigorosa energia, emanada de homens que, apesar de disporem de navios, nem sempre em ótimas condições, souberam conduzir 575 comboios, envolvendo mais de 3.000 navios – nos quais se incluem aqueles que transportaram a Força Expedicionária Brasileira até Gibraltar –, com a perda de somente três deles.

Detentores dos mais altos valores patrióticos, oriundos da brava gente brasileira, nossos marinheiros demonstraram abnegada dedicação ao cumprimento dos seus deveres cívicos, traduzida no sacrifício glorioso de 1.430 vidas.

Como em todas as ocasiões que o destino do Brasil dependeu do mar ou do controle das linhas de comunicação marítimas ou fluviais, os marinheiros brasileiros nos deixaram um legado impagável, um indelével marco de glória e heroísmo em nossa História.

Legado esse que jamais será esquecido e que sempre será uma luz a guiar nossos atuais

e futuros marinheiros durante seu labor no mar, que ocorre longe da vista da sociedade que habita as cidades e campos.

São poucos visíveis, portanto, seus afazeres e dificuldades, mas, ao longo de anos, na paz e na guerra, durante o dia e à noite, navios mercantes e de guerra sulcam os mares, estejam calmos ou bravios, entregues à imensidão dos oceanos, em prol do engrandecimento do País. A bordo desses barcos, como a dar-lhes alma, encontram-se os marinheiros.

Nesta data, reverência a Nação brasileira aqueles que deram suas vidas pela Pátria, no mar, em um honroso sacrifício que não foi em vão, pois sempre recordaremos e cultuaremos sua memória.

Os nomes desses heróis marinheiros estão inscritos no monumento em que ora nos encontramos, erguido em sua ho-

menagem e a dos seus companheiros do Exército e da Força Aérea, também tombados no cumprimento do dever.

A eles dedicamos, com respeito e reconhecimento, nossos sentimentos de eterna gratidão, pelo exemplo de honra e dignidade que nos brindaram e pelo seu heroísmo que tanto contribuiu para elevar o nome da nossa Pátria, correspondendo plenamente à confiança que a sociedade brasileira sempre depositou nos seus homens do mar.

Bravos marinheiros, o mar insiste em entoar seu canto de glória! (Bono nº 431, de 21/07/00).

Souberam conduzir 575 comboios, envolvendo mais de 3.000 navios – nos quais se incluem aqueles que transportaram a Força Expedicionária Brasileira até Gibraltar –, com a perda de somente três deles

ASSUNÇÃO DE CARGO POR ALMIRANTE

O Contra-Almirante Paulo Cesar Dias de Lima assumiu, no dia 31 de julho, o cargo de

Subchefe de Organização do Comando de Operações Navais.

PROMOÇÕES DE ALMIRANTES

Foram promovidos, por Decreto de 31 de julho de 2000, no Corpo da Armada:

Ao posto de Vice-Almirante, o Contra-Almirante Carlos Augusto Vasconcelos Sa-

raiva Ribeiro, e ao posto de Contra-Almirante, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo Cesar Dias de Lima.

(Bono nº 453, de 31/07/00)

A DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS DISTRIBUI O INFORMATIVO MARÍTIMO

A Diretoria de Portos e Costas distribuiu o *Informativo Marítimo*, com edições em português e inglês, contendo os seguintes assuntos principais:

– Mensagem do Diretor, ao completar o 3º ano no cargo, agradecendo aos que contribuíram para o aperfeiçoamento dos diversos instrumentos, medidas e proces-

sos de interesse da comunidade marítima e fluvial.

- Notícias da DPC
- Notícias do Ensino Profissional Marítimo
- Noticiário Internacional
- Legislação
- Matérias da Comunidade Marítima e Fluvial

METEOROLOGIA E OCEANOGRAFIA – USUÁRIO NAVEGANTE

O Centro de Instrução Almirante Graça Aranha colocou a venda a publicação *Meteorologia e Oceanografia – Usuário Navegante* de autoria dos Capitães-de-Mar-e-Guerra (RRm) Paulo Roberto Valgas Lobo e Carlos Alberto Soares, destinada ao público

interessado, com o preço estabelecido em R\$ 30,00 (trinta reais). A referida publicação foi distribuída a todas as Organizações Militares do Sistema Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA), onde estará disponível para venda a partir de outubro. (Bono nº 545 de 11/09/00)

NH0 TAURUS EMPREGA ECOBATÍMETRO MULTIFEIXE

O Navio Hidroceanográfico *Taurus* encerrou, recentemente, sua terceira comissão de levantamento hidrográfico, em um período de dois anos, nas proximidades da Ilha de São Sebastião–SP. Ao longo de 109,5 dias de mar, foram coletados dados com a utilização do ecobatímetro multifeixe SIMRADEM-1000, que serão processados e analisados para a confecção e atualização das cartas náuticas daquela área.

Esse ecobatímetro, de uso pioneiro no Brasil, diferencia-se do convencional que

obtem apenas a profundidade pontual, pois fornece informações sobre a batimetria de uma faixa do leito submarino. Dessa forma, os levantamentos hidrográficos realizados conseguem obter dados mais precisos e em maior quantidade, acelerando o processo de sondagem e garantindo a obtenção da profundidade de 100% do leito marinho. Possibilitam, também, a visualização tridimensional do fundo com precisão, abrindo novas perspectivas na construção de cartas eletrônicas. (Nomar nº 699, de 05/07/00)

NAUTIMODELISMO NA BAHIA

O Clube de Nautimodelismo da Bahia tem propagado intensamente o esporte de nautimodelismo no País. Cabe a RMB ressaltar a constante programação que o referido clube tem realizado em Salvador e divulgado por meio de boletins, folhetos, exposições, mostras e competições.

Daqui até o final do ano, estão previstos os seguintes eventos no Museu Náutico da Bahia (Farol da Barra):

– 1ª Oficina de Nautimodelismo da Bahia, nos dias 2 e 3 de setembro;

– 1ª Exposição de Aeronaves (Plastimodelismo), de 7 a 30 de novembro;

– 2ª Oficina de Nautimodelismo da Bahia com Técnica de Papelão e Cartolina, nos dias 11 e 12 de novembro;

– Exposição de Nautimodelos e Plastimodelos de Embarcações (Operacionais e Estáticas), de 4 a 30 de dezembro.

Ainda em Salvador, no Espelho D'Água do 2º Distrito Naval, a 9 de dezembro, haverá o 8º Encontro de Nautimodelismo de Salvador.

NAVIO-PATRULHA *GUANABARA* RESGATA NÁUFRAGOS

Durante comissão de patrulha, o Navio-Patrulha *Guanabara* recebeu pedido de socorro do veleiro sul-africano *Nightjar*, que se encontrava encalhado em um banco de areia no litoral do Maranhão, próximo à cidade de Turiaçu. Cerca de uma hora depois de recebido o sinal de *Mayday*, o navio já se encontrava na área do sinistro. Os quatro tripulantes foram resgatados e levados, em segurança, para a cidade de São Luís.

O *Guanabara* – “Lince dos Mares” – completou, em 9 de julho, um ano de incorporação à Marinha e está, há cerca de dez meses, subordinado ao Grupamento Naval do Norte. Nesse período, recebeu o Prêmio Contato Distrital (4º Distrito Naval) 99/00 e participou, dentre outras, das seguintes comissões: Aderib N-1/99, Deportex N-II/99, Caribex-I/00 e Adept 2000. (Do *Nomar* nº 700, de 5/8/00)

TERMINAL TÁTICO INTELIGENTE (TTI)

Encontra-se em fase final de homologação pelo Centro Técnico Aeroespacial (CTE) a versão aeronáutica do Terminal Tático Inteligente – TTI 2900.

No momento, ele está sendo submetido a testes no solo e em voo, instalado em aeronave SH3-A, na Base Aérea Naval de São Pedro d'Aldeia.

O TTI 2900 permite a visualização completa do quadro tático por meio de informações obtidas dos sensores a ele integrados. Pode ser empregado em todos os tipos de platafor-

mas – superfície, aérea e submarina – e é dotado da capacidade de comunicação com outras plataformas por meio de *link* de transmissão de dados até 2.400 bps. Apresenta o movimento, tanto o relativo como o verdadeiro, da plataforma; pode realizar acompanhamento manual ou automático e possui interface com radar, GPS, giro, odômetro, anemômetro e outros equipamentos.

O sistema tanto pode operar com um console único como pode ser distribuído em rede local de computadores. Além disso, trata-se



TTI 2900 em operação a bordo da aeronave SH3-A

do primeiro sistema tático brasileiro a incorporar cartas náuticas eletrônicas homologadas pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN).

Ele é a mais nova versão do TTI 2700, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM) e instalado a bordo do



TTI 2900 em operação a bordo do CT Paraná, à direita TTI 2700 e à esquerda TTI 2900

Contratorpedeiro *Mariz e Barros*, em julho de 1992. Daquele protótipo até a versão atual, o TTI passou por constantes evoluções, fruto de sugestões obtidas junto ao pessoal de bordo, seus usuários.

Atualmente, ele é mais robusto e apresenta menor custo. Foi instalado no Contratorpedeiro *Paraná* em 1999, tendo participado das comissões Fraterno-1999 e Aderex-I-2000, quando foi submetido a novos testes.

A implementação do sistema TTI capacitou o IPqM no desenvolvimento de produtos que vêm despertando o interesse de Marinhas amigas. (Do *Nomar* nº 700 de 05 de agosto de 2000)

NPa GURUPÁ REALIZA TRATAMENTO MAGNÉTICO

O Navio-Patrolha *Gurupá* realizou, na Base Naval de Aratu, tratamento magnético visando reduzir o magnetismo residual do navio. Esse magnetismo é consequência da influência que a força magnética natural da Terra exerce sobre a massa metálica do navio e precisa ser reduzido, pois é potencialmente perigoso quando da passagem sobre minas com dispositivos magnéticos de detonação. O tratamento é feito passando-se espiras em torno do navio, nas quais são aplicadas correntes elétricas, criando um campo magnético contrário ao anteriormente mensurado. Após

o tratamento, foi realizada a corrida da raia magnética, onde sofisticados sensores confirmaram a redução significativa do magnetismo residual. (*Nomar* nº 699, de 05/07/00)



NACIONALIZAÇÃO DE COMPONENTES DE RADARES

O Centro de Eletrônica da Marinha (CETM) superou dois importantes desafios que contribuirão para minimizar os problemas afetos aos sobressalentes do radar de busca aérea 967E das fragatas classe *Greenhalgh* e do radar Scanter Mil dos submarinos classe *Tupi*.

O primeiro desafio consistiu no projeto do equipamento "giga de teste", totalmente realizado pela Divisão Técnica do CETM, para as unidades denominadas *Pod Modulator* do radar 967E, de modo a criar um procedimento de reparo que, até então, vinha sendo realizado no exterior.

Essas unidades, oito para cada radar, geram um pulso de alta tensão para o transformador de pulsos, que posteriormente é entregue à válvula Klystron, possibilitando ao radar irradiar.

Na primeira quinzena do mês de maio, foram realizados, com sucesso, testes em quatro unidades a bordo da Fragata *Dodsworth*, que comprovaram o êxito do reparo.

O resultado alcançado propiciou uma economia imediata para a Marinha de aproximadamente R\$ 1.200.000,00, além da rápida

prontificação dos sistemas para nossos meios navais.

O segundo desafio ocorreu paralelamente ao aludido trabalho. Constatou-se o desenvolvimento do projeto de um servoamplificador para o radar Scanter Mil. **O servoamplificador original, orçado em aproximadamente US\$ 32.000,00, foi integralmente nacionalizado pela Divisão Técnica por cerca de R\$ 1.500,00.**

Este componente eletrônico desempenha um papel fundamental no sistema, por fornecer uma tensão variável ao motor que gira a antena do radar Scanter Mil, permitindo a variação da sua velocidade de rotação.

Foram conduzidos testes a bordo dos submarinos *Timbira* e *Tupi* com um protótipo do servoamplificador, tendo sido obtidos resultados satisfatórios.

Ao buscar soluções domésticas para serviços realizados apenas no exterior, com a conseqüente redução de custos e do tempo para a prontificação do reparo, o CETM continua fiel ao seu lema: "Trabalho bem feito, resultado perfeito". (*Nomar* nº 699, de 05/07/00)

JORNADA DE PSICOLOGIA 2000

O Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha organizou a Jornada de Psicologia 2000, com o propósito de contribuir para a valorização e a capacitação dos recursos humanos na MB, como parte das comemorações do seu 49º aniversário de criação como Organização Militar.

O evento foi realizado no auditório do 3º andar do SSPM, nos dias 25, 26 e 27 de julho, e teve como tema central "A Psicologia na Aviação", assunto atual e empolgante, em proveito do qual este Serviço de Seleção tem direcionado preponderante parcela do seu esforço principal.

A jornada teve o seguinte desenvolvimento, após a abertura procedida pelo Vice-Almirante Adilson Vieira de Sá, Diretor de Ensino da Marinha.

Palestra "A seleção psicofísica do piloto de caça", Vice-Almirante (Md-RRm) Marco Antonio Montenegro – Full Member da International Academy of Aviation and Space.

Palestra "A Personalidade do Aviador", Antonio Gomes Penna – Professor Emérito da UFRJ.

Painel "O Fator Humano na prevenção e na investigação de acidentes aeronáuticos", Capitão-de-Corveta (AvN) Fernando Moraes

Ribeiro – Diretoria de Aeronáutica da Marinha; Major Médico César Táboas Arias – Brigada de Aviação do Exército; Capitão QFO Flávia Gonçalves de Magalhães – Instituto de Psicologia da Aeronáutica.

Palestra “A experiência da Armada da República Argentina na seleção e no acompanhamento psicológico de pilotos”, Alberto José Gennari – Psicólogo da Marinha Argentina.

Palestra “A identidade do piloto frente às demandas da modernidade”, Carlos Batista Lopes Gonzales – Piloto da VARIG e Psicólogo.

Palestra “O instrutor de vôo na formação inicial do piloto”, Capitão-de-Fragata (AvN), Douglas Araújo Alves – Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha.

Palestra “O Fator Humano e a evolução tecnológica dos meios aéreos”, Major-Brigadeiro-do-Ar (Ref^o) Lauro Ney Menezes – Consultor Aeronáutico.

Palestra “A gestão do erro e a cultura organizacional aeronáutica”, Hugo Oscar Leimann Patt – Médico de Aviação e Consultor Aeronáutico – Argentina.

MENTALIDADE MARÍTIMA

A Sociedade de Amigos da Marinha do Estado do Rio de Janeiro (SOAMAR-RJ) promoveu um ciclo de conferências sobre o tema Mentalidade Marítima, um dos fatores primordiais componentes do Poder Marítimo.

A feliz iniciativa teve e terá o seguinte desenvolvimento, no auditório do 1^o Distrito Naval:

– “O Mar - Fonte de vida e riquezas”, pelo Vice-Almirante (Ref^o) Fernando Mendonça da Costa Freitas - a 29/08; – “Amazonas - O mar doce”, pelo Vice-Almirante Rui da Fonseca Elia - a 19/09; – “A Aviação Naval”, pelo Vice-Almirante Ricardo Antônio da Veiga Cabral - a 19/10; e – “A Marinha do Brasil e a Política de Defesa Nacional”, pelo Vice-Almirante Mauro Magalhães de Souza Pinto - a 28/11.

ENCONTRO DE ASSISTÊNCIA INTEGRADA AO PESSOAL

A Diretoria de Assistência Social da Marinha estará promovendo no período de 18 a 20 de outubro o 7^o Encontro de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha, na Escola de Guerra Naval, constituído por palestras e mesas-redondas a

cargo de convidados especiais. O encontro é destinado aos profissionais de serviço social, bacharéis em direito, capelães, psicólogos, psiquiatras e demais profissionais militares e civis de educação e saúde. (Bono nº 561 de 18/09/00)

ENCONTRO TÉCNICO DE QUÍMICA MILITAR

O Instituto de Pesquisas da Marinha promoverá o Primeiro Encontro Técnico de Química Militar nas suas dependências, nos próximos dias 30 e 31 do mês de outubro. O encontro faz parte do Programa de

Simpósios de Ciência e Tecnologia para o ano de 2000, patrocinado pela Secretaria Executiva do Conselho de Ciências e Tecnologia da Marinha. (Bono nº 427 de 19/07/00)

REUNIÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA NÁUTICA E DA HIDROGRAFIA

Como parte das comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, foi realizada, de 21 a 26 de agosto último, na Ilha Fiscal, Rio de Janeiro, a X Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia.

A organização do evento coube à Secretaria Geral da Marinha, à Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha e ao Serviço de Documentação da Marinha, com apoio da Diretoria de Hidrografia e Navegação e do Iate Clube do Rio de Janeiro. A sessão de abertura foi presidida pelo Secretário-geral da Marinha, Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo e logo em seguida pelo Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, o Contra-Almirante Max Justo Guedes.

A X Reunião abordou o tema "A Náutica e a Hidrografia nos Grandes Descobrimentos", sem se ater à cronologia dos acontecimentos. Dentre os vários especialistas estrangeiros vinculados a esta área de estudo, estiveram presentes de Portugal, Comandan-

te Antônio Estácio dos Reis, Inácio José Guerreiro, Luís Adão da Fonseca e Maria Emília Madeira Santos; da Espanha, Jesus Varela Marcos, Consuelo Varela e Juan Gil; da Inglaterra, Anita McConnell; da Hungria, István Rákoczi, da Itália, Carmem M. Radulet e da Holanda, Günter Schilder.

É indiscutível o êxito constante da série de reuniões já realizadas, tornando-se uma notória contribuição a dois importantes ramos das ciências históricas que são a História da Náutica e da Hidrografia.

Houve ainda durante o evento um passeio pela Baía de Guanabara a bordo do Rebocador *Laurindo Pitta*, terminando com um almoço oferecido pela Diretoria de Hidrografia e Navegação na Ponta da Armação, Niterói.

No encerramento da X Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia, o Iate Clube do Rio de Janeiro ofereceu um jantar no Salão Nobre de sua sede para os conferencistas e para a Comissão Executiva do evento.

O BRASIL DE PEDRO A PEDRO

O Espaço Cultural da Marinha inaugurou no dia 15 de setembro a exposição de marionetes "O Brasil de Pedro a Pedro", de Suzana Rodrigues. A exposição ficará aberta ao público até 19 de novembro.

Inaugurada em 1972, no Sesquicentenário da Independência, no Museu de Arte de São Paulo (MASP), com apresentação de Pietro Maria Bardi, "O Brasil de Pedro a Pedro" foi doada ao Patrimônio Cultural Brasileiro pela Sra. Lily de Carvalho Marinho em 89.

Esta obra de arte volta ao Rio (onde esteve em 73 e 88/89) por iniciativa do Diretor do Patrimônio Artístico e Cultural da Marinha, para

fazer parte da programação das Comemorações do 5º Centenário do Descobrimento.

Logo na entrada da mostra é prestada uma homenagem à artista, com a exposição de dois retratos de Suzana pintados, na década de 40, por Guignard e Djanira.

"Dediquei minha vida dinamizando um binômio de máxima responsabilidade: a criança e o museu", explica Suzana Rodrigues, que realizou, no MASP – Museu de Artes de São Paulo –, a primeira experiência de arte/educação em museu na América Latina. "O teatro de bonecos sempre esteve presente como o elo, o elemento mágico que permite todos os vãos

imaginários. Afinal, as crianças e os artistas são pássaros livres que se entendem muito bem”, conclui.

A OBRA

“O Brasil de Pedro a Pedro” apresenta, em quinze palcos independentes, 70 marionetes que representam os principais personagens de nossa História, da Descoberta à Independência. As marionetes são confeccionadas com superposição de texturas de tecidos, – uma das técnicas mais complexas de escultura, com 60 centímetros de altura, movidas a fios ligados a sistema elétrico.

Exposição única no gênero, pelo tema e dimensão, “O Brasil de Pedro a Pedro” propõe um conceito inovador no campo da arte-educação: dinamizar a relação museu-escola com o objetivo de, através de sua linguagem lúdica, estimular o estudo de nossa História e valorização de nossa identidade cultural.

Elogiada pelos mais eminentes intelectuais e artistas, como Gilberto Freyre, Rachel de Queiroz, Enio Silveira, Aracy Amaral, Luiz Áquila e tantos outros, esta exposição sempre bateu recorde de visitação em todos os museus em que foi apresentada, em São Paulo, Rio, São Luiz, Teresina, Natal e outras capitais brasileiras. Desde 90 esteve em exposição no Palácio do Planalto, em Brasília,

fazendo parte de um programa de visitação escolar à Praça dos Três Poderes.

A ARTISTA

A artista-educadora, marionetista, socióloga e jornalista paulista Suzana Rodrigues fez parte da equipe de fundação do MASP, em 47, criando o Club Infantil de Arte, primeira experiência com crianças dentro de museu na América Latina.

Na década de 50 criou a brinquedoterapia, levando painéis e teatro de bonecos feitos pelas crianças do MASP para a ala infantil do Hospital das Clínicas, projeto que teve repercussão internacional através de Congressos de Arte e Educação.

Paralelamente introduziu conceitos de arte moderna em seu teatro de bonecos, apresentando textos de Monteiro Lobato, Garcia Lorca, e contos de fada com a participação em sua equipe de Lina Bo Bardi, Aluisio Magalhães e Wesley Duke Lee.

Musa de sua geração e ponta de lança das idéias mais avançadas de seu tempo, Suzana foi retradada por Guignard, Djanira e Flavio de Carvalho. Nos anos 40 foi casada com o artista Augusto Rodrigues, com quem teve dois filhos, também artistas – Antônio Carlos e Teresa Cristina. Desde 65 mora em Nova Viçosa, sul da Bahia.

IV MOSTRA PUC-RIO

A Marinha do Brasil participou da IV Mostra PUC-Rio, que teve como tema “As relações de trabalho num mundo globalizado,” realizada entre os dias 22 e 25 de agosto, no Campus da PUC, na Gávea, Rio de Janeiro.

A Marinha apresentou quatro módulos expositivos: “Pesquisas e Projetos Desenvolvidos” (IPqM e IEAPM), “Construção Naval” (AMRJ), “Meteorologia e Cartografia” (CHM) e “Como ingressar na Marinha” (DEnsM). A Mostra reuniu mais de 40

empresas, que expuseram seus serviços, produtos e programa de inserção de jovens e futuros profissionais em seus quadros. No primeiro dia da Mostra, as OM expositoras participaram de um *workshop*, quando foi proferida palestra sobre o tema “Pesquisa e desenvolvimento e a carreira na Marinha do Brasil”. Naquele mesmo dia, houve apresentação da Banda Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais. (Do Bono nº 491, de 17/8/2000)

SIMPÓSIO SOBRE ACÚSTICA SUBMARINA

O Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM) realizará em suas dependências, na Ilha do Governador, Rio de Janeiro, nos dias 8, 9 e 10 de novembro de 2000, o I Workshop em Acústica Submarina (WAS-2000). O evento faz parte do Programa de Simpósios de Ciência e Tecnologia para 2000, patrocinado pela Secretaria-Executiva do Conselho de Ciência e Tecnologia da Marinha.

O evento será constituído de mesas de debates organizadas de forma a discutir os

seguintes temas: Modelagem de perdas na propagação acústica em águas rasas e profundas; Técnicas de inversão geo-acústica; Ruído ambiente e reverberação acústica.

Os trabalhos serão apresentados e discutidos por pesquisadores de instituições tais como o IPqM, COPPE-UFRJ, Naval Research Laboratory (EUA), Naval Postgraduate School (EUA) e Universidade de Algarve (Portugal). (Do BONO nº 498, de 21/08/00)

SIMPÓSIO DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARE DA MARINHA

Será realizado nos dias 22 e 23 de novembro próximo, no auditório do Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão, na Ilha de Mocanguê, Niterói (RJ), o I Simpósio de Manutenção de Software da Marinha (MANSOFT'2000). O evento está sendo organizado pelo Centro de Apoio a Sistemas Operativos da Marinha (CASOP), com o apoio da Secretaria-Executiva do Conselho de Ciência e Tecnologia da Marinha.

O objetivo do simpósio é promover um fórum onde civis e militares (oficiais e praças) da Marinha que atuem nas áreas de manuten-

ção, desenvolvimento de sistemas e atividades correlatas possam divulgar e conhecer trabalhos práticos e ferramentas, bem como discutir aspectos teóricos da área de manutenção e manutenibilidade.

O CASOP incentiva a participação dos profissionais de informática a enviar trabalhos, apresentando experiências, soluções encontradas e ferramentas utilizadas para a manutenção ou visando a manutenibilidade, tendo em vista a importância desta área na manutenção dos sistemas operativos e administrativos da Marinha. (BONO nº 527, de 1/9/00)

SIMPÓSIO DE MEDIDAS OCEANOGRÁFICAS COM RECURSOS ESPACIAIS

O Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) estará realizando, de 24 a 27 de outubro de 2000, o II-OCSAT, de acordo com o programa de simpósios em Ciência e Tecnologia patrocinados pela Secretaria Executiva do Conselho de Ciência e Tecnologia da Marinha. O evento pretende reunir um grupo de especialistas militares e civis com conhecimentos na área de sensoriamento remoto por satélite do ambi-

ente marinho e em novas tecnologias. Na programação preliminar, estão previstas as abordagens aos seguintes assuntos:

– Sensoriamento Remoto por Satélites: Potencialidades, Limitações e Aplicações em Inteligência Militar e Vigilância.

– Medidas Oceanográficas com Sistemas Sensores instalados a bordo de Satélites (Radar/Microondas, Infravermelho e Visível): Potencialidades, Limitações, Aplicações.

– Utilização do Sensoriamento Remoto por Satélite para Monitoramento do Ambiente Marinho: Resultado e Aplicações.

– Medidas Oceanográficas com Transmissão de Dados por Meio de Plataformas Orbitais e seus Sensores. Potencialidades, Limitações e Aplicações.

– Novos Sistemas de Transmissão de Dados na Área de Oceanografia (Satélites, Radar (HF), Laser, etc.): Potencialidades, Limitações e Aplicações.

– Programas Nacionais e Organismos Fomentadores.

(Bono nº 487, de 16/8/00)

SIMPÓSIO SOBRE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO E FEIRA DE TECNOLOGIA E ARTES NAVAIS

O Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA), no Rio de Janeiro, promoveu, do dia 12 a 15 de setembro último, o II Simpósio sobre Qualidade na Educação e a I Feira de Tecnologia e Artes Navais, propiciando um fórum de debates e proporcionando a troca de experiências entre os profissionais de ensino. Participaram do evento oficiais, praças e funcionários civis atuantes e interessados nas áreas de Educação e Tecnologia.

A Feira de Tecnologia e Artes Navais expôs trabalhos desenvolvidos por alunos das Escolas do CIAA e divulgou produtos e serviços de instituições civis.

O evento obedeceu a programação a seguir:

– MODFRAG - Atualização Técnica na Área de Eletrônica e Comunicações; - Aplicação de CLP nos Processos Atualizados; - Sala

de Aula Interativa; - Relacionamento Interpessoal; - Pannel sobre Cursos Profissionais nas Forças Armadas; - A Guerra Eletrônica nas Comunicações Navais; - Abastecimento de Material de Subsistência; - Educação Profissionalizante e Metodologia para o Ensino Profissional; - Formação Multidisciplinar *versus* Formação Especifista; - Ensino à Distância; - Alimentação e Saúde; - Mecatrônico: Que Profissional é esse?; - Tecnologia Educacional; - Avaliação de Aprendizagem; - Pannel sobre Liderança e Relações Humanas na Formação Militar; - Injeção Eletrônica de Motor a Diesel; - *Stress versus* Motivação para a Vida; e - Simuladores no Ensino.

Encerramento, com a apresentação da Banda de Música do CIAA e entrega de certificados. (BONO nº 486, de 16/8/00)

CURSO DE GESTÃO DE PEQUENOS NEGÓCIOS

Como parte do Projeto Com Vivência, desenvolvido pela Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM) com a finalidade de preparação de militares e civis para a reserva/aposentadoria da Marinha, foram estabelecidos contatos com Atrativa (Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Estado do Rio de Janeiro), que implementa o Programa Brasil Empreendedor, do Governo Federal, por meio do convênio de cooperação técnica do SEBRAE/RJ.

Este programa tem como objetivo contribuir para a geração de renda, manutenção e criação de postos de trabalho, por meio de divulgação, capacitação profissional, crédito para empreendimentos e assessoria técnica.

O curso possui uma carga horária de 16 horas e será ministrado em local e período a serem estabelecidos de acordo com o número de interessados em participar do projeto.

Militares e civis que estejam a, no máximo, um ano para completar o tempo de serviço e

PAINEL DE AZULEJOS “ADORAÇÃO DOS MAGOS”

No ensejo das comemorações do quinto centenário do Descobrimento do Brasil, o Almirante-de-Esquadra Carlos Augusto Costa, Comandante-Geral do Copro de Fuzileiros Navais, e o Contra-Almirante Américo da Silva Santos, da Marinha de Portugal, desceram o Pannel de Azulejos “Adoração dos Magos”, oferecido à Escola Naval brasileira pela Escola Naval portuguesa, em cerimônia realizada no dia 11 de junho de 2000. Esta reinterpretação do quadro de Grão Vasco, a “Adoração dos Reis Magos”, do século XVI, bastante apropriada à ocasião e aos laços fraternais que unem essas duas Instituições ligadas à formação de homens do mar, manifesta este episódio da Natividade de forma bastante original, substituindo o tradicional

Mago Negro Baltazar por um índio brasileiro – um tupinambá – e o Mago Europeu Melchior por Pedro Álvares Cabral, amigo do pintor. A obra original constitui, provavelmente, a primeira representação ocidental de um nativo das terras de Vera Cruz e o único retrato de Cabral.

Este painel, que compõe hoje compõe a fachada da Biblioteca da Escola Naval, figura ao lado da azulejaria que reproduz a folha dois do *Livro das Armadas*, onde é representada a frota de Cabral, e que foi também apresentado pela Marinha de Portugal à Marinha do Brasil, trazida pelo Navio-Escola *Sagres*, em 1941. O quadro foi apresentado pela *RMB*, no número anterior – v. 120 nº 1/3 jan./mar. 2000, na 2ª capa.

CAMPEONATOS BRASILEIROS DE NATAÇÃO, JUDÔ E MARATONA

A Comissão de Desportos da Marinha divulgou a participação de militares em campeonatos brasileiros realizados na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), em Barbacena, Minas Gerais, entre os dias 19 e 23 de julho, e no Ibirapuera, São Paulo, nos dias 21 a 23 de julho. Nas competições alguns militares da Marinha merecem destaque:

a) No XXX Campeonato Brasileiro de Natação o Primeiro-Tenente (EN) Rodrigo Pinheiro Padilha (da Estação Rádio da Marinha no Rio de Janeiro) alcançou o 3º lugar na prova de 200 m *medley*, 3º lugar na prova de 100 m costas e venceu a prova de 100 m peito. O Soldado (FN) Daniel de Amorim Lepesteur (do 1º Batalhão de Infantaria dos Fuzileiros Navais) se classificou em 2º lugar na prova de 400 m livre.

A equipe feminina da Marinha sagrou-se campeã no revezamento 4 x 50 m livre, com destaque para a Capitão-Tenente (T) Regina Boanerges Siqueira (do Serviço de Documen-

tação da Marinha), 2ª colocada no 50 m livre, e a Primeiro-Tenente (T) Maria Cecília Trindade de Castro (Diretoria de Hidrografia e Navegação), 3ª colocada na prova de 50 m livre.

b) No Campeonato Brasileiro de Judô das Forças Armadas o CB-BA José Geovane Brandão Gomes (Corveta *Inhaúma*) conseguiu o 2º lugar da categoria absoluto e ficou em 3º lugar na categoria leve, enquanto que o MN-RC Cleyton da Silva Moutinho (CEFAN) também foi vice na Categoria meio-leve e o CB-FN-IF Fábio Ferreira Reges (3º BtlInffuzNav), o 3º lugar da categoria pesado.

c) Já na Ultra-Maratona 24 Horas de São Paulo, realizada no Ibirapuera, São Paulo, entre os dias 21 e 23 de julho, a Marinha fez-se representar pelo 2º SG-FN-IF Sebastião Ferreira Guia (BFNIG), campeão da categoria maiores de 30 anos e 7º lugar geral dentre os 87 participantes, militares e civis. (*Bono* nº 488 de 2/8/00)

CAMPEONATO BRASILEIRO DE TRIATHLON DO EXÉRCITO

Foi realizado, em 13 de agosto último, em Vitória (ES), o XV Campeonato Brasileiro de Triathlon do Exército. A equipe representativa da Marinha, composta por cinco militares, obteve a seguinte classificação individual:

Faixa etária de 34 a 39 anos masculino: Capitão-Tenente Ítalo Gama Franco Monsores, do Grupo de Mergulhadores de Combate (1º lugar).

Faixa etária de 26 a 33 anos feminino: Terceiro-Sargento (EF) Geanneide Soares

Andrade Peny, da Base Almirante Castro e Silva (1º lugar).

Faixa etária de 26 a 33 anos masculino: Primeiro-Tenente (FN) Alexandre Antônio da Costa, do 1º Batalhão de Infantaria dos Fuzileiros Navais (4º lugar) e Cabo (FN) Antônio Carlos de Miranda, do Comissão de Desportos da Marinha (6º lugar).

Faixa etária de 18 a 25 anos masculino: Soldado (FN) Alexandre Barcelos Santos, do 3º Batalhão de Infantaria dos Fuzileiros Navais (4º lugar). (BONO nº 499, de 21/8/00)

DSAM BATIZA ESCALER

A Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha (DSAM) batizou, no dia 9 de agosto último, o Escaler *Elétron*. O batismo da embarcação aconteceu na Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), na Ponta da Armação, Niterói (RJ). Por ocasião do evento, foi lida a seguinte Ordem do Dia, assinada pelo diretor da DSAM, Vice-Almirante Carlos Afonso Pierantoni Gambôa:

“Para homens e mulheres que escolheram a Marinha como profissão, falar do mar, conhecer a sua ambiência e locomover-se em sua superfície, profundezas ou espaço aéreo sobrejacente, é natural mas não suficiente. A intimidade com o meio que identifica nossas atividades deve ser oxigenada com o respeito por sua força e com a afeição por suas belezas e peculiaridades.

A embarcação tipo escaler apresenta-se como um dos instrumentos adequados para a iniciação deste convívio, pois permite que seus tripulantes o manejem a remo ou a vela.

Assim nasceu o Escaler *Elétron*, com o único propósito de permitir que mais um grupo de marinheiros e marinheiras estreitasse seus laços com o mar. O Escaler *Elétron* sur-

giu como elemento de aglutinação entre tripulantes, avivador do fogo sagrado, irradiador de entusiasmo e amor pela Marinha.

Construído por quem tem *tradição de fazer bem feito*, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, apoiado por quem forma os futuros chefes navais, a Escola Naval, abrigado por quem zela pela segurança da nossa navegação, a Diretoria de Hidrografia e Navegação, e tendo como madrinha a Sra. Lígia de Brito Longo, definitivamente integrada à Marinha por laços familiares e afetivos, esta pequena embarcação ganha vida, empresta vida, alegre vidas.

A todos que colaboraram na consecução deste singular projeto o nosso muito obrigado.

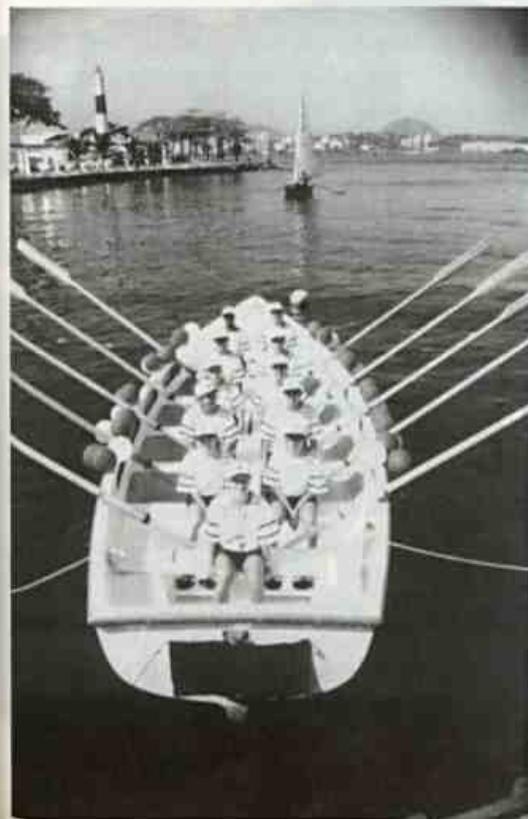
O *Elétron* não pertence à Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha. É propriedade da Família Naval, que esperamos o utilize com frequência. Ele vai se juntar a outros irmãos mais velhos que hoje têm identidade própria e constituem uma classe homologada na Federação Carioca de Vela. Vai permitir que um grupo de mulheres represente a Marinha do Brasil em competições de remo. Possibilitará o lazer sadio e o aprimoramento físico dos que nele embarcarem.



O apito em continência

O ESCALER ELÉTRON DA DSAM

Antes do batismo



O patrão agradece a madrinha



“*Elétron*, bons ventos, boas remadas, mares tranqüilos”.

As fotos mostram o evento ocorrido em 9 de agosto de 2000, no cais da Base de Hidrografia, destacando-se o agradecimento do patrão do *Elétron*, Primeiro-Sargento (ES-SC) Luciene Maria Nunes de Oliveira, à madrinha, em nome de toda a sua guarnição, forma-

da por uma funcionária civil e militares, todas da DSAM.

Ainda vale assinalar, o que escreveu o Funcionário Nilton Costa, com 18 anos de casa e 30 de Marinha: “A DSAM deixa de ser somente uma OM de terra. Agora uma pequena embarcação leva seu grande nome pelos verdes mares do Brasil”.

JOGOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS

Os Aspirantes Giraldes, Edésio, Felipe Garcez e Felipe Marques, da Escola Naval, venceram a prova de revezamento 4X100m, sendo considerados campeões brasileiros universitários nos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs) 2000 (Atletismo), realizados em Vitória (ES), de 29 a 31 de julho último. A Escola Naval esteve representada nos Jogos por cinco aspirantes, fazendo parte da Dele-

gação do Estado do Rio de Janeiro. O Aspirante Giraldes obteve, ainda, o 2º lugar no salto em distância, o Aspirante Cláudio Rodrigues ficou com o 3º lugar no arremesso de peso e o Aspirante Edésio com o 6º lugar na prova de 100m rasos. A Delegação Universitária do Estado do Rio de Janeiro obteve a 4ª colocação geral, dentre as 23 delegações participantes. (BONO nº 466, de 7/8/00)

XXI REGATA DO COLÉGIO NAVAL

Foi realizada, em 12 de agosto último, no Colégio Naval, em Angra dos Reis, Rio de Janeiro, a XXI Regata do Colégio Naval. A Regata foi promovida pelo Grêmio de Vela do Colégio Naval e contou com o patrocínio da Petrobrás, Eletronuclear S. A. e Representações Proinde.

Participaram 80 barcos, sendo 37 na classe Laser, 19 na classe Optimist e 33 veleiros na classe Oceano. Também foi realizada prova de canoagem oceânica, com a participação de 102 atletas, em 89 caiaques, sendo 76 simples e 13 duplos.

Foram os seguintes os resultados obtidos nas competições:

Classe Optimist – 1º lugar: Felipe Mello Gonzaga, do ICJG; 2º lugar: Rodrigo Scarton, do ICJG; 3º lugar: Fernando Costa de Souza, do CN-C.

Classe Laser – 1º lugar: Aspirante Alexandre Ortega, do Grêmio de Vela da Escola Naval

(GVEN); 2º lugar: Aspirante Cláudio Costa, do GVEN; 3º lugar: Aspirante Bruno Macedo, do GVEN.

Classe Oceano – Categoria APS – 1º lugar: Veleiro *Barbarian*, do ICAR; 2º lugar: Veleiro *Serafin*, do ICVB; 3º lugar: Veleiro *Silene*, do ICVB. Categoria Ranger – 1º lugar: Veleiro *Sítio Forte*, do Grêmio de Vela do Colégio Naval (GVCN); 2º lugar: Veleiro *Gipôia*, do GVCN; 3º lugar: Veleiro *Parati*, do GVCN. Categoria ORC-Club – 1º lugar: Veleiro *Gaia IV*, do BYC; 2º lugar: Veleiro *Villegagnon II*, do GVEN; 3º lugar: Veleiro *Brekelê*, do GVEN.

A Comissão de Regatas teve como árbitros de honra o Comandante do Colégio Naval, Capitão-de-Mar-e-Guerra Edison Lawrence Mariath Dantas e o Presidente da Federação Brasileira de Velas, Walcles Figueiredo de Alencar Osório e como árbitro geral Ricardo Baggio de Carvalho.



"Aspectos da Regata do Colégio Naval: canoagem e vela, o Breklé montando 'bóia'"



JUIZES MILITARES

Nos dias 29 e 30 de junho, foi realizado, no auditório do Comando do 1º Distrito Naval, o Estágio de Qualificação para Juizes Militares ministrado por oficiais da área jurídica da Diretoria do Pessoal Militar da Marinha, e destinado ao preparo dos oficiais sorteados para compor os Conselhos Permanentes de Justiça (CPJ) durante o 3º trimestre/00 (julho a setembro).

O estágio foi criado por Portaria do Diretor com o propósito de suplementar os conhecimentos jurídicos dos oficiais que irão compor os CPJ, preparando-os para exercer as funções de juizes militares.

O estágio teve a duração de dois dias, com frequência às aulas de caráter obrigatório, sem conter uma avaliação de aprendizagem.

Ao final do estágio, foi elaborado um relatório contendo comentários sobre o exercício dessa função, realçando as dificuldades encontradas.

Foram abordados a Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei de Organização Judiciária Militar da União, o Código Penal Militar e o Código de Processo Penal Militar. (Bono nº 390, de 28/06/00)

ESCOLA DE APRENDIZES-MARINHEIROS DO ESPÍRITO SANTO (EAMES) BATIZA O SEU SIMULADOR DE MANOBRAS

Foi realizada a Cerimônia de Batismo do Simulador de Manobras da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo (EAMES), o Navio de Instrução *Espírito Santo*, tendo como madrinha a primeira dama do Estado, Srª Maria Helena Ruy Ferreira.

Para a construção do simulador, foi utilizado como modelo a classe



Piratini de navios-patrolha e contou-se com a colaboração de segmento do setor empresarial do Estado do Espírito Santo e da SOAMAR-Vitória.

Esse simulador, que é dotado de todos os acessórios didáticos necessários a retratar a realidade da vida a bordo de um navio de guerra, contribuirá para a formação dos aprendizes-marinheiros daquela Escola. (Nomar nº 699, de 05/07/00)

MELHORES ALUNOS DA USP DE 1999

No dia 29 de junho de 2000, em cerimônia presidida pelo Prof. Dr. Antonio Marcos de Aguirra Massola, Diretor da Escola Politécnica da USP (EPUSP), e com a presença do Vice-

Almirante Ronaldo Fiuza de Castro, Comandante do 8º Distrito Naval, convidado para compor a mesa dos trabalhos e proceder à entrega do Prêmio Marinha do Brasil, reali-



Professor Massola cumprimenta o Tenente Fávero

zou-se no Anfiteatro do Prédio da Administração da EPUSP a cerimônia de outorga de prêmios aos melhores alunos dos cursos de graduação da escola politécnica da Universidade de São Paulo, no ano letivo de 1999.

Foram destacados, dentre os melhores alunos de graduação do ano passado os seguintes oficiais:

Primeiro-Tenente (EN) Eduardo Fávero, Curso de Engenharia Elétrica, ênfase em computação, que recebeu os seguintes prêmios:

- *Conde Armando Álvares Penteado*, conferido aos formandos classificados nos três primeiros lugares nos Cursos de Graduação da Escola Politécnica da USP (Tenente Fávero foi o 1º colocado).

- *Instituto de Engenharia*, concedido anualmente ao aluno que obteve o melhor desempenho no curso de graduação.

- *Tektronic*, conferido anualmente aos melhores alunos dos 4º (básico) e 10º (profissional) semestres do curso de Engenharia Elétrica.

- *CREA-SP de Formação Profissional*, conferido anualmente aos melhores alunos dos cursos de graduação desta escola.

O Primeiro-Tenente (EN) Alexandre Koji Takimoto, Curso de Engenharia Naval, ênfa-

se em Estruturas, recebeu os seguintes prêmios:

- Prêmio Marinha do Brasil, conferido anualmente ao melhor aluno do curso de Engenharia Naval, Civil ou Militar.

Prêmio CREA-SP de Formação Profissional é conferido anualmente aos melhores alunos dos cursos de graduação daquela escola.

Após o ato de entrega dos prêmios, o Primeiro-Tenente (EN) Eduardo Fávero, em nome dos agraciados, discursou em agradecimento à Escola Politécnica e às entidades outorgantes dos prêmios.

Em seu discurso de encerramento da cerimônia o Diretor da Escola Politécnica ressaltou a profícua parceria de quase cinco décadas entre a Marinha do Brasil e a Escola Politécnica, na área de desenvolvimento de tecnologia e formação de pessoal, através de convênio gerenciado pelo Centro de Coordenação de Estudos da Marinha em São Paulo, antigo Escritório Técnico de Construção Naval, Organização Militar que funciona nas instalações daquela escola.

VA Fiuza entrega prêmio ao 1º Tenente Takimoto



NE BRASIL PARTICIPA DA INTERNATIONAL NAVAL REVIEW – EUA

Em continuação à XIV Viagem de Instrução de Guardas-Marinha (VIGM) e em comemoração ao aniversário dos Estados Unidos da América (EUA), o Navio-Escola *Brasil* participou, em Nova York, no dia 4 de julho, na Internacional Naval Review.

O presidente dos Estados Unidos, a bordo do USS *Hue City*, cruzador da classe *Ticonderoga*, passou em revista os navios que estavam fundeados no Rio Hudson e cujas tripulações o homenagearam, perfiladas em Postos de Continência. Do acontecimento também tomaram parte navios das Marinhas dos seguintes países: África do Sul, Canadá, Cingapura, França, Grécia, Índia, Irlanda, Inglaterra, Itália, Japão e Turquia. Canadá, Japão e Brasil participaram, também, da OP Sails 2000.

Durante sua estadia em Nova York, o *Brasil* foi visitado por aproximadamente

2.000 pessoas, nos portos de Staten, Island e Manhattan. Os visitantes puderam conhecer, na exposição montada a bordo, aquarelas do Almirante Trajano, réplicas de obras de Portinari, além de painéis sobre a cultura brasileira e de empresas nacionais como a Emgepron, Embraer, Embratur, Casa da Moeda e Fundação Oswaldo Cruz.

Ocorreu, ainda, um torneio de futebol no Complexo Desportivo de Corona Parque, com a participação de equipes de 35 países. A equipe do *Brasil* obteve a terceira colocação.

Essas atividades contribuíram para o intercâmbio de conhecimentos com outros países e culturas, o que é um dos propósitos dessa viagem de aprimoramento acadêmico-profissional dos futuros oficiais da Marinha. (Nomar nº 700, de 5/8/00)

XIV VIAGEM DE INSTRUÇÃO DE GUARDAS-MARINHA

Em 14 de junho, teve início a XIV Viagem de Instrução de Guardas-Marinha do Navio-Escola *Brasil*, após cerimônia com a presença do Vice-Presidente da República, Marco Maciel. O vice-presidente enfatizou a importância desta viagem, que ocorre no ano em que são comemorados os 500 anos do descobrimento do Brasil, o que se constitui em oportunidade ímpar para o intercâmbio de conhecimentos com culturas estrangeiras e para o aprimoramento acadêmico-profissional dos futuros oficiais da Marinha. O navio visitará 21 portos em 18 países, na América do Norte, na Europa, na África, no Caribe e na América do Sul. (New York, Las Palmas, Rowen,

Hamburgo, Estocolmo, Copenhague, Londres, Lisboa, Toulon, Pireu, Civitavecchia, Mônaco, Barcelona, Casablanca, Funchal, Port of Spain, Puerto La Cruz, Callao, Valparaíso, Mal del Plata e Montevideo).

Já no primeiro porto da viagem, Fortaleza, ocorreu, a bordo, o lançamento da série de selos "Navios": Navio-Veleiro *Cisne Branco* e Navio-Escola *Brasil*. O evento contou com a presença do Vice-Governador do Estado, Benedito Clayton Veras Alcântara, dentre outras personalidades, e com uma apresentação do coral da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT). (Nomar nº 699, de 05/07/00 e Bono nº 411 de 10/07/00)

NPa *BOCAINA* NO RIO JARI

O Navio-Patrolha *Bocaina* completou, em 10 de julho último, seu 2º aniversário. O navio, o segundo da Marinha do Brasil a ostentar esse nome, foi construído na Inglaterra e incorporado em 1998.

Nesse período, participou de diversas operações, dentre as quais destacaram-se: a Operação "Chance para Todos", realizada em

conjunto com a Polícia Federal, Receita Federal e Ibama; a "Ribeirex-2000"; e o apoio à população desabrigada do Rio Jari.

O navio vem desempenhando suas missões de patrulha no mar territorial brasileiro e de socorro e salvamento marítimo, assim como vem levando o apoio e a presença da Marinha à população ribeirinha na Amazônia.



A expressividade da fotografia mostra, com clareza, a participação da Marinha na Amazônia (Nomar nº 700 de 5 de agosto de 2000)

OPERAÇÃO RIBEIREX AM-2000

Com o propósito de sedimentar doutrina e aperfeiçoar procedimentos operativos para as operações ribeirinhas na Amazônia Ocidental, foi realizada, na região de Coari, no período de 23 a 30 de maio, a Operação Ribeirex AM-2000.

Com a missão de conquistar e manter as localidades de Livramento, Itapeua e o Bairro de Pera, a Força Tarefa Ribeirinha (ForTaRib) foi constituída por: Navios-Patrolha Fluviais *Pedro Teixeira*, *Raposo Tavares*, *Rondônia*,

Roraima e *Amapá*; Navio-Transporte de Tropas *Custódio de Mello*, além dos destacamentos do GptFN-Manaus, EsqDHU-3, CiaCom, CiaGE, BltEngFuzNav e BtlOpEspFuzNav. Integraram o figurativo inimigo a Corveta *Solimões* e o Navio-Patrolha *Pampeiro*. Após a operação, foi realizada ação cívico-social nas localidades abrangidas pela operação, com atendimento médico-odontológico para a comunidade local. (Nomar nº 699, de 05/07/00)

OPERAÇÃO TROPICALEX-00

O Comando da 2ª Divisão da Esquadra compôs o Estado-Maior da Força-Tarefa (FT) 803, sob o comando do comandante-em-cheefe da Esquadra, durante o planejamento, execução e avaliação da Comissão TROPICALEX/APRESTEX-00. Nela, foram realizados exercícios reais e simulados de combate na área marítima compreendida entre o Rio de Janeiro e Natal, a fim de aumentar o grau de adestramento e a prontidão dos navios e aeronaves da Marinha.

Integraram a FT 803 as Fragatas *Defensora*, *Niterói*, *Greenhalgh* e *Rademaker*, o Navio-Desembarque-Doca *Rio de Janeiro*, a Corveta *Jaceguai*, os Navios-Tanque *Marajó*

e *Almirante Gastão Motta*, e o Contratorpedeiro *Paraíba*. Sete helicópteros da Marinha participaram, embarcados, realizando operações aéreas de esclarecimento, ações A/S e outras, tanto diurnas quanto noturnas. O Submarino *Timbira*, navios dos Comandos do 1º, 2º e 3º Distritos Navais e aeronaves da Força Aérea Brasileira apoiaram a operação.

Durante a Comissão, ainda ocorreram patrulhas no Arquipélago de São Pedro e São Paulo e no Atol das Rocas, além de fundeio na Ilha de Fernando de Noronha. Os navios da Força-Tarefa visitaram os portos de Salvador, Recife, Cabedelo, Natal e Maceió. (*Nomar* nº 699, de 05/07/00)

LIVRO SOBRE A HISTÓRIA DA MARINHA NO PIAUÍ

Foi lançado, em maio deste ano, o livro "História da Marinha do Brasil no Piauí", escrito por Renato Neves Marques, da Academia Parnaibana de Letras e da Sociedade dos Amigos da Marinha do Piauí.

Da introdução retiramos: "verificando a inexistência de livros que informassem a história da nossa Marinha no Piauí, lancei-me nesta gratificante tarefa de coletar subsídios...". A obra se apresenta dividida em duas

partes: a primeira narra os primórdios da nossa região litorânea, os fatos históricos importantes e as criações da Capitania dos Portos e da Escola de Aprendizes Marinheiros e dá a relação dos capitães do porto; a segunda parte do livro apresenta alguns documentos, dentre os quais a Lei de 1840, fixando as forças do mar para o ano financeiro de 1841 a 1842, e o Decreto de 1873, que cria a Companhia de Aprendizes Marinheiros em Parnaíba.

EXÉRCITO MINISTRA CURSO DE HISTÓRIA MILITAR

Teve início na Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO) o curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em História Militar, mediante convênio entre o Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército Brasileiro e a Fundação Pró-UNIRIO e interveniência do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Iniciativa pioneira no Brasil, o curso é composto de 400 horas-aula, monografia, projeto de pesquisa, bem como quatro módulos de ensino, a saber: Teoria e Meto-

dologia da História, História Militar Geral, História Militar do Brasil e Tópicos Especiais/Seminários, envolvendo estes últimos questões de geopolítica, medalhística, heráldica, liderança na história militar, etc.

Previsto para terminar em dezembro, o curso é ministrado por professores do Departamento de História do Centro de Ciências Humanas da UNIRIO e especialistas em história militar, cabendo àqueles toda a parte acadêmica do curso, que abrange o controle

da qualidade e a adequação das aulas e pesquisas aos conteúdos programáticos e a emissão dos certificados de conclusão, conforme determinações do MEC.

Seu corpo discente é formado por 15 oficiais do Exército, sendo gentilmente cedidas

quatro vagas às demais Forças Armadas. A Marinha do Brasil está representada por duas oficiais graduadas em História, indicadas pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha. (Do Informativo Cultural nº 2 – 2ªT/00 – DPHCM)

PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS

Entrou em vigor, em 28 de julho de 2000, a Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União nº 82-A, de 29 de abril de 2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.

Essa Lei vem regulamentar no País a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL) e estabelece normas rígidas para a operação de navios, plataformas, terminais e portos organizados, no que diz respeito a descarga de óleo, substâncias nocivas ou perigosas e lixo.

Dentre os principais dispositivos, destacam-se os seguintes:

1) As infrações poderão ser punidas com multas que variarão entre 7 mil e 50 milhões de reais, além das sanções administrativas e penais previstas em outras leis.

2) Dentre os que podem responder pelas infrações estão o comandante ou tripulante do navio/base.

3) Os meios navais, aeronavais e bases da Marinha do Brasil não estão excluídos da abrangência da Lei.

4) Dentre os responsáveis pelo cumprimento da Lei está a Autoridade Marítima, exercida pelo Comandante da Marinha, com as seguintes atribuições:

a) fiscalizar navios, plataformas e suas instalações de apoio, e as cargas embarcadas de natureza nociva ou perigosa, atuando os infratores na esfera de sua competência;

b) levantar dados e informações e apurar responsabilidades sobre os incidentes com navios, plataformas e suas instalações de apoio que tenham provocado danos ambientais;

c) encaminhar os dados, informações e resultados de apuração de responsabilidades ao órgão federal de meio ambiente, para avaliação dos danos ambientais e início das medidas judiciais cabíveis; e

d) comunicar ao órgão regulador da indústria do petróleo irregularidades encontradas durante a fiscalização de navios, plataformas e suas instalações de apoio, quando atinentes à indústria do petróleo.

5) A Autoridade Marítima opinará na definição da localização e dos limites de áreas marítimas ecologicamente sensíveis, as quais deverão constar das cartas náuticas nacionais.

6) Os alijamentos de resíduos e outras matérias em águas jurisdicionais brasileiras deve obedecer, estritamente, ao estabelecido na Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias, de 1972, também conhecida por Convenção de Londres, 1972.

(BONO nº 516, de 29/8/00)

BIBLIOTECA DA MARINHA HOMENAGEIA GARCEZ PALHA

Foi realizada em setembro último, na Biblioteca da Marinha, a exposição temporária

sobre o sesquicentenário de nascimento do Capitão-de-Fragata José Egídio Garcez Palha.

Na ocasião, foi inaugurado um painel no Salão de Leitura da Biblioteca, onde constaram a foto e as informações sobre o referido oficial, considerado o primeiro bibliotecário da Marinha.

Quando aspirante, Garcez Palha foi voluntário para participar de operações na guerra do Paraguai.

Foi administrador de estabelecimentos de cultura e recebeu louvores do Imperador pelos "relevantes serviços prestados durante o

exercício de seu emprego de bibliotecário..." e pela sua atuação na *Revista Marítima Brasileira*. Como organizador do Museu Naval e Oceanográfico, foi responsável pela reunião de obras e peças até sua inauguração. Também lecionou na Escola Naval e publicou diversas obras, entre elas a sua famosa *Efemérides Navais*.

Garcez Palha faleceu em 9 de março de 1898, no Rio de Janeiro. (Do Informativo Cultural nº 2 – 2ºT/00 – DPHCM)

FAIRPLAY LANÇA CD-ROM DE GUIA DE PORTOS 2000

A *Fairplay Publications* lançou em março, em Londres, o Guia de Portos 2000, um banco de dados contendo detalhes de portos e terminais mundiais em um único CD-Rom.

O Guia de Portos 2000 fornece especificações completas de instalações e serviços de mais de 4600 portos e terminais; endereços e detalhes de contato para mais de 17 mil provedores de postos de serviço; carta dos portos, gráficos de amarração e fotografias aéreas; vista aérea dos países; atlas marítimo mundial; e tabelas de distância que possibilita calcular mais de 40 milhões de distâncias entre portos e outras localidades.

Para cada porto o CD apresenta mais de 30 setores de informação, incluindo regulamentos, atracadouros, requisitos de navegação, armazenagem, reparos, recursos médicos, custos de porto, entre outros.

O usuário pode acessar informações de específico porto ou portos usando o atlas marítimo ou através de uma busca específica, tais como carta, planta e instalações.

O preço para o Guia de Portos 2000 Fairplay CD-Rom é £275 ou US\$465, com descontos para quantidade de compra. A versão Network está também disponível.

A *Fairplay Publications* Ltda. é uma editora internacional e empresa de serviços de informação. Fornece informações computadorizadas de produtos e serviços, incluindo navios e banco de dados dos portos, relatos de especialistas e análise de dados. Informações completas de produtos e serviços *Fairplay* podem ser obtidas no *website* da empresa www.fairplay.co.uk. (*Press-release* enviado pela Rhodes Communications)

BANCO DE CURRÍCULOS

A Diretoria de Assistência Social da Marinha disponibilizou em seu site na Internet o Banco de Currículos, que tem o propósito de ampliar as possibilidades de recolocação dos militares no mercado de trabalho após deixarem o Serviço Ativo da Marinha. Ainda em fase de testes, o Banco de Currículos está aceitando sugestões para seu aperfeiçoamento e recebendo os currículos, que são

preenchidos a partir de um modelo na própria página da DASM, e pede que esse serviço seja amplamente divulgado, principalmente entre os oficiais e praças que já deixaram o SAM. As sugestões poderão ser enviadas por e-mail nos seguintes endereços 03@dasm.mar.mil.br (Internet), 03@dirasm (Intranet) ou pelos telefones 870-5340/870-5085 (8110-5085), para o CT (T) Freitas.

PESQUISA DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Encontra-se em estudo, na Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM), a viabilidade de se oferecer um Serviço de Assistência Jurídica à família naval. Este serviço funcionaria 24 horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, em todo o território nacional, seria prestado por meio de um escritório de advocacia selecionado e contratado pelo Abrigo do Marinheiro.

O atendimento, de forma personalizada, abrangeria todas as áreas do Direito, tanto em situações normais como em casos de emergência. Dele poderão participar os militares e servidores civis, ativos e inativos, e também os pensionistas. Seu custo mensal é hoje estimado em cerca de R\$10,25 (dez reais e vinte e cinco centavos), taxa única, dando direito ao atendimento tanto do titular quanto dos seus dependentes instituídos.

Com o propósito de melhor conhecer os interesses da família naval nesta área, a DASM desenvolverá uma pesquisa em toda a Marinha. Assim, procura-se buscar a excelência dos serviços que serão porventura contratados e oferecidos. O questionário da pesquisa será remetido aos Distritos Navais, Comench, DNH, DSM, DadM, CPesFN, EGN e CIAA, com instruções específicas para sua aplicação. Visando a participação dos inativos e pensionistas, bem como daqueles interessados no assunto, o questionário estará disponível no SASM e SIPM e, ainda, nos sites da Internet e da Intranet da Diretoria de Assistência Social da Marinha. Outros esclarecimentos sobre a pesquisa poderão ser obtidos pelos telefones (8110) 6883 e 5146 ou pelo MBmail abrigo@dirasm. (Do BONO nº 479, de 14/8/2000)

GINCANA ARTÍSTICA DO SDM

Foi realizada a 3ª Gincana Artística do Serviço de Documentação da Marinha no dia 27 de maio último, com a participação de vários pintores. Os concorrentes se postaram, como nas outras gincanas, no pier do Espaço Cultural, na Ilha Fiscal, na Praça XV e arredores, onde cada um escolheu o seu tema.

Houve participação de mais de cem artistas, nas modalidades de desenho e pintura, vários deles de expressão nacional, o que valorizou sobremaneira o evento.

A comissão julgadora, composta por 3 representantes de grande estatura no cenário artístico, teve dificuldade na atribuição dos prêmios, tal a qualidade das obras.

Eventos dessa ordem servem para difundir bastante a mentalidade marítima não só entre os artistas como no público que assiste à execução das telas.

Os prêmios foram gentilmente oferecidos pelas firmas:

Varig – prêmio de viagem

Condor – cavaletes e kits de pintura

Livraria da Travessa – livros

Além desses prêmios o SDM ofereceu prêmios aquisição, nos valores de R\$ 300,00, R\$ 200,00 e R\$ 100,00, a critério do Diretor e medalhas de ouro, prata e bronze.

1º lugar:

Dijaime Sena Gomes (idade – 31 anos)

Pintura: Ilha Fiscal

Prêmio: 2 passagens RJ x Natal x Rio (melhor obra da gincana)

2º lugar:

João de Jesus (idade – 57 anos)

Pintura: Rb *Laurindo Pitta*

Prêmio: 2 passagens RJ x Salvador x RJ
Conhecido em Niterói pela excelência dos reflexos obtidos em suas pinturas.

As duas obras estão reproduzidas na 3ª capa desta edição.

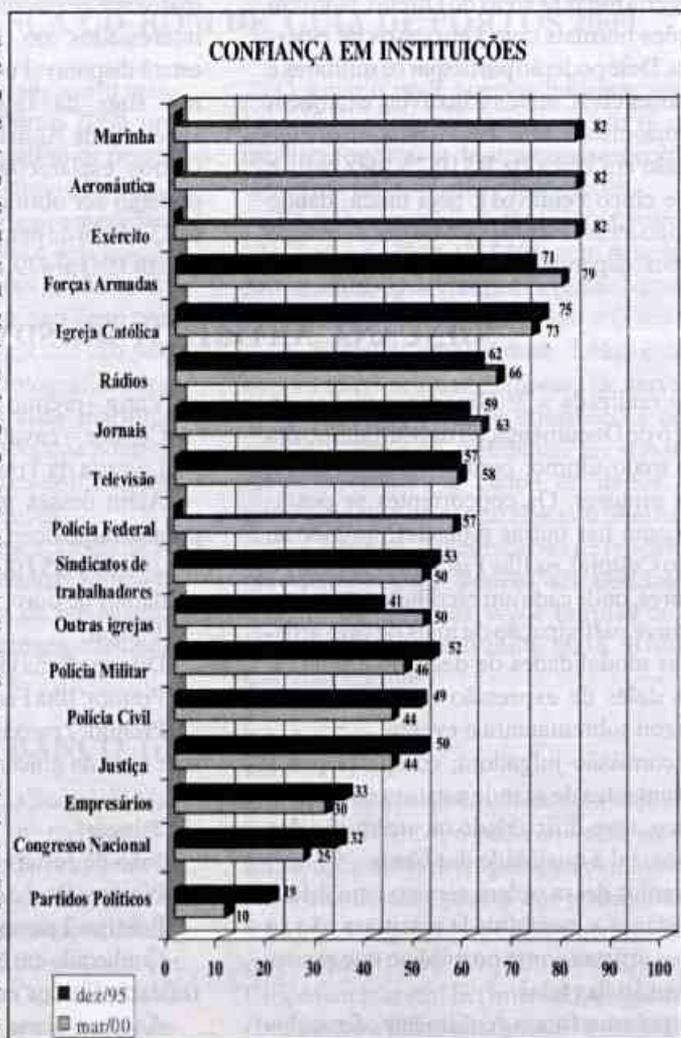
CONFIANÇA NAS FORÇAS ARMADAS

O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística realizou pesquisa nacional de opinião pública, com o apoio da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e da Empresa de Marketing Estratégia e Comunicação Institucional Ltda. Ela foi feita por encomenda do Exército Brasileiro, no período de 18 a 24 de março. Dos entrevistados, 86% demonstraram que se orgulham de

ser brasileiros e, no levantamento das instituições que inspiram a maior confiança, foram obtidos os resultados demonstrados no gráfico. Foram entrevistadas 2.000 pessoas de ambos os sexos, de todos os graus de ensino, de diversas faixas etárias, em municípios de todas as regiões do País, nas capitais, periferias e interior e, de diversas faixas de renda familiar. (Nomar nº 699, de 05/07/00)

Foi realizada uma pesquisa nacional de opinião pública pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), com o apoio da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR) e da Empresa de Marketing Estratégia e Comunicação Institucional Ltda (MCI). Ela foi feita por encomenda do Exército Brasileiro, no período de 18 a 24 de março. Dos entrevistados, 86% demonstraram que se orgulham de ser brasileiros e, no levantamento das instituições que inspiram a maior confiança, foram obtidos os resultados demonstrados no gráfico.

Foram entrevistadas 2000 pessoas de ambos os sexos, de todos os graus de ensino, de diversas faixas etárias, em municípios de todas as regiões do país, nas capitais, periferias e interior e, ainda, de diversas faixas de renda familiar.





III GINCANA ARTÍSTICA DO SDM

1º lugar: Ilha Fiscal – Sr. Di Jaime Sena Gomes

2º lugar: Rebocador *Laurindo Pitta* – Sr. João de Jesus





O Descobrimento do Brasil

Óleo sobre tela de Álvaro Martins – Veja notas na página 8